



FILOGIA EM DIÁLOGO

DESCENTRAMENTOS CULTURAIS E EPISTEMOLÓGICOS

Risonete Batista de Souza
Rosa Borges
Isabela Santos de Almeida
Débora de Souza
(Organizadoras)



Risonete Batista de Souza
Rosa Borges
Isabela Santos de Almeida
Débora de Souza
(Organizadoras)

FILOLOGIA EM DIÁLOGO
DESCENTRAMENTOS
CULTURAIS E EPISTEMOLÓGICOS



Memória e Arte

Diretora

Vanilda Salinac de Souza Mazzoni

Conselho Editorial

Maria da Glória Bordini

Célia Marques Telles

Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

Alicia Duhá Lose

Jorge Augusto Alves Lima

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Fabiano Cataldo de Azevedo

APOIO



FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral: Risonete Batista de Souza

Projeto Gráfico e Diagramação: Livia Borges Souza Magalhães

Organização: Risonete Batista de Souza, Rosa Borges, Isabela Santos de Almeida, Débora de Souza

F488 Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos / Risonete Batista de Souza... [et al.], organizadoras. – Salvador : Memória & arte, 2020.
529 p.

ISBN: 978-65-87693-00-2

1. Filologia. 2. Língua – História. I. Souza, Risonete Batista de.
II. Título.

CDD 400 – 21. ed.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
-------------------	---

Primeira parte - Filologia e questões teóricas da contemporaneidade

Experiências e descentramentos epistemológicos na prática filológica Rosa Borges	15
Quais são as Claras dos Anjos de Lima Barreto? Sobre crítica textual, crítica literária e decolonialidade filológica Arivaldo Sacramento de Souza	48
Por uma filologia engajada: diálogos entre crítica política e crítica filológica para estudo de textos teatrais censurados Fabiana Prudente	68

Segunda parte - Filologia e história da língua

Linguística românica: um olhar sobre quem somos e o que fazemos Célia Marques Telles	93
Os glossários como fonte de estudo do léxico: o caso das palavras compostas Antonia Vieira dos Santos.....	127
A tessitura do conhecimento: o corpus na construção de estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos A. Ariadne Domingues Almeida	148
Heranças africanas na toponímia da Bahia: caminhos filológicos para estudos onomásticos Clese Mary Prudente Correia	185
Estudo lexicológico em documentos dos séculos XVII ao XIX para a história da língua portuguesa Expedito Eloísio Ximenes	207

Terceira parte - Filologia e literatura

De la filología literaria a la historia de la literatura Belem Clark de Lara	233
As edições da lírica profana galego-portuguesa: uma análise do conjunto Risonete Batista de Souza	265

Quarta parte - Filologia e práticas editoriais

Primeiras notícias sobre a edição do dossiê sobre administração do aldeamento dos índios menhãs em Porto Seguro, Bahia (1764) Alícia Duhá Lose	290
---	-----

Nas trilhas filológicas: edição de documentos manuscritos baianos Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz	304
--	-----

Vida e obra de Elizabeth Bishop em correspondência inédita com Alice Methfessel Sílvia Maria Guerra Anastácio	324
--	-----

Quinta parte - Filologia e memória

As fontes do tribunal da inquisição e a história do letramento no Brasil quinhentista Ana Sartori	339
--	-----

Filologia, acervo e memória: itinerário de uma pesquisa Débora de Souza e Rosa Borges	360
--	-----

Texto e memória: um olhar em manuscritos históricos de Salvador Gilberto Nazareno Telles Sobral.....	378
---	-----

Imprensa escrita na Bahia, produção de textos literários, resgate, edição de textos e preservação da memória Maria da Conceição Reis Teixeira	389
--	-----

Edição de textos e memória: notícias da cidade do salvador Maria das Graças T. Sobral.....	406
---	-----

Penitência e ostentação: aspectos das práticas culturais em fontes primárias da Bahia Colonial Norma Suely da Silva Pereira	447
--	-----

Memória e patrimônio: a história da tipografia baiana no século XIX Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni	447
--	-----

Sexta parte - Filologia e humanidades digitais

O uso de ferramentas computacionais na pesquisa filológica e na elaboração de trabalhos lexicográficos Liliane Lemos Santana Barreiros.....	465
--	-----

Papéis que narram: o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia conta a história da instituição Lívia Borges Souza Magalhães.....	490
--	-----

Sétima parte - Filologia e ensino

“Ensinando a transgredir”: a crítica filológica na sala de aula da educação básica Rosinês de Jesus Duarte	511
---	-----

APRESENTAÇÃO

Com a publicação de **Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos** colocamos à disposição do público vinte e três trabalhos elaborados por pesquisadores que atuam nas áreas da Filologia, da Linguística e dos Estudos Literários, os quais se propuseram a refletir sobre sete temáticas que dialogam com os estudos filológicos na atualidade. O livro estampa em seu título o tema do IX Seminário de Estudos Filológicos, realizado em 2018, na UFBA. Os trabalhos aqui publicados versam sobre os subtemas do congresso, que se deteve na análise dos diálogos travados pelos estudos filológicos na Contemporaneidade: Filologia e questões teóricas da contemporaneidade, Filologia e história da língua, Filologia e Literatura, Filologia e práticas editoriais, Filologia e humanidades digitais, Filologia e memória e Filologia e ensino.

Nos trabalhos relativos à temática **Filologia e questões teóricas da contemporaneidade**, expõem-se novas perspectivas de atuação do filólogo que, ao produzir discussões acerca da práxis filológica, promove uma interação entre procedimentos de prática, crítica e reflexão teórica. A

reflexão é iniciada por Rosa Borges no texto “Experiências e descentramentos epistemológicos na prática filológica”, que discute a atividade editorial como contribuição para ampliar o conhecimento sobre a nossa cultura, atravessando as fronteiras impostas pela tradição dos estudos filológicos, rumo ao descentramento do texto, do autor, do próprio leitor-editor.

Na sequência, Arivaldo Sacramento de Souza, em “Quais são as Claras dos Anjos de Lima Barreto? Sobre crítica textual, crítica literária e decolonialidade filológica”, reflete sobre a dificuldade de operar com categorias que desafiem conceitos como “autoria”, “fidedignidade”, “original” etc., que compõem o repertório teórico-metodológico da Filologia no ocidente e propõe discutir de que modo o empreendimento filológico pode ser utilizado para a desconstrução do modelo e do humanismo totalizador.

Em “Por uma filologia engajada: diálogos entre crítica política e crítica filológica para estudo de textos teatrais censurados”, Fabiana Prudente propõe o diálogo entre a crítica filológica e a crítica política, na análise de textos teatrais censurados durante a ditadura iniciada em 1964, buscando compreender a produção literária e a mediação editorial como gestos públicos que instituem a formação de uma comunidade interpretativa, em um enfoque engajado e crítico.

A temática **Filologia e História da Língua** foi abordada em cinco trabalhos nos quais foram discutidas as interfaces entre a Filologia e o estudo histórico das línguas, enfatizando a importância da elaboração de produções editoriais alicerçadas no rigor filológico para o desenvolvimento de pesquisas na área de história da língua, articulando diferentes abordagens e níveis de análise linguística

Célia Marques Telles apresenta uma reflexão a partir do conjunto da

produção da área de Filologia na Universidade Federal da Bahia, no trabalho “Linguística Românica: um olhar sobre o que fazemos”. Ao inventariar cerca de sessenta anos de história, traça-se um retrato bem nítido do processo de formação desse importante grupo de pesquisas na área da Filologia, ativo até então e bastante produtivo.

Em “Os glossários como fonte de estudo do léxico: o caso das palavras compostas”, Antonia Vieira dos Santos analisa os principais glossários de edições de obras do português medieval como fontes para o estudo do léxico do português.

Em “A tessitura do conhecimento: o corpus na construção de estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos”, A. Ariadne Domingues Almeida apresenta reflexões acerca das implicações geradas pela constituição de um corpus a partir de textos do passado, para a construção de saberes a respeito da semântica de tempos pretéritos, especificamente, para a compreensão de fenômenos, a exemplo da conceptualização, da categorização, da metáfora e da metonímia.

Clese Mary Prudente Correia, em “Heranças africanas na toponímia da Bahia: caminhos filológicos para estudos onomásticos”, empreende uma pesquisa em que os métodos da Filologia e da Onomástica dialogam em busca do conhecimento da herança africana na toponímia baiana. Ainda na área dos estudos lexicais, Expedito Eloísio Ximenes, em “Estudo lexicológico em documentos dos séculos XVII ao XIX para a história da língua portuguesa”, buscou investigar lexias cujo sentido foi alterado ou mesmo deixaram de existir na língua atual.

Em **Filologia e Literatura** considera-se a Filologia como procedimento crítico-hermenêutico de leitura de textos em perspectiva material, sócio-histórica, política e cultural, para, através da prática editorial, construir uma história da literatura ou discutir o processo de

criação numa perspectiva da teoria literária. No trabalho “De la Filología Literaria a la Historia de la Literatura”, Belem Clark de Lara discorre sobre o resgate da produção dos escritores mexicanos do século XIX, e a contribuição da filologia literária, entendida como a fusão da edótica e da hermenêutica, para a realização desta tarefa.

Em “As edições da lírica profana galego-portuguesa: uma análise do conjunto”, Risonete Batista de Souza analisa o conjunto de edições que trouxeram a público a lírica profana galego-portuguesa, examinando os modelos seguidos pelos editores, que inegavelmente priorizaram o texto como monumento literário em detrimento do linguístico.

A temática **Filologia e práticas editoriais** discute as teorias e métodos da edição de textos, a partir da Filologia (Crítica Textual), dos Estudos de Processo (Crítica Genética e Crítica de Processo) e da Sociologia dos Textos (Crítica Sociológica) como lugares críticos que levam em conta os processos de criação, produção, transmissão, circulação e recepção de textos em acervos documentais.

Em “Primeiras notícias sobre a edição do dossiê sobre administração do aldeamento dos índios menhês em Porto Seguro, Bahia (1764)”, Alícia Duhá Lose discute o trabalho de edição de documentos pertencentes ao “Dossiê” dos aldeamentos indígenas sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia, os quais foram nominados no Programa Memória do Mundo da UNESCO, pela sua relevância em função das informações históricas, mas também pelas informações linguísticas que comportam.

Em “Nas trilhas filológicas: edição de documentos manuscritos baianos”, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz apresenta exemplo de textos representativos da documentação manuscrita lavrada em Feira de Santana ou em seu entorno, cujas edições são realizadas por seu grupo de pesquisa

da UEFS desde 1996.

“Vida e obra de Elizabeth Bishop em correspondência inédita com Alice Methfessel”, de Sílvia Maria Guerra Anastácio, analisa a cópia de uma carta inédita entre Elizabeth Bishop e Alice Methfessel, na qual são revelados detalhes da vida da poeta, em particular, sua paixão por Alice, sua ideologia, sua arte e os locais por onde passou.

Em **Filologia e memória** apresentam-se sete estudos que se dedicam a pensar arquivos e acervos como lugar de memória a partir de diferentes perspectivas críticas da história cultural, da crítica textual, da crítica genética e biográfica.

Em “As fontes do Tribunal da Inquisição e a história do letramento no Brasil quinhentista”, de Ana Sartori, a autora analisa os documentos inquisitoriais do século XVI para inferir dados sobre o letramento no Brasil colônia.

Débora de Souza e Rosa Borges, em “Filologia, acervo e memória: itinerário de uma pesquisa”, tecem considerações sobre a Filologia como procedimento para a leitura crítica de textos teatrais censurados, da dramaturga, diretora e intelectual baiana Nivalda Costa, visando promover a circulação e a difusão dos mesmos, bem como dar a conhecer aquela mulher, artista multifacetada, que atuou de forma engajada no teatro e na sociedade, principalmente, na década de 1970.

Gilberto Nazareno Telles Sobral, em “Texto e memória: um olhar em manuscritos históricos de Salvador”, discorre acerca da importância da Crítica Textual na preservação da vasta documentação manuscrita que faz parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador, e, em seguida, tece reflexão acerca da memória social, a partir de discursos materializados nos referidos documentos, a fim de compreender como os sujeitos se constituem socialmente.

Maria da Conceição Reis Teixeira, em “Imprensa escrita na Bahia, produção de textos literários, resgate, edição de textos e preservação da memória”, discute o papel do filólogo no resgate de textos veiculados em periódicos, especialmente para a recuperação de um legado cultural que se encontrava condenado ao esquecimento, como acontece com parte da produção literária baiana veiculada nas gazetas de vida efêmera fundadas, no interior do estado, por intelectuais de poucos recursos financeiros.

No texto “Edição de textos e memória: notícias da cidade do Salvador”, Maria das Graças T. Sobral destaca aspectos da memória que revelam o modo de ser, de agir e pensar que ficaram registrados em documentos editados sobre a Cidade do Salvador.

Em “Penitência e ostentação: aspectos das práticas culturais em fontes primárias da Bahia colonial”, Norma Suely da Silva Pereira propõe a leitura, edição, análise diplomática e estudo linguístico de documentos sobre a Cidade do Salvador, em busca de fornecer novos dados que possam auxiliar no esclarecimento, ampliação ou ressignificação dos aspectos que envolvem as práticas socioculturais e a História da língua portuguesa no Brasil colônia.

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni, em “Memória e patrimônio: a história da tipografia baiana no século XIX”, aborda uma gama de possibilidades de investigações, inclusive no âmbito da linguística e da filologia, a partir do acesso ao acervo pertencente à Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, que possui uma importante coleção de publicações sobre história da Bahia impressas em Salvador.

Os dois textos referentes à temática **Filologia e Humanidades digitais** discutem aspectos relativos às atividades filológicas em interação

com as tecnologias digitais, evidenciando as contribuições dessa interação para a reflexão acerca do trabalho filológico.

Liliane Lemos Santana Barreiros, em “O uso de ferramentas computacionais na pesquisa filológica e na elaboração de trabalhos lexicográficos”, demonstra como as ferramentas disponíveis atualmente, como *AntConc*, um software gratuito para análise de corpus, e o *FieldWorks Language Explorer* (FLEEx), que permite a construção de banco de dados e a edição de verbetes, facilitam a construção de bancos de dados e de trabalhos lexicográficos (dicionários, vocabulários, glossários etc.).

Em “Papéis que narram: o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia conta a história da instituição”, Livia Borges Souza Magalhães apresenta a proposta de produção de uma edição filológica capaz de servir como um registro histórico/memorialístico do Mosteiro de São Bento da Bahia, até 1934, e, assim, tornar as informações referentes à instituição beneditina acessíveis ao público, através de uma edição digital, utilizando a linguagem de marcação *html* e alguns recursos de *Java*.

Filologia e ensino se propõe a discutir e examinar os processos de transmissão e circulação dos textos, em perspectiva filológica, considerando as abordagens de ensino no que se referem aos livros indicados para leitura e análise, bem como aos textos que circulam nos livros didáticos e paradidáticos, tomados como objeto de trabalho no ensino fundamental e médio, e apresentando propostas editoriais para tais fins.

Rosinês de Jesus Duarte, em “‘Ensinando a transgredir’: a crítica filológica na sala de aula da educação básica”, buscou empreender uma análise de livros didáticos, bem como das estratégias didáticas de professores da rede pública do 1º ano do ensino médio, para propor percursos metodológicos, agenciados pela filologia, tais como: estudo do

processo de produção, transmissão e circulação de textos que não integram um cânone literário, tendo como foco principal a presença/ausência de textos de escritoras negras na sala de aula da educação básica e no livro didático usado nesse contexto escolar.

Os capítulos deste livro evidenciam a riqueza dos Estudos Filológicos que fazem entrecruzar aspectos textuais, culturais, linguísticos, literários, sociais, políticos e históricos para estudo do texto, acionados por agendas contemporâneas, da parte de pesquisadores que têm mobilizado o conhecimento secular dessa área a fim de propor interações disciplinares, objetos de estudo, perspectivas de leituras e projetos editoriais, com vistas à realização de estudos que resultam em importantes revisões epistemológicas, renovações dos fazeres filológicos e descentramentos culturais.

PRIMEIRA PARTE

Filologia e questões
teóricas da
contemporaneidade

EXPERIÊNCIAS E DESCENTRAMENTOS epistemológicos na prática filológica

Rosa Borges¹

1 PALAVRAS INICIAIS

O trabalho filológico de trazer para o momento presente, por meio da atividade editorial, os documentos e as letras nacionais, proporciona aos historiadores da literatura, aos historiadores da língua, aos críticos literários, aos especialistas de áreas afins e aos leitores, de modo geral, um vasto conhecimento da nossa cultura. No campo dos Estudos Filológicos, as diversas abordagens críticas (textual, genética e sociológica) dialogam, sendo práticas relevantes para a interpretação de uma cultura nacional, a partir dos materiais reunidos nos diversos acervos em dado espaço e do arquivo como lugar de memória, oferecendo novas leituras e novos enfoques teóricos, além de novos saberes que são, nos arquivos, (des)construídos.

¹ Doutora em Letras e Linguística pela UFBA, com pós-doutorado em Edição Crítica de Textos pela UNAM. Professora Titular de Filologia e Crítica Textual do Instituto de Letras da UFBA. Vice-líder do Grupo de Pesquisa do CNPq *Nova Studia Philologica*. E-mail: borgesrosa66@gmail.com.

Nossa experiência com os textos de autores modernos e, em especial, com os textos teatrais censurados, trouxe mudanças à prática filológica editorial que tenho realizado ao longo de quase 30 anos de trabalho. Inicialmente, considero as teorias e metodologias da edição de textos, articulando diálogos entre a Crítica Textual e a Crítica Genética, e, mais tarde, entre a Crítica Textual, a Crítica Genética e a Sociologia dos Textos. Em minha tese, trouxe a perspectiva de trabalho da Crítica Genética para o campo da edição de textos modernos, buscando conciliar dois métodos críticos no estudo dos manuscritos de Arthur de Salles. Em minhas aulas da pós-graduação e nas reuniões do Grupo de Edição e Estudo de Textos (GEET), trouxe, juntamente com alunos e, sobretudo com meus orientandos, os desbravadores desta nova seara, a proposta de trabalharmos outra abordagem crítica, a Sociologia dos Textos.

Ao nos valermos de tais abordagens críticas, aplicadas às práticas da edição, tivemos como resultado edições crítico-genéticas, genéticas, sinóptico-críticas, histórico-críticas, digitais/eletrônicas, além de ampliação das perspectivas de leituras críticas do objeto texto, tomando a filologia como procedimento hermenêutico, dialógico e epistemológico. Em quaisquer das abordagens desenvolvidas, os descentramentos existiram, do texto, do autor, do próprio leitor-editor. Na prática editorial que desenvolvemos, o texto se apresenta em várias posições, não necessariamente no centro, os gestos de produção e publicação de um texto evidenciam os registros das ações de vários sujeitos para além do autor; a autoria é, assim, construída, e o leitor-editor assume suas escolhas e se faz intérprete do(s) texto(s) que edita, responsável pela edição que elabora.

O trabalho filológico que realizamos com os textos modernos tem contribuído para o conhecimento das letras, dramaturgias e culturas

nacionais, além de nos conduzir para uma reflexão que vai além da edição de textos, comprometendo-nos com o exercício da crítica filológica no estudo dos textos.

2 FILOLOGIA, CRÍTICA GENÉTICA E SOCIOLOGIA DOS TEXTOS

Em um evento que tem por tema “FILOLOGIA EM DIÁLOGO: descentramentos culturais e epistemológicos”, cabe-me pensar a Filologia, sua episteme e relações, em um campo de variadas possibilidades de estudos que concilia lugares epistemológicos e culturais distintos e afins para falar de quem somos e como nos construímos enquanto sujeitos através das práticas que realizamos. Que legado deixaremos? Quem somos? O que construímos por meio das palavras, do saber? Como nós, filólogos, em uma das realizações da Filologia – no terreno da literatura – , assumimos o compromisso com as nossas letras, o de construir uma literatura nacional? Chamo a atenção para o gesto de editar não apenas as obras de escritores canônicos, mas, sobretudo, as produções dos escritores que estão na periferia da nossa literatura, como fiz em minha dissertação e tese (CARVALHO, 1995;2002), no trabalho com os *Poemas do Mar* de Arthur de Salles, ou como têm feito ou fizeram meus orientandos no que diz respeito à produção de escritores e dramaturgos que não estão na cena principal da literatura ou da dramaturgia brasileiras.

Os arquivos e acervos estão repletos de manuscritos, de publicações em revistas, jornais, livros, e de outros materiais que caracterizam a diversidade da massa documental. Em nosso caso, trabalhamos com os acervos de dramaturgos que produziram no período da ditadura militar na

Bahia ou que, mesmo de fora, tiveram seus textos aqui encenados, reunidos no Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC) que traz documentos que se encontram no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, na Sala de Pesquisa do Teatro Castro Alves, no *Nós por exemplo* – Centro de Documentação e Memória do Teatro Vila Velha, na Coordenação Regional do Distrito Federal – Divisão de Censura de Diversões Públicas do Arquivo Nacional, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia e em Acervos Privados. As produções de outros escritores, como Arthur de Salles (já pertenceu ao Setor de Filologia da UFBA), Godofredo Filho e Ildásio Tavares, estão na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa da UFBA, hoje, no espaço Lugares de Memória. Trabalhamos ainda com o acervo privado de Maria Madalena Crusoé, escritora nazarena, conhecida por Mady Crusoé, e com o acervo de um escritor cearense, Moreira Campos, que se encontra na Universidade Federal do Ceará (UFC).

A partir dos materiais que se encontram nos referidos acervos e do entendimento do arquivo como lugar de memória, fizemos dialogar com a Filologia outros lugares do conhecimento para emprendermos nossas leituras, ativa, crítica e política, nos posicionando como sujeitos das leituras e práticas editoriais que produzimos. A Filologia, no nosso entender, é um procedimento de leitura crítico-hermenêutico dos textos (crítica filológica) que considera os processos de produção e transmissão textuais, nos contextos de circulação e recepção, para fins de edição e estudos. Segundo Said (2007), a leitura envolve o humanista contemporâneo em dois movimentos: o de recepção e o de resistência. “A **recepção** é submeter-se [...] aos textos e tratá-los provisoriamente [...]” (SAID, 2007, p. 85, grifo meu). É desenvolver “uma leitura minuciosa de um texto literário – um romance, poema, ensaio ou drama, [...] [que]

localizará gradativamente o texto no seu tempo como parte de toda uma rede de relações, cujos contornos e influências desempenham um papel formador *no* texto.” (SAID, 2007, p. 85, grifo do autor). No núcleo do movimento de **resistência** no humanismo está a **crítica**, que se faz “sempre inquietantemente reveladora, em busca de liberdade, esclarecimento, mais ação, e com certeza não são seus opostos.” (SAID, 2007, p. 97). O texto é, a partir do olhar do filólogo, o lugar onde tais movimentos se encenam, por meio da interpretação, de uma leitura crítico-hermenêutica. É nessa direção que os Estudos Filológicos constroem, na Bahia, uma identidade para o seu fazer.

No campo de ação da Filologia como crítica textual, problematizamos algumas questões: texto e obra, autor(ia) (BARTHES(1980), FOUCAULT (1992), CHARTIER (2002)), estabelecimento do texto, levando-se em conta a unicidade e a diversidade (ELIA (1993)), variante e versão (CONTINI (1920), PRADO COELHO (1973)), processo de criação (GRÉSILLON (2007[1994], BIASI (2010[2000]), HAY (2007[2002])), gestos de leitura e mediação editorial (McGANN (1983), McKENZIE (2005[1986]), CHARTIER (2002)). Todas as questões aqui postas nos remetem para relações entre a Filologia e outros lugares do saber, como a Crítica Genética e a Sociologia dos Textos, e que resultaram em transformações na filologia editorial que praticamos. Observamos, no entanto, que não rompemos rigorosamente com as metodologias precedentes, as realizamos também, mas articulamos sua prática, sobretudo no âmbito da informática, com outros modos de fazer e outros gestos de leitura, ou apresentando edições convencionais (crítica, interpretativa, genética, sinóptica, fac-similar), em suporte papel e/ou eletrônico, ou preparando uma hiperedição (que alia dossiê e edição), construída no próprio ambiente digital, hipermidiático, trazendo as

leituras crítico-filológicas, seja em aparatos, crítico, genético, de notas, de conjecturas, seja nos ensaios que construímos sobre os processos que se evidenciam na trama do tecido textual.

Texto é, no nosso entender, tecido (ou rede) que se constrói dos mais variados fios de uma tessitura na trama textual. Também ampliamos a noção de texto, como faz McKenzie (2005[1986]), do manuscrito e impresso a outras formas, principalmente no fazer de uma edição digital/eletrônica, para “os dados verbais, visuais, orais e numéricos em forma de mapas, impressos e música, arquivos de registros sonoros, de filmes, vídeos e a informação computadorizada” (McKENZIE, 2005[1986], p.31, tradução nossa). O texto, para McKenzie (2005[1986]), é um evento social e suas formas repercutem no seu significado (autor-obra-leitor/editor-socialidade). Quando o tomamos como objeto de investigação, queremos observá-lo por todos os ângulos, por todas as marcas que se registram no seu aspecto material, físico, inquiri-lo sobre os agentes que atuaram na materialidade do texto, quase que virá-lo ao avesso ou desmontá-lo para ver como se elabora, para ler os sentidos que se constroem, a cada mudança, em outra materialidade, a discursiva. Temos de estudar o texto em suas várias formas de transmissão (manuscrita, impressa e digital) e especificidades, buscando entender as razões pelas quais os textos foram escritos, lidos, reescritos etc.. Quanto à **obra**, Bordini (2004, p. 201) afirma que

[e]pistemologicamente, a obra em si não existe: seu ser é heterônomo, depende de consciências produtoras e receptoras, encarnadas e mortais, bem como de um suporte material, que comunique o sentido e que deve ser fabricado e trocado para atingir o que legitima a obra enquanto obra: os seus públicos históricos.

Nós, filólogos, comprometemo-nos com o saber de uma época, de uma sociedade, de um lugar, lido nas tramas do texto, conciliando passado

e presente, trazendo comentários, notas e aparatos que iluminam o percurso de leitura e a edição crítica de um texto. Buscamos compreender como as sociedades dão sentido aos múltiplos textos que recebem, produzem e interpretam (McKENZIE, 2005[1986]). Ao dirigir a atenção para todas as versões sucessivas, a bibliografia testemunha o fato de que os “novos leitores fazem [...] novos textos e que seus novos significados são consequência de suas novas formas” (McKENZIE, 2005[1986], p.46, tradução nossa). Abandona-se a pretensão de estabelecer uma “verdade” que pudesse ser definida pela “intenção do autor”, com se fez na escola anglo-americana. Pretende-se “registrar e mostrar [uma] leitura [...] à luz dos interesses de uma história de mudança cultural, colocá-la em manifesto” (McKENZIE, 2005[1986], p. 46, tradução nossa). Do final do século XX para o início do XXI, tem-se uma compreensão de texto como sendo aberto, plural e dinâmico. Ao falar de Bibliografia como Sociologia dos textos, devemos levar em conta os processos, as dinâmicas sociais e técnicas da transmissão e da recepção, seja por um leitor isolado, seja por todo o público (McKENZIE, 2005[1986]).

À medida que examinamos o texto e suas versões, notamos as especificidades do trabalho do artista (escritor/dramaturgo), as pesquisas e colagens que realizam, as retomadas do texto para os vários ensaios de escrita. Assim, o que nos interessa são os textos e os sentidos que nele são produzidos pelos gestos de quem os escreve e de quem os lê, pois como diz McKenzie (2005[1986]), cabe-nos mostrar a presença humana em todos os textos. O trabalho filológico, por meio da atividade editorial, proporciona a vários especialistas de áreas afins e aos leitores, de modo geral, um vasto conhecimento da nossa cultura. A leitura dos textos, considerando sua localização/situação histórica, política, cultural, permite mostrar o trabalho de escritores e dramaturgos, dando a conhecer aspectos

de nossa cultura nacional. Nesse processo, é importante compreender como a **autoria** é construída.

Nas obras que circulam no mercado editorial, a autoria se revela pelo nome do autor, aquele que está na capa, na folha de rosto dos livros. Nos textos, em suas diversas formas de transmissão, a autoria mostra-se como uma construção que resulta de uma escrita colaborativa, da qual participam o sujeito que escreve (o *scriptor*) e outros sujeitos, para além do autor (responsável intelectual pela produção), postos em evidência nos processos de produção e publicação de um texto. Também o editor atua como “autor” (intérprete) da edição que realiza, embora seja comum na prática editorial o editor comprometer-se em trazer o “texto do autor”, não lhe cedendo lugar ou responsabilidade pelo texto editado. Na condição de editor/leitor, é preciso assumir que ele se constitui nos múltiplos atos de escolha que realiza, trazendo um texto que resulta de sua ação mediadora, de sua leitura crítica, a partir das escolhas entre as variantes, da correção dos “erros”, ao fazer conjecturas para determinadas passagens do texto, das lições que levará para o texto crítico representativo do ânimo autoral ou de sua intenção final, em perspectiva teleológica, ou mobilizando diversos textos críticos em perspectiva sociológica, entre outras escolhas e decisões que sejam tomadas.

Segundo Gumbrecht (2007[2003], p. 43),

[...] el trabajo filológico produce inevitablemente un papel de editor, y que tal papel de editor presupone y en parte da forma a la producción de un hipotético papel de autor [...]. Al mismo tiempo, no hace falta aclarar que el papel de editor contiene a su vez múltiples papeles de lector.

“[I]nteresa ver cómo un papel de lector se activa y se constituye a través de cada lectura del texto, con la forma y contenido del texto provocando y guiando este proceso [...] (GUMBRECHT, 2007[2003], p. 44). Nas

palavras de Gumbrecht (2007[2003]), há um percurso que vai do editor ao leitor especializado para produzir uma edição e leitura crítico-filológica, apresentando-se hipoteticamente como autor, responsável intelectual pela edição do texto, pelas escolhas que realiza para trazer ao conhecimento do público o texto marcado por suas intervenções críticas, lido e comentado, o(s) texto(s) crítico(s). Na prática, teríamos aqui o filólogo-editor como um intérprete, como afirma Arivaldo Sacramento de Souza (2016) no trabalho em que comenta a crítica filológica na Bahia a partir da minha tese.

Diante de tais reflexões, ocorrem mudanças na prática editorial, em lugar de os textos serem considerados como um **produto**, que resulta da “vontade do autor” ou de sua intenção final e dos agenciamentos do complexo social de produção e de distribuição, eles começam a ser descritos como um **processo**, e podem ser compreendidos graças ao estudo dos manuscritos modernos. Neste cenário, a **Crítica Genética**, embora tenha surgido na França em fins dos anos de 1960 com o trabalho com os manuscritos do poeta alemão Heine, somente ganha espaço a partir da publicação do livro de Louis Hay, *Essais de Critique Génétique*, em 1979. A Crítica Genética vem dessacralizar a noção de texto, o que interessa é a **variação** dos estados, o confronto de uma produção literária com todas as possibilidades que a compõem, tanto com relação ao que vem antes quanto ao que vem depois,

é a mobilidade complexa e a estabilidade precária das formas [...], o que importa é tentar compreender processos de invenção intelectual e estética que, através de tais atividades especiais, próprias de uma obra ou de um grupo de obras, podem caracterizar um gênero, um tempo, uma atividade cultural (NEEFS, 1988, p.16 e 21 apud GRÉSILLON, 1991, p. 8).

A Crítica Genética é um campo de pesquisa que tem por objeto os manuscritos modernos e por objetivos a descrição e a exploração dos mecanismos de escritura.

Não é o escrito final que está no centro de interesse, mas a escritura que se está fazendo [...]. Não é a psicologia do autor nem a biografia da obra que importaria narrar, mas é um antetexto [(notas documentárias, pesquisas, menções epistolares, notas de trabalho, roteiros, planos, resumos, primeiro esboço redacional, rascunhos elaborados, passagens a limpo, cópias, provas corrigidas)], com o conjunto das marcas conservadas, que se deve estabelecer. [...] [o] geneticista, assumindo sua própria subjetividade [...], construirá hipóteses sobre a trajetória escritural do processo em questão. [...] (GRÉSILLON, 1991, p. 9 e 11).

Nos círculos editoriais anglo-americanos, essa abordagem que partiu do movimento da crítica genética francesa interferiu nas práticas editoriais dos anos de 1990, embora desde os anos de 1980, os editores e os críticos desta escola já se interessassem pelo processo de transformação de um texto (SHILLINGSBURG; EGGERT, 2010). Consideravam a instabilidade como uma modalidade da condição textual, que poderia ser identificada no **momento da escritura** pelo autor/escritor (e outros que participam de uma escrita colaborativa), no **momento da publicação** (vários agentes), e no **momento da leitura** (incluindo-se o próprio autor/escritor e os intérpretes).

A partir das versões de uma obra, levando em conta os aspectos colaborativos da produção e publicação de textos, entra na cena da discussão a **Sociologia dos Textos**, que considera, em sua prática, aspectos, como a instabilidade textual, o significado das versões, que compreende os processos de produção, circulação e recepção dos textos. O importante, então, é não “[...] hacer una combinación de todas las versiones, puesto que destruiríamos la historicidad de cada una de ellas” (MCKENZIE, 2005[1986], p. 53), mas dar visibilidade às versões do texto expostas na materialidade de cada testemunho.

Neste contexto, no qual busquei aliar Filologia, Crítica Genética e Sociologia dos Textos, mostrei como o olhar diferenciado para os processos de transmissão textual, ao longo do tempo, fez-nos repensar o trabalho de edição de textos, sobretudo no que se refere ao tratamento dado às múltiplas versões de um texto até a sua fixação, quando for o caso. Traço, aqui, brevemente os paradigmas epistemológicos que marcaram a perspectiva da Crítica Textual. O princípio da **unicidade textual** caracteriza a metodologia editorial proposta por K. Lachmann (*constitutio textus*) e J. Bédier (bom manuscrito – *codex optimus*), no século XIX, por G. Pasquali (história da tradição) e G. Contini (variantes de autor), no século XX. Na escola anglo-americana, também se busca fixar um texto único para cada obra, em sua vertente intencionalista, de W. W. Greg, F. Bowers e G. Th. Tanselle (teoria do copy-text e da bibliografia material), trazendo a versão mais próxima da intenção do autor. Até aqui, o que se nota é que, mesmo diante das modificações concernentes à metodologia empregada no preparo de uma edição crítica, a proposta continuava sendo a de apresentar um **texto único**, representativo da “vontade do autor” ou das intenções finais de um autor, fixado a partir de critérios filológicos estabelecidos.

Em 1980, a experiência dos editores de textos modernos, para os quais existem múltiplos documentos autorais, começava a transformar o domínio editorial, desta vez, é o princípio da **diversidade textual** que caracteriza a filologia editorial. Em lugar de um texto único, autenticamente autoral, os editores tomam consciência de uma prática que tornaria possível o estabelecimento de **textos múltiplos** para fins múltiplos, pois as edições de múltiplas versões seriam mais ricas que as ecléticas, que teriam uma tendência a homogeneizar os textos. Assim, dentro da escola anglo-americana, outra vertente daria conta dessa

multiplicidade de versões, a teoria sociológica, em que “[c]ada versión reclama su derecho de ser editada a su propia manera, respetando su historicidad como tal realidad concreta [...]” (MCKENZIE, 2005[1986], p. 20), de Jerome J. McGann (*Critique of Modern Textual Criticism* (1983)) e de Donald Francis McKenzie (*Bibliography and the Sociology of the Text (The Panizzi Lectures* (1985)) (1986) (LOURENÇO, 2009; TEXTUAL..., [2012])). Na perspectiva da Sociologia dos Textos, a perda da centralidade da intenção final do autor (texto eclético) e a valorização do leitor e da leitura como espaço de criação de sentido associada à consciência da natureza discursiva da significação (texto múltiplo) trazem modificações aos projetos editoriais, elaborados à luz da teoria social da edição (LOURENÇO, 2009).

As mudanças documentadas nos diversos testemunhos da tradição, porém, revelam as diversas maneiras como uma dada sociedade compreendeu e reinventou um texto. Nesse sentido, a Crítica Genética e a Sociologia dos Textos consideram a **pluralidade de estados de um texto**, seja pelos movimentos de gênese, seja pela ação dos diversos atores sociais no processo de transmissão textual. Enfim, todas as abordagens críticas estão em profícuo diálogo na filologia editorial e mostram como o filólogo, na contemporaneidade, evidencia suas escolhas e assume uma atitude crítica e interessada em relação ao objeto de estudo (SANTOS, 2016).

Pensar a edição em perspectiva sociológica, fez com que nos anos de 1980, a partir das contribuições de Peter Shillingsburg, Jerome McGann, Peter Donaldson, entre outros, a Crítica Textual tomasse novos rumos. Alguns dos estudiosos utilizaram-se dos recursos informáticos como uma ferramenta para auxiliar na preparação e produção de edições convencionais (anteriormente pensadas para o suporte papel), outros,

preferiram olhar a textualidade eletrônica como um meio para a publicação de um tipo diferente de edição – a edição eletrônica, uma tendência da Crítica Textual no século XXI, dado ao seu caráter interativo e multidimensional, dando a ler todos os textos, todas as transformações por que passa o texto em uma edição em hipertexto (SANTOS, 2016). Nessa direção, as edições devem dar a ler toda a tradição dos textos, a partir de sua história (processo de transmissão), e das transformações do/no texto (modificações autorais, textuais). Filologia, Crítica Genética e Sociologia dos Textos, juntas, dariam conta da interpretação na história dos processos de criação e de transmissões textuais.

3 EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA EDITORIAL FILOLÓGICA

Passo a tratar das minhas experiências como filóloga-editora e orientadora nos trabalhos de edição. De cada situação textual estudada, encena-se uma abordagem teórico-metodológica que nos fez repensar a prática filológica. Em minha tese², trouxe a perspectiva de trabalho da Crítica Genética para o campo da edição de textos modernos, com a intenção de pensar o texto em movimento, o texto que se transformava pelas mãos do sujeito da escrita, mas também por consequência das relações que tal sujeito assumia com outros sujeitos que partilhavam do trabalho de criação ou que compartilhavam do gesto de escrita, dando a sua colaboração. São várias as mãos que escrevem e mentes que participam do gesto colaborativo da escritura (produção) e da publicação. Até a revisão da prova tipográfica o autor/escritor se manifesta, depois, só nos casos em que se toma um impresso e realiza, nele, modificações.

² Consultar tese no site: http://www.textoecensura.ufba.br/page_rosa.html.

Para o estudo do texto e de suas transformações genéticas, optei por uma análise linguístico-estilística das variantes autorais, examinando a distribuição das classes de palavras, signos léxicos e gramaticais, da estrutura sintática e dos sinais de pontuação, por meio de uma orientação estatística, em relação às operações genéticas de substituição, supressão, acréscimo e deslocamento, com a finalidade de caracterizar, mesmo que parcialmente, o estilo do autor (a gramática estilística do autor) ao construir seu texto. Apliquei aos poemas selecionados, com alguns ajustes, o método linguístico apresentado por Luiz Fagundes Duarte, em *A Fábrica dos textos*, que consiste das seguintes etapas: formar o *corpus*; proceder à descrição e transcrição dos textos; levantar lugares variantes; fazer a descrição hierarquizada quanto aos tipos de correção estilística de autor; determinar os princípios gerais de correção; proceder à classificação gramatical de acordo com a taxonomia da gramática tradicional; elaborar cálculos estatísticos e estabelecer uma matriz estilística. Neste trabalho, não pretendi tão somente identificar e descrever as variantes, dispondo-as no aparato, mas interpretá-las. Essa interpretação, porém, tem relação com as diferentes formas de ver o objeto, sendo um ponto de partida para outros estudos de natureza linguística, estilística ou literária.

Em outra parte do trabalho, da edição, busquei o texto representativo da “última vontade autor” ou por ele autorizado, “vontade(s)” identificada(s), quando possível, no nível terminal³ alcançado no manuscrito de trabalho, ou no nível final⁴ no manuscrito autógrafa, passado a limpo, sem rasuras, texto definitivo entregue ou não para

³ **Nível terminal:** fase do processo genético do texto documentada no último testemunho em que o autor interveio; distingue-se do nível final por se considerar que o autor abandonou o texto antes de o considerar terminado (DUARTE, [1997 -], cs. verbete).

⁴ **Nível final:** fase do processo genético do texto documentada no último testemunho em que o autor interveio e que se pode considerar como o texto definitivo (DUARTE, [1997 -], cs. verbete).

publicação, na mais recente edição publicada em vida, ou nas informações que traziam as cartas a propósito de versos emendados (como nos poemas *À mercê das cismas* e *Canção de Amor*). Propus-me, naquele momento, a realizar, para os textos selecionados, uma edição crítica em perspectiva genética: enquanto crítica, fazendo a reconstituição do texto representativo da “vontade do autor” ou por ele autorizado; enquanto genética, examinando o processo de criação da obra e de cada texto, a partir das variantes de autor (escritor, na Crítica Genética). Para os fragmentos e rascunhos, optei pela apresentação do que chamei à época de edição diplomática (na crítica genética, é o que se chama de transcrição linearizada), valendo-me de operadores que me permitiam mostrar os lugares de transformação genética (rasuras, para os geneticistas, correções, para Duarte (1993), quando ele analisa o tipo e topografia das correções, nomenclatura que também utilizei na minha tese): substituições, acréscimos, supressões, deslocamentos, adiamentos.

Devo esclarecer que ainda que façamos a fixação de um texto, como fiz em minha tese, tomando, no conjunto de seus testemunhos, um texto por base, o resultado desse trabalho, o texto crítico, é sempre uma hipótese (como já afirmara Gianfranco Contini), uma possibilidade de leitura, que resulta da aplicação dos métodos críticos pelo filólogo-editor ou crítico textual (como denomina Ivo Castro em seus trabalhos), considerando as informações que resultaram do estudo dos textos em seu processo de produção e de transmissão. Tenho consciência aqui do meu papel de mediadora (mais um) na transmissão dessa obra de Arthur de Salles, como leitora crítica, que põe em evidência um testemunho por estratégia de leitura e crítica. A partir dos manuscritos autógrafos, fiz uma incursão pela gênese dos *Poemas do Mar* de Arthur de Salles. Dessa forma, abrimos espaços para discutir a fixação do texto crítico ou dos textos

críticos, as modificações genéticas (autorais), a importância das variantes registradas (modificações trazidas pelas várias tradições textuais), a hipótese de trabalho da edição empreendida, a hipótese relacionada com a *recensio*.

Quanto aos primeiros trabalhos por mim orientados, o de Marta Brasil (2006)⁵, o de Bárbara Silva (2008)⁶ e o de Ludmila de Jesus (2008)⁷, que se propunham a estudar e editar alguns Sonetos inéditos, de Godofredo Filho, *Luz Oblíqua*, de Ildásio Tavares, e alguns textos do teatro de cordel, de João Augusto, respectivamente, fiz a condução para as pesquisas a partir da metodologia empregada em minha tese, no que se refere à **edição crítica**. Foram estudados aspectos como o vocabulário, o sujeito a partir das variantes linguístico-discursivas, e o processo de adaptação dos folhetos para o teatro, nesta ordem. Meu interesse, na pesquisa realizada na universidade, sempre foi o de recuperar as produções de escritores, prioritariamente baianos, com a intenção de construir uma literatura baiana que oferecesse contributos à história da literatura brasileira como um todo. Assim, acrescentaríamos aos *Poemas do Mar*, de Arthur de Salles, as produções dos demais escritores. Tal intento estendo ao trabalho desenvolvido por Ionã Scarante (2016), com a edição de *Pedaços de Vida*, de Mady Crusoé. Afinal, recuperar uma obra e inseri-la na fenomenologia literária, atualizando-a, ainda que uma fração dela, é uma das tarefas do filólogo que, com isso, contribui para a valorização da memória e da cultura nacionais.

Em outro momento, em minhas aulas da pós-graduação no ano de 2009 (nas disciplinas A Edição de Textos Modernos e Edição crítica em

⁵ Consultar dissertação no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10978>.

⁶ Consultar dissertação no site: https://portal.uneb.br/ppgel/wp-content/uploads/sites/112/2018/09/silva_barbara.pdf.

⁷ Consultar dissertação no site: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10824>.

perspectiva genética), fiz a proposta de trabalharmos outra abordagem crítica, desta vez, a Sociologia dos Textos, além de discutirmos as teorias, os métodos editoriais, e os alunos daquelas turmas, em sua maioria, sobretudo meus orientandos, foram agentes da renovação filológica. Eu e meus orientandos realizamos a prática da crítica e da edição de textos, propondo uma (re)leitura e uma revisão da práxis filológica, discutindo a metodologia da crítica textual aplicada aos diversos textos, principalmente aos textos teatrais, por natureza, efêmeros e inconclusos, ou ainda marcados pela ação do(s) autor(es), do diretor, dos atores, e de outros, que se constroem de vários outros elementos, como figurino, iluminação, entre outros. Desse modo, incursionando pela Crítica Genética (Grésillon (2007[1994]), Biasi (2010[2000], Louis Hay (2007[2002])) e pela Sociologia dos Textos (Crítica Sociológica) (McGann (1983) e McKenzie (2005[1986])), buscamos refletir sobre algumas questões de ordem epistemológica para o laboratório da Crítica Textual, já discutidas anteriormente, as noções de autoria e de texto e a tensão unidade/diversidade textual para repensar “o estabelecimento/ a fixação do texto”, bem como as formas de apresentação do texto em uma edição, tendo como resultado edições sinóptico-críticas, histórico-críticas, genéticas, digitais/eletrônicas (hiperedições), além de ampliar as perspectivas de leituras críticas do objeto texto.

Faço, a seguir, uma breve exposição dos trabalhos⁸ desenvolvidos sob minha orientação para colocar em destaque as escolhas de cada editor, delineando, assim, sua atitude crítica na mediação editorial. No que tange ao trabalho editorial que concilia as práticas da **Crítica Textual com a Crítica Genética/Crítica de Processo**, foram realizadas quatro (sendo

⁸ Os trabalhos aqui apresentados estão descritos no artigo *As ações do filólogo editor: teoria e prática*, das páginas 54 a 58 (SANTOS, 2016).

duas por Eduardo Matos) **edições genéticas** e uma **edição crítico-genética**, além dos estudos atinentes a cada abordagem crítica escolhida, a saber:

1 - Eduardo Matos (2011)⁹, em sua dissertação, conciliando lugares de discussão afins, como a filologia, a crítica textual, a crítica genética, e a(s) teoria(s) do drama, propõe leituras do processo de criação de *Cândido ou O Otimismo*, texto de Voltaire, adaptado, a partir de uma tradução portuguesa, por Cleise Mendes, para o teatro, trazendo uma **edição genética vertical seletiva**. 2 – Matos (2014)¹⁰, em sua tese, discutiu a rasura, levando em conta as noções de autoria, subjetividade e edição, defendendo que os documentos de criação trazem marcas físicas a partir das quais o filólogo pode trabalhar, produzindo, no cumprimento das etapas da metodologia editorial, um saber especificamente motivado por seu modo de interpretar. Preparou ainda uma **edição genética vertical seletiva** para a cena IV do primeiro ato do texto teatral citado, confrontando, pelo viés da crítica filológica, as edições realizadas, entre esta (da tese) e aquela da dissertação, objetivando evidenciar como as diferentes escolhas do filólogo produzem outras edições e outras facetas/imagens do sujeito autor.

3 – Liliam Lima (2014)¹¹, em sua dissertação de mestrado, dedicou-se ao estudo de *Manual de Construção*, uma coletânea de poemas escritos por João Augusto, que não existe como obra acabada ou publicada. Optou pela feitura da **edição genética vertical** e desenvolvimento do estudo crítico-filológico que considera a relação literatura e arquitetura na trama do texto. A partir do confronto sinóptico entre as versões manuscritas, realizou uma leitura do processo criativo de João Augusto em *Manual de*

⁹ Consultar dissertação no site: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8476>.

¹⁰ Consultar tese no site: <http://www.ppglitcult.letas.ufba.br/pt-br/node/411>.

¹¹ Consultar dissertação no site: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27356>.

Construção, considerando os movimentos de gênese, as etapas de escritura de cada poema, para entender a gênese do texto em questão.

4 – Elisabete Lima¹², com a tese *Nas sendas da criação literária de Moreira Campos: edição genética e estudo crítico-filológico de contos inéditos do autor*, ocupou-se de analisar o processo de criação de Moreira Campos, a partir das narrativas inéditas selecionadas e dos documentos que se encontram no seu arquivo pessoal, buscando compreender a biografia e a recepção da obra do escritor cearense e como ele trabalhava na produção de seus contos. Preparou para seis contos uma **edição genética vertical**, com o propósito de “mostrar como as narrativas foram construídas e quais elementos foram retirados dos contos para que se tornassem mais concisos” (LIMA, 2016, resumo).

5 – Ionã Scarante (2016)¹³, com a tese *Manuscritos de Pedacos de Vida de Mady Crusoé: edição crítico-genética e estudo*, propôs a **edição crítico-genética** para alguns dos poemas do livro *Pedacos de Vida* e um estudo da massa documental do Arquivo Privado de Mady Crusoé.

No lugar de interação entre a **Crítica Textual**, a **Crítica Genética** e a **Sociologia dos Textos**, bem como entre a **Arquivística** e a **Informática**, produzimos modificações na atividade editorial e, conseqüentemente, no campo dos Estudos Filológicos. Em alguns trabalhos, desenvolvemos edições convencionais em suporte papel e/ou eletrônico (crítica, interpretativa, sinóptica); em outros, preparamos edições digitais (crítica, interpretativa, sinóptico-crítica, fac-similar) e dossiês relativos aos textos editados, apresentados em um arquivo hipertextual ou construímos uma hiperedição. A prática editorial se fez de forma modesta, em princípio, valendo-se de poucos recursos e

¹² Consultar tese no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26444>.

¹³ Consultar tese no site: <http://www.ppglitcult.letas.ufba.br/pt-br/node/476>.

ferramentas, porém, depois, foi se aprimorando com o uso de ferramentas e programas informáticos, além da colaboração de um profissional especializado em Ciência da Informação. Os trabalhos de edição são disponibilizados, em sua maioria, em CD-Rom ou DVD, e também em site na Internet (de acesso controlado). Tratarei, a seguir, apenas das edições realizadas em suporte eletrônico para mostrarmos como nossa prática editorial foi se aprimorando aos poucos e definindo um procedimento que poderá ser adotado pelos integrantes da Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC) e por outros interessados. Listei os trabalhos em ordem cronológica:

1 – Isabela Almeida (2011)¹⁴, em sua dissertação de mestrado intitulada *Três fios do bordado de Jurema Penna: leituras filológicas de uma dramaturgia baiana*, realizou a **edição interpretativa em meio digital** do texto teatral *Auto da barca do rio das lágrimas de Irati*, e a **edição crítica**, em suporte papel, para *Bahia livre exportação* e *Negro amor de rendas brancas*, da dramaturga Jurema Penna, propondo-se a estudar o processo de construção do texto teatral a partir da leitura das modificações textuais e do trabalho da citação como operador de intertextualidade no processo de escritura.

2 – Débora de Souza (2012)¹⁵ traz, em sua dissertação, a **edição crítica em meio digital** dos textos teatrais de Nivalda Costa: *Aprender a nada-r* e *Anatomia das feras*. Nesta edição, ofereceu ao leitor/navegador acesso aos fac-símiles dos textos, de documentos do processo censório e de fotos. Realizou também a edição dos textos selecionados em suporte papel e analisou o processo de construção do texto teatral. Na tese de

¹⁴ Consultar dissertação no site: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8395>.

¹⁵ Consultar dissertação no site: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8528>.

doutorado¹⁶, buscou explorar novos recursos e técnicas para a edição dos textos selecionados, conciliando as práticas arquivística e filológica para uma leitura do Acervo Nivalda Costa em relação à Série de *Estudos Cênicos sobre poder e espaço*, trazendo o dossiê e as edições em um arquivo hipertextual (<http://www.acervonivaldacosta.com/>).

3 – Williane Corôa (2012)¹⁷ realizou a **edição interpretativa em suporte papel e eletrônico** de *Malandragem made in Bahia*, de Antônio Cerqueira. A edição traz: a) a apresentação, com as orientações para a navegação; b) a edição fac-similar, contendo os fac-símiles de *Malandragem made in Bahia*; c) a edição interpretativa em meio digital, na qual se apresentam o texto crítico e o aparato de variantes e notas; d) o arquivo do autor, com os recortes de jornais reunidos por Antônio Cerqueira e depositados no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia; e) os documentos da Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP): requerimento de censura, pareceres e certificado de censura. Na perspectiva dos estudos crítico-filológicos, estudou a linguagem proibida.

4 – Mabel Mota (2012)¹⁸ realizou duas edições de *Irani ou As Interrogações*, de Ariovaldo Matos, a **interpretativa** (também em suporte papel) e a **fac-similar**. Na **edição em suporte digital**, é possível acessar: a) a apresentação, com as orientações para a navegação; b) o dossiê de *Irani ou As Interrogações*, contendo os recortes de jornais e documentos da Censura: requerimento de censura, pareceres e certificado de censura; c) as edições: uma edição interpretativa do texto de Ariovaldo Matos, abrangendo os itens: texto crítico e aparato de variantes e notas; lista de

¹⁶ Sua tese foi defendida em 5 abril de 2019 e pode ser consultada no site do Repositório Institucional da UFBA: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29881>.

¹⁷ Consultar dissertação no site: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10829>.

¹⁸ Consultar dissertação no site: <http://www.ppglitcult.lettras.ufba.br/>.

materiais audiovisuais (com referências), valendo-se do uso de *hiperlinks*; e uma edição fac-similar, na qual se apresenta, em PDF, a versão de *Irani ou As Interrogações*, de Ariovaldo Matos; e a adaptação elaborada por Eduardo Cabús, em três vias: da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e da Superintendência Regional (SR), respectivamente. Estudou o arquivo de Ariovaldo Matos, explorando a relação Filologia e Arquivística.

5 – Fabiana Correia (2013)¹⁹, em sua dissertação, realizou duas edições: a **fac-similar** e a **sinóptica**, em arquivo digital, utilizando o *Prezi*, e, em suporte papel, com destaque para as modificações textuais em confronto sinóptico. As edições foram apresentadas em DVD. O conteúdo do DVD está assim disposto: 1. *Apareceu a Margarida*: edição sinóptica em meio digital – I ATO; 2. *Apareceu a Margarida*: edição sinóptica em meio digital – II ATO; 3. Edição fac-similar de *Apareceu a Margarida* e cronologia das versões; 4. Arquivos da censura: certificados e pareceres disponibilizados pelo Arquivo Nacional – Brasília; 5. Arquivo *Apareceu a Margarida*: coletânea de textos de jornais e revistas, fotos e programas de espetáculos relativos à peça teatral, arquivados no acervo pessoal de Roberto Athayde e na publicação de 1973.

6 – Arivaldo Souza (2014)²⁰, em sua tese, ao investigar a tradição textual e a recepção do texto de Fernando Mello, *Greta Garbo quem diria acabou no Irajá*, desenvolveu um estudo crítico-filológico dos *scripts* teatrais que encenam a homossexualidade, observando as inter-relações entre o processo de transformação pela circulação social do texto e as ações de diferentes sujeitos que mediarão a liberação, veto ou corte de trechos da peça. Em perspectiva teórico-metodológica, estabeleceu um diálogo com

¹⁹ Consultar dissertação no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27767>.

²⁰ Consultar tese no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27656>.

as teorias de desconstrução da metafísica tradicional, pondo em foco a renovação da práxis filológica no sentido de entendê-la como uma atuação crítica e investigativa das materialidades textuais, visando à leitura da pluralidade, tanto das lições de cada *script* quanto das intervenções censórias que transformaram o texto, apresentando como produto editorial uma **edição sinóptico-crítica em suporte papel e eletrônico**.

7 – Dando continuidade ao trabalho da dissertação, Ludmila de Jesus (2014)²¹, em sua tese, *Teatro de cordel de João Augusto entre arquivo(s), edição e estudos*, ocupou-se do estudo da dramaturgia de João Augusto, em perspectiva filológica, buscando tornar pública a trajetória artístico-intelectual desse dramaturgo, a partir da edição e do estudo de textos adaptados da literatura de cordel, com documentação censória, a saber: *O exemplo edificante de Maria Nocaute ou Os valores do homem primitivo, Felismina Engole-Brasa, As bagaceiras do amor e O marido que passou o cadeado na boca da mulher*. Fez uma incursão pelos arquivos e acervos, nos quais se encontram os documentos referentes à produção dramática de João Augusto, com o objetivo de ler sua dramaturgia e o sujeito arquivado. A edição teve como proposta mostrar a história do texto dramático de João Augusto, através do processo de adaptação do folheto para o texto teatral, além de tornar público outros documentos que fizeram parte da circulação dos textos selecionados, como pareceres, material de imprensa, fotografias, entre outros, em um **arquivo hipertextual**.

8 – Isabela Almeida (2014)²², em *A crítica filológica nas tessituras digitais: arquivo hipertextual e edição de textos teatrais de Jurema Penna*, optou por realizar três tipos de edição: **fac-similar, sinóptica e crítica**, dispostas em um **arquivo hipertextual** apresentado em um volume digital para alguns

²¹ Consultar tese no site: <http://www.ppglitcult.letas.ufba.br/en/node/416>.

²² Consultar tese no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27557>.

textos teatrais de Jurema Penna, a saber: *Iemanjá – Rainha de Aiocá*, *O Bonequeiro Vitalino ou Nada é impossível aos olhos de Deus e das crianças*, *Bahia livre exportação* e *Negro amor de rendas brancas*, com o propósito de discutir a crítica filológica nas tessituras digitais, explorando o suporte eletrônico para exercício da prática editorial.

9 – Hugo Correia (2014)²³, em sua dissertação, realizou a edição e o estudo crítico do texto teatral *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Sequeira. Propôs a elaboração de uma **edição interpretativa** em suporte papel dos dois *scripts* da peça, disponibilizando para os leitores os textos críticos. Em um **arquivo hipertextual**, além da edição interpretativa, traz a **edição fac-similar** e toda documentação relacionada ao texto, proporcionando ao leitor/navegador certa reflexão a propósito daquele período (1964-1985) de forte pressão, o da ditadura militar, vivido pela sociedade brasileira, em dois cenários distintos, Bahia e Rio de Janeiro.

10 – Mabel Mota (2017), em *Filologia e Arquivística em tempos digitais: o arquivo hipertextual e as edições de A Escolha ou O Desembestado de Ariovaldo Matos*, desenvolveu um arquivo hipertextual, de orientação pragmática, disponibilizado através da Internet no domínio <http://www.ariovaldomatos.com/>, trazendo diferentes tipos de edição (em módulo “leitura” e módulo “mediação”): sinóptica, interpretativa e fac-similar. Traz ainda os documentos que compõem o dossiê arquivístico do texto selecionado, objetivando a disponibilização e o acesso controlado à informação. Realiza uma “leitura crítico-filológica da rede de intenções e significações que caracterizam o jogo teatral e que vão construindo suas próprias ‘formas finais’, enfatizando as formas de sociabilidades textuais da peça de Ariovaldo Matos que representam a memória de sua produção, circulação e recepção” (MOTA, 2017, resumo).

²³ Consultar dissertação no site: <http://www.ppglitcult.lettras.ufba.br/>.

11 – Fabiana Correia (2018)²⁴, buscando conciliar a Filologia com as Humanidades digitais, propõe, a partir do modelo de Mota (2017), a construção de uma hiperedição da dramaturgia censurada de Roberto Athayde, disponibilizada na Internet através do domínio <http://www.acervorobertoathayde.com/> (de acesso controlado), recortando, dentre as sete produções teatrais do autor, *Os Desinibidos*, montando o dossiê da referida peça teatral para estudo crítico e edição. A hiperedição integra as edições, fac-similar e sinóptico-crítica hipermídia, e o acervo digital com o dossiê *Os Desinibidos*. O trabalho traz notas em *hiperlink*, na edição digital, e no rodapé, para a versão dada a ler, impressa, em suporte papel, que evidenciam a riqueza dos comentários da filóloga-editora, sobretudo pela complexidade dos textos teatrais de Roberto Athayde.

Deixei por último, fora da ordem cronológica, o trabalho de Carla Fagundes, por ter sido realizada a edição apenas em suporte papel. Carla Fagundes (2014)²⁵ selecionou, para edição e estudo crítico-filológico, *Pau e Osso S/A*, buscando examinar os processos de produção, transmissão e circulação do texto teatral, lendo, na trama do texto, as ações do teatro amador. Além da **edição interpretativa**, o estudo crítico do texto selecionado permitiu a reflexão acerca da prática censória e de suas consequências para a produção dramática baiana. Na tese de doutorado²⁶, buscou explorar o teatro infantil, a partir do Acervo Deolindo Checcucci, construindo uma metodologia para a elaboração do arquivo hipertextual, trazendo o dossiê e as edições (<http://www.acervodeolindocheccucci.com/>).

²⁴ Consultar tese no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29614>.

²⁵ Consultar dissertação no site: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25528>.

²⁶ Sua tese foi defendida em 29 de março de 2019.

Como podemos observar, as edições realizadas em nosso grupo de investigação evidenciam a práxis filológica em duas direções: teleológica (texto único: produto) e pragmática (texto múltiplo e em rede: processo), ambas com foco na materialidade e historicidade dos textos, produtores e leitores. Os estudos levaram em conta temas como: o arquivo como lugar de memória, o arquivamento do sujeito escritor/dramaturgo, a linguagem proibida, o contexto sócio-histórico, os cortes e a censura (moral, social, política, religiosa), os processos criativos, de produção, de adaptação, teorias e práticas da edição, abordagens críticas (textual, genética, sociológica), filologia como procedimento de leitura ativa, crítica e política, entre outros.

Tais práticas editoriais e estudos crítico-filológicos podem ser consultados nos trabalhos disponibilizados nos sites do Repositório Institucional da UFBA (<https://repositorio.ufba.br/ri/>), do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) (<http://www.ppglitcult.ufba.br/>): (Marta Brasil (2006), Ludmila Jesus (2008; 2014), Isabela Almeida (2011; 2014), Eduardo Matos (2011; 2014), Débora de Souza (2012; 2019), Williane Corôa (2012), Mabel Mota (2012; 2017), Fabiana Correia (2013; 2018), Arivaldo Sacramento (2014), Liliam Carine Lima (2014), Carla Fagundes (2014), Hugo Leonardo Correia (2014), Elisabete Alencar Lima (2016)); e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da UNEB (<https://portal.uneb.br/ppgel/>): (Bárbara Cristina Martingil Silva (2008)); e ainda nos livros *Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: Literatura, Teatro e História em diálogo com a Filologia*²⁷, publicado em 2012, como resultado da investigação empreendida desde o ano 2006, com capítulos de autoria dos diversos integrantes da Equipe de Textos Teatrais

²⁷ Consultar livro no endereço eletrônico: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26433>.

Censurados (ETTC), e *Edição de texto e crítica filológica*, também publicado 2012, que contém a metodologia das edições crítico-genética (por Rosa Borges), genética (por Eduardo Matos), interpretativa em meio digital (por Isabela Almeida), sinóptica (por Arivaldo Sacramento), e os respectivos estudos de crítica filológica desenvolvidos. Os critérios para a apresentação, edição e estudo crítico-filológico dos textos estão postos nos trabalhos e livros aqui mencionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a Filologia, em sua vertente da Crítica Textual, não é uma disciplina que se ocupa somente dos textos do passado, nem tampouco dos estudos da Linguística Histórica, nem se resume à técnica de editar textos, preparando-os para o estudo de outros especialistas. Ela se realiza, sobretudo, pelo exercício da crítica aplicada a textos de todas as épocas. Trata-se de um complexo processo cultural que envolve escritores e leitores, que, pela mediação da crítica, nos Estudos Filológicos, vai além de fixar e publicar textos (embora o façamos também), analisa as situações textuais em todos os sentidos: história da gênese de elaboração de um texto, modos de transmissão, circulação e recepção dos textos, ação dos agentes sociais que atuam na mediação editorial, entre outros, construindo, assim, uma identidade para o nosso fazer filológico.

Através dos meus trabalhos e daqueles dos meus orientandos, pude traçar aqui os rumos da nossa prática filológica, disciplinar interativa, realizando diálogos com os mais variados campos de conhecimento, mostrando uma filologia que provoca, em seu labor, descentramentos

culturais e epistemológicos e apresenta uma ação interventiva e política do filólogo-editor. Nosso interesse é fazer o saber circular, é mostrar como pensamos e construímos nosso objeto de estudo. Interessamo-nos por todos os textos, e, por meio da crítica filológica, colocamos provisoriamente cada texto no centro e estabelecemos relações entre eles. O autor não é mais a figura principal, sob a égide da elaboração do texto crítico, mas um dos sujeitos dos processos de produção e publicação. O editor, por sua vez, é o intérprete que agencia os sentidos do tecido textual para construir outros textos, outros sentidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabela Santos de. **A crítica filológica nas tessituras digitais**: arquivo hipertextual e edição de textos teatrais de Jurema Penna. 2014. 321 f. 2 v. (um volume em site). Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ALMEIDA, Isabela Santos de. **Três fios do bordado de Jurema Penna**: leituras filológicas de uma dramaturgia baiana. 2011. 246 f. II. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980.

BIASI, Pierre-Marc de. **A Genética dos textos**. Tradução Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010 [2000].

BORDINI, Maria da Glória. A materialidade do sentido e o estatuto da obra literária em *O Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo. In: ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 199-275.

BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.

BORGES, Rosa. Estudos filológicos na contemporaneidade: relato de uma experiência. **Inventário** (Revista dos Estudantes do PPGLinC e do PPGLitCult da UFBA). Salvador, n.17, p. 1-20, dez. 2015.

BRASIL, Marta Maria da Silva. **Edição de alguns poemas éditos e inéditos de Godofredo Filho**. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. **Poemas do Mar de Arthur de Salles**: tentativa de edição crítica. 1995. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. **Poemas do Mar de Arthur de Salles**: edição crítico-genética e estudo. 2002. xxxvi + 809 + 56 il. 2v. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CONTINI, Gianfranco. **Breviario di ecdotica**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1920. 252p.

CORÔA, Williane Silva. **Edição de texto e estudo da linguagem proibida em Malandragem made in Bahia, de Antonio Cerqueira**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CORREIA, Fabiana Prudente. **Filologia e Humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde**: acervo e edição de *Os Desinibidos*. 2018. 346 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CORREIA, Fabiana Prudente. **O desabrochar de uma flor em tempos de repressão**: edição e crítica filológica de *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde. 2013. 216 f. + DVD. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CORREIA, Hugo Leonardo Pereira. **Bemvindo Sequeira e a cena política nas tramas de *Me segura que eu vou dar um voto***: edição e crítica filológica do texto teatral. 2014. 216 f. + DVD. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DUARTE, Luiz Fagundes. **A fábrica dos textos**: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz. Lisboa: Cosmos, 1993.

DUARTE, Luiz Fagundes. Glossário de Crítica textual. [1997-]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>. Acesso em: 9 nov. 2013.

ELIA, Sílvio. A Crítica textual em seu contexto sócio-histórico. *In*: ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA, 3., 1993, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: UFPB/APML/FECPB/FCJ. p. 57-64.

FAGUNDES, Carla Cecí Rocha. **Edição e crítica filológica de *Pau e Osso S/A do Amador Amadeu***: o teatro amador em cena. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando cascai; Edmundo Cordeiro. São Paulo: Passagens, 1992.

GRÉSILLON, Almuth. Alguns pontos sobre a história da crítica genética. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991, p. 7-18.

GRÉSILLON, Almuth. **Elementos da crítica genética**: ler manuscritos modernos. Tradução Cristina de Campos Velho Birck et al., Superv. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007 [1994].

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de la filología**: dinámicas de una práctica académica del texto. Tradução Aldo Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana, 2007 [2003].

HAY, Louis. **A literatura dos escritores**. 2. ed. Tradução Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007[2002].

JESUS, Ludmila Antunes de. **Teatro de cordel de João Augusto entre arquivo(s), edição e estudos**. 2014. 177 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

JESUS, Ludmila Antunes de. **A Dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras em Linguística, Universidade Federal da Bahia, 2008.

LIMA, Elisabete Sampaio Alencar. **Nas sendas da criação literária de Moreira Campos: um estudo genético de contos inéditos do autor**. 2016. 215 f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, FAPESB, 2016.

LIMA, Liliam Carine da Silva. **Manual de construção, a arquitetura poética de João Augusto: edição genética e estudo crítico**. 2014. 207f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, 2014.

LOURENÇO, Isabel Maria da Graça. **The William Blake Archive: da gravura iluminada à edição electrónica**. 2009. 490f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Programa de Pós-Graduação em Língua e literaturas Modernas, Coimbra, 2009. Disponível em: www.dominiopublico.com.br. Acesso em: 02 set. 2011.

MATOS, Eduardo Silva Dantas de. **O manuscrito autógrafo e suas rasuras: autoria, subjetividade e edição**. 2014. 202f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MATOS, Eduardo Silva Dantas de. **Os manuscritos de *Cândido ou O Otimismo – o herói de todo caráter*, uma adaptação de Cleise Mendes: leituras do processo de criação e proposta de edição genética**. 2011. 208f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MCGANN, Jerome J. **A Critique of Modern Textual Criticism**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, D. F. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005[1986].

MOTA, Mabel Meira. **Da trama do arquivo à trama detetivesca de Irani ou *As Interrogações*, de Ariovaldo Matos: leitura filológica do arquivo e edição do texto**. 2012. 220f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MOTA, Mabel Meira. **Filologia e Arquivística em tempos digitais: o arquivo hipertextual e as edições de *A Escolha Ou O Desembestado* de Ariovaldo Matos**. 2017. 234 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PRADO COELHO, Jacinto. **Filologia e literatura: o estudo das variantes**. Rio de Janeiro, UFF/CRB, 28 f. Comunicação apresentada ao CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA PORTUGUESA, 1973. Publicado em uma separata da Confluência, n.10, 2.sem. de 1995, Rio de Janeiro, com o título “Variantes e variações”.

SAID, E. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). **Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a Filologia em diálogo com a Literatura, a História e o Teatro**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Rosa Borges dos. Ações do filólogo editor: teoria e prática. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 20., 2016, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF: CiFEFil**, v. 20, n. 5, p. 44-62, 2016.

SCARANTE, Ionã Carqueijo. **Os manuscritos de *Pedaços de vida*, de Mady Crusoé: edição e estudo crítico e genético**. 2016. 181 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SHILLINGSBURG, Peter; EGGERT, Paul. Le paysage éditorial anglo-américain de 1980 à 2005. *In*: **Genesis: Théorie: état des lieux**. Paris, n. 30, 2010. p. 35-39. Tradução Christine Collière.

SILVA, Bárbara Cristina de Carvalho Martingil da. ***Luz oblíqua, obra inédita de Ildásio Tavares***: edição crítica e estudo do sujeito-poeta. 2008, 388 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. ***Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá***: crítica filológica e estudo de sexualidades. 2014. 358 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Algumas considerações acerca da filologia do processo: a crítica filológica na Bahia. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 20., 2016, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**: CiFEFil, v. 20, n. 5, p. 115-124, 2016.

SOUZA, Débora. ***Aprender a nada-r e Anatomia das feras, de Nivalda Costa***: processo de construção dos textos e edição. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

TEXTUAL Scholarship. Disponível em:
<http://www.textualscholarship.org/sociology/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2012.

QUAIS SÃO AS CLARAS DOS ANJOS DE LIMA BARRETO?

sobre crítica textual, crítica literária e decolonialidade filológica

Arivaldo Sacramento de Souza¹

A ligação dos estudos filológicos com os monumentos bibliográficos de erudição europeia é evidente! Foi por eles e para eles que ela, a Filologia, foi formada, com todas as convenções que garantiram a estabilidade de verdades, de poder e de hierarquias tanto religiosas quanto seculares (OLENDER, 2012). Os caminhos pelos quais essa frondosa arquitetura foi possível podem ser observados nas metodologias e conceitos estabelecidos para proteção desse cânon. Por isso, ainda hoje, é difícil operar com categorias que desafiem conceitos como “autoria”, “fidedignidade”, “originalidade” etc. Entretanto, no que pese essa blindagem, é possível ler, a contrapelo, de que modo tais

¹ Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: arisacramento@gmail.com.

princípios foram estabelecidos, ignorando a complexidade epistêmica, cultural, social e política de quase tudo que é posto no lugar da diferença.

Mais que isso, para além da metacrítica que dá chances agora à diversidade relegada ao aparato crítico ou que lia como variante/erros lições diferentes de textos históricos (MOREIRA, 2011), tencionamos recuperar narrativas de sujeitos silenciados a partir da investigação social de seu processo de produção, circulação, recepção e transmissão. Configuramos um aparato metodológico que, em diálogo com as vertentes mais tradicionais do labor filológico, oferece a transformação necessária para outras compreensões de texto e de seus respectivos usos sociais.

Diante disso, propomos discutir de que modo todo esse empreendimento filológico pode ser utilizado para própria desconstrução dele e do humanismo totalizador, negador de outras humanidades mais plurais e diferentes. Para fazer isso sem separar teoria da prática, elegemos como *corpus* dissidente desta discussão os manuscritos e edições que compõe conto e romance, homônimos, Clara dos Anjos de Lima Barreto. Nessa tradição textual, podemos observar como autor, editores e processos de criação e transmissão textual são movidos de modo a representar a complexidade daquilo que é ser sujeito dissidente no início do século XX.

Com isso, assumimos a Filologia como um empreendimento analítico. Um conjunto de estratégias que remete à negociação entre dois eixos não-binários:

- a) o sentido socialmente estabilizado de Filologia, qual seja: investigação do texto “no tempo”, numa paráfrase à célebre expressão de Le Goff ao definir história como o estudo do homem no tempo (LE GOFF, 2003). De fato, os estudos

filológicos sempre tentaram compreender as materialidades textuais historicamente, ainda que agindo em perspectiva filosófica (mais ou menos positivista) ou teológica (no sustento da verdade a partir da “autópsia” das palavras; e

- b) o sentido aqui desafiado, qual seja: o deslocamento da Filologia de práxis humanística (SAID, 2007) não exclusivamente europeu, comprometido não com a fixidez dos discursos de fidedignidade ahistoricizados, mas com a possibilidade de construção argumentativa que toma como eixo estruturante as materialidades pelas quais os textos foram produzidos, as que foram acrescidas quando o texto entrou em circulação e quando foi transmitido historicamente.

Com isso o que buscamos é a expansão do campo de ações críticas para promoção de novos operadores críticos, novas metodologias que, a um só tempo, resignifiquem a tradição disciplinarmente constituída e possibilitem a articulação com epistemologia decoloniais. Não se trata, porém, de uma simples alternância de perspectiva teórica; mas de uma releitura das condições de produção do saber, uma investigação realizada por meio de uma ética filológica cujo compromisso não é mais sobre o sentido definitivo, mas sobre a interpretação das possibilidades históricas que garantiram a emergência dos efeitos de sentido.

Se nos lançarmos diante de uma percepção das condições de produção de raça, gênero e sexualidade da epistemologia que tornou possível a Filologia Ocidental, poderemos perguntar, junto com Enrique Dussel (2008) e Grosfoguel (2016), o seguinte: ao construir saberes universais, validados e impostos a todas as culturas reconhecidas no mundo todo, a ciência (fruto do imaginário cartesiano) produziu a partir de que custo? Que sofisticado mecanismo, baseado em opressões de raça,

gênero, sexualidade e classe, esteve azeitando a máquina de silenciamentos epistêmicos de culturas que precisaram ter suas complexidades simplificadas?

Agora, diante dessa violência histórica das análises, resta-nos a constrangedora tarefa de fissurar as certezas que nos adornou o imaginário ocidental. Nesse sentido, Grosfoguel (2016), leitor de Dussel, diz o seguinte:

[...] o “penso, logo existo” de Descartes é precedido por 150 anos de “conquisto, logo existo”. O *Ego conquiro* é a condição de existência do *Ego cogito* de Descartes. Segundo Dussel, a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. Quem é esse ser? Segundo Dussel (2005), é o Ser imperial. O “eu conquisto”, que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do “eu penso” idólatrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais (GROSGOUEL, 2016, p.30-31).

A ironia utilizada na citação acima afina o tom do desafio que se nos impõe. Ao pensar decolonização filológica, salientamos que não pretendemos instaurar um repertório coeso, teoricamente estabelecido por uma bibliografia que legalmente separa teoria, prática, arte etc.; mas planejamos posicionamentos que partem de lugares de enunciação, cujos silêncios e ausências fazem ruir a ficção universal da ciência tradicional. Por isso, não estamos falando de uma nova fase dentro do campo da teoria filológica; antes, estamos encaminhando um outro movimento para construção de saber comprometido com a complexidade histórica dos sujeitos, dos textos e das línguas.

2 QUANTAS CLARAS DOS ANJOS HÁ?

Embora o título nos coloque em uma posição de resposta objetiva, devemos confessar que esta não nos é possível. A personagem Clara dos Anjos está materializada em diversos gêneros escritos por Lima Barreto desde o início do século XX. Ela figura como uma imagem que o acompanha desde suas anotações hoje possivelmente preservadas e sistematizadas em textos como *Diário Íntimo*. De fato, o que propomos aqui é a problematização dos conceitos de **texto/obra** (enquanto um construto original a partir de onde se requer a fidedignidade), **tradição textual** que, junto a outros operadores, constroem um repertório de práticas filológicas que não possuem adesão às circunstâncias textuais da produção e do *modus operandi* de Lima Barreto. Assim, pretendemos apontar para uma necessidade de reconfiguração da agenda laboratorial da Crítica Textual expandida para um universo fronteiriço da crítica literária/cultural.

Dito isso, precisamos entender de onde partiremos. Inicialmente, é preciso dizer que os desenvolvimentos contemporâneos dos estudos literários permanecem negligenciando os desafios e contribuições da Filologia, especialmente da Crítica Textual, para a construção das reflexões críticas dos textos, objeto de suas respectivas pesquisas. Tal distanciamento traz prejuízos à construção do conhecimento, especialmente, no momento em que deixam de lado as dimensões históricas e materiais do texto. Esse é o caso de Clara dos Anjos, de Lima Barreto, narrativa póstuma que circula no mercado editorial brasileiro com o estatuto de romance, texto uniforme produzido sob o fôlego criador de seu autor. Entretanto, o texto apresenta uma complexa tradição textual cujo estudo permitiria entender, segundo a hipótese aqui

defendida, o processo de criação de Lima Barreto não do ponto de vista genético, mas do ponto de vista das mobilidades textuais dentro de sua própria obra. Assim, temos por objetivo investigar não a literatura de Lima Barreto a partir da obra *Clara dos Anjos*, mas entender numa dimensão mais complexa o Projeto *Clara dos Anjos* a partir do contexto mais ampliado da própria obra de Lima Barreto como uma espécie de crítica ao que mais contemporaneamente chamaríamos de feminicídio. Para isso, lançaremos mão dos testemunhos existentes e apontaremos para algumas conexões entre esses papéis.

Tudo isso serve para mostrar que o que se tem feito, reproduzindo as lições alemães de estabelecimento textual, em torno do romance *Clara dos Anjos* parece mais uma tentativa de adequação da narrativa ao gênero romance que oculta ou dissimula um projeto aumentado que o autor não pôde cumprir antes de sua morte. O inacabado de *Clara dos Anjos*, conforme a hipótese que aqui defenderei, não pode ser simplesmente resolvido com uma edição e consagração da obra. Precisamos pensar o inacabado como uma poética que põe em expansão a necessária compreensão de *Clara dos Anjos* como um arquivo não-linear, um discurso de muitas sinuosidades sobre a violência contra a mulher negra.

Talvez devamos mudar a questão, ampliá-la no sentido de tentar compreender que movimentos textuais foram realizados desde o processo de produção, circulação, recepção e transmissão do texto. Talvez, seja imprescindível reconhecer todas os tecidos textos nomeadamente *Clara dos Anjos* como testemunho documental tratado ficcionalmente diante da dor.

Assim, cada reescrita por que a narrativa passou e que ficou materializada nos testemunhos dará chaves para leitura de sua incompletude, forma pela qual é possível ler e entender a questão ali

posta. Portanto, a agenda proposta é que leiamos a partir da complexidade histórica do texto, considerando as transformações textuais produzidas, e não apenas pela metáfora da unidade provocada pela publicação do livro impresso.

Caminhando em outra direção, se quiséssemos hoje fazer uma edição crítica de Clara dos Anjos poderíamos dizer que o resultado da *recensio* poderia ser compreendido de maneira bastante diferente, especialmente se a perspectiva adotada toma conselhos com a Crítica Genética. Poderíamos considerar esboços e rascunhos presentes no *Diário Íntimo* do escritor, passando outros gêneros e suportes típicos da cena literária carioca no início do século XX. Mas, caso optemos por uma rigorosa aplicação dos métodos (neo)lachmannianos para constituição da tradição textual, seríamos obrigados a debater a definição de **testemunho** (uma das cópias sobreviventes de um dado texto) e **versão** (texto irmanado, embora com tamanha diferença que não possamos dizer dele cópia dadas as transformações nele existentes). O que, de modo imediato, altera os lugares comuns do hábito filológico de só ser possível editar em alemão. Afinal, por Clara dos Anjos, podem ser encontrados textos de diversos suportes e gêneros.

Primeiramente, testemunho pelo fato de os textos constantes na *recensio* não serem necessariamente cópias que possamos reconhecer aqui e ali lugares críticos; ao contrário, são narrativas cujo parentesco – poderíamos dizer – só se dá no nível semântico. O que nos traz à segunda questão, a saber: chamar a esses textos identificados na *recensio* de versão não nos obrigaria a uma narrativa teleológica, uma narrativa única que, novamente, nos poria em face do ânimo autoral?

Diferente do que se concebe no senso comum, o romance não foi fruto de um projeto de escrita que emergiu da mente criadora e foi posta

em execução por gênio autoral. Antes, é chão onde e de onde se lavram o custo da vida no subúrbio carioca. Cada texto-trecho-excerto grafa um dos ângulos de sua experiência de amar mesmo (RESENDE, 2012). O fato de o tom desconfortável que a escrita barretiana produz não pode ser uma chave com a qual podem ser cerradas e ceifadas as diversificadas representações da humanidade. Em Lima Barreto, o amor não é obscuro, como advertiria Barthes em seus *Fragments de um discurso amoroso* (2007), ainda que essa temática não seja a mais demandada pela crítica. É quase um truísmo a desumanização e simplificação do projeto intelectual e artístico de quem, pela angústia de suas demandas, chega aos temas de sua literatura pela dor, para lembrar bell hooks (2013).

De imediato, esse ponto de vista nos coloca diante de uma complexidade histórica e social que constituíram as condições de produção do romance, não de modo linear, como algumas abordagens da Crítica Genética parece providenciar para a leitura, mas com uma dinâmica nem sempre fácil de apreender. De certa forma, esta recusa à leitura do processo de criação de *Clara dos Anjos* pelo viés geneticista está ancorada em três questões principais:

- a) A crítica genética, ainda que transformada hoje epistemologicamente pela abertura para as diversas interfaces entre arte e literatura, possui princípios teóricos formulados a partir dos *corpora* do romance francês. Não é sem razão que as etapas de um processo de criação quase sempre estejam vinculadas à dinâmica social da cena literária francesa, especialmente, quando pensamos nos manuscritos dos romances;
- b) A ideia de autoria, recuperada aqui e ali, sob a etiqueta do “escritor” também precisa ser rasurada – para usar uma

expressão cara à área. Primeiro, pelo fato de o autor ser uma espécie de dispositivo a partir do qual os críticos dão unidade e conformam a ideia de texto/obra, o que gera uma sofisticada fortuna crítica com um referente único por eles também canonizada; segundo, pelo fato de o dossiê do romance de Lima Barreto apontar para uma série de mediadores editoriais (CHARTIER, 2002) responsáveis pelas alterações, readequações – basta lembrar as queixas feitas por Lima Barreto ao Sr. Monteiro Lobato – e edição dos textos que a ideia de “autoria” como mecanismo capaz de estabelecer-se como referência de fidedignidade. Não é este o laboratório da criação de Clara dos Anjos, de Lima Barreto;

- c) A conformação do que virá a ser Clara dos Anjos não será dada de modo teleológico. O fato de haver textos que parecem dar à luz a partes do romance é muito mais fruto de uma consciência linear sobre o processo de criação, portanto, da concepção teórica de “processo de criação” do que da incompletude e provisoriedade daquilo que se considera etapa. Por outras palavras, o conto, o folhetim e o romance, embora possam estar emergindo de uma dicção narrativa comum a respeito de “uma jovem moradora do subúrbio do Rio de Janeiro, mulata, filha de carteiro apreciador de modinhas” (RESENDE, 2012, p. 9) circularam socialmente de modo particular e instauraram uma sociabilidade textual também contextualizada. Por isso, afirmar, como propõe Lima (2016), que esses textos constituem uma trajetória que se encerra no formato livro, romance, é precarizar a inserção histórica nos diferentes suportes e o significado material produzido. Em lugar de pensar “Do conto ao

romance”, precisamos compreender o conto, o folhetim, o romance. Há aqui uma problemática acerca da teoria da história, como afirma Marcello Moreira.

Vale também ressaltar que, diferentemente dos outros romances de Lima Barreto, não há o manuscrito da narrativa, restou-nos apenas o folhetim (RESENDE, 2012)

E a Filologia, o que nos diz a Filologia sobre esse tema? Embora possua outro objetivo, a perspectiva mais convencional da Filologia, quando pensa a transmissão textual em termos de cópia e/ou versão, envereda pelo mesmo caminho teleológico ao acreditar ser possível o resgate do original perdido ou, mais contemporaneamente, o texto representativo da última vontade do autor. Afinal, os erros do processo de transmissão, flagrados pela colação, funcionam como um itinerário a partir do qual o filólogo encaminhará a restituição da fidedignidade do texto, “corrompida” pela ação do tempo.

Com isso, não estamos criticando a possibilidade de colacionar textos, mas pondo em suspensão os compromissos assumidos pelo pressuposto de haver, independente da situação textual investigada, a ideia de resgate histórico do texto, associada à ideia de recuperação dos sentidos primeiros, verdadeiros etc. Esse recurso patrimonialista quase sempre associado à instituição de um texto de natureza compósita pode – ou não – ter representado uma compreensão histórica sobre o texto, mas nunca A única.

Por outro lado, a colação dos testemunhos, também nos leva ao lugar de crítica. Dali, encontramos a possibilidade de leitura do texto a partir da qualidade dos tempos. Isso significa, em outros termos, que a leitura das cópias/versões dos textos irmanados historicamente, num maior ou menor grau de semelhança, precisa considerar as

particularidades das “coordenadas materiais” (MARQUILHAS, 2016, sem paginação) nas quais cada texto foi forjado. Desse modo, cada texto traz lições que não necessariamente competem entre si sob o arbítrio do editor, mas conformam um projeto sociológico de leitura. Isso proporciona a produção de uma outra agenda crítica que lide com as temporalidades e revise o paradigma a partir do qual alguém pode ler.

No caso específico de *Clara dos Anjos*, quando falam numa edição crítica, pensam no romance publicado em 1948, a edição *princeps* que teria gerado a mais intensa circulação do texto ou deveríamos considerar um número maior de aspectos e incluir textos incompletos, anotações, conto, folhetim e romance? Independe de qual seja a alternativa escolhida, todos esses elementos, de lugares diferentes, ajudam a compreender a experiência estética, o processo de criação em estrita relação com as formas de circulação, o que explica o fato de alguns projetos de Lima Barreto serem realizados em diferentes tipos de gênero, ora mais adequado à dinâmica do jornal, ora com chances reais de publicação em formato de livro.

Nessa direção, pesquisadoras como Resende (2012), Lima (2016), apontam-nos para os seguintes registros de Lima Barreto sobre Clara que aparece enquanto projeto em 1903 e se prolonga até 1922, ano da morte de Lima Barreto:

- a) *Diário íntimo*, o planejamento da trama (1903);
- b) *Diário íntimo*, anotações esparsas e inacabadas (1904);
- c) *Revista da América Latina*, publicação do Conto (1919);
- d) *Histórias e sonhos*, publicado por *A Noite* (1920);
- e) *Revista Souza Cruz*, publicação em folhetim em 16 números da revista de fev. 1923 a maio 1924 – uma homenagem a Lima Barreto;

f) *Editora Mérito* publica em 1948 uma edição completa de Clara dos Anjos. É a edição *princeps* do romance.

O primeiro indício de que Lima Barreto pretende escrever Clara dos Anjos, segundo Francisco de Assis Barbosa e Beatriz Resende (2012, p. 9), figura

nas anotações feitas em suas cadernetas, reunidas postumamente por seu biógrafo [...], aparece, já em 1904, um resumo do que seria o enredo da narrativa. O *plot* inicial é bastante simples, sem nada de muito surpreendente: uma jovem moradora de subúrbio do Rio de Janeiro, mulata, filha de carteiro apreciador de modinhas, é seduzida por um malandro da vizinhança, branco, que a abandona. A sedução de Clara, indica o diário, ocorreria no dia 13 de maio, dia em que foi proclamada, como nos diz a história oficial, a Abolição da Escravatura.

Essa longa permanência do projeto de Clara dos Anjos durante pelo menos duas décadas diz da necessidade de entendermos que o Projeto *Clara dos Anjos* como um elemento encadeador de temas que, dadas as oscilantes oportunidades de publicação, vão sendo priorizados ou reescritos num e noutro gênero narrativo. Clara representa a violência contra a mulher negra e o debate da solidão, ainda que ela não seja a única personagem a ser representada nesse contexto, embora seja a que melhor refrata a ambiência na análise lima-barretiana.

Em nossa concepção, não é que Clara dos Anjos tivesse desde o início dos anos de 1900 a mesma narrativa. É que ela pertence a um projeto muito mais ambicioso, como nos faz crer mais uma anotação de Lima Barreto: “Registro aqui uma ideia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia.” (BARRETO, 2018, p.

498), excerto também citado por Resende (2012). Em outra passagem também de 1903, há a seguinte anotação em seu diário íntimo: “Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho 22 anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da escravidão negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade” (BARRETO, 2018, p.452).

Daí, insistir numa concepção em que haveria um nascimento, desenvolvimento e publicação da narrativa seria permanecer com as lições do cientificismo filológico desconsiderando os aspectos dados pela pesquisa no arquivo. Assim, perguntas como: onde teria começado em Lima Barreto Clara dos Anjos? Qual seria o texto representativo do ânimo autoral? frequentemente inundam a pesquisa de pressuposição amplamente difundido pela teoria, deixando de lado, por exemplo a dinâmica de produção intelectual do escritor em questão.

Desse modo, vemos que o conto Clara dos Anjos, de 1919, atende aos compromissos com o suporte, possivelmente com a demanda financeira do escritor, mas também não se aparta das pautas políticas, culturais e estéticas da literatura lima-barretiana. Propor que o conto é um meio termo à distância do que será o romance, considerado acabado é tornar a narrativa mais curta (o conto) inferior, apagar as diferenças existentes em cada contexto em nome de uma vontade teórica de pensar a escrita, a literatura e a obra por um caminho linear e obstinado enfeixado em suas próprias demandas.

Para muitos críticos, “a breve história de Clara contada no conto não é expressivamente ampliada no romance” (RESENDE, 2012, p. 15), o elemento que está operando para o funcionamento dessa comparação é o critério da estrutura da narrativa, o foco narrativo compreendido.

Porém, se mudadas as questões e aferidos outros pontos de vistas, conseguimos observar um sem-fim de diferenças.

A comparação em busca de semelhanças pode apequenar o conto no universo das novas relações e tensões paralelas que aparecem no romance. Tal elemento estrutura os termos pelos quais E. Lima compara as narrativas:

A concepção ficcional última do romance Clara dos Anjos permitiu a Lima Barreto desenvolver tramas paralelas, como as de Marramaque, Lafões, Leonardo Flores, Cassi Jones. Enquanto o conto apresenta rapidamente o sedutor de Clara e a trama para conquistá-la, o romance aprofunda essas questões, tecendo aspectos dramáticos que envolvem violência, assassinato, traições e mentiras [...] (LIMA, 2016, p. 122).

Mas se a comparação também puder valer-se das diferenças encontradas, no sentido de entender as singularidades postas, entenderemos que a emergência, apagamento e substituição de personagens não funcionam como ajustes narrativos em busca do tólos já mencionado; antes, apontam para o processo de criação do escritor e para amplitude da problemática posta. A troca dos nomes dos pais de Clara, de Manuel para Joaquim e de Florência para Engrácia do texto inacabado de 1904 para o de 1919 pode parecer uma simples substituição lexical, mas não seria incorreto inferir que essa transformação também seja a reinterpretação da história a partir de outras dimensões narrativas.

A situação, entretanto, do cafajeste nas diferentes narrativas é um pouco diferente. Isso porque, seja o texto inacabado de 1904, seja o conto, seja o folhetim que transmite o romance, estamos falando sempre de Clara, uma mulher negra (atravessada pelo imaginário da mestiçagem) vítima do abandono e entregue à solidão num contexto em que as mulheres possuíam entraves para tomar a agência sobre si.

Todavia, essa Clara são várias e descortinam as possibilidades, dentro da lógica de verossimilhança cara à escrita de Lima Barreto, de ser mulher negra no subúrbio. É assim que, no diário íntimo, mais uma vez, uma Clara aparece em 1868, perde o pai em 1887, é deflorada no ano de 1888 no dia 13 de maio, dá à luz em 1889, é deixada em 1892, casa-se em 1894, torna-se viúva em 1899 e “amiga-se” em 1900.

Outra mesma Clara, no texto de 1904, é órfã de pai e é obrigada a trabalhar cedo para ajudar no sustento da família no ateliê no centro da cidade. Nessas idas e vindas, conhece um latagão, um rapazola, adolescente que agora vai figurar materialmente como o estuprador de Clara junto a comparsas. O trecho diz:

O latagão do outro lado armava o salto para um lado e outro, no fim de enganchá-la. Por fim, de um salto, agarrou-lhe pela toalha, que ela tinha ao redor do pescoço, que lhe ficou nas mãos. Enfurecido, ele corria da direita para a esquerda, atrás de Clara, saltava a cama, enganava-a, e sempre a rapariga, murmurando pedidos, escapava dos seus botes, com um seguro instinto de conservação. Por fim, já sentindo que as forças lhe iam faltar, Clara pôs-se a gritar por socorro; gritou uma, duas, três, seis vezes, ao fim das quais, violentamente empurrada, a porta do quarto se abriu, e algumas pessoas entraram e levaram os dois até o rondante e daí para a subdelegacia (BARRETO, 1956, p.282).

No conto, é a vez de Clara ser ludibriada por Júlio Costa, já representado com mais idade, e de sofrer dos imaginários – crítica mordaz feita por Lima Barreto – sobre a experiência social do amor e da vida da mulher negra no subúrbio, vejamos:

Clara já estava habituada com a redação e ortografia do seu namorado, mas, apesar de escrever muito melhor, a sua instrução era insuficiente para desprezar um galanteador tão analfabeto. **Ainda por cima, a sua fascinação pelo modinheiro e a sua obsessão pelo casamento lhe tiravam toda a capacidade crítica que pudesse ter.** A carta produziu o efeito esperado por Júlio. Choro, palpitações, anseios vagos, esperanças nevoentas, vislumbres de céus desconhecidos e encantados — tudo isso aquela carta lhe trouxe, além do halo de dedicação e amor por ela

com que Clara fez resplandecer, na imaginação, as pastinhas do violeiro. Daí a dias, fez o prometido, isto é, deixou a janela do quarto aberta para que ele entrasse no aposento. Repetiu a façanha quase todas as noites seguidas, sem que ele se demorasse muito no quarto (BARRETO, 2018, p. 131-132).

Nesse excerto, vemos Clara padecer dos males do amor, mas não vemos a representação assujeitada de uma mulher negra como já aparece nas páginas de um Aluísio de Azevedo, por exemplo. Discordamos, pois, das tendências de leitura que não compreendem que Clara poderia ter agência nesse processo.

No romance, em que vemos Clara envolta numa ambiência mais complexa, Clara, também aqui está envolta pelos galanteios de Cassi Jones, uma figura sestrosa, capaz de seduzir mulheres casadas ou solteiras só para construção de uma narrativa de superioridade e reforço de sua masculinidade, o que quase sempre resulta em feminicídio ou uxoricídio, enfim, em morte. Sobre isso, vale, mais uma vez a observação de Resende (2012, p. 17), ao notar que: “[o] envolvimento de Clara com Cassi Jones é antecedido, na narrativa, por tema que frequenta abundantemente o jornalismo de Lima Barreto: o assassinato de mulheres por maridos e amantes ciumentos”.

Tantas Claras presentes no imaginário de Lima Barreto não podem simplesmente apontar para a escrita que veio à público na Revista Souza Cruz, em homenagem ao escritor que falecera um ano antes. É sobretudo uma escrita que tem um compromisso de debater a vida. Cada um dos textos apresenta uma narrativa que mantém, em suas formas discursivas, a tragédia experienciada pela mulher negra no contexto suburbano e na precariedade dos afetos. A cada Cassi Jones, Rapazola, Júlio Costa, preenchendo o estereótipo do cafajeste, há mais de uma Clara, perturbada pelas restrições sociais e violência sofrida pela mulher na história coercitiva e republicana do Brasil. Essa diversidade de Clara

pode ser traduzida em Lima Barreto em um texto de 27 de janeiro de 1915, cujo título é “Não as matem” e o final é um apelo: “Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus”.

Ao final de cada uma de suas narrativas acima apontadas, temos a enunciação de Clara como sujeito atenta à compreensão da dura realidade que a circunda. Em 1904, ela está na delegacia denunciando os estupradores; no conto, ela, em diálogo com a mãe, diz:

“Foi ao encontro da mãe. Não lhe disse nada; abraçou-a chorando. A mãe também chorou e, quando Clara parou de chorar, entre soluços, disse:
— Mamãe, **eu** não sou nada nesta vida.” (BARRETO, 2018, p.133)

Mais tarde, também no desfecho da trama do folhetim/romance, lemos:

Num dado momento, Clara ergue-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero;
— Mamãe, Mamãe!
— Que é minha filha?
— **Nós** não somos nada nesta vida. (BARRETO, 2012, p.294)

A percepção da experiência e derrocada da mulher negra nesse contexto é ampliada à dimensão racial como um todo. Se no conto o eu parece particularizar a situação e o desespero de uma mulher jovem grávida e abandonada pelo seu consorte, no romance a percepção coletiva das violências dirigidas à mulher é denunciada. O que pode aparecer como uma subalternização da personagem reduzida a uma imagem de conformidade, a meu ver revela um ponto legítimo de solidariedade e de sobrevivência da mulher: a confissão do desespero à sua própria mãe, o que aponta para a complexidade dos elementos que estruturam as formas de resistência de mulheres solteiras em face às negligências e violências dos homens nesse contexto.

Portanto, defendo que a diversidade de narrativas em que Clara está figurada atente mais ao estarecimento do escritor diante da problemática que envolve a mulher nas relações sociais e afetivas que a um projeto teleológico de reformulação que terá como fim uma única Clara. Se há a salvo outro juízo, acredito que a Crítica Literária ao mover-se em direção a essa pluralidade documental poderá também escapar da metáfora do autor-obra responsável pelo apequenamento de outras narrativas presentes nas representações de Clara dos Anjos na intensa atividade de escrita de Lima Barreto.

Longe de propor um relativismo irresponsável, em que qualquer tipo de leitura valeria, parece-me mais estratégico que a crítica seja alcançada a partir do contexto de produção da obra de Lima Barreto. Ler o romance sem compreender de que modo o tema atua na negociação e agência dos questionamentos caros à Lima Barreto pode ser um risco, um anacronismo perturbador o qual – esperamos – devemos sempre recusar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. (Primeira versão incompleta). *In*: _____. **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. *In*: _____. **Lima Barreto**: obra reunida 1881-1922. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. p. 123-133. (Histórias e sonhos).

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BARRETO, Lima. Diário Íntimo. *In*: _____. **Lima Barreto**: obra reunida 1881-1922. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. p. 443-669.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um Discurso Amoroso**. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Roland Barthes).

CHARTIER, R. A mediação editorial. *In*: _____. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

DUSSEL, Enrique. Anti-meditaciones cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v. 9, 2008. p. 153-197.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan.-abr., 2016, p. 25-49.

HOOBS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LIMA, Elizabeth Gonzaga. Do conto ao romance: o processo criativo de Lima Barreto entre a forma literária e o suporte. **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, v.25, n.2, 2016, p. 105-126.

MARQUILHAS, Rita. Filologia. *In*: CEIA, Carlos. (Org.). **E - Dicionário de Termos Literários**. Disponível em: <http://www.2.fsch.unl.pt/invest/edtl/index.htm>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MOREIRA, Marcello. **Crítica Textualis in Caelum Revocata?** Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2011.

OLENDER, Maurice. Arquivos do paraíso. *In*: _____. **As línguas do Paraíso**: arianos e semitas. Um casamento providencial. Tradução Bruno Feitler. São Paulo: Phoebus, 2012. p.13-36.

RESENDE, Beatriz. Em defesa de Clara dos Anjos. *In*: BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 9-24.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

POR UMA FILOLOGIA ENGAJADA: diálogos entre crítica política e crítica filológica para estudo de textos teatrais censurados¹

Fabiana Prudente²

1 INTRODUÇÃO

Após 11 anos desenvolvendo pesquisa filológica sobre textos teatrais censurados no período da ditadura militar de 1964, dei-me conta de que sempre me referi aos horrores promovidos pela repressão política e policial como algo que estivesse ligado a um passado histórico, quase remoto, que não representava mais uma ameaça, posto que, a meu ver, o Brasil estava acomodado há mais de 30 anos de regime democrático, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Pensando dessa forma, meu compromisso de pesquisa estaria ligado à memória e à inserção dos textos

¹ Este trabalho foi produzido no ano de 2018, logo os fatos aqui trazidos e examinados estão contextualizados no referido ano.

² Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: fabiana.prudente@ufba.br.

teatrais censurados na história da literatura e da dramaturgia brasileira. Eu seguia o idealismo romântico e ingênuo de que minha pesquisa, assim como outras sobre o mesmo período, contribuía para que esse capítulo da história do Brasil não fosse esquecido e não se repetisse.

Contudo, ante o processo de endireitamento político vivenciado no Brasil desde o golpe de 2016, observo cada vez mais nítida a necessidade de me posicionar politicamente sobre minha produção acadêmica e seu valor no atual cenário sociopolítico, o que evidencio aqui ao utilizar o discurso em primeira pessoa, apontando não apenas a dicção ensaística deste trabalho, mas também a presença física e a subjetividade da minha pessoa no texto. De fato, no momento em que apresento este ensaio, o cenário político e social brasileiro tem sido caracterizado pelo crescente e violento desprezo por figuras de intelectuais, com perseguição judicial a professores, universidades públicas e jornalistas. Outra face da intolerância vigilante é a crescente censura moral sobre as artes, com alguns capítulos lamentáveis, com fechamento de exposições, confisco de obras e proibição de peças publicitárias.

Esse contexto de tensionamento político, social, intelectual e artístico têm sido solo fértil para o rápido desenvolvimento de um patriotismo ufanista e armamentista com conseqüente desdém pelos direitos humanos e estabelecimento da supremacia militar como solução para o restabelecimento da ordem, como propõem os crescentes movimentos pela contraditória intervenção militar constitucional e a intervenção das forças armadas no Rio de Janeiro, sob decreto de 16 de fevereiro de 2018.

O fortalecimento da extrema direita brasileira mostra que o fascismo deixou de ser uma ameaça e se materializou no cenário nacional, o que me tem feito sentir (e aqui me desfaço da pretensiosa e ilusória

objetividade acadêmica para expor minha subjetividade não mensurável e abstrata) que é urgente validar o lugar do filólogo como intelectual humanista cujo trabalho objetiva romper com particularismos opressores para operar em uma esfera democrática. Quando observo o endireitamento político e o conservadorismo moral em voga, com campanhas intervencionistas, identifico que o golpe que se estabeleceu em 2016 se aproxima do que se observava nos governos militares estabelecidos entre 1964 e 1985, que é precisamente o contexto estudado aqui, com foco na dramaturgia censurada de um autor carioca, Roberto Athayde.

Partindo dessa perspectiva, retorno ao contexto da produção teatral brasileira que se estabeleceu entre os anos 1964 e 1988, marcada pela ação de diversos mecanismos de coerção política, moral e ideológica, sobretudo após a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968. Assinado pelo então presidente Artur da Costa e Silva, o AI-5 foi o quinto dos decretos estabelecidos na política ditatorial e vigorou até o ano de 1978 (BRASIL, 1968). Esta medida determinou, entre outros aspectos, a censura prévia a todas as atividades artísticas, privando a liberdade de expressão e conferindo poderes absolutos ao regime, cuja primeira ação foi colocar o Congresso Nacional em recesso por quase um ano (Art. 2). O AI-5 possibilitava às autoridades a prisão e a cassação dos direitos políticos, públicos e privados de qualquer cidadão (Art. 4), permitindo ao Ministro de Estado da Justiça a adoção das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado. Além disso, o Art.7 também possibilitou ao presidente decretar no país o estado de sítio, bem como confiscar bens (Art. 8) e suspender a garantia de *habeas corpus* (Art. 10).

No âmbito teatral, os textos encaminhados à Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal (DCDP/DPF) sofreram cortes a expressões, réplicas ou cenas, além de vetos à encenação. Objetivando exercer vigilância sobre a difusão da cultura subversiva, os cortes mutilavam conteúdos sócio-políticos, morais, culturais e religiosos, retratando a opressão de uma política que ficou conhecida como “linha dura”. Com a submissão dos textos teatrais à censura prévia, bem como o condicionamento da encenação à observação censória em ensaio geral, fortaleceu-se a arte engajada, de resistência política e de forte conteúdo ideológico.

É nesse contexto que se insere a produção dramatúrgica do carioca Roberto Athayde. Nascido em 25 de novembro de 1949, Roberto Athayde, o filho do escritor cronista imortal Austregésilo Athayde, que ocupou a cadeira oito da Academia Brasileira de Letras, evidenciou, desde jovem, interesse pelas artes. Aos 21 anos, em 1971, o autor já havia escrito cinco textos dramáticos, dentre eles, *Apareceu a Margarida*, uma das peças brasileiras mais encenadas ao redor do mundo ao longo da história, com tradução para cinco línguas e em cartaz até os dias atuais. Em 2003, a editora Nova Fronteira publicou uma coletânea dos cinco primeiros textos dramáticos produzidos por Roberto Athayde no período da ditadura militar. Sob o título *As peças precoces: Apareceu a Margarida e outras*, apresentam-se, além desta, os textos *O reacionário*, *Um visitante do alto*, *Manual de sobrevivência na selva* e *No fundo do sítio*.

Os textos dramáticos do jovem Athayde produzidos durante a década de 1970 evidenciam o compromisso do autor com ideais políticos de resistência ao regime ditatorial e provocadores dos órgãos de censura e de outras instituições políticas. Com exceção de *O reacionário*, de cuja encenação não tenho notícia, todos os demais textos de *As peças precoces*, e

ainda os textos *Os Desinibidos* e *Crime e impunidade* foram encaminhados à Censura e possuem registro no Arquivo Nacional – DF, que me disponibilizou cópias dos certificados de censura, documentos relativos aos textos e testemunhos datiloscritos e impressos, encaminhados aos órgãos de censura até o ano de 1988, quando houve a alteração da Constituição Federal e revogou-se a censura prévia.

Essas produções podem ser consideradas importantes testemunhos da cultura de resistência que marcou o período político brasileiro da ditadura civil-militar e constituem a coleção *Roberto Athayde: Dramaturgia Censurada*, título dado à hiperedição que vem sendo preparada para ser disponibilizada no site www.acervorobertoathayde.com³. Caracterizados por manifestar o engajamento do autor em diversos temas políticos e sociais que enfrentam o senso comum da consciência burguesa e o conservadorismo moral brasileiro – do paradigma racial escravista estruturante na divisão de classes à problematização de padrões heteronormativos e patriarcais, do enfrentamento do ascetismo cristão à discussão aberta de dissidências políticas e teorias sociais, antropológicas, filosóficas e psicanalíticas –, tais textos foram escritos e encenados (com exceção de *O Reacionário*) entre os anos 1971 e 1983, período em que o Brasil atravessou a fase mais severa da ditadura, estabelecida pelo AI-5.

Nesse sentido, ao compreender a produção literária (no caso específico, de textos teatrais) e a mediação editorial como gestos públicos que instituem a formação de uma comunidade interpretativa e de uma

³ A hiperedição, proposta desenvolvida por mim na tese de doutorado *Filologia e Humanidades Digitais no estudo da Dramaturgia Censurada de Roberto Athayde: acervo e edição de Os Desinibidos*, funciona, ao mesmo tempo, como um banco de edições digitais dos textos teatrais athaydianos e como um acervo digital contendo documentações diversas referentes a eles. O site, criado em 2018, já conta com a edição e o estudo do dossiê do texto *Os Desinibidos*, composto por testemunhos da tradição direta, textos de jornal, produções intelectuais do autor e documentação censória. Vinculada à produção da Equipe Textos Teatrais Censurados - ETTC, no Grupo de Edição e Estudo de Textos - GEET, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Borges, que integra a *Nova Studia Philologica* do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, esta pesquisa faz interagir Filologia, arquivo e Humanidades Digitais.

instância de legitimação literária que cercam e condicionam quais e como os textos são produzidos, lidos, editados e transmitidos socialmente, considera-se a dimensão política da produção literária e da práxis filológica para propor uma Filologia engajada e coerente com o papel público de intelectuais nas novas bases do estudo e prática humanistas propostas por Edward Said (2004), em *Humanismo e Crítica Democrática*, por Terry Eagleton (1983), ao concluir seu estudo introdutório em *Teoria da Literatura* tratando de Crítica Política, e em conformidade com a *Filologia Política* estudada por Zancarini (2008).

2 O TEXTO COMO OBJETO FILOLÓGICO, CULTURAL E POLÍTICO

A despeito de a racionalidade científica moderna (que começou a se desenvolver no humanismo quinhentista do século XVI) ter-se estabelecido, no século XIX, a partir de campos disciplinares sólidos e independentes – e de muitas pesquisas ainda defenderem o paradigma da ‘ciência pura’ –, a Filologia tem sustentado uma *práxis* interdisciplinar, crítica e humanística sobre seu objeto de estudo, o texto.

Considero aqui o lugar da Filologia no campo das humanidades, destacando, para isso, os processos técnicos, sociais e políticos que coordenaram os modos como os textos foram produzidos, e as diferentes etapas de circulação social do texto (ou sua proibição, seja pela censura editorial/comercial, ou política). É a partir desse paradigma que acolho a crítica filológica como sendo uma crítica política, entendendo aqui como político, como o fez Eagleton (2006 [1983], p.268) “a maneira pela qual

organizamos conjuntamente nossa vida social, e as relações de poder que isso implica”.

Parto do legado de Erich Auerbach e Edward Said, como filólogos que resistiram à tendência de fragmentação e especialização dos campos de saber e sustentaram, de modos diferentes, um enfoque humanista e multidisciplinar da Filologia. Esta, segundo Auerbach (1972 [1949]), seria entendida como o “conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da **linguagem** do **Homem** [*sic*] e das **obras de arte** escritas nessa linguagem” (AUERBACH, 1972 [1949], p.11, grifos meus). Note-se que Auerbach (1972 [1949]), como intelectual humanista de seu tempo, compreende o humanismo como um teomorfismo, em que o homem é tomado à semelhança de um deus. Aproximando-se do axioma classicista pré-socrático de que “o Homem é a medida de todas as coisas” (PROTÁGORAS, [4-- a.C.]), a noção de humano em Auerbach é centralizada na ideia de Homem como criador da linguagem e das grandes obras nela produzidas.

Nesse sentido, ao exaltar a erudição, a nobreza, a autenticidade e o caráter clássico da edição crítica de textos como atividade filológica, Auerbach (1972 [1949]) defende uma *práxis* filológica voltada para uma hermenêutica do cânone ocidental, como ele mesmo o fez em seus diversos estudos, dentre os quais destaco *Mimesis – a representação da realidade na literatura ocidental*, em 1946.

Confrontando a noção de Homem partilhada pelo humanismo evidenciado nos estudos de Auerbach (1972 [1949]), Foucault (2013 [1967]), ao buscar compor um *corpus* geral das técnicas interpretativas, analisa o Homem estabelecido no humanismo quinhentista como centro de poder, isto é, como um lugar estratégico que produz interpretações a partir do reconhecimento e da semelhança. Segundo Foucault (2013

[1967]), essa noção de Homem, ao atravessar o que Freud, em 1933, denominou **tríplice humilhação**⁴, tem sido deslocada sistematicamente, resultando em um reposicionamento do Homem, que deixa de ser observado como centro estável de poder e passa a ser analisado como um construto histórico. Atravessado por um deslocamento de poder, o *homem* ao qual se refere Foucault (2013 [1967]) já não seria um centro hegemônico e, como tal, é grafado em minúsculas, diferenciando-se do *Homem* referido por Auerbach (1972 [1949]) e por outros teóricos do humanismo hegemônico.

Enquanto a crítica foucaultiana conduziu-se ao anti-humanismo e aos estudos das relações de poder, Edward Said resistiu, através da Filologia, propondo, em *Humanismo e Crítica Democrática* (2007), outro caminho epistemológico para o estabelecimento de um novo humanismo baseado na crítica secular e na contextualização dos objetos estudados, a fim de buscar compreender como eles se construíram como tal (o modo como as coisas foram feitas), de modo que sua problemática do humanismo estaria

[...] aberta às especificidades do mundo contemporâneo, e não como uma forma patrimonialista de salvaguarda de tradições, isolacionismo cultural, exclusivismo ou hierarquização. O que anima o humanismo saidiano é a reintrodução de noções histórico-humanistas, seculares e mundanas, dentro do contexto do recrudescimento de políticas conservadoras e tradicionalistas no campo das humanidades, e do agravamento de conflitos e ideias beligerantes entre culturas tidas como apartadas e rivais (SANTOS, L., 2016, p.113).

⁴ Foucault (2013 [1967]) aponta três feridas narcísicas, já apresentadas por Freud em 1933, capazes de confrontar a noção de Homem como centro de poder. A primeira ferida, de ordem cosmológica, foi estabelecida por Copérnico, ao descobrir que a Terra onde habita o homem gira em torno do Sol, estando a ele submetida. A segunda ferida, considerada biológica, foi de responsabilidade de Darwin, quando, ao cunhar a sua teoria de *A origem das espécies*, propôs que o homem descende de primata. Por fim, ao submeter a consciência humana ao inconsciente, Freud estabeleceu a terceira ferida, de ordem psicológica. Dessa forma, Foucault (2013 [1967]) questiona-se em que medida Nietzsche, Freud e Marx abrem as feridas que, na pós-modernidade, resultam em um reposicionamento do Homem.

Observo, então, que o descentramento da noção de Homem acompanhou uma série de outros descentramentos de hierarquias de poder que suscitaram novas definições de papéis sociais, políticos e científicos. No âmbito filológico, a noção texto – que, na teoria da edição crítica, centrava-se no arquétipo pretendido, idealizado pelo autor e reconstituído pelo filólogo (em Lachmann), ou no testemunho eleito como *bom manuscrito* a ser editado (em Bédier) – sofreu uma desestabilização ao longo do desenvolvimento de estudos aplicados a textos modernos, que culminaram com a diversificação das atividades filológicas, com o desenvolvimento da Crítica Genética e da Sociologia dos Textos, e com uma redefinição do papel público do filólogo como intelectual humanista. Dessa forma, analisar a desconstrução do paradigma científico, social, político e humanista moderno que modificou o lugar do filólogo envolve compreender os deslocamentos de conceitos de texto, autor, obra, edição.

Mesmo tendo sofrido modificações em seu campo de trabalho ao longo dos séculos, a Filologia sempre tomou como objeto de estudo o texto, tendo como objetivo último preservar e transmitir a memória (seja ela literária, histórica, linguística, cultural). A noção de texto, por sua vez, bem como as tarefas filológicas, sofreram alterações ao longo da história de modo que o texto não é, para o filólogo, um fim em si mesmo. Ele é tomado para estudo como testemunho da sociedade e da cultura de uma época; para o estabelecimento de edições que busquem recuperar o patrimônio cultural escrito da humanidade; como fonte de dados linguísticos de diferentes períodos; ou como registros documentais necessários à construção de uma história literária. É em função da diversificação da noção de texto – admitido como testemunho da cultura pessoal ou social em um determinado contexto sócio-histórico – que se

diversifica a *práxis* filológica, situada na interface com diversos estudos para a compreensão do seu objeto.

A Filologia hoje pode, então – seguindo as transformações sociais, históricas e culturais que resultaram em um deslocamento das noções de humano, humanismo, texto e edição –, ser entendida como “constelación de habilidades académicas orientadas a ocuparse del cuidado de textos históricos”⁵ (GUMBRECHT, 2007 [2003], p.14). Essa perspectiva teórica posiciona a Filologia no campo das práticas multidisciplinares e incorpora a perspectiva histórica do trabalho do crítico.

Relacionando Filologia à história política, destaco o estudo *Uma Filologia Política: os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-1530)*, de Jean-Claude Zancarini (2008). Ao analisar textos que remetem à escritura da política e da história de Florença, do fim do século XV até a queda da república em 1530 (período caracterizado pelas guerras da Itália), Zancarini (2008) define seu trabalho como uma Filologia Política, e explica:

[...] “filologia” porque partimos de uma leitura (às vezes de uma tradução, forma particularmente rigorosa da leitura!) lenta e minuciosa que procura restabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra; “política”, não somente porque nós escolhemos estudar um corpus de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa mas também porque, para nós, a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm um valor eminentemente político, qualquer que seja o período utilizado (ZANCARINI, 2008, p.11).

Partindo da ideia de Filologia como leitura, a inovação de Zancarini consiste em reconstruir relações semânticas entre termos presentes nos textos, entendendo essas relações como relações políticas. Um dos termos estudados, considerado central na tradição florentina, é *libertà*, a respeito

⁵ Tradução livre: “uma constelação de habilidades académicas orientadas a ocupar-se do cuidado de textos históricos”.

do qual Zancarini propõe-se a avaliar “o que se ganha e o que se perde do sentido de uma palavra” (ZANCARINI, 2008, p.13). Dessa forma, avalia que o termo, cuja tradição remonta à transição do século XII ao século XIII, “mistura a ideia de independência da cidade e a de uma forma de governo pelos cidadãos, forma que se opõe ao senhorio de um só” (ZANCARINI, 2008, p.13).

Nessa perspectiva de estudo, situo a Crítica Filológica, entendida como uma “atitude crítica de leitura concebida como um espaço de produção histórica, linguística, sócio-cultural e política” (BORGES; SOUZA, 2012, p.47). Esse posicionamento crítico da leitura é considerado por Said (2004) como marca da *práxis* filológica dentro da perspectiva humanista, pois, para ele,

[o] humanismo diz respeito à **leitura**, diz respeito à **perspectiva** e, em nosso trabalho como humanistas, diz respeito às **transições de um domínio**, de uma área da experiência humana para outra. Diz também respeito à **prática de outras identidades** que não as dadas pela bandeira ou pela guerra nacional do momento. O desenvolvimento de uma identidade alternativa é o que fazemos quando lemos e quando ligamos partes do texto a outras partes, bem como quando passamos a expandir a área de atenção para incluir o **alargamento de círculos de pertinência** (SAID, 2004, p.105, grifos meus).

Seguindo essa abordagem, Said (2004) recupera a ideia de Filologia como forma de ler textos, ou, na definição nietzschiana, a arte de ler lentamente. A partir dessa perspectiva, a crítica filológica busca “compreender as inter-relações entre os conteúdos produzidos historicamente no texto e os mecanismos (linguístico-discursivos) produtores de significados no texto, ou melhor, pensar a leitura do texto por meio das coordenadas linguístico-discursivas, culturais, sócio-históricas e políticas nas quais o texto foi (re)inscrito e inseminado” (BORGES; SOUZA, 2012, p.48).

Dessa exposição, entendo que a crítica filológica objetiva redefinir as relações dos sujeitos com a história a partir do estudo de textos. Nas práticas filológicas desenvolvidas na Bahia, temos falado muito do texto como evento social e histórico, mas pouco o caracterizamos como evento político que tem relação com instituições, organizações, movimentos sociais e sujeitos enquanto categoria política. Compreender a produção literária (no caso específico, de textos teatrais) e a mediação editorial como gestos públicos que instituem a formação de uma comunidade interpretativa e de uma instância de legitimação literária que determinam quais e como os textos são produzidos, lidos, editados e transmitidos socialmente, implica reconhecimento da dimensão política da produção literária e da *práxis* filológica para propor uma Filologia engajada e um enfoque crítico que se evidenciam na escolha de textos a editar que se encontrem às margens do cânone literário e de modalidades de edição que evidenciem o contexto documental, histórico, político e literário de produção e transmissão do texto.

3 EXERCÍCIO DE CRÍTICA FILOLÓGICA: UM CASO ATHAYDIANO

Dentre os sete trabalhos da coleção *Roberto Athayde: Dramaturgia Censurada*, seleciono aqui o dossiê referente à comédia de costumes *Os Desinibidos*, enfocando a série Documentação Censória. Para este estudo, o Arquivo Nacional – DF cedeu-me um conjunto composto de 84 folhas. Destas, 68 folhas correspondem ao texto datiloscrito da peça, as demais 16 se dividem em relatórios, pareceres, certificados e ofícios de encaminhamento aos órgãos censores do Rio de Janeiro e de Brasília. A

série Documentação Censória do dossiê *Os Desinibidos* consta dos seguintes itens, classificados segundo subséries, conforme critério definido por Borges, Fagundes e Souza (2016):

Quadro 1 – Conjunto documental da série Documentação Censória do dossiê *Os Desinibidos*

SUBSÉRIE	ITEM
a) Solicitação ou requerimento	SOLICITAÇÃO encaminhada pela SBAT ao SCDP/DPF/SR/RJ apresentando três cópias do texto para fins de censura. Rio de Janeiro, 22 dez. 1982. Carimbo da SBAT. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP) ⁶
	REQUERIMENTO solicitando avaliação censória. Rio de Janeiro, 28 dez. 1982. Assina Oscar José Ferreira da Costa Gonçalves. 1f (verso e anverso). Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)
b) Ofício	OFÍCIO 94/83 – SCDP/SR/DFP/RJ. [Rio de Janeiro], 07 mar. 1983. Encaminhamento de pareceres e cópia do certificado provisório à DCDP para fins de expedição do certificado definitivo. Exame requerido por Oscar José Ferreira da Costa Gonçalves. Assina H.G. (chefe SCDP/SR/RJ). 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)
	OFÍCIO 458/83-SE/DCDP. [Brasília], 17 mar. 1983. Encaminha o Certificado de Censura. Indica cidade de destino, título e autoria da peça. Assina S.M.T.H. (diretora da DCDP). 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)
c) Texto Teatral	ATHAYDE, Roberto. <i>Os Desinibidos</i> [1982], 69f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)
d) Parecer	PARECER n. 007. Rio de Janeiro, 18 jan. 1983. Leitura de Texto. 2f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)

⁶ Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal (COREG-AN-DF), Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

	<p>PARECER n. 008. Rio de Janeiro, 06 jan. 1983. Leitura de Texto. 2f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p>
	<p>PARECER n. 009. Rio de Janeiro, 10 jan. 1983. Leitura de Texto. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p>
	<p>PARECER n. 010. Rio de Janeiro, 03 fev. 1983. 3f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p>
h) Ficha de Protocolo	<p>FICHA PROTOCOLO. Contém Título e Autor. 1) Arquivo; 2) s/ Programação; 3) Chefe da S.C.T.C.; 4) Serviço de Censura; 5) Diretor da D.C.D.P. 1f. Datas: 10 mar. 1983; 14 mar. 1983. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p>
i) Certificado de Censura	<p>CERTIFICADO DE CENSURA 033/83/RJ. Censura Federal: Teatro, Rio de Janeiro, 07 mar. 1983. Validade: 07 maio 1983. Assinam H.G. (no anverso) e M.C.O.C. (no verso). [Provisório]. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p> <p>CERTIFICADO DE CENSURA 12.026. Censura Federal: Teatro, Brasília, 16 mar. 1983. Validade: 16 mar. 1988. Assinam S.M.T.H. (no anverso) e N.O. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p>
j) Outros documentos	<p>SERVIÇO Público Federal. [Capa do Processo]. Brasília, 1983. Contém identificação e armazenamento do processo, números de protocolo, nome do autor, texto, classificação interna do arquivo. Suporte identificado do Serviço Público Federal. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Como se pode perceber, a massa documental acima apresentada é composta por itens de tipologia diversa, como certificados, pareceres de

censores e diversos ofícios de encaminhamento, relacionados aos trâmites censórios. Nesses documentos, registram-se impressões e leituras dos censores, assim como procedimentos técnicos, burocráticos e políticos que elucidam a historicidade dos textos e marcam a produção de uma época.

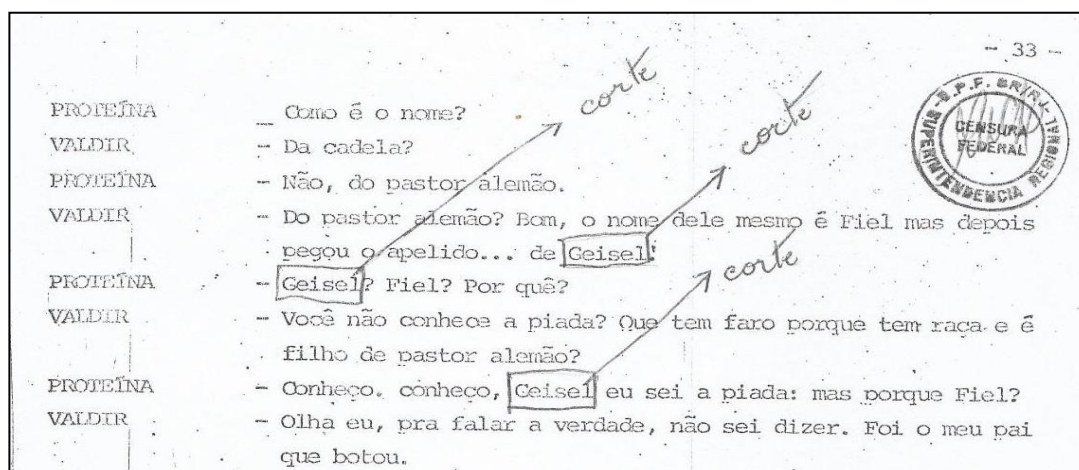
Essa breve consideração sobre a documentação censória evidencia, pela observação das datas, os trâmites burocráticos para a liberação do texto. Ressalto que o incentivo de duas produtoras responsáveis pela montagem do espetáculo (a saber: Barraponto e Labirinto Produções Artísticas) não foi suficiente para que o processo censório ocorresse em menos de três meses, de dezembro de 1982 a março de 1983, conforme datas dos documentos supracitados. A burocracia promovida pelo regime censório de fiscalização e coerção das produções teatrais, bem como o desinvestimento público em arte, cultura e lazer conduziram o teatro brasileiro dos anos 1970 e 1980 a uma profunda e, quase, silenciosa – por causa da repressão – crise.

O datiloscrito de 68 folhas submetido à censura em 1982 foi produzido a partir de colagem de textos de Roberto Athayde, e possui dois atos e três partes (ou cenas): a primeira parte apresenta uma retextualização de contos presentes na coletânea *O Jardim da Fada Mangana* (ATHAYDE, 1974); a segunda apresenta a cena *Os Desinibidos*, com questões da teoria psicanalítica de Lacan através de seu personagem principal, o doutor Oliveira Frustrafroide, considerado o mais brilhante e polêmico psicanalista brasileiro de orientação lacaniana; e a última expõe cenas do conto *Divertissement para ambientes finos* (ATHAYDE, 1974), com os personagens históricos Conde Gobineau e Princesa Isabel a bordo de um navio negreiro.

Ressalto que, em 1983, Roberto Athayde publicou a coletânea *Crime & Impunidade e outras peças* (ATHAYDE, 1983a), onde localizei um segundo testemunho de *Os Desinibidos*, nas páginas 127 a 224. A versão impressa apresenta diferenças significativas em relação ao datiloscrito censurado, como a supressão de duas cenas inteiras: *o Jardim da Fada Mangana* (a primeira parte do primeiro ato, no datiloscrito) e *Divertissiment para ambientes finos* (a terceira parte do segundo ato). De fato, no texto publicado não há referência alguma às cenas e personagens que dela faziam parte, de modo que apenas a segunda parte, referente a *Os Desinibidos* compõe o texto da publicação.

Há apenas dois cortes no datiloscrito enviado à censura, embora muito significativos. Trata-se do veto ao nome de um cão, de raça pastor alemão, apelidado de Geisel, e à bandeira do Flamengo em verde e amarelo, representada como bandeira nacional:

Figura 1 – Indicação de corte à palavra *Geisel*, na f. 33 do texto teatral datiloscrito (parte II)



Fonte: ATHAYDE, 1982.

A pouca incidência de cortes – em relação às produções da década de 1970 – explica-se pelo período tardio da censura, tendo em vista que a década de 1980 foi marcada pelo processo de enfraquecimento da política

de repressão e redemocratização lenta e gradual. De fato, duas canções proibidas na década de 1970 compõem a sonoplastia do espetáculo, com menções diretas no corpo do texto: *Seu Valdir*, composição do grupo *Ave, Sangria!* e *Folia no Matagal*, de Eduardo Dussek, gravada por Ney Matogrosso em 1981, ano em que ambas as músicas foram liberadas para gravação, mesmo ano da primeira versão de *Os Desinibidos*.

A peça esteve em cartaz uma única temporada, com Vera Fischer, Perry Salles, Marina Miranda, Ariel Coelho e Claudio Gaya no elenco que se apresentou no Teatro Clara Nunes, em 1983. A crítica foi impiedosa contra o espetáculo que marcou o retorno de Athayde aos palcos após o bloqueio criativo enfrentado pelo autor depois do inquestionável sucesso de *Apareceu a Margarida*. A peça *Os Desinibidos* foi designada até por Freire Filho, diretor do espetáculo, como o maior dos fiascos das produções de Athayde como informa Ribeiro (2007):

O próprio Aderbal Freire Filho lembra que, depois de *Apareceu a Margarida*, dirigiu três legítimos fiascos de Athayde. O maior deles foi *Os Desinibidos*, de 1982, cuja sinopse oficial reza o seguinte: “O professor Frustrafreud, o mais célebre dos lacanianos brasileiros, está de partida para o Havaí, onde tentará resolver o problema do incesto entre seus filhos e, por isso, é obrigado a cancelar consulta de um cliente importante. Mas sua esposa, dona Proteína, assume seu lugar para analisar o presidente do Flamengo”. Fácil ver que não era um besteiro qualquer. “Era a estreia de Vera Fischer no teatro, e seu figurino deixava um peito de fora o tempo todo”, lembra Aderbal (RIBEIRO, 2007).

A versão encenada apresenta, na primeira cena, o diálogo entre duas senhoras, pacientes do psicanalista Dr. Frustrafróide, que o aguardam na sala de espera de seu consultório, e em diversas menções ao jardim da Fada Mangana, o lugar onde as coisas e memórias se perdem; enquanto isso ocorre, Frustrafróide dorme em seu consultório. Na segunda cena, o Dr. Frustrafróide anuncia à esposa Proteína – e pede a ela que o substitua como psicanalista de Valdir Teixeira, o presidente do Clube de Regatas

Flamengo na época – que irá viajar ao Havaí para encontrar o casal de filhos (aos quais a mãe se refere como “os desinibidos”) que mantém entre si uma polêmica relação incestuosa, com vistas a coletar material para a sua revolucionária e inconclusa teoria dos incestos.

Além do casal Proteína e Frustrafróide, é também personagem Frustrinha, fruto da relação incestuosa dos filhos do psicanalista, cuja presença é destacada pelas diversas inserções poéticas que ele realiza em cena, interagindo, principalmente, com Marinete, única personagem negra, que buscava auxílio de Frustrafróide para qualificar-se como psicanalista, em troca da realização de serviços gratuitos como babá da criança. Ludibriada pela argumentação oportunista de Frustrafróide, Marinete é convencida a manter-se servil ao casal em regime de exploração sentenciado no texto como escravidão.

No segundo ato do datiloscrito censurado ocorre a consulta de Valdir a Proteína, que culmina em um processo de sedução seguido de estupro de vulnerável, contra a mulher desmaiada. Após essa cena, cujos acontecimentos não são reconhecidos como estupro, mas sim como “falta de sentimento de reciprocidade” (ATHAYDE, 1982) por parte de Valdir, Marinete conduz Proteína a um transe em busca do gozo perdido, numa alusão ao conceito de gozo lacaniano, o que acarreta em uma viagem no tempo via terapia de vidas passadas, através da qual Proteína se vê como a Princesa Isabel, e Valdir Teixeira reaparece como o Conde Gobineau, ambos a bordo de um navio negreiro, discutindo questões semânticas relativas à escravidão. Durante toda a peça, cães ladram ao fundo do palco e, no segundo ato, são registradas diversas ordens de Proteína para que Marinete cuidasse de silenciar os cães, especialmente a cadela chamada Desinibida.

Buscando compreender as produções de Athayde do início dos anos 1980, considerando que *Os Desinibidos* foi publicado em livro compondo uma coletânea ao lado de *Crime e Impunidade*, observo que, se *Crime e Impunidade* teve “tudo o que a gente não gosta no viver urbano dos tempos que correm” (ATHAYDE, 1983b), com personagens que ocupam posições profissionais relativas à vida pública (políticos, sociólogos, antropólogos e jornalistas) e com enredo inspirado no atentado do Rio Centro, posso afirmar que *Os Desinibidos* não se furtou de apresentar o que a gente não gosta no viver familiar, privado, e, sobretudo, psicológico, a julgar pelos personagens psicanalistas e pelo cenário de intimidade em que se ambienta o espetáculo: a casa e o divã dos Frustrafróide.

Ambos os textos tratam de promover uma catalogação dos “tipos de horror” e suas respectivas “espécies de escândalo” (ATHAYDE, 1982), como afirmou o próprio autor nos versos que se apresentam em *Os Desinibidos*:

Nas cidades de agora como um bando de vândalos
Você e eu e nós catalogando
No livro rubro-negro do destino
Para os tipos de horror as espécies de escândalo.
(ATHAYDE, 1982)

De fato, sua produção enfoca horrores de um ambiente familiar burguês e as diferentes reações de escândalo às situações evidenciadas. Entendo que essa relação entre público/privado é estabelecida por Frustrafróide, o psicanalista (que, portanto, se ocupa da vida privada e íntima de seus pacientes), em diálogo com Jurandir, o jornalista (responsável pela publicização), a respeito das sessões de análise de Valdir Teixeira, personagem que representava o presidente do Flamengo:

[...] Se o Brasil vibrou e estrebuchou é problema dos historiadores: eu sou um psicanalista, meu filho! Estou aqui para interpretar a *vida privada* do cidadão: não tem nada que ver com opinião pública e muito menos com liberdade de imprensa! Se o Brasil inteiro sofreu porque castraram o cachorro é um problema *político*: não tem nada a ver com psicanálise não, entendeu? (ATHAYDE, 1983a)

Aqui, o psicanalista coloca as questões públicas sob a responsabilidade dos historiadores e políticos (devo destacar que o cachorro castrado mencionado no texto é um pastor alemão chamado Geisel, tal qual o ditador que ocupou a presidência do Brasil, sendo esse, de fato, um problema de ordem política), enquanto seu papel seria compreender e interpretar a vida privada. Diante da mensagem furiosa do psicanalista, o jornalista expõe os “microfones do confessionário”, afirmando que a entrevista deles está sendo gravada, ou seja: há uma transposição do horror privado para o escândalo público em todo o espetáculo.

As tragédias encenadas em *Os Desinibidos* – o incesto de Pedro e Lúcia; o gigantismo de Frustrinha; o charlatanismo oportunista de Frustrafróide; o exercício ilegal da profissão de Proteína; o estupro de vulnerável cometido por Valdir contra Proteína; o trabalho compulsório e o processo de escravização de Marinete que a submete à condição de mucama – repercutem de maneiras diferentes em cada personagem e deslocam-se da condição de absurdo para a naturalização corriqueira e cotidiana, adequando-se ao gênero comédia de costumes, que,

[...] seria, portanto, uma espécie de retomada de elementos da farsa, mas com ênfase na caricatura de tipos sociais e na crítica dos costumes. Embora não se coloque como um projeto político-cultural do tipo do Realismo (“Crítico para corrigir”, dizia a geração de Eça de Queirós) e se proponha mais a ser uma diversão inocente para as famílias, uma vez que, no geral, não desafia a visão de mundo do espectador pretendido, nem seus preconceitos mais arraigados, ela pode, de tempos em tempos, ser encarada como perigosa ou até mesmo subversiva por parte de poderes cuja estabilidade se veja ameaçada (DE PAULA, 2016, p.25).

Faço a leitura de que *Os Desinibidos* não se apresenta necessariamente como um projeto político-cultural, de modo que se põe em acordo com a definição do gênero que expus acima. O texto, porém, não deixa de apresentar uma impiedosa crítica à família tradicional burguesa, na medida em que o desenrolar da trama não apresenta um conteúdo moralizante ou transformador (os personagens não superam a condição que os incomoda, não crescem, tampouco utilizam suas dores como impulso de ação).

A esse respeito, é válido destacar outras de suas obras athaydianas censuradas que expressam seu projeto político-cultural: em *O Reacionário*, quando dois personagens de alinhamentos políticos opostos se enfrentam e discutem projetos de revolução cultural marxista; em *Um Visitante do alto*, que aponta a chegada de marcianos à Terra, os alvos são o cristianismo, o modelo econômico capitalista e a heteronormatividade; em *Apareceu a Margarida*, seu trabalho mais conhecido, critica-se a inutilidade da educação escolar, a moral e os bons costumes, através de uma professora tirana e esquizofrênica; em *O Manual de sobrevivência na selva*, um grupo de sobreviventes discutem como se organizar socialmente para vencer a situação caótica em que se encontram; em *Crime e Impunidade*, ficcionaliza-se o atentado a bomba na sede da Ordem dos Advogados Brasileiros, promovido por militares no ano de 1980.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse rápido olhar crítico-filológico sobre *Os Desinibidos*, enfocando os aspectos sócio-históricos e políticos advindos dos processos de tramitação do texto pela censura, bem como pela temática envolvendo as

contradições da família tradicional burguesa, comprova-me a potência da produção intelectual de Roberto Athayde e a atualidade das discussões sociais por ele empreendidas no conjunto de sua dramaturgia censurada.

Nesse sentido, acredito que a hiperedição **Roberto Athayde: dramaturgia censurada** pode, enquanto arquivo, promover descentramentos sucessivos da história da literatura brasileira, sobretudo daquela produzida durante o golpe militar de 1964-1985, para a qual faltam, na grande mídia, representações literárias e artísticas capazes de produzir letramentos políticos que nos impeçam de tentar repetir esse capítulo da história brasileira. A internet, nesse sentido, revolucionando a comunicação pelo digital e as formas de produção de textos e edições, têm cumprido um papel fundamental na democratização do acesso à informação, criando, através do hipertexto, novos gestos de leitura e circulação social de textos.

Avançando para as linhas finais do meu estudo, consigo perceber que pesquisas multidisciplinares em Filologia possuem, pois, um valor político e cultural, estabelecidos por uma ação e um efeito público. Assim, como filóloga, atuo publicamente quando edito um texto, rompendo o silêncio da instituição da censura e reviro o arquivo para publicá-lo. Entre o silêncio dos arquivos e o assombro de uma repetição da ditadura na história brasileira, não poderia encerrar este trabalho se não defendendo o estatuto político do filólogo, que se manifesta não somente na escolha dos textos a serem lidos, editados e estudados, mas, sobretudo, no enfoque engajado e crítico que suplanta o mito de uma teoria filológica pura e enfrenta os jogos de poder em que se inscrevem as produções literárias ao longo da história política e das dinâmicas sociais.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, R. **As peças precoces**: Apareceu a Margarida e outras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

_____. **Crime & Impunidade e outras peças**. Rio de Janeiro: Record, 1983a, p.127-224.

_____. **O Jardim da Fada Mangana**. Rio de Janeiro: Brasília, 1974.

_____. **OS DESINIBIDOS de Roberto Athayde**. [Programa impresso]. Rio de Janeiro, Barra Ponto: 1983b. 14f.

_____. **Os Desinibidos** [Datiloscrito]. Rio de Janeiro, 1982. 69f.

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972 [1949].

BORGES, R.; FAGUNDES, C. C. R.; SOUZA, D. **Tutorial para organização de documentos do Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC)**. Salvador, 31 maio 2016. 19f.

BORGES, R.; SOUZA, A. S. Filologia e edição de texto. *In*: BORGES, R. et al. **Edição de texto e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm. Acesso em: 20 fev. 2018.

DE PAULA, J. G. P. N. **Dos costumes da comédia à comédia de costumes**: Martins Pena e o materialismo lacaniano. 2016. 106f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1983].

FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud e Marx. *In*:_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1967]. (Ditos e escritos, 2).

GUMBRECHT, H. U. **Los poderes de la Filología**: dinámicas de una práctica académica del texto. Tradução A. Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana, 2007 [2003].

RIBEIRO, A. Reapareceu o Athayde. **Revista Piauí**. ago. 2007. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/reapareceu-o-athayde/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SANTOS, L. J. **Retorno à filologia e humanismo em Edward W. Said**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2016.

SAID, E. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução R. Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [2004].

ZANCARINI, J. C. Uma filologia política: os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-15-30). Tradução: E. Orlandi. *In*: ZANCARINI, J. C. et al. **Estudos sobre a língua política**: Filologia e Política na Florença do século XVI. Campinas: RG; Cáceres: UNEMAT, 2008. p.7-20.

SEGUNDA PARTE

Filologia e
história da língua

LINGUÍSTICA ROMÂNICA:

um olhar sobre quem somos e o que fazemos

Célia Marques Telles¹

1 INTRODUÇÃO

O título proposto leva à lembrança de que, já, em 13 de fevereiro de 1906, Antoine Meillet, em sua aula inaugural no Collège de France, falava que “L’observation des faits actuels est encore plus capable d’expliquer le passé que l’étude du passé d’expliquer le présent² [...]” (MEILLET, 1948, p. 5).

¹ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1988). Aposentada em 2012 como Professora Titular de Filologia Românica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, em regime PROPAP. Pesquisadora do CNPq - Nível 1D. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq *Nova Studia Philologica*. E-mail: cmtelles@ufba.br.

² Tradução: “A observação dos fatos atuais é ainda mais capaz de explicar o passado do que o estudo do passado de explicar o presente”.

O ensino e estudo da Filologia Românica, através de suas várias disciplinas, que hoje se fazem no Instituto de Letras da UFBA, é o resultado de um processo lento, “sem trégua, mas sem pressa”, implantado nos idos dos anos 50 do século XX, quando o mestre Nilton Vasco da Gama assumiu a regência da cadeira de Filologia Românica nos Cursos de Letras Clássicas e de Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia (CRONOLOGIA BIOGRÁFICA, 1996). Sessenta e quatro anos são passados e eis-nos, *hic et nunc*, ensinando a estudar e a pesquisar no âmbito da Filologia Românica. A homenageada deste IX Seminário de Estudos Filológicos vem seguindo o caminho traçado pelo nosso mestre.

É preciso que seja lembrado que, nos seus *Elementos de Filologia Românica*, Antenor Nascentes justificara a publicação do seu pequeno livro, no tamanho físico e na dimensão teórica, explicando:

As dificuldades com que tenho lutado no ensino da Filologia Românica³ levaram-me a publicar o presente livro.

Os compêndios estrangeiros, além de um tanto caros, são de aquisição difícil.

Os escritos em alemão ficam fora do alcance dos alunos, pois o alemão não é ensinado nem no colégio nem no curso de neolatinas.

Apontamentos de aula apresentam sempre precariedade.

Apontamentos datilografados ou mimeografados não preenchem cabalmente os seus fins.

De modo que, somente a publicação em livro poderá resolver a dificultosa situação do professor de Filologia Românica.

Em todo caso, se não tiver outro mérito, a obra terá o de ser o primeiro compêndio que sobre o assunto se publica em nosso país (NASCENTES, 2009 [195-], p. 11).

É nesse mesmo quadro que o Prof. Nilton Vasco da Gama, em 1957, assumiu a regência da cadeira de Filologia Românica. Mas, como se poderá observar a seguir, tal situação não serviu para abatê-lo, nem para

³ Na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

desanimá-lo. O resultado é o que temos agora, documentado neste *IX Seminário de Estudos Filológicos*, onde se presta homenagem a uma das suas discípulas, a Profa. Dra. Rosa Borges, que, no seu próprio dizer: “Eu, Rosa Borges dos Santos, já fui Carvalho, voltei a Santos, mas prefiro mesmo ser **Borges** na vida”⁴ (SANTOS, 2018).

2 OS PRIMEIROS ANOS: A CONSOLIDAÇÃO DA FILOLOGIA ROMÂNICA, A DOCÊNCIA E A PESQUISA

Ainda que tendo começado a ensinar Filologia Românica na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, entre 1954 e 1957, foi em 1957 que deu início à jornada da Filologia Românica na Universidade da Bahia, quando assumiu a regência da cadeira de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia, e, em consequência dos estudos feitos na *École Pratique des Hautes Études* (entre 1955 e 1956), consolidou a linha de trabalho que vem sendo desenvolvida até hoje. Filologia Românica era oferecida anualmente, como as demais disciplinas dos Cursos de Letras. Os recursos bibliográficos ainda eram escassos e, aproveitando os títulos da Faculdade de Filosofia, os alunos dispunham do manual de E. Bourciez, os *Éléments de Linguistique Romane*, na sua quarta edição (BOURCIEZ, 1956), daquele de C. Tagliavini, *Le origini delle lingue neolatine*, na sua segunda edição⁵ (TAGLIAVINI, 1952) e do dicionário de W. Meyer-Lübke, o *Romanisches etymologisches Wörterbuch*, o conhecido REW, na sua terceira edição (MEYER-LÜBKE, 1935) e, ainda de W. Meyer-Lübke, a *Introdução ao estudo da glotologia românica*, na tradução ao português, datada de 1916. De

⁴ Em negrito como ela o destacou.

⁵ A sexta edição, totalmente reelaborada e atualizada data de 1982; a edição em espanhol, feita por Juan Almela, a partir da quinta edição italiana, data de 1969.

fundamental importância para traçar esses dados sobre o referencial teórico tem sido (de início e sempre) a *Pequena bibliografia de filologia românica*, uma bibliografia sinalética, organizada por Nilton Vasco da Gama, publicada pelo Núcleo de Recursos Didáticos da Universidade Federal da Bahia (GAMA, 1972).

Entre outros títulos, clássicos, a biblioteca da Faculdade de Filosofia possuía (como ainda possui) um exemplar da *Grammaire des langues romanes* de F. Diez, de que o primeiro volume foi traduzido por Auguste Brachet e Gaston Paris e os segundo e terceiro volumes, por Alfred Morel-Fatio e Gaston Paris (DIEZ, 1874-1876); outro título clássico é o da *Grammaire des langues romanes* de W. Meyer-Lübke (1890-1900), em quatro volumes, de que o primeiro foi traduzido por Egène Rabiet, os segundo e terceiro por Auguste Doutrepoint e Georges Doutrepoint⁶. Como manuais eram utilizados, pelo docente para as suas aulas, o de E. Auerbach, *Introduction aux études de philologie romanes*⁷ (AUERBACH, 1949), o de I. Iordan, *Linguistica românică*, de 1962, na tradução inglesa⁸ de J. Orr, *An introduction to Romance linguistics; its schools and scholars* (1937), o de B. E. Vidos, na tradução italiana de G. Francescato, de 1959, *Manuale di Linguistica Romanza*⁹, o de W. D. Elcock, *The Romance languages*, de 1960¹⁰; o de Heinrich Lausberg, *Romanische Sprachwissenschaft*, de 1956¹¹; o de Iorgu

⁶ O quarto volume é de índices.

⁷ A tradução ao português, de José Paulo Paes, data de 1970, tendo sido reeditado, em 2015, pela Cosac Naify, acrescido de um posfácio de Marcus Mazzari.

⁸ A tradução para o espanhol, feita por Manuel Alvar, data de 1967, enquanto a tradução para o português, feita por Júlia Dias Ferreira, a partir da tradução da edição em alemão, de 1962, data de 1973).

⁹ O original em holandês, *Handboek tot Romaanse taalkunde*, data de 1956. A tradução espanhola de Francisco de B. Moll data de 1963; somente em 1996, foi feita uma tradução ao português, por José Pereira da Silva, a partir da edição espanhola.

¹⁰ Uma tradução italiana, feita por Alessandra Lanciani, data de 1975.

¹¹ A segunda edição alemã data de 1969. A tradução espanhola, de J. Pérez Riesco e E. Pascual Rodríguez, em dois alentados volumes, foi publicada em 1965-1966; uma tradução para o italiano, feita por Nicolò Pasero, feita a partir da segunda edição alemã, data de 1971; a edição portuguesa, de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann, data de 1974, feita sobre a segunda edição alemã.

Jordan e Maria Manoliu, *Introducere în lingüística romanică*, de 1965¹². Ao lado desses manuais, destacava-se parte da obra romanística de Walther von Wartburg: a *Évolution et structure de la langue française*, de 1946¹³; *Les origines des peuples romans*, na tradução francesa, de 1941¹⁴; e *Die Ausgliederung der romanischen Sprachräume*, de 1950, na tradução espanhola, *La fragmentación lingüística de la Rumania*, de 1952¹⁵. É nesse período que é retomado o estudo do método histórico-comparativo, mas, agora, na perspectiva do estruturalismo diacrônico, como demonstrado por Charles F. Hockett (em 1958¹⁶ para a reconstrução da língua inglesa), aplicado pelos tradutores para a língua espanhola, Emma Gregores e Jorge Suárez, para as línguas românicas, datada de 1964¹⁷, a partir da quarta edição de 1962.

Todo esse referencial teórico servia de fundamentação para o primeiro semestre (do curso anual) quando era desenvolvido o quadro histórico de formação do pensamento linguístico no âmbito da Linguística e da Filologia Românicas. Também era o suporte para o estudo da formação das línguas românicas, considerando o latim como uma unidade linguística no tempo e no espaço, como uma variedade na unidade e uma unidade na diferenciação, ou como disse B. E. Vidos, retomando E. Richter: a origem das línguas românicas é o latim falado em todas as regiões do Império romano em todos os períodos da latinidade.

Mas, o que era feito no segundo semestre? Havia uma variação de tarefas práticas, dependendo do interesse dos alunos. A partir de 1961, fundamentado no *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie* de R. Hallig

¹² A tradução para o espanhol, na realidade uma revisão, reelaboração parcial e notas realizada por Manuel Alvar, foi publicada em 1972, em dois volumes.

¹³ Uma tradução para a língua espanhola, a partir da sexta edição, de 1962 (em língua francesa, a última edição revista é a quinta), foi feita por Carmen Chust, e publicada em 1966.

¹⁴ O original alemão, *Entstehung der romanischen Völker*, tem a sua segunda edição publicada em 1951.

¹⁵ O original alemão, *Die Ausgliederung der romanischen Sprachräume*, data de 1950. Uma tradução para o francês, feita por Jacques Allières e Georges Straka, data de 1967.

¹⁶ De que há uma quinta reimpressão de 1970.

¹⁷ De que há uma segunda edição de 1972.

e W. von Warthburg (1952¹⁸) deu-se início à classificação do vocabulário do *Leal Conselheiro* de Dom Duarte, de que um dos resultados foi apresentado no *II Congreso de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina* (ALFAL), o estudo semântico relativo às expressões para ‘sentimento’ e ‘sensações’ no *Leal conselheiro* (GAMA, TELLES et al., 1969) ou a aplicação do método no estudo no vocabulário de ‘montaria’ no *Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela*,¹⁹ também de Dom Duarte.

Em 1962, os alunos desenvolveram estudos críticos sobre os manuais de filologia românica publicados no Brasil: os *Rudimentos de Filologia Românica* de Júlio Ribeiro e os *Elementos de Filologia Românica* de Antenor Nascentes, ou o *Dicionário de gramática* de Walmírio Macedo, que deveriam ser publicados como recensões críticas na revista *Studia Philologica*. Quanto ao que se publicava no Brasil ligado ao ensino de Filologia Românica, vale acrescentar a esses dados bibliográficos, que, em 1972, M. L. Miazzi (docente da USP) publicou uma *Introdução à lingüística românica* (MIAZZI, 1972), que faz apenas um resumo historiográfico do desenvolvimento histórico da Romanística, até o século XIX.

Em 1964, o segundo semestre foi dedicado aos estudos de crítica textual, retomando-se atividade feita em anos anteriores. Foram selecionados manuscritos em provençal antigo e em francês antigo: a *Vida d'en Riambaut de Vaqueyras* e a *Vida de Guillem de la Tour* em provençal antigo; e um excerto do *Erec à la chasse*, em francês antigo. Em cada um deles se fez a transcrição paleográfica e a descrição do manuscrito (em fac-símile). A partir desse momento foi feita a análise dos fatos linguísticos nos três textos, aplicando-se os estudos relativos à constituição histórica das duas línguas, destacando-se os fenômenos de maior interesse. Ao lado

¹⁸ A segunda edição, recomposta e aumentada, data de 1963.

¹⁹ Trabalho de pesquisa de Vera Lúcia Nascimento Britto, também apresentado no mesmo Congresso.

desse trabalho, para os estudantes que o desejassem, foram distribuídos textos portugueses para serem editados²⁰.

Esse aspecto dos estudos filológicos era desenvolvido, mas de uma maneira superficial (transcrição de textos em português arcaico, até o século XVI), para os alunos da disciplina Paleografia, no Curso de Biblioteconomia. O curso teórico prático ensinava a prática de transcrição e de descrição em textos manuscritos. Na perspectiva teórica do ensino da Paleografia, oferecida como disciplina obrigatória para o Curso de Biblioteconomia, centrava-se o ensino em dois trabalhos usados pelo docente, o clássico manual de M. Prou, o *Manuel de paléographie latine et française*, na quarta edição, de 1924, e o *Manuel de paléographie: recueil de fac-similés [...]*, de 1904; o álbum de John M. Burnam, *Palaeographia iberica: fac-similés de manuscrits espagnols et portugais (IXe-XVe siècle) avec notices et transcriptions*, de 1912-1925; o manual de G. Batelli, *Lezioni di paleografia*, de 1949²¹, ficando para consulta dos alunos o manual de Agustín Millares Carlo, *Paleografía española*, de 1929²². Ainda para consulta dos estudantes contava-se, também, com o livro de Dolácio Mendes, de 1953, e com o pequeno, mas interessante, folheto de M. H. O. Flexor (1970)²³. Três outros trabalhos também podiam servir aos estudantes: o livro de Wilson Martins, *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, de 1957²⁴; o livro de A. Houaiss, *Elementos de bibliologia*, de 1967²⁵, além do vocabulário de D. Buonocore, *Vocabulario bibliográfico*, de 1952 do dicionário terminológico de F. Lázaro Carreter, *Diccionario de términos*

²⁰ Nesse momento, tive o primeiro contato com o códice FP 56 da BNP, que seria objeto da minha tese de Doutorado na Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP.

²¹ A primeira edição é de 1936, sendo a segunda de 1939.

²² Uma segunda edição, datada de 1932, em dois volumes, era de uso do docente. Há uma terceira edição, em três volumes, datada de 1983.

²³ Em 1979, M. H. O. Flexor retomou o seu trabalho inicial, preparando um livro sobre abreviaturas em documentos brasileiros; este teve uma segunda edição em 1990; fez-se uma terceira edição em 2008; em 2017, uma quarta edição foi publicada na Alemanha.

²⁴ Uma segunda edição foi preparada em 1996.

²⁵ Há uma reimpressão fac-similar, em um só volume, datada de 1983.

filológicos, cuja segunda edição é de 1962²⁶. Bom resumo é o pequeno manual *L'Écriture*, de Charles Higounet, de 1955, de que a sétima edição data de 1986, do qual há uma tradução ao português, *História concisa da escrita*, feita por Marcos Marcionilo, datada de 2003. Para o estudo dos manuscritos medievais em língua portuguesa, foi imprescindível o livro de Serafim da Silva Neto, *Textos medievais portugueses e seus problemas*, de 1956. Em 1971, como resultado do seu trabalho na monitoria de Paleografia, Albertina Ribeiro da Gama preparou um *Álbum de paleografia*²⁷.

É necessário registrar a avaliação que o mestre Nilton Vasco da Gama fazia em relação ao que esperava de seus alunos nesse período. Dizia ele, de início, até meados dos anos 60, que estaria satisfeito se os alunos de Filologia Românica ao final do curso, pudessem ler e utilizar o manual de E. Bourciez. Nos anos seguintes, até a reforma de 1970-1972, para ele, se os alunos de Filologia Românica soubessem utilizar o conteúdo do manual de B. E. Vidos ele já se dava por satisfeito. Tal observação comprova o novo rumo que se vinha dando ao curso, centrando o ensino na formação das línguas românicas, percorrendo o caminho do latim (séc. III a. C.) à confirmação (em escrita) das línguas românicas (séc. IX).

Em 1972, com a reforma dos cursos de Letras, as disciplinas foram reduzidas a um semestre, mas criaram-se novas disciplinas obrigatórias e optativas, entre as que se destacavam Filologia Românica I (Introdução à Linguística Românica), Filologia Românica II (A Formação da Língua Espanhola), Filologia Românica IV (A Formação da Língua Francesa) e Filologia Românica VI (A Formação da Língua Italiana); a primeira dessas era obrigatória para todos os cursos de Letras, as outras três o eram, uma

²⁶ A primeira edição data de 1953.

²⁷ Elaborado por Nilton Vasco da Gama, em três volumes, com a colaboração de Albertina Ribeiro da Gama: v. 1, fac-símiles; v. 2, transcrições; v.3, *Glossário de abreviaturas*, trabalho final de Monitoria em Paleografia, de Albertina Ribeiro da Gama.

a uma, para os alunos de Vernáculos ou de Língua Espanhola, para os alunos de Língua Francesa ou para aqueles de Língua Italiana. Ainda hoje, considerando a redução na oferta para todos os cursos de Letras, ainda é essa a base do planejamento de oferta.

Nessa direção, os alunos de cada uma dessas disciplinas tinham à sua disposição um referencial teórico específico. Aos manuais utilizados anteriormente, acrescenta-se, por exemplo, a *Introduzione alla filologia romanza*, de Lorenzo Renzi, datado de 1976²⁸ e traduzido para o espanhol em 1982.

Para o estudo da formação dos domínios linguísticos da Península Ibérica, a biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas dispunha das *Orígenes del español*, de Ramón Menéndez Pidal, na sua terceira edição²⁹, datada de 1950; do manual de R. Lapesa, *Historia de la lengua española*, cuja primeira edição é de 1942 e de que a biblioteca àquela época possuía um exemplar da quarta edição, de 1959; do *The Spanish language: together with Portuguese, Catalan and Basque*, de W. Entwistle, de que a segunda edição data de 1962³⁰; quanto aos dicionários, lá estavam o de J. Corominas, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, na sua primeira edição de 1954-1957³¹; e o *Diccionario etimológico español e hispánico*, de V. García de Diego tem a primeira edição, datada de 1954³². Para o estudo do francês, ao lado de obras clássicas, a biblioteca possuía o manual de Ch. Vossler, *Langue et culture de la France: histoire du français littéraire des origines à nos jours*, de 1953³³; o dicionário etimológico de O. Bloch e W. von

²⁸ Manual reelaborado em 1994, com a colaboração de Giampaolo Salvi.

²⁹ Inicialmente publicado em 1926. De 1968 data uma sexta edição, muito corrigida e aumentada, refeita sobre a terceira edição.

³⁰ Foi feita uma tradução para o espanhol, de Francisco Villar, em 1973, de que a quinta edição data de 1988.

³¹ De 1991, data a terceira reimpressão da edição em seis volumes, feita com a colaboração de José A. Pascual.

³² A segunda edição, de 1985 é “consideravelmente aumentada com materiais inéditos do autor”.

³³ Existe uma tradução para o espanhol, do original alemão, feita por Elsa Taberning e Raimundo Lida, datada de 1955.

Wartburg, *Dictionnaire étymologique de la langue française*, de que a primeira edição data de 1932³⁴; a biblioteca do Setor de Filologia Românica, possui, ainda, o *Manuel pratique de philologie romane*, de P. Bec, em dois volumes, datados de 1970-1971. Para o estudo da questão da língua italiana, os estudantes dispunham na biblioteca do Setor de Filologia Românica do manual de Bruno Migliorini – na tradução espanhola, feita por Pedro de Alcántara Martínez – a *Historia de la lengua italiana*, datada de 1969³⁵, em dois volumes; a biblioteca da Faculdade de Filosofia possuía a excepcional gramática de G. Rohlfs, a *Historische Grammatik der italienischen Sprache und ihrer Mundarten*, de 1949³⁶; assim como o dicionário etimológico, o *Prontuario etimologico della lingua italiana*, de Bruno Migliorini e Aldo Duro, datado de 1949³⁷; além desses, podia ser consultada a breve história do italiano de Gian Roberto Sarolli, *El italiano lengua romance*, de 1959.

Em 1967, no segundo semestre, foram desenvolvidos estudos no campo da dialetologia francesa, a partir de três cartas do *Atlas linguistique de la France* (GILLIÉRON; EDMONT, 1902-1910) e de trabalhos de cunho etnolinguístico já realizados. Foram estudadas as designações para ‘escada’ (fr. escalier), para ‘cadeira’ (fr. chaise) e para ‘vassoura’ (fr. balai). Distribuídos em três grupos, os estudantes dos três cursos de Letras elaboraram um relatório final, com o resultado dos seus trabalhos. A essa época, além dos professores Nilton Vasco da Gama e Teresa Leal Gonçalves Pereira, éramos colaboradores, eu e Vera Lúcia N. Britto. No segundo semestre de 1968, o trabalho prático foi centrado no estudo do latim como origem das línguas românicas, discutido a partir de artigos de

³⁴ A biblioteca da Faculdade de Filosofia possuía um exemplar da quarta edição, de 1964.

³⁵ O original italiano foi publicado em 1960.

³⁶ A tradução para o italiano, de Salvatore Persichino, foi feita em 1966.

³⁷ Note-se que o exemplar que pertenceu a Silveira Bueno, traz, em informação autografa, a observação: “Muito deficiente e frequentemente errado”. Advertências inúmeras a esse dicionário eram feitas pelo Prof. Nilton Vasco da Gama.

C. Mohrmann, o *Le latin prétendu vulgaire et l'origine des langues romanes*, de 1961) e o *Les formes du latin dit "vulgaire"; essai de chronologie et de systématisation de l'époque augustéenne aux langues romanes*, de 1951) e de um capítulo de L. R. Palmer, *Vulgar Latin*, de 1955³⁸, que foram traduzidos pelos alunos, divididos em três grupos, destinando-se o resultado ao uso dos estudantes.

De uma disciplina única, oferecida, anualmente (no início dos anos 60), a apenas dois dos cursos de Letras, passou-se, em 1964, à oferta a todos os cursos de Letras e em quatro disciplinas. Mais tarde, já em 1972, a oferta vai ser feita em somente um semestre, mas oferecendo disciplinas de Filologia Românica para os Cursos de Letras e as de Paleografia e Ecdótica para os Cursos de Biblioteconomia e de Bacharelado em História.

Atualmente existem 9 disciplinas de Filologia / Linguística Românica, 1 de Crítica Textual oferecidas para os cursos de Letras; 1 de Paleografia e Ecdótica oferecidas para os cursos de Biblioteconomia e de História; 3 de Paleografia e Diplomática oferecidas para o curso de Arquivologia; além da disciplina Técnicas de Pesquisa oferecida para os cursos de Letras; e História da Literatura oferecida para o curso de Biblioteconomia.

3 PREPARAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE

De dois docentes até 1970, passou-se, aos poucos, até 1976, a cinco docentes: Nilton Vasco da Gama³⁹ e Célia Marques Telles⁴⁰ (com

³⁸ Há uma tradução para o espanhol, de Juan José Moralejo e de José Luis Moralejo, datada de 1974, com uma segunda edição de 1984.

³⁹ Aposentado em 1995, Professor Emérito da UFBA, trabalhando no PPGLL até 2007.

⁴⁰ Aposentada em 2012, Pesquisadora do CNPq (Pq1d), atualmente em regime PROPAP, atuando no PPGLinC.

responsabilidade docente nas disciplinas de Filologia Românica e de Paleografia e Ecdótica⁴¹), Teresa Leal Gonçalves Pereira⁴² (com responsabilidade docente nas disciplinas de Filologia Românica, de Literatura Universal e de História da Literatura⁴³), Vera Lúcia Nascimento Britto⁴⁴ (com responsabilidade docente nas disciplinas de Filologia Românica e, mais tarde, de Metodologia da Pesquisa) e Albertina Ribeiro da Gama⁴⁵ (com responsabilidade docente nas disciplinas de Paleografia e Ecdótica⁴⁶).

Nesse ínterim, os docentes começaram a buscar qualificação: em 1974 o Prof. Nilton Vasco da Gama prestou concurso para Livre Docente, em Filologia Românica⁴⁷ (na UFSC), obtendo também o título de Doutor; Célia Marques Telles e Teresa Leal Gonçalves Pereira fizeram o Mestrado em Ciências Sociais (UFBA), concluídos, respectivamente, em 1971 e 1980; em 1976, com o início do Mestrado em Letras na UFBA, Albertina Ribeiro da Gama e Vera Lúcia Britto Gomes fizeram o Mestrado em Letras, concluído, ambas em 1979; a primeira na área de Teoria da Literatura e a segunda em Linguística, estudando a palatalização nas línguas românicas. Em 1978, Célia Marques Telles e Teresa Leal Gonçalves Pereira, iniciaram o Mestrado em Letras, com orientação de Nilton Vasco da Gama, fazendo suas dissertações, na área de Linguística, na micro-área de Filologia Românica, a primeira estudando o discurso nos textos da literatura de viagens em quatro línguas românicas no período das descobertas (português, espanhol, francês e italiano), a segunda, focando o latim na formação das línguas românicas.

⁴¹ Esta última até 1976.

⁴² Aposentada em 2010.

⁴³ As duas últimas para o Curso de Biblioteconomia.

⁴⁴ Aposentada em 1995.

⁴⁵ Aposentada em 2002.

⁴⁶ A partir de 1976.

⁴⁷ Com uma tese sobre *A polissemia e a polifuncionalidade do fr. SI*.

A essa época, com as reformas advindas aos cursos, depois da Reforma da Universidade em 1972, o conteúdo de Filologia Românica era distribuído entre as quatro disciplinas obrigatórias, continuando a oferta anterior e mais oito disciplinas optativas, quatro de Nível 100⁴⁸ e quatro de Nível 200⁴⁹. O conteúdo de Paleografia e Ecdótica era distribuído em seis disciplinas, sendo as duas primeiras substituídas pela Paleografia e Ecdótica VI, ainda hoje disciplina para o Curso de Biblioteconomia; uma disciplina obrigatória para o Bacharelado em História, a Paleografia e Ecdótica IV, oferecida até hoje; e uma disciplina optativa para os Cursos de Letras, a Paleografia e Ecdótica III (a primeira em Letras que se ocupava de edições); e uma disciplina optativa para o Curso de Biblioteconomia, a Paleografia e Ecdótica V. As disciplinas de História da Literatura e de Literatura Universal (duas em cada matéria) foram reduzidas a uma disciplina em cada matéria, ainda oferecidas até nossos dias.

O Curso de Mestrado em Letras teve início em 1976, e a Filologia Românica integrava a área de Linguística, sendo as disciplinas, todas optativas, ministradas pelo Prof. Nilton Vasco da Gama, disciplinas de Filologia Românica e de Crítica Textual. Entre 1976 e 1979⁵⁰ elas foram oferecidas alternativamente, registrando-se que em 1978 parte do curso foi dado, em língua francesa, pelo Prof. Georges Straka, da Univ. de Strasbourg. A partir de 1983, as disciplinas de Filologia Românica foram ministradas por Nilton Vasco da Gama e as de Crítica Textual pela Profa. Albertina Ribeiro da Gama. No início dos anos 90, fez-se uma alteração nas áreas e na grade curricular do Mestrado em Letras, quando Filologia

⁴⁸ Disciplinas optativas para os cursos de Licenciatura e de Bacharelado.

⁴⁹ Disciplinas optativas para os cursos de Bacharelado.

⁵⁰ De 1980 a 1994, a disciplina Metodologia da Pesquisa era ministrada por Vera Lúcia Nascimento Britto, apesar de possuir apenas o título de Mestre, pois essa atuação ainda era permitida pela CAPES.

Românica tornou-se uma linha de pesquisa da área de Linguística. Essa proposta de Mestrado foi revista e, em 1995 foi aprovada a reestruturação do Programa, com a criação do Curso de Doutorado, quando a linha de pesquisa Mudanças Linguísticas na România integrava a área de Linguística Histórica e a Crítica Textual a área de Documentos da Memória Cultural. Nesse momento era docente permanente da Pós-Graduação em Letras apenas Nilton Vasco da Gama.

Nesse quadro docente, em 1980, com o afastamento para estágio no exterior (na Univ. de Strasbourg) de Nilton Vasco da Gama e de Albertina Ribeiro da Gama, respectivamente, pós-doutorado⁵¹ e doutorado⁵², entraram mais dois docentes, Célia Goulart de Freitas Tavares⁵³ (com responsabilidade docente em Filologia Românica) e Luiza Maria de Vasconcellos Vianna⁵⁴ (com responsabilidade docente em História da Literatura e Literatura Universal), enquanto Teresa Leal Gonçalves Pereira e Vera Lúcia Britto Gomes ministravam disciplinas de Filologia Românica; Célia Marques Telles voltou a responsabilizar-se pelas disciplinas de Filologia Românica e de Paleografia e Ecdótica. As duas novas docentes entraram no Curso de Mestrado, que concluíram, respectivamente, em 1986, Célia Tavares na área de Linguística, com a dissertação em Crítica Textual, e Luiza Vianna, na área de Teoria da Literatura. Ressalte-se que a dissertação de Célia Tavares, orientada por Nilton Vasco da Gama, foi a primeira feita na micro-área de Filologia Românica e especificamente em Crítica Textual, editando a prosa, édita e inédita, de Arthur de Salles. Em 1989 Célia Marques Telles concluiu o Doutorado na USP, fazendo a edição crítica da *Coleção de roteiros portugueses*

⁵¹ Centrado no estudo de lexicologia e de lexicografia.

⁵² A tese de doutorado é uma *Édition des épisodes inédits du 'Meliacin' de Girart d'Amiens dans la version du manuscrit de Florence*.

⁵³ Aposentada em 1992.

⁵⁴ Que solicitou rescisão de contrato no início dos anos 90.

da *Carreira da Índia*, retomando um dos manuscritos cuja cópia foi trazida da França, por Nilton Vasco da Gama, em 1956. Mais tarde, em 1996, Teresa Leal Gonçalves Pereira também concluiu o Doutorado na USP, editando o *Livro de Marinbaria* de André Pires, outro manuscrito cuja cópia foi trazida da França por Nilton Vasco da Gama, em 1956.

Depois de 1983, com a criação do Curso de Arquivística, foram criadas duas disciplinas de Paleografia e Diplomática, de início ministradas por Albertina Ribeiro da Gama, substituída por Célia Marques Telles, que se ocupou do seu ensino até 2012.

Às disciplinas de Filologia Românica e de Paleografia e Ecdótica ou de Paleografia e Diplomática, somadas à de História da Literatura e à de Literatura Universal acrescentou-se a de Técnica de Pesquisa. Mas os docentes podem ainda ministrar outras disciplinas ligadas ao seu campo de estudo ou de pesquisa.

Em 1982 foi aberto concurso para Filologia Românica e para Paleografia e Ecdótica, tendo sido aprovadas, respectivamente, Hilda Maria Ferreira de Carvalho [Castro]⁵⁵ e Hilda Maria [de Mello] Ferreira Conceição (monitora de Paleografia)⁵⁶. Em 1994, refez-se o quadro docente, com a realização de dois concursos (cada um com uma vaga⁵⁷) para Filologia Românica, nos quais foram aprovadas, de início, Rosa Borges dos Santos [Carvalho] e Risonete Batista de Souza; dois anos depois, com a abertura de uma terceira vaga, ainda dentro da validade do concurso anterior, foi chamada a segunda aprovada para DE, Elizabeth Baldwin⁵⁸. Rosa Borges dos Santos Carvalho cursou o Mestrado e o Doutorado em Letras na UFBA, na linha de Crítica Textual, ambos com

⁵⁵ Fez ela o Mestrado em Letras, fazendo uma dissertação, na área de Linguística, centrada em estudo lexicográfico. A docente, ainda hoje em exercício, solicitou transferência para Linguística.

⁵⁶ Aposentada no início dos anos 2009.

⁵⁷ Uma vaga para 20h e outra para DE.

⁵⁸ Aposentada em 2014.

orientação de Nilton Vasco da Gama, fazendo a edição dos *Poemas do Mar* de Arthur de Salles (no Mestrado) e um estudo da gênese dos *Poemas do Mar* (no Doutorado); Risonete Batista de Souza fez o Mestrado na UFBA, orientada por Nilton Vasco da Gama, na linha de Filologia Românica, com dissertação sobre o vocabulário do cancionero do trovador Pero da Ponte, e o Doutorado na USP, também sobre o cancionero galego-português, na perspectiva da análise literária; Elizabeth Baldwin fez o Mestrado na UFBA, orientada por Nilton Vasco da Gama, com dissertação em Crítica Textual, fazendo a edição e estudo de um dos contos de Arthur de Salles, e o Doutorado também na UFBA, estudando o processo de criação dentro do romance *O sumiço da santa*, de Jorge Amado, na linha de Documentos da Memória Cultural.

Em 2009, com a nova reforma da grade curricular, foram abertos concursos: para Técnica de Pesquisa (40h), quando foram aprovadas Alícia Duhá Lose (ingressa em 2009) e Norma Suely da Silva Pereira (ingressa em 2010), – provenientes do Programa PIBIC, a primeira na PUCRS e a segunda na UFBA, sob minha orientação – ambas, na época, com o Mestrado em Letras (na linha de Crítica Textual), com dissertação sobre a obra em prosa, inédita e edita, de Arthur de Salles; pouco depois, fizeram elas o Doutorado em Letras, ainda na linha de Crítica Textual, Alícia Lose ocupando-se dos inéditos de Arthur de Salles e Norma Pereira estudando o discurso das crônicas de Arthur de Salles. Nos concursos realizados, a seguir foram aprovados, primeiro Arivaldo Sacramento de Souza (ingresso em 2009) – proveniente do Programa PIBIC, sob minha orientação – especificamente para Crítica Textual, já com o Mestrado em Letras, com dissertação sobre o vocabulário homoerótico do cancionero satírico galego-português, sob orientação de Risonete Batista de Souza, na linha de Mudanças linguísticas na România; e Rosinês de Jesus Duarte (ingressa

em 2011) – também proveniente do Programa PIBIC, sob minha orientação – para Técnica de Pesquisa, também com Mestrado em Letras, com dissertação em lexicografia, sobre o vocabulário regional de Arthur de Salles, na linha de Crítica Textual, sob minha orientação. Ambos fizeram o Doutorado em Letras, o primeiro com tese sobre o teatro censurado na Bahia, sob orientação de Rosa Borges dos Santos, na linha de Crítica Textual, a segunda, ainda sobre o vocabulário de Arthur de Salles, em lexicologia, na linha de Crítica Textual, sob minha orientação, estudando os fraseologismos, tendo feito o doutorado sanduíche na Univ. Complutense de Madrid, com orientação de Maria Josefa Postigo Aldeamil.

No próximo concurso, já nos anos 2012, feito para a amplitude de Linguística Românica, Crítica Textual e Técnica de Pesquisa foram aprovadas Isabela Santos Almeida e Eliana Correia Brandão Gonçalves. Isabela Santos de Almeida, ingressa em 2013 – proveniente do Programa PIBIC, na UNEB, sob orientação de Rosa Borges dos Santos –, já com Mestrado em Letras, feito no PPGLL da UFBA, em Crítica Textual, com dissertação sobre texto teatral censurado, e Doutorado concluído em 2014, no PPGLitCult da UFBA, também propondo na tese uma edição digital de texto teatral censurado, ambos sob orientação de Rosa Borges dos Santos. Eliana Correia Brandão Gonçalves, ingressa em 2013 – proveniente do Programa PIBIC, sob orientação de Albertina Gama – já com Mestrado em Letras, na linha de Crítica Textual, com dissertação em edição do livro *Poesias* de Arthur de Salles, fazendo o estudo crítico dos poemas polítestemunhais; com doutorado fazendo um estudo semântico no campo de homens e armas nas Crônicas de Fernão Lopes, sob orientação de Nilton Vasco da Gama. Em 2016, foi feito um concurso também de espectro amplo, abarcando a Linguística Românica, a Crítica

Textual e a Técnica de Pesquisa, tendo sido aprovada Fabiana Prudente Correia – proveniente do Programa PIBIC, na UNEB, sob orientação de Rosa Borges dos Santos, já com Mestrado em Letras, pelo PPGLL da UFBA, com dissertação em Crítica textual, centrada em edição de texto teatral censurado, concluiu o Doutorado em 2018, no PPGLitCult da UFBA, com uma tese que propõe uma edição em hipertexto de peça dramática censurada, nos dois casos sob orientação de Rosa Borges Santos. O último docente a ingressar, em 2017, em concurso para Linguística Românica, Crítica Textual e Técnica de Pesquisa, foi Débora de Souza – proveniente do Programa PIBIC, na UNEB, sob orientação de Rosa Borges dos Santos. Com Mestrado realizado no PPGLitCult da UFBA, com dissertação sobre texto teatral censurado, com doutorado feito no PPGLitCult da UFBA, ambos os trabalhos sob orientação de Rosa Borges dos Santos. Em todos esses anos foram muitos os Professores substitutos, dos quais Gustavo dos Santos Matos, foi o mais recente. Também ele é proveniente do Programa PIBIC da UFBA, sob minha orientação e concluiu o Mestrado em Letras, no PPGLinC, com uma dissertação em Crítica Textual, estudando as formas latinas em textos dos Livros do Tombo, sob orientação de Célia Marques Telles. Desses docentes Célia Marques Telles, em regime PROPAP, Risonete Batista de Souza, Alícia Duhá Lose, Norma Suely da Silva Pereira e Eliana Correia Brandão Gonçalves atuam no ensino de Pós-Graduação, no PPGLinC; Rosa Borges dos Santos, Arivaldo Sacramento de Souza, Rosinês de Jesus Duarte e Isabela Santos de Almeida desenvolvem sua atividade de ensino na Pós-Graduação no PPGLitCult. Com projetos de pesquisa aprovados, têm projetos com alunos de Iniciação científica Célia Marques Telles, Rosa Borges dos Santos, Alícia Duhá Lose, Norma Suely Pereira, Arivaldo

Sacramento de Souza, Rosinês de Jesus Duarte, Eliana Brandão Gonçalves, Isabela Santos de Almeida e Débora de Souza.

Do exposto atuam hoje no ensino de Graduação em disciplinas oferecidas aos cursos de Letras, de Biblioteconomia, de Arquivística e de História, dez docentes; nos cursos de Pós-Graduação em Letras, no momento, têm atuação nove docentes: cinco no PPGLinC e quatro no PPGLitCult.

4 O NOVO RUMO DO ENSINO E A PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO TEÓRICA

Como se desenvolveu todo o trabalho dentro da equipe foi o objetivo dessa conversa. Se no início era difícil fazer as leituras complementares ao curso, a situação em nossos dias é muito melhor, ainda que os alunos leiam cada vez menos em uma língua estrangeira. Há muitos títulos escritos em português, são inúmeras as traduções para o português, sem contar aqueles em língua espanhola, de mais fácil acesso do que as demais. E porque não falar daqueles títulos publicados ou de consulta facilitada via internet? Estudar e aprender tornou-se uma tarefa menos árdua. O de que se precisa é tempo...

Todos os docentes podem, hoje, apoiar o ensino básico da Linguística Românica em um referencial teórico bastante mais acessível aos estudantes. Três manuais foram escritos no Brasil: desde 1974, Sílvia Elia publicou o manual *Preparação à lingüística românica*, pela Acadêmica, hoje em segunda edição, saída pelo Ao Livro Técnico, em 1979; Rodolfo Ilari publicou o manual *Linguística Românica*, em 1992, de que saiu uma segunda edição, revista e ampliada, em 2018; de 2001 data o primeiro

volume de *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*, de Bruno Fregni Bassetto, de que o segundo volume, *Elementos de filologia Românica: história interna das línguas românicas*, só veio a ser publicado em 2010. Algumas traduções feitas para o português e para o espanhol vieram facilitar a formação teórica dos estudantes: o livro de Henriette Walter, *L'Aventure des langues en occident: leur origine, leur histoire, leur géographie*, datado de 1994, tem duas traduções para a língua portuguesa, uma feita em Portugal, por Manuel Ramos, *A aventura das línguas do ocidente: sua origem, sua história, a sua geografia*, em 1996; a outra, de Sérgio Cunha dos Santos, *A aventura das línguas no ocidente: origem, história e geografia*, feita em São Paulo, em 1997; o livro de Miquel Siguan, *La Europa de las lenguas*, de 1996, foi traduzido para o português por Alexandra Borges de Sousa, *A Europa das línguas*, ainda em 1996. O manual de Rebecca Posner, *The Romance languages*, de 1996, foi traduzido para o espanhol por Silvia Iglesias, *Las lenguas romances*, também em 1996; o pequeno manual de Charles Camproux, *Les langues romanes*, de 1974, com a terceira edição publicada em 1979, foi traduzido ao espanhol, *Las lenguas románicas*, por Damià de Bas, em 1980. Ainda em língua francesa há o pequeno manual de Michel Banniard, *Du latin aux langues romanes*, de 1997. Em língua espanhola dois manuais são acessíveis aos estudantes: o *La formación de las lenguas romances peninsulares*, de Coloma Lleal, datado de 1990, e o *Las lenguas románicas*, de José Manuel Fradejas Rueda, de 2010. Em língua francesa foi publicado, em 2007, o manual *Linguistique romane: domaines et méthodes en linguistique française et romane*, de Martin-Dietrich Glessgen.

No campo da Crítica (Filologia) Textual outros tantos títulos também foram publicados em nosso País: em 2005 César Nardelli Cambraia publicou o manual *Introdução à crítica textual*; de 2004 data o manual *Fundamentos de crítica textual: [história, metodologia, exercícios]*, de

Barbara Spaggiari e de Maurizio Perugi; de 1995 data o manual de Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal, o *Noções de paleografia e diplomática*; data de 1994, o livro *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*, de Vera Lúcia Costa Acioli; em 1993 foi publicada a tradução ao português da tese de D. Paulo Evaristo Arns, *A técnica do livro segundo São Jerônimo*, feita por Cleone Augusto Rodrigues, de que se fez uma nova e rica edição em 2007; de 1987 data o álbum, *Estudos paleográficos*, de Ricardo Román Blanco; também de 1987 é o pequeno livro de Leodegário de Azevedo Filho, *Iniciação em crítica textual*; de 1977 é o pequeno manual de Segismundo Spina, *Introdução à edótica*, de que, em 1994, se fez uma segunda edição rev. e atual. Para o curso de Diplomática, é de fundamental importância o álbum de Tomás Marín Martínez, *Paleografía y diplomática*, em dois volumes, de 1991, e o seu complemento, *Láminas de la cátedra de paleografía y diplomática*, preparado e editado por Blas Casado Quintanilla, de 1997.

5 AS ATIVIDADES DE PESQUISA

Depois de passar pela relação de tantos resultados de pesquisa pode parecer óbvio falar de projetos de pesquisa. Mas vamos lá.

O *Nova Studia Philologica* tem duas linhas de pesquisa, na linha do que se tem desenvolvido desde os anos 60 do século passado, mantidas desde o seu início. A primeira, tradicionalmente a mais antiga, Mudanças linguísticas na România, que engloba todos os trabalhos de linguística histórica desenvolvidos pelos docentes e discentes, em qualquer nível de análise de língua, desde o grafemático ao discursivo (BALDINGER, 1977)). A segunda, tradicionalmente ligada ao princípio filológico de

“amigo do texto”, é Crítica Textual. Nela são desenvolvidos os projetos de Filologia Textual, que se ocupam da edição e da análise dos fatos linguísticos do texto; os projetos de Crítica Textual nos últimos anos têm direcionado os seus resultados na direção de edições digitais e hipertextuais, além de estudar o processo de criação do texto literário ou não literário.

Nos dois casos as pesquisas consideram os princípios da sociologia do texto e da sociolinguística histórica.

6 E O FINAL DESTA CONVERSA...

Hoje, são onze docentes encarregados, nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação, nas pesquisas ligadas às duas linhas de investigação, que se distribuem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Docentes estes que integram o Grupo de Pesquisa *Nova Studia Philologica*. O Grupo de Pesquisa foi criado, no início dos anos 90, dentro do Projeto Diretório de Pesquisas do CNPq, tendo sido o Prof. Nilton Vasco o seu primeiro líder, com Célia Marques Telles como Vice-Líder. Em 2012, com o falecimento do Prof. Nilton Vasco da Gama, os docentes decidiram renomear o Grupo de Pesquisa *Studia Philologica*, em homenagem ao saudoso mestre, criador e mentor de todas as atividades até aqui desenvolvidas, nome hoje substituído por *Nova Studia Philologica*.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia**: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim

Nabuco, Massangana, 1994. Apres. Leonardo Dantas Silva. Pref. José Antônio Gonsalves de Mello.

ARNS, Paulo Evaristo, Dom. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. São Paulo: CosacNaify, 2007 [1952]. Pref. de Alfredo Bosi.

ARNS, Paulo Evaristo, Dom. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1993 [1952].

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [1949]. Posfácio de Marcus Mazzari.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972 [1949].

AUERBACH, Erich. **Introduction aux études de philologie romanes**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1949.

AZEVEDO FILHO, Leodegário de. **Iniciação em crítica textual**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987. Apresentação de Antônio Houaiss.

BALDINGER, Kurt. **L'Objet de la linguistique**: essai d'un modèle linguistique général. *Travaux de Linguistique et de Littérature*, Strasbourg, v. 15, n. 1, 1977. p. 379-383.

BANNIARD, Michel. **Du latin aux langues romanes**. Paris: Nathan, 1997.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história interna das línguas românicas. São Paulo: EDUSP, 2010. v. 2.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história externa das línguas. São Paulo: EDUSP, 2001. [v. 1].

BATELLI, Giulio. **Lezioni di paleografia**. 3. ed. Città del Vaticano: Pont. Scuola Vaticana di Paleografia e Diplomatica, 1949.

BEC, Pierre. **Manuel pratique de philologie romane**. Paris: A. & J. Picard, 1970-1971. 2v. t.1 Italien, espagnol, portugais, occitan, catalan, gascon; t. 2 Français, roumain, sarde, rhéto-frioulan, francoprovençal, dalmate; phonologie; index.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: EDUFMS, 1995.

BLOCH, O.; WARTBURG, W. von. **Dictionnaire etymologique de la langue française**. 5. éd. rev. et augm. par Walther von Wartburg. Paris: PUF, 1968.

BLOCH, O.; WARTBURG, W. von. **Dictionnaire etymologique de la langue française**. 4. éd. rev. et augm. par Walther von Wartburg. Paris: PUF, 1964 [1932].

BOURCIEZ, Édouard. **Éléments de linguistique romane**. 4. éd. rev. par l'auteur et par les soins de Jean Bourciez. Paris, Klincksieck, 1956.

BUONOCORE, Domingo. **Vocabulario bibliográfico**: términos relativos al libro, al documento, a la biblioteca, para uso de escritores, bibliógrafos, bibliófilos, bibliotecarios, archivistas, libreros, editores, encuadernadores y tipógrafos. Santa Fé (Argentina): Castellví, 1952.

BURNAM, John. **Palaeographia iberica**: fac-similés de manuscrits espagnols et portugais (IXe-XVe siècle), avec notices et transcriptions. Paris: Lib. Ancienne Honoré Champion, 1912-1925. 3v.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMPROUX, Charles. **Las lenguas románicas**. Tradução Damiá de Bas. Barcelona: Oikostau, 1980 [1974].

CAMPROUX, Charles. **Les langues romanes**. 3. éd. Paris: PUF, 1979 [1974].

CASADO QUINTANILLA, Blas. **Láminas de la cátedra de Paleografía y Diplomática**. Madrid: Univ. Nacional de Educación a Distancia, 1997.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. 3. reimp. Madrid: Gredos, 1991. 6v. Com a colab. de José A. Pascual.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madrid: Gredos, 1954-1957. 4v.

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA. Estudos Linguísticos e Literários: número especial em homenagem ao septuagésimo aniversário do Prof. Nilton Vasco da Gama. Salvador, n. esp., não paginado, set. 1996.

DIEZ, Frédéric. **Grammaire des langues romanes**. 3. éd. ref. et augm. Tradução Auguste Brachet e Gaston Paris [v. I] e Alfred Morel-Fatio e Gaston Paris [v. II e III]. Paris: A. Franck [v. I e II]; F. Vieweg [v. III], 1874-1876. 3v.

ELCOCK, W. D. **Le lingue romanze**. Tradução Alessandra Lanciani. L'Aquila: L. U. Japadre, 1975.

ELCOCK, W. D. **The Romance languages**. London: Faber & Faber, 1960.

ELIA, Sílvio. **Preparação à lingüística românica**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ELIA, Sílvio. **Preparação à lingüística românica**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

ENTWISTLE, William J. **Las lenguas de España**: castellano, catalán, vasco y galego-portugués. 5. ed. Tradução Francisco Villar. Madrid: Istmo, 1988 [1973; 1969].

ENTWISTLE, William J. **The Spanish language**: together with Portuguese, Catalan and Basque. 2. ed. London: Faber & Faber, 1962 [1936].

FLEXOR, Maria Ochi Flexor. **Abreviaturas de manuscritos e documentos luso-brasileiros**. Berlim-Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

FLEXOR, Maria Ochi Flexor. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLEXOR, Maria Ochi Flexor. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2. ed. aum. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FLEXOR, Maria Ochi Flexor. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultura; Divisão de Arquivo do Estado, 1979.

FLEXOR, Maria Helena. **Noções de paleografia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1970.

FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **Las lenguas románicas**. Madrid: Arco/Libros, 2010.

GAMA, Albertina Ribeiro da. **Álbum de paleografia**: glossário de abreviaturas. Salvador: UFBA; Inst. Letras; Dep. Letras Românicas, 1972. v. 3. Mimeogr.

GAMA, Nilton Vasco da. **Álbum de paleografia**. Salvador: UFBA; Inst. Letras; Dep. Letras Românicas, 1971.. v.1, Fac-símiles; v. 2, Transcrições. Com a colab. de Albertina Ribeiro da Gama. Mimeogr.

GAMA, Nilton Vasco da. **Pequena bibliografia de filologia românica**. Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1972. Com a colab. de Teresa Leal Gonçalves Pereira, Célia Marques Telles e Vera Lúcia Britto Gomes.

GAMA, Nilton Vasco da; TELLES, Célia Marques et al. Alguns aspectos do vocabulário relativo à vida anímica (sentimentos e sensações) no Leal Conselheiro de Dom Duarte. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE FILOLOGÍA Y LINGÜÍSTICA DE LA AMÉRICA LATINA, 2., 1969. São Paulo: USP, 3-8 jan.1969. Comunicação. [Não publicada].

GARCÍA DE DIEGO, Vicente. **Diccionario etimológico español e hispánico**. 2. ed. consideravelmente aum, com materiales inéditos del autor a cargo de Carmen García de Diego. Madrid: Espasa-Calpe, 1985. Introd. De Rafael Lapesa.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente. **Diccionario etimológico español e hispánico**. Madrid: S.A.E.T.A, 1954.

GILLIÉRON, Jules; EDMONT, E. **Atlas linguistique de la France**. Paris: Honoré Champion, 1902-1910. 35 fasc.

GLESSGEN, Martin-Dietrich. **Linguistique romane: domaines et méthodes en linguistique française et romane**. Paris: Armand Colin, 2007.

HALLIG, Rudolf; WARTBURG, Walther von. **Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas**. 2. neubearbeitete und erweiterte Auflage. Berlin: Akademie-Verlag, 1963.

HALLIG, Rudolf; WARTBURG, Walther von. **Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas**. Berlin: Akademie-Verlag, 1952.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução da 10. ed. corrig. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.

HIGOUNET, Charles. **L'écriture**. 7. éd. mise à jour. Paris: PUF, 1986 [1955].

HOCKETT, Charles F. **Curso de lingüística moderna**. Tradução e adaptação ao espanhol Emma Gregores e Jorge Suárez. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1972 [1964; 1962].

HOCKETT, Charles F. **A Course in modern linguistics**. 5. reimp. New York: Macmillan, 1970 [1958].

HOUAISS, Antônio. **Elementos de Bibliologia**. Reimp. fac-similar. São Paulo: Hucitec; Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1983.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de Bibliologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 2v.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2018.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 1992.

IORDAN, Iorgu. **Introdução à linguística românica**. Tradução Júlia Dias Ferreira. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982 [1962].

IORDAN, Iorgu. **Lingüística românica**: [evolución, corrientes, métodos]. Reel. parcial y notas de Manuel Alvar. Madrid: Alcalá, 1967.

IORDAN, Iorgu. **Lingvistica romanică**: evoluție, curente, metode. București: Academiei Republicii Populare Romîne, 1962.

IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. **Manual de lingüística românica**. Rev. elab. parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Gredos, 1972. 2v.

IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. **Introducere în lingvistica romanică**. București: Editura Didactică și Pedagogică; Universitatea București, 1965.

IORDAN, Iorgu; ORR, John. **An introduction to Romance linguistics**: its schools and scholars. Rev. de Rebecca. Possner. Berkeley; Los Angeles: Univ. of California Press, 1970 [1937].
Suplemento Thirty years on de R. Possner.

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española**. 9. ed. corr. e aum. Madrid: Gredos, 1981.

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española**. 4. ed. corr. e aum. Madrid: Escelicer, 1959 [1942]. Prólogo de Ramón Menéndez Pidal.

LAUSBERG, Heinrich. **Linguística românica**. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981 [1971; 1969].

LAUSBERG, Heinrich. **Linguística romanza**. Tradução Nicolò Pasero. Milano: Feltrinelli, 1976 [1971; 1969]. 2v.

LAUSBERG, Heinrich. **Lingüística românica**. Tradução J. Pérez Riesco e E. Pascual Rodríguez. Madrid: Gredos, 1965-1966. 2v.

LAUSBERG, Heinrich. **Romanische Sprachwissenschaft**. Berlin: Walter de Gruyter, 1956. 2v.

LÁZARO CARRETER, Fernando. **Diccionario de términos filológicos**. 2. ed. aum. Madrid: Gredos, 1962 [1953].

LLEAL, Coloma. **La formación de las lenguas romances peninsulares**. Barcelona: Barcanova, 1990.

MARÍN MARTÍNEZ, Tomás. **Paleografía y diplomática**. Madrid: Univ. Nacional de Educación a Distancia, 1991. 2v.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**, 2. ed. il. rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996 [1957]. Com um capítulo referente à propriedade literária.

MEILLET, Antoine. L'état actuel des études de linguistique générale. *In*: _____ . **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Honoré Champion, 1948.

MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de paleografia**. São Paulo: s.n. 1953.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Orígenes del español: estado lingüístico de la Península ibérica hasta el siglo XI**. 6. ed., según la tercera muy correg. y adic. Madrid: Espasa-Calpe, 1968 [1950].

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Orígenes del español: estado lingüístico de la Península ibérica hasta el siglo XI**. 3. ed. muy correg. y adic. Madrid: Espasa-Calpe, 1950 [1926].

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. **Romanisches etymologisches Wörterbuch**. 3. Vollständig neubearbeitete Auflage. Heidelberg: Carl Winters, 1935.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. **Introdução ao estudo da glotologia românica**. Redacção portuguesa de António da Guerra Júdice. Lisboa: Clássica, 1916.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. **Grammaire des langues romanes**. Tradução Eugène Rabiet [v. 1] e Auguste Doutrepoint e Georges Doutrepoint [v. II e III]. Paris: H. Walter, 1890-1900. 4v⁵⁹.

MIAZZI, Maria Luiza Fernandez. **Introdução à lingüística românica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

⁵⁹ O quarto volume é de índices.

MIGLIORINI, Bruno. **Storia della lingua italiana**. Milano: Bompiani, 1994 [1960]. Introd. de Ghino Ghinassi.

MIGLIORINI, Bruno. **Historia de la lengua italiana**. Tradução Pedro de Alcántara Martínez. Madrid: Gredos, 1969. 2v. Trad. da 4. ed. ital.

MIGLIORINI, Bruno; DURO, Aldo. **Prontuario etimologico della lingua italiana**. Torino: G. B. Paravia, 1949.

MILLARES CARLO, Agustín. **Paleografía española**: ensayo de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII. Barcelona; Buenos Aires: Labor, 1929. 2v.

MILLARES CARLO, Agustín. **Tratado de paleografía española**: texto. 2. ed. corr. y aum. Madrid: Hernando, 1932. 2v.

MILLARES CARLO, Agustín. **Tratado de paleografía española**. 3. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1983. 3v.

MOHRMANN, Christine. **Le latin prétendu vulgaire et l'origine des langues romanes**. Centre de Philologie et de Littérature Romanes, Strasbourg, v. 6, 1961. p. 90-98. Traduzido ao português nos Seminários de Filologia Românica, dirigidos pelo Prof. Nilton Vasco da Gama.

MOHRMANN, Christine. **Les formes du latin dit "vulgaire"**; essai de chronologie et de systématisation de l'époque augustéenne aux langues romanes. *In*: CONGRÈS DE LA FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS D'ÉTUDES CLASSIQUES: ACTES, 1., Paris, 28 août-2 sep. 1950. Paris: Klincksieck, 1951. p. 207-219. Traduzido ao português nos Seminários de Filologia Românica, dirigidos pelo Prof. Nilton Vasco da Gama.

NASCENTES, Antenor. **Elementos de filologia românica**. Rio de Janeiro: Botelho, 2009 [195-]. Org. por José Pereira da Silva.

PALMER, L. R. El latín vulgar. *In*: _____. **Introducción al latín**. Tradução Juan José Moralejo e José Luis Moralejo. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1984 [1974; 1955]. p. 152-183.

PALMER, L. R. Vulgar Latin. *In*: _____. **The Latin language**. 2. imp. London: Faber & Faber, 1955. p. 148-194. Traduzido ao português

nos Seminários de Filologia Românica, dirigidos pelo Prof. Nilton Vasco da Gama.

POSNER, Rebecca. **Las lenguas romances**. Traducción Silvia Iglesias. Madrid: Cátedra, 1996.

POSNER, Rebecca. **The Romance languages**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.

PROU, Maurice. **Manuel de paléographie latine et française**. 4, éd. ref, avec la collab. de Alain de Boüard. Paris: Auguste Picard, 1924. Accomp. d'un album de 24 planches.

PROU, Maurice. **Manuel de paléographie latine et française**: recueil de fac-similés d'écritures du Ve au XVIIe siècle; manuscrits latins, français et provençaux accompagnés de transcriptions. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1904.

RENZI, Lorenzo. **Nuova introduzione alla filologia romanza**. Bologna: Il Mulino, 1994. Com a colab. de Giampaolo Salvi.

RENZI, Lorenzo. **Introducción a la filología románica**. Tradução Pilar García Mouton. Madrid: Gredos, 1982 [1976].

RENZI, Lorenzo. **Introduzione alla filologia romanza**. Bologna: Il Mulino, 1985 [1976].

ROMÁN BLANCO, Ricardo. **Estudos paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.

ROHLFS, Gerhard. **Grammatica storica della della lingua italiana e dei suoi dialetti**. Tradução Salvatore Persichino. Torino: Einaudi, 1966 [1949]. 3v.

ROHLFS, Gerhard. **Historische Grammatik der italienischen Sprache und ihrer Mundarten**. Bern: A. Francke, 1949. 3v.

ROMÁN BLANCO, Ricardo. **Estudos paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.

SANTOS, Rosa Borges dos. Memorial. Salvador: UFBA; Inst. LETRAS; DFEL, 2018.

SAROLLI, Gian Roberto. **El italiano lengua romance**. Buenos Aires: Edit. Nova, 1972 [1959].

SIGUAN, Miquel. **La Europa de las lenguas**. Madrid: Alianza, 1996.

SIGUAN, Miquel. **A Europa das línguas**. Tradução Alexandra Borges de Sousa. Lisboa: Terramar, 1996.

SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1956.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos de crítica textual**: [história, metodologia, exercícios]. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica; EDUSP, 1994 [1977].

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

TAGLIAVINI, Carlo. **Orígenes de las lenguas neolatinas**: introducción a la filología romance. Tradução Juan Almela. 2. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1973; 1969].

TAGLIAVINI, Carlo. **Le origine delle lingue neolatine**; introduzione alla filologia romanza. 6. ed. int. riel. ed. agg. Bologna: Pàtron, 1982.

TAGLIAVINI, Carlo. **Le origini delle lingue neolatine**. 2. ed. riel. Bologna: Riccardo Pàtron, 1952.

VIDOS, Benedek Elémer. **Manual de lingüística românica**. Tradução José Pereira da Silva, rev. tec. de Evanildo Bechara e Marlit Cavalcante Bechara. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996 [1963].

VIDOS, B. E. **Manual de lingüística românica**. Trad. de la ed. ital. por Francisco de B. Moll. Madrid: Aguilar, 1963 [1959].

- VIDOS, B. E. **Manuale di linguistica Romanza**. Tradução do holandês de G. Francescato. 1. ed. ital. completamente aggior. dall' autore. Firenze: Leo S. Olschki, 1959.
- VOSSLER, Ch. **Cultura y lengua de Francia**: historia de la lengua literaria francesa desde los comienzos hasta el presente. Tradução do alemão de Elsa Tabering e Raimundo Lida. Buenos Aires: Losada, , 1955 [1929]. Prefácio de Raimundo Lida.
- VOSSLER, Ch. **Langue et culture de la France**: histoire du français littéraire des origines à nos jours [...]. Tradução de Alphonse Juilland. Paris: Payot, 1953. Prefácio de Alphonse Juilland.
- WALTER, Henriette. **A aventura das línguas no ocidente**: origem, história e geografia. Tradução Sérgio Cunha dos Santos. São Paulo: Mandarim, 1997.
- WALTER, Henriette. **A aventura das línguas do ocidente**: a sua origem, a sua história e a sua geografia. Tradução José Victor Adragão. Lisboa: Terramar, 1996. Pref. de André Martinet.
- WALTER, Henriette. **L'aventure des langues en occident**: leur origine, leur histoire, leur géographie. Paris: Robert Laffont, 1995. Préf. de André Martinet.
- WARTBURG, Walther von. **Die Ausgliederung der romanischen Sprachräume**. Bern: A. Francke, 1950.
- WARTBURG, Walther von. **Die Entstehung der romanischen völker**. 2. neu- bearbeitete Auflage. Tübingen: Max Niemeyer, 1951.
- WARTBURG, Walther von. **Évolution et structure de la langue française**. 10. ed. Berne: A. Francke, 1971 [1946].
- WARTBURG, Walther von. **Evolución y estructura de la lengua francesa**. Vers. esp. Carmen Chust. Madrid: Gredos, 1966.
- WARTBURG, Walther von. **La fragmentación lingüística de la Romania**. Tradução Manuel Muñoz Cortés. 2. reimp. da 2. ed. Madrid: Gredos, 1991 [1971, 1952; 1950].

WARTBURG, Walther von. **La fragmentation linguistique de la Romania**. Traduit de l'allemand par Jacques Allières e Georges Straka. Paris: C. Klincksieck, 1967 [1950].

WARTBURG, Walther von. **Les origines des peuples romans**. Traduit de l'allemand par Claude Cuénot de Maupassant. Paris: Presses Universitaires de France, 1941.

OS GLOSSÁRIOS COMO FONTE

de estudo do léxico: o caso das palavras compostas

Antonia Vieira dos Santos¹

1 INTRODUÇÃO

Considera-se que os glossários que acompanham edições preparadas para estudos de natureza linguística são uma extensão do labor filológico do editor e apresentam a mesma qualidade, em termos de fiabilidade, da edição à qual se vincula. Sampaio (2003, p. 152) enfatiza a importância de se estabelecer uma relação estreita entre edições de texto, elaboração de glossários e a realização de estudos linguísticos, essencial para "a elaboração de 'Tesouros da Língua', de gramáticas e dicionários históricos, instrumentos indispensáveis de trabalho e de conhecimento para todos os estudiosos e falantes da língua".

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: toniavieira@gmail.com.

Na presente contribuição, atribuímos o protagonismo aos glossários como fontes de estudo do léxico, analisando e discutindo a frequência de registro de unidades multilexicais como lema, notadamente as palavras compostas, nesse tipo de material. As unidades multilexicais são definidas como "sequências de palavras com comportamentos unitários ou tendencialmente unitários, isto é, semelhantes aos de uma palavra única, resultantes de conexões formais e semânticas que se foram estabelecendo entre os seus elementos e que o uso consagrou" (NASCIMENTO, 2013, p. 215 *apud* RIBEIRO; RIO-TORTO, 2016, p. 466).

A comparação de glossários permitirá observar a prática do registro dessas unidades lexicais, se como forma-lemma ou como formas indexadas sob uma das palavras simples que as constituem, servindo de base para a discussão sobre a produtividade/escassez de compostos no período arcaico e/ou sobre a dificuldade do editor-lexicógrafo reconhecer combinações de palavras como compostos.

Citam-se, entre as edições acompanhadas de glossário, e que serão consideradas neste estudo, o *Foro Real*, as *Cantigas de Santa Maria*, as *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer*, o *Cancioneiro da Ajuda*, a *Crónica de D. Pedro*, o *Orto do Esposo* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*.

2 A ELABORAÇÃO DE GLOSSÁRIOS EM PORTUGUÊS

Silva Neto (1957, p. 120) apresenta os glossários como fontes para o conhecimento do latim vulgar. Os glossários, na época medieval, correspondiam, segundo o autor, "a listas em que [...] se catalogavam as palavras latinas ao lado das formas romances". De acordo com Castro (1991, p. 102), as glosas eram registradas em geral nas margens de textos

manuscritos latinos e tinham como finalidade esclarecer o significado de uma palavra latina de difícil compreensão. O texto das glosas poderia ser a língua vernácula ou mesmo a latina. As listas reunindo palavras consideradas difíceis se estendem do século VII ao século X, segundo Silva Neto (1957, p. 120). Silva Neto (1957, p. 120) e Castro (1991, p. 102) fazem referência ao *Glossaire de Reichenau*, do séc. VIII, particularmente importante para romance da Gália mas também para a todo o resto da România. Os termos correspondem a anotações à *Vulgata*, visando facilitar a leitura da Bíblia latina.

Os glossários, nesse sentido, "dão a ponte entre o latim corrente e os primeiros textos das línguas românicas", nas palavras de Silva Neto (1957, p. 121). Sobre a importância desses materiais, diz-nos esse Autor: "Se bem que o escopo desses léxicos fôsse o de manter bem viva a chama da latinidade, êles nos ministram copiosíssimas informações acerca da linguagem pós-latina" (p. 120); "É preciso notar-se que os glossários já não pertencem, pròpriamente, à fase latina. Entretanto, prestam informações inestimáveis, pois abrangem o período romance" (p. 121).

Da mesma forma, os glossários que acompanham algumas edições de textos portugueses medievais representam uma importante fonte para o conhecimento do português arcaico (MATTOS E SILVA, 2008), em especial do seu léxico. De acordo com Sampaio (2003, p. 145),

[a] sua realização [do glossário] deve ter o intuito de complementar os textos, com o maior número possível de informações, esclarecendo o seu vocabulário, classificando-o e explorando os seus usos no co-texto, permitindo, deste modo, uma visão geral sobre o léxico e uma visão mais específica sobre o período da língua a que se reporta o texto.

A importância dos glossários é incontestável, tendo constituído – tanto os exaustivos quanto os seletivos –, uma das fontes utilizadas pelo

lexicógrafo Antônio Geraldo da Cunha para a composição do *Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval* (2014, edição revista), obra que, nas palavras de Maia (2016, p. 304 e 302), "constitui um importante levantamento do léxico da língua portuguesa entre o século XIII e o século XV", sendo, assim, uma "importante fonte de carácter lexicográfico". Esses materiais, certamente, dão impulso aos estudos diacrônicos do léxico português.

No entanto, nem todas as edições de textos portugueses medievais vêm acompanhadas de glossário. Estão nessa situação obras magistrais, de grande qualidade filológica, como a *História do Galego-Português*, com documentos da Galiza e do Noroeste português editados por Clarinda Maia, a *Primeira Partida*, obra legislativa editada por José Azevedo Ferreira, e a *Crónica de D. Fernando*, texto narrativo editado por Giuliano Macchi. Por outro lado, o *Foro Real* e a *Crónica de D. Pedro*, textos editados pelos dois últimos autores, nessa ordem, apresentam glossário.

É preciso reconhecer que a feitura de um glossário não é uma tarefa fácil, que dependa unicamente da boa vontade e disposição do seu autor, principalmente quando se trata de um texto de grandes proporções. Maia (1986, n. 1, p. XI), a respeito da ausência de um glossário referente aos textos que editou, escreve:

Seria interessante – mas não comportável nos limites do presente trabalho – elaborar um glossário de todas as formas registadas nos documentos publicados neste livro; a multiplicidade de variantes fonéticas ou simplesmente gráficas e a sua seriação cronológica tornariam a sua organização extremamente morosa. Acresce ainda que, para fazer a história de algumas palavras, era inevitável estabelecer confrontos com outras formas registadas em textos medievais da Galiza ou de Portugal ou de outras regiões peninsulares. Todas essas circunstâncias fariam com que o resultado desse trabalho fosse extremamente volumoso. Uma vez que não foi possível inserir um estudo do vocabulário, era minha intenção proporcionar ao leitor um índice de todas as formas comentadas ou simplesmente citadas no estudo linguístico, de modo a permitir o máximo aproveitamento das páginas deste livro. Contudo,

dificuldades de carácter orçamental não permitiram a concretização deste propósito [...].

Assim, a elaboração de glossários, principalmente exaustivos, no contexto específico das edições que foram consideradas neste trabalho, apresenta algumas limitações, sendo uma delas de natureza orçamentária. Além disso, a extensão dos textos, aliada à ausência dos meios adequados para o tratamento do léxico, tende a dificultar ou mesmo inviabilizar a elaboração de glossários mais completos, que são do maior interesse para o historiador da língua, pois permitem a exploração da língua dos textos em vários aspectos. A importância do auxílio do computador nessa atividade lexicográfica é evidenciada, por exemplo, por Ferreira (1987, p. 7) na Nota Preliminar do glossário do *Foro Real*:

Através deste glossário, procurámos dar uma visão geral do léxico do *Foro Real*: graças ao computador, foi possível indicar exaustivamente as ocorrências de todas as formas que aparecem no texto. Agora, por exemplo, já se pode saber o número total das ocorrências da conjunção *e*, da preposição *de*, do verbo *seer*, do substantivo *rey*, etc., bem como de todas as variantes gráficas.

São louváveis, portanto, as iniciativas que resultaram na elaboração de glossários, sejam parciais ou exaustivos. Infelizmente, no caso de alguns glossários que acompanham a edição de textos medievais, o acesso a eles não é tão fácil.

3 O REGISTRO DAS PALAVRAS COMPOSTAS NOS GLOSSÁRIOS

As palavras compostas definem-se como o produto da combinação de pelo menos duas unidades lexicais que, do ponto de vista da categoria

morfológica, podem ser radicais, temas ou palavras, marcados categorialmente como nome, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, numeral ou conjunção (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2016, p. 461). Inserem-se, assim, as palavras compostas, no âmbito das unidades multilexicais (ou plurilexemáticas), definidas anteriormente.

A identificação de uma palavra composta não é tão simples, principalmente quando a sua estrutura corresponde a um sintagma da língua, como é o caso dos compostos [NA]_N e [NprepN]_N. A dificuldade é acrescida quando se trata de identificá-las em textos pertencentes a épocas pretéritas da língua, notadamente no português arcaico, delimitado entre os séculos XII e meados do século XVI. Embora sejam apresentados critérios para delimitar os dois fenômenos – composição e sintagmação –, a especificidade dos textos arcaicos pode permitir a violação de parte deles. Vejamos. Os compostos sintagmáticos, nos quais se incluem os compostos [NprepN]_N, "caraterizam-se pela sua fixidez estrutural e pela sua opacidade formal, que se traduz pela impossibilidade de alteração (nomeadamente através de inserção) da sua estrutura interna." (RIO-TORTO, 2017, p. 40), acrescidas da impossibilidade de alteração da ordem (*belas-artes / artes belas*) e de substituição de qualquer uma das unidades por outra (*fim de semana / *termo de semana*) (RIO-TORTO, 2017). Considerando, para os dados do português arcaico, os critérios estabelecidos, não poderíamos atribuir a cartas partidas por abc 'espécie de nota promissória ou título probatório de direito, escrito duas vezes em um mesmo fólio de pergaminho, em que se acrescenta, entre as duas cópias, o alfabeto, que depois é cortado no meio; o sistema era uma forma de assegurar a autenticidade de cada uma das cópias dos documentos' (MACHADO FILHO, 2013, s.u. cartas partidas por abc) o estatuto de composto, pois registraram-se em textos notariais seriados, editados por

Ana Maria Martins e disponíveis no Corpus Informatizado do Português Medieval (<http://cipm.fcsh.unl.pt>) as seguintes formas: c(ar)tas p(ar)tidas p(er) A b C.; cartas partidas per alfabetũ; Carta ab(er)ta p(ar)tida p(er). a. b. C.; Cartas dũu teor p(ar)tidas p(er). A. B. C.; c(ar)tas semelhaújs, dũu téor p(ar)tidas p(er) Abc; est(ru)mentos p(ar)tidos p(er) A B C.; strom(en)tos p(er) Abc p(ar)tidos; p(ra)zos p(ar)tidos p(er). A. b. c.

Assim, expressões como cartas por abc parecem apresentar uma certa estabilidade semântica, mas não fixação da forma, se considerarmos que as suas diferentes configurações expressam o mesmo significado.

Tendo apresentado essa amostra da complexidade que o estudo da composição de palavras pode apresentar, vamos observar, nos glossários selecionados, o número de formas compostas registradas como lema. O lema, como definido por Silvestre (2016, p. 201), corresponde à "forma que se encontra registada no dicionário e que representa uma unidade lexical, correspondendo à redução, a uma forma canónica, de todas as variantes flexionais de uma palavra, mas também de expressões ou de combinatórias lexicais."

Saliente-se, no entanto, que nem sempre o lema é apresentado na forma canônica nos glossários que acompanham as edições de textos medievais, podendo corresponder a uma palavra flexionada.

A nossa compreensão é que a fronteira fluida com a sintagmação pode exercer influência no número de registros de compostos, principalmente nos glossários mais abrangentes, que têm como finalidade registrar todas as palavras do texto. Se o resultado apontar para uma quantidade pouco expressiva de compostos, podemos refletir, por um lado, em termos da escassez dessas unidades nos textos correspondentes aos glossários, e, por outro, em termos da dificuldade do reconhecimento,

por parte do editor do texto/autor do glossário, de determinadas combinações de palavra como um composto.

A pesquisa nos glossários consistiu na observação e no registro das palavras compostas lematizadas, as quais poderiam se apresentar da seguinte forma quanto ao registro gráfico: i) os elementos separados por espaço em branco, como em *monge branco*; ii) os constituintes soldados graficamente, sem perda de material fonológico (*baixamar*); iii) os constituintes ligados por hífen (*adeantado-mor*). Não incluímos, nesse estudo, as chamadas formas aglutinadas (*vinhãdante, fudodinculi, fududancua*), a não ser nos casos em que as palavras evidenciam mais claramente fronteiras morfológicas, como *filhadalgo* e *ricome*. Também não incluímos formas com estrutura de compostos morfológicos, como *tonquinegra* e *rabialçado*, por não imporem dificuldade à sua lematização. Metodologicamente, optamos por desconsiderar as entradas encabeçadas por palavras antecedidas de *mal/bem* e *bom/mau*, tendo em vista que correspondem a um grande número de compostos nos glossários consultados, em especial nos cancioneiros. Por fim, não foram consideradas as palavras compostas correspondentes a nomes próprios. Nas subseções a seguir, apresentaremos uma síntese do que foi extraído de cada glossário selecionado.

3.1 CACIONEIRO MARIANO

Na Nota Preliminar do glossário das *Cantigas de Santa Maria (CSM)*, editadas por Walter Mettmann (1972, página sem numeração), afirma-se que "registam-se todas as palavras do texto e as variantes mais significativas". Trata-se, portanto, de um glossário de tipo exaustivo. No

levantamento que fizemos de unidades plurilexicais lematizadas, verificamos²:

Quadro 1 – Compostos como entrada e subentrada nas *CSM*

Cantigas de Santa Maria (p. 1-324)	
Composto como entrada	[1] Ave Maria, [2] cavaleiro novel, [3] filladalgo, [4] ricas donas (remissão para <i>rico</i>), [5] fazedor d'algo 'caritativo', [6] Salve Regina
Composto como subentrada	água ([1] <i>agua amarela</i> , [2] <i>bẽeita</i> , [3] <i>rosada</i> , com remissão para os respectivos adjetivos), alcaide ([4] <i>alcaide mayor</i>), altar ([5] <i>altar mayor</i>), arma ([6] <i>ome d'armas</i> , [7] <i>cavaleiro d'armas</i> , [8] <i>gente d'armas</i>), avangeo ([9] <i>crerigo d'avangeo</i>), camara ([10] <i>camara privada</i> 'retrete'), carta ([11] <i>carta de peedença</i> 'cédula de confissão', [12] <i>carta de soltura</i> 'documento em que se declara a remissão de uma dívida ou de uma pena', [13] <i>carta de petiçon</i> 'petição, requerimento'), cavaleiro (<i>cavaleiro d'armas</i> , v. arma), corpo ([14] <i>Corpo de Jhesu-Christo</i> , <i>Corpo de Deus</i> , <i>Corpo de Nostro Sennor</i> 'hóstia'), crerigo ([15] <i>crerigo de missa</i> , [16] <i>crerigo d'avangeo</i>), fogo ([17] <i>fogo do ceo</i> , <i>mal do fogo</i> , <i>fogo salvage</i> , <i>fogo de San Marçal</i> 'certa doença contagiosa'), frade ([18] <i>frade mẽor</i> , remissão em <i>meor</i>), gente (<i>gente d'armas</i> 'soldados'), infante, ifante ([19] <i>ifant-abade</i>), maestre ([20] <i>maestre mayor</i> 'mestre de obras, arquiteto', [21] <i>maestre da nave</i> 'comandante'), mayor ([22] <i>ygreja mayor</i>), monge ([23] <i>monge branco</i> 'monge da ordem de Cister'), monte ([24] <i>fogo montes</i> , [25] <i>cabras montesas</i>).

Fonte: elaborado pela autora.

Como já foi referido, optamos por retirar da quantificação as palavras que apresentam como primeiro elemento *mal/bem* e *mau/bom*. Assim, observa-se um pequeno número de palavras compostas lematizadas. As demais formas são individualizadas como subentradas,

² Nos quadros 1 a 7, inclui-se, na primeira linha, ao lado do nome do texto, a paginação correspondente ao glossário.

como, por exemplo, os seguintes tipos de carta – *carta de pcedença* 'cédula de confissão', *carta de soltura* 'documento em que se declara a remissão de uma dívida ou de uma pena', *carta de petiçon* 'petição, requerimento' –, organizados no verbete *carta*.

3.2 CANTIGAS D'ESCARNHO E DE MAL DIZER (CEMD)

De acordo com Rodrigues Lapa (1998, p. 16), no Prefácio da sua edição das *CEMD*, pretendeu-se que o "Vocabulário" elaborado

fosse um repositório o mais sistemático possível da nossa língua medieval, abonado por suficiente exemplificação. Fica sendo talvez o mais rico publicado até agora. Banimos dele, por via de regra, as explanações filológicas, impertinentes num trabalho destes, destinado a fins práticos.

A importância desse vocabulário é destacada por Walter Mettmann (1972, página sem numeração), na Nota Preliminar do glossário das *Cantigas de Santa Maria*: "Foram-nos de grande utilidade os glossários de português antigo até agora publicados, em particular o de M. Rodrigues Lapa, na sua excelente edição das «Cantigas d'escarnho e de mal dizer»".

Quadro 2 – Compostos como entrada e subentrada nas *CEMD*

Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer (p. 289-392)	
Composto como entrada	[1] foucelegon, [2] guarda-cós 'sobreveste', [3] ricome
Composto como subentrada	çofeino ([1] <i>figo çofeino</i> 'figo algarvio arroxeadado'), mão ([2] <i>mão vazia</i> 'sem dinheiro'), olho ([3] <i>olho mau</i> 'mau olhado'), pena ([4] <i>pena veira</i> 'peliça de cor')

Fonte: elaborado pela autora.

Desconsiderando as palavras antecederas por *bem/mal* e *bom/mau*, a forma aglutinada *fududancua* e as palavras com feição de composto morfológico, a saber, *rabialçado* e *touquinegra*, restaram as seguintes palavras registradas como lema: *foucelegon*, *guarda-cós* e *ricome*. Por outro lado, a unidade lexical *figo çofeino*, que possui núcleo semanticamente transparente, foi registrada como subentrada, ou seja, indexada sob o lexema *çofeino*.

3.3 CANCIONEIRO DA AJUDA

O glossário do *Cancioneiro da Ajuda* apresenta a particularidade de ter sido anexado à terceira reimpressão da edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tendo surgido primeiramente na *Revista Lusitana*, t. XXIII, 1920 (separata de 1922), como dá a conhecer Ivo Castro (1990) no texto que prefacia a referida reimpressão.

Quadro 3 – Compostos como entrada e subentrada no *Cancioneiro da Ajuda*

Cancioneiro da Ajuda (p. 1-95)	
Composto como entrada	[1] ome-lige (francês, do germ. letiks) 'vassalo', [2] ricomen
Composto como subentrada	–

Fonte: elaborado pela autora.

Trata-se de um glossário que é ou se pretendeu completo, de acordo com Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que afirma ainda: "Não registei apenas vocábulos antiquados. Pelo contrário, incluí todas as palavras e todas as locuções empregadas pelos cinquenta e cinco autores das 467 composições" (VASCONCELOS, 1990, p. VII). No entanto, o glossário

praticamente não relaciona palavras compostas, se excetuarmos os abundantes registros de palavras com *mal/bem* e *bom/mau* como primeiro elemento, muitas, inclusive, unidas pelo hífen por decisão da autora³. Nesse cenário, destaca-se o composto francês *ome-lige*, que, segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tem origem germânica. Como afirmamos no artigo *Padrões de composição de palavras na poesia medieval galego-portuguesa*,

Tal escassez parece estar de acordo com as palavras de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na Explicação Prévia do glossário que organizou (p. VIII) e que compõe a edição do *Cancioneiro da Ajuda* que preparou, a respeito da quantidade de vocábulos registrados: "Pobreza espantosa! Repetições infinitas! resultantes evidentemente do convencionalismo cortesão e da escolha obrigatória de dicções finas, modestas, comedidas!". (SANTOS, 2018, no prelo)

Diante de tal panorama, não é de se estranhar a escassez de compostos.

3.4 FORO REAL

Conforme registrado anteriormente, o *Foro Real* é um glossário abrangente, pois indica praticamente todas as formas que aparecem no texto (FERREIRA, 1987, v. 2). As unidades lexicais compostas lematizadas, no entanto, são escassas: *porcos monteses*, *manceba en cabellos*, *menia en cabellos*, *ome boo* e *omẽ d'ordin*. Além disso, ressaltem-se que as expressões *manceba en cabellos* e *menia en cabellos*, não obstante estarem lematizadas, fazem remissão para o item lexical "cabello". Por outro lado, foram introduzidos na microestrutura do lema formas como *filho de beeçon*,

³ Sobre a questão da intervenção do editor no registro de compostos em textos portugueses medievais, em especial sobre o uso do hífen, remeto o leitor para Santos, 2014.

mulher de beençon (lema *beençon*), *ordinado de pistola*, *ordinado d'auangello* e *ordinado de missa* (lema [*ordiār*]), como se pode observar no Quadro 4.

Quadro 4 – Compostos como entrada e subentrada no *Foro Real*

Foro Real (p. 13-310)	
Composto como entrada	[1] <i>porcos monteses</i> 'javalis', [2] <i>manceba en cabellos</i> (ver <i>cabello</i>), [3] <i>menia en cabellos</i> (ver <i>cabello</i>), [4] <i>ome boo</i> , [5] <i>omē d'ordin</i> 'religioso'
Composto como subentrada	<i>beençon</i> ([1] <i>filho de beeçon</i> 'filho legítimo'; [2] <i>mulher de beençon</i> 'mulher casada, com matrimônio abençoado pela Igreja'), [<i>cabello</i>] (<i>en cabellos</i> 'sem touca, solteira'), [<i>ordiār</i>] ([3] <i>ordinado de pistola</i> 'subdiácono'; [4] <i>ordinado d'auangello</i> 'diácono'; [5] <i>ordinado de missa</i> 'presbítero'), <i>missa</i> (<i>ordinado de missa</i> 'presbítero')

Fonte: elaborado pela autora.

Em Santos (2017, p. 164), chamamos a atenção para a quase inexistência do tratamento da composição de palavras no estudo linguístico de textos medievais, incluindo o *Foro Real*, cujo editor afirma que se limitará, no âmbito do estudo dos processos de formação de palavras, a uma lista de sufixos e de prefixos utilizados no texto.

3.5 LIVRO DA ENSINANÇA DE BEM CAVALGAR TODA SELA

Considerando-se que no glossário do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, "[r]egistaram-se apenas as palavras que pela sua grafia, forma, emprego ou significação oferecem algum interesse" (PIEL, 1986, p. 145), torna-se compreensível que no universo restrito de palavras registradas apenas três correspondam a palavras compostas: *alça-perna*, *alçaprema* e *vãa gloria* (Quadro 5).

Quadro 5 – Compostos como entrada e subentrada no *Livro da
Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*

Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (p. 145-160)	
Composto como entrada	[1] <i>alça-perna</i> , [2] <i>alçaprema</i> , [3] <i>vãa gloria</i>
Composto como subentrada	–

Fonte: elaborado pela autora.

Os compostos registrados não trazem definição, pois, segundo o editor, as palavras "[v]ão acompanhadas de explicação unicamente nos casos em que nos parecia que um leitor culto poderia precisar dela" (PIEL, 1986, p.145).

3.6 ORTO DO ESPOSO

O glossário do *Orto do Esposo*, segundo Maler,

pretende registrar *todas* as palavras do texto, em todas as suas acepções. O editor crê ter feito assim um trabalho útil, não tanto para a compreensão do texto, que na maioria dos casos não o necessita, como para reunir material para um futuro Dicionário histórico do português, desejo já tantas vezes exprimido por editores de antigos documentos e outros. (MALER, 1964, p. 39)

Tendo em vista a indicação de que se pretende registrar todas as palavras do texto, gera-se a expectativa de se deparar com vários registros de palavras compostas constituindo entradas independentes. Contudo, após excluirmos as construções com *bem/mal* e *bom/mau* como primeiro elemento, obtivemos como unidades multilexicais lematizadas apenas as formas indicadas na primeira linha do Quadro 6:

Quadro 6 – Compostos como entrada e subentrada no *Orto do Esposo*

Orto do Esposo (p. 39-153)	
Composto como entrada	[1] <i>alفاça montisinha</i> 'alface brava', [2] <i>anemaria</i> , [3] <i>cantico graao</i> 'salmo gradual' (remissão em <i>graa</i> o), [4] <i>filbadalgo</i> , [5] <i>leaos pardos</i> 'leopardos', [6] <i>meodia</i> 'sul'; 'meio-dia', [7] <i>queredor de mal</i> 'malévolo', [8] <i>sobrepoymento de uerdade</i> 'hipérbole' (subst.), [9] <i>teedor de caminhos</i> 'salteador' (adj.), [10] <i>todopoderos(s)o, todapoderosa</i> , [11] <i>uããgloria / gloria uãã</i> , [12] <i>vincos das orelhas</i> 'brincos das orelhas' (subst. pl.)
Composto como subentrada	arma ([1] <i>homem darmas</i> 'soldado'), besta ([2] <i>besta braua</i> , [3] <i>besta fera</i> 'fera', [4] <i>besta do hermo</i> 'animal selvagem'), boi ([5] <i>boy montes</i> 'boi selvagem, uro (?), cabeça ([6] <i>cabeça do parêtesco</i> 'chefe de família'), cabra ([7] <i>cabra montes</i> , [8] <i>cabra montissinha</i> 'cabra montês ou silvestre'), cadeyra ([9] <i>cadeyra do officio</i> 'curul'), çafira ([10] <i>pedras çafiras</i>), caualeyro ([11] <i>caualeyro de Christo</i>), corpo ([12] <i>corpo de Jhesu Christo</i> 'eucaristia'), crescente ([13] <i>lua crescente</i> 'quarto crescente da lua'), espírito ([14] <i>maao espíritu</i> , [15] <i>espíritu maligno</i> 'demônio'), estruz ([16] <i>ae estruz</i>), febre ([17] <i>febre quartãã</i> , remissão em <i>quartãã</i>), feito ([18] <i>fecto de guerra</i> 'façanha militar'; [19] <i>fecto darmas</i> 'proeza'; 'proeza'; 'profissão militar'), feyra ([20] <i>quinta feyra</i> , [21] <i>sesta feyra</i>), frade ([22] <i>frade meor</i>), homem ([23] <i>homem de paaço</i> 'cortesão' (remissão em <i>paaço</i>); [24] <i>homem de pee</i> 'peão, soldado de infantaria'; [25] <i>homem de caualo</i> 'soldado de cavalaria'), huso ([26] <i>bõõ huso/huso bõõ</i> 'utilidade'), ley ([27] <i>ley uedra</i> 'Antigo Testamento', remissão em <i>uedro</i>), mesteyral ([28] <i>mesteyral de ymagẽs</i> 'escultor'), ministro ([29] <i>ministro geeral</i>), molher ([30] <i>molheres publicas</i> 'meretrizes', remissão em <i>publico</i>), noite ([31] <i>mea nocte</i>), original ([32] <i>peccado original</i>), padre ([33] <i>sancto padre / padre sancto</i> 'padre da igreja'; 'papa'), pecado ([34] <i>peccado original</i>), pedra ([35] <i>pedra preciosa</i>), rey ([36] <i>rey mago</i>), uenial ([37] <i>peccado uenial</i>)

Fonte: elaborado pela autora.

Por outro lado, ao fazermos a recolha de expressões que figuram como subentrada, deparamo-nos com um número significativo. Muitas dessas formas são recorrentes, inclusive em outros textos medievais, a exemplo de *homem darmas*, *besta fera*, *homem de pee* e *molheres publicas*,

consideradas por nós como compostos, por corresponderem a uma unidade semântica.

3.7 CRÓNICA DE D. PEDRO

A *Crónica de D. Pedro* traz apenas dois compostos lematizados: *alguazill-moor* e *rreposteiro-moor*. Contudo, como se observa no Quadro 7, figuram como subentrada formas como *adeantado-moor* e *beesteiro-moor*, entre outros. Observamos que a aparente falta de coerência nos registros de [N + moor]_N se explica da seguinte forma: nos casos em que o texto apresenta apenas o composto, lematiza-se essa palavra; quando aparecem o composto e o substantivo que integra esse composto, lematiza-se o substantivo⁴.

Quadro 7 – Compostos como entrada e subentrada na *Crónica de D.*

Pedro

Crónica de D. Pedro (p. 199-211)	
Composto como entrada	[1] <i>alguazill-moor</i> 'juiz municipal', [2] <i>rreposteiro-moor</i> , <i>reposteiro-m.</i> 'dignatário da casa real'
Composto como subentrada	<i>adeantado</i> ([1] <i>a.-moor</i>), [arma] -as ([2] <i>homões d'armas</i> 'soldados com armadura', [ballaise] ([3] <i>pedras ballaises</i> 'rubis'), <i>beesteiro</i> ([4] <i>b.-moor</i>), <i>creença</i> ([5] <i>carta de c.</i> 'credencial, carta digna de fé'), <i>puridade</i> ([6] <i>escrivam da p.</i> 'escrivão ou secretário particular'), <i>vintenenas</i> ([7] <i>homões das v.</i> 'marinheiros das galés')

Fonte: elaborado pela autora.

⁴ Na segunda edição da *Crónica*, por nós consultada, a Nota da autoria de Teresa Amado traz a seguinte observação sobre o glossário: "[...] eliminei e acrescentei entradas na versão do Glossário que ele [Giuliano Macchi] organizou para a edição portuguesa, de modo a adaptá-la melhor aos interesses do leitor português actual." (MACCHI, 2007 [1966], p. VII).

A comparação e a análise dos dados dispostos nos quadros 1 a 7 evidenciam uma prática lexicográfica, possivelmente não pensada como tal pelos autores desses glossários, que consiste em sublematizar determinadas unidades lexicais compostas. Na lexicografia moderna, atribui-se a essas formas o estatuto de locução, embora muitas vezes não se distingam, do ponto de vista funcional, das palavras compostas lematizadas. Saliente-se que não são apresentados, nas notas preliminares que antecedem alguns glossários, os critérios para a lematização de compostos. Na realidade, praticamente não há referência às palavras compostas nos vários materiais consultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu problematizar a questão da lematização de palavras compostas em glossários que acompanham edições de textos medievais. Os dados apresentados nos quadros 1 a 7 evidenciam um número pouco expressivo de palavras compostas como lema principal. Estas, quando inseridas na microestrutura, adquirem o estatuto de locução, embora muitas vezes não se distinga, do ponto de vista funcional, a locução da palavra composta.

No cômputo geral, desconsiderando repetições de compostos nos diferentes glossários, foram 33 registros de compostos lematizados. Mas, considerando apenas os compostos diferentes, o total passa a 29 (*filladalgo/filhadalgo; avemaria/Ave Maria; ricome/ricomen; vãa gloria/uããgloria* são formas registradas em glossários distintos). Se se somassem as unidades sublematizadas, esse número seria mais significativo. Não fica

claro, no entanto, por que certas combinações de palavras, às quais é atribuído um significado particular, não figuram como lema independente.

Se, de fato, essas formas não corresponderem a compostos, temos que nos conformar com a ideia de que a composição de palavras não é tão produtiva no período recortado pelos textos, fornecendo poucas abonações. Se considerarmos que essas combinações sublematizadas são realmente palavras compostas – e é no que acreditamos –, pergunta-se por que elas não mereceram uma entrada própria. Os autores não as consideraram palavras compostas? Dessa forma, a ausência de um número expressivo de compostos lematizados refletiria a dificuldade do elaborador do glossário na identificação de uma palavra composta?

São questões pertinentes quando se busca estudar o léxico de uma língua através desse tipo de fonte. Percebe-se, assim, que é preciso fazer uma leitura crítica desses materiais, e indagar se os glossários, tão importantes para o conhecimento do léxico português, são suficientes para estudos que tenham como finalidade descrever a produtividade da composição de palavras em fases pretéritas da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Colaboração de Rita Marquilhas e J. León Acosta. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CASTRO, Ivo. Carolina Michaëlis e a arte de erguer monumentos. *In*: VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Cancioneiro da Ajuda**. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas (Revista Lusitana, XXIII). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. p. i-s.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Ed. rev., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da; SAVELLI, Ivette Maria. Introdução. *In*: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Ed. rev., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. p. vii-ix.

FERREIRA, José de Azevedo. **Foro Real, de Afonso X**. Edição e estudo lingüístico (vol. I) e glossário (vol. II). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

LAPA, M. Rodrigues. **Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**. Edição crítica e vocabulário. 3ª ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.

MACCHI, Giuliano. **Crónica de Dom Pedro**, de Fernão Lopes. 2ª ed., revista, com edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007 [1966].

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Dicionário etimológico do português arcaico**. Salvador: EDUFBA, 2013.

MAIA, Clarinda de Azevedo. A perda lexical em português: o interesse da comparação histórica entre o português e o espanhol. *In*: LÓPEZ SERENA, Aracel; NARBONA JIMÉNEZ, Antonio; DEL REY QUESADA, Santiago (Dirs.). **El español a través del tiempo: estúdios ofrecidos a Rafael Cano Aguilar**. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2016. v. 1. p. 295-308.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do Galego-Português**. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MALER, Bertil. **Orto do esposo**. Correções dos vols. I e II, estudo das fontes e do estado da língua, glossário, lista dos livros citados e índice geral. Estocolmo: Almqvist & Wiksell, 1964. v. 3, 162 p.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: uma aproximação. Léxico e morfologia.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008. v. 1.

METTMANN, Walter. **Cantigas de Santa Maria, de Afonso X.** Glossário. Coimbra: *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1972. v. 4.

PIEL, Joseph M. **Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela que fez el-rey Dom Eduarte.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

RIBEIRO, Sílvia; RIO-TORTO, Graça. Composição. *In: RIO-TORTO, Graça et al. Gramática derivacional do português.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 461-520.

RIO-TORTO, Graça. Composição, prefixação, sintagmação. *In: PENA, Jesús (Ed.). Procesos morfológicos. Zonas de interferência.* Santiago de Compostela: Publicacións de la Universidad de Santiago de Compostela, Verba Anejo 76, 2017. p. 11-47.

SAMPAIO, Aida. Edição de textos, elaboração de glossários e estudo linguístico: a *Primeira Partida* de Afonso X. *In: VEIGA, Alexandre (Ed.). Gramática e léxico em sincronia e diacronia. Um contributo da Linguística portuguesa.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2003. p. 143-153.

SANTOS, Antonia Vieira dos. Padrões de composição de palavras na poesia medieval galego-portuguesa. *In: SANTOS, E. S.; ALMEIDA, A. D.; SIMÕES NETO, N. A. (Orgs.). Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudo.* Salvador: EDUNEB, 2018. p. 154-195. (no prelo)

SANTOS, Antonia Vieira dos. Padrões de composição de palavras no *Foro Real*, de Afonso X. *In: ROMERO, M.N.; ÁLVAREZ, R.; MATO, E.M. (Eds.). Gallaecia. Estudos de lingüística portuguesa e galega.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017. p. 163-179. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15304/cc.2017.1080.4>

SANTOS, Antonia Vieira dos. A intervenção do editor no registo das palavras compostas em textos do português arcaico: algumas reflexões sobre o uso do hífen. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 2014, v. 16,

n. 1, p. 171-189. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i1p171-189>

SILVA NETO, Serafim da. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SILVESTRE, João Paulo. Lexicografia. *In*: MARTINS, A. M.;

CARRILHO, E. **Manual de linguística portuguesa**. Berlin/Boston: de Gruyter, 2016. p. 200-223.

VALENÇA, Rachel T. Apresentação. *In*: CUNHA, Antonio Geraldo da. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Cancioneiro da Ajuda**.

Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas (Revista Lusitana, v. 23). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. 2v.

A TESSITURA DO CONHECIMENTO:

o corpus na construção de estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos¹

A. Ariadne Domingues Almeida²

[...] o ato do pensar é tão incoativo quanto a existência: um eterno recomeço. Assim, as citações, tiradas de autores muito diferentes, na verdade opostos, são como “apoios” que o escalador agarra em sua dificultosa escalada. Eles garantem e permitem o progresso. Mas esta não é em nada linear. Ela conhece a sinuosidade do rochedo; bela metáfora que exprime bem a imprevisibilidade do destino (MAFFESOLI, 2016, p. 7).

EXÓRDIO

Este texto objetiva discutir o papel do corpus na tessitura do conhecimento semântico sócio-histórico-cognitivo, de modo a refletir sobre as incertezas atinentes aos estudos da linguagem, elaborados com

¹ Dedico este texto a minha orientanda de doutorado Neila Maria Oliveira Santana que se encontra diante dos dilemas postos pela constituição do corpus. Eis, aqui, metaforicamente, a minha “carta de amor”, para pensarmos juntas o corpus nos estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos. Este texto foi concebido, quando me dediquei aos estudos de Pós-Doutoramento, por ter sido contemplada no Edital do PNPd-CAPES.

² Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-doutorado em Linguística pela Universidade do Estado da Bahia. Professora Associada do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: ariadnealmeida@uol.com.br.

base em uma tradição escrita, e, também, almeja propor uma concepção holística/ecológica e fractal do corpus. Para alcançar os seus objetivos, divide-se nas seguintes seções: 1) *O passado no estudo da linguagem*; 2) *O conhecimento em construção*; 3) *Conhecimentos, enfrentamentos, verdades aproximadas, temporárias e instáveis*; 4) *Conhecimento e doxa quantitativa*; 5) *O corpus nos estudos da linguagem*; 6) *Caminhos para chegar à semântica sócio-histórico-cognitiva*; 7) *Diante das incertezas: uma proposta holístico/ecológica para pensar o corpus*; 8) *Migração de princípios da Teoria da Complexidade para os estudos sócio-históricos-cognitivos a partir de um corpus* e 9) *Fractais: uma linguagem para pensar o corpus dos estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos*, sendo essas partes antecidas por este *Exórdio* e sucedidas pelo *Epílogo*, além das *Referências* que sustentaram as discussões propostas.

1 O PASSADO NO ESTUDO DA LINGUAGEM

Ao desenvolvermos estudos sobre o passado da linguagem, colocamo-nos diante de incertezas, e, também, de ausências, de silenciamentos sejam propositais ou não. Contudo, mesmo sabendo disto, queremos ver o que nos é invisível, porque estamos tomados por uma cegueira, já que

tendemos a viver num mundo de certezas, de solidez perceptiva não contestada, em que nossas convicções provam que as coisas são somente como as vemos e não existe alternativa para aquilo que nos parece certo. Essa é nossa situação cotidiana, nossa condição cultural, nosso modo habitual de ser humanos (MATURANA; VARELA, 2001 [1984]), p. 22).

A vida, porém, não é certa nem sólida, é, historicamente, incerta e fluida, sendo, na flecha do tempo, mutável em todas as suas dimensões.

Conforme pensam Maturana e Varela (2001 [1984]), os fenômenos históricos, partes constituintes da vida humana, como os que ocorrem na

linguagem, são desencadeados, quando um estado surge como modificação de outro anterior, embora o estudo histórico da linguagem não se concentre apenas na mudança de estados, mas também nas suas permanências, nem trate exclusivamente das mutações em um lapso temporal, já que reflete, também, sobre um estado delimitado no tempo.

A dinâmica do sistema languageiro, em suas mudanças e permanências, pode ser estudada, através do enfoque na sua organização, explicando as relações entre as suas partes e as regularidades das suas interações. Mas, como sabido, isto é só uma parte da sua dinâmica, pois esse sistema não é gerado, apenas, nessa relação interna, dado que o seu funcionamento, como parte da vida humana, o conecta ao mundo experiencial geo-sócio-cultural-político-ideológico, de modo a existir nas diferentes interações de que o ser humano participa com a sua mente corporificada ao longo da existência da sua espécie.

A linguagem é, então, um sistema complexo, adaptativo, aberto, dinâmico, auto-organizável, não linear, mantendo-se longe do equilíbrio (PAIVA, 2016); é uma urdidura tramada na inter-relação de processos antro-po-bio-psíquico-cognitivos/geo-sócio-histórico-cultural-ideológico-políticos; constitui-se por sistemas que são, do mesmo modo, complexos, encontrando-se, em interação, influenciando-se, mutuamente, e, em interconexão com outros sistemas, igualmente, complexos, integrantes da vida humana (ALMEIDA, 2018), que, por sua parte, em sua inteireza, se compõe de sistemas aninhados em sistemas (CAPRA, 2006 [1996]).

Para que seja possível o estudo histórico da linguagem, então, uma teia complexa de saberes se entrecruzam, já que, além das inter-relações entre a linguagem com a própria linguagem, na interação antro-po-bio-psíquico-cognitiva, a pessoa pesquisadora da sua história precisa considerar as suas inter-relações, nas interações geo-social-cultural-

ideológicas, elaboradas nas e pelas construções textuais humanas que aparecem, nos textos legados do passado, e, também, atuais, se se considerar a sua história no tempo presente.

2 O CONHECIMENTO EM CONSTRUÇÃO

Para compreendermos melhor a constituição e o funcionamento da linguagem, não basta olharmos, com a nossa lente de aumento, para as suas realizações hodiernas; assim sendo, precisamos voltar ao seu passado, aos seus estados anteriores, e, até mesmo, se possível, às suas origens. E isto não é simples, porque a sua história, assim como a sua gênese não são diretamente visíveis, de tal modo que só podem ser, fragmentariamente, reconstruídas. Reconstruir estados da linguagem é um ato de conhecer e “todo conhecer é um fazer daquele que conhece, ou seja, que todo conhecer depende da estrutura daquele que conhece” (MATURANA; VARELA, 2001[1984]), p. 40).

O conhecer pode ser elaborado no plano da reflexão e “toda reflexão faz surgir um mundo. Assim, a reflexão é um fazer humano, realizado por alguém em particular num determinado lugar” (MATURANA; VARELA, 2001 [1984]), p. 32). E “fazer surgir um mundo é a dimensão palpitante do conhecimento e estar associado às raízes mais fundas do nosso ser cognitivo, por mais sólida que seja nossa experiência” (MATURANA, 2001 [1984]), p. 33).

Os mundos surgem, então, por reflexão, mas, também, surgem por meio da explicação, que, por sua parte,

[...] é sempre uma proposição que reformula ou recria as observações de um fenômeno num sistema de conceitos aceitáveis

para um grupo de pessoas que compartilham um critério de validação. A magia é tão explicativa para os que a aceitam como a ciência o é para os que a adotam. A diferença específica entre a explicação mágica e a científica está no modo como se gera um sistema explicativo científico, o que constitui de fato o seu critério de validação [...] Somente quando esse critério de validação é satisfeito uma explicação é considerada científica. E uma afirmação só é científica quando se fundamenta em explicações científicas (MATURANA; VARELA, 2001 [1984]), p. 34).

Enquanto pesquisadores históricos da linguagem, dedicamo-nos, particularmente, aos textos pretéritos, para que façamos surgir mundos acerca do passado linguageiro – mundos que mantém estados e/ou mundos novos decorrentes de modificações de seus estados anteriores –, o que fazemos refletindo, voltando-nos a nós mesmos, procurando descobrir nossas cegueiras e, também, explicando, conforme o que é aceito e validado por outros pensadores da linguagem, enfim, elaborando explicações científicas baseadas em explicações científicas.

Os textos são o gatilho, para que possamos criar mundos, com a nossa leitura-escrita científica; mundos que outrora emergiam de relações, entre os textos e seus autores, e, entre os textos e seus leitores, nos espaços-sociedade-tempos-culturas-ideologias que se achavam nas práticas de interação humana, geradoras de leituras-escritas. Essas relações, de certa forma, continuam vivas em nós como herdeiros das tradições de leituras-escritas, mas, apesar disso, se tornaram distintas das relações que são, hoje, possíveis, para nós, porque se tornaram, em parte considerável, embaçadas.

O embaçamento foi ocorrendo, paulatinamente, com o passar dos tempos, com a substituição das gerações, com a mudança dos suportes de escrita, com o amarelamento do papel das gerações antepassadas, com obsolescência, no cotidiano hodierno, de seus textos e, também, de seus gêneros textuais, assim como com o surgimento das novas gerações com

suas tecnologias, seus textos e gêneros; enfim, com a vida que seguiu, segue e seguirá pulsante e atônita por novas experiências, em pleno tempo da modernidade líquida, quando vivências formam-se efêmeras e geradoras de leituras-escritas, também, transitórias, decorrentes dessas novas formas humanas de viver na coordenação consensual de ações na e pela linguagem. Mas é a leitura de textos do passado, com todas as incertezas que isto implica, a chave de que dispomos, para fazermos surgir passados da linguagem.

O conhecimento que pretendemos fazer surgir pela leitura da tradição escrita do passado constrói-se pela razão sensível, de modo que “não é mais unilateral, mas, sim, plural. Reversão. Inversão. Volta atrás. Na organicidade das coisas, a interação entre o conhecimento e a existência é coisa comum” (MAFFESOLI, 2016, p. 122). Entendendo que “conhecer (*cum nascere*) é nascer com; com o outro, com o mundo” (MAFFESOLI, 2016, p. 122).

É em tal vaivém das gêneses e dos declínios, dos nascimentos e das mortes, que é preciso situar a pertinência da anamnese arquetipológica e o processo da volta atrás: não há Verdade revelada de uma vez por todas, mas, sim, certezas relativas originárias da vida efetiva, isto é, do bom senso, e da razão certa intimamente misturados. É assim que convém compreender a constelação aleteiológica: as verdades sendo tributárias de “revelações” (*altheia*) momentâneas, seguidas de esquecimentos, enterros ligados, também, ao tempo (MAFFESOLI, 2016, p. 122-123).

Isto posto, ainda, pensando no conhecer do passado da linguagem, cabe ampliarmos o debate acerca da verdade do conhecer.

3 CONHECIMENTOS, ENFRENTAMENTOS, VERDADES APROXIMADAS, TEMPORÁRIAS E INSTÁVEIS

Quem se dedica ao passado da linguagem reconhece que o conhecimento dos seus estados passados será, sempre, fragmentado e aproximado (MATTOS E SILVA, 1999; 2008). E isto ocorre não apenas pelo condicionamento da documentação remanescente na constituição do corpus, pois, mesmo diante das melhores condições para a sua constituição, como ocorre hodiernamente, cada tempo elabora a sua verdade aproximativa e momentânea, tal como observa o mesmo Maffesoli (2016, p. 15):

As verdades são aproximativas e isto *stricto sensu*: elas se contentam em aproximar e não em subverter na totalidade. Assim, elas são momentâneas. Ou seja, de uma época dada. Não esqueçamos, “época” significa parênteses. Este se abre, mas também pode fechar-se. As verdades epocais vão, pois, seguir as diversas transmutações do elo social. Eles vão desvelar o que é. E o que é, é primeiro: *primum, vivere, deinde...*

As verdades aproximativas e momentâneas, como postas por Maffesoli (2016), refletem-se, por exemplo, nas edições dos diferentes textos com as quais se deparará quem pretende fazer um estudo histórico da linguagem, assim como se refletem nas distintas edições de um mesmo texto e, ainda, nas urgências de se procederem a novas edições, diante de outras edições já produzidas no passado, também, feitas com o rigor científico de sua época, como também ocorre com as elaboradas no presente.

A verdade de uma edição, assim como a verdade de um estudo histórico sobre a linguagem, pensadas pela razão sensível, não são eternas, então, são verdades aproximativas e tributárias de sua época, das questões postas por seu tempo. A pessoa pesquisadora encontra-se, então, diante de uma reorientação essencial do pensamento, em face da urgência da inquietude, geradora do conhecer, colocando-se fora dos espaços das

certezas e das seguranças dogmáticas, de modo a questionar todo finalismo, como salienta, igualmente, Maffesoli (2016).

O conhecimento dos textos e da linguagem já vividos é fenômeno plural, e, vivendo juntos passado e presente pela leitura desses textos, a imaginação e o imaginário entram firmemente, na organização desse conhecimento, através desses textos pretéritos nas suas existências hodiernas. Como observa Maffesoli (2016, p. 69), “não se pode mais reduzir o Real a uma realidade racional. O irreal refaz uma entrada com força na organização do viver-junto”, o que, de algum modo, põe em xeque o pensamento moderno, já que

o modernismo que se desenvolveu ao longo do século XIX, e que continua a ser a doxa da produção intelectual, em todo caso para o saber estabelecido, se dedicou a negar ou denegar aos montes: imagens, imaginação, imaginário, como não permitindo o bom funcionamento da razão soberana (MAFFESOLI, 2016, p. 156).

A razão constitui-se, então, como a “razão sensível” [que] combate [...] a concepção da verdade como certeza/retidão [...] onde só importa o que é quantificável [...]” (MAFFESOLI, 2016, p. 22). O conhecimento é, para a razão sensível, como postula a Linguística Cognitiva, imaginativo, elaborado pela mente corporificada, em suas experiências, através de metáforas, e, também, de metonímias, sendo gerado, então, por meio de modelos cognitivos idealizados que não se ajustam necessária e perfeitamente ao mundo, uma vez que são resultado da interação do aparato cognitivo da espécie humana com a realidade (LAKOFF, 1987). Para a razão sensível, a imaginação atrela-se ao conhecimento e a compreensão vai além do que se alcança pela quantificação.

4 CONHECIMENTO E DOXA QUANTITATIVA

A quantificação, apesar de discutível e discutida, é concebida, em vertentes das ciências contemporâneas, como elemento basilar, para a elaboração de um conhecimento sólido e credível. Mas essa compreensão não é aceita tão tranquilamente como pode parecer para certos grupos que vivenciam o fazer científico. Neste sentido, ao refletir sobre a possibilidade de uma Linguística Histórica endossada por um corpus representativo, Kabatek (2013) introduz a questão da quantificação exacerbada, trazendo elementos que assombram o fazer científico contemporâneo:

estamos en un momento de “objetivación” de la ciencia, se mide y cuantifica todo, el impacto de las revistas como el impacto de la investigación, y se mide con métodos adoptados desde las ciencias naturales sin plantearse la cuestión de si esto es realmente posible y si vale del mismo modo para las humanidades³ (KABATEK, 2013, p. 12).

Ao direcionar a discussão, especificamente, para os estudos históricos da linguagem, o mesmo Kabatek (2013, p.13) pondera que “lo que en la lingüística que se ocupa del presente es la tendencia hacia el biologismo, los experimentos y los cálculos, en lingüística diacrónica es el afán de buscar la objetividad en datos cuantificables y en los corpus⁴”.

³ Estamos em um momento de “objetivação” da ciência, tudo é medido e quantificado, o impacto dos periódicos como o impacto da pesquisa, e se mede com métodos adotados das ciências naturais sem se colocar a questão de saber se isto é, realmente, possível e se é válido, do mesmo modo, para as Humanidades. (Tradução nossa).

⁴ O que na Linguística que se ocupa do presente é a tendência para o biologismo, os experimentos e os cálculos, na Linguística Diacrônica, é o afã de buscar a objetividade nos dados quantificáveis e no corpus. (Tradução nossa).

A quantificação, então, respalda a realização de diferentes estudos históricos sobre a linguagem, dando-lhes respeitabilidade, no âmbito do fazer explicativo científico, assim como, para algumas comunidades acadêmicas, garante confiabilidade aos estudos da humanidade em geral, de tal sorte que, como assinala Maffesoli (2016), as ciências humanas e sociais celebram o fato de desmistificar, ou seja, de quantificar excessivamente o modo de ser e de pensar que constitui o estar-junto; este modo de agir, sendo ou não confessado, ainda como observa o autor, é entendido como “correto”, do ponto de vista político, teórico e metodológico (MAFFESOLI, 2016).

Os argumentos baseados na quantificação, no entanto, geram uma confiança que pode ofuscar as incertezas; afinal, como assegura o mesmo Maffesoli (2016), nas epistemologias estritamente racionalistas, o quantitativo assume a função de solucionar os problemas, atuando como *deus ex machina* que chega, pontualmente, para camuflar aporias de uma incerteza abissal e, possivelmente, existencial.

Por outro lado, contudo, esses argumentos alicerçados pela quantificação são, também, falíveis, como destaca Morin (2003 [1999], p. 60):

E chegamos à grande revelação do fim do século XX: nosso futuro não é teleguiado pelo progresso histórico. Os erros da predição futurológica, os inúmeros fracassos da predição econômica (apesar e por causa de sua sofisticação matemática), a derrota do progresso garantido, a crise do futuro, a crise do presente introduziram o vírus da incerteza em toda parte.

Os saberes são falíveis, porque é da natureza do conhecimento a falibilidade, mas o racionalismo tende a escamotear as incertezas, de sorte que, cegos pela certeza, não há como nos preparamos com as estratégias necessárias para o enfrentamento da realidade. Assim, antes de quantificar qualquer fenômeno histórico da linguagem, há de se enfrentar uma série

de incertezas próprias do saber. Afinal, ainda como assinala Morin (2003 [1999], p. 55):

A MAIOR CONTRIBUIÇÃO de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento.

Com o que aqui foi explícito, concluímos que, apesar de passar pelo critério de validação e aceitação, para alguns grupos da comunidade científica, para outros, a quantificação é argumento que suscita questionamentos.

5 O CORPUS NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Para que façamos surgir mundos do passado, assim como seus desenvolvimentos nos diferentes tempos, a pesquisa sobre a história da linguagem compreende o estudo de um corpus, isto porque, conforme Maia (2012), essa história deve ser apreendida dos textos que, na e pela linguagem, são escritos, bem como deve ser elaborada, considerando os saberes acerca da história desses mesmos textos; assim sendo, para a construção dessa história, o aporte das fontes textuais é indispensável.

Com isto, o conceito de corpus é central, para a elaboração dos saberes a respeito da formação histórica do sistema linguageiro. Um corpus, por sua parte, é, em sentido lato, uma compilação finita, de qualquer tamanho⁵, de material linguístico – textos orais e/ou escritos (orais-escritos⁶), mono e/ou multimodais – documentos de variados

⁵ Sobre a medida de um corpus, há divergências substanciais de posicionamentos (SILVA; SILVA, 2013).

⁶ Na constituição do corpus, pode-se considerar, também, o contínuo oral-escrito, conforme postulou Marcuschi (2001), de modo a não conceber esses polos como opostos dicotômicos. Além disso, como sabido, para o passado mais recuado da história, não é possível contar com registros orais, nem mesmo com a realização de observações empíricas ou sondagens provocadas, por isso,

domínios experienciais ou de um mesmo domínio da experiência, convertidos em objetos de estudo ou em ferramenta de pesquisa (CHARAUDEAU, 2011), a partir de uma seleção feita com alguma arbitrariedade pela pessoa pesquisadora.

No caso específico de um corpus formado por textos do passado, a seleção e a coleta serão condicionadas pela documentação remanescente, sendo também essas, assim como sua forma/formato, seu tratamento e sua disponibilização inter-relacionados ao posicionamento teórico de quem o constituiu, e, depois, de quem irá considerá-lo como material de estudo ou ferramenta de pesquisa.

Considerando que a seleção, de alguma forma, determinará os resultados de um estudo, frequentemente, é ressaltada a necessidade de os textos serem naturais, ou seja, autênticos, portanto, é pontuada a importância de um corpus ser formado por material textual que, de fato, circule ou tenha circulado nos diferentes domínios experienciais discursivos da vida, emergindo das experiências comunicativas humanas, não sendo, assim, criado para configurar no corpus (SILVA; SILVA, 2013).

Ao serem transportados para um corpus, esses textos coletados, não poucas vezes, são tratados, de modo a serem fragmentados em excertos, deixando de ser uma unidade de um gênero, de sorte que mudam a sua natureza, transformando-se em uma parte constituinte de um novo gênero, o corpus, por sua vez, parte de outros novos gêneros: artigos, dissertações, teses. Inclusive, esse deslocamento acontece, mesmo quando, por exemplo, não se fragmenta o texto, quando esse é considerado em sua íntegra, como o exemplo de um poema; então, como

esses procedimentos não foram listados na definição apresentada, embora faça parte da concepção de corpus.

tal, um poema não nasce corpus de pesquisa, mas transforma-se em objeto ou ferramenta de pesquisa, pelo deslocamento de cultura literária em face da cultura científica. Então, se, por um lado, um corpus deve ser constituído por textos naturais, por outro, é, por sua natureza, artificial, por serem textos coletados, selecionados, organizados, tratados e disponibilizados, para uso em pesquisa.

6 CAMINHOS PARA CHEGAR À SEMÂNTICA-SÓCIO-HISTÓRICA-COGNITIVA

Para estudar o passado da linguagem, assim como a sua constituição histórica nos diferentes tempos em que se se elabora, as pessoas pesquisadoras, embora possam buscar reconstruí-la, considerando as suas variedades modernas, geneticamente, relacionadas, têm o estudo da sua documentação remanescente mono e/ou multimodal, através de um corpus, como o método mais produtivo, ainda que esse método suscite sérios questionamentos. O enfrentamento dos desafios colocados pelas fontes escritas, demanda, inclusive, um diálogo interdisciplinar entre quem pensa a história da linguagem e quem se dedica a outros campos do saber, como quem faz Paleografia, Diplomática, Codicologia, Bibliografia Material e Crítica Textual (BANZA; GONÇALVES, 2018).

As fontes escritas são, assim, um manancial, para os estudos históricos da linguagem, ao mesmo tempo em que, de alguma forma, os limitam. O acesso, a recolha, o tratamento e a disponibilização dessas fontes são aspectos importantes que se inter-relacionam à reflexão sobre o passado da linguagem, contudo nem todo estudioso tem acesso direto e prepara os textos que constituirão o corpus das suas pesquisas; assim sendo, esse pensador histórico da linguagem volta-se para textos que são

acessados, selecionados, tratados e disponibilizados por outras pessoas pesquisadoras.

Ocorre, porém, que as fontes, que irão constituir esse corpus, geram uma série de implicações nos resultados dos seus trabalhos científicos. E conforme observa Maia (2012), quem estuda, empiricamente, a linguagem, constituindo seu corpus ou tomando um corpus existente, precisa saber avaliar sua qualidade, pensando em questões como autenticidade, extensão, diversidade tipológica, entre outros aspectos, assim como julgando quais os materiais necessários e suficientes, para responder às suas perguntas de pesquisa, conforme postula Mattos e Silva (1991).

O corpus coloca, por conseguinte, o enfrentamento de uma série de incertezas, de modo que, ao constituí-lo, a pessoa pesquisadora põe-se, diante de enfrentamentos diversos. Assim sendo, se pensarmos em uma história recente da linguagem⁷, a coleta do material textual gera, por exemplo, questões a respeito da materialidade linguística a ser considerada – produção oral, escrita, oral-escrita – ou a propósito do suporte veiculador dos textos em inter-relação com a situação de comunicação; ainda, suscita questionamentos, no sentido de decidir se o corpus será exaustivo e fechado ou se será parcial e aberto; se deverá ser constituído por meio de levantamento manual ou através de meios informáticos. Ademais, a coleta leva à reflexão acerca do valor do material recolhido e da sua representatividade.

⁷ No âmbito dos estudos históricos, a história do tempo presente é uma dimensão da história dedicada aos estudos dos tempos mais próximo. “O estudo da história do tempo presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político”; e ainda “o que diferencia a história do tempo presente das temáticas históricas longitudinais [...] é a proximidade dos historiadores em relação aos acontecimentos, pois são praticamente contemporâneos de seus objetos de estudo” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 19; 24). Também, nos estudos da linguagem, é possível abordar a história da linguagem do tempo presente, como já ficou demonstrado por Mattos e Silva (2001).

Sobre a representatividade de um corpus para o estudo do passado da linguagem, Silva e Silva (2013) destacam que autores consideram que a representatividade de um corpus se relaciona ao seu tamanho, de modo que quanto maior o conjunto textual, mais representativo da linguagem. Há, inclusive, tentativas de estabelecer quantidades escalares indicativas de tamanhos, do pequeno ao grande. Todavia, a representatividade de um corpus por seu tamanho não é algo consensual.

A questão do tamanho do corpus, inclusive, é ponderada em distintas áreas do conhecimento. Silva e Silva (2013), por exemplo, observam que, nas ciências sociais, autores consideram a total representatividade de uma população estudada algo utópico, pois, se, por uma parte, é possível desenhar um corpus amplo, por outra, a dificuldade de fazer os materiais que o constituem comparáveis e acessíveis ao estudo é indiscutível. Particularmente, no âmbito da Linguística,

[...] a hipótese da exaustividade – velho sonho da atitude positivista – não se sustenta mais, e isso, apesar do desenvolvimento da chamada linguística de corpus iniciada no mundo anglo-britânico e que foi seguida na França por alguns autores com uma certa prudência, pois a linguagem está em perpétuo processo de produção. (CHARAUDEAU, 2011, p.1).

E, especificamente, nos estudos históricos da linguagem, Kabatek (2013) afirma que um corpus representativo é uma construção teórica impossível, pois a linguagem, embora só se expresse em textos, não é uma soma de textos nem é o mesmo que texto. O corpus, também, é uma construção, empiricamente, impossível, porque a documentação remanescente corresponde, tão somente, a uma ínfima parcela da produção textual dos tempos pretéritos e dos tipos de textos do passado (KABATEK, 2013).

Ainda sobre a representatividade do corpus, mas agora olhando-a por outro ângulo, Kabatek (2013, p. 9-10), ao tratar da sua constituição para a realização de estudos do passado da linguagem, observa que

los problemas [...] son numerosos, como el que a veces precisamente los textos literarios famosos no son los más “típicos” de su época, o que en alguna época tenemos mucho material de un determinado tipo (p. ej. los fueros medievales) y poco de otros que a veces se confunde la fecha de composición de un existente o supuesto original con la fecha del manuscrito o de la edición, en ocasiones posterior en siglos, o en otras ocasiones se piensa que originales y copias no se distinguen, por lo menos no en los aspectos sintácticos⁸.

Além disso, sobre o corpus, é preciso considerar a preservação da tradição escrita, pois, com tempo, ocorrem os estragos que geram lacunas irrecuperáveis, em alguns textos, e, apesar dos esforços de quem os estuda, as passagens apagadas, pelo adentrar dos anos, não serão recuperadas. Para além dos estragos causados pelos papirófagos ou pelo acondicionamento inadequado, há outras situações que geram a impossibilidade de estudar as fontes remanescentes, como a inlegibilidade ou a vagueza/ambiguidade de certas passagens.

Já, no âmbito dos atores envolvidos com o passado da linguagem, na cultura do manuscrito, um ator social de relevância, para a constituição da tradição escrita, é o escriba, isto porque havia situações em que ele modificava documentos que passavam no seu *scriptorium*. Afinal, “não raramente o documento que chega aos dias atuais foi modificado pela mão dos escribas, condicionado por diversos fatores como o dialeto natal, o

⁸ Os problemas [...] são numerosos, como o que, às vezes, precisamente os famosos textos literários não são os mais “típicos” da sua época, ou que, em algum momento, temos mais material de um tipo (por ex. os foros medievais) e pouco de outros que, às vezes, se confunde a data de composição existente ou suposto original com a data do manuscrito ou da edição, em ocasiões posterior em séculos, ou em outras ocasiões, se pensa que originais e cópias não se distinguem, pelo menos não nos aspectos sintáticos”. (Tradução nossa).

dialeto do local de produção do documento, o aprendizado da escrita, os modelos de documentos em que se inspira” (ASSIS, 2016, p. 281).

Kabatek (2013), inclusive, observa que fenômenos que aparecem, no âmbito dessa cultura do manuscrito, atrelam-se a erros e descuidos de copistas, sendo então esses fenômenos exclusivos do texto escrito sem qualquer elo com a linguagem do passado. Por outro lado, ainda, destaca o mesmo autor outros fenômenos que, inicialmente, pareceriam erros ou descuidos, mas são usos pretéritos que deixaram de ser empregados na escrita mais recente, ainda que sigam utilizados, em parte da oralidade.

Outro ator relevante, no âmbito dos estudos históricos da linguagem, é o editor de uma tradição escrita. Eles atuam diretamente nos resultados das pesquisas sobre a linguagem empreendidas com textos do passado; isto, porque esses resultados estão entrelaçados à leitura que fazem dessa produção textual. Assim, entre outras situações, editores podem ler de modos distintos uma mesma tradição textual. Nesse sentido, há vários exemplos de leituras diversas do cancionero satírico de trovadores medievais, a exemplo das leituras oferecidas por Lapa (1998) e por Lopes (2011).

Então, quem pensa sobre a história da linguagem, quando não edita o texto sobre o qual se debruça, parte de edições feitas por outros pesquisadores, por isso, precisa considerar que não está propriamente diante de um texto do passado, mas sim diante de um texto de um estudioso de textos do passado, de modo que há uma série de implicações que envolvem o trabalho filológico e que se refletem na pesquisa sobre a história da linguagem. Kabatek (2013), a respeito do espanhol, inclusive,

observa que há ideias falsas sobre a história dessa língua⁹, circulando na noosfera.

O mesmo autor problematiza a questão, abordando os critérios de transcrição, destacando que há edições usadas pelos estudiosos históricos da linguagem que não possuem rigorosos critérios filológicos, de modo que apresentam, por exemplo, emendas injustificadas e correções inadequadas (KABATEK, 2013). Contudo, também, não é possível desconsiderar que, mesmo diante de primorosas edições, a leitura de quem estuda a linguagem do passado não será a leitura de um ser humano no passado. Então, cabe questionarmos até que ponto criamos um passado para a linguagem ou acessamos esse passado pela documentação remanescente. Eis um ponto fundamental, quando assumirmos a razão sensível, conforme pensa Maffesoli (2016).

Além das questões aqui apontadas, há outras, como a que se atrela ao fato de alguns grupos sociais, apenas recentemente, terem alcançado, de fato, o direito à escrita, a exemplo das mulheres, de sorte que, quanto mais recuado for o tempo, menos saberemos sobre a escrita das mulheres e sobre a forma como produziam a linguagem.

Já no que concerne à cultura escrita mais recente e privada, por exemplo, no trabalho com diários e cartas, entre outros aspectos, cabe refletirmos sobre ética; assim sendo, podemos nos indagar, se o(a) autor(a) de um diário ou de uma carta gostaria de ver os seus textos como parte de um estudo científico? Além disso, no âmbito de uma correspondência, por exemplo, podemos pensar se, tendo um dos correspondentes falecido, bastaria a autorização de uma das partes? Isto pode ser questionado, até mesmo, tendo a pessoa deixado de existir há uma centúria ou mesmo há

⁹ Afirma Kabatek (2013, p.10): “Y en parte nuestras ideas de la historia del español no son siquiera insuficientes sino simplemente falsas” (E em parte nossas ideias da história do espanhol não são sequer insuficientes, mas simplesmente falsas” – Tradução nossa).

um milênio; teremos nós o direito de adentrarmos nessa correspondência ou nas páginas desse diário? Quais os limites éticos que podemos traçar, para garantirmos a preservação a intimidade de quem legou, mesmo sem querer, uma produção escrita para a posteridade. Penso que, apenas, poderemos dispor dessa tradição escrita, se mantivermos, responsabilmente, em anonimato, a sua autoria.

Por fim, uma última reflexão se volta para pessoa pesquisadora do passado da linguagem. Atuando como protagonista dos estudos desse passado, ela depara-se com um leque de possibilidades para abordá-lo. Assim sendo, mesmo já tendo delimitado a categoria linguística a ser pesquisada – fonológica, morfológica, sintática, lexical, semântica –, precisará pensar se o corpus será considerado como material para o estudo exclusivamente da categoria selecionada ou de um dos seus membros, ou como material para pensar sobre as inter-relações entre linguagem e cognição, ou como elemento atrelado às pessoas históricas geradoras desse sistema e dos seus discursos, em redes geo-sócio-político-cultural-ideológicas¹⁰, ou como um todo, isto é, como um complexo, logo, como um tecido junto, em que se interconectam todas essas redes da existência linguageira humana. Assim, estará diante de vários outros enfrentamentos e tomadas de decisões que envolvem o corpus de seus estudos.

Diante das incertezas aqui em tela, diante de outras incertezas que, ainda, poderiam ser arroladas, diante de tudo que foi posto em pauta, se poderia pensar na inviabilidade do estudo do passado da linguagem; todavia, como reflete Geliser (2014), a ignorância é a mola que propulsa a criatividade da ciência. A seguir, serão apresentadas algumas propostas, movidas pela curiosidade e pela necessidade de vencer incertezas.

¹⁰ Neste caso, várias são as questões postas à mesa, a exemplo daquelas atinentes ao contínuo entre corpus constituído por textos não-literário-literário ou por particulares-públicos, o que implicará em outros contínuos como informalidade-formalidade etc.

7 DIANTE DAS INCERTEZAS: UMA PROPOSTA HOLÍSTICA/ECOLÓGICA PARA PENSAR O CORPUS

Para pensarmos o corpus, podemos recorrer ao “holismo pós-moderno com um mundo plural com uma ecosofia integrando todos os parâmetros humanos, que apenas uma razão sensível pode dar conta” (MAFFESOLI, 2016, p. 21-22). Então, consideramos que

há, no uso das palavras (metáforas, noções, analogias...), uma sensibilidade teórica que não se contenta em analisar, e, portanto em dissecar a realidade, mas dedicando-se, de uma maneira intuitiva, em compreender a experiência humana em sua inteireza. Trata-se aí de uma colocação em perspectiva holística, onde os sentidos, a razão, na verdade, os aspectos mais espirituais da natureza humana se ajustam, se completam, e isso a fim de fazer ressaltar “a ideia força” de uma dada época. [...] (MAFFESOLI, 2016, p. 132-133).

O corpus pode ajudar a compreender a experiência linguageira humana em sua inteireza, de modo que a pessoa que pense sobre essa experiência possa refletir sobre a ideia força da linguagem de um tempo, indo além da dissecação das suas partes, porque, ao analisar dissecando a linguagem, quem se dedica ao seu estudo corta, como observa Capra (1996 [2006]) sobre a humanidade, a teia da vida, e, no caso da linguagem, mata o que é a linguagem, as relações do seu padrão de organização, manifesto por suas estruturas de materialidade¹¹ e reativadas pelo processo de leitura, possibilitadora da geração de significados (ALMEIDA, 2016).

¹¹ Para Capra (2006 [1996], p. 134), “o padrão de organização de qualquer sistema, vivo ou não-vivo, é a configuração de relações entre os componentes do sistema que determinam as características essenciais desse sistema. Em outras palavras, certas relações devem estar presentes para que algo seja reconhecido como — digamos — uma cadeira, uma bicicleta ou uma árvore. Essa configuração de relações que confere a um sistema suas características essenciais é o que entendemos por seu padrão de organização”. Já “[a] estrutura de um sistema é a incorporação física de seu padrão de organização. Enquanto a descrição do padrão de organização envolve um mapeamento abstrato de relações, a descrição da estrutura envolve a descrição dos componentes físicos efetivos do sistema — suas formas, composições químicas, e assim por diante”.

Morin (2003 [1999]) coloca os desafios para enfrentar as incertezas da vida humana; essas reflexões morinianas podem ser chamadas para produzir reflexão sobre questões importantes acerca do estudo da linguagem do passado alcançado através de um corpus. Isto posto, é preciso que nos preparemos para o nosso mundo que é incerto, não nos resignando a um generalizado ceticismo, por conseguinte, quem se dedica ao passado da linguagem precisa se aprontar para o mundo incerto do passado através do mundo incerto da documentação remanescente; precisa aplicar energia no sentido de pensar bem, esforçando-se para se formar, como pensa Morin (2003 [1999]), com uma “cabeça bem-feita”, com os sentidos inter-relacionados à ecologia da ação. E essa forma de pensar se conecta ao Paradigma da Complexidade¹².

8 MIGRAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA TEORIA DA COMPLEXIDADE PARA OS ESTUDOS SÓCIO-HISTÓRICOS-COGNITIVOS A PARTIR DE UM CORPUS

Morin (2003 [1999]) apresenta os sete princípios do pensamento complexo, sendo esses interdependentes e complementares: 1) O Princípio Sistêmico ou Organizacional; 2) O princípio “hologrâmico”; 3) O princípio do circuito retroativo; 4) O princípio do circuito recursivo; 5) Princípio da autonomia/dependência (auto-organização)¹³; 6) O princípio dialógico e 7) O princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento. Princípios do Paradigma da Complexidade podem migrar

¹² Conforme Capra (2006 [1996]), trata-se de uma abordagem de compreensão da vida. É “uma nova linguagem voltada para o entendimento dos complexos e altamente integrativos sistemas da vida. Cada cientista deu a ela um nome diferente — “teoria dos sistemas dinâmicos”, “teoria da complexidade”, “dinâmica não-linear”, “dinâmica de rede”, e assim por diante. Atratores caóticos, fractais, estruturas dissipativas, autoorganização e redes autopoieticas são algumas de suas concepções-chave (CAPRA, 2006 [1996], p. 19).

¹³ Este princípio não será aqui abordado.

para outras áreas do saber, contribuindo para a elaboração de construções teórico-metodológicas; ao adotá-los, no âmbito dos estudos semântico sócio-histórico-cognitivos, será possível repensar o conceito de corpus, de modo a impactar na construção de resultados de pesquisas que os adotem.

O Princípio Sistêmico ou Organizacional religa o conhecimento das partes ao conhecimento do todo e vice-versa. O todo é, sempre, mais e menos que a soma das partes, pois, como observa Morin (2003 [1999], p. 94), “a organização de um todo produz qualidades ou propriedades novas, em relação às partes consideradas isoladamente: as emergências”. Um corpus é mais e menos do que a soma das suas partes, de sorte que, por exemplo, ao coletar fragmentos de uma carta, que são partes de um todo, a carta, e, ao deslocá-los do texto de onde foram coletados para um novo todo, um estudo científico, geram-se emergências – qualidades e propriedades novas que não estavam no todo de onde foram coletados os fragmentos constituintes do corpus e que vão gerar os resultados de um estudo. Formado um corpus, esse será mais e menos do que a soma de todos os fragmentos de textos. Inclusive, o mesmo é válido para textos integrais, deslocados para a geração de um corpus.

O princípio “holográfico”, por sua parte, evidencia o paradoxo das organizações complexas, compreendendo que a parte está no todo e o todo está na parte. Então, por exemplo, em um corpus constituído por cartas, uma carta contém o padrão de organização de todas as cartas, variando, apenas, a estrutura, isto é, as realizações linguísticas, de modo que a parte está no todo, assim como o todo está na parte. Isto é válido para os padrões da linguagem, inclusive, os semânticos, que se manifestam nos textos dos mais diferentes gêneros.

Já o princípio de retroatividade rompe com a ilusão de linearidade na geração do conhecimento, dado que os saberes não se somam de modo

linear, de sorte que esses retroagem sobre conhecimentos anteriores, sendo repensados, em novos contextos. A causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa; assim sendo, o constituir de um corpus age sobre os resultados dos estudos sócio-histórico-cognitivos da linguagem, assim como os resultados dos estudos sócio-histórico-cognitivos da linguagem age sobre o constituir de um corpus; isto compreendendo o corpus como um processo aberto e cíclico que pode ser reformulado, considerando, de início, uma seleção textual e, concomitantemente, a realização do estudo dessa seleção, e, se necessária, uma nova coleta e, em consequência, um desdobramento do estudo resultante dessa coleta, de tal sorte que o corpus só deixaria de ser colhido, quando identificada a saturação das informações alcançadas no próprio devir da sua constituição e da elaboração do estudo.

Com o princípio do circuito recursivo, compreende-se que “os produtos e os efeitos são, eles mesmos, produtores e causadores daquilo que os produz” (MORIN, 2003 [1999], p. 95). Assim sendo, os resultados de estudos sócio-histórico-cognitivos sobre a linguagem são os produtos de um sistema de pesquisa que vem da tradição científica histórica que constitui corpus, mas esse sistema não pode se reproduzir se não nos tornarmos produtores de ciência, constituidores de corpus. Assim sendo, os produtos gerados por corpus são necessários para a própria produção do processo, de modo que os estados finais estão na geração de estados iniciais, alimentada por fluxo exterior da sociedade científica.

O princípio dialógico une princípios ou noções que, reciprocamente, se excluem, mas que, em uma mesma realidade, são indissociáveis, porque há uma inseparabilidade de noções contraditórias, para compreensão de um fenômeno complexo. Como observa Morin (2003 [1999], p.96), “sob as mais diversas formas, a dialógica entre a

ordem, a desordem e a organização via inúmeras interretroações, está constantemente em ação nos mundos físico, biológico e humano.” Um corpus é formado, a partir de uma desordem que gera uma nova ordem; um texto que estava em ordem, no seu domínio da experiência original, passa, por um processo de deslocamento que gera uma desordem, a partir da sua fragmentação, para a constituição do corpus de uma pesquisa, tornando-se os fragmentos dependentes, enquanto corpus, de um novo texto; disso, é gerada uma nova ordem, pois o corpus torna-se parte desse um novo texto gerado por meio da dialógica ordem/desordem/ordem.

O corpus não existe em si, mas converte-se em corpus pela ação dessa pessoa pesquisadora, já que, ao coletar textos de um domínio experiencial de fala e/ou escrita e/ou de outras linguagens, gera uma nova ordem de leitura, a partir de uma desordem causada pelo deslocamento do domínio original experiencial de leitura-escrita, isto porque, nos seus domínios comunicativos de origem, os textos eram escritos-lidos com uma dada perspectiva, a exemplo da expectativa da geração de informação ou fruição, e, sendo deslocados, perdem sua função enquanto textos de um dado domínio experiencial, a exemplo das notícias, no domínio da informação, ou das piadas, no domínio humorístico, para serem concebidos como corpus, no domínio experiencial da ciência.

Já o princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento “opera a restauração do sujeito e revela o problema cognitivo central: da percepção à teoria científica, todo conhecimento é uma reconstrução/tradução feita por uma mente/cérebro, em uma cultura e época determinadas” (MORIN, 2003 [1999], p. 96). Levando esse princípio em consideração, ao constituir um corpus para gerar conhecimentos, elaboramos reconstruções, traduções, com nossa mente corporificada que conceptualiza e categoriza, gerando significados-

saberes, nas mais diversas experiências científicas, imbricadas geo-sócio-histórico-cultural-política e ideologicamente.

No tocante à constituição do corpus de pesquisa e às suas implicações no resultado de um estudo sócio-histórico-cognitivo, a dependência das condições iniciais, também, deve ser ponderada. Assim, por exemplo, uma pequena lacuna, em um texto do passado, somada a outras tantas pequenas lacunas de outros tantos textos pretéritos gerarão amplas diferenças, na compreensão do objeto de estudo de uma pesquisa e, conseqüentemente, nos resultados alcançados. Eis o efeito borboleta da Teoria do Caos¹⁴.

9 FRACTAIS: UMA LINGUAGEM PARA PENSAR O CORPUS DOS ESTUDOS SEMÂNTICOS SÓCIO-HISTÓRICO-COGNITIVOS

Ao ser gerado um corpus, as pessoas pesquisadoras acabam, consoante o pensamento de Silva e Silva (2013), criando depósitos de corpus que nunca serão utilizados, o que ocasiona desperdiço de tempo que poderia ser dedicado ao estudo qualitativo desse corpus e do fenômeno estudado. Privilegia-se à quantificação do corpus, desconsiderando que padrões de organização próprios do fenômeno, objeto de estudo, exatamente, por serem padrões de organização, ocorrerão em qualquer “pedaço de corpus”, isto se considerarmos o princípio “hologrâmico” da complexidade. Nas palavras de Capra (1996

¹⁴ Conforme Capra (2006 [1996], p. 115), “[...] os sistemas caóticos são caracterizados por uma extrema sensibilidade às condições iniciais. Mudanças diminutas no estado inicial do sistema levarão, ao longo do tempo, a conseqüências em grande escala. Na teoria do caos, isto é conhecido como “efeito borboleta”.

[2006]), enquanto a estrutura cinge quantidades, o padrão cinge qualidades.

A proposta que faço, aqui, muda a perspectiva da quantidade para a qualidade, e, também, é pensada por meio do conhecimento matemático¹⁵, mas toma o conhecimento de uma matemática gerada para dar conta das irregularidades. Trata-se da matemática dos fractais, uma matemática que se reaproxima de outras áreas do saber, permitindo distintos diálogos interdisciplinares. Isto, porque, como destaca Mors (2010), os fractais se encontram em quase todas as vertentes do saber, assim como os fractais estão no universo em que vivemos, inclusive, o próprio universo é autossimilar, portanto, fractal.

Então, as noções desenvolvidas por Mandelbrot são aplicadas em outras ciências, com impacto expressivo (MORS, 2010). Assim sendo, ultrapassa os limites da matemática, galgando espaços em outras dimensões da vida humana, como arte, de modo a ser chamada para a criação de músicas¹⁶, de esculturas, de paisagens de produções cinematográficas. Na dimensão científica, os ganhos alcançados com esse novo modo de conceber as formas da vida são experienciados, por exemplo, na física, na antropologia e nos estudos sobre as diferentes linguagens.

Na Literatura, essa concepção é usada para o estudo de narrativas (ALBORNOZ, 2008). No seio da Linguística, é empregada, entre outros casos, para pensar a aquisição de segunda língua (PAIVA, 2010), assim como, para a refletir sobre a metonímia (PAIVA, 2010). Aqui, utilizarei

¹⁵ Conforme pontua Capra, “a nova matemática representa uma mudança da quantidade para a qualidade, o que é característico do pensamento sistêmico em geral. Enquanto a matemática convencional lida com quantidades e com fórmulas, a teoria dos sistemas dinâmicos lida com qualidades e com padrões” (CAPRA, 2006, [1996], p.).

¹⁶ Aqui, um exemplo de vídeo com música a partir da perspectiva caleidoscópica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hmpxsk3dHaA>. Acesso em: 01.09.2018.

elementos da Teoria dos Fractais, junto a princípios gerais da Teoria da Complexidade, para pensar o corpus de uma pesquisa sócio-histórica-cognitiva, em particular, semântica.

A Geometria Fractal surge, na segunda metade do século XX, como uma ilha da Complexidade, sendo, por exemplo, independente da Teoria do Caos, ainda que posteriormente conexões entre essas ilhas da Complexidade tenham sido evidenciadas, conforme assinalam Capra e Luisi (2014).

Mandelbrot (1924-2010), ao estudar fenômenos naturais irregulares, percebeu características comuns entre esses e criou uma linguagem matemática nova, para tratar de casos que a Geometria Euclidiana não dava conta e, assim, possibilitou o estudo da complexidade dessas formas irregulares da natureza, a exemplo das nuvens, levando em consideração que a maior parte das coisas com as quais interagimos, ao longo da nossa vida, é irregular, embora com regularidade, porque suas partes possuem semelhança com o seu todo. Assim sendo, a irregularidade regular caracteriza os objetos fractais.

Como assinalam Capra e Luisi (2014), assim como Capra (1996 [2006]), os padrões característicos das formas fractais são achados, repetidamente, em escala descendente, de tal forma que, em qualquer escala, as suas partes, na forma, são semelhantes ao todo, de modo que, em todos os níveis de escala, a forma do todo é semelhante a si mesma. Essa propriedade de auto-similaridade pode ser ilustrada, com o clássico exemplo de Mandelbrot da couve-flor que, se cortada, o pedaço resultante desse corte se parecerá com o seu todo, e, se, mais uma vez, dividido, esse pedaço, embora sendo menor do que o anterior, será semelhante a seu todo, como uma minúscula couve-flor, isto porque cada uma de suas partes se assemelha ao seu todo. Então, como observa Mors (2010), uma

fotografia de uma parte dessa hortaliça não possibilitará saber se se trata da sua maior ou menor parte.

Como destaca Capra (1996 [2006]), há distintos exemplos de auto-similaridade no mundo natural, portanto

rochas em montanhas assemelham-se a pequenas montanhas; ramificações de relâmpagos, ou bordas de nuvens, repetem o mesmo padrão muitas e muitas vezes; linhas litorâneas dividem-se em porções progressivamente menores, cada uma delas mostrando arranjos semelhantes de praias e de promontórios. Fotografias de um delta de rio, as ramificações de uma árvore ou as ramificações repetidas dos vasos sanguíneos podem exibir padrões de uma semelhança tão notável que somos incapazes de dizer qual é qual. Essa semelhança de imagens provenientes de escalas muito diferentes tem sido conhecida desde há longo tempo, mas, antes de Mandelbrot, ninguém dispunha de uma linguagem matemática para descrevê-la. (CAPRA, 1996 [2006], p. 118).

Então, fractal significa auto-semelhante, de modo que um fractal é um objeto geométrico que não perde sua estrutura em qualquer distância de visão, estando presente em distintas formas naturais até mesmo na estrutura do universo, como aqui antes já assinalado. Contudo, na natureza, ocorrem propriedades fractais e autossemelhanças aproximadas, de sorte que a autossemelhança exata é uma abstração que só se verifica no âmbito da ciência matemática (GOI; DAHLKE, 2014; MORS, 2010). Um objeto é autossemelhante se possui, sempre, o mesmo aspecto, em qualquer escala em que é observado; assim sendo, a autossemelhança é a simetria através das escalas. Então, há um número infinito de pequenas cópias de um fractal.

Além de autossemelhantes e irregulares, os fractais possuem complexidade infinita, logo, um objeto fractal quaisquer que sejam as suas ampliações não chegará a uma imagem final, pois essa poderá conhecer ampliações infinitamente, por conseguinte, um fractal não será

completamente representado, mesmo se ampliado, pois haverá reentrâncias e saliências que serão, ainda, menores.

Sobre a medida dos fractais, Mors (2010, [s.p.]) observa que

[q]uanto mais alto estiver o avião que fotografa o acidente geográfico, mais detalhes topográficos deixarão de ser percebidos. Dizemos que a medida do comprimento de uma curva fractal depende do tamanho da “régua” utilizada. [...] no caso de um fractal, quanto maior a régua (quanto mais alto o avião, no exemplo citado), mais recortes deixarão de ser medidos. Em outras palavras, um objeto fractal apresenta rugosidades em todas as escalas. Quanto mais próxima de dois for a dimensão fractal da costa, mais acidentada ela será.

Segundo Pena (2004, p.98, grifos do autor),

para resumir, *fractal* é uma figura geométrica n-dimensional com uma estrutura complexa e pormenorizada em qualquer escala. Os fractais são auto-similares e independentes em escala, ou seja, cada pequena seção de um fractal pode ser vista como uma “réplica” em tamanho menor de todo o fractal. O que significa que podemos recorrer a um padrão dentro de outro padrão e assim por diante, partindo da complexidade maior do todo. É a chamada simetria de escala”.

Apresentada brevemente a noção de fractais, sigo a pensar o corpus em termos desse conceito. Se eu concebo um corpus em termos de um fractal, eu entendo, por exemplo, que uma carta ou algumas cartas de amor são partes de um todo, assim como compreendo que a parte está no todo e o todo está na parte, portanto, as cartas constituintes do corpus ou mesmo os seus fragmentos exibem o padrão de organização das cartas de amor, por apresentarem autossemelhança.

Além disso, sendo a carta replicável em cartas, quaisquer que sejam as suas ampliações, no âmbito da constituição do corpus, não se chegará a uma imagem final de todas as cartas, pois essa poderá conhecer ampliações infinitamente, pelo menos no limite temporal estabelecido para a facção de um estudo científico, para a geração do seu corpus e seus

resultados (um parêntese: o imponderável no passado está acontecendo, atualmente, e o gênero carta de amor está desaparecendo, para dar lugar a outras experiências textuais, mais fugazes, a exemplo das mensagens de amor, trocadas pelo WhatsApp).

No tocante às cartas de amor, por exemplo, em um corpus, seus padrões característicos são encontrados repetidamente em escalas descendentes, e, portanto, as suas partes, a qualquer escala, são similares à forma do seu todo. Então, 100.000, 10.000, 1.000, 100, 10 cartas de amor possuem similaridades. Posso afirmar que cada parte do corpus pode ser vista como outra pequena parte desse corpus, no seu todo, isto porque cada carta de amor assemelha-se a todas cartas de amor, já que, na parte, está inscrito o todo; a parte não é somente um todo em si mesmo; a parte é, ao mesmo tempo, uma réplica desse todo; isto pensando no que se concebe como gênero e, no caso particular do exemplo, como carta de amor.

Então, se eu estudo, por exemplo, a conceptualização do amor, é certo que uma metáfora como AMOR É VIAGEM, ou uma metonímia como SOFRIMENTO POR AMOR, padrões de organização do amor, poderão se fazer presentes, quer em um pequeno volume de cartas, quer em um grande volume de cartas, quer, ainda, em fragmentos de cartas, sejam poucos ou muitos, isto porque são parte do padrão conceptual do AMOR que se acha instanciado em cartas de amor.

Esses padrões estarão nas cartas de amor, quer tenham sido essas cartas escritas nos primórdios do século XIX, quer tenham sido escritas no meio ou no final dessa mesma centúria, quer tenham sido datadas em qualquer período do século XX ou em séculos mais recuados na história da escrita em língua portuguesa. Esses padrões se farão presentes, quer tenham sido essas cartas escritas por reis e marqueses ou por jagunços e

camponeses, quer tenham sido escritas por rainhas e marquesas ou por jagunças e camponesas. Estarão presentes nas cartas que tenham sido escritas na capital do Rio de Janeiro ou no interior do sertão da Bahia.

O padrão de organização não mudará, apenas, haverá mutações, nas expressões linguísticas que são a estrutura, isto é, a materialização desse padrão. Daí, no âmbito da compreensão do conceito de amor, a materialização poderá ser variável, pois o padrão será, sempre, o mesmo, pois se trata do gênero carta de amor. Se o padrão de organização mudar, eu não poderei mais falar do conceito de amor, pelo menos do conceito de amor romântico, constante das cartas de amor, pois já estarei diante de um outro conceito, mesmo que, ainda, falemos da categoria amor, como amor platônico, amor fraternal, amor maternal ou, até mesmo, amor doentio, entre outras possibilidades.

No caso de um fractal, quanto maior for a régua (quanto mais alto o avião, do exemplo antes citado), mais recortes deixarão de ser medidos. No caso do corpus, quanto maior for em volume, perderemos mais detalhes, que deixarão de ser medidos, apresentaremos, então, comentários mais gerais, e, quanto menor for em volume, ganharemos em qualidade, com maior riqueza de detalhes, com comentários mais específicos e isto não impede a eficiência de um corpus menor, porque um corpus é um fractal, portanto, é autossimilar, possuindo complexidade infinita.

Os princípios de independência e de autossimilaridade constituem o que se entende como fractal. Esses princípios, no âmbito do corpus, dizem respeito ao fato de cada texto ser um texto, de cada carta de amor ser uma carta de amor, independentes umas das outras, mas similares a todas outras cartas de amor, assim como os padrões de organização do amor, suas metáforas e metonímias serão independentes, mas similares em

todas as cartas, em que tenham sido acessadas para a conceptualização do amor.

Na vida, há sistemas aninhados em sistemas, então, no gênero carta de amor, aninham-se padrões do conceito de amor, sendo esses padrões metáforas e metonímias. Uma carta de amor é uma entidade que é um todo e, ao mesmo tempo, uma parte de outro todo, no caso, pode ser uma parte de uma correspondência, mas também, desterritorizando, uma carta e, reterritORIZANDO-a, uma carta pode ser o todo de um corpus.

A compressão do corpus como fractal é possível, porque os textos de um gênero, de um domínio discursivo, de um domínio da experiência são similares, mesmo sendo independentes, logo, o todo de um corpus é similar a suas partes menores. Esses textos contêm redundância, que pode ser eliminada, resultando em uma compressão do corpus, com a finalidade de compreender a qualidade do padrão de organização semântica.

EPÍLOGO

No tocante ao conhecimento humano, Morin (2003 [1999], p. 59) observa que duas pujantes incertezas marcam a nossa condição humana: uma é a incerteza cognitiva, enquanto a outra é a incerteza histórica. Ademais, ressalta que há três princípios de incerteza no conhecimento: um princípio é cerebral, porque o conhecimento jamais será um reflexo do real, por conseguinte, se trata de uma construção, de uma tradução que contém o risco do erro; o outro princípio é físico, pois o conhecimento dos acontecimentos será, sempre, devedor da ação de interpretar e, finalmente, o último princípio é epistemológico e derivado da crise dos fundamentos da certeza, tanto na filosofia, quanto na ciência, considerando que conhecer e pensar é travar diálogos com a incerteza e

não alcançar uma verdade certa, em absoluto. Esses princípios e outros postulados tomados do pensamento do Paradigma da Complexidade inspiraram a escrita deste texto.

Aqui, buscamos as junturas da pós-modernidade, procurando ir além das dicotomias do pensamento moderno, como corpo x mente (MAFFESOLI, 2016). Ademais, com Morin (1997), assumimos que a resposta à incerteza está na aposta e na estratégia. Na primeira, porque não há, absolutamente, certeza de alcançarmos os resultados pretendidos e na segunda, porque nos possibilita a correção das nossas ações. Assim, nos consideramos prontos para enfrentar as incertezas postas pelo corpus de textos do passado, visando à realização de estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos.

Também, procuramos demonstrar, consoante Maffesoli (2016, p. 26-27), que “compreender é ouvir, ou saber ouvir, o que não é obrigatoriamente audível pelos que são atingidos pela surdez teórica [...] a compreensão é, estruturalmente, tolerante. Fundamentalmente adogmática. Essencialmente relativista”. Então, se não nos tornarmos presos a verdades de outros tempos e se compreendermos a transitoriedade da verdade, assim como se pensarmos para além da doxa da quantificação moderna, poderemos usar a metáfora dos fractais, para compreendermos o corpus dos estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos, vendo assim o corpus como algo autossimilar, independente, com complexidade infinita que conserva, em qualquer tamanho, os padrões de organização do sistema linguageiro.

Pensar o corpus em termos de um fractal colabora para que os estudos possam gerar compreensões mais específicas, sem prejuízo do entendimento do padrão de organização do objeto de estudo, logo, da sua

qualidade. Isto coaduna com o pensamento de Maffesoli (2016, p. 30), quando afirma que

[...] a especificidade do conhecimento humano é saber colocar em ação toda uma bateria de metáforas, de analogias e outras figuras de retórica¹⁷ que possam traduzir a significação do vivido social. Não é coisa vã, e menos ainda uma atitude frívola. Isto demanda rigor e exigência.

Foi, então, aqui, lançada uma metáfora, para a construção do conhecimento da história semântica da linguagem através de textos do passado, o que foi feito, pensando o corpus em termos de fractal, com suporte da Teoria da Complexidade. Com isto, atuei como a protagonista que aceita fazer a dificultosa escalada do conhecimento, tal como apresentada na epígrafe que inaugura este texto e que, agora, foi recobrada para a sua conclusão.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, C. V. **Pequenas resistências da narrativa: a microficção em três vozes**. 2008. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=12216@1. Acesso em: 02 ago. 2018.

ALMEIDA, A. A. D. Brasil, 2015: como a presidenta, seu partido, seus eleitores e seu governo podem ser conceptualizados em rede social. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2016v20n40p99/11080>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ALMEIDA, A. A. D. Para além de palavras, construções de sentidos no ato de ler: complexidade e cognição. *In*: SILVA, S. B. B. da.; PEREIRA,

¹⁷ Apesar de fazer uso desta passagem do pensamento de Maffesoli (2016), compreendo que essas são, para além de retóricas, figuras do pensamento e da ação, conforme Lakoff e Johnson (1980).

J. N. **Língua Portuguesa e Literatura no Livro Didático: Desafios e Perspectivas**. Campinas/São Paulo: Pontes, 2018.

ASSIS, M. C. de. **Panorama da investigação dos estudos históricos e diacrônicos das línguas e dos textos**. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/11204/7939/> . Acesso em: 20 nov. 2017.

BANZA, A. P; GONÇALVES, F. **Roteiro de História da Língua Portuguesa**. Évora: UNESCO, 2018.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006 [1996].

CAPRA, F.; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. Trad. M. T. Eichenberg e N. R. Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014.

CHARAUDEAU, P. **“Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”**. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>. Acesso em: 05 ago. 2018.

DELGADO; L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. **História do tempo presente e ensino de História**. 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/90/70>. Acesso em: 01 ago. 2018.

GOI, S. S; DAHLKE, M. C. **A geometria dos fractais no ensino: uma nova forma de visualizar o mundo**. 2014. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20EDUCACAO/ARTIGO/ARTIGO%20-%20A%20GEOMETRIA%20DOS%20FRACTAIS%20NO%20ENSINO%20UMA%20NOVA%20FORMA%20DE%20VISUALIZAR%20O%20MUNDO.PDF>. Acesso em: 17 ago. 2018.

KABATEK, J. **¿Es posible una lingüística histórica basada en un corpus representativo?**. Disponível em: <https://www.rose.uzh.ch/dam/jcr:fffff-f143-b75e-0000-00003aee8b86/C87.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

LAKOFF, George. **Women, Fire, and Dangerous Things**. What Categories Reveal about the Mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors We Live By**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAPA, M. R. **Cantigas D'Escarnho e de Mal Dizer**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.

LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. **Cantigas Medievais Galego Portuguesas** [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011-. Disponível em: <http://cantigas.fcs.unl.pt>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia. *In*: Lobo T. *et al.* ROSAE: **Linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/cotidiano1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia. São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA, 1991.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001 [1984].

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009 [1999].

MORS, P. **O Universo e seus fractais**: a contribuição de Mandelbrot (entrevista concedida a Márcia Junges). 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3628-paulo-mors>. Acesso em: 17 ago. 2018.

- PAIVA, V. L. M. de O. **A metonímia como processo fractal multimodal**. 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/ARTIGO-1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- PAIVA, V. L. M. de O. **Modelo fractal de aquisição de línguas**. 2005. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/modelo.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- PAIVA, V. L. M. de O. Língua(gem) como sistema complexo e multimodalidade. **ReVEL**, v. 14, n. 27, 2016 [www.revel.inf.br].
- PAIVA, V. L. M. de O. e; CORRÊA, Y. Sistemas Adaptativos Complexos: uma entrevista com Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva. **ReVEL**, v. 14, n. 27, 2016 [www.revel.inf.br].
- PENA, F. **Biografias em fractais: múltiplas identidades em redes flexíveis e inesgotáveis**. 2004. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n8_Pena.pdf. Acesso em: 15 ago 2018.
- SILVA T. D. L. da; SILVA, E. M. da. **Mas o que é mesmo Corpus?** – Alguns Apontamentos sobre a Construção de Corpo de Pesquisa nos Estudos em Administração. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

HERANÇAS AFRICANAS

na toponímia da Bahia: caminhos filológicos para estudos onomásticos

Clese Mary Prudente Correia¹

Somos filhas e filhos da cultura onde a palavra tem muitos poderes. Com ela, narramos o mundo que vemos e vivemos. Expomos as atrocidades. Mas, através dela, somos vozes orquestradas para mudança. (WERNECK, 2017)²

1 INTRODUÇÃO

Para Jorge Luis Borges (2000, p. 122) “as palavras são símbolos para memórias partilhadas”, memórias ligadas a vivências experimentadas, à representação e compreensão do mundo. Nessa perspectiva, entende-se que as palavras se constituem em registros importantes para o conhecimento da trajetória humana. As presenças e ausências, os silêncios

¹ Mestre em Linguagens, Discurso e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: cleseprudente@gmail.com.

² Jurema Werneck é Coordenadora Executiva da Anistia Internacional Brasil. In: RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017, contracapa.

e os apagamentos, as distinções e as inexistências refletidas nas palavras fazem delas o lugar das revelações³ das experiências do homem.

Em pesquisa realizada entre 2015 e 2017 com os designativos dos municípios do Estado da Bahia⁴, documentados nos volumes XX e XXI da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (EMB), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, o resultado, referente à etimologia do *corpus* analisado, mostrou-se inesperado ao identificar apenas um topônimo de origem africana – Caculé – em relação aos 169 designativos estudados. Esse número tão reduzido foi considerado como consequência do processo de desvalorização cultural da imensa população traficada da África para o Brasil durante o período colonial (PRUDENTE, 2017).

Buscando verificar a manutenção das hipóteses levantadas naquele trabalho para a discreta representatividade africana na macrotoponímia⁵ da Bahia, complementa-se, neste artigo, o estudo referente aos processos de nomeação e mudança de outros sete designativos de acidentes humanos municipalizados após a publicação da EMB – Banzaê, Candiba, Gandu, Gongogi, Maiquinique, Mulungu do Morro e Quijingue – a fim de verificar a possibilidade desses signos onomásticos serem considerados como de etimologia africana, tomando por base as seguintes obras lexicográficas: *Dicionário Yorubá-Português*, de José Beniste, edição 2014; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, edição 2013; *Novo Dicionário Banto do Brasil*, de Nei Lopes, edição 2012;

³ Expressão utilizada por Foucault (2000, p. 52) em referência à linguagem, na obra *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*.

⁴ *Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a orientação da Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade.

⁵ Nomes de acidentes físicos ou aglomerados humanos de maior extensão, em comparação com a microtoponímia que se refere a nomes de lugares de dimensões menores, geralmente sem independência administrativa, como povoados, vilas, assentamentos, fazendas.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, edição 2001; *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, de Yeda Pessoa de Castro, edição 2001.

2 O ATO DE NOMINAR: CRIANDO DISTINÇÕES E INEXISTÊNCIAS

Embora alguns autores identifiquem a ação que resulta na seleção de um nome próprio para identificar um ser ou um lugar como ato de nomear, optou-se, neste artigo, por usar o vocábulo nominar, considerando-o mais próximo do sentido aqui utilizado: ‘escolher um nome para’ (HOUAISS, 2001, p. 2025). Essa escolha, dentre as várias possibilidades da língua, relaciona-se à área da Onomástica, parte da Lexicologia que envolve o estudo científico das lexias que individualizam os seres, a Antroponomástica, e os lugares, a Toponomástica⁶.

Constituídos de elementos linguísticos capazes de preservar fatos culturais de uma área geográfica, os signos onomásticos constituem-se em fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Como afirma Seabra (2006),

Os instrumentos onomásticos, de um modo geral e dentre eles, de um modo particular, a Toponímia, são meios importantes de investigação linguística, indo além da função referencial. Podemos dizer que o uso da língua ultrapassa a mera função nomenclatória; ela reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores. (SEABRA, 2006, p. 1957)

Essa relação dos signos onomásticos com o contexto sociocultural levou o pesquisador Willy Van Langendonck (2007) a propor uma nova

⁶ Faz-se aqui a distinção entre os termos *Toponímia*, utilizado em referência ao conjunto de topônimos de uma região, e *Toponomástica*, para a ciência que os estuda.

área de estudos lexicológicos, a Sócio-Onomástica, considerando que “proper names are socially anchored linguistic signs and as such part and parcel of the linguistic inventory of a society”⁷. Apoiado nos pressupostos da Sociolinguística, o autor, no seu trabalho *Theory and Typology of Proper Names* (2007), baseia-se nos estudos de William Labov para defender que os nomes próprios são modificados com base em fatores sociais, do mesmo modo que a língua varia conforme a localidade estudada.

Concordando com essa perspectiva social da Onomástica, considera-se que, ao relacionar aspectos motivacionais importantes dos valores sociais, políticos e culturais da comunidade, uma pesquisa toponímica não se limita a uma análise puramente lexicológica. A busca do passado ausente para entender o presente precisa primeiro trilhar por caminhos filológicos, para que possa encontrar, nas escassas fontes documentais disponíveis, a presença dos sujeitos envolvidos e as vozes silenciadas, tendo em vista que

Filólogo é quem, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estudando todos os documentos, se esforça por penetrar no epistema que decidiu estudar, **procurar a voz dos textos e de um passado** que já não considera sufocado pelos estados sobrepostos. (PICCHIO, 1979, p. 234, grifo nosso)

Seguindo uma abordagem histórica para a construção do saber a partir dos textos disponíveis, pode-se analisar tanto o movimento de inserção de palavras originárias de diversas línguas africanas no português, como resultado do contato entre essas línguas no período colonial, quanto as mudanças observadas nos signos toponímicos ao longo do tempo. A influência da cultura no léxico, por sua vez, envolve os fundamentos da Etnolinguística, concebida como a disciplina que estuda as relações entre

⁷ Tradução livre: “nomes próprios são signos linguísticos ancorados socialmente e, como tal, são parte e parcela do inventário linguístico de uma comunidade”. (LANGEDONCK, 2007, p. 306)

língua, cultura e sociedade, surgida da “necessidade de se entender as variantes e as invariantes sociais, bem como os níveis de linguagem que modelam os pensamentos e o modo de ser e de viver da população em análise”. (DICK, 2002-2003, p. 182)

Mais ainda, entendendo os signos toponímicos como “fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário” (DICK, 1990, p. 42), considera-se a importância dos saberes científicos da História e da Geografia para a realização de um estudo toponímico, tendo em vista que, como afirma Carter (apud SEEMANN, 2005), ao receber um nome, o espaço é simbolicamente transformado em lugar, passando a ser um espaço com história.

Nessa perspectiva, reconhecendo que o ato de nominar faz o lugar existir para o mundo da linguagem, considera-se como Fedatto (2011, p. 107) que “antes da palavra, as coisas existem, mas nos são inacessíveis, pois o nome desenha fronteiras e organiza o mundo, criando distinções e inexistências”. Quando um signo comum de língua se transforma em nome, não há nada de aleatório nesse processo. As “distinções e inexistências” criadas com a nomeação refletem o lugar do sujeito que nomina, porque “atrás dos nomes de lugares escondem-se pessoas ou grupos que os inventam, decretam, aceitam, rejeitam ou mudam”. (SEEMANN, 2005, p. 220)

3 DADOS COLETADOS: A VOZ DOS TEXTOS

Conciliando assim saberes de áreas diversas, o estudo realizado apoia-se nos princípios básicos da taxonomia vinculada à motivação toponímica proposta por Dick (1990). Composto por vinte e sete taxes que refletem a diversidade da realidade brasileira, o modelo taxonômico proposto oferece a possibilidade de classificação dos topônimos conforme uma variedade de significação, na medida em que eles podem ser analisados com base em suas origens externas (físicas), relacionadas a elementos do ambiente físico, ou subjetivas (antropoculturais), referentes aos valores e realizações do homem.

Os dados coletados nas fontes analisadas foram sistematizados em fichas lexicográfico-toponímicas, adaptadas do modelo desenvolvido por Dick (2004), e apresentam os seguintes itens: **topônimo**, registro do nome do lugar coletado; **taxonomia**, classificação conforme o modelo taxonômico utilizado; **acidente**, natureza semântica da denominação, podendo ser classificado em físico, referente à geografia da região, ou humano, relativo aos lugares construídos pelo homem; **localização**, posição geográfica do município, considerando o sistema de regionalização do Governo da Bahia em Territórios de Identidade (TI) e a divisão definida pelo IBGE em Mesorregiões (MESO); **origem**, procedência linguística do topônimo, acompanhada do étimo, ou provável étimo; **estrutura morfológica**, composição do sintagma toponímico em elemento simples, quando possui apenas um elemento; composto, com mais de um elemento; ou híbrido, contendo formas de línguas diferentes; **histórico**, diacronia do signo toponímico; e **informações enciclopédicas**, aspectos importantes acerca da história do município.

Ficha lexicográfico-toponímica 1

TOPÔNIMO:	Banzaê	TAXONOMIA:	Poliotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17 (Semiárido Nordeste II); MESO 04 (Nordeste Baiano)		
ORIGEM:	Do kimbundo <i>mbanza</i> ‘aldeia, conjunto de residências’. (LOPES, 2012)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Banzaê		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A área do município tem origem em uma aldeia kiriri, grupo indígena que ocupava grande parte do sertão do nordeste brasileiro e era constituído pelo imaginário colonial como “tapuias”. O município foi criado com território desmembrado de Ribeira do Pombal por força de Lei estadual n. 4845, de 24/02/1989, com a denominação de <i>Banzaê</i>. (IBGE, [20--])</p> <p>NOTA: a origem africana do topônimo não é reconhecida pelas fontes documentais consultadas. A página oficial da Prefeitura Municipal de Banzaê (O MUNICÍPIO...) identifica a palavra como de origem indígena, o que não é reconhecido por Navarro (2013) nem por Sampaio (1987), obras de referência no estudo da língua brasílica. Outras fontes pesquisadas consideram o topônimo como o sobrenome de Zé Banzaê, de improvável origem iraniana, como afirma Ramos (2008), que, juntamente com Ricardo Ferreira, um tropeiro mercador, e Vicente Gouveia, um escravo alforriado, teria sido o primeiro morador da região.</p>		

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 2

TOPÔNIMO:	Caculé	TAXONOMIA:	Antropotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13 (Sertão Produtivo); MESO 06 (Centro Sul Baiano)		
ORIGEM:	A palavra kimbundo <i>kasule</i> ‘caçula’, encontrada em Castro (2001), é um provável étimo. Outro étimo provável é o kimbundo <i>kakole</i> , diminutivo de <i>rikole</i> , um pássaro. (LOPES, 2012)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Caculé		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Diz a tradição que Manuel Caculé, escravizado na Fazenda Jacaré, seguia mata a dentro à procura de água para o gado, quando descobriu uma lagoa belíssima que ficava nos limites da fazenda de "sua proprietária". Diante daquele oásis, decide fugir e montar ali o seu quilombo solitário. Recapturado e alforriado, passou a morar à margem da lagoa. Os viajantes que tomavam aquela direção, ao se cruzarem pelo caminho, perguntavam, uns aos outros, de onde vinham e para onde iam e a resposta era sempre a mesma: lagoa do Caculé. O topônimo <i>Caculé</i> passou a designar o acidente geográfico, depois o povoado e mais tarde estendeu-se a todo o município, criado pela Lei n. 1.365, de 14/08/1919. (IBGE, 1958)</p> <hr/> <p>NOTA: a história do “quilombo de um homem só” faz parte do projeto do curta-metragem documental <i>Caculé, uma cidade do milênio</i>, da cineasta e jornalista Fabíola Aquino Coelho. (COELHO, 2011)</p>
--	---

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 3

TOPÔNIMO:	Candiba	TAXONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13 (Sertão Produtivo); MESO 06 (Centro Sul Baiano)		
ORIGEM:	Do kimbundo <i>kandimba</i> ‘coelho-do-mato’. (CASTRO, 2001)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Candiba < Mucambo ~ Mocambo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>No início do século XIX, escravos fugitivos das fazendas Santa Rosa, Mulungu e Canabrava, pertencentes ao município Palmas de Monte Alto, iniciaram a organização do arraial <i>Mocambo</i>, cuja população era majoritariamente formada de refugiados. Pelo Decreto Lei n. 11.089 de 30/11/1938, o topônimo foi alterado de <i>Mocambo</i> para <i>Mucambo</i> e pelo Decreto Lei estadual n. 141, de 31/12/1943, retificado pelo Decreto estadual n. 12978, de 01/06/1944, o distrito passou a denominar-se <i>Candiba</i>, e foi elevado à categoria de município pela Lei estadual n. 1756. (IBGE, [20--])</p> <hr/> <p>NOTA: mocambo tem origem na palavra kikongo <i>mukambu</i> ‘refúgio, esconderijo’. (CASTRO, 2001)</p>		

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 4

TOPÔNIMO:	Gandu	TAXONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06 (Baixo Sul); MESO 07 (Sul Baiano)		
ORIGEM:	Do kimbundo/kikongo <i>ngandu</i> 'jacaré'. (CASTRO, 2001)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Gandu < Corujão		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O povoado formado na região de Santarém (hoje Ituberá) era conhecido como <i>Corujão</i>, em virtude da fazenda onde se originou. Em 06/12/1920, o arraial teve o seu topônimo mudado para <i>Gandu</i> em adoção ao nome do rio que percorre o município e onde são encontrados jacarés, ou gandus, tendo sido, nessa data, criado e instalado o distrito. Pertencendo ao município de Ituberá, a antiga vila foi crescendo e, através da Lei n. 1008, foi criado o município em 28/07/1958. (IBGE, [20--])</p>		

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 5

TOPÔNIMO:	Gongogi	TAXONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 22 (Médio Rio de Contas); MESO 07 (Sul Baiano)		
ORIGEM:	Do kikongo <i>kangonzi</i> 'centopeia' ou do yorubá <i>igòngò eyi</i> . (CASTRO, 2001)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Gongogi < Pedrinhas		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada pelos índios pataxós. Em 1935, fazendeiros se fixaram às margens do rio Gongogi, principal afluente do rio de Contas, formando o povoado <i>Pedrinhas</i>. Com a passagem da rodovia BA-02 pelo povoado, em 1942, surgiram os primeiros sinais de progresso. Em 22/06/54, o povoado foi elevado à categoria de distrito e, em 12/04/62, por força do Decreto n. 1.668, foi criado o município e o topônimo foi mudado para <i>Gongogi</i>, adotando o nome do rio que percorre o município. (IBGE, [20--])</p> <p>NOTA: para Monteiro (1929, apud ASSIS, 2013), o topônimo <i>Gongogi</i> vem da palavra indígena <i>grungugi</i>, de origem botocuda,</p>		

	uma modificação dialetal da expressão <i>Burum</i> ‘o homem índio’, seguida da palavra <i>cuji</i> ou <i>codji</i> ‘pequeno’, formando-se assim a palavra <i>Guerén</i> + <i>gugi</i> ‘pequeno Guerén’.
--	---

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 6

TOPÔNIMO:	Maiquinique	TAXONOMIA:	Ergotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08 (Médio Sudoeste da Bahia); MESO 06 (Centro Sul Baiano)		
ORIGEM:	Do kikongo <i>kiniki</i> ‘coisa’ ou <i>kinika</i> ‘tocha de galho de árvore’. (LOPES, 2012)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Maiquinique		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Região primitivamente habitada pelos índios mongoiós e imborés. Seu povoamento teve início por volta do ano de 1885 por sertanejos provenientes do alto sertão baiano que se estabeleceram na região e desenvolveram a pecuária. Em 1935, surgiu o povoado às margens do rio Maiquinique. O distrito foi criado com a denominação de <i>Maiquinique</i> pela Lei estadual n. 628, de 30/12/1953 e elevado à categoria de município pela Lei estadual n. 1718, de 16/07/1962. (IBGE, [20--])</p> <p>NOTA: em publicação na página eletrônica do IBGE Cidades, informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Maiquinique consideram o topônimo como de origem tupi, com o significado de “rio de peixes pequenos”, etimologia não confirmada por Navarro (2013) e Sampaio (1987). A forma encontrada em Navarro (2013) que corresponde a rio de peixe pequeno é <i>pirá-‘y-mirĩ</i>.</p>		

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 7

TOPÔNIMO:	Mulungu do Morro	TAXONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 01 (Irecê); MESO 03 (Centro-Norte Baiano)		

ORIGEM:	Mulungu: árvore da família das leguminosas; mulunguzeiro. De origem controversa, provavelmente do umbundo (HOUAISS, 2001). Do kikongo (<i>mu</i>) <i>ndungu</i> , espécie de tambor cilíndrico. (CASTRO, 2001) Morro: pequena elevação em uma planície. Vocábulo comum às línguas hispânicas e de origem controversa. (HOUAISS, 2001)
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto híbrido
HISTÓRICO:	Mulungu do Morro < Miranda < Canabrava dos Miranda < Umbuzeiro do Morro
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Segundo Ramos (2008), quando surgiu, no início do século XX, o povoado era chamado <i>Umbuzeiro do Morro</i> , alterado mais tarde para <i>Canabrava dos Miranda</i> e simplificado para <i>Miranda</i> em 1938. Em 1953, o povoado assume o atual nome devido a uma árvore conhecida por mulungu que ali existia em abundância. O complemento “do Morro”, de acordo com a página eletrônica da Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro, tem origem no fato de moradores de Morro do Chapéu terem se apossado de terras da região, as vendendo para quem chegava ao local (HISTÓRICO...). O distrito foi criado com a denominação de <i>Mulungu do Morro</i> pela Lei estadual n. 628, de 30/12/1953 e elevado à categoria de município pela Lei estadual n. 5014, de 13/06/1989. (IBGE, [20--])

Fonte: elaborada pela autora.

Ficha lexicográfico-toponímica 8

TOPÔNIMO:	Quijingue	TAXONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04 (Sisal); MESO 04 (Nordeste Baiano)		
ORIGEM:	Do kimbundo <i>kanji</i> ‘riacho, arroio’. (LOPES, 2012)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Quijingue < Triunfo < Lagoa Grande		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoado <i>Lagoa Grande</i> , criado em torno da fazenda de mesmo nome, na segunda metade do século XIX, teve seu topônimo alterado para <i>Triunfo</i> em 1891, com a passagem de Antônio Conselheiro pela localidade. Em 1917, foi elevado à condição de distrito pela Lei municipal n.11, de 30/04/1917 e, em 1943, teve o topônimo alterado para <i>Quijingue</i> , pelo Decreto Lei estadual n. 141, de 31/12/1943, nome originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. (IBGE, [20--])		

		NOTA: na página eletrônica da prefeitura municipal, <i>Quijingue</i> é considerada uma palavra de origem indígena, com o significado de mata fechada, ou caatinga fechada (NOSSA...). Essa etimologia, no entanto, não é confirmada por Navarro (2013) e por Sampaio (1987). Navarro (2013) identifica mata fechada como <i>ka'a-eté ou ka'a-eté-eté</i> .
--	--	--

Fonte: elaborada pela autora.

No *corpus* analisado, observa-se a predominância de topônimos de natureza física em relação à natureza antropocultural⁸. Dos 8 topônimos analisados, 5 referem-se a elementos do ambiente físico (a fauna, a flora e a hidrografia): 3 zootopônimos (*Candiba, Gandu e Gongoji*), de índole animal, 1 fitotopônimo (*Mulungu do Morro*), referente a uma espécie vegetal, e 1 hidrotopônimo (*Quijingue*), relacionado a um recurso hídrico. Considerando os aspectos sociais, históricos e culturais, identificam-se 3 dos topônimos analisados: 1 poliotopônimo (*Banzaê*), relacionado a um tipo de agrupamento humano; 1 antropotopônimo (*Caculé*), relativo a um nome próprio individual, e 1 ergotopônimo (*Maiquinique*), que se refere a um elemento da cultura material.

Com base nos dados coletados, observa-se que, no ato de nomeação, os acidentes humanos *Caculé, Gandu, Gongoji, Maiquinique e Quijingue* sofreram um processo de translação toponímica, ou seja, o deslocamento do designativo de um acidente para outro. Embora esse processo possa ser circular, isto é, o nome seja deslocado do acidente físico para o povoamento formado em suas margens ou deste para aquele, segundo Dick e Seabra (2002), na Toponomástica, constitui-se um

⁸ Em estudo realizado com topônimos de provável origem africana em Minas Gerais, Lima (2012) identifica uma maior ocorrência de taxonomias de natureza antropocultural, representadas pelos nomes relativos às atividades do homem, com predominância dos sociotopônimos, que se referem às atividades profissionais e aos locais de trabalho, seguida dos ergotopônimos, relacionados aos elementos de cultura material.

princípio o fato de que os nomes de cursos d'água, montanhas e serras sejam os mais primitivos ou as mais antigas denominações.

Considerando que, com base nas fontes pesquisadas, os topônimos *Banzaê*, *Gongogi*, *Maiquinique* e *Quijingue* não são reconhecidos por suas comunidades como sendo de origem africana, verifica-se que, do *corpus* analisado, apenas os topônimos *Caculé* e *Candiba* preservam suas raízes africanas e conservam, no imaginário coletivo da região, a história de criação a partir de quilombos.

4 TOPONÍMIA DA BAHIA: UMA LEITURA DA AUSÊNCIA

É importante reconhecer que o número reduzido de documentos referentes à presença africana no Brasil representa uma forma de negar ao enorme contingente de traficados e a seus descendentes o direito de contar sua própria história. É fato registrado em fontes estudadas de que, após a assinatura da abolição da escravatura, para evitar os pedidos de indenização por parte dos escravocratas, o despacho do Ministro das Finanças do 1º governo republicano, Ruy Barbosa, de 14 de dezembro de 1890, determinou a queima de todos os livros e documentos referentes à escravidão existentes no ministério (BUENO, 2003). Confirmando a escassez de fontes primárias para o estudo da herança africana no Brasil, afirma Queiroz (2002):

Exemplo claro da pouca importância atribuída ao negro brasileiro é a absoluta escassez de trabalhos sobre ele até os fins do século XIX, fato observado por quase todos os estudiosos do assunto, sobretudo nos trabalhos que tratam especificamente da história dos estudos africanistas no Brasil. Somente a partir do final do século XIX, portanto, é que começam a surgir pesquisas sobre o regime jurídico da escravidão, o tráfico negreiro, a procedência étnica, os grupos

lingüísticos, os costumes e as religiões dos africanos trazidos para o Brasil. (QUEIROZ, 2002, p.49)

A falta de documentação estatística não permite, por exemplo, que se estabeleça com precisão o número de africanos traficados para o Brasil durante os quase três séculos da diáspora negra, o mais perverso processo de imigração dirigida que o mundo presenciou, considerada como um dos grandes holocaustos da humanidade e identificada por Jaime Pinsky (1988) como o “holocausto negro”. Obrigados, na colônia, a aprender a língua portuguesa, a aceitar, através do batismo, um nome português e a se converter ao cristianismo, os quase seis milhões de africanos escravizados que chegaram ao Brasil (BUENO, 2003), tiveram a identidade negada e marginalizada, ocupando, como afirma Dick (1992), um papel secundário em relação ao ato denominativo do espaço brasileiro.

O processo de desvalorização da cultura e da língua desses indivíduos, trazidos compulsoriamente como trabalhadores subjugados, desprovidos de qualquer direito e privilégio, pode assim explicar a pouca representatividade africana na macrotoponímia da Bahia. Afinal, como reconhece Claval (2014, p. 197), “o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se localizar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”.

Nesse contexto, entende-se como Djamila Ribeiro (2017) que o grupo social que certos indivíduos ocupam restringe oportunidades e dificulta a visibilidade e a legitimidade de certas produções, como se entende ser o caso dos africanos no Brasil colonial em relação ao ato de nominar o espaço. O silêncio imposto aos sujeitos colonizados, que viviam em condições subalternas, lhes negou o direito de assumir um

papel de nominador por estarem em um lugar onde suas humanidades não eram reconhecidas.

Por outro lado, entende-se também que a função identificadora do topônimo, que por diferenciar e especificar o lugar facilita a sua localização, representa um fator responsável pela discreta presença africana na toponímia da Bahia. Ao escapar da situação degradante de escravizados e buscar refúgio em zonas cuja geografia não permitisse que fossem encontrados, os fugitivos, certamente, não tinham nenhum interesse em nominar seu “mocambo”⁹. Essa estratégia, considerada como uma forma de resistência, fez com que as comunidades formadas por escravizados fugitivos permanecessem “invisíveis” por muito tempo. Segundo Germani¹⁰ (2009, p. 6), “foi tão bem-sucedida que, na Constituição de 1988, os legisladores não imaginavam que havia tantas comunidades quilombolas pelo Brasil”.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à mudança toponímica decorrente dos processos de divisões territoriais e municipalização de distritos. Embora, nos exemplos analisados, possam ser identificados casos de mudança de nomes de etimologia portuguesa (*Corujão, Pedrinhas e Triunfo*) para outros de provável origem africana (*Gandu, Gongogi e Quijingue*, respectivamente) no momento da criação dos distritos, essas mudanças ocorreram por translação toponímica e não podem ser consideradas como formas de valorização da herança africana, tendo em vista que a sua origem africana não é reconhecida pela comunidade.

Em relação ao *corpus* da pesquisa realizada em 2015-2017, observam-se, em sentido inverso, casos em que topônimos de origem africana foram

⁹ Em estudo realizado com as comunidades quilombolas do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, em um *corpus* de 68 topônimos, Machado (2018) identificou apenas 7 designativos de etimologia africana, contra 36 de origem portuguesa.

¹⁰ Guiomar Germani é pesquisadora e coordenadora do projeto *Geografar – Geografia dos Assentamentos na Área Rural*, da Universidade Federal da Bahia.

trocados por outros de etimologia indígena ou portuguesa. Embora a origem da palavra *orobó* seja entendida pela EMB (IBGE, 1958) como uma corruptela de “ouro bom” (logo, de etimologia portuguesa), e analisada por Ramos (2008) como variação de *urubu* (de etimologia tupi), considera-se, como Santana (2015), sua origem na palavra iorubá *orógbó*, relacionada à fruta *noz-de-cola*, um fruto africano usado em sacrifícios religiosos. Desse modo, é provável que esse seja o caso do arraial de *Orobó*, que, ao ser elevado à categoria de município, perdeu seu designativo africano, derivado do quilombo¹¹ de mesmo nome, e recebeu a denominação de *Itaberaba*, de etimologia tupi-guarani, o mesmo acontecendo com a vila *Orobó Grande*, que foi municipalizada com o designativo *Ruy Barbosa*, de etimologia portuguesa. (PRUDENTE, 2017)

Outro exemplo identificado nessa pesquisa refere-se ao município *Coaraci* que teve seu povoamento iniciado a partir da Fazenda “Berimbau”, um topônimo de etimologia africana¹². A povoação que surgiu recebeu o nome de *Macacos*, palavra de origem banto¹³. Segundo o IBGE (1958), como seus habitantes sentiam-se “melindrados” quando tinham que declarar sua naturalidade, foram “inspirados” a mudar o nome da povoação para *Itacaré do Almada*. Por decreto estadual, o nome do distrito foi alterado para *Guaraci* e posteriormente para *Coaraci*, um designativo de etimologia tupi. (IBGE, 1958, grifos nossos)

¹¹ Documentos existentes no Arquivo Público da cidade de Itaberaba revelam a existência, na região, de um dos mais importantes quilombos da Bahia, o quilombo do Orobó.

¹² Do kikongo/kimbundo/umbundu (*o*)*madimbaw*. (CASTRO, 2001, p. 174)

¹³ Do kikongo *makaaku*, pl. de *kaaku*. (CASTRO, 2001, p. 267)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se reconheça, apesar das inconsistências encontradas, que os oito topônimos que se constituem o *corpus* desta pesquisa sejam de etimologia africana, considerando-se o universo atual de 417 municípios, o processo de apagamento da presença africana na macrotoponímia da Bahia se mantém nos dias atuais, apesar da ação positiva dos grupos de afirmação e valorização da herança cultural africana no Estado. Essa constatação reforça a afirmação de Dick (1993, p. 657) de que o que se estuda nas pesquisas toponímicas é “a ‘toponímia dos vencedores’, não a dos vencidos ou dizimados, num verdadeiro jogo dialético do poder da escolha, triunfando sobre os nomes espontâneos”.

Entende-se assim que a pouca representatividade da etimologia africana na macrotoponímia da Bahia relaciona-se a fatores históricos, econômicos, políticos e sociais, e constitui-se em um indicativo do epistemicídio colonizatório que invisibiliza esse importante contingente do mosaico étnico que se constitui o povo e a cultura do Brasil. Desse modo, a fim de reconhecer as contribuições linguístico-culturais africanas para a formação do português do Brasil, defende-se a realização de pesquisas onomásticas, ou sócio-onomásticas, como propõe Langendonck (2007), envolvendo a microtoponímia da Bahia, as quais, conciliando áreas diferentes do saber científico para entender as relações entre língua, espaço, cultura e poder, busquem transformar o cenário de “distinções e inexistências” que envolvem a pluralidade cultural no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Harmensz Van Rin Moraes de. **Topônimos no Sul da Bahia:** nomações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960). 2013. Dissertação (Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2013.
- BENISTE, José. **Dicionário Yorubá-Português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BORGES, Jorge Luis. O Credo de um Poeta. In: MIHAILESCU, Calin-Andrei (org.). **Esse ofício do verso**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BUENO, Eduardo. **Brasil, uma História:** a incrível saga de um país. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia:** um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- COELHO, Fabíola Aquino. **Caculé, o quilombo de um homem só**. 2011. Disponível em: <<https://museudecacule.wordpress.com/2011/01/01/cacule-o-quilombo-de-um-homem-so/>>. Acesso em 10 jun. 2018.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida; KRIEGER, Maria da Graça (org.). **As Ciências do Léxico**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. v. 3.
- _____. Aspectos de Etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, dez/fev. 2002-2003.

_____. A Pesquisa em Toponímia: Resultados Preliminares (Projeto ATESP). *In*: Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos, 223, Ribeirão Preto, 1993. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 1993, v. 1. p. 652-658.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, 2002, v. 5, p. 25-32. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ6_07.htm>. Acesso em 20 abr. 2016.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20/21.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. 2011. Tese (Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33003017030P2/TES.PDF>>. Acesso em 20 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. A escrita das coisas. *In*: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GERMANI, Guiomar. Identidade territorial e desenvolvimento sustentável: uma conversa com a professora Guiomar Germani. Entrevista. **Revista Bahia de Todos os Cantos**, n. 1, ano 1, Salvador: EGBA, 2009.

HISTÓRICO MUNICIPAL. Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro, [20--]. Disponível em: <<http://www.mulunguomorro.ba.gov.br/>>. Acesso em 20 jun. 2018.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE Cidades. Maiquinique, [20--]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/maiquinique/historico>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Banzaê, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/banzae.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Candiba, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/candiba.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Gandu, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/gandu.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Gongogi, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/gongogi.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Maiquinique, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/maiquinique.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Mulungu do Morro, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/mulungudomorro.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

IBGE. Quijingue, Bahia, [20--]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/quijingue.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

LANGENDONCK, Willy Van. **Theory and Typology of Proper Names**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2007.

LIMA, Emanoela Cristina. **A Toponímia Africana em Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal

de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-96LNKL>>. Acesso em 20 Jun. 2018.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MACHADO, Ayesk de Jesus. **Um estudo toponímico dos quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano: identidades e memórias**. 2018. Dissertação (Estudos de Linguagens). Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi Antigo**. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

NOSSA CIDADE. Prefeitura Municipal de Quijingue, [20--]. Disponível em: <<http://www.quijingue.ba.gov.br/nossa-cidade.php>>. Acesso em 20 jun. 2018.

O MUNICÍPIO. Prefeitura Municipal de Banzaê, [20--]. Disponível em: <<http://banzae.ba.gov.br/o-municipio/>>. Acesso em 20 jun. 2018.

PICCHIO, Luciana Stegagno. O método filológico: Comportamentos críticos e atitude filológica na interpretação de textos literários. In: PICCHIO, Luciana Stegagno. **A lição do Texto**. Filologia e Literatura. I – Idade Média. Trad. De Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

PRUDENTE, Clese Mary. **Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia**. 2017. Dissertação (Linguagens, Discurso e Sociedade). Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

QUEIROZ, Sônia. Remanescentes culturais africanos no Brasil. **Aletria**. Belo Horizonte, p. 48-60, 2002.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança**. 2008. Tese (Estudos Linguísticos). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SANTANA, Lana Cristina. O mulungu tocou no Caçanje e a comunidade Xangô dançou: a influência africana na Toponímia do Recôncavo Baiano. **Inventário**. PPGLinC/PPGLitCult-Ufba: Salvador, n. 17, p. 1-17, dez. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/inventario/article/view/15257/0>>. Acesso em 31 jul. 2018.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. *In*: Simpósio Nacional e Simpósio Internacional de Letras e Linguística: Múltiplas perspectivas em linguística, 11, 1. **Anais [...]**. Uberlândia: ILEEL, 2006.

SEEMANN, Jörn. A Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Vivência**. n. 29, p. 207-224, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/647642/A_TOPON%C3%8DMIA_COMO_CONSTRU%C3%87%C3%83O_HIST%C3%93RICO-CULTURAL_o_exemplo_dos_munic%C3%ADpios_do_estado_do_Cear%C3%A1. Acesso em 20 jun. 2018.

ESTUDO LEXICOLÓGICO

em documentos dos séculos XVII ao XIX para a história da língua portuguesa

Expedito Eloísio Ximenes¹

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história de uma nação, de uma sociedade, de um grupo, de um clã ou de qualquer indivíduo é definida por ações no tempo presente, mas calcada na tradição de ações e de comportamentos do tempo passado. O presente faz um ponto de intersecção do conjunto de informações que acumulamos das memórias dos nossos antepassados com as vivências do agora, permitindo-nos uma previsão de como será o futuro da humanidade.

Todas as nossas experiências de vida são marcadas por comportamentos culturais de diversas dimensões, como o sentimento

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, com pós-doutorado em Filologia Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Adjunto da UECE. E-mail: expedito.ximenes@uece.br.

religioso, a maneira de produzir e de expressar as diferentes formas artísticas e o modo como agimos e produzimos sistemas de representações comportamentais, tudo isso conduzido pelo veículo de maior expressão que é a linguagem, especificamente, uma língua cultural e historicamente elaborada que serve para os registros dos fatos, que representa as crenças, as ideologias, os valores, as ações, as produções do espírito por meio de um sistema gráfico, morfossintático e lexical de uma língua específica.

A língua é a forma mais autêntica da identidade de um indivíduo, de um grupo e de uma nação. O ato de registrar os acontecimentos do cotidiano, os fatos que marcam ou marcaram a vida de uma sociedade ou nação, as formas de comunicação mais simples e tudo que o ser humano quer ou precisa dizer por meio da língua, em sua modalidade escrita, sobretudo, porque permanece mais tempo, constitui um grande patrimônio para fortalecer a identidade nacional de um país e marcar a cidadania de um povo.

O acervo textual de qualquer tempo, preservado e disponibilizado para leitura e análise é um celeiro de conhecimento para pesquisadores como os filólogos, os linguistas, os historiadores, os sociólogos, dentre outros. O texto é objeto de investigação para áreas afins como Filologia e Linguística, e a língua registrada em sua forma de uso é o alvo principal para se constituir sua história. A história de uma língua só pode ser feita verdadeira e coerentemente quando são analisados os textos diversos produzidos por vários setores sociais em diferentes situações de uso. É impossível constituir a história de uma língua sem consultar as fontes primárias, viveiros das palavras, das expressões e do pensamento das pessoas que viveram cada período. Embora, não tenhamos condições de avaliar todos os registros linguísticos que remontam a todos os usos de uma língua por todos os segmentos sociais, no entanto, o que temos

acesso, mesmo que seja a língua registrada pela autoridade, nas diversas produções dos setores administrativos, esses estratos permitem-nos uma ideia do uso por quem sabia escrever e elaborar uma construção frasal, empregar expressões fixas e lexicais que circulavam nos documentos oficiais.

Tendo em vista essa problemática, neste trabalho, fazemos uma incursão em alguns documentos oficiais, em diversos gêneros textuais produzidos no Brasil, especificamente no Ceará, por vários segmentos governamentais para analisar o léxico em uso na língua oficial dos documentos. Esta escolha foi suscitada pelo fato de as formas lexicais constituírem um acervo linguístico importante para se conhecer a língua portuguesa e, conseqüentemente, a sua formação histórica no Brasil, desde o princípio da colonização, aos meados do século XIX.

O trabalho empreendido tem como fundamento o labor filológico por meio da edição semidiplomática dos textos manuscritos. Os textos são escritos à pena, com letra humanística ou uma variante dessa, com tinta ferrogálica, na maioria das vezes, e em suporte de papel, cujo estado de conservação já é bem desgastado pelo tempo. Foram transmutados para o suporte eletrônico em *Word*, para o tipo de letra *Times New Roman*, tamanho 12, espaço simples. As normas de edição permitem conservar os registros escritos em suas formas mais próximas possíveis do original. Adotamos 16 normas que vêm sendo usadas pelo grupo PRAETECE – Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará – dentre elas, destacamos o desenvolvimento das formas abreviadas, colocando em itálico e em negrito as letras acrescentadas; a conservação de formas gráficas, acentuação, pontuação, usos de maiúsculas e de minúsculas; a disposição das linhas segue o original e a manutenção da mancha de texto no papel; o destaque de alguns sinais em nota de pé de página; a enumeração das

linhas da edição de cinco em cinco, dentre outros critérios. No entanto, os excertos que destacamos nos contextos de uso, preferimos atualizar a escrita para facilitar a leitura.

Para o estudo das unidades lexicais, usamos a classificação de Pottier (1978), que apresenta uma taxionomia do léxico em quatro categorias: a) lexias simples; b) lexias compostas; c) lexias complexas e d) lexias textuais. Em nossa análise toda essa classificação é muito recorrente, no entanto, a mais evidente é a constituição complexa que está no nível de uma fraseologia, por ser uma unidade polilexical e apresentar, em sua formação, uma base verbal, critério esse aqui adotado para classificá-la. Algumas dessas formas não são de uso mais corrente na língua portuguesa, o que nos permite ter uma noção histórica do idioma, saber o que mudou com o passar do tempo e com as transformações políticas, administrativas e culturais da nação. Nas seções seguintes discutiremos mais sobre esse tema.

2 ESTUDOS FILOLÓGICOS E LEXICAIS A PARTIR DOS TEXTOS

O texto é o objeto de estudo de várias áreas das ciências humanas, dentre elas, a História que não pode prescindir ao texto escrito, como fonte primária, mesmo que direcione uma grande atenção para a história oral. Da mesma forma, a Linguística Textual que considera o texto como a unidade maior da língua em que estão correlacionados e imbricados todos os elementos formais e semânticos para se estabelecer uma textualidade. Além da língua em si, as suas formas dêiticas e referenciais indicam processos de retomadas e de remissivas, a constituição dos

parágrafos e os elementos morfossintáticos e semânticos, há o elemento discursivo que está além das formas linguísticas e que corrobora para dar sentido ao texto. Dos muitos conceitos de textos, citamos um de autoria de Koch (1997, p. 22) adotado pela Linguística Textual e que nos auxilia na compreensão do todo: “[...] Textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza”.

Desse modo, o texto é, pois, uma atividade centrada em um objetivo, produzido em contextos de uso marcados por várias realidades, logo, o texto traz em si essas marcas de formas implícitas ou explícitas. As formas implícitas podem ser interpretadas como os discursos que subjazem ao texto, já as formas explícitas se expõem na superfície do texto por meio de elementos linguísticos como as construções sintagmáticas e as formas lexicais, que denunciam uma época e os usuários em suas diferentes maneiras de articular uma construção e de nomear as coisas, os fatos, as instituições, assim como trazem, também, os usos de expressões formulaicas que compõem os gêneros textuais.

Outra área que tem o texto, sobretudo, o escrito, como objeto de seu estudo é a Filologia, ancorada desde o princípio nos registros grafados em diversas formas e suportes pelos povos em suas diferentes realidades e tempo cronológico. A Filologia em sua forma mais clássica se sustenta na abordagem do texto na perspectiva da crítica textual, por meio de um conjunto de operações que reestabelece o texto em sua forma material e de sentido. Outra abordagem filológica é a edição de textos e o estudo de elementos da língua e de aspectos extratextuais, como as informações históricas que subjazem nas entrelinhas dos textos. Nesse sentido, a

Filologia é uma atividade hermenêutica centrada na interpretação dos fatos de uma realidade.

Dando seguimento à discussão lançada, para Gumbrecht (2007), o estudo filológico do texto se circunscreve no cuidado de um texto histórico, principalmente os textos escritos. Para o autor, a Filologia tem três práticas básicas, quais sejam: identificar fragmentos; editar textos; e escrever comentários históricos. A edição de textos é tarefa básica do filólogo que prepara o material de estudo para indeterminados fins, entre eles os comentários históricos.

Também não podemos perder de vista aqui os comentários linguísticos, sobretudo, aqueles que refletem os elementos de um idioma específico em situação de uso. Pois, o sentido de um texto se completa quando julgamos imprescindível a análise de todos os elementos que circundam o texto e o seu contexto de produção. Assim, desde os suportes, os materiais e os instrumentos de escrita, os tipos caligráficos, as formas linguísticas e as escolhas lexicais, e os fatos históricos, jurídicos, religioso, entre outros, todos contribuem para a compreensão integral do texto.

Nessa perspectiva, podemos ir mais além acerca da atividade filológica, pois o texto é uma fonte quase inesgotável de conhecimentos. Neste sentido, a atividade filológica se estende a muitas nuances do texto para dar conta dessa hermenêutica. Conforme Lamas (2000), a atitude filológica corresponde ao estudo da Linguística do Texto em suas várias dimensões:

A atitude filológica corresponde plenamente ao estudo da Linguística do texto, em qualquer de suas modalidades e manifestações particulares, atuais ou pretéritas, enquanto ciência que se ocupa da técnica para a explicação do sentido de cada discurso particular, ou o que é o mesmo que hermenêutica do dito. Ocupa-se neste sentido de desenvolver uma técnica para a interpretação sistemática e fundada, isto é, de uma heurística ou registro de fatos dos textos que permite alcançar determinados sentidos:

por exemplo, se ocupa se de nos ensinar a ver o sentido de passagens literárias, mas também nos textos cotidianos, publicitários, coloquiais, históricos, bíblicos ou jornalísticos. (LAMAS, 2000, p. 5) (Tradução nossa)²

Estamos compreendendo aqui a Filologia em uma estreita relação com a Linguística Textual e com uma dimensão mais hermenêutica do texto e, por esse ângulo, as palavras de Lamas corroboram nossa abordagem. No entanto, é necessário delimitarmos um ponto importante de nossa análise que é o estudo do léxico, enquanto elemento da língua que vem à tona no texto, revelando dados importantes da cultura de uma sociedade organizada hierarquicamente em um sistema político que produz textos de caráter administrativo nas instâncias do governo, mas também em diferentes esferas da vida. Trata-se aqui do período colonial brasileiro, especificamente da antiga capitania do Ceará, em que as pessoas letradas produziam seus textos quase sempre em função dos órgãos do poder.

A língua oficial se sobressai nos documentos, no entanto, algumas marcas de registros que se caracterizam como variações populares são retratadas pela pena dos *scriptores* em documentos jurídicos ou em cartas mais expressivas. Podemos também visualizar muitas formas lexicais simples, compostas, complexas ou até mesmo textuais que expressam a cultura linguística da época.

O léxico é esse instrumento da língua que mais se revela como forma de nomear ou de si referir às pessoas, às coisas, às entidades sagradas, ao

² La actitud filológica corresponde plenamente al estudio de la Lingüística del Texto, en cualquiera de sus modalidades o manifestaciones particulares, actuales y pretéritas, en tanto que ciencia que se ocupa de la técnica para la explicitación del sentido de cada discurso particular, o lo que es lo mismo, en tanto que *hermenéutica de lo dicho*. Se ocupa en este sentido de desarrollar una técnica para la interpretación sistemática y fundada, esto es, de una *heurística* o registro de hechos del texto que permiten alcanzar determinados sentidos: por ejemplo, se ocupa de enseñarnos a ver el sentido de pasajes literarios, pero también en los textos cotidianos, publicitarios, coloquiales, históricos, bíblicos o periodísticos.

mundo, enfim, a tudo a que atribuímos uma denominação. O léxico de uma língua é um sistema sempre aberto para a criação e a ressignificação das palavras que os usuários têm ao seu dispor para expressar tudo aquilo de que necessitam dizer e para nomear o mundo ao seu redor, para informar, para relatar fatos e para emitir opiniões. Por essa razão, o léxico é dinâmico, nas palavras de Kreiger (2006, p. 163), “é esse dinamismo que torna o léxico o pulmão das línguas, e, simultaneamente, um objeto multifacetado e em constante mobilidade”.

O léxico vai além das propriedades linguísticas, como as categorias sintáticas, morfossintáticas, aspectos pragmáticos e etimológicos de que fala Pontes (2009). O léxico traz consigo um conjunto de saberes e um complexo de sentimentos ideológicos, políticos que expressa a força do poder e de uma autoridade, além, da cultura de um povo, da espiritualidade, das emoções, dos sentimentos em geral. Estudar o léxico é também olhar um pouco para a alma de uma nação, de um grupo ou de um indivíduo.

Sendo assim, neste trabalho, procuramos adentrar nas páginas dos velhos livros da administração pública do Ceará colonial em que nos deparamos com o jeito de dizer das autoridades em seus documentos e, em alguns casos, os súditos relatam seus fatos, os padres solicitam ajudas, os pais de família reclamam a honra de suas filhas, as mulheres relatam agressões, entre muitos outros casos narrados. Nessas narrativas e nas tomadas de decisões, mandados, ordens emitidas, cartas administrativas, portarias, podemos encontrar uma riqueza vocabular que identifica um período histórico da língua portuguesa que nos faz conhecer mais sobre esse idioma.

3 ALGUNS DADOS DAS PESQUISAS E SEUS COMENTÁRIOS

O *corpus* desta pesquisa é constituído por vários gêneros textuais escritos no período delimitado entre os séculos XVII e XIX, na antiga capitania do Ceará. Esses limites de tempo são importantes por dois motivos, primeiro, marca o princípio da colonização do Ceará, que somente em 1612 foi estabelecido o primeiro núcleo administrativo, com a chegada de Martim Soares Moreno e a fundação do insignificante forte de São Sebastião, às margens do rio Ceará. Conforme Girão (1986), Soares Moreno saíra da Bahia, acompanhado de seis amigos e o padre Baltasar João Correia, quando em 20 de janeiro de 1612, chega ao Ceará e constrói um pequeno forte em homenagem a São Sebastião. Inicia-se o primeiro núcleo administrativo da coroa portuguesa na capitania do Ceará. Antes de Soares Moreno se estabelecer em terras cearenses, em 1607, os jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira passaram pelo território que era despovoado por colonizadores, esse último deixou um registro importante sobre a viagem e a convivência com os nativos, cujo documento intitulado *Relação do Maranhão*, costuma-se dizer que é a certidão de nascimento do Ceará.

O segundo motivo da delimitação cronológica de nosso estudo marca o fim do período colonial, é nesse espaço de tempo de mais ou menos 300 anos que coletamos o *corpus* produzido para nosso estudo, porque nos possibilita uma quantidade de textos muito significativa, compilados por vários portugueses, com nível de escolaridade variada como capitães mores, padres, ouvidores, tabeliães, escrivães. Esse conjunto de *scriptores* registra a língua oficial da administração pública ou eclesiástica, porém, muitas vezes, não se furtam de reproduzir a língua das pessoas comuns e analfabetas.

Ao atentarmos para as formas lexicais, sobressaem inúmeras lexias típicas daquele período que pertenciam aos setores da administração colonial, como os nomes dos cargos públicos, das repartições, nomes de instrumentos da faina cotidiana, de termos religiosos, fórmulas protocolares nos documentos, dentre outros. Essas formas lexicais constituem lexias simples, quando constituídas por um único vocábulo; compostas, quando mais de um vocábulo se agrupa para designar um significado; lexias complexas, que estão no nível de uma fraseologia; e lexias textuais, quando constituem um texto, como a abertura de alguns gêneros documentais. Para Pottier (1978, p. 269-270) uma lexia complexa “é uma seqüência em vias de lexicalização, a vários graus”, o autor apresenta o exemplo de *um complexo industrial, tomar medidas, sinal vermelho* etc. Já a lexia textual “é uma lexia complexa que alcança o nível de um enunciado ou de um texto” (POTTIER, 1978, p. 269-270)

As lexias complexas e as textuais sobressaem com grande frequência nos documentos. Poderíamos classificá-las como unidades fraseológicas para atendermos a uma abordagem mais atual, no entanto, preferimos preservar a terminologia pottieana.

Todo esse conjunto lexical em uso na língua portuguesa permite-nos conhecer um pouco da história do idioma, como também reconhecer que o léxico, assim como a língua e os próprios usuários dessa, está sempre em processo de transformação. Os documentos fixaram formas de dizer, registros utilizados para cada gênero textual, em cada etapa do texto, assim um testamento devia iniciar-se com uma invocação divina, um requerimento devia terminar com uma forma fixa de pedido de mercê, e assim por diante.

A seguir, pelo espaço exíguo deste trabalho, apresentamos apenas 15 formas lexicais, que achamos relevantes com o seu significado, dentre

as tantas inseridas na grande quantidade com que nos deparamos. Reiteramos que as formas lexicais aqui elencadas foram retiradas de vários gêneros textuais que editamos, compreendendo documentos produzidos do século XVI ao XIX.

Enumeramo-nas de *i* a *xv*, destacamos em negrito a entrada, classificamo-nas de acordo com a sua tipologia, atribuímo-lhes um significado, citamos o contexto de uso em itálico e destacando a lexia também em negrito. Fizemos algumas digressões para explicar melhor os sentidos, desta forma, tentamos executar aquilo que defendemos do trabalho filológico, ou seja, fazer a hermenêutica do texto para ir até a sua profundidade, quando este nos permitir.

i. Aparelhar. Significa preparar-se para algo. O verbo é registrado 17 vezes no documento Relação do Maranhão, conjugado em vários tempos verbais e com vários sentidos, como vemos abaixo:

[...] *e havia três anos que se não confessavam nem ouviam missa; logo os fizemos **aparelhar** devagar, e confessar e comungar.*

*Amanheceu, finalmente o dia seguinte que havia de ser o último de minha estada. **Aparelhamo-nos** para nós partirmos e mandei avisar para que ao outro dia pela manhã, nós partiríamos.*

Vê-se que se trata de uma lexia simples. Naquele contexto do século XVII, remete ao significado de preparar-se para algo ou para fazer alguma coisa. Destaca-se o sentido religioso de preparar-se ou aparelhar-se para os sacramentos ou para a morte. Mas também no sentido de preparar-se para uma viagem.

Na atualidade ainda é registrado em Ferreira (1999) com a acepção de prepara-se, no entanto, o uso mais corrente é prover de equipamento ou dispor de peças para servir a alguma obra.

ii. Boceta é uma pequena caixa de madeira, papelão ou flandre usada para guardar pequenos objetos.

*Fez-lhe sua prática por intérprete, que era uma índia parenta de alguns dos nossos, escrava sua havia muitos anos, recebeu o principal o que lhe mandávamos, e principalmente fez muita festa a uma **boceta** de flandres que lhe mandamos cheia de fumo.*

Esta lexia, atualmente sofre uma censura moral, na classificação de Almeida (2015). Por designar variação do nome do órgão genital feminino, caracterizada como palavra chula, no entanto, o excerto acima é retirado do documento relação do Maranhão escrito pelo padre Luiz Figueira. Vale ressaltar que até o século XIX, Machado de Assis empregou o termo duas vezes no romance D. Casmurro como se vê na passagem seguinte: “Nenhum premiado as acusou ainda de imorais, como ninguém tachou de má a **boceta** de Pandora, por lhe ter ficado a esperança no fundo; em alguma parte há de ficar ela”.

Ferreira (1999) registra a lexia, atribuindo o significado de caixinha redonda, oval ou oblonga. Sua origem vem ao latim vulgar como uma forma diminutiva de *buxis*.

iii. Beber fumo seu significado remete a fumar cigarro ou mascar o fumo, conforme o contexto de uso do século XVII. Consideramos uma lexia complexa por ser constituída por dois vocábulos, tendo em sua base um verbo e um complemento.

*Nisto pediu fogo a um moço meu, e acendendo a palma em que trazia o **fumo para beber**, mo oferece. Respondi-lhe que não costumava a **beber fumo**.*

Observamos que a forma lexical beber fumo aparece duas vezes no texto no sentido de fumar um cigarro ou mascar o fumo. Não se vê mais

registrada nem se ouve mais esta forma linguística na atualidade a não ser em alguns recônditos do Brasil.

iv. Ficar em talas no contexto setecentista significa ficar em dificuldades, estado de angústia como entalado. É uma expressão registrada no documento Relação do Maranhão, século XVII e constitui uma lexia complexa, à sua base verbal agrega-se um complemento.

*Pegaram-se todos os nossos ao seu parecer dizendo que esperássemos e roçássemos todos, e porque no cristão eles não reconhecem nenhuma superioridade, tanto que os afastais da que eles querem, **ficamos em talas** e necessitados a condescender com eles por não haver outro remédio.*

Morais Silva (1813, v. 2, p. 750) registra a unidade léxica **ver-se em talas** na entrada da lexia *tala* e aparenta o seguinte conceito: “ver-se em talas, em angústia, apertos, casos difíceis por todos os lados”. Por sua vez, a palavra *tala* é uma peça plana de madeira que se põe com outra em redor de alguma coisa que se quer apertar, a qual em meio delas se diz entalada, por algo atravessado. Por analogia, ficar em tala é estar em situação travada. Não reconhecemos na atualidade a mesma construção, a não ser as formas simples **entalar**, **entalado**, ou a forma complexa **ficou entalado na garganta**.

v. Pasto espiritual significa o alimento espiritual, ou seja, a hóstia sagrada distribuída aos católicos no ritual da missa, ou pode se estender para além da comunhão e englobar todos os rituais da celebração do culto e a administração dos todos os sacramentos. Seria também a palavra do líder religioso que traz alimento e alento para o espírito.

*A vista do que ficará brevemente o povo sem o **pasto espiritual**, se Vossa Majestade como monarca tão zeloso do culto divino não posar os olhos de sua benigna piedade e clemência em tanta necessidade.*

A lexia composta está registrada no gênero textual requerimento, escrito no dia 20 de agosto de 1744, na vila do Icó, no Ceará, pelo padre João Saraiva de Araújo, vigário da recente vila, que envia ao rei D. João V um requerimento solicitando ajuda para comprar paramentos para a igreja matriz daquela comunidade. Vemos o grau de formalidade do documento pelo propósito comunicativo e também pelo grau de instrução do sujeito que emite, um padre, com conhecimentos da língua e seu destinatário, o rei de Portugal.

Em Ferreira (1999), no verbete *pasto*, é registrada como quarta acepção com o significado de alimento espiritual, com o sentido figurado. Porém, no uso cotidiano não se ouve mais a expressão nem mesmo no contexto religioso.

vi. Alcaide é o chefe administrativo de um castelo, uma fortaleza ou até mesmo uma província (DE PLÁCIDO E SILVA, 2016).

*Registro da provisão do ofício de **alcaide** da vila de São José de Ribamar do Aquiraz passada a Antonio Gomes de Freitas aos 04 dias do mês de agosto de 1761.*

A lexia era de uso constante na Península Ibérica porque remonta à língua árabe e foi trazida para o Brasil colonial, embora aqui não tivesse a mesma significação de lá. É muito comum encontrarmos documentos com nomeação de alcaide, como a que citamos acima do gênero textual provisão.

Vemos que o documento é datado do século XVIII, mas encontramos a lexia em uso em outros documentos do século XIX. Atualmente, não se emprega mais na língua portuguesa em uso corrente

para designar uma função da administração pública, uma vez que o sistema político mudou e com ele os cargos administrativos. Isso nos comprova que a língua é um instrumento importante que reflete o sistema político, jurídico, administrativo de um povo em uma determinada época, em outras palavras, é um veículo condutor da cultura de uma nação, de uma sociedade ou de um indivíduo.

vii. Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho e Espírito Santo três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro... é uma fórmula protocolar que inicia o gênero textual testamento no século XVIII. É profundamente marcado pelo conteúdo religioso, que reflete um momento da realidade direcionada para a cultura religiosa do catolicismo.

Consideramos uma *lexia* textual por seu caráter de extensão e de funcionalidade, já que traz em si a formalidade do documento e o sentimento religioso predominante na época que era marcado nos textos oficiais. Mesmo que o gênero testamento fosse produzido por qualquer pessoa, não sendo restrito ao âmbito da administração, traz um alto grau de formalidade. Nos testamentos do final do século XIX essa fórmula é simplificada, como observamos em um documento de 1851 que inicia com a seguinte maneira: **Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo**. Afirmam Lima e Silva (2010), que o discurso no início dos documentos vai se tornando cada vez mais resumidos ao longo do século XIX. Há uma redução da forma lexical, no entanto, o aspecto religioso ainda é predominante.

viii. Que por nome não se perca é uma maneira de se referir a alguém quando não se sabe o nome ou o sobrenome. Esta *lexia* complexa era bastante recorrente nos documentos.

*Deixando uma filha natural casado com um fulano da Silva, **que por nome não se perca**, o qual dizem que mandara matar o sogro para ficar com quatro ou cinco mil cruzados que lhe guardava em dinheiro.*

O excerto acima é retirado de uma carta escrita em 4 de agosto de 1734, na vila do Aquiraz, no Ceará, pelo ouvidor geral da comarca, Pedro Cardoso de Novaes Pereira, dirigida ao rei de Portugal, D. João V, relatando o mau procedimento do coronel Jorge da Costa Gadelha, um aventureiro que veio de Pernambuco, estabelecendo-se no Aquiraz, tem uma conduta altamente reprovada por todos. No mesmo documento, o ouvidor registra duas vezes a expressão *estando de camarada com um homem que **por nome não se perca**, em um curral, e este tirando leite de uma vaca...*

A expressão era de uso corrente na língua, pois aparece em vários documentos oficiais e pode variar para *por sobrenome não se perca*. Era necessário identificar as pessoas por nome e sobrenome para que o documento tivesse validade, em não se sabendo o nome dos sujeitos, usava-se a forma *que por nome não se perca* que nos leva a entender que estava válida a informação.

ix. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo é uma fórmula protocolar usada na abertura de vários documentos jurídicos oficiais como autos de querela, testamentos, autos de arrematação, dentre outros, para fixar a data da escritura que é caracterizada pelo aspecto religioso. A data do nascimento de Jesus Cristo é a marca temporal que fixa o tempo cronológico do texto, isso revela o grau de religiosidade do estado português e da sociedade como um todo.

***Ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo** de mil oitocentos e doze aos dez dias do mês de junho do dito ano nesta vila do Aracati comarca do Ceará grande...*

O contexto de uso é retirado de um auto de querela registrado na vila de Aracati, no Ceará, em que vemos explícito dia, mês, ano e local da escrita do texto, marcadamente no século XIX, dado que nos faz afirmar que durante todo aquele século era usada em vários documentos. Atualmente, não se usa este registro em nenhum documento oficial.

x. Juiz ordinário designa, no antigo regime português, o cidadão que era eleito pelo povo para dirigir as câmaras das vilas. Esta determinação veio para o Brasil e, em todas as vilas que eram criadas na colônia, elegia-se um cidadão comum ou homem de bem para ser presidente da câmara por dois anos.

[...] *em casas de morada do **juiz ordinário** o alferes João da Rocha Mota, aonde eu escrevão do seu cargo fui vindo [...].*

Os juízes ordinários não tinham qualquer formação em Direito, era um morador da vila escolhido pela população. Opunham-se aos juízes de fora que eram togados, com formação em direito romano, eram enviados pelo rei para as pequenas vilas. No Ceará, até o fim do período colonial, havia 18 vilas e, em apenas três, havia juizado de fora, a saber: Fortaleza, Aracati e Sobral. Em vários documentos são citados os juízes ordinários como autoridade máxima de uma vila que acumulava a função administrativa e judicial. Nos autos de querela escritos nos séculos XVIII e XIX, muitas queixas são a eles direcionadas que as recebia e seu escrevão ou tabelião as registravam nos livros da administração. Em outros momentos, era o ouvidor geral da comarca que recebia as denúncias, mas isso, no Ceará, só veio a iniciar em 1723, quando foi criada a ouvidoria, mesmo assim, os juízes ordinários continuavam a exercer a função judicial, porque o ouvidor não atendia sempre em todas as vilas.

O excerto acima é retirado de um auto de querela escrito em 4 de abril de 1803, na então vila da Fortaleza, em que o juiz ordinário é mencionado como a autoridade responsável pelo registro do crime. Este conjunto de autos de querela foram editados e publicados por Ximenes (2006).

xí. Juiz da vintena significa um juiz de aldeias com até 20 vizinhos ou casais, em outras palavras, vinte famílias, por isso o nome *vintena* que tem raiz no numeral vinte.

*Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e seis anos aos oito dias do mês de março do dito ano neste sitio do Lago termo da vila da Fortaleza capitania e comarca do Ceará grande aonde foi vindo o **juiz da vintena** da serra da Uruburetama do dito termo Gonçalo José Pessoa [...]*

Não era necessária nenhuma habilitação para o cargo, significa que qualquer pessoa poderia assumir a função. Esse cidadão era diretamente subordinado ao juiz ordinário da vila. A denominação vintena vem do antigo regime português e permanece no período colonial brasileiro. Os juizes de vintena, afirma De Plácido e Silva (2006), tinham jurisdição sobre as causas de mínima importância.

Uma das atribuições dos juizes de vintena ou vinteneiros era, segundo Salgado (1985, p. 131), “prender e entregar aos juizes ordinários do termo os criminosos que praticassem delitos em sua jurisdição”. O cargo e a função desses funcionários da administração pública foram estabelecidos nos livros das primeiras ordenações régias ou código de leis portuguesas.

A data e o local do documento são expressos no excerto acima. A serra da Uruburetama era um pequeno povoado que pertencia ao termo da vila da Fortaleza, por isso faz sentido não ter um juiz ordinário e sim

um de vintena. Logicamente, com a mudança política e administrativa do Brasil e também de Portugal, a *lexia* só permanece nos registros documentais.

xii. República ofendida significa que um crime além de prejudicar a vítima, também é uma ofensa coletiva, ou seja, afeta toda a coisa pública, em outras palavras, toda a população de uma comunidade.

*[...] a qual querela a dá a suplicante do mesmo agressor bem, e verdadeiramente para exemplo de tal assassino e satisfação da suplicante, e da **república ofendida** para que oferece as testemunhas [...]*

Nos autos de querela dos séculos XVIII e XIX a *lexia* composta acima era muito frequente para ressaltar a necessidade de prestar e justificar uma queixa acerca de um crime. Não se entende república aqui como um sistema de governo, pois se vivia no período colonial brasileiro marcado pelo domínio da monarquia portuguesa, mas sim, como a coisa pública em seu sentido original do latim *res publica*.

O texto foi escrito no dia 13 de novembro de 1802, na então vila de Fortaleza. Trata-se de um crime de estupro e agressão física contra uma viúva que morava com o genro na serra da Uruburetama, e o genro é o próprio querelado da ação. Pede-se a punição do crime para satisfação da república ofendida, ou seja, para satisfação da sociedade.

xiii. Morar de portas a dentro significa morar na mesma casa, sem separação.

*[...] vivendo honesta e honradamente para casar com pessoa de sua ignala, o querelado por **morar de portas adentro** da mesma casa do dito cunhado do suplicante a entrou a solicitar de amores.*

É muito comum o uso dessa lexia complexa nos autos de querela, uma vez que o juiz ouvia a história dos crimes narrada pelas vítimas. Cremos que seja mais de uso da linguagem popular que passou ao registro dos textos formais.

O documento foi escrito em 5 de fevereiro de 1803, na vila de Fortaleza, na casa do juiz ordinário, o capitão Inácio Barroso de Souza, pelo escrivão José de Barros Correia. Trata-se de um registro de crime contra a honra da filha do querelante Manoel da Costa Prazeres, uma menina de 17 anos de idade.

xiv. Entrar a solicitar de amores significa sedução de um homem a uma mulher para tirar proveitos sexuais.

[...] *que a criava com todo o recato, honra e honestidade para lhe dar o estado de casada com pessoa aconselhável, o querelado a **entrou a solicitar de amores**, e com promessas de casamento a levou de sua honra e virgindade [...].*

É uma lexia complexa, considerada uma fraseologia que tem uma base verbal constituída pelo verbo *entrar*, marcado pelo aspecto incoativo que caracteriza o início de uma ação. Muitas outras construções apresentam a mesma organização nos documentos. O verbo *entrar* é auxiliar de um verbo principal na constituição de uma locução verbal aspectual, sendo bastante produtivo nos textos do século XIX.

Este registro advém do gênero textual auto de querela, que trata de um crime de sedução ou estupro em que um rapaz seduz a uma moça, prometendo casar-se com ela e depois do ato sexual, foge e não fala mais em casamento. Isso constitui um crime conforme as leis vigentes, ou seja, o código filipino.

O texto foi escrito no dia 4 de julho de 1808, na vila de Sobral, na presença do ouvidor geral da comarca Francisco Afonso Ferreira. As

peças que apresentam o crime moravam na serra da Meruoca, vizinho a Sobral, e são muito pobres e ignorantes como o texto diz. Percebemos, portanto, o uso da expressão na linguagem jurídica. Observando a sociedade atual, não faz sentido tal forma lexical, pois os valores morais mudaram e com isso também os usos da língua.

xv. Corpo de delito indireto era um exame realizado em pessoa vitimada por agressão física ou em um cadáver. Era feito de forma indireta por meio de depoimento das testemunhas.

*E de tudo para constar mandou o dito juiz ordinário fazer este auto de **corpo de delito indireto** em que com eles se assinou, e eu Lourenço da Silva e Melo escrevão que o escrevi.*

A lexia composta destacada acima é muito usada nos autos de querela dos séculos XVIII e XIX, quando não havia condição de se examinar diretamente o corpo de uma vítima. Em alguns casos, o cadáver já havia sido sepultado quando o juiz ouve as testemunhas e anota seus depoimentos.

O auto que traz a lexia acima é datado de 20 de maio de 1808, na vila de Sobral, na casa do desembargador e ouvidor geral e corregedor da comarca do Ceará. O ouvidor geralmente fazia visita de correição às vilas para administrar as questões judiciárias e criminais. A sede da ouvidoria era a vila de Aquiraz, sendo que Sobral fica a mais de 200 km, na região norte do Ceará.

Aqui destacamos 15 unidades léxicas com seus significados e o contexto de uso que nos remete a um período importante da história política e administrativas do Ceará, *locus* do nascimento dos documentos, que carregam em si marcas indelévels da sociedade, das vivências da população, da ação dos sujeitos, da atividade das autoridades nesse

território que compunha uma das capitanias do Nordeste do Brasil colonial. Nos textos vemos reflexos que ainda hoje atravessam as relações sociais, como a violência, isso significa que o tempo, mesmo com sua ação implacável, não consegue destruir o que está enraizado nas profundezas de uma realidade histórica. E o testemunho maior da história é a língua, instrumento de registro e de identidade, sobretudo, suas formas lexicais que congregam o conteúdo semântico e o jeito de dizer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o que foi assumido anteriormente, a língua é o espelho da alma de um determinado povo ou de uma nação. O elemento mais externo da língua que é seu sistema lexical, faz-nos enxergar o cotidiano das pessoas, quer seja numa linguagem simples e informal nos diversos ambientes de trabalho e convivência, quer seja a língua utilizada nos palácios ou em outros espaços formais registrada pelas mãos hábeis de *scriptores*, juízes, ouvidores, capitães mores, alcaide, tabeliães etc.

Em todos os registros percebemos a alma refletida do povo e do tempo. As formas simples, compostas, complexas e todo o jeito de dizer podem ser levantadas nos documentos produzidos e nelas vemos resguardadas a cultura de uma época retratada por meio do léxico, sobretudo. Os aspectos políticos, jurídicos, religiosos, ideológicos estão contidos no seio das palavras constituindo sua essência.

Dessa forma, faz sentido o estudo do texto e a Filologia cumpre papel relevante e ímpar quando toma o texto e sua edição como elemento básico de sua tarefa. Mas não apenas recuperar o texto em sua forma material, os elementos linguísticos e informações históricas contidas nele,

é preciso ir além, é necessário fazer o mergulho em sua profundidade para se fazer uma hermenêutica mais completa.

Neste estudo, utilizamos vários gêneros textuais para deles, extrairmos formas lexicais que dizem muito sobre a língua e a sociedade colonial, estas formas expressam “verdades” ou pensamentos, visão de mundo, em outras palavras, a cultura do tempo contida nos emaranhados dos textos.

É importante frisar que a história de uma língua só é feita por meio da análise dos documentos remanescentes deixados pelos usuários, embora, não estejam registradas todas as variedades de uso, no entanto, a língua oficial é a que os documentos flagram. Neste estudo, analisamos alguns gêneros textuais escritos nos séculos XVII ao XIX, e, apesar de a amostragem ser pequena, podemos vislumbrar expressões que se repetem em vários documentos o que garante seu pertencimento ao idioma português naquele momento.

Dessa forma, centramos este estudo na história da língua e ressaltamos que muitas formas deixaram de existir porque os gêneros em que circulavam também deixaram de existir, as autoridades que nomeavam, as instituições, o sistema político e os valores morais e religiosos mudaram. O ser humano é fruto do tempo, como não existe permanência em nada no tempo, os serem mudam, as ideias mudam, as línguas como um todo mudam e, portanto, o léxico das línguas constantemente muda.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. **Dom Casmurro, de Machado de Assis**: edição crítica e estudo de variantes. 2015. Relatório de pesquisa (Pós-Doutorado) – Programa de Pós-Graduação. São Paulo/Belo Horizonte, 2015.
- DE PLÁCIDO E SILVA, José Oscar. **Vocabulário jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB ETENE, 1986.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de La Filología**: dinâmica de uma prática acadêmica do texto. México: Universidade Iberoamericana, 2007.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.
- KREIGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. *In*: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG, 2006.
- LAMAS, Óscar Loureda. Bolonia, la Filología y Venus ante el espejo. **Revista electrónica de estudios filológicos**. n. 17, jul., 2000. Disponível em: <<http://www.um.es/tonosdigital/znum17/portada/monotonos/monotonos.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- LIMA, Igor de; SILVA, Patrícia G.E. Tipologia documental. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- MORAES SILVA, Antonio. **Diccionario da língua portuguesa**. 2. ed. v. 2. Lisboa: Typografia Lacerdino, 1813.

PONTES, Antonio Luciano. **Dicionário para uso escolar: o que é como se lê.** Fortaleza: EdUECE, 2009.

POTTIER, Bernard. **Linguística geral: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Presença, 1978.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XIMENES, Expedito Eloísio. **Autos de Querella e Denuncia: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos.** Fortaleza: LCR, 2006.

TERCEIRA PARTE

Filologia e literatura

DE LA FILOLOGÍA LITERARIA

a la historia de la literatura

Belem Clark de Lara¹

1 ANTECEDENTES

Durante el siglo pasado, la forma de hacer historia literaria en México se desdibujó; los manuales escolares fueron los productos que sustituyeron a esta labor, en ellos se ofreció una visión muy general del proceso literario mediante la ordenación de los movimientos, de las grandes figuras y/o de sus obras representativas. A nivel global, puede observarse el extenso cuestionamiento sobre la pertinencia de preparar historias de la literatura. En 1971, Hans Robert Jauss (1921-1997) declaró que, desde tiempo atrás, esta disciplina había sido sustituida por las iniciativas de los editores, de ahí la oferta de trabajos colectivos en forma

¹ Doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Pesquisador "C" do Instituto de Investigaciones Filológicas (IIF) da UNAM, professora da Licenciatura e da Pós-Graduação em Letras, membro do Sistema Nacional de Pesquisadores, Nível II, e coordenadora do Seminario de Edición Crítica de Textos do IIF da UNAM. E-mail: belemclark@gmail.com.

de enciclopedias, colecciones de interpretación o los ya mencionados manuales. En 1983, René Wellek (1903-1955) advirtió acerca de la crisis en el campo de la historiografía literaria y planteó el problema de su descrédito y posible desaparición del *curriculum* universitario. Dos años después, Óscar Tacca (1926-2017) afirmó que, desde los años cuarenta, no se habían efectuado progresos sustanciales en lo relativo a historiar la literatura. México compartió de algunas de estas posturas y dejó sin realizar tareas que, todavía hoy, son fundamentales, como la de generar infraestructura para poder contar un día con verdaderas historias, en nuestro caso, de las letras decimonónicas.² Algunos autores y muy pocos textos de ese período han pasado a la posteridad, por lo cual la gran mayoría está a la espera de ser rescatados de las páginas de los diarios donde los escritores colaboraron, dejando ahí su obra.

Esta misma preocupación fue la que motivó al crítico mexicano José Luis Martínez (1918-2007) a escribir su ensayo “Tareas para la historia literaria de México”, publicado en *La expresión nacional* (1955), donde señaló la urgencia de rescatar autores y obras, para poder contar con una o varias historias de la literatura. Este vacío, hay que reconocerlo, aún permanece vigente. Con la asesoría de Martínez y la misión de generar la infraestructura pertinente, en 1956 se fundó el Centro de Estudios Literarios, adscrito al Instituto de Investigaciones Filológicas de la Universidad Nacional Autónoma de México, cuyos objetivos fueron representar la “conciencia vigilante sobre el pasado y presente de las letras nacionales e hispanoamericanas” y facilitar “la información documental y bibliográfica” necesaria para investigadores, docentes, alumnos, etc.³ No

² Acerca de este tema, *vid.* Belem Clark de Lara, *Letras mexicanas del siglo XIX. Modelo de comprensión histórica*, pp. 17-24.

³ Carta dirigida al licenciado Rubén Bonifaz Nuño por la maestra María del Carmen Millán, que se encuentra en el archivo del Instituto de Investigaciones Filológicas, *apud* Belem Clark de Lara y Fernando Curiel Defossé, “Filología literaria”, en *Filología mexicana*, p. 89.

obstante, si bien los estudios literarios se incrementaron, también es cierto que, con el tiempo, el componente filológico perdió “vuelo frente a otros impulsos e intereses, a los que no son ajenos la simple y limitativa opinión literaria”.⁴

Así, podemos decir que, con la participación de algunas instituciones educativas de nivel superior, se tienen notable avance en el rubro de rescate de la producción de nuestros grandes escritores, y aunque en muchos de los casos estas publicaciones suelen ser sólo de divulgación, contamos ya con un número significativo de las obras que, según afirmó en aquella época Martínez, estaban a la espera de ser recobradas. Cabe señalar que la literatura en México se publicó, fundamentalmente, en periódicos y revistas, por lo cual su recuperación ha sido producto de un largo proceso. Las tareas emprendidas en cuanto al estudio de los periódicos han dado como resultado apenas algunos acercamientos particulares; en cambio, en el campo de las revistas, disponemos de varias ediciones facsimilares o índices que, por lo menos, nos proporcionan la información de sus contenidos.⁵ Estos rescates, junto con la elaboración

⁴ B. Clark de Lara y F. Curiel Defossé, “Filología literaria”, en *op. cit.*, p. 96 y Belem Clark de Lara y Fernando Curiel, “Práctica, caminos y elogio de la Filología Mexicana”, en *Jornadas filológicas. Memoria*. 1999, pp. 303-315.

⁵ La Universidad Nacional Autónoma de México se ha impuesto la tarea de rescatar, mediante índices y ediciones facsimilares, las revistas literarias del siglo XIX y de los primeros años del XX. De esta suerte, tenemos las publicaciones de los índices de: *El Renacimiento* (1869), de Huberto Batis (1963); *El Domingo* (1871-1873), de Ana Elena Díaz Alejo, Aurora Ocampo Alfaro y Ernesto Prado Velázquez (1959); *Revista Nacional de Letras y Ciencias* (1889-1890), de Celia Miranda Cárabes (1980); *Revista Azul* (1894-1896), de Ana Elena Díaz Alejo y Ernesto Prado Velázquez (1968); *Revista Moderna. Arte y Ciencia* (1898-1903), de Héctor Valdés (1967), y la *Revista Moderna de México* (1903-1911), coordinados por Fernando Curiel Defossé y Belem Clark de Lara. En trabajos de tesis, contamos con los índices de: *El Artista. Bellas Artes, Literatura y Ciencias* (1874-1875), de Enrique Treviño Borton (1991); El costumbrismo en *El Museo Popular* (1840), de Rosa María Piña del Valle (1989). En cuanto a ediciones facsimilares, pueden citarse: *El Iris* (1826), de José María de Heredia y Heredia, Claudio Linati y Florencio Galli; *El Recreo de las Familias* (1838), de José María de Heredia; *El Renacimiento* (1869), de Ignacio Manuel Altamirano; *La Ilustración Potosina* (1869-1870), de José Tomás de Cuéllar y José María Flores Verdad (con índices elaborados por Belem Clark de Lara); *El Renacimiento*, segunda época (1894), de Enrique de Olavarría y Ferrari (con índices elaborados por María de los Ángeles Andonegui Cuenca); *Revista Azul* (1894-1896), de Manuel Gutiérrez Nájera y Carlos Díaz Dufoo; *Revista Moderna* (1898-1903), de Jesús E. Valenzuela y Jesús Luján; *Revista Azul. Segunda época* (1907), de Manuel Caballero (con índices elaborados por Luis Mario Schneider), y *La Siempreviva* (1870-1872), quincenal yucateco, dirigido

de bibliohemerografías, antologías y ediciones tanto críticas como anotadas, constituyen el apartado que Martínez denominó “instrumentos para el investigador y el aficionado”. En el ámbito de los “estudios de las zonas geográficas”, el atraso todavía es considerable; por ello resulta fundamental la formación de investigadores en los estados de la República Mexicana, dedicados a integrar la nómina de escritores y a rescatar sus respectivos *corpus* para contar con historias literarias de la nación.

Hubo una tarea más que Martínez especificó. Me refiero a la “aplicación de métodos críticos como el filológico, el histórico y el estilístico, cuyo objetivo principal es el de afirmar y precisar lo más posible el conocimiento de los valores literarios”; a pesar de los admirables frutos que rinde el empleo de estas “técnicas”, no todas ellas se habían incorporado a los estudios de la literatura.⁶ Por ahora, sólo me detendré en lo que ha sucedido en el sector filológico.

2 LA FILOLOGÍA LITERARIA

La edición crítica de textos nació en los siglos XV y XVI, con el propósito de rescatar la obra de los clásicos grecolatinos para “recuperar aquel legado cultural en su máxima pureza y restaurarlo en sus textos originales”.⁷ El método de acercamiento se renovó en el siglo XIX, con las propuestas del filólogo alemán Karl Lachmann (1793-1851); después, en 1926, Dom Henri Quentin (1872-1935) afinó su metodología y acuñó el término *ecdótica* para referirse a la ciencia del texto o arte de editar.⁸

por Rita Cetina Gutiérrez, presidenta, y Amalia G. de Encalada, secretaria. Por su parte, el Fondo de Cultura Económica, bajo la dirección del propio José Luis Martínez, impulsó el gran proyecto de ediciones facsimilares Revistas Literarias Mexicanas Modernas.

⁶ J. L. Martínez, *La expresión nacional*, p. 455.

⁷ Miguel Ángel Pérez Priego, *La edición crítica de textos*, p. 11.

⁸ D. H. Quentin, *Essais de critique textuelle (Ecdotique)*, 1926, *apud* M. A. Pérez Priego, *op. cit.*, p. 13.

Aunque algo hemos avanzado, la labor del editor crítico apenas es conocida y valorada en México. Por ejemplo, hay comentarios que la conciben como un trabajo técnico; asimismo, existen otras opiniones que ven este tipo de ediciones como una “farsa”, un pretexto tras el cual el crítico textual se escuda por la “incapacidad” de contar con una producción original. No obstante la falta de comprensión hacia la disciplina, ahora podemos hablar de avances importantes: desde hace dos años, las ediciones críticas ya se reconocen como productos de investigación por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología de México, dependencia que se encarga de fomentar y evaluar el desarrollo científico del país. Por ello, quienes nos dedicamos a la ecdótica proseguimos pugnando por su revaloración, lo cual nos lleva a unirnos a la declaración que hiciera Miguel Ángel Pérez Priego, al afirmar que: “tanto desde la propia historia literaria, como desde la hermenéutica del texto o desde la moderna semiótica, se ha venido proclamando el interés por la restauración y fijación del texto como paso previo a cualquier indagación ulterior”.⁹

Al finalizar el siglo XX, en un artículo titulado “Filología literaria”, Fernando Curiel Defossé y la que escribe reparamos en la necesidad de impulsar los rescates y las historias de nuestras letras en el marco de la literatura hispanoamericana. Poco tiempo después, debido al interés que algunos académicos del Instituto de Investigaciones Filológicas teníamos de continuar con los proyectos de obras de nuestros escritores e historiar la literatura mexicana, en particular la del siglo XIX y principios del XX, planteé la creación de un Seminario de Edición Crítica de Textos, propuesta comprendida y avalada en 2007 por la entonces directora de

⁹ M. Á. Pérez Priego, *op. cit.*, p. 9.

nuestro Instituto, la doctora Mercedes de la Garza Camino, y puesta en marcha con toda la formalidad administrativa hacia 2010.

Desde ese momento, buena parte de nuestro ejercicio académico en el Seminario ha estado dedicado “al establecimiento y estudio crítico de los textos”;¹⁰ pero, al mismo tiempo, con la intención de contribuir a la historiografía de la literatura mexicana, retomamos juicios de algunos teóricos como Ferdinand de Saussure (1857-1913), quien reparó en que la crítica textual se ocupa “también de la historia literaria, de las costumbres, de las instituciones”,¹¹ así como de Leonard Bloomfield (1887-1949), quien afirmó que “el interés del filólogo es aún más amplio que el de los críticos literarios”, puesto que lo importante es el significado cultural y el *background* de lo que se lee;¹² e hicimos nuestra la definición de filología que aportan Jean Starobinski y Vittore Branca (1913-2004), al identificarla como una

disciplina que comprende fundamentalmente la *ecdótica* (esto es, la recuperación del texto exacto de una obra mediante procedimientos científicos) y la *hermenéutica* (es decir, el aparato histórico, lingüístico, exegético, que permite una plena y rigurosa interpretación, y que condiciona las valoraciones ideológicas, sociales y estéticas).¹³

Al integrar dichas ramas a la filología hemos logrado aportaciones significativas al sistema literario/campo intelectual de las épocas que estudiamos.¹⁴ Debo aclarar que – de acuerdo con los métodos ecdóticos

¹⁰ Jean Pierre Corneille, *La lingüística estructural* [1976], Madrid, Gredos, 1979, *apud* Carmen Díaz Castañón, “Capítulo III. Estudio filológico”, en *Métodos de estudio de la obra literaria*, p. 124.

¹¹ Ferdinand de Saussure, *Curso de lingüística general*, traducción de Amado Alonso, Buenos Aires, Losada, 1945, *apud* C. Díaz Castañón, en *op. cit.*, p. 124.

¹² Leonard Bloomfield, “Why a Linguistic Society”, en *Language*, 1 (1925), pp. 1-5, *apud* C. Díaz Castañón, en *op. cit.*, p. 124. // A partir de estas preocupaciones, han surgido propuestas como la de Belem Clark de Lara, *Letras mexicanas del siglo XIX. Modelo de comprensión histórica* (*vid.* Bibliografía) y la de Carlos Ramírez Vuelvas, *El oro de las cruces. Literatura colimense del siglo XIX*, Colima, Universidad de Colima, 2011 (Letra sobre la Letra).

¹³ V. Branca y J. Starobinski, *La filología e la crítica literaria*, Roma, Rizzoli, 1977, *apud* C. Díaz Castañón, “Capítulo III. Estudio filológico”, en *op. cit.*, p. 122.

¹⁴ En este rubro, sigo los lineamientos de Pierre Bourdieu, en los que, por un lado, autores y obras; géneros, corrientes y movimientos; asociaciones y sociedades; sistemas de producción, talleres de

empleados por Fredson Bowers (1905-1991) y Philip Gaskell (1926-2001) para editar críticamente la literatura inglesa y la literatura americana, respectivamente nos ocupamos de ediciones de autor, por lo que nuestro límite es la fecha de fallecimiento (o las primeras impresiones póstumas).¹⁵ La labor que realizamos se apega a una metodología que, por un lado, responde a esa disciplina rigurosa que acepta hipótesis de trabajo, sigue normas, dialoga con la tradición. Y, por otro, prevé y asume que el quehacer editorial es casuístico, por lo cual cada proyecto adopta peculiaridades relacionadas con el tipo de obras, de medios de transmisión textual, de circunstancias y prácticas de edición, entre muchas otras variables. Estos productos incluyen sus respectivos estudios preliminares, en los que podemos encontrar el consabido apartado hermenéutico, me refiero a la interpretación y valoración del texto; sección en que la filología analiza diferentes aspectos de un escrito, por ejemplo, la apreciación de lo propiamente literario, o bien, sus vínculos con las redes interdisciplinarias manifestadas en un contexto; estudios, por lo general, elaborados dentro de uno o varios marcos teóricos.

edición y publicaciones en prensa; y, por supuesto, los lectores, son integrantes del sistema literario de un espacio y un tiempo. Y por otro lado, que “el campo intelectual, a la manera de un campo magnético, constituye un sistema de líneas de fuerza: esto es, los agentes o sistemas de agentes que forman parte de él pueden describirse como fuerzas que, al surgir, se oponen y se agregan, confiriéndole su estructura específica determinada por su pertenencia a este campo” (P. Bourdieu, *Campo intelectual y proyecto creador*, p. 9).

¹⁵ Cf. Miguel Ángel Pérez Priego, “1. Introducción. Nociones acerca de la edición crítica del texto literario” a *Ejercicios de crítica textual*, p. [10] // En nuestras ediciones respetamos la Ley Federal de Derecho de Autor, cuando no contamos con la autorización expresa de los herederos: “Artículo 29. Los derechos patrimoniales estarán vigentes durante: I. La vida del autor y, a partir de su muerte, cien años más. Cuando la obra le pertenezca a varios coautores los cien años se contarán a partir de la muerte del último [Fracción reformada DOF 23-07-2003]. II. Cien años después de divulgadas [Fracción reformada DOF 23-07-2003]. Si el titular del derecho patrimonial distinto del autor muere sin herederos la facultad de explotar o autorizar la explotación de la obra corresponderá al autor y, a falta de éste, corresponderá al Estado por conducto del Instituto, quien respetará los derechos adquiridos por terceros con anterioridad. Pasados los términos previstos en las fracciones de este artículo, la obra pasará al dominio público” (Ley Federal del Derecho de Autor. Nueva Ley publicada en el *Diario Oficial de la Federación*, el 24 de diciembre de 1996. Texto vigente, última reforma publicada DOF 17-03-2015).

3 METODOLOGÍA DE LA FILOLOGÍA LITERARIA

En el ámbito de la ecdótica, cuando se trata de un *codex unicus*— cuyo formato puede ser manuscrito, impreso, borrador, original o copia autógrafa—, al no existir confrontación de fuentes, algunos editores prefieren elaborar una edición diplomática, es decir, aquella que conserve el texto sin modificación e, incluso, mantenga los errores evidentes, tipográficos o manuscritos; tradición que se ha ido perdiendo con la aparición de los facsímiles. En el Seminario de Edición Crítica de Textos, optamos por seguir a Germán Orduna (1926-1999), quien reconoce que “el calificativo de [edición] crítica depende exclusivamente de la intención y metodología con que ha trabajado el editor y de la explicitación de las mismas en la obra realizada o en el estudio que precede al texto”, por lo que la ecdótica de un *codex unicus* puede evaluarse, al decir de este estudioso, “en las notas codicológicas o textuales, en la obra de restauración del texto, en el estudio de la historia del texto y de la tradición del tema”.¹⁶

Ahora bien, para la edición de obras con más de un testimonio elegimos fijar sólo uno de ellos, al que denominamos *texto base*, mismo que puede tratarse de la edición *princeps* —que recoge la versión sustantiva del manuscrito original—, de la última voluntad del autor o de la versión más completa de la obra, si así se requiriera. A partir de ahí, de acuerdo con Lachmann, dividimos el proceso de edición en tres grandes fases: *recensio*, *emendatio* y *constitutio textus*, para cumplir el objetivo —según el concepto de Alberto Blecua—, de determinar la filiación y “dar [al lector actual] el texto más cercano al original de todos los textos posibles, de tal manera

¹⁶ G. Orduna, “II: La edición crítica como arte de edición”, en *Incipit*, núm. XIV (1994) 1, pp. 18-20.

dispuesto, que el lector pueda tener a la vista todos los datos utilizados”;¹⁷ proceso cuyas etapas defino a grandes rasgos:¹⁸

La *recensio* está constituida por:

1. *Fontes criticae*: localización y acopio de las fuentes y análisis histórico de su transmisión.
2. *Collatio codicum*: cotejo de todos los testimonios para establecer las *variae lectiones* o variantes, lo que garantiza la autenticidad de la edición y la selección del texto que servirá de base para la fijación del *codex optimus*.
3. *Examinatio y selectio* de las variantes: tras el análisis de los testimonios y del tipo de variantes que aportaron, se decide cuál texto se fijará.¹⁹

La *emendatio* consiste en:

1. Seleccionar las lecturas correctas, lo que puede hacerse con la guía del *stemma* (*emendatio ope codicum*) o por conjetura (*emendatio ope ingenii*).²⁰ Durante la *emendatio*, el editor toma distintas decisiones,

¹⁷ Alberto Blecua, “Generalidades sobre crítica textual”, en *Signos viejos y nuevos. Estudios de historia literaria*, p. 485.

¹⁸ Sigo a Alberto Blecua en su *Manual de crítica textual*.

¹⁹ La selección de variantes obedecerá a la validez o importancia; suelen tratarse de contaminaciones (*contaminatio*), “refundiciones”, “innovaciones” y “variantes de autor”. En muchas ocasiones, la contaminación es variable de copista, quien al trabajar de manera simultánea dos modelos, compone un texto híbrido, pues lee de un testimonio, pero completa vocablos, renglones o pasajes completos desde otro. Las refundiciones e innovaciones son variaciones conscientes y resultan de las adaptaciones de textos debidas a razones lingüísticas, morales, religiosas, estéticas o para ajustarse a un público nuevo. Finalmente, las variantes de autor son deliberadas. El editor debe tener especial cuidado en diferenciar aquellas variantes que proceden de la transmisión del texto y aquellas que puedan considerarse autorales (y no editoriales), pues en este caso suele ofrecerse como texto crítico la última voluntad del autor, dando al mismo tiempo la historia genética de la obra, de tal manera que se puedan reconstruir también sus sucesivas fases creativas. Para determinar la autenticidad de las variantes, se atiende al *usus scribendi* del autor y de la época, así como a la estructura y al contexto (*conformatio textus*).

²⁰ *Emendatio ope codicum* es la corrección de errores con criterios mecánicos, es decir, aquella en que el editor sigue la lección atestiguada mayoritariamente (cf. Elisa Ruiz, “Capítulo II. Crítica textual. Edición de textos”, en José María Díez Borque, coord., *Métodos de estudio de la obra literaria*, p. 103). A decir de Blecua, no se enmienda un códice concreto en sentido estricto, sino que se reconstruye un original perdido (cf. “Generalidades sobre crítica textual”, en *op. cit.*, p. 485). // *Emendatio ope ingenii* se refiere a la corrección de naturaleza interpretativa o por conjetura, sin base testimonial. Este tipo de corrección resulta siempre riesgosa, por lo cual es preferible practicarla sólo cuando ninguna de las variantes da la lección correcta, pero ésta puede reconstruirse a partir de ellas. En

para lo cual necesita tener en cuenta: a) las causas de un error textual, por ejemplo, aquellas en las que suelen incurrir los copistas, cajistas en nuestro caso; b) el *usus scribendi* del autor y de la época en la que se realizó la obra; c) la estructura y el contexto (*conformatio textus*), y d) el género literario de la obra, en el caso de la poesía, incluso la forma métrica en que está compuesta (*res metrica*).

La *constitutio textus* está conformada por:

1. La *dispositio textus*: establecimiento del texto de manera clara, evitando ambigüedades por problemas ortográficos y prosódicos. Generalmente, la edición de obras decimonónicas opta por actualizar la ortografía y la puntuación; sin embargo, deja intactos giros, formas léxicas y palabras aún no castellanizadas –ni registradas en su momento por la Real Academia de la Lengua– que puedan tener una intención expresiva, sean arcaísmos, cultismos, mexicanismos o marcas de época (la águila por el águila; *reporter* por reportero, etcétera).²¹

El *apparatus criticus* de la edición está compuesto por:

1. El cuerpo de variantes, que a veces van acompañadas de información que el editor crea necesaria para justificar la selección de una variante o conjetura.
2. Por otro tipo de notas, como: de localización; bibliográficas y hemerográficas; de referencia urbana; sobre sucesos o personalidades del momento –nacionales o internacionales–; acerca

este proceso se encuentran tres funciones: *divinatio* o arte de la conjetura, toma como principio “leyes” relativas al acto de la copia, condiciones culturales y lingüísticas de la época; *selectio* o don de la elección entre variantes de idéntico valor “estemático” no susceptibles de solución mediante procedimientos mecánicos; *combinatio* o reconstrucción de una lección dada a partir de variantes que conservan porciones de la *lectio* originaria (cf. E. Ruiz, *op. cit.*, pp. 103-107).

²¹ Ana Elena Díaz Alejo, *Manual de edición crítica de textos literarios*, p. 51.

de acontecimientos culturales; referencias extra o intertextuales; léxicas o de apreciación estética, entre otras.

4 PROYECTO *OBRAS DE MANUEL GUTIÉRREZ NÁJERA*

Después de un largo proceso de luchas que iniciaron con la Independencia (1810-1821), continuaron con la Invasión Norteamericana (1846-1848), la Intervención Francesa (1862-1864) y el Imperio de Maximiliano de Habsburgo (1864-1867), al restaurarse la República y con Benito Juárez en la presidencia (1867), México se incorporó a la modernidad al dejar atrás, definitivamente, el modelo político-económico novohispano y dar los primeros pasos hacia el capitalismo. En el campo ideológico, también se gestaron importantes cambios, ya que el gobierno asumió una postura positivista. De ahí que los escritores se esforzaran por la profesionalización de su trabajo, ante la necesidad de integrarse a la vida productiva del país; para ello, el camino que encontraron fue ingresar a la prensa, que les ofrecía tanto un *modus vivendi* como la posibilidad de publicar sus obras literarias.

La producción najeriana se enmarca en este contexto. Manuel Demetrio Francisco de Paula de la Santísima Trinidad Guadalupe Ignacio Antonio Miguel Joaquín Gutiérrez Nájera (1859-1895) emprendió su carrera de escritor en 1875, cuando contaba con 16 años; desde entonces, se asumió como periodista, entendiendo que escribía para el olvido.²² Consciente de la profesión a la que se dedicaría el resto de su corta vida, nuestro autor confió en que su capacidad creadora, su vocación de poeta

²² Cf. El Duque Job, “Alfredo Bablot”, en *El Partido Liberal*, t. XIII, núm. 2 126 (10 de abril de 1892), p. 1; recogido en Manuel Gutiérrez Nájera, *Obras I. Crítica literaria*, p. 471.

y su calidad literaria lo llevarían a conseguir la trascendencia que todo hombre desea alcanzar. Sobreviviente como uno de los escritores “más aptos” de su tiempo, legó a las letras mexicanas aproximadamente 2 060 colaboraciones,²³ que aparecieron en 37 publicaciones periódicas.²⁴ De igual manera, sabedor de que el éxito se lo debería al público —una de las instancias de consagración más importantes—, se diversificó, creando para ello cerca de 40 firmas (nombres, siglas o seudónimos), a las que, en algunos casos, dotó de una personalidad.²⁵ Se conoce que tenía un excelente archivo de sus manuscritos, al cuidado de uno de sus hermanos, del que se conservan apenas una decena de poemas. Pese a su prolífica

²³ “La prosa omniabarcante de Gutiérrez Nájera es un magnífico diorama de la realidad nacional del último tercio del siglo XIX; sus múltiples intereses oscilan desde los más específicos problemas literarios hasta particularidades de la política mexicana, sin dejar de asistir a los acontecimientos que ponen al descubierto las frivolidades de la alta sociedad. El acervo hemerográfico producido en esos veinte años [de labor periodística] fue recopilado y registrado con una clasificación temático-cronológica por Erwin K. Mapes, su más acucioso investigador, quien lo presentó en su ‘Manuel Gutiérrez Nájera. Seudónimos y bibliografía’, y lo depositó en el Centro de Estudios Literarios de la UNAM como guía editorial para la obra del cronista mexicano. A este registro fundamental lo hemos llamado CATÁLOGO MAPES [...] A la fecha [1994], el CATÁLOGO MAPES [que originalmente contaba con 2 026 registros] ha sido enriquecido con ficheros complementarios, resultado de nuestro acercamiento a las fuentes originales” (Ana Elena Díaz Alejo, “Advertencia editorial” a Manuel Gutiérrez Nájera, *Obras XI. Narrativa I*, p. XVII).

²⁴ Erwin K. Mapes habló de “unos sesenta periódicos y revistas entre 1875 y 1895”; seguramente contabilizó tanto las colaboraciones que Manuel Gutiérrez Nájera enviaba en calidad de redactor del periódico, como las reproducciones que de sus textos se hacían sin que él recibiera remuneración por ello (*cf.* Erwin K. Mapes, “Nota del recopilador”, en *Obras I. Crítica literaria*, p. 6).

²⁵ Con respecto a las firmas de nuestro autor, Mapes apuntó que “doce de los seudónimos y grupos de iniciales usados por Nájera son de su exclusiva propiedad literaria. Tales son El Duque Job, G.N., M.G.N., Frú-Frú, M. Can-Can, Fritz, X.X., Croix-Dieu, Juan Lanás, El Cura de Jalatlaco, Recamier y Junius (Senior). / Tres más, a saber, Rafael, Pomponet y Perico el de los Palotes, son exclusivamente suyos, con raras e insignificantes excepciones, a veces en forma de contribuciones extranjeras. / Siete, en los que van incluidos algunos de los más importantes, fueron usados por uno o más escritores, y es menester tener mucho cuidado en determinar cuáles de las contribuciones así firmadas son de Nájera. Éstos son Nemo, M. Gutiérrez, Ignotus, Gil Blas, Junius, Omega y Puck. / Dos figuran en listas de seudónimos de Nájera hechas por sus amigos y conocidos, pero sin otra garantía de autenticidad. Tales son Etincelle y Can-Can”. En 1959, Mapes aceptó un nuevo seudónimo: El Cronista, encontrado por Ernesto Mejía Sánchez, según nos lo hace saber en su “Nota a la presente edición” de *Obras I. Crítica literaria*. Tanto las investigaciones de Elvira López Aparicio para *Obras VII. Teatro V*, como las de María del Carmen Ruiz Castañeda y Sergio Marques Acevedo para su *Diccionario de seudónimos* confirman a El Alcalde de Lagos como otro seudónimo najeriano. Desde luego, habrá que aceptar la posibilidad de nuevos hallazgos. Ruiz Castañeda y Marques Acevedo ofrecen, además, los siguientes: El Alcalde Ronquillo, Alfonso, Monsieur Can Can, Cascabel, Crysantema, El Estudiante de Salamanca, El Estudiante Polaco, Frou Frou, Heraclio (Cura de Jalatlaco), Victor Hugo, Incognito, Junior, Junius Senior, M. G. Y. N., Moi Mèi, Manuel G. Nájera, Papillon, Rabagás, X. X. X.

carrera como letrado, en vida sólo publicó en formato de libro una antología de 14 relatos, seleccionados por él mismo, cuyo título fue *Cuentos frágiles* (Biblioteca Honrada, 1883).

Ahora bien, para ejemplificar tanto el trabajo de crítica textual –ecdótica– como el de interpretación –hermenéutica– que nos ha permitido contribuir o, en ocasiones, replantear la historia literaria, me serviré del proyecto de *Obras* de Manuel Gutiérrez Nájera, en el cual se han editado críticamente textos que cuentan con una sola emisión –*codex unicus*– y escritos que tienen más de un testimonio.

En primera instancia, tomaré como representación de la labor ecdótica el texto *Por donde se sube al Cielo*, novela de la que tuve conocimiento en 1987, gracias a una gacetilla de *El Diario del Hogar* del 13 de junio de 1882, donde se anunciaba el *début* del autor como novelista en el folletín de *El Noticioso*, periódico bisemanal de la capital de la República Mexicana. Posteriormente, emprendí la búsqueda del escrito en distintos acervos, como las hemerotecas de la Universidad Nacional Autónoma de México, la Secretaría de Hacienda, el Museo de Antropología e Historia, el archivo Condumex y el Archivo General de la Nación, en la Ciudad de México; en Estados Unidos, revisé los de University of California Los Angeles, University of Southern California y University of California Berkeley. En el rastreo también colaboraron Yolanda Bache Cortés y Elvira López Aparicio, mis compañeras del equipo editor de MGN, quienes examinaron las colecciones de la Universidad de Austin y la Biblioteca Pública del Estado de Jalisco (México), respectivamente; en este último sitio se halló el texto, el cual en la prensa constaba de 192 páginas, publicadas en diecisiete entregas, de junio a octubre de 1882, con la firma Manuel Gutiérrez Nájera. El material cuenta con algunas peculiaridades, como el hecho de que los folletines correspondientes al 6 y 9 de julio

resultaban idénticos; así conjeturé que la entrega del 9, quizá por error del periódico, no se publicó, con lo cual quedaba un hueco de doce páginas que, empero, no afectaba de manera significativa la comprensión de la obra.

La novela sólo se publicó una vez en vida del autor, pero no podemos clasificarla como un *codex unicus* en sentido estricto, debido a que, tiempo después, Gutiérrez Nájera entregó a la prensa seriada dos fragmentos de la obra que la crítica ha considerado cuentos independientes. El primero de ellos fue incluido por Erwin K. Mapes (1884-1961) en su edición de *Cuentos completos* (1958), de Manuel Gutiérrez Nájera, con el título “El sueño de Magda”; este relato está conformado por nueve párrafos introductorios y a partir del décimo coincide con el capítulo VII de la novela: “La misma jaula: otro pájaro”, hasta el penúltimo de sus párrafos. En formato de cuento, apareció como segunda parte del texto “La vida en México”, firmado por El Duque Job –uno de sus seudónimos más famosos–, en el periódico *La Libertad* del 12 de agosto de 1883. Asimismo, el sexto párrafo de este séptimo capítulo de *Por donde se sube al Cielo* fue reaprovechado por nuestro escritor en su ensayo teatral “I. Sara Bernhardt. Cartas a Justo Sierra”, publicado en *El Partido Liberal* del 13 de febrero de 1887, también bajo la autoría de El Duque Job:

En todo espíritu, aun en el más gastado, puede encontrarse una virginidad. Cada alma es como un libro que no tiene todas las páginas abiertas. Esa virginidad, en la Lucrecia Borgia de la leyenda florentina, es el amor de madre.²⁶ El corazón es a manera de una casa que tiene muchos locatarios: todos suben por la misma escalera y transitan por los mismos corredores. Algunos se conocen, otros saludan,²⁷ muchos no se han visto nunca. Éste, que vive enfermo y paralítico, pasa los meses y los años amarrado a su²⁸ gran sitial de cuero. Aquél, que acaba de nacer, duerme en la cuna. Que estalle algún incendio, que peligren las vidas de aquellos pobres seres perdidos en una gran colmena

²⁶ 1887, 1890: *La Lucrecia de la leyenda*.

²⁷ 1887, 1890: *se saludan*.

²⁸ 1890: *un por su*

humana, y²⁹ todos salen: arrastrándose, el viejo; el niño, en brazos, pero todos salen. Los sentimientos viven así en el corazón: algunos, atrofiados recién nacidos, otros. Cuando llega el minuto supremo de la crisis, todos aparecen: algunos duermen como si estuvieran muertos; pesa sobre ellos una enorme lápida, pero, a guisa de epitafio, en ese mármol fúnebre hay una inscripción que dice: ¡Resucitará! Resurrexit!³⁰

A esta fragmentación de textos y su entrelazado de líneas, el equipo editor de las *Obras* da el término de *contaminaciones*, procedimiento frecuente en la escritura najeriana.

Ahora bien, el segundo cuento titulado “Monólogo de Magda (Fragmento de una novela)” apareció en *El Lunes del Universal* el 1º de septiembre de 1890; está constituido por cuatro párrafos introductorios, seguidos de algunos parágrafos provenientes del capítulo IV de la novela: “Empieza el dúo”, entretreídos, a su vez, con otros más del sexto capítulo: “Al despertar”. En la edición crítica, dichas *contaminaciones* las presentamos en cursivas y registramos las variantes en notas a pie de página; ésta es una de ellas:³¹

Magda estaba en más triste condición que el niño huérfano a quien todos abandonan. El niño no piensa ni ama ni ase con sus manitas la vida que se le escapa. Está solo en la cuna, o en el quicio de una puerta, o en la oscuridad de una atarjea. El frío amorata y rasga³² sus delgadas carnes, la lluvia le moja, el hambre atenacea su estómago; pero, a poco, el hambre, el cierzo, el agua, no le causan dolor ninguno: quédase insensible, agoniza solo, como una vela que se extingue, y la muerte, esa madre de todos los huérfanos, le lleva al Cielo en brazos, y hace de su carne alas de mariposa y pétalos de flores. Magda era el niño abandonado; pero en la cuna, los pálidos vampiros le mordían la nuca, chupando su roja sangre; los genios malos le clavaban sus patas de alfiler en las pupilas; en el quicio de la puerta, era su carne pasto de los perros, que le arrancaban a pedazos con sus dientes, y de los buitres, que descendían adrede de las torres para clavar en ella su corvo pico; en la atarjea, sufría la muerte hedionda y espantosa del que se aboga en una charca inmunda y siente cómo empieza a devorarle la repugnante muchedumbre de las ratas. La soledad de

²⁹ 1887 suprime: y

³⁰ 1887: Resurrexit!;Resucitará!

³¹ Vid. Ana Elena Díaz Alejo, “Advertencia editorial” a Manuel Gutiérrez Nájera, *Obras XI. Narrativa I*, pp. XIX-XX.

³² 1890: y desgarrá

*Raúl era la soledad del cadáver; la soledad de Magda era la soledad del enterrado vivo.*³³

En cuanto a los criterios básicos de la *emendatio*, presento las normas de las distintas ediciones críticas del Seminario de Edición Crítica de Textos:

- Actualizamos acentos: los eliminamos en palabras monosilábicas y los colocamos en vocablos con terminaciones en “-án”, “-én”, “-ín”, “-ón”, “-ún” e “-ía(n)” “-ía(s)”, básicamente. Procedemos de igual manera con la puntuación: uso de comas y de dos puntos cuando éstos separan el sujeto del predicado.
- Modernizamos el uso de “g”, “j” y “x”: “muger”, “gefe”, “exigente”, “finjiendo”, “jira”, “esperiencia” e “inespugnable”, entre otras, así como de mayúsculas y minúsculas.
- Desatamos las abreviaturas como D. / don, Dña. / Doña, Sr. / señor, Dr. / doctor.
- Conservamos las cursivas usadas por el autor en vocablos a los que les dio un sentido específico, galicismos y anglicismos.
- Cuando la intención lo permitió, unificamos el uso de los signos de admiración e interrogación y de guiones, que el autor usó de manera asistemática.
- En el aspecto técnico, han sido modernizadas las referencias bibliográficas (*cursivas* para libros y publicaciones periódicas, *comillas* para cuentos o poemas dentro de una obra mayor o de una

³³ 1890 suprime el siguiente párrafo (*vid. Obras XI. Narrativa I. Por donde se sube al Cielo*, p. 78).

revista), así como la presentación editorial: márgenes, sangrías, versos centrados y en cursivas, párrafos entrecomillados, etcétera.

Finalmente, en relación con la *constitutio textus*, cabe agregar que las ediciones del Seminario van acompañadas de distintos índices, según lo requiera el material.

En cuanto a la parte hermenéutica, ahora me detengo en ciertos aspectos estilísticos de la obra, mismos que me permitieron llevar a cabo un acercamiento crítico, desde las perspectivas historiográfica y hermenéutica, y replantear el panorama de la literatura nacional e hispanoamericana. Al momento de publicación de la novela, prevalecía en México el Romanticismo nacionalista, movimiento que, según las directrices marcadas por Ignacio Manuel Altamirano (1834-1893), debía pintar las costumbres, el paisaje y el lenguaje de nuestro país; por el contrario, el Modernismo najeriano, reclamando la libertad de creación y del arte por el arte del Romanticismo, dejó atrás la búsqueda de la verdad y dio un giro al proponer la belleza como estética.³⁴ El ejercicio de este nuevo movimiento literario lo encontramos en *Por donde se sube al Cielo*, donde el narrador relata una historia cuya acción se desarrolla en París y en una playa de veraneo imaginaria llamada Aguas Claras, conocida sólo por “novelistas y soñadores”. Pese a su intención innovadora, El Duque Job, lejos de romper drásticamente con la tradición literaria que lo había precedido, incorporó aquello que consideró valioso y, siguiendo la tónica del literato mexicano decimonónico, se manifestó como un escritor ecléctico; así, del Romanticismo retomó la evasión, la melancolía y la incertidumbre ante la vida; del Naturalismo, los efectos del determinismo del medio ambiente y la herencia; del Parnasianismo, las evocaciones

³⁴ Para más información respecto a la postura que Manuel Gutiérrez Nájera tuvo frente a este tema, *vid.* “El arte y el materialismo”, en *Obras I. Crítica literaria*, pp. 49-64.

plásticas de la palabra; del Simbolismo, el otorgamiento de significados concretos a objetos específicos, y a la manera de los impresionistas, Gutiérrez Nájera creó, por medio de la suma de atributos de distintas artes –pintura, escultura y música–, imágenes que evocaban la plasticidad. Cito un ejemplo:

Ha concluido el espectáculo. La concurrencia, como una marca oscura, se desborda del teatro [...] Los cocheros, que han esperado largo tiempo, asoman su nariz roja por entre el alto cuello de su *carrick*, y toman el látigo que ha permanecido ocioso mientras el lacayo, saltando con destreza para no manchar de lodo sus botas amarillas, abre la portezuela, quitándose el sombrero, en ademán humilde, con la mano izquierda. Parten los caballos con arranque vigoroso, martilleando el suelo con sus cascos, y los faroles del carruaje, iluminando el interior, permiten ver, confusamente, el rostro de una joven que pega su cabeza a los cristales; el blanco abrigo de su compañera; el escorzo carnoso de la madre, que se hunde en los cojines, y la lumbre de un tabaco, grueso y largo.³⁵

En esta obra, además de los cambios en el estilo, encontramos una presentación que corresponde a una estructura moderna, propia del siglo XX y prototipo de la narrativa contemporánea. Una de las transformaciones es la ruptura de la secuencia cronológica, característica de los textos narrativos de la centuria decimonona. En *Por donde se sube al Cielo*, el lector hallará lo que he denominado el “juego del tiempo”, ya que, por primera vez en México, el autor no anunció los cambios de temporalidad en la historia; en la novela, en dos ocasiones el narrador suspende el relato cronológico lineal y traslada la acción al pasado, a partir de la focalización de un objeto. Esta estrategia, ahora común como recurso literario e incluso cinematográfico, constituyó una innovación en aquella época.

Gracias al rescate y análisis de la obra, di a conocer una nueva faceta gutiérreznajeriana hasta ese momento desconocida: la de novelista.

³⁵ M. Gutiérrez Nájera, *Obras XI. Narrativa I. Por donde se sube al Cielo (1882)*, p. 5.

Asimismo, mediante el estudio de las principales características del Modernismo: eclecticismo, renovación verbal, voluntad de idealismo, cosmopolitismo e introspección, demostré que *Por donde se sube al Cielo* reúne tanto la visión del mundo como la manera de expresión modernista y, simultáneamente, el hallazgo me permitió, por una parte, reconsiderar el tradicional crédito de primer “cuentista parisiense”, que Rubén Darío se autoconcedió, para el autor mexicano. Y, por otra parte, replantear la historiografía de la literatura hispanoamericana al ubicar esta novela como la primera del Modernismo, ya que se publicó tres años antes que *Amistad funesta* (1885) de José Martí, obra que hasta entonces era calificada como la iniciadora de este movimiento. De ahí que Manuel Gutiérrez Nájera dejara de ocupar el sitio de precursor del Modernismo hispanoamericano para ser reconocido plenamente como un autor de esta tendencia literaria.

Pero tanta innovación conllevó desventajas. Frente al éxito editorial de *Carmen. Memorias de un corazón*, la novela sentimental de Pedro Castera —publicada en el folletín del periódico *La República* en 1882—, *Por donde se sube al Cielo* tuvo nula recepción.³⁶ Quien fuera un poeta y periodista exitoso sufrió la indiferencia total como novelista. Desde mi perspectiva, esto se debió a la temática de la obra, que narra la historia de Magda, una comedianta-prostituta. Si bien no fue la única novela que versó sobre dicho tema, sí constituyó la primera que pretendió que la sociedad tomara conciencia en cuanto a la responsabilidad que le correspondía en la “caída” de las jóvenes desamparadas. Al dejar el final abierto a distintas opciones,

³⁶ “Debido al éxito [de *Carmen*] *La República* hizo un sobretiro con prólogo de Vicente Riva Palacio. Más tarde, los editores anunciaron que se había agotado esta edición, por lo que mandarían a hacer una segunda de 4 000 ejemplares a La Habana, la cual sería enviada a los corresponsales de los estados que la solicitaran” (Dulce María Adame González, “Cambio generacional y literatura en México, 1880-1882, en *La República. Periódico político y literario*”, para incluirse en el volumen *Coloquio Manuel González. Revisión y reflexiones sobre un periodo a través de la prensa, 1880-1884*, coordinado por Lilia Vieyra Sánchez y Edwin Alcántara. México, Instituto de Investigaciones Bibliográficas, en dictamen). Tengo conocimiento de dos ediciones más: 1887 (México, Eufemio Abadiano, Editor); 1896 (México, París/México, Librería de la Viuda de Charles Bouret) con reimpressiones en 1904, 1907 y 1910.

que requerían la participación del lector, en el plano de la ficción, nuestro escritor ofreció la posibilidad de redención social de las “mujeres de costumbres libres”; suceso inimaginable en la sociedad mexicana decimonónica.

Ahora bien, para ejemplificar la ecdótica de un *codex unicus* y la hermenéutica que conlleva, hablaré de la edición de la columna “Plato del día”, serie de 264 colaboraciones publicadas por Manuel Gutiérrez Nájera en el periódico *El Universal*, del 8 de abril de 1893 al 10 de enero de 1895 –días antes de su fallecimiento–.³⁷ Nuestro autor firmó estos textos con el seudónimo Recamier, inspirado en el apellido del empresario Charles Récamier, propietario del famoso restaurante *Maison Dorée*, uno de los sitios más concurridos por la alta sociedad mexicana a finales del siglo XIX. Del bosquejo de dicho sobrenombre, así dio cuenta el escritor mexicano: “yo no soy don Carlos Récamier. Si lo fuera, comería mejor y mi firma valdría más en la plaza. El señor don Carlos Récamier hace platos y plata. Yo soy un platónico de los platos; yo platico [...] Este muy obediente servidor de ustedes guisa prójimo”.³⁸ Efectivamente, la postura del chef se caracterizó por la crítica a la política, a la administración, a la identidad del mexicano, a la cultura dominante, etcétera.

El proceso de la *recensio* de la columna lo debemos al doctor Boyd G. Carter (1908-1980), quien editó los “Platos” por primera vez en 1972. El investigador inició la recopilación de testimonios a partir de los datos proporcionados por los registros del doctor Erwin K. Mapes, quien halló

³⁷ Este apartado retoma algunas ideas expuestas tanto en mi artículo “Filología literaria. De la ecdótica a la hermenéutica. ‘Plato del día’, de Manuel Gutiérrez Nájera” (próximo a publicarse en la revista *(An)ecdótica*, del Seminario de Edición Crítica de Textos, del Instituto de Investigaciones Filológicas de la Universidad Nacional Autónoma de México) como en la edición crítica de la columna (*vid.* Bibliografía).

³⁸ Recamier, “Plato del día. Recamier el apócrifo y don Carlos Récamier”, en *El Universal*, t. X, núm. 37 (21 de junio de 1893), p. 1; recogido en PLATO DEL DÍA (MISSOURI, 1972), pp. 19-20 y en *Obras IX. Periodismo y Literatura*, pp. 397-399.

227 piezas.³⁹ Carter también revisó el “álbum de recortes” conservado por la familia del autor, donde Margarita Gutiérrez Nájera Maillfert, segunda hija del escritor, resguardaba 230 “platos”. Finalmente, el investigador estadounidense aportó 34 más que encontró en la Hemeroteca Nacional de México, por lo tanto, su edición está conformada por 264 de ellos. En su momento, Carter precisó que los “Platos”: “Rataplán” e “Historia de un pantalón” habían sido recopilados en *Cuentos completos y otras narraciones* (1958).⁴⁰

Asimismo, este investigador mencionó que ocho de los “Platos” que rescató del “álbum de recortes” no tenían fecha, por lo que les asignó una disposición aproximada “mediante evidencia cronológico-temática”. Para la edición crítica que elaboré, ubiqué y feché seis de ellos en el lugar que les corresponde, ellos son: “Rascar después de la muerte”, “Sirva usted la sopa al señor”, “Por un olvido”, “Menudencias”, “La señorita matemática” y “El tesoro escondido”.⁴¹ Mientras que el séptimo “Plato del día. Puchero doméstico” quedó tentativamente datado el 1º de agosto de 1883 (las razones se presentan en su respectiva nota número uno o de ubicación en el volumen *Obras XV*). También respeté la decisión del primer editor de retirar el texto con el subtítulo “Las prometidas. Princesita”, firmado con el seudónimo Crysantema,⁴² por no tener ninguna relación estilística ni de contenido con la serie.

Edité esta columna como un *codex unicus*, salvo una excepción: “Pierna de palo”, publicado primero con la firma de Junius –otro de los

³⁹ E. K. Mapes, “Los seudónimos de Manuel Gutiérrez Nájera”, en *Revista Hispánica Moderna*, año XIX, 1-4 (enero-diciembre de 1953), p. 153, *apud* Boyd G. Carter, “Estudio preliminar” a *Obras XV. Plato del día*, p. VII.

⁴⁰ *Vid.* Manuel Gutiérrez Nájera, *Cuentos completos y otras narraciones*, pp. 252-253 y 369-371, respectivamente.

⁴¹ El Plato “Un tal Jannete” fue datado por Ana Elena Díaz Alejo en *Obras IX. Periodismo y literatura*, p. 391.

⁴² “Este ‘Plato’, fechado el 29 de julio de 1893, se publicó en *El Universal* cuatro días más tarde (2 de agosto)” (B. G. Carter, nota 3 al “Estudio preliminar”, en *op. cit.*, p. VII).

seudónimos najerianos— en “Cartas de Junius”, en *El Universal* el 24 de septiembre de 1892 y, posteriormente, como “Plato” en el mismo periódico el 7 de diciembre de 1894.

Cabe precisar que los criterios de *emendatio* son los del proyecto y, en relación con los índices, vale la pena acotar que el volumen de *Plato del día* es el más prolífico, ya que cuenta con quince: Personas; Obras; Personajes; Refranes, dichos, frases y aforismos; Arias, canciones y poemas; Calles, callejones, avenidas y barrios; Edificios y monumentos; Instituciones y asociaciones académicas y culturales; Establecimientos y sociedades comerciales o de crédito; Teatros, compañías teatrales y escenarios; Sitios urbanos y de diversión; Oficinas y establecimientos gubernamentales y privados; Publicaciones periódicas; Platillos [culinarios], y un índice general de los escritos. Con ellos se pretende mostrar el universo referencial de la columna.

En cuanto a la hermenéutica, debo mencionar que tiempo atrás, al editar las meditaciones políticas y morales najerianas, demostré que el modernista Gutiérrez Nájera, opuesto a la opinión de la crítica del siglo XX, no fue uno de los escritores aristócratas de la cultura, confinados en su torre de marfil para dedicarse a su estética; por el contrario, El Duque Job fue un literato comprometido con un modelo de nación, al que defendió —y en ocasiones criticó— en sus colaboraciones periodísticas. En el caso de los “Platos”, en el estudio introductorio analicé a nuestro autor desde la óptica del intelectual crítico. Veamos.

Al momento de redacción de estos textos, el espacio periodístico mexicano había dado un giro: del *foro* (“reunión para discutir asuntos de interés actual ante un auditorio que a veces interven[ía] en la discusión”),⁴³

⁴³ RAE, *Diccionario de la lengua española* (Madrid, 2014).

se transformó en un *campo de batalla*.⁴⁴ En este mismo sentido, muchos años antes, Recamier había expresado:

Obedeciendo a la ley de la evolución, pase del período militar al período civil; las letras vencen a las armas y el niño que antes jugaba a militar hoy juega a diputado y a ministro. Las memorables y no olvidadas contiendas que se empeñaban el día de [ayer] entre muchachos, con no pocos descalabros y descalabraduras de troyanos y tirios, ya no se traban por las huestes enemigas en plazuelas y barrios; ahora el campo de las maniobras es el periodismo, el *campo de batalla* ocupa todo el amplio porvenir, y las fuerzas beligerantes no se reclutan sólo entre arrapiezos, prófugos de la escuela primaria, sino entre jóvenes que ya cursan materias profesionales, en los poquísimos ratos de ocio que les dejan las faenas políticas.⁴⁵

La prensa se conformó, pues, en un “espacio liberador respecto del Estado” al brindar a los colaboradores “cierta independencia” y la posibilidad de defender una posición crítica,⁴⁶ aunque ésta estuviera cuestionada por el subsidio que el Estado otorgaba a los periódicos. Debe tenerse presente que el presidente Benito Juárez (1858-1872) inició las subvenciones a la prensa como mecanismo de control a la oposición y que, durante sus gobiernos (1876-1880 y 1884-1911), Porfirio Díaz, además de continuar esta práctica, aumentó y favoreció a los “escritores adictos” con empleos dentro del aparato estatal.⁴⁷ De esta forma, el Poder Ejecutivo otorgó ciertos beneficios de la clase dirigente a algunos de ellos, en premio

⁴⁴ Según Elías José Palti, en aquel entonces la prensa tuvo un papel clave tanto por su capacidad como vehículo para la difusión de ideas como por los argumentos y el efecto persuasivo que ejerció en sus eventuales lectores. “Más decisiva aún fue su capacidad material para generar *hechos* políticos sea orquestando campañas, haciendo circular rumores [...], buscando aglutinar a los propios seguidores o tratando de introducir cuñas en las filas opuestas, en fin, *operar* políticamente, intervenir sobre la escena partidaria sirviendo de base para los diversos intentos de articulación (o desarticulación) de las redes políticas” (*La invención de una legitimidad. Razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX. Un estudio sobre las formas del discurso político*, pp. 397-398).

⁴⁵ Recamier, “Plato del día. Soldaditos de San Juan”, en *El Universal*, t. X, núm. 41 (25 de junio de 1893), p. [2], recogido en *Obras XV. Plato del día (1893-1895)*, pp. 145-146; las cursivas son mías.

⁴⁶ Cf. Alejandra Laera, “Cronistas, novelistas: la prensa periódica como espacio de profesionalización en la Argentina (1880-1910)”, en C. Altamirano (dir.), *Historia de los intelectuales en América Latina. 1. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*, pp. 517-518.

⁴⁷ M. del Carmen Ruiz Castañeda, “La prensa durante el Porfiriato (1880-1910)”, en *El periodismo en México*, p. 230.

a su lealtad política, pero también a sus méritos intelectuales, que eran prestigiosos para un régimen de cuño ilustrado, por lo que no fue extraño que de las filas del periodismo y de la literatura surgieran diputados, gobernadores, magistrados, diplomáticos, entre otros.

Gutiérrez Nájera vivió esta circunstancia, ya que después de subsistir sólo de su pluma durante una década (1875 a 1885), en 1886 fue “electo” –por no decir designado– diputado suplente por el Cantón de Tepic en la XIII Legislatura y, a partir de 1888, como diputado titular por el distrito de Texcoco durante las Legislaturas XIV, XV, XVI y XVII, cargo que ocupó hasta su fallecimiento, el 3 de febrero de 1895. Al respecto, vale la pena especificar que en el *Diario de Debates* sólo consta una participación de Gutiérrez Nájera, cuando éste aceptó formar parte de la comisión representativa de la Cámara en el homenaje *post mortem* a Ignacio Manuel Altamirano, en 1893. Con lo hasta aquí mencionado, me cuestioné: ¿desde el Congreso, Manuel Gutiérrez Nájera podía ser calificado como intelectual crítico? Para responder la pregunta, partí del hecho de que como diputado guardó silencio en las discusiones que se llevaban a cabo en el Congreso, pero como periodista, Recamier obtuvo de ellas buena parte de los temas que trató críticamente en su columna.

La tendencia de nuestro autor fue la de los periodistas que creyeron en la necesidad de un cambio, y aunque en sus textos haya comulgado en buena medida con la ideología positivista de la clase dominante, también hizo señalamientos contrarios a la política gubernamental. En otras palabras, expuso sus ideas con sumo cuidado y evitó un enfrentamiento directo con la figura presidencial, pero nunca dejó de expresar su apreciación sobre lo que concebía transformable en términos políticos, sociales y culturales. En lo general, Gutiérrez Nájera se desempeñó como una voz enjuiciadora, aun cuando sus intereses pudieran verse afectados;

tal fue el caso de su “Plato de vigilia”, donde escribió acerca de la permanencia indefinida de los miembros del Congreso, texto publicado la víspera del resultado de las elecciones de 1894:

En las Cámaras sucede lo contrario que en el matrimonio: cuentan que los que están dentro de éste quieren salir, y los que están fuera de él quieren entrar. Ahora bien, de las Cámaras, nadie quiere salir, y a las Cámaras todo hijo de vecino quiere entrar. Una vez que el diputado o senador toma posesión de la curul, ésta se vuelve, no adherencia ni apéndice de su cuerpo, sino parte principalísima de él mismo. De manera que un legislador no reelecto es un hombre incompleto... ¡Y mañana es el día de las amputaciones!⁴⁸

Como vemos, Gutiérrez Nájera fue un representante de esa constelación de escritores que, en México, no sólo revisó y criticó, sino también elaboró propuestas en distintos ámbitos. Esta nueva manera de socializar en el campo literario, es decir, el tener la conciencia clara respecto de “generar hechos políticos”, el manifestar la intención o finalidad concreta del acto de habla, de “traducir y explicar a sus lectores” los artículos aparecidos en otros medios mexicanos y extranjeros, es lo que los estudiosos han definido como el nacimiento de los intelectuales en América Latina.

Con el rescate de la columna “Plato del día”, pienso que, inmerso en la era del “progreso” donde la ley del más fuerte lo acechaba, Gutiérrez Nájera logró encontrar los medios eficaces para, en ardua competencia, conservar su autoridad frente al *reporter*, figura que iba ganando espacio en las páginas de los periódicos; por ello, dio un giro radical a su personalidad escrituraria y a su forma de expresión. A partir de la postura que Recamier tuvo ante los acontecimientos que vivió y las ideas que marcaron el rumbo de su proceder político y sociocultural, a lo que sumo el conocimiento que tuvo de su realidad, de la influencia social que podía ejercer en su público

⁴⁸ Recamier, “Plato del día. Plato de vigilia”, en *El Universal*, 2ª época, t. XIII, núm. 30 (6 de julio de 1894), p. 1, recogido en *Obras XV. Plato del día (1893-1895)*, pp. 849-851.

lector y de la necesidad de modernizar su ejercicio periodístico, creo que puede considerársele como un intelectual crítico, puesto que salvaguardó una distancia analítica e intervino, en palabras de Antonio Gramsci (1891-1937), “en los discursos públicos, para cuestionar los dogmas y el pensamiento ortodoxo, para representar una disidencia”.⁴⁹ Por estas razones, sostengo que al dar un vuelco a su discurso meditativo, propio del ensayo y de un público culto, y crear otra modalidad de enunciación, cifrada en la polémica socarrona, en la “ambigüedad” política, en la parodia o en la diatriba, pero conservando implícitamente la intención persuasiva, se mantuvo en las preferencias de un público general. De la lectura de estos “Platos”, puedo afirmar que El Duque Job fue un intelectual no sólo a partir de la definición que del vocablo ofrecía la Real Academia en el siglo XIX: “persona dedicada al estudio y a la meditación”,⁵⁰ sino también en la acepción que el siglo XX le dio al término; por ejemplo, Friedhelm Schmidt-Welle, en “Letrados e intelectuales en Argentina y México”, describió al intelectual como el hombre ilustrado que mantiene una perspectiva crítica e interviene en el discurso público, con el objetivo

⁴⁹ “Por intelectuales es preciso entender no sólo aquellas capas comúnmente designadas con esta denominación, sino en general toda la masa social que ejerce funciones organizativas en sentido lato, tanto en el campo de la producción como en el de la cultura y en el político-administrativo” (A. Gramsci, *Cuadernos de la cárcel*, 5, p. 412). Gramsci define, además, la contraposición entre “intelectual orgánico”, aquel que “sirve a su clase con su discurso legitimador” (cf. A. Gramsci, *La formación de los intelectuales*, México / Barcelona / Buenos Aires, Grijalbo, 1967, pp. 21-32, *apud* F. Schmidt-Welle, “Letrados e intelectuales en Argentina y México”, en *La historia intelectual como historia literaria*, p. 18). // Para este estudio asumí, por una parte, la concepción del término “intelectual” que ofrece Friedhelm Schmidt-Welle, al basarse en conceptos de Antonio Gramsci y de Edward Said (*vid.* F. Schmidt-Welle, “Letrados e intelectuales en Argentina y México”, en *La historia intelectual como historia literaria*, pp. 15-34); por la otra, el establecimiento del tipo de relaciones entre intelectuales dominantes y dominados que estudió Pierre Bourdieu, quien afirmó que los intelectuales “son, en tanto que poseedores de capital cultural, una fracción (dominada) de la clase dominante [... es por ello que] muchos de sus posicionamientos –en temas políticos, por ejemplo– se deben a la *ambigüedad* de su posición de dominados entre los dominantes” (P. Bourdieu, “¿Cómo liberar a los intelectuales libres?”, pp. 67-78). Específicamente, para el caso mexicano, recurrí al planteamiento sobre el intelectual que aporta Juan Pascual Gay, “Cosmopolitismo versus nacionalismo. El intelectual en México, 1869-1894”, en *Aquellos poetas de entonces. Ensayos sobre literatura mexicana del siglo XIX*, pp. 15-60.

⁵⁰ RAE, *Diccionario de la lengua castellana* (Madrid, 1884).

de cuestionar –en el caso najeriano desde su ideología positivista– la realidad nacional.⁵¹

Si bien en el discurso de los “Platos” Recamier tuvo cuidado de no confrontar directamente al poder presidencial, la realidad es que era un crítico incisivo o un defensor ecuaníme del mismo, dependiendo de sus parámetros del “deber ser”. Tal fue el caso de “¡No se debe pagar! Artículo trascendental”, donde en boca de un supuesto Canuto Pérez, empleado de una “oficina pública”, habla de la precaria situación del país y declara su impotencia ante la coyuntura originada por el decreto presidencial emitido el 1° de julio de 1893, que descontaba del 5% al 10% del salario de los empleados civiles y militares, debido a las difíciles circunstancias económicas por las que atravesaba el Gobierno:

¿Qué hago, pues, en el caso extremo actual? Aquí están mis cien pesos, digo mis noventa. Ya he calculado todas las rebajas que puedo hacer en mi presupuesto doméstico para que no muramos de hambre. [...] ¿A quién debo pagar de preferencia, al zapatero, al panadero, al sastre humilde, al artesano menesteroso para quien vale un peso mil centavos, o al agiotismo que podrá esperarme, compensando con el lucro que obtenga algo más tarde lo que por la demora haya obtenido? ¿Enflaqueciéndome pareceré más bueno y sano a los demás? ¿Abre alguien crédito a un hambriento, por honrado que sea? [...] / Salvo ante todo la paz de casa. Salvo el sosiego, porque sin él no puedo trabajar, y sin trabajar no puedo pagar. La frase: “todo se ha perdido menos el honor” es una frase falsa, de comedia. Cuando todo se ha perdido, se ha perdido todo. [...] / Yo, Canuto Pérez, empleado servicial y laborioso que gana en nómina, o sea, nominalmente, cien durillos mensuales; yo víctima de la suerte, aunque con muy fundadas esperanzas de tomar el desquite, hago lo que la Rusia: “me recojo”.⁵²

La actitud del autor frente a los hechos se dejó vislumbrar en la tensión ideológica; por ejemplo: en ocasiones se inclinaba por los desfavorecidos económicamente; otras veces, defendió su *independencia* del

⁵¹ F. Schmidt-Welle, “Letrados e intelectuales en Argentina y México”, en *La historia intelectual como historia literaria*, p. 17.

⁵² Recamier, “Plato del día. ¡No se debe pagar! Artículo trascendental”, en *El Universal*, t. X, núm. 47 (2 de julio de 1893), p. [3], recogido en *Obras XV. Plato del día (1893-1895)*, pp. 163-167.

poder, cuando fue cuestionado por hablar positivamente de algún funcionario que, a su parecer, cumplía de manera acertada con su trabajo. Como intelectual crítico, Manuel Gutiérrez Nájera luchó “por hacerse escuchar en los espacios públicos, por conseguir unas ventanas para sus discursos críticos, incómodos y heterodoxos”.⁵³ Lo interesante es que, como conciencia vigilante, prefirió el espacio del periodismo, porque gracias a él ampliaba el espectro de lectores a quienes podía influir, así como porque allí su prédica quedaba resguardada tras un seudónimo, a diferencia de la esfera forense –Cámara de Diputados–, donde las discusiones resultaban predecibles y, ante las firmes convicciones de los legisladores, las voces críticas poco lograban. Esta columna constituyó el plato fuerte del día a día ciudadano, en el que Recamier servía las acciones políticas, saboreadas y salpimentadas por las distintas especias del humor, lo cual le garantizó un gran público. Los 264 “Platos del día” quedan como material para historiar no sólo la producción literaria y periodística, sino también las prácticas políticas y las costumbres de la sociedad mexicana de finales del siglo XIX.

Si partimos de que una “obra fue creada para ser leída más que para ser analizada”, la labor del filólogo literario encuentra su misión en la función de orientar y enriquecer la comprensión de la obra que trabaje; así, su tarea, principalmente, estará dedicada a “desentrañar los problemas que plantea la obra ya en su puro nivel de lectura, esto es, las dificultades textuales, lingüísticas, referencias eruditas y de contenido, etcétera, que pueden obstaculizar su recta comprensión. El crítico entonces asume por encima de todo el papel de intérprete, de ‘hermeneuta’, de mensajero y mediador entre la obra y el lector”.⁵⁴ Ése es el rol central de los editores

⁵³ E. Said, *Representations of the Intellectual. The 1993 Reith Lectures*, New York, Vintage, 1996, pp. 85-102, *apud* F. Schmidt-Welle, *op. cit.*, p. 18.

⁵⁴ Miguel Ángel Pérez Priego, *La edición crítica a de textos*, p. 10.

críticos, quienes dedicados al rescate y la depuración de textos, los preparan para una crítica eficaz, certera y provechosa que ayude a una mejor comprensión de la cultura nacional.

BIBLIOGRAFÍA

- BLECUA, Alberto, “Generalidades sobre crítica textual”, en *Signos viejos y nuevos. Estudios de historia literaria*. Barcelona, Crítica, Letras de Humanidad, 2006.
- , *Manual de crítica textual*. Madrid, Castalia, 1983 (Literatura y Sociedad, 33).
- BOURDIEU, Pierre, “Campo intelectual y proyecto creador”, en Nara Araujo y Teresa Delgado, selección y apuntes introductorios a *Textos de teorías y crítica literarias (del formalismo a los estudios postcoloniales)*. México, Rubí (Barcelona), Anthropos Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa y Rectoría General, 2010 (Obras Generales), pp. 155-183.
- , “¿Cómo liberar a los intelectuales libres?”, en *Cuestiones de sociología*. Traducción de Enrique Martín Criado. Madrid, Akal, Istmo, 2013 (Básica de Bolsillo).
- CARTER, Boyd G. y Mary Eileen Carter. *Escritos inéditos de sabor satírico. “Plato del día”*. Estudio, edición y notas de B. G. C. y M. El. C Columbia, Missouri, University of Missouri Press, 1972 (University of Missouri Studies, LVII).
- CLARK DE LARA, Belem, *Letras mexicanas del siglo XIX. Modelo de comprensión histórica*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, Seminario de Edición Crítica de Textos, 2009 (Resurrectio. III Instrumenta Filologica, 1).
- , “Introducción” a *Obras XIV. Meditaciones morales (1876-1894)*. Edición crítica, introducción, notas e índices de B. C. de L. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, 2007 (Nueva Biblioteca Mexicana, 161), pp. LXI-CXXVII.
- , *Tradición y modernidad en Manuel Gutiérrez Nájera*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1998 (Ediciones Especiales, 9).

- , Concepción Company, Laurette Godinas y Alejandro Higashi, *Crítica textual. Un enfoque multidisciplinario*. México, El Colegio de México, Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2009.
- , y Fernando Curiel Defossé, “Filología literaria”, en *Filología mexicana*. Prólogo de Belem Clark de Lara y Fernando Curiel. Colaboraciones de Antonio Alatorre, José Alejos García, Maricela Ayala Falcón, Mauricio Beuchot Puente, *et al.* México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 2001 (Ediciones Especiales, 23), pp. 77-110.
- y Fernando Curiel Defossé, “Práctica, caminos y elogio de la Filología Mexicana”, en *Jornadas Filológicas. Memoria. 1999*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 2000, pp. 303-315.
- DÍAZ ALEJO, Ana Elena, *Manual de edición crítica de textos literarios*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 2003.
- , *Edición crítica de textos literarios: Propuesta metodológica e instrumenta*. México, Seminario de Edición Crítica de Textos, Instituto de Investigaciones Filológicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- DÍAZ CASTAÑÓN, Carmen, “Capítulo III. Estudio filológico”, en *Métodos de estudio de la obra literaria*. José María Díez Borque, coordinador. Madrid, Altea, Taurus, Alfaguara, 1989 (Persiles, 150), pp. 121-144.
- GRAMSCI, Antonio, *Cuadernos de la cárcel, 5* [1975]. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Traducción de Ana María Palos. México, Ediciones Era, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.
- GUTIÉRREZ NÁJERA, Manuel, *Cuentos completos y otras narraciones*. Prólogo, edición y notas de E. K. Mapes. Estudio preliminar de Francisco González Guerrero. México, Fondo de Cultura Económica, 1958 (Biblioteca Americana).
- , *Obras I. Crítica literaria. Ideas y temas literarios. Literatura mexicana* [1959], 2ª edición aumentada. Investigación y recopilación de Erwin K. Mapes. Edición y notas de Ernesto Mejía Sánchez. Introducción de Porfirio Martínez Peñaloza. Índices de Yolanda Bache Cortés y Belem Clark de Lara. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1995 (Nueva Biblioteca Mexicana, 4).

- , *Obras IX. Periodismo y literatura (1879-1894)*. Edición crítica, introducción, notas e índices de Ana Elena Díaz Alejo. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Estudios Literarios, 2002 (Nueva Biblioteca Mexicana, 147).
- , *Obras XI. Narrativa I. Por donde se sube al cielo (1882)*. Prólogo, introducción, notas e índices de Belem Clark de Lara. Edición de Ana Elena Díaz Alejo. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Estudios Literarios, 1994 (Nueva Biblioteca Mexicana, 118).
- , *Obras XV. Plato del día (1893-1895)*. Edición crítica, estudio preliminar y notas de Belem Clark de Lara. Índices de B. C. de L. y Pamela Vicenteño Bravo. México. Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, Instituto de Investigaciones Filológicas, Seminario de Edición Crítica de Textos, 2018 (Nueva Biblioteca Mexicana, 180).
- LAERA, Alejandra, “Cronistas, novelistas: la prensa periódica como espacio de profesionalización en la Argentina (1880-1910)”, en Carlos Altamirano, director, *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires / España, 2008, pp. 495-522.
- MARTÍNEZ, José Luis, *La expresión nacional* [1955]. México, [1ª ed. en] Editorial Oasis, 1984 (Biblioteca de las Decisiones, 7).
- MONSIVÁIS, Carlos, “Ignacio Manuel Altamirano. Cronista”, en *Obras completas de I. M. A. VII Crónicas 1*. Edición, prólogo y notas de C. M. México, Secretaría de Educación Pública, 1987, pp. 9-25.
- PALTI, Elías José, *La invención de una legitimidad. Razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX (Un estudio sobre las formas del discurso político)*. México, Fondo de Cultura Económica, 2005 (Sección de Obras de Historia).
- PASCUAL GAY, Juan, “Cosmopolitismo versus nacionalismo. El intelectual en México, 1869-1894”, en *Aquellos poetas de entonces. Ensayos sobre literatura mexicana del siglo XIX*. San Luis Potosí, El Colegio de San Luis, 2013 (Colección Investigaciones), pp. 15-60.
- PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel, *La edición crítica de textos*. Madrid, Síntesis, 1997 (Teoría de la Literatura y Literatura Comparada, 20).
- , *Ejercicios de crítica textual* [Edición digital]. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, noviembre de 2010.

- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, *Diccionario de la lengua española*, 23ª edición. Madrid, Espasa Calpe, 2014. Soporte electrónico: <http://www.rae.es/> [consultado el 22 de abril de 2014].
- , *Diccionario de la lengua castellana*. Madrid. Imprenta de don Gregorio Hernando, 1884. Soporte electrónico: <http://www.rae.es/> [consultado el 10 de octubre de 2015].
- RUIZ, Elisa, “Capítulo II. Crítica textual. Edición de textos”, en *Métodos de estudio de la obra literaria*. Coordinación de José María Díez Borque. Madrid, Altea, Taurus, Alfaguara, 1989 (Persiles, 150), pp. 67-120.
- RUIZ CASTAÑEDA, María del Carmen, “La prensa durante el Porfiriato”, en Luis Reed y Ma. Del C. R. C., *El periodismo en México. 500 años de historia*. México, EDAMEX, Club Primera Plana, 1995.
- SABATO, Hilda, “Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: la prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900)”, en Carlos Altamirano, director, *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires / España, 2008, pp. 387-411.
- SANTAMARÍA, Francisco J., *Diccionario de mejicanismos* [1959]. Razonado, comprobado con citas de autoridades, comparado con el de americanismos y con los vocabularios provinciales de los más distinguidos diccionaristas hispanoamericanos, 5ª edición. Méjico, Porrúa, 1992.
- SCHMIDT-WELLE, Friedhelm, “Letrados e intelectuales en Argentina y México”, en *La historia intelectual como historia literaria*, F. S. W., coordinador. México, El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios. Cátedra Guillermo y Alejandro de Humboldt, 2014 (Estudios de Lingüística y Literatura, LXI), pp. 15-34.
- TOUSSAINT ALCARAZ, Florence, *Escenario de la prensa en el Porfiriato*. México, Universidad de Colima, Fundación Manuel Buendía, 1989.

AS EDIÇÕES DA LÍRICA

profana galego-portuguesa: uma análise do conjunto

Risonete Batista de Souza¹

1 INTRODUÇÃO

A poesia lírica de tema profano produzida nas cortes da Península Ibérica entre finais do século XII até meados do XIV e legada, sobretudo, pelos três principais cancioneiros remanescentes – o Cancioneiro da Ajuda, o Cancioneiro da Biblioteca Nacional e o Cancioneiro da Vaticana – tem sido publicada desde o século XIX por estudiosos de diferentes escolas e que seguiram critérios os mais variados. A maior parte das edições tem como público alvo o estudioso da literatura, o que se justifica por serem as cantigas textos líricos e, portanto, literários. No entanto, o leitor atual, que tem acesso a esta produção exclusivamente através dessas edições, mesmo as que buscam manter o texto mais próximo possível ao

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada de Filologia Românica do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: risonete@ufba.br.

legado no manuscrito, encontra-se, em muitos casos, bem distante daquele que circulou no ambiente em que floresceu a poesia lírica peninsular medieval. Neste trabalho, faremos a descrição dos diferentes modelos de edição destas cantigas, compararemos os critérios adotados, os tipos de edições, a saber, diplomáticas, críticas totais, parciais por gêneros ou por autores, quando houver, bem como as três edições do corpus completo disponíveis *online*: a quarta versão da primeira base de dados sobre a lírica, a *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)*, disponível em <http://bernal.cirp.gal/ords/f?p=MEDDB3:2>, a preparada pela equipa de Graça Videira Lopes, <https://cantigas.fcsh.unl.pt/>, publicada em 2011, e a coordenada por Manoel Ferrero <https://universocantigas.gal/>, ainda em processo de publicação.

Estas duas últimas edições têm a vantagem de tornar acessível ao público interessado o conjunto total de textos manuscritos legados não apenas pelos principais cancioneiros, mas também pelas folhas volantes – Pergaminho Sharrer² e Pergaminho Vindel³ – bem como o texto crítico, a edição diplomática, disponível apenas no portal de Ferrero, os manuscritos, disponibilizados pelo portal de Lopes, glossários, bibliografia relacionada aos textos e comentários sobre temas, recursos formais e retóricos, relações entre as cantigas, problemas de atribuição e aspectos musicais.

Este trabalho visa apresentar as principais edições elaboradas ao longo de mais de um século, que permitiram, paulatinamente, o acesso do público especializado tanto os estudiosos da literatura, como os da história

² Trata-se de um fólio mutilado, pertencente à última década do século XIII ou ao início do XIV, contendo o fragmento de sete cantigas de amor do rei D. Denis, com notação musical. Para mais informações, cf. verbete no *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (LANCIANI; TAVANI, 1993).

³ Folha volante do último terço do século XIII, contendo sete cantigas de amigo de Martin Codax, com notação musical. Cf. verbete em Lanciani e Tavani (1993).

da língua e os filólogos, empenhados em compreender o legado trovadoresco peninsular. O levantamento não será exaustivo, porque não dispomos de espaço para realizá-lo, mas focará os trabalhos mais relevantes, que repercutiram entre os especialistas do tema.

2 AS PRIMEIRAS EDIÇÕES

No âmbito das pesquisas suscitadas pelo espírito investigador do período romântico, o primeiro cancioneiro em que fora recolhida a lírica românica medieval em galego-português encontrado foi o Cancioneiro da Ajuda. As primeiras referências ao códice que se achava na Livraria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa datam do início do século XIX. A despeito de haver outras edições parciais ou completas, cuidadosamente descritas e analisadas pela romanista Carolina Michaëlis de Vasconcellos, no segundo volume de sua edição crítica do Cancioneiro da Ajuda, publicada em Halle em 1904, esta é a data efetiva em que as 310 composições copiadas em data coetânea à atividade dos últimos trovadores alcançam público mais amplo. A romanista alemã dedicou-se à exploração deste espólio literário por cerca de um quarto de século antes da publicação da sua monumental edição. Neste ínterim, trabalhou laboriosamente sobre o códice e a poesia que ele transmite, inventariou com cuidado, pôs ordem e interpretou tudo que havia sido publicado até então, ampliou as pesquisas nos arquivos, trocou correspondência com os especialistas da sua época e contribuiu para o desenvolvimento dos estudos futuros, a partir de então em bases documentais mais sólidas e, sobretudo, com rigor filológico. A edição crítica e comentada do Cancioneiro da Ajuda, de Carolina Michaëlis, possui dois volumes, o primeiro, composto por “texto, com resumo em alemão, notas e eschemas

métricos”, conforme consta na folha de rosto, os textos vêm precedidos por uma advertência preliminar, em que a romanista historia o processo de confecção da edição, descreve o códice e explica as normas de transcrição adotadas; o segundo compõe-se de “investigações bibliographicas, biographicas e histórico-litterarias”.

Antes da obra de Carolina Michaëlis, em 1875, Ernesto Monaci havia publicado a edição diplomática do cancionero galego-português copiado na Itália em finais do século XV ou início do XVI aos cuidados do humanista italiano Angelo Colocci, encontrado na Biblioteca Vaticana (Códice 4803), trata-se da edição intitulada *Il Canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*, acompanhada por fac-símiles, notas, índice onomástico, tabela de interpretação das abreviaturas (MONACI, 1875). Pouco depois, novo códice veio a lume, agora o mais monumental de todos, atualmente denominado Cancioneiro da Biblioteca Nacional, em referência ao local onde se encontra hoje, isto é, a Biblioteca Nacional de Lisboa. Encontrado pelo historiador italiano Constantino Corvisieri, na biblioteca do conde Paolo Antonio Brancuti, o códice ficou conhecido como o Cancioneiro Colocci-Brancuti, em referência ao humanista italiano, que o mandou copiar e o revisou, e ao seu possuidor na época da descoberta. Um discípulo de Monaci, Enrico Molteni, iniciou a tarefa de publicar as cantigas não constantes no códice da Vaticana, mas faleceu sem concluir a tarefa, que foi levada a cabo por seu mestre; trata-se da edição intitulada *Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti, pubblicato nelle parti che completano il códice vaticano 4803 da Enrico Molteni*.

As três edições apresentadas acima dão conta da totalidade das cantigas transmitidas nos três códices, mas são muito desiguais entre si. A rigor, a princípio, somente o códice da Vaticana tem uma edição diplomática, em 1941, a esta veio se juntar a edição que Henry Carter

publicou, intitulada *Cancioneiro da Ajuda. A Diplomatic Edition*. A edição diplomática do códice Colocci-Brancuti existente é parcial e só engloba os textos que não foram transmitidos pelo Cancioneiro da Vaticana. Portanto, parece que o objetivo que moveu os primeiros filólogos que se esforçaram por dar visibilidade ao espólio trovadoresco galaico-português era a publicação dos textos, deixando a materialidade dos códices em segundo plano.

A edição de Carolina Michaelis de Vasconcellos, apesar de sua importância até hoje, traz 467 textos, portanto, 157 a mais do que efetivamente contém o manuscrito editado. Isto se deve ao fato de que ela buscou completar as lacunas claramente existentes no cancionero com os textos transmitidos pelos apógrafos italianos, deles retirando também a identificação dos autores, inexistente no códice da Ajuda.

Após a edição de 1904, que a rigor publicou não apenas o conteúdo do manuscrito da Ajuda, mas um conjunto razoável das cantigas de amor, pois o códice medieval traz apenas cantigas deste gênero, a lógica das edições vai mudar, focando nos três principais gêneros das cantigas, a saber, as cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer.

3 AS EDIÇÕES POR GÊNEROS E POR AUTORES

Sob a influência de Carolina Michaelis, os próximos trabalhos de edição da lírica profana galego-portuguesa vão trilhar por outros caminhos, o da edição crítica, com foco no texto como monumento literário, ficando os dados linguísticos restritos às notas e aos estudos pontuais de aspectos considerados relevantes.

As edições seguintes serão organizadas por gênero. De um lado, as de temática lírico-amorosas, classificadas como cantigas de amor e de amigo, e de outro, as satíricas, denominadas de escárnio e de maldizer. Entre 1926 e 1928, José Joaquim Nunes publicou as cantigas de amigos transmitidas pelos cancioneiros italianos, em três volumes, e em 1932, as cantigas de amor que não integraram a edição do Cancioneiro da Ajuda de Carolina Michaëlis. As poesias pertencentes ao terceiro gênero, as cantigas satíricas, só virão a público reunidas em uma edição crítica em 1965, as *Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, de Manoel Rodrigues Lapa (LAPA, 1965), a qual continha 428 cantigas. Na segunda edição, publicada em 1970, o filólogo acrescentou mais três textos ao *corpus* inicial. João Dionísio (LANCIANI, TAVANI, 1993, p. 382) nos informa que Lapa aspirava fazer uma terceira edição, para a qual reuniu material com a colaboração de José Luiz Rodríguez, mas veio a falecer antes de cumprir seu intento. Não resta dúvidas de que o terceiro dos três gêneros principais do corpus trovadoresco galaico-português é o mais desafiador. As cantigas versam sobre temas variados, desde os históricos e facilmente identificáveis, como a traição dos vassallos de D. Sancho II, que mudaram para o partido do Bolonhês, futuro Afonso III, as desditas do rei D. Afonso X, que enfrentou irmãos aspirantes ao trono e nobres omissos nas guerras contra os mouros, a acontecimentos triviais, personagens desconhecidos, cujo sentido cabal nos escapa por terem sido ancorados na *aequivocatio*, por apresentarem um léxico de significado obscuro para nossa época, ou ainda pelas lacunas decorrentes de vicissitudes várias, pelos erros de transmissão e pelos possíveis equívocos dos copistas.

Em 1993, Graça Videira Lopes defendeu na Universidade Nova de Lisboa sua dissertação de doutoramento em Literatura Portuguesa em que

analisava a sátira nos cancioneiros medievais portugueses, publicada em 1994 pela Estampa, na qual defendia a ampliação do corpus satírico editado por Lapa em mais 40 textos. Em 2002, publicaria uma nova edição crítica das cantigas satíricas, na qual relaciona um total de 475 cantigas, ou seja, ampliando substancialmente o número de sátiras publicadas por Lapa.

Ao lado das edições miscelâneas, que englobam vários autores, e que mantêm o espírito das recolhas denominadas cancioneiros, outra lógica se impõe, sobretudo a partir da década de sessenta do século XX, a edição crítica das cantigas de um trovador. Entretanto, o modelo remonta ao final do século XIX, mais precisamente à tese de doutorado do erudito suíço-americano Henry Lang, defendida em Estrasburgo, em 1890, sob a direção de Gustav Gröber, editada em 1892 em Halle, sob o título de *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. A abordagem da poesia lírica medieval em galego-português, focando um autor, e mais precisamente, o rei-poeta português, vai ao encontro da proposta de seu mestre que buscou explicitar o processo de produção e circulação da poesia românica medieval, propondo que esta se dava em vários níveis: primeiro, as folhas volantes, que o jogral levava consigo para executar as cantigas em suas andanças, os *Liederblätter*, depois as recolhas de um autor, *Liederbücher*, ou grupo de autores, *Gelegenheitssammlungen*, e, por fim, a recolha miscelânea, ou seja, os cancioneiros (RIQUER, 1992, p. 16-17).

Em 1907, Oskar Nobiling defendeu em Bonn, sua tese de doutoramento intitulada *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, festejada pelos medievalistas pelo rigor filológico, logo se tornou modelo entre seus pares, sobretudo no Brasil, país onde residia desde sua juventude e que elegera como pátria. O modelo da edição elaborado por Nobiling inspirou

os trabalhos futuros de filólogos brasileiros como Celso Cunha, Segismundo Spina e Leodegário Azevedo Filho, dentre outros.

Nas décadas de 40 e 50 do século XX, Celso Cunha empreendeu a edição de três trovadores seguindo o modelo de Nobiling: *O Cancioneiro de Paay Gomez Charinho* (1945), *O Cancioneiro de Johan Zorro* (1949) e *O Cancioneiro de Martin Codax* (1956). A primeira não chegou a ser publicada em vida, pois sua primeira tiragem foi mimeografada. As três obras foram reunidas em uma edição organizada por Elsa Gonçalves e publicada pela Imprensa Nacional Portuguesa, sob o título de *Cancioneiro dos Trovadores do Mar* (CUNHA, 1999).

No entanto, foi na Itália dos anos sessenta e setenta do século XX que as edições de autores individuais ganharam destaque. Valeria Bertolucci Pizzorusso publicou em Bolonha, *Le poesie di Martin Soares* (PIZZORUSSO, 1963), na sequência, Tavani e Reali trouxeram a público, respectivamente, *Le poesie di Ayra Nunez* (TAVANI, 1964), *Lourenço. Poesie e tenzoni* (TAVANI, 1964) e *Le “cantigas” di Juyão Bolseiro* (REALI, 1964), seguidos por *Pero da Ponte. Poesie* (PANUNZIO, 1967), *Martin Moxa. Le poesie* (PICCHIO, 1968), *Le Poesie di Pedr’Amigo de Sevilha* (MARRONI, 1968), *Il canzoniere di D. Lopo Liáns* (PELLEGRINI, 1969), *Il Canzoniere di Estevan da Guarda* (PAGANI, 1971), *Le poesie di Ayra Carpancho* (MINERVINI, 1974), *Fernand Esquyo. Le poesie* (TORRIELO, 1976), *Il canzoniere di Fernan Velho* (LANCIANI, 1977), *Johan Baveca. Poesie* (ZILLI, 1977), *Bernal de Bonaval. Poesie* (INDINI, 1978), *Il canzoniere di Johan Mendiz de Briteyros* (FINAZZI-AGRÒ, 1979), *Il canzoniere di Vasco Perez Pardal* (MAJORANO, 1979). Nos anos oitenta, o labor editorial dos cancioneros individuais se disseminou por outros centros além dos italianos, embora continuasse vigoroso naquele país: *El Cancionero de Joan Airas de Santiago* (RODRIGUEZ, 1980), *As cantigas de Pero Mafaldo* (SPINA, 1983), *Les*

chansons de Pero Garcia Burgalês (BLASCO, 1984), *Las poesías de Pero Garcia d'Ambroa* (ALVAR, 1986), *Le poesie di Roy Paez de Ribela* (BARBIERI, 1980), *Il Canzoniere di Martim Codax* (SPAGGIARI, 1980), *Fernan Garcia Esgaravunha. Canzoniere* (BERETTA, 1987).

A partir dos anos noventa do século passado, a Galícia assumiu o protagonismo, publicando novas edições ou traduzindo para o galego as publicadas anteriormente: *Fernan Garcia Esgaravunha. Canzoniere* (FERRERO, 1992), *As cantigas de Fernan Paez de Tamalancos* (MARTÍNEZ PEREIRO, 1992), *Pero da Ponte. Poesías* (PANUNZIO, 1992), *As poesías de Martin Soares* (PIZZORUSSO, 1992), *As cantigas de Pero Meogo* (AZEVEDO FILHO, 1995), *O Cancioneiro de Pero Meogo* (MÉNDEZ FERRÍN, 1996).

Excetuando-se as três edições diplomáticas dos principais cancioneiros, a saber, a do Cancioneiro da Vaticana, realizada por Monaci, a edição parcial do Cancioneiro Colocci-Brancuti, de Molteni, e a do Cancioneiro da Ajuda, de Carter, todo o conjunto de edições, citadas anteriormente são críticas e têm como preocupação principal o texto como monumento literário. Embora o aparato crítico e as notas tragam um volume de reflexões linguísticas consideráveis, a língua ou mesmo a materialidade do texto ou dos manuscritos não são o foco destas publicações. Registre-se, ainda, o fato de que o corpus trovadoresco peninsular encontrava-se publicado em edições dispersas, oriundas de diferentes centros de pesquisa, que adotavam critérios diferentes de leitura dos manuscritos. O acesso aos textos e à fortuna crítica do lirismo trovadoresco era difícil e dispendioso.

4 AS EDIÇÕES DO CORPUS COMPLETO

4.1 OS FAC-SIMILES

O acesso aos manuscritos da lírica trovadoresca galego-portuguesa se manteve restrita aos códices depositados nas três bibliotecas – da Ajuda, Nacional de Lisboa e Vaticana –, até a década de setenta do século passado e, mais uma vez, o Cancioneiro da Vaticana foi o primeiro a receber uma edição fac-similar (1973), na sequência, em 1982, foi a vez do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, ambas trazem uma introdução de Lindley Cintra. A luxuosa edição fac-similar do Cancioneiro da Ajuda só foi publicada doze anos mais tarde, em 1994. As três edições foram publicadas em Portugal, respectivamente, pelo Centro de Estudos Filológicos e Instituto de Alta Cultura, pela Biblioteca Nacional e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, e pela Távola Redonda, o Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico e Arqueológico e a Biblioteca da Ajuda. Sabemos, no entanto, que a leitura dos manuscritos é tarefa para especialistas e que um público mais amplo de estudiosos da literatura e da língua ainda encontravam-se diante de barreiras significativas de acesso à totalidade das cantigas.

4.2 AS EDIÇÕES *ON-LINE*

Na década de noventa do século passado, a questão do acesso aos textos das cantigas da lírica profana galego-portuguesas se torna o principal foco do labor dos especialistas, agora preferencialmente sob os auspícios das instituições galegas. Uma equipe de investigadores coordenada por Mercedes Brea trouxe a público uma edição do corpus

completo das cantigas da lírica galego-portuguesa, em dois volumes, publicados pela Xunta de Galicia, através do Centro de Investigações Linguísticas e Literárias Ramón Piñeiro (BREA, 1996). A edição impressa não é, entretanto, o principal objetivo do (sub)projeto Lírica Galego-Portuguesa, dirigido por Vicente Beltrán e Mercedes Brea, e que integra o Projeto maior Arquivo Galicia Medieval. Na verdade, a edição do corpus completo da lírica profana galego-portuguesa resultou da união de dois projetos distintos, o de Vicente Beltrán, que disponibilizara em formato digital fontes manuscritas, acompanhadas de transcrição, e o já iniciado por Mercedes Bréa e equipe, que pretendia agrupar em suporte eletrônico todos os textos trovadorescos conservados, seguindo a ordem do *Repertorio Metrico* de Tavani (1967).

O projeto de edição do corpus trovadoresco reuniu grande equipe e contou com numerosos colaboradores de instituições internacionais. Além de Mercedes Bréa e Vicent Beltrán, cite-se Carlos Alvar, Valeria Bertolucci Pizzorusso, Anna Ferrari, Luciano Formisano, Elsa Gonçalves, Giulia Lanciani, Juan Paredes Nuñez, Giuseppe Tavani, para citar os mais destacados (BREA, 1996, v. 1, p. 9-11). O elemento inovador deste projeto era o fato de que ele pretendia pôr ao alcance do público textos no formato digital, acessíveis via internet.

Além dos textos, apresentados segundo o *Indice bibliografico dei poeti e dei testi anonimi* (TAVANI, 1967, p. 375-518), em que os autores estão ordenados alfabeticamente, e possuem uma ficha bio-bibliográfica sucinta, seguida dos textos atribuídos a cada autor, também em ordem alfabética, com indicação numérica progressiva, acompanhada pelo *incipit*, indica-se o número de cada cantiga nos cancioneiros, o gênero, a modalidade compositiva (se mestria ou refrão), as relações interestróficas, o esquema métrico, a distribuição das rimas, com a indicação do número do esquema

do *Repertorio Metrico* (TAVANI, 1967), os principais recursos empregados e uma bibliografia seletiva que engloba edições e estudos. O texto traz a lição considerada mais correta pelos editores, mas sem aparato crítico, comentário, análise literária, histórica ou linguística.

A proposta de disponibilizar na rede mundial de computadores o corpus trovadoresco galego-português era inovadora, mas o acesso era limitado a pessoas cadastradas previamente. Além disso, nos anos noventa, a internet ainda não tinha alcançado público muito amplo, era cara instável e limitada, sobretudo no Brasil.

Atualmente, a *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)* se encontra na quarta versão⁴, acessível em <http://www.cirp.gal/meddb>⁵. Oferece duas possibilidades de consulta: uma busca simples, que dá acesso ao texto das cantigas, que toma como base uma edição de referência, e a informação biográfica dos trovadores. Esta modalidade de busca se faz primeiro pelo autor, depois pelo *incipit* da cantiga, ambos apresentados em ordem alfabética. A outra modalidade (avançada) dá acesso a quatro níveis de buscas: cantiga, estrofe, verso ou trovador. Cada um destes níveis traz, nesta última versão, um conjunto mais amplo de informações de interesse dos especialistas como rubricas explicativas, transcrições, explicações das notas coloccianas, nos textos transmitidos pelos cancioneiros italianos. Na apresentação do projeto promete-se a disponibilização futura da transcrição paleográfica dos textos direcionada aos filólogos e aos estudiosos da língua medieval, para os quais o acesso aos textos era mediado pelas leituras críticas ou era feita

⁴ A versão mais recente (3.6) é de abril de 2019. As anteriores são a 3.0 de 2016, a 2.0 de 2008 e a primeira (1.0) de 1998.

⁵ Agradeço à colega de equipe Fabiana Prudente a ajuda em localizar na internet essa base de dados, cujo endereço eu havia perdido nos últimos anos.

diretamente através dos fac-símiles, cujas edições são de circulação bastante restrita.

Com a expansão do acesso à internet e o incremento do domínio dos recursos cibernéticos pelos usuários comuns, surgiram dois novos projetos de publicação da totalidade das cantigas trovadorescas galaico-portuguesas, direcionados a um público mais amplo e variado. O segundo projeto exitoso é o portal coordenado pela filóloga portuguesa Graça Videira Lopes (<https://cantigas.fcsh.unl.pt/>). Na página inicial, lê-se uma apresentação sucinta:

A presente base de dados disponibiliza, aos investigadores e ao público em geral, a totalidade das cantigas medievais presentes nos cancioneiros galego-portugueses, as respetivas imagens dos manuscritos e ainda a música (quer a medieval, quer as versões ou composições originais contemporâneas que tomam como ponto de partida os textos das cantigas medievais). A base inclui ainda informação sucinta sobre todos os autores nela incluídos, sobre as personagens e lugares referidos nas cantigas, bem como a “Arte de Trovar”, o pequeno tratado de poética trovadoresca que abre o Cancioneiro da Biblioteca Nacional (LOPES, 2011).

A pesquisa pode ser ampliada, bastando que o navegante clique no link “ler mais”. Todo o site está organizado em layout simples e elegante, iluminuras do Cancioneiro da Ajuda, tipos condizentes com o tema e uma gama significativa de dados importantes para os internautas, desde os simples curiosos aos especialistas. Em cima, o título “Cantigas medievais galego-portuguesas”, na barra horizontal abaixo do título e da iluminura, botões orientam a navegação: Início, Projeto Littera, Música, Recursos, Pesquisa, Modelos occitânicos e franceses.

A base de dados foi construída no âmbito do Projeto Littera, que se propõe a editar, atualizar e preservar o patrimônio medieval português, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, está sediado no Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e

Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Publicada em 2011, a base de dados foi construída entre os anos de 2007 e 2010. A equipe responsável é bastante reduzida e se constitui de uma equipe científica formada pela filóloga Graça Videira Lopes, responsável pelo projeto de edição, Manuel Pedro Ferreira, responsável pela área da música, e Nuno Júdice, além de seis bolsistas e colaboradores; bem como a equipe técnica formada por duas pessoas, Pedro Sousa, responsável pela base de dados, a programação web, e Paula Neves, que assina o design. O grande desafio de um projeto desta envergadura é sua manutenção e atualização, a consulta ao site mostra que a base continua sendo atualizada⁶.

Todo o corpus trovadoresco galego-português está disponível e pode ser acessado por diferentes caminhos: incipit da cantiga, autor, índice dos cancioneros, gênero, tema, tipo, palavras-chave. Todas as cantigas foram editadas criticamente segundo um conjunto de critérios pré-estabelecidos para o projeto. Há toda uma gama de informações relevantes ao alcance de um click: notas explicativas, notas de leitura, notas marginais constantes no(s) manuscrito(s), informações sobre toponímia e antroponímia referidas na cantiga, glossário, descrição com informações sobre o tema e os recursos presentes no texto, versões musicais, se houver, outros dados como *contrafactum*⁷, versões atuais, e o mais relevante, as fontes manuscritas. É possível visualizar o(s) fólio(s) do(s) cancionero(s), ampliar para melhor visualizar dificuldades de leitura, comparar as diferentes lições.

O acesso ao manuscrito é o grande bônus da base de dados em foco. Embora se possa questionar algumas soluções de leitura escolhida pela

⁶ A última atualização que consta no site é de 08/05/2019.

⁷ Na lírica galego-portuguesa o recurso compositivo de *contrafactum* é denominado “de seguir”, definido na *Arte de Trovar* como a cantiga que segue “cada um outra cantiga a som ou en p<alav>ras ou em todo.” (TAVANI, 1999, p. 44).

editora, o fato de o especialista ter ao alcance o(s) texto(s) manuscrito(s) é um recurso de extrema relevância para dirimir dúvidas que persistam. Além do mais, este tipo de publicação permite atualização mais rápida e menos dispendiosa do que a impressa.

Mais recentemente, está em processo de publicação o projeto Universo Cantigas, coordenado por Manuel Ferrero, que objetiva disponibilizar *on-line* a edição crítica digital dos textos da lírica profana galego-portuguesa, acompanhada pela transcrição diplomática. Trata-se da continuidade de um outro projeto, que resultou na publicação do *Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa*, elaborado no período de 2010 a 2015, disponível em <http://glossa.gal>. Devido a sua extensão e complexidade, o projeto Universo Cantigas foi dividido em partes:

Tras a edición, nunha primeira fase (2016-2018), da primeira sección do «cancioneiro xeral» galego-portugués, constituída fundamentalmente por *cantigas de amor* (textos 1-640), a actual segunda fase do proxecto (2019-2022) está a realizar a edición crítica da seguinte sección do cancionero, que contén a maioría das *cantigas de amigo* (textos 641-1.315) (FERRERO, 2018)⁸.

Portanto, já está disponível a primeira parte, das cantigas de amor, e em andamento a sessão seguinte, das cantigas de amigo. Conforme definem seus autores:

Universo Cantigas concíbese como unha empresa global que porá ao dispor do público, en sucesivas fases, todas as cantigas dos *trovadores*, con todas as posibilidades que ofrece o traballo na rede: actualización constante, ausencia de límites de espazo, posibilidade de crecemento e expansión con novos elementos e capacidade de enlace a diversos materiais perieditoriais de evidente valor para a interpretación dos textos (FERRERO, 2018)⁹.

⁸ Depois da edição, numa primeira fase (2016-2018), da primeira seção do «cancioneiro geral» galego-portugués, constituída fundamentalmente por *cantigas de amor* (textos 1-640), a atual segunda fase do projeto (2019-2022) está-se realizando a edição crítica da seguinte seção do cancionero, que contém a maioria das *cantigas de amigo* (textos 641-1.315) (Tradução nossa)

⁹ *Universo Cantigas* concebe-se como uma empresa global que porá ao dispor do público, em sucessivas fases, todas as cantigas dos *trovadores*, com todas as possibilidades que oferece o trabalho na rede: atualização constante, ausência de limites de espaço, possibilidade de acrescentamento e

Ou seja, é possível disponibilizar ao alcance de um click resultados de mais de um século de pesquisas na área. Com design limpo e leve, a página inicial oferece a possibilidade de escolha do idioma: galego, inglês, espanhol, italiano, português, francês ou catalão, embora somente os três primeiros estejam disponíveis nesta fase do projeto. Na horizontal, é possível acessar os seguintes links: Projeto, Manuscritos, Cantigas, Glossário, Links, Foro e Contato. No item Projeto há uma introdução com informações resumidas sobre o mesmo, sobre a lírica profana galego-portuguesa, a metodologia adotada, além do detalhamento dos critérios de transcrição e de edição, a bibliografia existente, o guia de uso, em que se explica de maneira didática como usar os recursos do site, bem como dados sobre a equipe e os trabalhos resultantes do projeto. O item Manuscritos traz a transcrição dos textos, ou seja, trata-se de uma edição diplomática, que conserva as abreviaturas, os aspectos grafemáticos originais, a segmentação das palavras e a pontuação, as notas marginais e todos os aspectos originais dos textos transmitidos pelos cancioneiros, o que é de grande relevância para os estudiosos da língua e da paleografia. O acesso aos textos é ainda facilitado pelo glossário, elaborado na primeira fase do projeto, o qual atualmente foi incorporado ao portal das cantigas.

Os projetos *Littera* e *Universo Cantigas*, a rigor, têm objetivos semelhantes, disponibilizar na rede mundial de computadores a totalidade das cantigas da lírica profana galego-portuguesa, em edição crítica, seguindo critérios uniformes para todo o corpus. O fato de o Projeto *Littera* anteceder o *Universo Cantigas*, no entanto, não significa que haja uma sobreposição. Os objetivos são semelhantes, mas não são iguais, um

expansão com acréscimo de novos elementos e capacidade de oferecer link para diversos materiais bibliográficos de evidente valor para a interpretação dos textos (Tradução nossa).

e outro apresentam peculiaridades e pontos de vista diferentes, que vão além do fato de serem oriundos de centros universitários distintos: o primeiro em Portugal, na Universidade Nova de Lisboa, enquanto o segundo está sediado na Universidade da Coruña, na Galícia.

O Projeto Littera apresenta o texto crítico e o manuscrito, mas o foco é o primeiro. A partir dele pode-se ter acesso a uma série de informações, bastando para isso premir um ícone, conforme explica-se na apresentação:

O texto editado das cantigas dá ainda acesso a um conjunto de informações destinadas a facilitar quer a sua leitura, quer o seu enquadramento histórico (glossário, notas explicativas de versos, toponímia, antroponímia, notas gerais). E fornece igualmente informação de base sobre alguns dos seus aspetos formais. Em cada cantiga, o texto editado pode ainda ser confrontado com o texto manuscrito que transcreve, disponibilizando a base igualmente um conjunto de notas justificativas das leituras proposta (notas de leitura) (LOPES, 2011).

O projeto Universo Cantigas, embora também eleja o texto crítico como seu objetivo central, oferece uma transcrição dos textos dos manuscritos, com critérios unificados e conservadores, acessível a partir do item Manuscritos. Na barra horizontal, este precede o item Cantigas, que dá acesso ao texto crítico. A rigor, tem-se uma edição diplomática, que reproduz as características originais do texto manuscrito, como indicação do fólho, da coluna, as linhas, as características grafemáticas, as uniões e separações das palavras, abreviaturas e notas sobre as condições materiais do manuscrito, como correções, anulações, borrões, notas marginais e toda sorte de danos observados nos suporte. Neste caso, os textos são apresentados na ordem em que aparecem nos cancioneiros remanescentes.

Os textos críticos, entretanto, estão ordenados conforme a sequência em que são transmitidos no Cancioneiro da Biblioteca Nacional,

numerados em sequência progressiva, seguida da indicação da numeração constante no *Repertorio Metrico*, de Tavani, ou no trabalho de Jean Marie D’Heur (1975), nome do autor, incipit, sigla do(s) cancionero(s) que transmite(m) a cantiga, numeração da cantiga no(s) cancionero(s). Premindo sobre esse link, abre-se o texto crítico da cantiga, que segue critérios uniformes para todo o corpus. Essencialmente os critérios adotados são os acordados pelos principais estudiosos da poesia galego-portuguesa, durante o Colóquio realizado na Ilha de San Simón, em 2006. Embora de cariz conservador, a leitura crítica regulariza, nivela e redistribui as grafias, regulariza ainda a indicação de nasalidade, a aglutinação ou separação de palavras, os sinais tipográficos e a acentuação.

O texto das cantigas está disposto em estrofes, os versos são numerados de 5 em 5, e na sequência são apresentadas as seguintes informações: indicação do manuscrito ou manuscritos que o transmite, numeração da cantiga no manuscrito ou manuscritos, indicação das edições críticas, não críticas e antologias em que a cantiga foi publicada, variantes manuscritas e variantes editoriais, uma paráfrase do texto, apresentada como chave de leitura possível, informações sobre a estrutura métrica da cantiga e, por último, uma série de notas críticas, com indicação do verso referido. À direita e ao alto, informa-se a data da última revisão da edição da cantiga, botões permitem imprimir o texto, acessar a transcrição e, ainda, avançar ou retroceder aos textos contíguos na sequência.

A apresentação ainda que sucinta dos portais permite perceber que, embora tenham o mesmo objetivo geral, apresentam soluções formais diversas e propostas um tanto divergentes. Se ao Projeto Littera falta a transcrição paleográfica, em Universo Cantigas sente-se a ausência do acesso direto ao manuscrito, disponibilizado no primeiro. Embora ambos

façam uso adequado dos recursos do universo digital, o Projeto Littera tem um design mais moderno e os elementos principais estão disponibilizados numa mesma página, o que facilita o acesso imediato do navegante. Por outro lado, independentemente das divergências de leituras que continuarão a existir, porque nenhuma edição é definitiva, as lições das cantigas apresentadas no portal Universo Cantigas são mais consistentes do que a do Projeto Littera. Ademais o fato de apresentar uma transcrição paleográfica preenche uma lacuna existente de acesso a um texto em que os aspectos linguísticos do manuscrito são preservados, o que se constitui preciosa fonte para o estudioso da língua.

5 CONCLUSÃO

Os pesquisadores e amantes da lírica profana galego-portuguesa têm atualmente uma situação privilegiada no que se refere ao acesso ao espólio lírico trovadoresco em galego-português. Acessíveis antes em edições fragmentadas por gêneros, antologias e edições parciais de autores, de circulação restrita e dispersa em poucas bibliotecas universitárias, particulares ou mesmo estrangeiras, as cantigas podem ser consultadas rapidamente através da rede mundial de computadores.

Os investigadores e interessados no lirismo trovadoresco poderão optar entre o projeto Base de dados da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB), que faz parte do Arquivo Galicia Medieval do Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, o qual, na versão atualizada de 2019, permite que se busque as cantigas em texto crítico, bem como dados histórico-biográficos dos trovadores, ou o projeto Littera, que disponibiliza os textos críticos, os manuscritos e ainda uma gama de

informações sobre os autores, os recursos formais, as chaves de leitura, as notas filológicas, informações sobre estudos críticos, glossário, notas explicativas e até músicas nos casos dos textos transmitidos com notação musical (Pergaminho Vindel e Pergaminho Sharrer) ou que foram musicados modernamente. Dos três projetos de divulgação *on-line* das cantigas, o segundo é o que apresenta um design mais moderno e atraente, condizente com a linguagem da era virtual.

Para a leitura paleográfica, cara aos filólogos e investigadores dos fatos linguísticos, tem-se a opção de consultar o portal do projeto Universo Cantigas, que oferece a transcrição paleográfica dos textos nos três principais cancioneiros, bem como o texto crítico fixado segundo critérios uniformes. Embora ainda esteja em andamento, o terceiro e último projeto oferece os recursos da era digital, mas com estrito rigor do método filológico. Destaque-se, ainda, a disponibilização do glossário completo da lírica galego-portuguesa, ferramenta importante para entendimento dos textos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO FILHO, L. A. **As cantigas de Pero Meogo**. 3. ed. Santiago de Compostela: Laiovento, 1995. A primeira edição é de 1974.

BARBIERI, M. Le poesie di Roy Paez de Ribela. *In: Studi Mediolatini e Volgari*, XXVII, 1980. p. 7-104.

BERETTA, M. S. **Fernan Garcia Esgaravunha. Canzoniere**. Napoli: Liguori, 1987.

BLASCO, P. **Les chansons de Pero Garcia Burgalês**. Paris: Calouste Gulbenkian, 1984.

Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB) [base de datos en liña]. Versión 3.6.1. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Disponível em: <http://www.cirp.gal/meddb>. Acesso em: 30 ago. 2019. ISSN 1989-4546.

BREA, Mercedes (Coord.). **Lírica profana galego-portuguesa: corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica**. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro, 1996. 2 v.

CANCIONEIRO da Ajuda. Edição fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Távola Redonda / Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico / Biblioteca da Ajuda, 1994.

CANCIONEIRO da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti) Cód. 10991. Reprodução facsimilada com apresentação de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Biblioteca Nacional/ Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982. 759 p. v.1.

CANCIONEIRO Português da Biblioteca Vaticana (Cód. 4803). Rep. facsimilada com introdução de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos/ Instituto de Alta Cultura, 1973. 456p.

CARTER, Henry H (Ed.). **Cancioneiro da Ajuda; a diplomatic edition**. New York: Modern Language Association of American, 1941.

CUNHA, C. **Cancioneiros dos trovadores do mar**. Ed. preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

D'HEUR, Jean-Marie. **Recherches internes sur la lyrique amoureuse des troubadours galiciens-portugais (XII^e-XIV^e siècle): contribution à l'étude du «corpus des troubadours»**. Liège: Université de Liège, 1975.

FERREIRO, Manuel (dir.) (2018-): **Universo Cantigas**. Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa. Universidade da Coruña. Disponível em: <http://universocantigas.gal>. Acesso em: 30 ago. 2019. ISSN 2605-1273 [data da última revisão: 30/07/2019].

FERRERO, M. **As cantigas de Rodrigu'Eanes de Vasconcelos**. Edición crítica con introdución, notas e glossário. Santiago de Compostela: Laiovento, 1992.

FINAZZI-AGRÒ, E. **Il canzoniere di Johan Mendiz de Briteyros**. L'Aquila: Japadre, 1979.

INDINI, M. L. **Bernal de Bonaval**. Poésie. Bari: Adriatica, 1978.

LANCIANI, G. **Il canzoniere di Fernan Velho**. L'Aquila: Japadre Editore, 1977.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**. Coimbra: Galaxia, 1965. xix □ 765p. Ed. crítica.

LAPA, Manuel Rodrigues (Ed.). **Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**. 2 ed. rev. e acresc. Coimbra: Galaxia, 1970. Ed. crítica.

LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. (2011-), **Cantigas Medievais Galego Portuguesas** [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <http://cantigas.fcsb.unl.pt>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LOPES, Graça Videira. **A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses**. Lisboa: Imprensa Universitária / Estampa, 1994.

LOPES, Graça Videira. **Cantigas de escárnio e maldizer dos trovadores e jograis galego-portugueses**. Lisboa: Estampa, 2002. Ed. crítica.

MAJORANO, M. **Il canzoniere di Vasco Perez Pardal**. Bari: Adriatica, 1979.

MARRONI, G. Le Poesie di Pedr'Amigo de Sevilha. *In: Annali dell'Istituto Universitario orientale*, 10, 1968. p. 189-340.

MARTÍNEZ PEREIRO, C. P. **As cantigas de Fernan Paez de Tamalancos**. Edición crítica con introdución, notas e glosário. Santiago de Compostela: Laiovento, 1992.

MÉNDEZ FERRÍN, X. L. **O Cancioneiro de Pero Meogo**. Vigo: Galaxia, 1996.

MINERVINI, V. **Le poesie di Ayras Carpancho**. Napoli, 1974.

- MOLTENI, Enrico (Ed.). **Il canzoniere portoghese Colocci-Brancuti**; pubblicato nelle parte che completano il Codice Vaticano 4803. Halle: Max Niemeyer, 1880. Ed. diplomática.
- MONACI, Ernesto (Ed.). **Il canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana**. Halle: Max Niemeyer, 1875. Ed. diplomática.
- NOBILING, O. **As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade**. Erlangen: K. B. Hof, 1907. Republicada por Yara Frateschi Vieira em 2007, na coleção Estante Medieval.
- NUNES, J. J. (Ed.). **Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926-1928. 3 v.
- NUNES, J. J. (Ed.). **Cantigas d'amor dos trovadores galego-portugueses**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
- PAGANI, W. Il Canzoniere di Estevan da Guarda. *In: Studi Mediolatini e Volgari*, 19, 1971. p. 53-179.
- PANUNZIO, Saverio. **Pero da Ponte**. Poesie. Bari: Adriatica, 1967.
- PANUNZIO, Saverio. **Pero da Ponte**. Poesias. Trad. por Ramón Mariño Paz. Vigo: Galaxia, 1992. 231p.
- PELLEGRINI, S. Il canzoniere di D. Lopo Liáns. *In: Annali dell'Istituto Universitario Orientale*. Sezione romanza, 11, 1969. p. 155-192.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. **Martin Moxa**. Le poesie. Edizione, introduzione, commento e glossario. Roma: Ateneo, 1968.
- PIZZORUSSO, V. B. **Le poesie di Martin Soares**. Bologna: Palmaverde, 1963.
- PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci. **As poesías de Martin Soares**. Trad. por Ernesto Xosé González Scoane. Vigo: Galaxia, 1992. 181p.
- REALI, E. Le "cantigas" di Juyão Bolseiro. *In: Annali dell'Istituto Universitario Orientale*, Sezione romanza, 6, 1964.

RIQUER, Martín de. **Los trovadores**. Historia literaria y textos. Barcelona: Ariel, 1992. v. 1.

RODRIGUEZ, J. L. **El Cancionero de Joan Airas de Santiago**. Edición y estudio. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1980.

SPAGGIARI, B. Il Canzoniere di Martim Codax. *In: Studi Medievali*, 21, 1, 1980, p. 367-409.

SPINA, S. **As cantigas de Pero Mafaldo**. Rio de Janeiro-Fortaleza: Tempo Brasileiro, Universidade Federal do Ceará, 1983.

TAVANI, G. **Le poesie di Ayras Nunez**. Edizione critica con introduzione, note e glossario. Milano: Ugo Merendi Editore, 1964.

TAVANI, G. **Lourenço**. Poesie e tenzoni. Edizione, introduzione e note. Modena, 1964.

TAVANI, G. **Repertorio metrico della lirica galego-portoghese**. Roma: Ateneo, 1967.

TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (Org. e Coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Trad. de José Colaço Barreiros e Artur Guerra. Lisboa: Caminho, 1993.

TORRIELO, F. **Fernand Esquyo, Le poesie**. Edizione critica, introduzione, note e glossario. Bari: Adriatica, 1976.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. **Cancioneiro da Ajuda**. Reimpressão da ed. de Halle, 1904. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1990. 2 v.

ZILLI, C. **Johan Baveca**. Poesie. Bari: Adriatica, 1977.

QUARTA PARTE

Filologia e
práticas editoriais

PRIMEIRAS NOTÍCIAS

sobre a edição do dossiê sobre administração do aldeamento dos índios menhãs em Porto Seguro, Bahia (1764)

Alicia Duhá Lose¹

1 INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas que viviam no Brasil começou a mudar drasticamente com a chegada do colonizador, pois eles passaram a viver sob a administração lusitana e esse contato gerou uma série de conflitos e mudou para sempre a história da nação brasileira. Uma das medidas tomadas pelo reino foi a organização de aldeamentos sob a responsabilidade de religiosos de diversas ordens com a intenção de promover a conversão dos índios ao catolicismo e harmonizar o convívio entre os gentios e a população local, fornecendo, ainda, mão de obra de baixo custo para o desenvolvimento da colônia.

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágios pós-doutorais em História (UnB) e em Paleografia e Diplomática (Univ. de Coimbra). Professora Associada do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: alicia.lose@ufba.br.

O presente texto apresenta as primeiras notícias do trabalho de edição que pretende dar a conhecer os documentos pertencentes ao vagamente denominado "Dossiê dos aldeamentos indígenas", que se encontra sob a custódia do Arquivo Público do Estado da Bahia, no Setor Colonial/Provincial.

O Dossiê trata da administração do aldeamento dos índios Menhãs, em Porto Seguro, na Bahia e, para além das informações históricas, esse documento guarda relevantes informações linguísticas, como veremos a seguir.

O maço – ou juntada – foi preparado por "Joze da Costa e Sylva Pinto, escrivão da / Ouvedoria geral e Correição nesta villa de / Nossa Senhora da Penna Capitania de Portto / Seguro" a pedido do "Re / verendo Lessenssiado Joze de Araujo Ferraz", no ano de 1764, mas traz documentos com diversas datas cronológicas.

Devido às características linguísticas e históricas do documento, a edição, que está em processo de preparação, segue critérios que pretendem contemplar as diversas características dos textos do Dossiê, partindo de um princípio conservador para que se ofereçam informações de qualidade, capazes de auxiliar futuras pesquisas em diversas áreas.

2 DESCRIÇÃO DO OBJETO: O DOSSIÊ DOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS

O objeto da presente pesquisa é um processo documental referente à administração do aldeamento indígena do grupo denominado Menhãs, em Porto Seguro, Bahia, em 1764.

São poucas e de difícil acesso as informações encontradas sobre esse povo, mas, segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso², os índios Menhãs ou Menians são um subgrupo dos índios Kamakã. Outro subgrupo do mesmo grupo são os Mongoió. Segundo a pesquisadora, esses indígenas eram administrados por um padre e viviam onde fica a atual Belmonte. Há ainda um pequeno “dicionário” dessa língua no livro de viagem de Wied Neuwied (BIBLIOTECA BRASILIANA, 2001).

A juntada dos 30 documentos integrantes do processo é constituída por 8 petições; 10 despachos; 2 provisões; 6 atestações; 1 justificção; 2 assentadas; 1 portaria; além da cópia do "Regimento que hao de uzar os ademenistradores das Aldeas dos jndios deste estado", composto de 18 capítulos.

O “Regimento” em questão dialoga de perto com o *Diretório dos Índios do Brasil*, publicado em 1758. Nele se traçavam alterações profundas na política indigenista em vigor na colônia. O documento, de 95 parágrafos, trazia uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas, propondo a normatização de diversas práticas coloniais, estabelecendo critérios educacionais e administrativos da força de trabalho e relações entre indígenas e colonos e regulava a liberdade das populações indígenas. O *Diretório* vigorou até 1798 e, durante este período, várias unidades coloniais foram criadas a partir das antigas aldeias missionárias, os chamados aldeamentos. Tais unidades tinham como objetivo levar as populações indígenas a realizar a transição para a vida civilizada e produtiva de acordo com os interesses do comércio e da administração da colônia (ALMEIDA, 1997; LYRIO, 2007).

² Informação fornecida por e-mail pela pesquisadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Professora Titular da Universidade Federal da Bahia e Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, que se dedica, de modo muito especial, à história dos índios na Bahia.

O *Diretório* legislava sobre aspectos religiosos, culturais, administrativos e, especialmente, econômicos; proibia o uso da língua materna das nações indígenas, assim como da Língua Geral, obrigando o uso exclusivo da Língua Portuguesa. Sob tal legislação, os indígenas deveriam adotar sobrenomes portugueses; construir suas moradias no estilo dos brancos (ou seja, moradias menores e que contivessem divisões internas, bastante diferentes das ocas coletivas que abrigavam sob um mesmo teto diversas pessoas e que passaram a ser objeto de proibição). Indígenas entre 13 e 60 anos eram obrigados a trabalhar e pagar o dízimo. Fundamentalmente, os objetivos dessa legislação eram a dilatação da fé, a extinção do gentilismo, a propagação do Evangelho, a civilidade dos índios, o bem comum dos vassalos, o aumento da agricultura, a introdução do comércio, enfim, o bem do Estado colonizador.

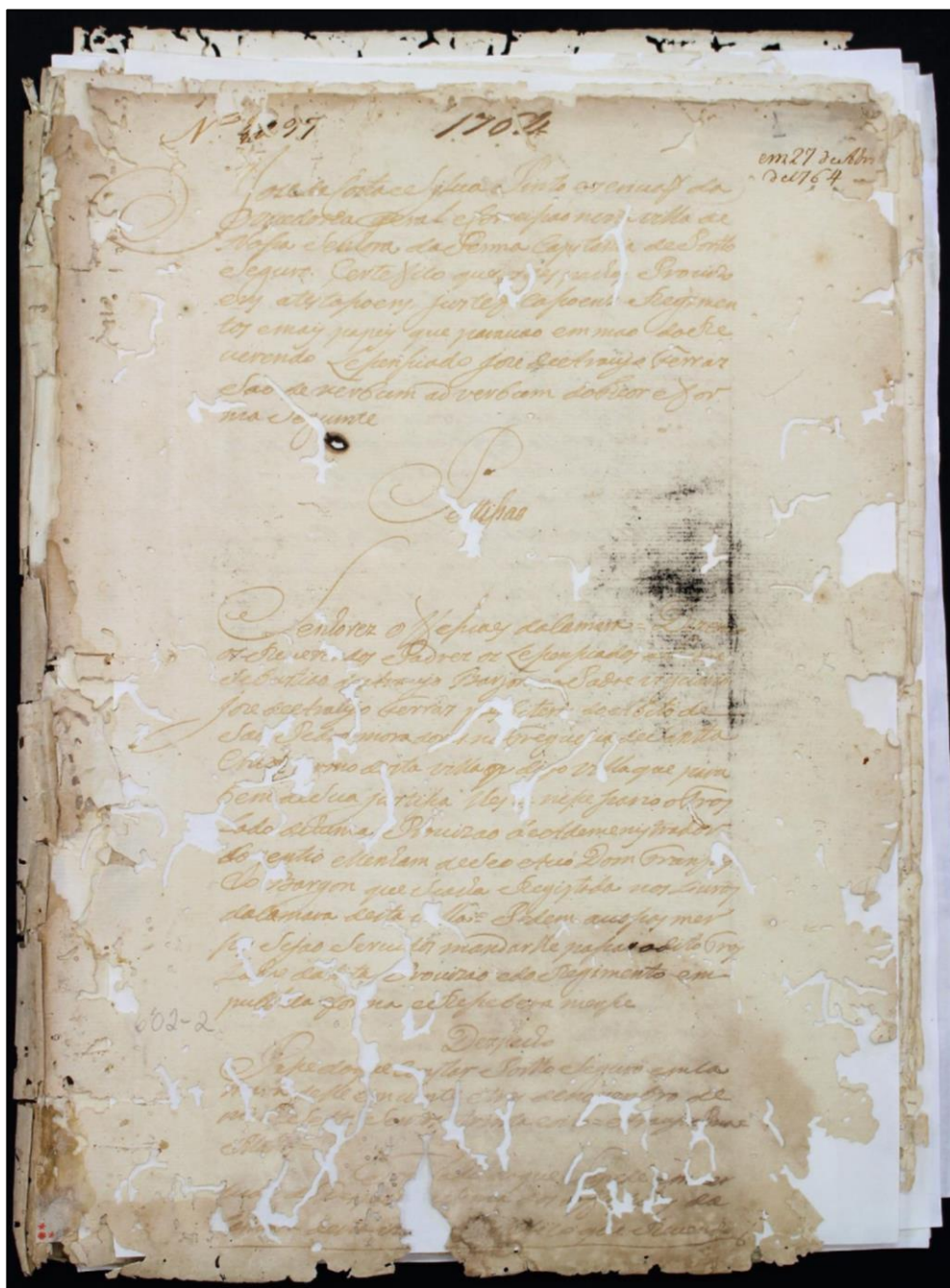
Porém, as mudanças radicais impostas pelo *Diretório*, que descaracterizavam a vida dos nativos, terminou por incentivar fugas, deserções e conflitos, já que a cultura dos gentios não se ajustava à lógica do colonizador (ALMEIDA, 1997; LYRIO, 2007).

É exatamente nesse contexto que se insere o conjunto documental aqui apresentado. O Dossiê é composto todo no mesmo papel que mede 31mm x 22mm. Possui marca d'água e contramarca e é formado, ao todo, por 19 fólios escritos em recto e verso.

Todos os documentos do referido Dossiê foram produzidos por um único *scriptor*, o "escrivão da Ouvedoria geral e Correição nesta villa de Nossa Senhora da Penna Capitania de Portto Seguro", que apresenta características gráficas e linguísticas muito peculiares. Os documentos foram lançados em tinta de base orgânica já desbotada, sobre papel poroso

e avergoado que sofreu ataque de brocas e cupins, além de apresentar sujidades e manchas de umidade, como se pode ver nas imagens³ a seguir.

Figura 1 – Dossiê dos aldeamentos indígenas, fl. 1r



Fonte: Setor Colonial/Provincial, Arquivo Público do Estado da Bahia.

³ Agradeço ao Arquivo Público do Estado da Bahia (Fundação Pedro Calmon - SECULT) à gentil cessão das imagens e a Libânia da Silva Santos, Historiadora, Chefe da Seção de Arquivos Colonial/Provincial, pelas contribuições na localização e compreensão do Dossiê em questão.

Figura 2 – Marca d'água e contramarca do papel do Dossiê dos aldeamentos indígenas



Fonte: Setor Colonial/Provincial, Arquivo Público do Estado da Bahia.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Aldeamento era uma prática adotada no Brasil enquanto colônia de Portugal, a partir da segunda metade do século XVI. A ideia de estruturação dos povos indígenas esteve desde o início intimamente relacionada à lógica catequisante dos padres da Companhia de Jesus, mas, embora assentados em um ideal missionário e baseados em estratégias de catequese, os aldeamentos não se resumiram a uma prática religiosa e, ao longo dos séculos, adequaram-se às especificidades de cada região (ALMEIDA, 1997; LYRIO, 2007; SANTOS, 2016).

Em um aldeamento eram reunidos povos indígenas de diferentes etnias, em uma área determinada pela coroa e, em geral, regulamentada

por meio da concessão de uma sesmaria de terras. A tutela e a administração das aldeias ficava a cargo de religiosos, que tinham ainda a responsabilidade de aproximar os indígenas dos valores europeus, de acordo com as determinações do *Diretório*, pois, como se disse, os aldeamentos atendiam aos interesses dos colonizadores, facilitando o controle e o domínio sobre os grupos indígenas, assegurando à coroa uma posição de soberania, pois retiravam a autonomia dos gentis sobre si mesmos e garantiam mão de obra local, que embora não fosse escrava, tampouco era cara e muitas vezes desrespeitada (ALMEIDA, 1997).

O projeto dos aldeamentos, como era de se esperar, contou com forte resistência dos grupos indígenas, contrários ao modelo proposto, e dos colonos, ávidos pela utilização de índios como mão de obra cativa, mas o modelo, tal como inaugurado pelos jesuítas, perdurou ao longo de todo o período colonial, embora tenha sofrido significativas alterações com a política indigenista pombalina, inaugurada com o *Diretório dos Índios* (1757-1758), que já apostava na secularização das aldeias, em especial após a expulsão dos jesuítas em 1759-1760.

Dessa forma,

[p]odemos afirmar que o trabalho missionário já nasceu comprometido com a ordem política e social da colônia em formação, sem contradizer os interesses políticos ou mercantis mais amplos. Ao criar uma zona privilegiada de contato entre a cultura européia e as diferentes culturas indígenas, os jesuítas possibilitaram o efetivo avanço da colonização lusitana nas terras americanas (LYRIO, 2007, p. 109).

Assim, como são unânimes em afirmar os historiadores, os aldeamentos visavam, sobretudo, a sedentarização das populações indígenas, propiciando um maior controle sobre suas práticas culturais e possibilitando o rompimento com tudo aquilo que fosse visto pelos

missionários como oposto ao cristianismo. Nas palavras de Manoel da Nóbrega (1558 apud LEITE, 1940, p. 79),

[a] lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes [de] comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos; tendo terras repartidas que lhes bastem e com êstes Padres da Companhia para os doutrinarem.

Até o século XVIII, o trabalho de catequese e conversão dos povos nativos havia ficado quase inteiramente a cargo dos jesuítas, mas a atuação de outras ordens religiosas se daria a partir do início do século XVII, coincidindo com esta expansão da atividade missionária em direção ao sertão. A ampliação da “fronteira missionária” e a atuação de diferentes ordens religiosas fizeram com que o Rei criasse uma Junta das Missões em cada uma das principais capitanias (Maranhão, 1655, Pernambuco, 1681, Bahia, 1702) (LYRIO, 2007).

A partir de 1751 tem início, na região norte da América portuguesa, uma nova política no tocante aos aldeamentos indígenas, os quais eram vistos como verdadeiras “empresas” cuja prosperidade provocava nos colonos uma oposição ferrenha às ordens religiosas e à catequese. O objetivo era conter o “excessivo domínio” que os religiosos supostamente possuíam sobre as terras e as populações indígenas. Em 1755 foram promulgadas duas Leis concedendo plena liberdade aos índios e tirando das mãos dos missionários a autoridade civil e religiosa sobre os aldeamentos, a qual lhes havia sido outorgada, depois de idas e vindas, pelo Regimento das Missões de 1686. As aldeias indígenas seriam transformadas em vilas ou povoados, não mais sendo administradas pelas ordens religiosas (LYRIO, 2007, p. 114-115).

Essa associação entre as aldeias e as ordens é tão forte e clara que José Antônio Caldas, no seu relatório *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*, apresenta um detalhadíssimo “Mapa geral de todas as Misoens ou Aldeias de Genticio

manso que estão situadas nesta Capitania da Bahia, e nas mais que compreende o seu governo com os nomes delas, Vilas de que são termo, Freguezias, a que pertencem, a qualidades dos Misionarios que as administraõ, Orago das Igrejas que nelas existem Novas Vilas e Orago das Parochias a que se elevarã as que estavam na administrasam dos Jesuitas Diocezes, Capitancias, e Comarcas a que pertencem, extensam das terras numero de Cazais o e Almas, e qualidade das nasoens de cada huma delas Etecetera Bahia e de Dezembro 20 de 1758” (CALDAS, [1759] 2016).

A ideia era criar um campesinato indígena integrado economicamente à sociedade colonial e tornar os índios veículos da colonização portuguesa. Isso, no entanto, não chegou a ser efetivamente implantado, como vemos no processo documental aqui estudado que trata da administração de uma aldeia indígena em Porto Seguro por parte "Padre vigario joze de Araujo Ferraz presbitero do Abito de Sao Pedro", em 1764.

Em tal juntada de documentos é possível observar que o presbítero requisita para si a administração da aldeia dos índios "menhão" na "posse" da qual já se encontrava há uma década. Segundo informa, a administração da referida aldeia já está a cargo de sua família há 3 gerações, com seu avô, o genro deste e agora o referido presbítero.

Pettissao

Senhorez Offessiaes da Camara = Dizem / os Reuerendos Padrez
oz Lessenssiados (...) / Sebastiao de Araujo Barjon Padre uigario /
joze de Araujo Ferraz presbitero do Abito de / Sao Pedro
moradores na Freguesia de Santta / Crus termo desta uilla que digo
uilla que para / bem de Sua justissa lhes (...) nessessario o Tras /
lado de huma Provizao de Ademenystrador / do gentio Menham de
seo Avó Dom Franssis / co Bargon que se acha registado nos liuros
/ da Camara desta uilla = Pedem a uossa mer / sse sejaõ seruidos
mardar lhe passar o dito Tras / lado da dita Prouizao e do
Regimento em / publica foma e ressebera mersse

Como se pode ver no trecho aqui transcrito, nos documentos que compõem o processo, Padre Ferraz solicita cópias dos alvarás e provisões que comprovem a sua administração, para tal são trasladados diversos outros documentos anteriores, inclusive uma "Copia do Regimento que hao de uzar os ade / ministradores das Aldeas dos jndios", composto por dezoito capítulos que se referem a boa "ademenistrassao e gouerno das Aldeas dos / jndios comsservassao aumento dellas", cuidando para evitar "toda / a causa de que se possa oreginar anexa / ssoes ou jnjustissas aos ditos jndios".

De acordo com o referido regimento, toda a aldeia deveria possuir um clérigo que nela habitasse e que dissesse missa aos índios em domingos e dias santos. Também nela deveria habitar o administrador da aldeia e sua família.

No capítulo oitavo, vimos que

Terá outro sim o dito ademenistrador grande / coidado em comsservar os jndios nas suas pro / prias Aldeas e nao comssentir que lhes sejam / tomadas as terras delles que lhes forem aSina / das para a sua abitassao por quanto os ditos jn / dios hao de ser tratados como quaes quer dos / outros moradores deste estado e hao de ter o Do / minios das terras que lhes derao em Nome do di / to Senhor para a sua uiuenda e achando o a / demenistrador que nao tenha posse o Senhorio / das terras que se lhe tem dado procurara que se / emende pella via e mejos que o direito con / sseda.

No décimo capítulo, lemos que

As Pessoas e moradores das Capitancias donde es / tiverem cituados as Aldeas tendo nessessidades / de jndios para os servirem os hirao pedir ao dito / ademenistrador e o mesmo sera quando nessita / rem de jndios para seos servissos e se lhe paguará / aos jndios a respeito de des tostoens por mes e ás / jndias a sinco tostoens por mes e sera pello ten / po que lhe for nessessario porem nao poderao / ser violentados a que sirvao a sertas Pesso / as contra suas vontades por ser isto espessie / de servidao que os ditos jndios nao tem.

Dessa forma, vimos que o conteúdo dos documentos denotam características de um contexto importantíssimo para a história do Brasil, mas não deixamos de perceber que as características linguísticas dos textos, para muito além do léxico, deixam transparecer elementos grafemáticos que merecem um olhar atento, como, por exemplo, ausência de ~; ausência do grafema <c> para o fonema /s/; variação de <v> e <u> para /v/; variação de <j> e <i>; variação de <m> e <n>.

4 O TRABALHO DE EDIÇÃO

Armando Petrucci (2002), em “Scrivere e conservare la memoria”, nos lembra que o domínio sobre a memória ou o esquecimento como prática social é um fato eminentemente político e constitui um elemento basilar de controle e de governo de uma sociedade desenvolvida, pois a memória é um dos lugares da ideologia e, através da representação do passado que ela nos fornece, contribui para justificar o presente e proteger o futuro numa perspectiva social (LE GOFF, 1999).

Segundo os intelectuais do século XVII,

[...] a escrita é a base fundamental de todas as ciências. Ou, como diz o poeta, permite fazer do passado presente, falar o mudo, sentir o ausente, criar permanências que não são perdidas pelo tempo. Assim, tornou-se a base da imortalidade e da continuidade ao registrar e rememorar as experiências individuais e coletivas. A escrita esclarece ideias, reaviva lembranças; registra uma presença, uma ausência, uma norma, uma memória; manifesta agrado ou desagrado e dá voz aos incapazes ou distantes. Com essas características, permite traçar uma linha temporal que vai do passado ao futuro (ALMADA, 2012, p. 31).

Essa “memória escrita”, grosso modo, constitui-se de tudo o que é produzido por escrito numa dada sociedade, independente de quem a

produziu ou porque o fez. Há, no entanto, instituições que, já no nascimento, têm a noção e a função de produzir e guardar essa memória. Porém, a maior parte da memória que sobrevive ao tempo é aquela que por acaso ficou esquecida ou aquela que ficou propositadamente guardada, muitas vezes porque já nasceu para ser um monumento da memória (PETRUCCI, 2002). Portanto, para que não se perca mais essa memória, o objetivo principal deste estudo que ora se apresenta é editar os 30 documentos que compõem a juntada – 8 petições; 10 despachos; 2 provisões; 6 atestações; 1 justificação; 2 assentadas; 1 portaria; além da cópia do "Regimento que hao de uzar os ademenistradores das Aldeas dos indios deste estado". E, como afirma Edith Pimentel Pinto (1982), “[...] as especificidades de cada texto condicionam necessariamente atitudes e requisitos também específicos por parte do editor”, com o intuito de dar acesso às riquíssimas informações históricas e linguísticas neles contidas se tem como público-alvo principal do trabalho linguistas e historiadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não são poucos os estudos que se debruçam sobre a história indígena no Brasil, no entanto, em uma rápida análise das fontes consultadas para produção de estudos históricos sobre ela constata-se a escassez de trabalhos que lancem mão de análises de fontes primárias e originais, o que tem deixado os estudos históricos algumas vezes infíeis e enviesados.

Para aquele que quer acessar informações linguísticas de épocas nas quais o registro era restrito à escrita, e para aquele que quer a riqueza esmiuçada de um relato ou os indícios disfarçados em pequenos detalhes, a única saída são os textos (LOSE, 2017). Dessa forma, dar à luz textos

históricos do séc. XVIII com características linguísticas peculiares em uma edição fidedigna e conservadora, ampliará, de maneira significativa, o acesso a essas informações. Certamente, essa será a maior contribuição deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O Diretório dos Índios**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

CALDAS, Jozé Antonio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759**. Editado por Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac de Souza Mazzoni, Perla Peñailillo. Salvador: Memória e Arte, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1999.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam? **Revista da ABRALIN**, v. 16, n. 2 p. 71-86, jan./abr. de 2017.

NOBREGA, Manuel da. Carta de Nóbrega ao Provincial da Companhia de Jesus, 8 de maio de 1558. Apud LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 79.

PAIVA, Eduardo França. “Usos e costumes da terra”: o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários post-mortem das Minas Gerais setecentistas. *In*: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). **Últimas vontades: testamentos, sociedade e cultura na América ibérica [séculos XVII e XVIII]**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 75-106.

PETRUCCI, Armando. Scrivere e conservare la memoria. *In*: _____. **Prima lezione di paleografia**. Roma: Bari, 2002. p. 116-126.

PINTO, Edith Pimentel. Edição crítica no Brasil. **Comunicação e artes**, São Paulo, n. 11, p. 175-187, 1982.

SANTOS, Fernanda. Missões jesuíticas na América Portuguesa no século XVI: estratégias de conversão do gentio. **Revista Estudos**, n. 32, v. 1, 2016.

NAS TRILHAS FILOLÓGICAS:

edição de documentos manuscritos baianos

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz¹

1 INTRODUÇÃO

“Pelas mãos se faz a escrita. Pela escrita se representa o mundo. E uma parte desse mundo está, de certa maneira, muito bem representada nos milhares de documentos [...]” (DUARTE, 2007, p. 28).

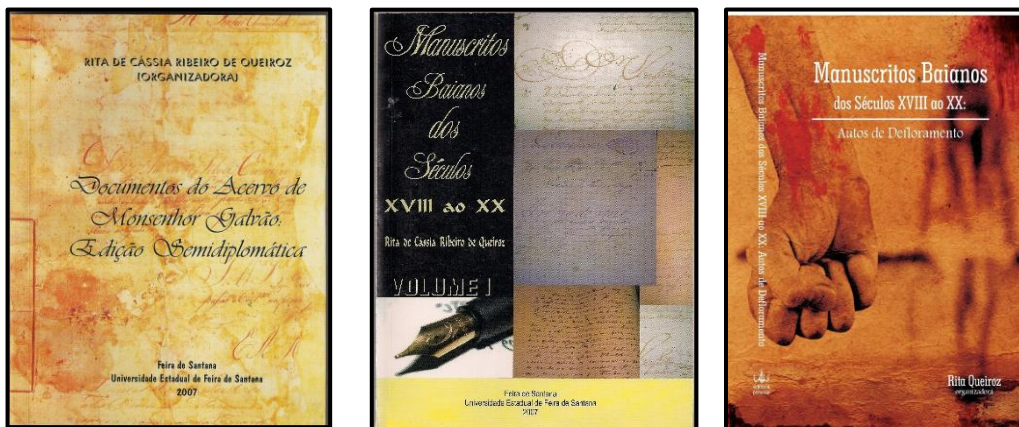
Desde que a humanidade passou a registrar seus feitos, suas emoções, seus anseios através da escrita, seja nos variados suportes: pedra, pergaminho, papiro, papel, dentre outros, que se tem um acúmulo de documentos. A partir do desenvolvimento da escrita alfabética, promovido pelos gregos a partir da criação dos fenícios, temos um legado inestimável. No século III a.C., na Biblioteca de Alexandria, reuniram-se os filólogos Zenódoto, Aristarco e Aristófanes de Bizâncio a fim de editarem a obra de Homero, cuja tradição se inicia oralmente no século

¹ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Estudo de Linguagens (UNEB). Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br.

IX a.C. Surge então a Filologia, ciência que se ocupa da língua, da literatura e da cultura de um povo ou de um grupo de povos através da sua produção escrita, pois, “[...] a escrita é mais que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade.” (HIGOUNET, 2003, p. 9).

Seguindo essa tríade, e a fim de salvaguardar a documentação manuscrita baiana, foram implantados na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) projetos de pesquisa cujo objetivo é editar documentos manuscritos lavrados em Feira de Santana ou em seu entorno. Assim, desde 1996, empreendemos a realização de edições semidiplomáticas (trazendo as descrições extrínsecas e intrínsecas, bem como acompanhadas das edições fac-similar), por acreditarmos ser este o tipo que mais se adequa ao *corpus* selecionado: cartas de alforria, certidões de compra e venda de terras, registro de nascimento, queixas crime (de porte de armas, de defloração, de estupro, de assassinato etc.). Neste sentido, já foram publicadas algumas dessas edições nos livros: *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática* (2007), *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – livro de notas de escrituras* (2007) e *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – autos de defloração* (2018).

Figuras 1, 2 e 3: Capas dos livros *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*, *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – livro de notas de escrituras* e *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – autos de defloração*



Fonte: elaborado pela autora.

Deste modo, objetivamos, então, apresentar as edições semidiplomáticas, de acordo com os critérios da Filologia Textual, de dois acervos: Biblioteca Monsenhor Galvão e Centro de Documentação e Pesquisa, ambos órgãos da UEFS. Para tanto, selecionamos os seguintes documentos a serem apresentados: auto de defloração de Maria José; certidão de nascimento de Maria Eusebia; certidão de alistamento eleitoral e doação de bens; queixa crime de arrombamento e auto de curandeirismo.

2 AS EDIÇÕES SEMIDIPLOMÁTICAS

Para a realização das edições semidiplomáticas dos documentos elencados na introdução, procedemos a duas etapas: 1. a descrição, na qual informamos todos os aspectos extrínsecos, tais como número de fólios, tipo de papel, presença de manchas ou outros danos sofridos pelo suporte, número de linhas, presença de carimbos e/ou sinais especiais etc.; 2. a

transcrição, na qual trazemos os aspectos intrínsecos, ou seja, a existência de abreviaturas, palavras unidas e/ou separadas, tipo de letra etc. A opção pela edição semidiplomática se justifica pelo fato de oferecermos, desta forma, um retrato fiel do documento, pois nesse tipo de edição a intervenção do editor é mediana, assim quaisquer pesquisadores terão acesso ao documento sem a necessidade de manuseá-lo, o que evita o seu desgaste físico. Neste tipo de edição, segundo Cambraia (2005), a leitura do documento se torna mais fácil para um público menos especializado, bem como são corrigidas possíveis falhas ocorridas no processo de cópia do texto.

2.1 CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Os critérios de edição se aliam aos seguintes princípios:

- Para a descrição do documento, observamos e anotamos:
 - a) Número de colunas;
 - b) Número de linhas da mancha escrita;
 - c) Existência de ornamentos;
 - d) Maiúsculas mais interessantes;
 - e) Existências de sinais especiais;
 - f) Número de abreviaturas;
 - g) Tipo de escrita;
 - h) Tipo de papel.
- Para a transcrição:
 - a) Respeitamos fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
 - b) Fazemos remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
 - c) Numeramos o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;

- d) Separamos as palavras unidas e unimos as separadas;
- e) Desdobramos as abreviaturas usando itálico;
- f) Utilizamos colchetes para as interpolações: [];
- g) Indicamos as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
 - ((†)) rasura ilegível;
 - [†] escrito não identificado;
 - (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - / / leitura conjecturada;
 - < > supressão;
 - () rasura ou mancha.

2.1.1 Auto de defloramento de Maria José²

Apresentamos a seguir a descrição e a transcrição do fólio 2r do auto de defloramento de Maria José de Oliveira.

2.1.1.1 Descrição do auto de defloramento de Maria José de Oliveira

Documento jurídico lavrado entre os anos de 1902 a 1903, catalogado no Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana, da seguinte forma: processo-crime – subsérie: sumário. Escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta, em 19 fólhos, sendo todos no recto e no verso apenas nos seguintes: 2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Contém numeração a partir do fólio 4, sendo registrada a partir do número 1. Bom estado de conservação. A vítima de defloramento é a

² Documento sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC / UEFS.

menor Maria José de Oliveira, filha de Maria Gertrudes. O delito ocorreu próximo a sua casa, em 23 de outubro de 1902. O acusado do crime é identificado como Laudelino de Tal, que fora noivo da vítima.

2.1.1.2 Transcrição do fólio 2r do auto de defloração de Maria José de Oliveira

f. 2

Illustrissimo Senhor Doutor Juiz de Direito

- (Recebido hoje = 16 Fevereiro 1903)
- 5 Aceito a denuncia; procêda-se ao summario
no dia que marcou o escrivão, intimadas
as testemunhas, com sciencia do denunciado e
do *Doutor* promotor publico. Feira, 17 Feve(reir)o 1903
Sousa Dias
- 10 O Promotor Publico da Comarca
no desempenho de suas atribuições
vem denunciar de Laudelino de Tal,
por haver, no dia 23 de Outubro
do proximo passado anno, nesta
cidade, deflorado a menor Maria
José de Oliveira, como demonstra
- 15 o exame de *folhas*, empregando para
isso meios astuciosos.
Assim offerece-se a presente de-
nuncia que recebida e julgada
provada seja o denunciado punido
- 20 no maximo das penas do *artigo* 267
do Codigo penal vigente.
D. e A. proceda-se aos [...] termos *para*
formação da culpa, inquirindo-se
as testemunhas arroladas, com inti-
- 25 mação dos interessados e sciencia
desta promotoria.
Requeiro, outrosim, que se solicite
do *Reverendissimo* Vigario da Freguesia, onde
nasceo a offendida, sua respec-
- 30 tiva certidão de baptismo.

Rol das testemunhas

Maria Luiza Alves

2.1.2 Certidão de Nascimento de Maria Eusebia³

Apresentamos a seguir a descrição e a transcrição da certidão de nascimento de Maria Eusebi de Jesusa, solicitada pelo seu pai, José Gregorio da Luz.

2.1.2.1 Descrição da Certidão de Nascimento de Maria Eusebia de Jesus

Documento com a seguinte datação: Serrinha, 24/12/1924. Em papel almaço pautado, amarelado pelo tempo, com as seguintes dimensões: 218mm X 330mm. Furos causados pela ação de insetos e fungos. Bordas superior e inferior levemente rasgadas. Marcas de dobras nos sentidos vertical e horizontal. Selo do Tesouro Nacional no valor de 600 reis, encontrando-se na margem inferior do fólio 1v. Escrito em tinta preta, em um fólio, recto – com 34 linhas e verso – com 30 linhas. Mancha escrita medindo: f. 1r – 282mm X 180mm; f. 1v – 267mm. Cota no acervo: M-Cer-12.

2.1.2.2 Transcrição da Certidão de Nascimento de Maria Eusebia de Jesus

f. 1r

Certidão passada a
Pedido verbal do cidadão
José Gregorio da Luz do
registro de nascimento

³ Documento da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão.

5 de sua filha, Maria
Eusebia de Jesus, tudo
Como abaixo segue

10 Certifico eu escrivão abaixo assignado que reven
do em meu poder e cartorio os livros de registros
de nascimento d'elles as folhas 4 verços. Numero
250, consta o assentamento do seguinte theor.
Aos vinte e trez dias do mez de Dezembro de
15 mil novicentos e vinte quatro, neste destricto de
paz, Municipio de Serrinha, comarca do mes-
mo nome Estado da Bahia compareceu em
meu cartorio o cidadão, José Gregorio da Luz,
residente na Fazenda Pedro Branco, Destricto
de Riachão de Jacoype, o qual perante as teste-
20 munhas abaixo assignadas, e declaradas apre-
sentou-me a petição do seguinte theor. *Excelentissimo*
Senhor Doutor Juiz de Direito desta Comarca Diz
José Gregorio da Luz, pai de Maria Eusebia
de Jesus, que não tendo sido registrado o nascimen-
25 to de sua dita filha, e como deseja a bem do seu
interesse fazel-o vem de accordo com a nova Lei
Federal que rege ao espere 'pedir a *Vossa Excelencia* se digne
ordenar o competente registro para o que expõe o
seguinte A registrada nasceu no Destricto de
30 Purificação no dia 15 de Dezembro de 1905
foi baptizada n'esta Freguesia sendo seus paes
legitimos José Gregorio da Luz e Maria
Antonia de Jesus, ambos residentes na fazen=
da Pedro Branco, destricto de Riachão de Jacoype

f. 1v

5 e são seus avós paternos Antonio Gregorio da Luz
Maria Marcolina de Jesus, ambos fallecidos,
e maternos Antonio Martins de Araújo, ja
fallecido, e Maria Porcina de Jesus, e são seus
padrinhos Tobias Pinto dos Santos e Maria
Lina de Jesus, ambos residentes no destricto de
Riachão de Jacoype, e são testemunhas do que
vem de allegar os Senhores Manoel Geral=
do de Oliveira e José Pereira Leal ambos resi-

10 dentes e negociantes nesta cidade, assim pois espero
receber Deferimento, estava inutilizado em uma
folha de papel um sello de tresentos e trinta
reis que datava Serrinha, 23 de Dezembro de 1924
Assignado João Alves de Oliveira, a rogo de
15 José Gregorio da Luz, por não saber lêr e nem
escrever. Affirmamos serem verdadeiras as de=
clarações para o registro de Maria Eusebia de
Jesus. Manoel Geraldo de Olveira Filho, José
Pereira Leal. Despacho sim Serrinha, 23 de
20 Dezembro de 1924. Assignado H Coelho. Pagou
de sello por verba a quantia de cinco mil reis,
conforme consta no livro de Receita do sello por
verba, em folhas 4. Collectoria Federal de Serri=
25 nha, em 23 de Dezembro de 1924. O Escrivão
Pedro Augusto da Silva. Nada mais continha
na dita petição a qual fielmente transcrip=
ta ao que dou fé.

Serrinha 24/12/1924

O Escrivão

30 João Alves de Oliveira

2.1.3 Certidão de Alistamento Eleitoral e Doação de Bens⁴

Apresentamos a seguir a descrição e a transcrição da certidão de doação de bens passada a pedido de Emigdio Damasseno Passos.

2.1.3.1 Descrição da Certidão de Alistamento Eleitoral e doação de Bens

Documento datado de: Cachoeira, 26/03/1881. Em papel almaço, amarelado pelo tempo, com as seguintes dimensões: 330mm X 220mm. Rasgado ao meio devido à dobradura do papel. No fólio 2v, ao final, selo já esmaecido, contendo as seguintes informações: Imperio do Brazil; 400.

⁴ Documento da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão.

Furos na margem esquerda. Escrito em tinta preta, em dois fólhos recto e verso. Mancha escrita: f. 1r – 314mm X 160mm; f. 1v – 304mm X 170mm; f. 2r – 302mm X 160mm; f. 2v – 185mm X 184mm. Cota no acervo: M-Cer-09.

2.1.3.2 Transcrição da Certidão de Alistamento Eleitoral

f. 1r

Certidão passada
a pedido de Emigdio Damas
seno Passos, contendo os teores
abaixo transcriptos. –

5

Francelino do Valle Cabral
Capitão honorario do Exercito, Cavalheiro
da Ordem de Christo, Condecorado com
a Medalha da Campanha Geral do Pa-
raguay, Tabellião publico, do judicial na
ley, Escrivão do civil, crime e commercio
nesta Heroica Cidade da Cachoeira e seo
termo; official do registro geral da Comar-
ca do mesmo nome, com carta de serventia
vitalicia por Sua Magestade Imperial e
Constitucional O Senhor Dom Pedro Segun-
do a quem Deus Guarde etc. Certifico
a todos que a prezente certidão virem
que no meu poder e cartorio se achão
diversos papeis [...] ao alistamen-
to eleitoral do anno de mil oito centos
oitenta e um, entre os quaes um ac-
cordam da relação do supplicante
Emigdio Damasseno Passos, o qual
revendo acerca do pedido pelo mesmo
delle consta o teor apontado por c[...]⁵
que é da maneira seguinte: –

10

15

20

25

⁵ Trecho do papel rasgado.

30 Dizemos nós abaixo assignados mari-
do e mulher que, sendo senhores e pos-
suidores da fazenda denominada “Congo”
situada nesta freguezia, resolvemos por
nossas vontades, dar a metade dos

f. 1v

5 terrenos a metade das bemfeitorias da
mesma fazenda, á nosso filho Emig-
dio Damasceno Passos, pela quantia
de quatro contos de reis, como adean-
tamento de legitima, podendo entrar
no dominio e posse da mesma metade
e bemfeitorias doadas, desfrutan-
do a, plantando a e creando, emfim
10 praticando todos os actos de domi-
nio e posse e damos esta por firme e
valioza. Está uma extampinha de
duzentos reis, inutilizada pela ma-
neira seguinte: Fazenda Congo na
freguezia de Jacuipe, vinte seis de Mar-
15 ço de mil oito centos oitenta e um.
João Damasseno Passos. Felismina
Rufina das Virgens. Como testimu-
nha Dionizio José de Cerqueira
Couto. Francisco Ribeiro Ma-
20 chado. Reconheço as proprias
firmas supra. Em testemunho
de verdade cita o signal publico
Santo Estevão, vinte seis de Março
de mil oito centos oitenta e um.
25 Justiniano Piva Gomes Escrivão
de paz.

30 Declara em pessoa a corôa Imperial.
Exercicio de mil oito centos oitenta a
mil oito centos oitenta e um. Nu-
mero cento cincoenta e cinco. Trans-
missão de propriedade, quatro
mil reis. A folhas cento nove do

f.2r

do livro da receita do imposto supra
fica lançada a quantia de qua-
tro mil reis que pagou Emigdio
Damasseno Passos, proviniente do
5 imposto de um decimo de um por
cento, correspondente a reis quatro
contos, por quanto lhe foi dado por
seos pais João Damasseno Passos
e sua mulher metade dos terre-
10 nos da fazenda Congo, e metade
das bemfeitorias da mesma fa-
zenda cita na freguesia de Santo
Estevão. Cachoeira, trinta de Mar-
co de mil oito centos oitenta e um
15 O Collector Alfredo Pedreira. O Es-
crivão C. Lima Nada mais
se continha nem declarava ou-
tra alguma couza em os ditos teo-
res de escripto de doação e conhe-
20 cimento geral que se achão juntos
ao respectivo accordam em prin-
cipio declarado, dos quaes a pedido
do supplicante Emigdio Damas-
seno Passos fiz extrair a presente
25 certidão, verbo ad verbum, que
vae sem a menor couza que duvida
faça por mim subscripta e assig-
nada, e com outro escrivão compa-
nheiro, conferida e concertada nesta
30 Heroica Cidade da Cachoeira, aos
onze dias do mez de Fevereiro do cor-
rente anno do Nascimento de Nos-
so Senhor Jezus Christo de mil oito

f. 2v

D. O	1.140	centos oitenta e seis. Pagar-se-há do fei-
S.	400	tio desta certidão, verba, sello e busca
B.	<u>2.500</u>	por metade, a quantia a margem

5 4\$040 e assignada, contado na forma do actual
p.g. Regimento de custas. Eu Francelino do
Cabral Valle Cabral. *Escrivão* que subscrevi
[e as]signei.
 Con [...] por [...] [...]
10 *Espera por mercê* [...]
 Francelino do Valle Cabral
Segefredo Ataliba Galvão

15 Pago 400 *reís* do sello de *folha* 2. Cachoeira,
 11 de Fevereiro de 1886.
 Cabral.

20 Cachoeira, 11 de Fevereiro 1886

 Valle Cabral

2.1.4 Queixa Crime de Arrombamento contra Família Canguçu⁶

Apresentamos a seguir a descrição e a transcrição da queixa crime de arrombamento feita contra a Família Canguçu.

2.1.4.1 Descrição da Queixa Crime

Queixa de arrombamento, seguido de assalto e homicídio, apresentada ao Ilm^o. Delegado pelo Sr. Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque. Datação: 1844. Manuscrito em tinta preta, letra cursiva, em uma única coluna, papel de seda, de cor verde água, medindo 252mm X 197mm, timbrado em alto relevo no ângulo superior esquerdo. Linhas da mancha escrita: fólio 1r - 25; fólio 1v - 21; fólio 2r - 28; fólio 2v - 12. Abreviaturas: fólio 1r - 14; fólio 1v - 19; fólio 2r - 30; fólio 2v - 12. Furos

⁶ Documento da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão.

por todo o texto, rasgado ao centro devido a uma dobra feita no papel.

Cota: M-QC-01.

2.1.4.2 Transcrição da Queixa Crime

f.1r

Illustrissimo Senhor Dellegado

Perante *Vossa Senhoria* queixas Manoel Justiniano de Moura e *Albuquerque* que na noute do dia 15 do corrente pelas 10 oras [...] estando durmindo em sua propria cama e axamos agazalhada toda a sua
 5 a *familia* e excepção da mulher do supplicante forão arrombadas as portas do quintal e da salla do interior com tanta *velocidade* que sua dita mulher *quando* ouvio o estrondo que com o arrombamento fizerão as mencionadas portas querendo levantar-
 10 se de uma rede *que* se achava ja foi de envôlta com os agressôres os quais erão, Joze Venceslão, Bento da *Roxa*, um mulato de nome *Alexandre* escravo de *Irmação* Joze Pinto Canguçú e o crioulo Francelino escravo de *Joaquim* da *Silva* Barros todos capitaniados
 15 *por* Leolino Pinto Canguçú os quais assim senhores do interior da caza se dirigirão ao quarto e surprehendendo=o ao supplicante na cama emquanto se axava durmindo della o arrancarão ainda
 20 mal acordado tudo com tanta rapidez que a mulher do supplicante não teve tempo de an=te cipar=se para previnillo; apesar de ser

f.1v

tão curta a distancia em que se axava a rêde que apenas mediará 6 passos para a cama do supplicante Os Agressôres conduzindo então não obstante os esforços da inconsolavel e afflita mulher do supplicante,

5 a este para o patio da caza, ahy lhe derão um
 tiro estando o *supplicante* seguro *por* dous do assacinos
 que o tinhão como curcificado puxando cada um
por um braço que só largarão *quando* o *supplicante* recebeo o
 tiro com *que* o *supplicante* cahio. Depois do *que* Leolino
 10 Pinto Canguçu lhe atravessou o pescosso com um
 punhal principiando a offensa desde abaixo
 da barba do lado direito a sair na parte opposta
 do corpaço = Acrecendo o tratamento grosseiro e até
 coices d'armas com que maltratarão a mulher do *supplicante*
 15 *por* diligenciar ja forcejando ja p(o)r meio de suplicas li-
 vrar o *supplicante*. Alem dos sinco acima mencionados
 fazião parte dos agrassôres mais outros sinco dos quais
 dous se axavão postados no portão do quintal ja
por elles arrombado, e trez na porta da rua sem
 20 duvida *para* vedarem a sahida do *supplicante* *por* esse lugar
 se se podesse escapar dos *que* havião entrado

f.2r

o *supplicante* *Ilustrissimo Senhor* ja *por* outras vezes tem sido
 ameaçado e é
 Publico que a *familia* Canguçús são os auctores dessas tentativas
 não só contra o *supplicante* como tão bem contra o infeliz Mar-
 5 tinianno de Moura e *Albuquerque* irmão do *supplicante* o qual no
 dia 16 sucumbio victima da mais infame e cobarde
 traição no interior de sua caza e mesmo a vista de sua
familia. Ja no dia 15 de novembro do anno de 1844 seis
 malvados do sequito do assacino Leolino Pinto Canguçu
 os quais tinhão sido mandados da Xapada *por* seo
 10 pai [...] [...] Pinto Canguçu vierão a porta do *supplicante*
 para assacinallo e é sabido que são todos trez Pai e os
 dous filhos cumplices tanto naquelas tentativas como
 nos crimes recentes de 15 e 16 do *corrente* tanto que o pai tem
 dito que nem uma xicara de café pode tomar *por* não
 15 se ter verificado a morte do *supplicante* como se verif[icou][...]
 infeliz irmão e o filho Exuperio [...] antes do acon-
 tecido deu a *Francisco de Souza Meira* que em B[...] ou Can-
 guçús ou Moura Finalmente depois da noute do
 dia 15 sabendo=se que o *supplicante* [não tinha] morrido ten-
 20 tarão novamente atacar ao *supplicante* para acabar de matar
 trazendo Leolino Pinto Canguçu de caza de seo Pai

onde se axava então até escravos destes o *que* prova
 o commum acordo entre – elles voltando os assassinos
 do caminho por pedido do sogro do *supplicante* a Exuperio
 25 Pinto Canguçú e *por* que o [...] Exuperio estava conven-
 cido de *que* o *supplicante* não escaparia pelas offensas *que* ha-
 via[ao]⁷ recebido escrevendo nesta ocazião a Antonio da
Silva Mirante Leolino Canguçú a esse resp*eito*

f.2v

por lhe ter dito Mirante mandado pedir *que* não con-
 sumasse o crime principiado. Este facto que se acha reves-
 tido das circunstancias agravantes do artigo 16 § 1º 3º 4º
 5º 6º 8º 9º 10º, 13, 14, 15, 17 e *artigo* 17 § 1º 2º e 5º, e o que se
 5 axa marcado no *artigo* 192 do codigo penal com referencia
 ao *artigo* 34 do *mesmo* codigo, o *supplicante* da sua queixa e [...]

Perante a *Vossa Senhoria* que jurada
 e autuada inquiras as partes
 a margem para formação
 da culpa mandando pro-
 ceder *primeiro* a Corpo de Delicto
 na pessoa do *supplicante* e nas [...]
 arrombadas, expedindo ordem
 de prizão contra os queixados
 [...] [...] [...] os mais
 corrios

Espera Real Mercê

⁷ Riscado.

2.1.5 Auto de Curandeirismo dos Réus Victorino Araujo da Silva e Pedro Alves de Almeida⁸

Apresentamos a seguir a descrição e a transcrição do fólio 3r e 3v do auto de curandeirismo dos réus Victorino Araujo da Silva e Pedro Alves de Almeida.

2.1.5.1 Descrição do Auto de Curandeirismo

O processo crime de curandeirismo encontra-se em bom estado de conservação, escrito em papel almaço, com os fólhos numerados. No fólio 3 não consta nenhum registro escrito. No fólio 1r consta marca de carimbo; nos fólhos 1r e 36r constam rasgos nas bordas; e no fólio 3r há manchas de tinta.

2.1.5.2 Transcrição do Fólio 3r e 3v do Auto de Curandeirismo

1901

f.
3rCommissariado de Policia da Cidade
da Feira de Santanna

5

Flagrante

10

Auto de prisão de Victorino Araujo da *Silva* e
Pedro Alves de
Almeida

⁸ Documento sob a guarda do CEDOC.

Aos desecete dias
15 do mes de Abril de mil nove centos
e um, nesta Cidade da Feira de Sant'
Anna e casa da residencia do Com
missario de Policia Coronel Quintili-
ano Martins, com migo escrivão
20 de seo Cargo, declarou o mesmo Senhor
Commissario, que tendo denuncia
pelo medico de Igiene Doutor Fa-
bio Lira dos Santos, que no arraial
do Limoeiro deste termo havia dous
25 individuos de nomes Victorino Arau-
jo da Silva e Pedro Alves de Almeida
que ministravam uma fróta de
individuos de ambos os sexos com o fim
de curar toda especie de molestias
30 ministrando remedios de onde para
isso tirava resultado pecuniario
dos incautos e ignorantes, e [...]

a dita autoridade acompanhada da

f.
3v

força publica e mais cidadaos do
logar indicado, ahi encontrara e presen-
ciara o facto constante da denuncia, a-
5 prendendo em continente os medica-
mentos, garrafas, dando-lhes vós de pri-
zão, e mandou em continente la-
vvar o auto de flagrante e proceder
as diligencias que se seguem. Do que
10 eu Antonio Pedro Vasconcellos fiz
a presente autuação e dou fé.

15

E no mesmo dia mez e anno e logar
declarado, presente o mesmo Com
missario Coronel Quintiliano Mar

- 20 tins da Silva as testemunhas João
Chrisostomo, João Ambrosio Vianna o Ci-
rurgião dentista Imbassahi, Marci-
ano Vieira da Cunha e João Mo-
reira, a autoridade depois de ter
25 estes se comprometido dizerem a
verdade sob as penas os encarre-
gou o que sabiam e prezensiaram
sobre o facto da denuncia, prati-
cado pelos denunciadores disse o seguin-
30 te. 1ª testemunha João Ambrosio
Vianna, com idade vinte nove anos
casado, natural da Cidade da Barra,
oficial de ferreiro, e residente nesta

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Editar documentos de quaisquer períodos se faz de suma importância para os estudos filológicos, da cultura, da história da língua portuguesa, da história, da geografia, dos modos de vida de toda e qualquer sociedade. Neste sentido, a tríade que embasa a Filologia – estudo da língua, da cultura e da literatura de um povo ou grupo de povos a partir de sua documentação, se torna mais pertinente, levando os estudiosos a estabelecerem relações entre as áreas do saber que envolvem a análise do texto. Deste modo, a Filologia se configura como a ciência do texto, fixando-o, reconstituindo-o, criticando-o, trazendo para a superfície o pensamento da sociedade que o produziu, pois todo texto é produto de uma cultura.

Os documentos aqui apresentados trazem em seu cerne a mentalidade de uma época: relações sociais, políticas e culturais. Editá-los é ir além, é trazer para o século XXI comportamentos e ideias que

vigoravam no momento em que aqueles foram lavrados, seja em cidades do interior da Bahia, como são os trazidos aqui, seja de quaisquer partes do mundo. A partir das edições, vários estudos podem ser realizados, sejam estes do discurso, das variações grafemáticas, das narrativas, da morfossintaxe, dentre outros.

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUARTE, Luiz Fagundes. As mãos da escrita. *In*: DUARTE, Luiz Fagundes; OLIVEIRA, António Braz de (org.). **As mãos da escrita: 25º aniversário do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2007. p. 17-28.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução de Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2003.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (org.). **Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – autos de defloramento**. Guaratinguetá-SP: Penalux, 2018.

_____. **Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – livro de notas de escrituras**. Volume 1. Colaboração de Liliane Lemos Santana e Daiane Dantas Martins. Salvador: Quarteto, 2007.

_____. (org.). **Documentos do acervo de Monsenhor Galvão**: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007. p. 23-34.

VIDA E OBRA DE ELIZABETH BISHOP

em correspondência inédita com Alice Methfessel

Sílvia Maria Guerra Anastácio¹

Tenho lido “As Cartas” de Coleridge e sinto-me como se estivesse casada com ele – sei tudo o que se passa em sua mente, conheço cada uma de suas entranhas – seus sonhos, seus hábitos. Até sei das suas calças novas – ele conta TUDO (E.B. - Polly Correspondence, 1956. Vassar College, Poughkeepsie, New York. Box 32.3). Comecei a ler Coleridge, e fui lendo, lendo – não conseguia parar – até que meu ouvido não conseguia mais distinguir entre ele e a cascata debaixo da minha janela (E.B. - Lowell Correspondence, 1956. Houghton Library, Harvard University, Massachusetts).

1 INTRODUÇÃO

Renomada poetisa norte-americana, nascida em Worcester, Massachusetts, que viveu de 08 de fevereiro de 1911 a 06 de outubro de 1979, Elizabeth Bishop passou muitos anos de sua vida no Brasil, mais exatamente, de 1951 a 1972. Assim, nosso país não poderia deixar de

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado em Literatura Comparada pela UFMG e em Mídias Digitais pela PUC-SP. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura e em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: smganastacio10@gmail.com.

influenciar sua obra e estar presente, com frequência, nas cartas que escreveu. O volume de sua correspondência é tão grande, que o editor Robert Giroux publicou uma coletânea dessas cartas, em 1994, que seria traduzida para o português por Paulo Henriques Britto, pela Companhia das Letras, como “Uma Arte”, em 2012.

Ao analisar algumas cartas inéditas que Elizabeth Bishop escreveu para a sua companheira Alice Methfessel, não pude deixar de me lembrar do que Bishop disse ter sentido ao ler a correspondência do poeta inglês Coleridge: eram cartas tão minuciosas que, ao ler, se sentiu “como se estivesse casada com ele”, tal era a intimidade que se estabeleceu a partir do contato com aquela correspondência. Contava tudo o que se passava com ele, com os mínimos detalhes, até os seus pensamentos e sonhos mais íntimos. Os sons de suas palavras a envolveram tanto, que parecia estar dentro do cenário daquelas narrativas.

Assim me senti ao ler a correspondência entre Elizabeth Bishop e Alice Methfessel, pois o dia-a-dia de ambas é esmiuçado nessas cartas, com muito esmero. Sendo considerada uma escritora viajante, tal era o seu gosto pelas andanças pelo mundo, naturalmente que, escrever cartas, acabou se tornando um hábito que exercitou durante toda a vida. Afinal, precisava se comunicar com os amigos e parentes, mas especialmente, com outros poetas, a quem mostrava seus textos em criação. Era esse seu espaço íntimo para falar da própria obra ainda em processo, para expor suas ideias sobre poesia, revelar os locais por onde passou e onde viveu.

2 CARTAS INÉDITAS

Foi com surpresa que os pesquisadores de Bishop souberam que havia um lote de cartas recém descoberto e que estaria sendo, finalmente, publicado. Megan Marshall, biógrafa de Bishop, relata que teve acesso, em 2011, a um lote de cartas contendo correspondência entre a escritora e a norte-americana Alice Methfessel (1943-2009), sua última companheira. Alice, trinta e dois anos mais jovem que Bishop, morreu em 2009. Assim, as cartas foram encaminhadas a Vassar College.

Como Bishop cursou aquela conhecida faculdade para moças, Vassar College, decidiu que a maioria de seus manuscritos ficaria na instituição, embora, também, haja uma vasta correspondência entre ela e Robert Lowell na Houghton Library, em Harvard, Massachusetts. Assim, foi em Vassar que esse lote de correspondência inédita passou a ser guardado.

Tais cartas se tornariam conhecidas, no Brasil, através de uma reportagem intitulada “Cartas raras”, do Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno 2, de 04 de março de 2017. No jornal, lê-se que está “[...] prestes a ser publicado no Brasil ensaio sobre correspondência recém-localizada da poetisa Elizabeth Bishop à última namorada, que detalha sua rotina no fim da vida e o processo de escrita de um de seus poemas mais famosos” (2017, s. p.). Quanto ao poema aludido, trata-se de *One art*, publicado em 1976 e que consta da coletânea *Complete poems* (1994).

O referido lote foi adquirido através da Curadoria da *Special Collections* em Vassar College e incorporado ao Acervo Bishop, sediado no Departamento de Letras Germânicas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. O período em que essas cartas inéditas

foram escritas compreende os anos de 1971 a 1978, sendo que o total de cartas em Vassar é de 80 de Bishop a Alice e 144 de Alice a Bishop.

Em nosso Acervo Bishop, estão disponíveis todas as cartas escritas por Alice; mas nem todas de Elizabeth Bishop a Alice nos foram enviadas, pois há no acervo 110 cartas de um total de 144. Como se trata de uma coleção particular, não conseguimos adquirir o lote por inteiro, mas, certamente, temos os anos mais fecundos para o pesquisador brasileiro, pois possuímos todas as cartas trocadas entre as duas entre 1971 e 1972, quando Bishop morou no Brasil, tendo retornado para residir nos Estados Unidos em agosto de 1972 (MILLIER, 1993).

A escritora comprou uma casa em ruínas, no Brasil, em 1965, e decidiu reformá-la para passar temporadas. Após a morte de sua companheira brasileira, Lota Macedo Soares, em 1967, ela resolve, finalmente, acabar de reformar a casa e morar em Mariana, mudando-se em julho de 1969. As cartas, que são alvo desta análise, pertencem a um arquivo que tem como local de remetente Ouro Preto e se refere, portanto, aos anos de 1971-1972, quando Bishop se corresponde com Alice, que morava, nessa época, em Cambridge, Massachusetts.

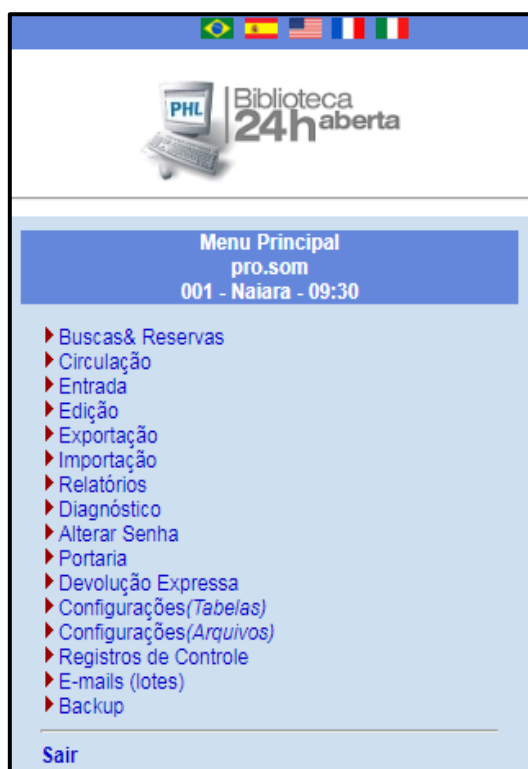
Todos os documentos do Acervo Bishop, da UFBA, incluindo as cartas inéditas, estão em finalização do processo de digitalização, para que os manuscritos poéticos da autora, bem como sua correspondência, fotos, recortes de jornais e revistas, textos críticos, dentre outros, passem a integrar a Plataforma PHL©Elysio. O trabalho de organização começou a ser realizado em 2014 e replica, de forma digital, os documentos do Acervo Bishop, cujos originais se encontram em Vassar College.

A Plataforma PHL©Elysio foi desenvolvida pelo Professor Elysio Mira Soares de Oliveira e é um dos mais importantes “[...] sistemas para gerenciamento integrado de bibliotecas do país [...]”, lançado em 2001

(Entrevista com Prof. Elysio, realizada em 03 de junho de 2004, disponível online). Trata-se de uma plataforma feita para o leitor imersivo da época contemporânea; com o avanço tecnológico, surgiu esse tipo de leitor do ciberespaço, que navega pelo ambiente virtual da linguagem multimídia (SANTAELLA, informação online), considerando que tal ambiente lhe permite escolher os signos e rumos que deseja trilhar, passando por múltiplas linguagens em rede. Aliás, essa Plataforma PHL©Elysio permite a inserção, inclusive, de sons e vídeos. A título de ilustração, seguem *prints* de abas da referida Plataforma:

A busca nessa “Biblioteca aberta 24hs” se inicia com o menu principal, disponibilizado na foto ao lado e com informações acerca do acervo PRO.SOM, organizado e disponibilizado em tal plataforma. Tem-se, também, a aba disponibilizada a seguir:

Figura 1 – Plataforma PHL©Elysio – Menu principal



Fonte: elaborada pela autora (2018)

Figura 2 – Plataforma PHL©Elysiso – Informações sobre documentos do Acervo Bishop

Gráficos | Manual PHL83 | phl.NET | phl.NEWS

MFN: 430 - Catálogo

BISHOP, Elizabeth. **Letter to Alice Methfessel**. Vassar College. Ouro Preto: Elizabeth Bishop, 1971. 4 p. f.115.1 To Methfessel, Alice, Apr 1971.

Tombo	Circulação	Status	Exemplar	Prazo específico
000431	Circulante	●	1	7

Total de exemplares	Circulantes	Consulta local	Cancelados
1	1	0	0

001: 001
 002: 709191543177
 003: Series I Correspondence
 005: Manuscrito
 006: m
 008: [^https://prezi.com/6i7atkggwex/f1151-to-methfessel-alice-apr-1971/](https://prezi.com/6i7atkggwex/f1151-to-methfessel-alice-apr-1971/)^uacessado em 19 de setembro de 2017
 015: Vassar College
 016: BISHOP, Elizabeth
 018: Letter to Alice Methfessel
 020: 4
 038: f.115.1 To Methfessel, Alice, Apr 1971
 040: Inglês
 062: Elizabeth Bishop
 064: 1971
 065: 19710402
 066: Ouro Preto
 086: Bishop divide com Alice Methfessel a rotina de seus dias, com destaque para as procissões em comemoração à Semana Santa, que aconteciam em Ouro Preto, naquela semana. Ela comenta, também, sobre um gato que roubara sua comida enquanto fazia torta de maçã. Segundo a autora, a ópera La damnation de Faust de Hector Berlioz tocava no momento. Além disso, Bishop menciona a visita do artista brasileiro Carlos Scliar, que recebera no dia anterior.
 087: Ouro Preto, Alice Methfessel, opera, Carlos Scliar.
 089: Datiloscrito com correções à mão.
 090: b
 990: 430
 999: ^d20170919^h154317^bjaqueline
 999: ^d20171006^h141109^bjaqueline

MFN: 431 - Catálogo

Fonte: elaborada pela autora (2018)

Aqui, são inseridos número de tombo, título, datas importantes referentes ao documento, bem como, instituição onde os originais se encontram. A seguir, uma aba com informações mais detalhadas do documento:

Figura 3 – Plataforma PHL©Elysio – Descrição do documento de processo

Elementos de Identificação Geral	
MFN=430	
Status do registro [090]	<input checked="" type="radio"/> Apresentar <input type="radio"/> Ocultar <input type="radio"/> Restrito à Usúários matriculados
ID [002]	709191543177
Tipo de documento [005]	Manuscrito
Nível bibliográfico [006]	Monográfico
Classificação: [003]	Series I Correspondence
Cutter/PHA: [103]	
Nível monográfico	
Índice de autores: [?]	
Autor [016]	BISHOP, Elizabeth
Título [018]	Letter to Alice Methfessel
Subtítulo [181]	
Créditos [015]	Vassar College
Total de páginas [020]	4
Informação descritiva [038]	f.115.1 To Methfessel, Alice, Apr 1971
Elementos da Imprenta	
Cidade que escreveu [066]	Ouro Preto
Escritor [062]	Elizabeth Bishop
Data que escreveu [064]	1971
Data padronizada [065]	19710402
Suporte eletrônico [008]	^ihttps://prezi.com/6i7atkqggwex/f1151-to-methfessel-alice-apr-1971/^uacessado em 19 de setembro de 2017
Descrição do conteúdo	
Notas de conteúdo [086]	Bishop divide com Alice Methfessel a rotina de seus dias, com destaque para as procissões em comemoração à Semana Santa, que aconteciam em Ouro Preto, naquela semana. Ela comenta, também, sobre um gato que roubara sua comida enquanto fazia torta de maçã. Segundo a autora, a ópera La damnation de Faust de Hector Berlioz tocava no momento. Além disso,
Índice de Assuntos: [?]	
Palavras-chave [087]	Ouro Preto, Alice Methfessel, opera, Carlos Scliar.
Informações Complementares	
Idioma do texto [040]	Inglês Alemão Espanhol Francês

Fonte: elaborada pela autora (2018)

Essa aba contém descrições do documento, informando onde se encontra arquivado, palavras-chave que facilitem a busca, idioma utilizado, datas, observações e resumos de conteúdo. Enfim, toda uma busca pode ser realizada rapidamente, quer por assunto ou por título da obra que se deseja encontrar.

Cada documento, após ser digitalizado, é colocado em pastas do Programa Prezi e indexado na Plataforma PHL©Elysio. O Prezi possibilita a apresentação desses documentos em salas de aula e congressos, também, facilitando a análise dos mesmos, especialmente, por

possuir um zoom, muito útil para quem trabalha com manuscritos. Além disso, o Programa Prezi mantém toda a rede de documentos preservada “nas nuvens” e trancada com um “cadeado”, sendo permitido o acesso apenas através de senha do pesquisador licenciado. Tal recurso é muito apropriado, uma vez que não detemos os direitos autorais dos documentos de Elizabeth Bishop. Há, portanto, um link entre a Plataforma PHL©Elysio e os arquivos Prezi, de modo que cada documento, seja ele impresso ou audiovisual, é acessado pela Plataforma em rede. O que se tem, então, é uma plataforma multimodal à disposição do pesquisador licenciado. Pode-se compreender que:

The webpage is [...] a hypertextual and multimedia text, offering various opportunities to engage and manipulate the content further: clicking through to other pages, selecting different reading paths, watching a video, tweeting, or requesting more information. Complex texts like these are designed deliberately to be multimodal – for example, visual, verbal, gestural, tactile, musical – and to be ‘read’ in more open-ended ways (THURLOW, 2016, p. 620)².

Logo, a Plataforma PHL©Elysio se enquadra na descrição de texto hipertextual e multimidiático, sendo que a não linearidade dessa plataforma virtual remete ao conceito de rede, que, segundo Pierre Musso (2004), indica o paradigma da contemporaneidade, que se baseia no pensamento por relações. As tramas da rede metaforizam essas relações e os diálogos entre documentos (SALLES, 2008), os quais só têm sentido dentro de um contexto maior e em uma cadeia sistêmica de nós, que faz com que os dados circulem em ambiente virtual. Assim, dá-se acessibilidade a manuscritos que, de outro modo, ficariam limitados às

² A webpage é [...] um texto hipertextual e multimidiático, que oferece várias oportunidades para o usuário se envolver e manipular o conteúdo que deseja pesquisar; quer clicando suas páginas, selecionando diferentes caminhos de leitura, vendo um vídeo, tuitando, ou buscando mais informação. Textos complexos como esses são deliberadamente idealizados para serem multimodais – por exemplo, o visual, o verbal, o gestual, o tátil, o musical – e eles podem ser ‘lidos’ das maneiras mais abertas possíveis (THURLOW, 2016, p. 620, tradução nossa).

paredes dos grupos de pesquisa, que buscam preservá-los e analisá-los. Portanto, o diálogo em rede desses documentos via plataformas na internet, como sites e blogs, viabiliza, em tempo real, o contato do pesquisador com os manuscritos de trabalho que se quer compartilhar, que ganham sentido quando analisados sob a perspectiva de globalidade de um armazenamento organizado.

No Acervo Bishop, os documentos indexados na Plataforma PHL©Elysio dialogam uns com os outros, inclusive as cartas inéditas, que são alvo de análise deste artigo. Nessas cartas, o folclore brasileiro ocupa um espaço privilegiado e as Congadas de Minas Gerais aparecem em várias delas, como a que segue:

Figura 4 – Trecho de carta de Elizabeth Bishop para Alice Methfessel³

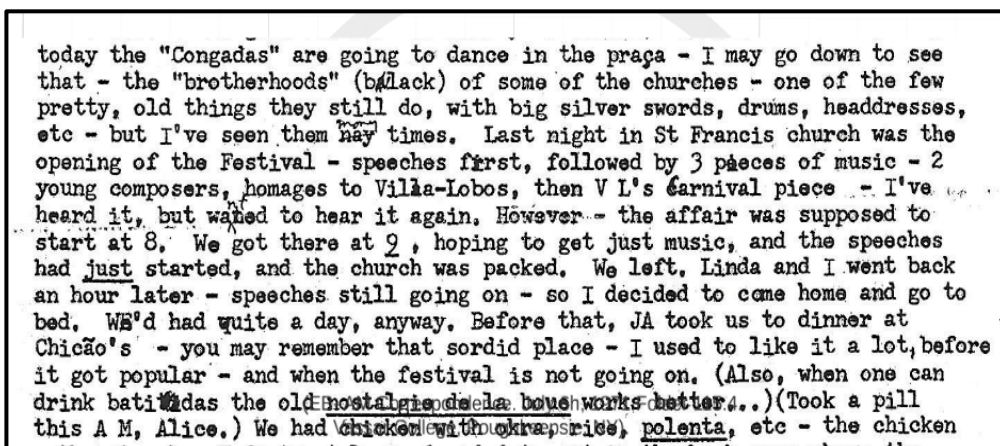
here.) At 7:15. went to the praça to see the Congadas - However there was only one group - 3 or 4 were announced - and not the local one I like. About 20 men and some boys, some tiny ones - the way they dress up is marvelous - but we'll probably see much better costumes in Peru. - Here they are mixtures: caps like chauffeurs', covered with pearls, small mirrors, all kinds of shiny things - and all have dozens of satin ribbons streaming down their backs all colors; medals, fake epaulets, silver swords, drums - nice big old ones. - This group (mixed) had a King and queen, (all blacks) - throned at the end of the praça, with attendants holding pictures of saints framed in fluffy pink tissue paper, more streamers, etc. The King & Queen both very old, black, thin, and solemn, holding gold scepters with crosses on top, wearing very fancy clothes and white gloves - sheer ones, with their black skin showing through. Big red and gold crowns - and over their heads two big brand new beach umbrellas, parti-colored - straight from Copacabana... However.

Fonte: Elizabeth Bishop-Alice Methfessel Correspondence. July 6th, 1971.
Folder 115.14. Vassar College, Poughkeepsie, N.Y.

³ Às 7:15 eu fui para a praça ver as Congadas - mas havia apenas um grupo - anunciaram 3 ou 4 - e não foi aquele grupo local que eu gosto. Mais ou menos, 20 homens e alguns garotos, uns bem pequenos - o jeito que eles se vestem é maravilhoso - mas vamos provavelmente ver trajes bem melhores no Peru. - Aqui há muitas misturas: Bonés do tipo que os motoristas usam, todos cobertos de pérolas, pequenos espelhos, todo tipo de coisas brilhantes - e todos têm dezenas de fitas de cetim caindo pelas costas, de todas as cores; medalhas, condecorações falsas, espadas de prata, tambores - grandes, antigos e muito bonitos. Esse grupo (misturado) tinha um rei e uma rainha, (todos negros) - foram coroados no final da praça, com assistentes segurando quadros de santos emoldurados em papel de seda cor de rosa e bem fofo, e mais bandeirolas, etc. O rei e a rainha bem idosos, negros, magros, tinham um ar solene e seguravam cetros de ouro com cruzeiros na parte de cima, usavam roupas muito extravagantes e luvas brancas, finas, que deixavam à mostra sua pele negra. Coroas grandes, vermelhas e douradas - e sobre a cabeça, dois grandes guarda sóis de praia novos em folha, de várias cores - diretamente de Copacabana. (tradução nossa)

Bishop é muito detalhista em suas cartas e faz menção, inclusive, à hora em que vai ver as Congadas. Descreve o número de pessoas desfilando, como estavam maravilhosamente trajados com roupas coloridas e brilhantes, cheias de adereços. O rei e a rainha, negros, lhe chamam a atenção, com seu ar solene. Finalmente, os guarda sóis coloridos fazem-na lembrar de outros que vira na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. O recorte da correspondência de Bishop, alvo deste artigo, traz índices do interesse de Bishop pela música e pelo folclore do Brasil. Ela se encantou, em especial, com a nossa arte, com a nossa cultura. A seguir, outra menção às Congadas:

Figura 5 – Segundo trecho de carta de Elizabeth Bishop para Alice Methfessel⁴



today the "Congadas" are going to dance in the praça - I may go down to see that - the "brotherhoods" (b/ack) of some of the churches - one of the few pretty, old things they still do, with big silver swords, drums, headdresses, etc - but I've seen them ~~may~~ times. Last night in St Francis church was the opening of the Festival - speeches first, followed by 3 p/eces of music - 2 young composers, homages to Villa-Lobos, then V L's Carnival piece - I've heard it, but wanted to hear it again. However - the affair was supposed to start at 8. We got there at 9, hoping to get just music, and the speeches had just started, and the church was packed. We left, Linda and I went back an hour later - speeches still going on - so I decided to come home and go to bed. We'd had quite a day, anyway. Before that, JA took us to dinner at Chicão's - you may remember that sordid place - I used to like it a lot, before it got popular - and when the festival is not going on. (Also, when one can drink batidas the old nostalgia of the boue works better...)(Took a pill this A M, Alice.) We had chicken with okra, rice, polenta, etc - the chicken

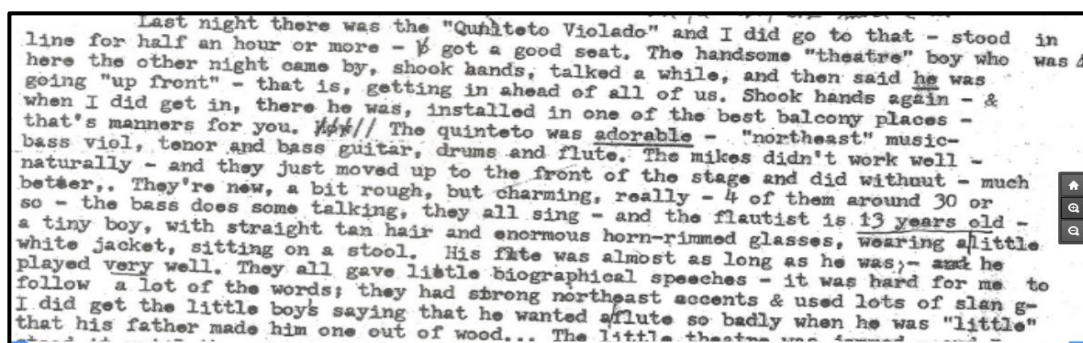
Fonte: Elizabeth Bishop-Alice Methfessel Correspondence. July 1st, 1972.
Folder 115.12. Vassar College, Poughkeepsie, N.Y.

⁴ Hoje as "Congadas" vão dançar na praça - pode ser que eu desça para ver - as "irmandades" (negras) de algumas das igrejas - uma das poucas coisas belas e antigas que ainda fazem, com grandes espadas de prata, tambores, usando toucas, etc. - mas eu os vi muitas vezes. Ontem à noite na igreja de São Francisco foi a abertura do festival - primeiro os discursos, seguidos de 3 peças musicais - dois jovens compositores prestaram homenagens a Villa-Lobos, depois a música de villa-lobos de carnaval - eu ouvi, mas gostaria de ouvir de novo. Contudo, os festejos deveriam começar às 8 horas. Nós chegamos lá às 9 horas, esperando ouvir apenas a parte musical, mas os discursos tinham acabado de começar e a igreja estava cheia de gente. Fomos embora. Linda e eu voltamos uma hora depois - os discursos ainda continuavam - então eu decidi voltar para casa e ir para a cama. Foi um dia e tanto, de qualquer maneira. Antes, JA nos levou para jantar lá no Chicão - você deve lembrar daquele lugar miserável - eu gostava muito de lá até se tornar popular - e fora do festival (Também, quando a gente consegue tomar umas batidas, a antiga nostalgia de la boue até que funciona...) (Tomei um comprimido, Alice.) Comemos frango com quiabo, arroz, polenta, etc. (tradução nossa)

Como se pode perceber, Bishop admirava as irmandades negras das igrejas de Ouro Preto desfilando nas “Congadas” da praça principal. Seus instrumentos musicais a encantavam e, também, faz menção a peças do conhecido compositor Villa Lobos. Apreciava, ainda, as nossas comidas, como a “polenta”, que inclui ao fazer menção à sua refeição do dia. Observe-se que, nas cartas de Bishop, era frequente ela incluir palavras do nosso idioma, em meio às suas descrições e referências à nossa cultura.

As danças, as músicas brasileiras a encantavam. Em julho de 1972, quando o Quinteto Violado estava no auge da sua fama, lançando disco de vinil pela Philips e fazendo sucesso com a célebre peça “Asa Branca”, Bishop teve a oportunidade de vê-los atuando:

Figura 6 – Terceiro trecho de carta de Elizabeth Bishop para Alice Methfessel⁵



Fonte: Elizabeth Bishop-Alice Methfessel Correspondence. July 7th, 1972. Vassar College, Poughkeepsie, N.Y.

⁵ Ontem à noite, teve apresentação do “Quinteto Violado” e eu fui ver - fiquei na fila cerca de meia hora ou mais- consegui um bom lugar. Aquele menino bonito do “teatro”, que esteve aqui na outra noite, veio falar conosco, nos deu um aperto de mão, conversou um pouco, e então, disse que ele ia lá “para a frente” - quer dizer, passando na frente de todos nós. Nos deu outro aperto de mão - & quando eu entrei, lá estava ele, bem instalado em um dos melhores balcões do teatro - é bom para você saber o que aconteceu. O quinteto foi adorável - música “nordestina” - viola, tenor e baixo, tambor e flauta. Os microfones não funcionaram bem - naturalmente - foram para a frente do palco e ficaram sem eles - muito melhor. Eles são jovens, um pouco rudes, mas realmente charmosos - 4 deles tinham cerca de 30 anos mais ou menos - o do baixo fala mais, mas todos cantam - e o flautista é um garoto miúdo de 13 anos de idade – com cabelo liso, queimado do sol e enormes óculos com aro de chifre de boi, vestindo uma jaqueta branca curta e sentado em um banco. Sua flauta era quase do tamanho dele - e ele tocava muito bem. Todos deram uma rápida

Bishop refere-se ao Quinteto Violado de modo bastante positivo. Achou o grupo “adorável”, cantando música nordestina e tocando vários instrumentos. Chamou-lhe a atenção o flautista, de apenas 13 anos, mas, certamente, um garoto prodígio. Aqui podemos perceber um pouco do humor de Bishop, ao descrever o pequeno músico, cuja “[...] flauta era quase do tamanho dele [...]”.

Logo, pelo que se pode observar, as cartas de Bishop são emolduradas pela nossa cultura e pelo imaginário, no caso da última carta, pelo imaginário nordestino. Ao falar de representações discursivas, Bourdieu (2007, p. 118) diz que a “[...] construção imagético-discursiva da identidade é uma forma de legitimar sua existência, pois [...] o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente também é ser percebido como distinto [...]”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que os caminhos para a organização de arquivos e acervos na contemporaneidade estão de acordo com o paradigma atual do leitor imersivo, acostumado a navegar por textos multimodais e em contato com documentos postos em relação ou interação uns com os outros, via rede. São esses elementos de interação os picos da rede, que dialogam entre si, possibilitando ampla circulação de documentos de trabalho os mais diversos. No caso da correspondência de Elizabeth

ideia de sua biografia - foi difícil para mim entender muitas palavras; eles tinham um forte sotaque nordestino & usavam muita gíria - entendi o garoto dizer que ele desejava tanto ter uma flauta quando era “pequeno”, que o pai fez uma para ele de madeira... (tradução nossa)

Bishop em análise, também essas cartas podem ser colocadas em diálogo com tantos outros documentos, que emolduram a época por ela retratada. A arte brasileira está presente, com frequência, em suas descrições e, sem dúvida, que os anos que aqui passou teriam que marcar fortemente a sua obra, a sua correspondência, enfim, a sua vida.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTA com Prof. Elysio Mira Soares de Oliveira (autor do PHL), realizada em 03 de junho de 2004. Disponível em: <https://www.elysio.com.br/site/entrevista.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

ELIZABETH Bishop – **Alice Methfessel Correspondence**. July, 6th, 1971. Folder 115.4. Vassar College, Poughkeepsie, NY.

ELIZABETH Bishop – **Alice Methfessel Correspondence**. July, 1th, 1972. Folder 115.12. Vassar College, Poughkeepsie, NY.

BISHOP, Elizabeth. **One Art. Letters selected and edited by Robert Giroux**. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1994.

BISHOP, Elizabeth. **One Art**. In: BISHOP, Elizabeth. **The complete poems**. New York: The Noonday Press. Farrar, Straus and Giroux, 1994.

BISHOP, Elizabeth. **Uma arte**. As cartas de Elizabeth Bishop. Organizado por Robert Giroux. Tradução de Paulo Henriques Britto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para a reflexão crítica sobre a idéia de região. *In*: _____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FILGUEIRA, Mariana. “Cartas raras”. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, Caderno 2, 04 mar. 2017.

MILLIER, Brett. **Elizabeth Bishop**. Life and the memory of it. Berkeley: University of California Press, 1993.

MUSSO, Pierre. “A filosofia da arte”. *In*: PARENTE, André (Org.) **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SALLES, Cecília Almeida. **Redes da Criação**. Construção da obra de arte. São Paulo: Horizonte, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **A leitura fora do livro**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/cos/epe/mostra/santaell.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

THURLOW, Crispin. Multimodality, materiality and everyday textualities: the sensuous stuff of status. *In*: RIPPL, Gabriele (ed.). **Handbook of Intermidiality: Literature, image, sound, music**. Germany: Degruyter, 2015.

QUINTA PARTE

Filologia e memória

AS FONTES DO TRIBUNAL

da inquisição e a história do letramento no Brasil quinhentista¹

Ana Sartori²

1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado toma como referencial teórico os estudos da História da Cultura Escrita, que se encontra vinculada aos estudos da Nova História. No âmbito da história da cultura escrita no Brasil, pretende-se abordar as práticas de leitura e escrita no período colonial, buscando compreender como tais práticas se constituem em nossa sociedade ao final do primeiro século de colonização.

Para avaliar os níveis de alfabetismo no Brasil colonial, aqui são invocadas as fontes inquisitoriais em visita ao Brasil, mais especificamente os livros produzidos nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba,

¹ Nesse texto, são apresentados alguns dos estudos realizados durante o Doutorado em História da Cultura Escrita pelo PPGLINC-UFBA. O estudo completo encontra-se na tese (SARTORI, 2016).

² Doutora em História da Cultura Escrita no Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal a Bahia. Professora da Universidade Federal da Bahia. E-mail para contato: anasartorii@hotmail.com.

durante a primeira visita da Inquisição, ocorrida entre os anos de 1593 e 1595, quando foram produzidos nove livros, sete desses hoje localizados (três deles referentes às Capitâneas citadas) e depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os quais continham registros dos depoimentos prestados pela população que ia denunciar ou confessar os considerados crimes religiosos. Além do registro dos depoimentos, que nos permitem entrever práticas sociais e culturais da população do Brasil quinhentista, tais livros contêm as assinaturas deixadas pelos indivíduos que prestavam depoimento, como forma de validar a declaração prestada. Através dessas assinaturas, podem ser levantados níveis de alfabetismo que retratam a capacidade de assinar o próprio nome em uma amostra bastante representativa da sociedade colonial. Aqueles que sabiam escrever, ou pelo menos assinar o nome, deixavam sua assinatura alfabética nos livros inquisitoriais; aqueles que não o sabiam, faziam, no lugar do nome, uma cruz ou outro sinal não alfabético, ou poderiam ainda solicitar ao notário que assinasse por eles, declarando não saber assinar. Tais dados sobre os níveis de alfabetismo, porém, apenas podem ser bem compreendidos quando postos ao lado de uma história social, uma história da escolarização e de outras práticas de letramento que se desenvolvem à margem da escolarização formal, constituindo-se, assim, um panorama mais complexo das práticas da cultura escrita em nossa história colonial.

2 ESCOLAS NO BRASIL DOS QUINHENTOS

A respeito das práticas de letramento no Brasil dos Quinhentos, as notícias que se tem referem-se quase exclusivamente ao aprendizado da leitura e da escrita através da escolarização formal. Nesse âmbito, o ensino das primeiras letras se realizou, sobretudo, através das ordens religiosas

que atuaram no Brasil, destacando-se, entre elas, a Companhia de Jesus, que liderou o movimento missionário, teve uma organização escolar ampla, fundando colégios, e atuou por duzentos e dez anos. Dessa forma, no primeiro século de colonização, o ensino formal das primeiras letras ocorreu basicamente nos colégios e residências da Companhia de Jesus, e ainda em classes de primeiras letras que se formavam em alguns aldeamentos de índios cristianizados.

Os colégios da Companhia eram estabelecimentos que tinham como função principal a formação de jesuítas, que seriam os missionários nas ações de catequização em terras brasileiras. Surgiam como complemento a essa ação principal as classes de primeiras letras. José de Anchieta, após descrever longamente as atividades religiosas do Colégio da Bahia e o progresso alcançado entre os cristãos da cidade de Salvador, ao fim do século XVI, refere-se da seguinte forma ao ensino de primeiras letras para meninos realizado nos colégios: “Pouco direi dos estudos, visto que é diminuto o número de alunos” (ANCHIETA, [1554-1594] 1933, p.404).

A afirmação de Anchieta encontra eco nas palavras do jesuíta Fernão Cardim, que visitou o Brasil no mesmo período e assim avaliou os estudantes das classes oferecidas nos colégios dos jesuítas: “Os estudantes nesta terra, além de serem poucos, também sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudarem com cuidado, nem a terra o dá de si por ser relaxada, remissa e melancólica, e tudo se leva em festas, cantar e folgar” (CARDIM, [1583-1590] 1925, p.415).

Tais informações que a história da escolarização nos fornece a respeito de práticas de letramento no Brasil quinhentista nos trazem um lado da história, que contrasta em muito com os dados fornecidos por uma história do alfabetismo e do letramento.

3 ALFABETISMO E LETRAMENTO NO BRASIL COLONIAL

Os estudos já realizados sobre as assinaturas deixadas pela população nos livros do Tribunal da Inquisição em visita ao Brasil revelam altos percentuais de assinantes nas fontes inquisitoriais. Lobo e Oliveira (2013) encontraram 69,5% de assinantes entre os indivíduos que depuseram perante o Tribunal na Capitania da Bahia, durante a primeira Visitação, ao fim do século XVI. Os percentuais de indivíduos que sabiam assinar o nome são ainda mais altos nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, na mesma Visitação, onde foram encontrados 76% de assinantes (Cf. SARTORI, 2016), e ainda em dados recolhidos das fontes da segunda Visitação, realizada na Bahia no início do século XVII, quando se obteve um total de 83% assinantes (Cf. LOBO, SARTORI e SOARES, 2016).

Tais resultados contrastam com as informações de que se tem conhecimento a partir da história da escolarização no Brasil colonial e parecem se opor às afirmações de José de Anchieta e Fernão Cardim, que indicavam um pequeno número de alunos aprendendo a ler e escrever na colônia. Parece-nos necessário equilibrar as informações dos jesuítas sobre o ensino das primeiras letras colégios da Companhia de Jesus com os dados que apontam para percentuais bastante significativos de indivíduos a assinar o seu nome nas fontes inquisitoriais. Diante do impasse criado, é necessário nos aprofundarmos em aspectos da história da cultura escrita no Brasil, em busca de elementos para melhor compreender os dados fornecidos pelas fontes inquisitoriais.

A primeira questão que poderíamos colocar é a seguinte: os dados de assinantes das fontes da Inquisição são de fato representativos de toda

a população colonial, ou estão privilegiando determinados setores sociais, que possuem mais elevados níveis de letramento?

A resposta é que todos os estratos sociais se encontram presentes nas fontes inquisitoriais. Por outro lado, alguns deles se encontram sub-representados em tais fontes. É o caso de índios, negros, mulatos e cafuzos. Os indivíduos escravizados poderiam depor perante o Santo Ofício, mas apenas em raras ocasiões isso se deu. No que se refere a indivíduos dessas etnias, parecia haver uma gradação no acesso às práticas de leitura e escrita.

Entre os negros, atesta-se a situação já conhecida de alheamento dos indivíduos escravizados a diversas práticas sociais e culturais e, entre elas, as práticas de leitura e escrita. Não era de fato esperado que essa população tivesse acesso ao letramento, já que a própria concepção de letramento no Brasil colonial não incluía esses indivíduos. Não há qualquer dado hoje conhecido que aponte para uma aquisição da escrita entre esse estrato da população nesse momento. Só se encontram informações sobre indivíduos escravizados que teriam acesso à escrita em períodos posteriores, como é o caso dos dados analisados por Klebson Oliveira (2004), que tornou pública a existência de cartas escritas por escravos nos séculos XVIII e XIX.

Os índios poderiam revelar alguma aquisição da leitura e da escrita, caso vivessem em aldeias missionadas que possuíssem um padre residindo na aldeia. Como afirma Couto (1998, p.317), os jesuítas reuniam os índios em aldeamentos localizados nos arredores das povoações portuguesas, como forma de promover sua aculturação e evangelização, ao mesmo tempo em que os protegiam das investidas dos colonos em busca de mão de obra escrava. Nesses aldeamentos, era comum os religiosos, além de atuarem no trabalho de catequese, que se estendia a todos os indivíduos

da aldeia, também criarem uma escola de primeiras letras para as crianças da aldeia. Nota-se, por outro lado, que o processo de aculturação dos índios e conversão ao catolicismo era frágil, instável, ficando à mercê de uma série de fatores que interferiam na aculturação, como as guerras com índios de tribos inimigas ou inimizades com portugueses, a ação de colonos portugueses no intento de utilizar índios como mão de obra escrava, as diversas epidemias que mataram milhares de índios, e a própria vontade dos índios de viverem com seus costumes e sua cultura, o que por vezes fazia com que abandonassem as aldeias missionadas.

O padre Anchieta narrou longamente, em suas missivas, uma série de intempéries por que passavam os jesuítas em seu trabalho missionário. No trecho a seguir, conta como os índios por eles ensinados em Piratininga voltaram à vida e costumes dos pais:

[...] não somente os grandes, homens e mulheres, não dão fruto não se querendo aplicar á fé e doutrina cristã, mas ainda os mesmos muchachos que quasi criamos a nossos peitos com o leite da doutrina cristã, depois de serem já bem instruídos, seguem a seus pais primeiro em habitação e depois nos costumes; porque os dias passados, apartando-se alguns destes a outras moradas levaram consigo bôa parte dos moços, e agora a maior parte dos que ficaram se mudou a outro lugar, onde possa viver livremente como soia, aos quais necessariamente hão de imitar os filhos assim divisos, nem se podem ensinar, nem eles mais o desejam, e ainda sobretudo não ha quem queira ser ensinado. E se muitas vezes não viessem á igreja alguns escravos de Portugueses que aqui vivem, tocar-se-ia a campainha por demais e não haveria nenhum dos índios que se ensinasse. De maneira que os meninos que antes aprendiam, andam de cá para lá, e não somente não aprendem nada de novo, mas antes perdem o já aprendido; mas não é isso maravilha porque quasi é natural desses índios nunca morar em um lugar certo, senão que depois de haver aqui vivido algum tempo se passam a outro lugar, e daí a outro. Alguns dos que vivem no campo, em suas fazendas, os dias de festa vêm ás missas. (ANCHIETA, [1554-1594] 1933, p. 92-93).

As mortes por doenças como a varíola, trazidas para o Brasil com os portugueses, afetavam fortemente os indígenas. As epidemias acabaram com a maior parte das aldeias missionadas na Capitania da Bahia. No ano

de 1562, morreram cerca de 30.000 índios, entre os índios escravizados e os índios forros dos aldeamentos, no espaço de dois a três meses. (ANCHIETA, [1554-1594] 1933, p.377-378).

Entre mulatos e cafuzos, já se vê, nos dados das fontes inquisitoriais, algum acesso a práticas de letramento, embora o contingente de mestiços seja também bastante restrito nas fontes do Santo Ofício. A aquisição ou não das práticas de leitura e escrita parecia ser um reflexo da condição social em estes se encontravam – nesse caso, herdar a condição de escravidão da mãe faria, provavelmente, toda a diferença.

Retomando-se as fontes do Tribunal da Inquisição produzidas nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, na primeira Visitação ao Brasil, realizada ao fim do século XVI, vê-se que, entre os cinco homens mulatos ou cafuzos que depuseram perante o Tribunal, os dois que se declararam escravos não souberam assinar o nome: João Álvares, que disse ser “filho de ourives e de escrava”, e Antônio da Conceição, que afirmou ser “filho de índio e de negra”. Os outros três – Boaventura Dias, Manuel de Leão e Lourenço Rodrigues – revelaram saber assinar. Entre esses, nenhum foi declarado escravo; dois deles declararam inclusive profissão: um afirmou ser vaqueiro e outro, alfaiate.

Ainda que, de uma maneira geral, negros, índios e mulatos estivessem, em sua maioria, alheados das práticas de leitura e escrita, não se pode dizer que os altos níveis de letramento das fontes inquisitoriais se restringem a uma elite branca letrada. A situação dos mamelucos, nas capitanias analisadas, era bastante diversa da situação de índios, negros e mulatos. Entre os mamelucos encontram-se, nas análises de assinantes de fontes inquisitoriais já citadas, percentuais tão altos quanto, ou ainda mais altos que o de depoentes brancos. Nas fontes da primeira Visitação em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, enquanto 92% dos homens brancos

assinam o depoimento prestado, entre os homens mamelucos, esse percentual sobe para 100%.

Os mamelucos, filhos dos portugueses, dos homens da elite colonial brasileira, pareciam herdar o status social dos seus pais. Frequentavam os colégios dos jesuítas, ocupavam os cargos burocráticos de administração da Colônia ocupados por seus pais, eram falantes da língua portuguesa e declaravam a situação religiosa de seus pais, intitulando-se, como seus pais, “cristãos-velhos” ou “cristãos-novos”, ainda que suas mães fossem índias não convertidas ou recentemente convertidas ao cristianismo.³

3.1 O LETRAMENTO ENTRE OS DIVERSOS ESTRATOS SOCIAIS

Ainda que as fontes inquisitoriais reforcem a já conhecida informação do alheamento às práticas culturais da cultura escrita entre os escravos – nos quais estariam incluídos grande parte dos negros e índios do Brasil Colônia – vê-se claramente, através das fontes inquisitoriais, que a aquisição da leitura e escrita não era algo que se restringia a uma elite econômica e social. Não eram só senhores de engenhos e terras, grandes mercadores ou o alto clero que possuíam acesso ao letramento. Indivíduos de diversas profissões exibem, igualmente, altos níveis de assinantes nas fontes inquisitoriais.

³ Eram considerados ‘cristãos-novos’ os judeus convertidos ao cristianismo e seus filhos, enquanto os ‘cristãos-velhos’ seriam os católicos que não possuíam qualquer ascendente judeu. Havia aqueles que eram ‘em parte cristãos-novos’, os quais possuíam alguma ascendência judaica: apenas o pai ou a mãe era judeu, ou pai ou mãe tinha algum ascendente judeu. Estes poderiam se declarar de diversas formas: ‘meio cristão-novo’, ‘em parte cristão-novo’, ‘cristão-velho que, da parte do pai (ou da mãe), tem raça de cristão-novo’, ‘cristão-novo pela parte de seu pai (ou de sua mãe)’, ‘cristão-novo que tem alguma raça de cristão-velho’. A esses se opunham aqueles que não eram ‘cristãos-novos’ nem ‘cristãos-velhos’: eram os indivíduos cristianizados, que foram batizados, filhos de pais “pagãos”, como era o caso dos índios.

Os dados recolhidos dos livros das capitâneas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, ao fim do século XVI, apresentam os seguintes percentuais de assinantes:

- 100% de assinantes entre mercadores, entre o clero e também entre indivíduos que viviam de sua fazenda;
- 100% de assinantes entre os profissionais liberais, grupo que inclui tanto advogados, bacharéis, cirurgiões, licenciados, médicos, quanto mestres de ler e escrever e estudantes;
- 97% de assinantes entre burocratas, que ocupavam cargos na administração da colônia, como o de alcaide-mor, desembargador, escrivão, juiz, meirinho, ouvidor, etc.;
- 97% de assinantes também entre os lavradores, designação utilizada para se referir aos donos de terras, e não aos trabalhadores da terra, como é a significação hoje empregada para a palavra;
- 86% de assinantes entre os senhores de engenho.

Até esse ponto, não representariam grande surpresa os altos percentuais de indivíduos a assinar, já que se trata de grupos que integram uma elite econômica, social e/ou cultural no Brasil-Colônia. Vê-se, porém, que camadas mais baixas da população também exibem altos percentuais de assinantes: é o caso dos assalariados (mestres de açúcar, purgadores, contadores, feitores, etc), que apresentaram 87% de assinantes; também dos artesãos (alfaiates, entalhadores, ferreiros, oleiros, ourives, serralheiros, etc.), que revelaram 76% de assinantes; ou até mesmo de indivíduos do povo, responsáveis por pequenos ofícios, que tiveram 79% de assinantes. Estes eram canoeiros, carreiros, cortadores de carne, barbeiros, ferradores, “línguas”, pedreiros, pescadores, criados, etc. De

fato, apenas os escravos, que estariam na base da população colonial, não revelaram algum acesso às práticas de escrita nas fontes analisadas.

Os altos índices de assinantes nos livros da Inquisição, não restritos a uma elite social ou econômica, indicam que a aquisição da leitura e da escrita não estaria se dando apenas dentro dos muros dos colégios, que tinham um alcance limitado, já que, conforme a afirmação já citada de Anchieta, era “diminuto o número de alunos”. Provavelmente, em ambientes como o espaço familiar, ou do trabalho, estaria sendo difundida também a aquisição da leitura e da escrita. Essa hipótese encontra eco nos estudos de Petrucci (1978) sobre um livreto de contas de Maddalena, dona de uma venda na Roma Quinhentista, que continha os registros deixados pelos seus clientes. Petrucci constatou uma grande difusão da escrita, entre os diversificados estratos sociais, sendo que estes estratos apresentaram, por outro lado, diferentes níveis de execução da escrita. Enquanto alguns redatores utilizaram a escrita com segurança e desenvoltura, com traçado regular, bom alinhamento das letras, uso de ornamentação na escrita, entre outros aspectos – revelando um nível mais alto de execução –, outros, com níveis mais baixos de execução, revelaram escritas bastante inábeis e hesitantes, letras traçadas com dificuldade, módulo maior que o normal, irregularidade no traçado, etc.⁴

Diante da inexistência de um sistema escolar elementar homogêneo e generalizado na Roma do século XVI, por um lado, e dos variados graus de execução gráfica, por outro, Petrucci considerou evidente que o ensino da escrita ocorria “em modos e formas diversas segundo as circunstâncias, os níveis culturais e sociais dos indivíduos” (PETRUCCI, 1978, p.190-1,

⁴ Entre as 102 mãos que deixaram seu registro no livro de Maddalena, foram identificados por Petrucci (1978) dois tipos de escrita: a italiana de chancelaria e a mercantil, e distinguiu, em cada um desses sistemas de escrita, gradações da capacidade de execução gráfica, divididas em três níveis: “pura”, “usual” e “elementar de base”.

tradução nossa). Para as classes média e baixa da sociedade, considera que haveria o acesso a escolas urbanas comuns, com professores elementares privados de qualquer sanção oficial ou função pública. Sobre tais escolas, Petrucci afirma que se sabe muito pouco, além de estarem localizadas em Roma, serem muito escassas e mal organizadas.

O autor considera ainda que haveria outro tipo de ensino elementar, que se daria nas duas unidades fundamentais da sociedade urbana da época: o comércio e a família. Em tais ambientes, o membro mais velho ou mais capaz poderia dar aos outros, sobretudo aos meninos, lições de leitura, de escrita e de contas, ambiente em que se poderia verificar o aprendizado em qualquer tipo de escrita e a qualquer nível, mas, como pontua Petrucci, seria certamente no ambiente doméstico ou da pequena loja artesã que estaria se realizando o ensino da escrita nos mais baixos níveis baixos de execução gráfica, aqueles encontrados na escrita dos mais humildes semialfabetizados (PETRUCCI, 1978, p.192).

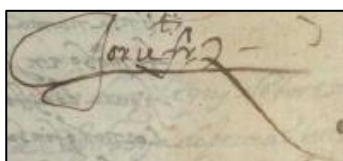
Uma situação semelhante se encontra no caso do Brasil: o ensino escolarizado das primeiras letras era bastante reduzido. Para além dos colégios da companhia, havia alguns mestres de ler e escrever particulares, como atestam depoimentos registrados nos próprios livros da Inquisição, que citavam, entre outros, Bento Teixeira, “mestre de ensinar moços latim, ler, escrever e aritmética”.

Também em ambientes como o espaço familiar, ou do trabalho, estaria sendo difundida a aquisição da leitura e da escrita, possivelmente de maneira bem mais informal do que seria o ensino nos colégios. Um pai, um tio, um irmão, um primo poderiam ensinar aos seus parentes, no ambiente doméstico, a ler, escrever e contar. Um mestre de determinado ofício, como o alfaiate, o ferreiro, o sapateiro, poderia ensinar, de forma semelhante, rudimentos da escrita aos seus aprendizes.

Um forte indício de que a escrita também se alastrava por fora dos muros dos colégios está nos variados níveis de execução das assinaturas deixadas pelos depoentes nos livros da Inquisição. É interessante observar que justamente entre os estratos mais baixos da população encontram-se os níveis mais baixos de execução gráfica. Essa camada mais baixa da população, muito provavelmente, estaria adquirindo as práticas, geralmente bastante rudimentares, de leitura e escrita fora dos colégios dos jesuítas, em ambientes como o do pequeno comércio e o da família.

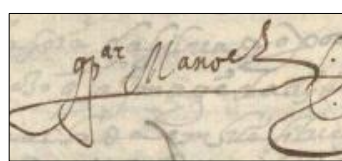
O variado acesso à cultura escrita que possuem os indivíduos dos diversos estratos sociais torna-se claro quando são postos lado a lado homens do clero e aqueles que exerciam pequenos ofícios. Os religiosos, nas fontes inquisitoriais quinhentistas em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, além de serem todos eles capazes de assinar o nome, exibem, geralmente, belas assinaturas, revelando um alto nível de execução. Entre os homens dos pequenos ofícios, vê-se um nível bastante baixo de execução, com muita dificuldade no traçado. É o que revelam os exemplos a seguir, extraídos das fontes inquisitoriais quinhentistas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba:

Assinaturas de homens do clero nas fontes inquisitoriais quinhentistas



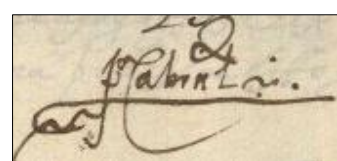
Assinatura de *Jorge Fernandes*,
clérigo

Fonte: QUARTO..., fol.08r



Assinatura de *Gaspar Manuel*,
clérigo

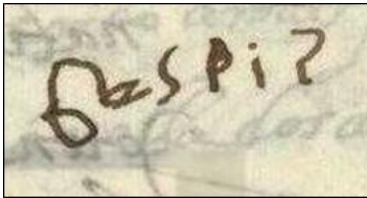
Fonte: QUARTO..., fol.12r



Assinatura de *Pero Cabral*,
clérigo

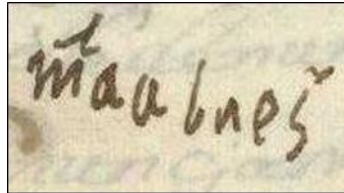
Fonte: QUARTO..., fol.19v

Assinaturas de um carreiro, um pescador e um aprendiz de oleiro nas fontes inquisitoriais quinhentistas



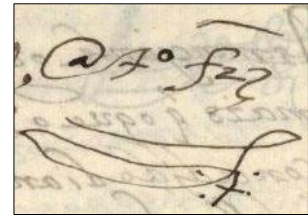
Assinatura de *Bastiam Pires d'Abrigueira*, carreiro

Fonte: QUARTO..., fol.122r



Assinatura de *Manuel Álvares*, pescador

Fonte: QUARTO..., fol.246r



Assinatura de *Antônio Fernandes*, aprendiz de oleiro

Fonte: QUARTO..., fol.232v

O contraste dos diferenciados acessos à cultura escrita é visível não só nas assinaturas. Enquanto os homens do clero possuíam, em geral, um alto nível de letramento, sendo capazes, inclusive, de ler e escrever em latim, o resto da população, se chegasse a frequentar um colégio da Companhia, raramente chegaria a frequentar outra classe além daquela que ensinava a ler e escrever em português. Ficaria, assim, quase completamente restrita aos religiosos a leitura em latim e, assim também, a leitura direta da Bíblia ficaria restrita, já que era proibida, não por acaso, a Bíblia traduzida para o português. A leitura traduzida da Bíblia foi denunciada em Pernambuco pela mameluca Ana Lins, que contou, perante a Mesa do Tribunal, que Bento Teixeira lia a Bíblia para Violante Fernandes, “declarando-a em linguagem”, ou seja, traduzindo-a ao português:

E Dixe [...] *que* auera cijnquo annos pouco mais, ou menos, *que* Bento teixera cristão nouo mestre de escola de moços nesta ujlla djxe a ella denũcjãte en sua casa Jndo elle laa com sua molher felipa rapossa *que* violante *fernãdez* [...] molher de Antonio barbalho que ora he Ja defunta o mãodaua chamar çertos djas da semana pera lhe declarar a biblia de latim em lingoagem e que elle lha hia declarar mujtas vezes [...] (*Quarto Livro das Denunciações*, fol. 31r-31v).

A proibição, pelo Santo Ofício, da Bíblia traduzida para as línguas românicas é um indício significativo de como o conhecimento religioso deveria ser restringido a um grupo bastante seletivo, formado principalmente por religiosos, que sabia ler em latim, enquanto a população como um todo deveria adquirir esse conhecimento através de seus intérpretes: os padres e os autores dos inúmeros catecismos e outras obras de religião. Dessa forma, buscava-se evitar as “ideias próprias” sobre Deus, a vida, a fé, a criação, como aquelas, que deram trabalho à Inquisição italiana, do moleiro Domenico Scandella, que comparou a criação dos anjos aos vermes que surgem do queijo em estado de putrefação. Nos interrogatórios junto ao Tribunal do Santo Ofício, Domenico fez referências a uma série de leituras que realizou ao longo da vida, algumas delas, de livros proibidos e, entre eles, uma Bíblia “em vulgar” (GINZBURG, [1976] 2006).

3.2 O LETRAMENTO ENTRE AS MULHERES

No que diz respeito ao letramento feminino, os resultados encontrados nas pesquisas já realizadas sobre o alfabetismo nos séculos XVI e XVII, com base nas fontes inquisitoriais, relevam níveis de assinantes totalmente inversos, quando comparados os percentuais de assinantes de homens aos de mulheres. Se a grande maioria dos homens assinou o nome nos livros do Santo Ofício, as mulheres, praticamente todas, não se mostraram capazes de assinar o próprio nome nos livros inquisitoriais.

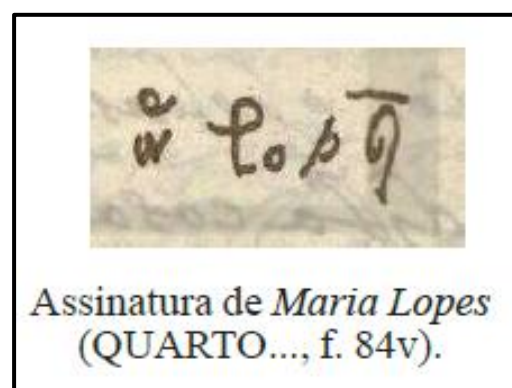
Nos dados quinhentistas referentes às Capitâneas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, enquanto 92% dos homens assinaram seu depoimento, 93% das mulheres não o fizeram – ou seja: apenas 7% delas assinaram. Os dados corroboram a realidade social já conhecida, que se

perpetuou por séculos na história do Brasil e do mundo ocidental, em que as mulheres se encontravam à margem de práticas sociais como as práticas de leitura e escrita, aqui analisadas através dos índices de assinaturas.

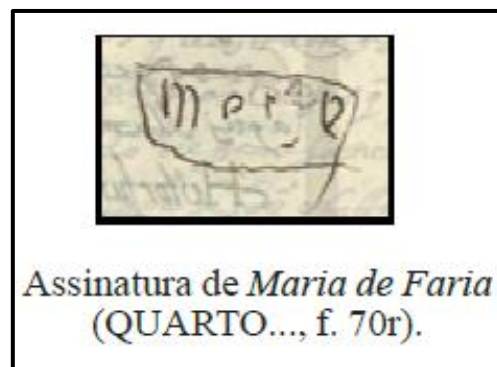
O quadro de alheamento feminino às práticas de escrita no Brasil colonial revelado nas fontes inquisitoriais quebra – ou torna muito mais complexa – a visão de uma elite culta do país, que se opõe a uma massa analfabeta ou pouco letrada. No seio da família da elite colonial brasileira contrastam um chefe de família, letrado, e sua mulher, que dificilmente conseguiria pegar na pena para escrever o próprio nome e, nos raros casos em que conseguisse fazê-lo, traçaria sofrivelmente algumas poucas letras, deixando evidente, em seu traçado, o nível de letramento extremamente baixo a que teve acesso.

Entre as mulheres que foram depor perante o Tribunal da Inquisição sediado nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba ao final do século XVI, seis foram classificadas como pertencentes a uma elite social brasileira. Uma delas era solteira e vivia na casa de seu pai, que era dono de engenho. Duas outras eram casadas com negociantes. Uma era esposa de dono de engenho, alcaide-mor da Vila de Igarauçu; a outra, casada com dono de fazenda, homem da governança da Capitania de Pernambuco. Nenhuma dessas cinco assinou o nome. Apenas a sexta mulher denunciante, *Maria Lopes*, esposa de dono de engenho, homem da governança da terra, conseguiu assinar, com bastante dificuldade, o nome:

Sabe-se, por outro lado, que a aquisição da leitura não seguia necessariamente o mesmo ritmo da aquisição da escrita entre as mulheres no período colonial. A portuguesa



Maria de Faria, residente na Vila de Olinda, ao depor frente ao Tribunal da Santa Inquisição no Brasil, declarou que sabia ler e lia ‘livros devotos’. No momento de deixar sua assinatura validando o seu depoimento, porém, assinou sofrivelmente apenas o seu primeiro nome, *Maria*:



Petrucci (1999) avalia que são várias as circunstâncias em que as habilidades da leitura e da escrita não se desenvolvem de maneira igualmente homogênea:

O aprendizado de ambas técnicas se produz ao mesmo tempo e de maneira harmoniosamente equilibrada só nos casos e para os indivíduos ou estratos sociais para os quais se tenha previsto um uso global da cultura escrita [...].

Em determinadas circunstâncias estes desequilíbrios podem dever-se a uma visão limitativa da mesma cultura escrita em seu conjunto [...] e, em outros casos, ainda dependem de razões de ordem de dissociação da cultura escrita, como quando dentro de uma comunidade religiosa parece suficiente que alguns membros saibam ler o ofício divino e cantar a liturgia, sem que aprendam também a técnica da escrita [...] Porém também é verdade que os desequilíbrios na relação de uso entre capacidade de escrever e capacidade de ler parecem devidos sobretudo à vontade por parte das classes superiores da sociedade de impor e de manter alguma forma de controle ideológico-social” (PETRUCCI, 1999, p.33-34, tradução nossa).

A respeito das práticas da escrita na sociedade europeia do Antigo Regime, Chartier (1991) afirma que, mais do que para os homens, as taxas de assinaturas de mulheres não poderiam indicar a porcentagem de

leitoras, já que muitas mulheres, até mesmo das camadas mais altas da população, eram ensinadas a ler, mas não a escrever, pois a escrita era vista como “inútil e perigosa para o sexo feminino” (CHARTIER, 1991, p.117).

Outro aspecto a ser considerado é o acesso à escrita “através do ouvido”, que ocorre na leitura em voz alta ou nas leituras em grupo, práticas que por muito tempo foram largamente utilizadas na sociedade ocidental, tanto pelas elites sociais, quanto pelas camadas mais baixas da população. Wittmann (1999, p. 141) comenta, a respeito das práticas de leitura na Europa do século XVIII, sobre a existência de uma competência de “leitura rudimentar”, que podia estar ligada a um *alfabetismo di gruppo*, por ele definido como “uma competência de ouvinte bem-formada, que significava uma indireta literalização sem alfabetização”, à qual servia “a forma hierárquica de comunicação da leitura em voz alta”.

Essa espécie de “leitura de ouvido” parece ter sido prática comum entre as mulheres no período colonial. É sintomática, a esse respeito, a instrução que consta no Regimento do Conselho Geral da Inquisição de Portugal, datado de 1552. O Regimento era um documento que orientava os passos a serem dados pelo Tribunal no decorrer dos processos contra os indivíduos acusados. Nos casos em que o réu negava a acusação e permanecia em sua negativa, deveria receber um traslado da sua acusação, para preparar a sua defesa; porém, se se tratasse de mulheres, a acusação não lhe seria dada por escrito; ela lhe seria lida algumas vezes, para que pudesse memorizá-la:

Sendo o reo negatiuo permanecendo em sua negatiua depoy de lhe serem feitas as perguntas [...] e nam querendo confessar receberám a ditta accusaçam e lhe darám juramento em forma pera que diga a uerdade e satisfaça a cada artigo, E depoy lhe mandaram ler e intimar a acusaçam pello notairo, E

permanecendo em sua negatiua lhe mandaram dar o traslado de sua
accu=
sacam, E sendo molher lhe será lida per algũas uezes pera lhe poder
ficar na memoria e estar enformada e instructa da materia de sua accu
sacam [...] (REGIMENTO DO CONSELHO GERAL, 1552, cap.38)

Fica evidente, no Regimento do Conselho Geral, o que era esperado oficialmente de homens e mulheres, no que diz respeito à aquisição do letramento: enquanto dos homens se esperava que soubessem ler e escrever, das mulheres era esperado que não apenas não soubessem escrever, mas também ler. Elas seriam capazes, por outro lado, de ouvir ler e compreender o texto da acusação que recaía sobre elas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do observado, há pelo menos uma constatação final mais geral a se fazer, a respeito do acesso à cultura escrita no Brasil colonial: a elite social e econômica, nesse momento, não correspondia necessariamente à elite cultural da Colônia. O quadro, bastante simplificado quando contrastados senhores de engenhos e terras, de um lado, e negros, índios e mestiços escravizados, de outro, se torna mais complexo quando são postos em questão indivíduos de estratos mais baixos da população – como o são os assalariados, artesãos e homens que exerciam pequenos ofícios – a exhibir, a despeito de sua condição social e econômica, certo grau de acesso à cultura letrada. Ainda mais complexo fica o quadro quando se atenta para o fato de que as mulheres, até mesmo aquelas que integravam a elite social e econômica da colônia, não integravam, de forma alguma, a elite cultural do nosso país.

Outra consideração, que cabe ainda ser feita, diz respeito à diversidade de histórias dentro da história da difusão social da escrita no Brasil colonial. Era diferente a realidade de cada localidade e também o

acesso às práticas de leitura e escrita. Em meio a um vasto território ainda pouco colonizado, havia alguns centros populacionais, destacando-se, nesse momento, a vila de Olinda e a cidade de Salvador, comparadas, pelos autores da época, às cidades portuguesas. Eram os principais centros de poder econômico e político da colônia, configurando-se também como centros de cultura letrada. Por outro lado, misturavam-se, nesses mesmos centros populacionais, o rural e o urbano, o luxo e a simplicidade, a riqueza e a pobreza, o preto, o índio e o branco... Diante da complexidade dessa história e das especificidades da história de cada lugar, é preciso cautela, para não se cair em afirmativas simplistas ou exageradamente generalizantes sobre a difusão social da escrita em nosso território. Os comentários aqui apresentados lançam um olhar sobre finais do século XVI, nas Capitânicas do Nordeste, sobretudo as Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Ainda que, com os dados apresentados, se possam fazer inferências a respeito da história da cultura escrita nos principais centros populacionais da colônia, há ainda muito que se observar, na história de cada região, e das próprias capitânicas aqui analisadas, para se falar em uma história da cultura escrita no Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Cartas**: informações, fragmentos históricos e sermões do padre José de Anchieta (1554-1594). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1933. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630>. Acesso em: 20 abr. 2013.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Site do ANTT. Lisboa: ANTT, 2005. Atualização diária. Disponível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/>. Acesso em: 11 set. 2012.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, [1583-1590] 1925.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. *In*: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Lisboa: Cosmos, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, [1976] 2006.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. *In*: **Ao sabor do texto: estudos dedicados a Ivo Castro**. Edición ao coidado de Rosario Álvarez, Ana Maria Martins, Henrique Monteagudo, Maria Ana Ramos. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2013.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. *In*: MATTOS E SILVA, R. V., OLIVEIRA, Klebson, AMARANTE, J (Org.). **Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LOBO, Tânia; SARTORI, Ana; SOARES, Rodrigo Mota (2016). O aporte das fontes inquisitoriais para uma história da difusão social da leitura e da escrita no Brasil Colonial. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.52.2, Campinas, p. 277-298.

OLIVEIRA, Klebson. E agora, com a escrita, os escravos! *In*: COSTA, Sônia Bastos Borba, MACHADO FILHO, Américo Venâncio (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004.

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. [S.l.]: Gedisa Editorial, 1999.

PETRUCCI, Armando. Scrittura, alfabetismo ed educazione gráfica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. **Scrittura e Civiltà**, n. 2, 1978, p.163-207.

QUARTO Livro das Denúncias da Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial Comissão de Sua Alteza (1593-1595). *In*: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, mf. 3077. Cópia microfilmada. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt>. Acesso em: 30 maio 2011.

REGIMENTO do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição destes reinos e senhorios de Portugal de 1552. ANTT, Cota: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, liv. 480. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SARTORI, Ana (2016). **Pela pena do Santo Ofício**: difusão social da escrita nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia.

TERCEIRO livro das reconciliações e confissões da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial Comissão de Sua Alteza. {S.l.}: [s.n.], 1594-1595. 247 f. Microfilme. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2318684>. Acesso em: 30 maio 2011.

WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? *In*: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo, Ática, 1999. 2. v. p.135-163.

FILOLOGIA, ACERVO E MEMÓRIA:

itinerário de uma pesquisa

Débora de Souza¹
Rosa Borges²

1 INTRODUÇÃO

A Filologia, em diálogo com outros campos do saber, propicia o conhecimento da história do texto e a revisão de narrativas e discursos, a partir da pesquisa em arquivos e acervos, como lugar de memória, do estudo da materialidade e da historicidade dos documentos, da análise dos contextos de produção, transmissão e circulação e da investigação quanto aos sujeitos, mediadores, envolvidos nesses processos.

A partir da pesquisa de fontes, em diferentes arquivos, o filólogo-editor examina e interpreta tradições textuais; descreve textos em sua

¹ Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Assistente do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: deboras_23@yahoo.com.br

² Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular de Filologia e Crítica Textual do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: borgesrosa66@gmail.com.

materialidade; analisa movimentos de criação e caracteriza processos de transmissão e recepção, visando construir a história dos textos (BORGES, 2012), para os quais propõe um modo de leitura. “El crítico [filólogo-editor] entonces asume por encima de todo el papel de intérprete, de ‘hermeneuta’, de mensajero y mediador entre la obra y el lector [...]”³ (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 10), em uma abordagem ética e política, participando da atualização e da dispersão dos textos/documentos.

Nesse lugar teórico, tomando a Filologia como crítica política que se relaciona com os estudos pós-modernos e pós-coloniais, em diálogo com a Arquivologia e com a Ciência da Informação, têm-se desenvolvido atividades de edição e crítica filológica de textos teatrais. Almeja-se, neste trabalho, em especial, tecer considerações sobre a Filologia como procedimento para a leitura crítica de textos teatrais censurados, da dramaturga, diretora e intelectual baiana Nivalda Costa, dos/e nos documentos pertencentes ao dossiê da *Série de estudos cênicos sobre poder e espaço* (SECPE), parte integrante do Acervo Nivalda Costa (ANC), visando promover a circulação e a difusão dos mesmos, bem como dar a conhecer aquela mulher, artista multifacetada, que atuou de forma engajada no teatro e na sociedade, principalmente, na década de 1970. Esse acervo digital pertence ao Fundo Textos Teatrais Censurados, vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Arquivo Textos Teatrais Censurados, organizado no âmbito do Grupo de Edição e Estudo de Textos, Equipe Textos Teatrais Censurados, coordenada pela Profa. Dra. Rosa Borges (UFBA).

³ Tradução nossa: “O crítico então assume, sobretudo, o papel de intérprete, de ‘hermeneuta’, de mensageiro e mediador entre a obra e o leitor [...]” (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 10).

2 FILOLOGIA COMO PROCEDIMENTO PARA LEITURA CRÍTICA DE TEXTOS TEATRAIS CENSURADOS

A Filologia é compreendida, neste trabalho, conforme Almeida e Borges (2017), como um procedimento hermenêutico, dialógico e político para a leitura de textos, no qual se consideram diferentes instâncias material, sociocultural, histórica e política, e a Crítica Textual como método crítico para a elaboração de edições, a partir das quais se pode proporcionar a difusão de textos e a promoção de outras orientações de leitura. Tradicionalmente, a Filologia, enquanto Crítica Textual, contribuiu para o processo de sacralização, canonização, de textos, participando – principalmente, no século XIX, quando o filólogo-editor manteve-se empenhado na busca do texto original, da vontade autoral – da eleição, do estabelecimento e da difusão de um conjunto de textos ditos autorizados, modelares. Essa mediação editorial caracteriza-se como prática sociocultural de construção de sentidos que corrobora com o processo de (re)construção da história da literatura, do cânone literário e do mercado editorial.

A partir de fins do século XX, em especial, dos anos de 1970, todavia, progressivamente, em diferentes campos, teceram-se críticas a tendências dicotômicas, hierárquicas e elitistas. Propagaram-se, ao contrário, o relativismo do belo estético e da verdade, a reformulação da história e da história da literatura, a valorização de grupos sociais perseguidos ou discriminados e a historicidade como gesto de atualização. Passou-se a adotar história como construção e texto como objeto social, integrando-se o estudo da literatura à área da leitura, incorporando-se a dimensão da recepção e reconhecendo-se as possibilidades e os efeitos de sentido que são produzidos por diferentes modos de leituras (SOUZA, 2017).

No seio de uma crítica contemporânea, a Filologia tem-se desenvolvido a partir de um reposicionamento quanto aos paradigmas de cientificidade em vigência nos séculos XVIII e XIX – no que tange, sobretudo, ao princípio de objetividade e ao caráter determinista –, condizente com a reformulação epistemológica dos saberes, de base pós-estruturalista. De acordo com Borges e Souza (2012),

[a] partir das diversas relações estabelecidas entre Crítica Textual e as novas abordagens de Crítica Literária, Sociologia da Arte e da Cultura, Psicanálise e História Cultural, contempla-se a renovação dos hábitos da ‘velha’ Filologia. Assim, pode-se entender a Crítica Textual (Filologia *stricto sensu*) como um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, **língua, texto e cultura** (BORGES; SOUZA, 2012, p. 21, grifo do autor).

Nesse exercício, como leitura humanística (SAID, 2007 [2004]), a crítica filológica constrói-se na interação entre diversos saberes, “[...] concebida [...] como espaço de produção histórica, linguística, sociocultural e política [...]” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 47). Edward Said (2007 [2004]), ao tratar sobre o gesto/movimento/prática de leitura dos intelectuais, afirma:

[o] papel do intelectual é primeiro apresentar narrativas alternativas e outras perspectivas sobre a história, diferentes daquelas fornecidas pelos que combatem em nome da memória oficial e da identidade nacional, [...], por meio da manipulação de representações demonizadas ou distorcidas das populações indesejadas e/ou excluídas e da propagação de hinos heroicos entoados para eliminar tudo antes deles. Pelo menos desde Nietzsche, a produção de conhecimento histórico e as acumulações de memória têm sido consideradas de muitas maneiras como uma das fundações essenciais de poder, orientando as suas estratégias, traçando o seu progresso (SAID, 2007 [2004], p. 47).

No trabalho com fontes documentais, conforme especificidade do objeto de estudo e finalidades da pesquisa, o filólogo-editor vale-se de algumas ferramentas arquivísticas na organização de arquivos/acervos, na

constituição e interpretação de dossiês arquivístico e/ou genético, e na sistematização, catalogação e inventariação de documentos. Nos últimos anos, os pesquisadores têm buscado, a partir do diálogo entre a Filologia, a Arquivologia e a Informática, dar maior visibilidade à história do texto e promover, de forma mais ampla, mobilidade e difusão documental, pondo em relação diferentes documentos e acervos.

De acordo com Heymann (2012, p. 23), nos anos 1990, em perspectiva pós-estruturalista, o arquivo tornou-se objeto de pesquisa em diversos campos do conhecimento, nos quais se problematizou o ideal de imparcialidade da abordagem arquivística tradicional, promovendo-se debates em torno de uma sociologia histórica dos arquivos. Este paradigma está vinculado a problematizações feitas, principalmente, por Foucault e Derrida, uma vez que “[...] [a]mbos instituíram o ‘arquivo’ como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como construto político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento [...]” (HEYMANN, 2012, p. 24).

Pensar o arquivo, nesse sentido, implica pensar em representações, em construções sociopolíticas, no poder dos arquivos e na função de produtor e de intérprete do pesquisador. É compreender o movimento de arquivamento e o arquivo como prática e artefato críticos, no qual se projetam determinados documentos e discursos, aos poucos, naturalizados, instaurados como história. Por conseguinte, a própria ideia de “verdade” passa a ser questionada, refletindo, sobremaneira, nas noções de “história”, de “memória” e de “identidade”.

A Filologia, nesse contexto, tem sido convocada a “[...] problematizar a tradição ocidental [...] e recepcionar todas as possibilidades de crítica humanística, fruto [...] dos movimentos feministas, negro, latino-americanos, asiáticos e de outras tradições [...]”

(BORGES; SOUZA, 2012, p. 58). Em meio a vestígios e a resíduos nos/ed dos arquivos, pessoais e públicos, a pesquisa filológica, em favor da presença, muitas vezes, tem o efeito, e não necessariamente a função, de reivindicação, ao possibilitar outras leituras por meio do compartilhamento de determinado conhecimento sociocultural a respeito de um sujeito, de uma instituição, de uma sociedade.

O texto, nessa abordagem filológica, é adotado como objeto material e social, documento/testemunho, tomado em seu contexto de produção, transmissão, circulação e recepção, que, após o crivo do pesquisador, pode vir a tornar-se monumento, e remeter ao passado (LE GOFF, 1994). Entende-se “texto”, a partir de sua etimologia, do latim *texere*, tecido, trama composta de diversos elementos, materialidades e linguagens, e, por isso, compreende “[...] datos verbales, visuales, orales y numéricos en forma de mapas, impresos y música, archivos de registros sonoros, de películas, vídeos y la información computerizada [...]”⁴ (MCKENZIE, 2005 [1991], p. 31).

O significado atribuído a um texto é histórico, situado entre as competências do leitor e os dispositivos discursivos e gráficos que o organizam, e condicionado por mediações editoriais (CHARTIER, 2002 [1982]), das quais o filólogo-editor participa. A produção de sentidos, a promoção de narrativas e os modos de emprego da leitura, portanto, estão diretamente ligados a aspectos materiais e históricos do próprio texto, aos agentes mediadores, às funções e aos processos de difusão sociais. Muitos estudiosos questiona(ram), por exemplo, o que vem a ser um “erro”, na práxis editorial, uma vez que se trata de um julgamento perpassado pela leitura, interpretação, do filólogo-editor.

⁴ Tradução nossa: “[...] dados verbais, visuais, orais e numéricos em forma de mapas, impressos e música, arquivos de registros sonoros, de filmes, vídeos e a informação computadorizada [...]” (MCKENZIE, 2005 [1991], p. 31).

O que dizer da palavra “pãu” inscrita no texto teatral *Vegetal vigiado*, de Nivalda Costa [1978], no excerto exposto a seguir?

Gralha (tropeçando como se acordasse naquele momento): — Bato em portas que não identifico... Mas, trago-te líquidos para tua alimentação.

Billie: — Ótimo, Gralha! Estava mesmo sem nenhuma fome...

Gralha: — Trouxe pão, mel e melancia.

Billie: — Ah! **Pãu**... Mel... Ânasia...

Gralha (balançando cabeça e mão): — Nenhum há são...

Billie: — Não sei viver um mundo só de aparências, que faço Gralha? (COSTA, [1978], f. 8, grifo nosso).

No primeiro contato com o texto escrito, pode-se acreditar que se trata de “erro evidente”, considerando (i) a aparente temática em voga; (ii) o fato de, no testemunho de 1977, haver o registro “pão”, em “BILLIE — Ah! **Pãu**... mel... ânsias...” (COSTA, 1977, f. 4, grifo nosso); e (iii) o conhecimento de que se trata de um idiógrafo⁵, julgando tratar de erro do datilógrafo. Contudo, a partir do conhecimento da história do texto, das instâncias sociopolíticas de produção e de circulação do mesmo e da dramaturgia de Nivalda Costa, passa-se a ler não como um erro, mas como um possível neologismo. Nesse caso, o termo “pãu” alude a pão (alimento) e a pau (porrada), bem como à bissexualidade do personagem *Billie* (SOUZA, 2009), sujeito crítico que sofre bastante censura e violência por parte de um sistema opressor configurado no texto.

O filólogo-editor, intérprete no processo de mediação editorial, é um dos sujeitos que participa da construção/atualização de sentidos de um texto, aquele que, imerso em uma perspectiva científica, é convidado a tornar público os procedimentos teórico-metodológicos, as escolhas e os caminhos adotados em seus estudos, dando, ao leitor, acesso às informações e, por conseguinte, condições para interpretar e tecer suas

⁵ Duarte (1997, p. 80) define idiógrafo como “[t]exto de um manuscrito não autógrafa, mas revisto pelo autor [...]”.

próprias leituras. A prática filológica, neste trabalho, figura-se no viés da diversidade, da fragmentação e do simulacro, na qual o filólogo-editor afasta-se da busca de origens, desarticula a ideia de centro privilegiado e não ignora as instâncias históricas e as relações dinâmicas de poder que atravessam os textos. O mesmo, sujeito, historicamente, incidido, promove reavaliações em relação às implicações ideológicas e epistemológicas das edições, as quais são perpassadas por múltiplas mediações.

Nesse lugar dos estudos filológicos, em uma conduta crítica, valendo-se de práticas editoriais e arquivísticas e de ferramentas informáticas, tem-se organizado, por estratégia de leitura, o ANC, a fim de estudar parte significativa da produção dramatúrgica de Nivalda Costa, a SECPE, bem como as imagens (da intelectual engajada, da dramaturga criativa e da diretora ousada) que se enlaçam em seus textos.

2.1 ACERVO NIVALDA COSTA: ITINERÁRIO DE UMA PESQUISA

O trabalho com os textos de Nivalda Costa iniciou-se em 2008, quando esta pesquisadora ingressou na referida equipe, na condição de bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), e desenvolveu o subprojeto *Transcrição e edição de textos teatrais censurados com cortes (monotestemunhais)*, momento em que a mesma teve contato com o texto teatral *Vegetal vigiado*. Esse texto foi eleito objeto de estudo no Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Vegetal Vigiado, de Nivalda Costa: texto e censura (por uma análise de estratégias para driblar censura)*, apresentado à Universidade do Estado da Bahia, em 2009, com a orientação da Profa. Dra. Rosa Borges. Nesse, pôde-se (re)construir e ler a história daquele texto, bem como melhor compreender a tradição

plural, não singular, do mesmo. A partir desse momento, iniciou-se um processo de pesquisa, em diversas instituições de guarda, buscando reunir, em suporte digital, documentos que testemunham a produção intelectual de Nivalda Costa, sobretudo aqueles referentes à dramaturgia.

Nivalda Costa (04/05/1952 – 09/07/2016) atuou nos campos do teatro, da literatura e da televisão, como escritora, dramaturga, diretora, assistente de direção, atriz, antropóloga, intelectual, professora (de roteiro e de arte cênica), coordenadora pedagógica (de projetos de extensão e de centros culturais), dentre outras funções. Ao longo de sua vida, de forma bastante engajada, essa mulher promoveu um trabalho social de validação da arte e da cultura como prática de cidadania, em um projeto sociocultural de natureza micropolítica, voltado, sobretudo, para e nas camadas populares.

No teatro, desenvolveu, a partir de pesquisas, a supracitada SECPE, junto ao Grupo de Experiências Artísticas, Grupo Testa, de 1975 a 1980, a qual vai ao encontro do que Leão (2009, p. 309) configura como o “[...] pensar-fazer teatral tropicalista, vanguardista, experimental, contracultural [...]”,

[...] considerado como manifestação que transita: [...] por uma integração da arte-vida; [...] pela incorporação do rito, do sagrado e do mítico na vertente artaudiana, da mistura desta com a racionalidade brechtiana; [...] pela utilização da alegoria como via de comunicação; [...] pela apropriação dos conceitos do teatro pobre e da santidade grotowskiana; [...] pela integração das linguagens artísticas, ecoando o princípio da obra de arte total; [...] pela valorização da *performance* e do *happening*; [...] pela adoção de posturas anarquistas, questionadoras das mais significativas correntes do pensamento humanista ocidental (LEÃO, 2009, p. 309).

Constituir o ANC e apresentar um arquivo hipertextual do dossiê daquela série, objeto de tese de doutoramento desta pesquisadora, é reforçar a necessidade de registrar esse passado, dar a ler um testemunho daquele momento histórico, possibilitar a (re)construção da memória de

determinado grupo social, reflexo das relações de poder. É, ainda, ratificar o gesto de organização de um arquivo pessoal empreendido por Nivalda Costa, ao longo de sua vida, o Arquivo Pessoal de Nivalda Costa, adotado por Souza (2017) como relevante fonte de pesquisa, “figura epistemológica” (MARQUES, 2007), instância de produção de imagens de si (ARTIÈRES, 1998), e construto sócio-político, prática de resistência (ARTIÈRES, 1998).

No ANC reúnem-se mais de trezentos documentos, referentes, principalmente, ao espetáculo, à imprensa e à censura teatral, que suplementam e enriquecem sobremaneira a leitura dos textos teatrais e das imagens de Nivalda Costa. Ao longo dos anos, tem-se construído esse acervo, reflexo da prática de pesquisa coletiva, a partir de diferentes atividades de registro dos documentos: digitalização, após consulta e captura em diversas instituições de guarda; sistematização, catalogação e inventariação, na tarefa de organização do referido acervo; pluralização, na incorporação ao fundo TTC-ILUFBA, no âmbito do ATTC; e ampliação da possibilidade de circulação, e de (re)inserção como parte da memória social.

A organização do ANC consistiu em estabelecer para cada produção intelectual uma pasta de arquivo, no computador, em ordem alfabética, e classificar, codificar e inventariar todos os documentos, em série e subséries, conforme metodologia proposta por Borges (2016). Em seguida, passou-se a trabalhar, especificamente, na constituição do dossiê da SECPE, na catalogação dos documentos que o compõe, referentes a seis textos teatrais, e na revisão de fichas-catálogo dos testemunhos dos textos, bem como na elaboração de fichas para os documentos da imprensa e da censura, conjunto que corresponde ao maior volume do dossiê.

Essas atividades arquivísticas possibilitaram uma visão do ANC, dos documentos que o compõem e dos arquivos/acervos de proveniência dos mesmos, a saber: do Acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais (ACEAO/UFBA), dos Arquivos Pessoais de Freddy Ribeiro (APFR), de Deusimar Pedro (APDP) e de Nivalda Costa (APNC), do próprio Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), da Biblioteca da Universidade do Estado da Bahia (BUNEB), da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC/UFBA), da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Série Teatro) (COREG-AN-DF (DCDP)), do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia (NAEXB), da Fundação Casa de Jorge Amado (FCJA), da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), do Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), do *Nós, por exemplo* – Centro de Documentação e Memória do Teatro Vila Velha (CDMTVV) e de diferentes sites da internet.

Para uma leitura mais sistemática, que põe em evidência, conseqüentemente, a dispersão da produção de Nivalda Costa, e a imagem do tecido social em que a mesma esteve inserida, veja-se o quadro exposto, a seguir (Cf. Quadro 1):

Quadro 1 – Documentos do ANC por arquivo/acervo e série

SÉRIE ARQUIVO / ACERVO	Produção Intelectual	Publicações na Imprensa e em diversas mídias	Documen- tação Censória	Esboços, Notas e Rascunhos	Documentos Audiovisuais e Digitais	Estudos	Varia	Total
ACEAO/U FBA	7							7
APDP					2			2
APFR		1			5			6
APNC	5	18	4	17	26		4	74
ATTC	4				4			8
BPEB		150						150

BUNEB						1		1
BURMC/U FBA						1		1
COREG- AN-DF (DCDP)	4		56					60
NAEXB	4	3	2					9
FCJA	3							3
FUNARTE		3						3
INACEN							1	1
Internet/ <i>Website</i> ⁶	1	5				2	2	10
CDMTVV		1	2				1	4
ANC	28	181	64	17	37	4	8	339

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esse trabalho de sistematização do ANC provoca reflexões quanto à dispersão da produção intelectual de Nivalda Costa, considerando-se o perfil do sujeito, as redes de sociabilidade, os processos de circulação e recepção e o papel do pesquisador. No caso da dispersão dessa produção, não houve uma dispersão de um fundo em si, pois se sabe que a mesma acumulou muitos documentos e objetos, em sua própria residência, em um arquivo pessoal privado. Contudo, provavelmente, não houve um controle rigoroso, por que muitos documentos permanece(ra)m sob a guarda da instituição produtora ou se perderam, ao longo de sua vida.

A dispersão, fragmentação da produção intelectual, pode ser lida como expressão do sujeito descentrado e móvel, da própria história, da vida, de Nivalda Costa. Reflexo do sujeito ativo, plural e criativo, das formações acadêmicas, atuações profissionais e funções sociais, no teatro, na literatura, na televisão; nos movimentos sociopolíticos e culturais da época; nos centros, grandes palcos, e nas periferias, de Salvador-Ba. Esse perfil do sujeito Nivalda Costa, tanto em vida quanto após sua morte, interferiu diretamente nos processos de produção, acumulação, guarda,

⁶ Não se trata de um acervo, mas de um sistema global, de uma ferramenta de pesquisa em formato de rede de computadores, no qual se consultaram diferentes sites.

transmissão, circulação e recepção (possivelmente, também diversificada) dos documentos. Essa característica dá testemunho de um aspecto de sua vida particular, o seu lugar e o seu posicionamento nos acontecimentos históricos da época, mas também de seu papel na vida coletiva, marcada por heterogeneidade, mobilizando reflexões quanto às suas redes de sociabilidade.

As redes de sociabilidade são estruturas que variam conforme épocas e grupos intelectuais e podem ser usadas para pensar sobre a trajetória, o papel e o poder de um intelectual em meio a ideologias e a mentalidades coletivas (SIRINELLI, 1996). Segundo Sirinelli (1996, p. 248), “[t]odo grupo de intelectuais organiza-se [...] em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” Tais grupos ocupam, muitas vezes, lugares de discussão e construção epistemológica, nos quais convivem e trocam experiências.

Aqueles arquivos e aquelas instituições de guarda, nos quais foram encontrados material referente à produção de Nivalda Costa, testemunham quanto às redes de sociabilidade da mesma. Ressaltam-se, considerando-se a representação política e cultural destes espaços, na Bahia, a produção literária de temática negra atrelada ao CEAO e à FCJA, e a produção teatral ligada ao NAEXB e ao CDMTVV (além do Teatro do Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA)). Essas instituições, verdadeiros “espaços de sociabilidade” – expressão que, segundo Sirinelli (1996, p. 249), se refere a “[...] um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro [...]” – dão testemunho das tendências ideológicas e estéticas, das alianças e dos caminhos escolhidos por aquela mulher, bem como dos trânsitos, dos deslocamentos e das tramas de determinado grupo social, do qual Nivalda Costa fazia parte.

A dispersão é pensada, neste trabalho, como marca de subjetivação, mas também como vestígio da interdiscursividade social inerente à produção daquela mulher, narrativa tecida a várias vozes. Embora possa se pensar o ANC, como um conjunto de documentos que versa sobre um único titular, atenta-se para o caráter social do acervo, considerando a concepção bakhtiniana de dialogismo e alteridade, próprias à linguagem, à cultura e à sociedade, em uma visão não dissociativa dos espaços público e privado e das práticas de leitura e escrita. O mesmo acervo remete para relações que construíram o sujeito Nivalda Costa, para sua inserção em uma agenda de discussão intelectual, e, por isso, também aponta para outras vidas, outras narrativas e outras subjetividades.

Nessa leitura da dispersão, põe-se em relevo ainda o papel e a atuação desta pesquisadora que, a partir do auxílio de outros membros da ETTC e da orientação da coordenadora da mesma, a Profa. Dra. Rosa Borges, pôde, em diferentes momentos, realizar pesquisa documental; lidar com um material fragmentado, lacunar; e melhor compreender, a cada documento inserido no acervo, relacionado aos demais, quem foi Nivalda Costa, suas tendências estéticas e ideológicas, suas lutas sociais.

Ao reunir, em um único espaço, tais documentos, tem-se consciência do papel de mediação do pesquisador quanto às condições sociais e epistemológicas, sobretudo ao inscrevê-los em âmbito acadêmico, colaborando, de forma significativa, com o processo de historicidade e de difusão de um sujeito e de uma história, a partir do trabalho com documentos e arquivos. Em uma conduta crítica, no trabalho com os documentos e na configuração do ANC, tem-se buscado não naturalizar os silêncios e as práticas culturais de (in)visibilidade postas em cena também pela dispersão da produção intelectual de Nivalda Costa; não tornar panfletário o discurso de resistência, tecido a várias mãos,

desenhado por linhas e nós que se entrecruzam; bem como não ignorar ou subestimar o posicionamento estratégico, descentralizado(r), adotado e assumido por aquela.

Adverte-se que não se tem a ilusão de constituir um conjunto fechado, no que se refere ao ANC, pois, “[d]otados de um caráter aberto, dinâmico, os arquivos estão sempre inacabados, na medida em que podem acolher novos documentos e materiais [...]” (MARQUES, 2007, p. 21), principalmente, em meio digital, o que aumenta as possibilidades de pluralização e de promoção da multiproveniência daqueles, reflexo das ações do pesquisador. São muitas as possibilidades de transformação, por meio do ambiente digital, quanto à organização, ao espaço de arquivamento e à disponibilização dos documentos. Essa mudança tem impacto também quanto à proveniência, uma vez que o documento pode assumir diversas formas e funções, assim como ser parte integrante de contextos outros. As tecnologias digitais têm possibilitado reunir e relacionar, em um único espaço virtual, parte dessa produção intelectual de Nivalda Costa, a partir da elaboração de um arquivo hipertextual do dossiê da SECPE (<http://www.acervonivaldacosta.com>), em formato hipermídia, o qual poderá ser consultado por diferentes sujeito e pesquisadores, funcionando como subsídio para outros estudos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma abordagem histórica, as formas de sociabilidade não devem ser ignoradas pelos filólogos-editores, porque sem esse conhecimento é impossível aplicarmos a qualquer documento uma teoria editorial que respeite a natureza singular e complexa do mesmo (MOREIRA, 2011).

Para tanto, reconhecer as formas de sociabilidade textual, na práxis filológica, requer repensarmos, ao menos, as noções de texto, em seus aspectos material e histórico, de autor, como mediador social, de editor, como intérprete, e de leitor, como sujeito ativo.

Organizar o ANC possibilita pensar acerca da produção e da atuação de Nivalda Costa, considerando suas redes de sociabilidade, sua relação com outros sujeitos e seu envolvimento em movimentos socioculturais e políticos, da época, sobretudo da década de 1970. Trata-se de um material que fornece elementos para a análise (1) dos textos teatrais pertencentes àquele dossiê, considerando conteúdo e forma de encenação; (2) do processo de inserção da supracitada artista no movimento de reatralização, no teatro experimental, bem como no movimento de resistência, no teatro político e negro, ambos na Bahia; e (3) da trajetória de Nivalda Costa, mulher que, em seu tempo, atuou, de algum modo, na configuração de uma atmosfera intelectual feminina negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabela Santos de; BORGES, Rosa. Edição e crítica filológica do texto teatral censurado. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.3, p. 19-49, jan./fev./mar./abr. 2017.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução Paloma Vidal. Niterói: EDUERJ, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200> . Acesso em: 20 abr. 2017.

BORGES, Rosa. Entre acervos, edição e crítica filológica. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 16.,

2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. v. XVI. p. 515-524.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algés, Portugal: DiFel, 2002 [1982].

COSTA, Nivalda Silva. **Vegetal vigiado**. [1978], 16 f. Arquivo Pessoal de Nivalda Costa.

COSTA, Nivalda Silva. **Vegetal vigiado**. 1977, 10 f. Acervo do Espaço Xisto Bahia.

DUARTE, Luiz Fagundes. Glossário. In: _____. **Crítica textual**. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997. 106 p. Relatório apresentado a provas para a obtenção do título de Agregado em estudos Portugueses, disciplina Crítica Textual. p. 66-90.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 13-23, jul./dez. 2007.

Disponível em:

www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga21/arqs/matraga21a01.pdf .

Acesso em: 20 abr. 2017.

MCKENZIE, D. F. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005 [1991].

MOREIRA, M. *Speculum Minus*. In: _____. **Critica Textualis in Caelum Revocata?** Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 71-163.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. **La edición de textos**. Madrid: Síntesis, 1997.

SAID, Edward. O regresso à filologia. In: _____. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007 [2004]. p. 80-109.

SANTOS, Rosa Borges dos. Dramaturgia censurada em arquivo digital: acervos e edição. In: ALMEIDA, Isabela S. de; BARREIROS, Patrício Nunes; SANTOS, Rosa Borges dos. **Filologia e humanidades digitais**. Feira de Santana: EDUEFS, 2018. p. 103-130.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 231-269.

SOUZA, Débora de. **Série de estudos cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa**: edição e estudo crítico-filológico. 2017. Exame de qualificação ao doutorado. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, 2017.

SOUZA, Débora de. **Vegetal vigiado, de Nivalda Costa**: texto e censura (por uma análise de estratégias para driblar a censura). 2009. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

TEXTO E MEMÓRIA:

um olhar em manuscritos históricos de Salvador

Gilberto Nazareno Telles Sobral¹

1 INTRODUÇÃO

A escrita estabelece uma importante relação entre o passado e o presente. Através dela, registram-se experiências pessoais, fatos do cotidiano, histórias, enfim, é um elemento essencial do que chamamos memória. Cada vez mais, discute-se acerca da necessidade de preservação de registros que constituem o patrimônio histórico, tendo em vista a memória histórico-social de um povo.

Neste contexto, é crescente o interesse de pesquisadores de instituições públicas e privadas no vasto acervo, muitas vezes, esquecido em museus e bibliotecas e pouco conhecido da sociedade a que pertence, além dos acervos particulares. Infelizmente, no Brasil, a carência de políticas públicas voltadas para a preservação desta memória tem sido responsável pelo desaparecimento destes importantes testemunhos.

¹ Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: gsobral@uneb.br.

A crítica textual, considerada por muitos estudiosos como a mais nobre atividade filológica, tem sido de fundamental importância na preservação e divulgação de importantes acervos - dispersos, modificados, perdidos - uma vez que tem como propósito principal a restituição de um texto a sua forma original. Pelo labor filológico no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador, temos possibilitado o acesso a importantes testemunhos que representam parte da memória da Cidade num determinado contexto sócio-histórico.

Em 2018, a Cidade do Salvador completou 469 anos de fundação e incontáveis são os acontecimentos que fazem parte da história do povo soteropolitano, muitos desconhecidos, mas determinantes para a compreensão do ser e viver deste povo.

Desde a sua fundação, o desenvolvimento da cidade não acompanhava o crescimento da população, cujas consequências, até hoje, são bem conhecidas pelos habitantes da maioria das cidades brasileiras.

Levando ainda em consideração que os problemas de uma cidade não surgem repentinamente, mas são resultados de uma série de outras situações que se acumulam no tempo, surgiu o interesse de investigar o registro destas situações em outras épocas. Assim, iniciamos uma busca no acervo do Arquivo Público Municipal. Inicialmente, o trabalho foi dedicado à edição de *Cartas do Senado a sua Magestade*, no século XVIII; posteriormente, cartas do século XVII, edição de manuscritos do livro intitulado *Identidade de Preto*, além dos documentos do século XIX classificados como Avulsos, entre os quais já dedicamos alguns esforços em uma caixa-arquivo com manuscritos organizados pelos seguintes assuntos: limpeza e asseio (1829-1882), extinção de cães (1852), obras (1830-1889), iluminação (1829-1835), fornecimento de água (1840-1855) e gados e currais (1830-1887).

Neste trabalho, apresentamos alguns fragmentos da edição de documentos da Câmara Municipal e como, a partir dela, é possível revelar modos de agir frente a situações diversas na primeira capital do Brasil colônia, e que, normalmente, não são tratadas nos livros de história, isto é, parte da memória da cidade permanece desconhecida pela maioria da população.

2 MODOS DE VIVER E AGIR: EDIÇÃO E MEMÓRIA

Sabemos o quanto foi complexo o processo de desenvolvimento urbano da cidade do Salvador em virtude do jogo de interesses envolvidos entre a população local e a coroa portuguesa. No século XVIII, Salvador viveu o seu apogeu e, mesmo após a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, destacou-se, em vários aspectos, no cenário sócio-político-econômico no Brasil.

A seguir, apresentamos um pouco do cotidiano da cidade do Salvador revelado a partir de recortes do trabalho de edição de 240 fólios, que representam um total de 70 cartas do Senado da Câmara de Salvador, no século XVIII.

2.1 A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

A edição de documentos manuscritos produzidos pelas Câmaras Municipais, durante todo o período colonial, em especial, da Câmara da Cidade do Salvador, objeto de estudo deste trabalho, justifica-se pelo caráter de preservação de documentos, assim como pela possibilidade de

captação da mentalidade da referida época, elementos essenciais da memória soteropolitana.

Como a maioria da documentação manuscrita existente nos arquivos públicos brasileiros, os manuscritos apresentam um avançado desgaste provocado não apenas pelo tempo, mas também pelas condições atuais de guarda.

As cartas são compostas de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicavam o destinatário da carta, Sua Majestade, e o assunto a ser tratado. Em seguida, tem-se o texto, sempre iniciado pelo vocativo Senhor, quando dirigido ao Rei D. José I, ou Senhora, quando dirigido à Rainha D. Maria I, e a exposição do que seria requerido com os argumentos que os camaristas julgavam necessários à adesão do Rei ou da Rainha de Portugal. Concluindo o documento, há o escatocolo, composto, geralmente, por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da Câmara (SOBRAL, 2004).

Todos os fólios trazem, à margem superior direita, sempre no recto, a rubrica do escrivão, cuja interpretação torna-se difícil devido ao traçado normalmente acompanhado de cetras, laçaria caligráfica acrescentada a uma firma, muito comum em documentos notariais da época.

Para a transcrição dos manuscritos, adotaram-se os seguintes critérios: reproduziu-se com fidelidade o texto (grafia, pontuação, acentuação etc., indicou-se o número dos fólios, à margem direita, numerou-se o texto, linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio, reiniciando a numeração no fólio seguinte, desdobraram-se as abreviaturas com o auxílio de parênteses (), indicaram-se as interpolações com o auxílio de colchetes [], indicaram-

se as rasuras ilegíveis com auxílio de colchetes e de reticências [...] e o sinal indicador de nasalização foi representado pelo til (~).

2.2 O DOCUMENTO ENQUANTO MEMÓRIA

Como em trabalhos anteriores, tomamos o termo memória, no presente estudo, enquanto processo de aquisição, armazenamento e recuperação de acontecimentos diversos por parte de algum indivíduo, diretamente ligado à construção de sua identidade. Consideramos também que, quando este processo é referente a uma coletividade, temos uma memória coletiva. Para Le Goff (2003), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

Não podemos esquecer que a memória é imaterial e que, quando pensamos em memória cultural, muitas vezes, o seu alcance é em função de algum suporte material. Memória e cultura estão estritamente relacionadas. A cultura, enquanto modos de agir de um povo, materializa-se de formas diversas como, por exemplo, um monumento, um grafite ou um documento.

Trataremos, aqui, especificamente de uma importante fonte destes modos de agir, que são os documentos manuscritos, os quais se encontram no referido arquivo.

Os registros da Câmara de Salvador estão diretamente relacionados ao cotidiano da cidade como saúde, economia, higiene, comportamento da população e à tão discursivizada religiosidade. Vejamos, então, como, a partir destes testemunhos documentais, é possível resgatar parte da memória desta cidade.

Um grande problema enfrentado pelas Câmaras Municipais referia-se às condições de higiene e saúde pública e estava regulamentada pelas Ordenações. Em Salvador, por exemplo, a política de povoamento intensificada no século XVIII teve também consequências negativas. As condições de higiene e, conseqüentemente, de saúde não eram certamente uma das melhores no Brasil. Apesar da proibição, com muita frequência, lixos eram lançados nas ladeiras e fundos de casas, bem como grande era o número de homens e mulheres escravizados doentes que chegavam da África. No final do século XVII, era uma prática a visita aos navios oriundos do referido continente e a concessão de cartas de saúde aos que partiam. Na segunda metade do século XVIII, os médicos da Câmara mantiveram esta prática com o objetivo de diagnosticar as doenças trazidas pelos que chegavam e auxiliar na fiscalização sanitária dos açougues da cidade. Para tal prática, os camaristas precisavam adotar medidas urgentes, dentre elas a contratação de profissionais, como podemos verificar no excerto seguinte:

S(enho)r aV(ossa) Mag(esta)de representaõ os off(icia)es da Camara desta Cid(ad)e da B(ahi)a em como ao Real ſerv(iç)o de V(ossa) Magestade e [bem] Commum da Republica sejas percizo haver Cirurgiaõ partedista damesma Camera Porq(ue) se tem mos trado aexperiencia pelo deCurço deannos haveremnesta Cid(ad)e amiudam(en)te epidemias de ſarampos, bexigas² carbuncolos³, dysinterias, ſarnas, lepras, optalmias⁴, escorbutos⁵, eoutras infermid(ad)es contagiozas, emalignas, que grassam geralm(en)te por todos os Bairros ao q(ue) attendendo nossos antecessores, eaqueixas q(ue) fazia o Povo daincapacid(ad)e das Carnes bovinas, q(ue) entravaõ nos açougues de q(ue) havia ſuspeita cuidaraõ em dar provid(enci)a nocazo, tornando por expediente no anno de 1742, mandar fazer vistorias, eexames por Mediços e Cirurgioes nas

² Variola

³ Tumor gangrenoso e inflamatório

⁴ Inflamação nos olhos

⁵ Doença que corrompe a massa do sangue e cujos principais caracteres são um estado de entorpecimento, de aversão para o exercício, de nódoas lívidas nas diferentes partes do corpo, a vermelhidão, a moleza, a tumefação, a fungosidade e o fluxo de sangue nas gengivas pela menor pressão, a fetidez do hálito, a disposição para as hemorragias e para as ulcerações fungosas com um estado de debilidade geral.

d(it)as carnes tanto nos açougues como nos curraes abrindoas, eexaminandoas q(ue) porvirem os gados dos certoens mui languidos, epararem por caminhos travesias mui agrestes, faltas deagoa, ealimentos, chegaõ muitas vezes nao so de maziadamente magros, mas também infreizados de sorte(...) (CÂMARA, 1752).

É interessante observar que os conhecimentos médicos, na época, sobre as causas das doenças que tomavam conta da cidade viviam em conflito com a ideia de que as causas das enfermidades era castigo divino, fruto da religiosidade do povo.

Acerca de fé e religião, é sabido do poder e, portanto, do prestígio da Igreja no período colonial. Com as ordens religiosas que se instalaram em Salvador não foi diferente. Entre altos e baixos, os camaristas da Cidade, comumente, posicionavam-se em defesa das mesmas. Em carta enviada no ano de 1775, os vereadores requereram ao rei de Portugal a instalação dos Padres Congregados do Oratório de São Filippe Neri em Salvador.

Senhor. O procedimento, [o] zelo, eadoutrina dos Padres Congregados do Oratorio, benemeritos Filhos de [S](am) Filippe Néri, recomenda se tanto na nossa atençaõ, q(ue) justamente invejamos afeLecidade dos Povos, que merecem a direcçaõ dos seus fervo[r]osos Espiritos; eporq(ue) a Divina Providencia, [c]ompadeçida talvez dos nossos desejos, actualmente facilita a occa[si]ã de conseguirmos p(ar) a esta Cidade a possedetaõ [s]anto Instituto, fazendo, comq(ue) hum dos Moradores mais ricos della, proximamente falecido, instituísse p[o]r herdeiros detodo[s] os [s]eus bens adous Padres da Congregaçaõ dePernambuco, com o õnus defundarem caza nesta terra (...) (CÂMARA, 1775).

O abastecimento das cidades e vilas brasileiras também representou uma preocupação por parte da coroa portuguesa e cabia, em grande parte, às câmaras municipais gerir tal questão.

A Bahia, no que se refere ao comércio, destacava-se como uma das mais avultadas das colônias portuguesas, inclusive nos gêneros de primeira necessidade, como farinha e carne. O controle de preços e da qualidade

destes itens era, inclusive, um dos grandes problemas que afetava a sociedade, que, frequentemente, apelava à Câmara em busca de uma solução. Em relação ao provimento da carne, por exemplo, cabia às câmaras autorizar a arrematação, supervisionar as condições de higiene e controlar o preço da comercialização, nem sempre uma tarefa fácil em virtude das relações de influência entre os comerciantes e outros representantes da corte portuguesa. São vários os registros da Câmara de Salvador que demonstram tal conflito e como os camaristas se posicionavam para não perder o poder fiscalizador nem ter perdas financeiras, como é possível verificar no excerto seguinte:

S(enh)or Esta camara como administradora do bem commum, està em posse de mandar rematar os talhos, e curraes donde se corta a carne p(ar)a os ustento do povo desta cidade, os quaes sepoem empraça e seremataõ nell [aq](ue)m por elles mais Lança de q(ue) resulta augmento , Eutilidade ao Conc(elh)o, e à Real Faz(en)da de V(ossa) Mag(esta)de E assentando nesta Cid(ad)e Thomas Vellojo Rebello huã officina de cortar solola de attanados requereoo aV(ossa) Mag(esta)de apreferencia dos d(it)os talhos, ecurraes, p(ar)a haver a si toda a courama p(ar)a ad(it)a officina, como se patentêa da copia q(ue) junta oferecemos da Portaria, q(ue) nos foi enviada do Ex(celentissi)mo V(ice) R[ey] do Estado; aoq(ue) duvidamos, visto o prejuizo, q(ue) datal preferencia se seguia: ejem embargo da dũvida, nos enviou segunda Portaria (de que tambem apresentamos copia a V(ossa) Mag(esta)de aq(ue) demos inteiro cumprim(en)to [...] (CÂMARA, 1753).

Apesar de serem muitos os acontecimentos que envolviam a vida do povo soteropolitano e que podem ser recuperados através da documentação da Câmara de Salvador, concluímos este estudo com o resgate das condições de urbanização e a dificuldade financeira que impossibilitavam as melhorias urgentes da cidade.

No Século XVIII, vivenciava-se um aumento populacional e, conseqüentemente, os problemas com o crescimento urbano: manutenção de ruas e praças, riscos de desabamentos de encostas em virtude da

geografia da cidade. Vejamos o que diziam os camaristas numa carta enviada a Portugal.

S(e)n(h)or [por] cau[sa] [de] ser [es]tacid(ad)e fundada [no]j[ú]itio imminente com grandes rio[s] [mares], elad[ei]r[a]s deterras Larg[a]s, e dependuradas, fefes pre[cis]o anossos antecessores em varios annos [s]eguralas comparedoês, calçadas, ealguns cannos p(ar)a expedição das agoas, emelhor f[er]vidão do Povo, e[segur]ança dos edeficios, [t]em com toda Esta cautela [e]providencia fepoderem evitar os dannos dos moradores, q(ue) tem experimentado varias ruinas, pois , d(it)o os [Go]vernadores f[a]o grandes, continuadas, [cor]rem as Ladeiras, eribanc[e]iras, sucedendo m(ui)tas desgraças, emortes, eprejuizos (CÂMARA, 1753).

Se os problemas eram muitos, a situação se agravava pela falta de verba, gasta nas obras de manutenção, ampliação e em situações emergenciais, mas também pelas proibições de contrair novos gastos por instâncias superiores, que geravam grandes embates políticos por interferências na administração municipal, o que representava diminuição do poder local e desprestígio, e este não era de interesse dos camaristas, principalmente depois da transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, pois o objetivo era a manutenção dos prestígios e poderes da Câmara de Salvador. Vejamos o que se revela no seguinte excerto:

Pela qual razaõ setem feito bastante despeza com as d(it)as obras precisas, enecessarias aobem commum. Eentrando de [correição] nes[ta]tacid(ad)e o [c(apit)am P(rocurad)or g(ener)al] Provedor da Com(ar)ca Jo[se]ph Monteiro deixou hum Provim(en)to, q(ue) f[er]naõ fizessem mais obras, f[er]em[q(ue)] [p]rim(ei)ro f[er] pagassem as que f[er]eachavaõ feitas; cujo provim(en)to h[er] afavor dos credores, econtra a [co]nservação daRepublica, pois faltando Esta ea r[ee]dificação deq(ue) [s]uc[e]ssivam(en)te m(ui)to se carece, passados quaesquer tempos f[er]e [r]eduzirà tudo atermos q(ue) nem com excessiva somma [s]epodem tornar ap[er] emSeu antigo Estado, por ser facil aruina, [e]difficil areedificação, como f[er]etem visto, evai exp[e]rimentando Em attençaõ ao referido Pedimos e[r]logamos a vossa Magestade mande fique sem por f[er] [p]rejudicial à conservação da desta cidade ebem com[m]um, como dellef[er]mostra p[er]ela] cópia j[un]ta, eq(ue) nas obras uteis, eprecizas, q(ue) esta câmara resolver em acto devereação [te]ndo [f]eitos ere matados empraça publica [n]a forma da ley, as naõ possaõ impedi[r nem] intrometter-[os os d(it)os] Ouvidores geraes, pois esta Camara, com[o] [taõ] diminuta

emrendas, fenaõ extende amais doq(ue) agastos pr[e]cisos e de [mayor] [ca]renciavigor aquele Provim(en)to (CÂMARA, 1753).

O corpo de membros das Câmaras, em quase todo o período colonial, era formado de três vereadores e um procurador, escolhidos entre os chamados homens bons da Cidade, além de um juiz de fora, que era nomeado por Portugal para um maior controle das ações dos camaristas. Cabia ao procurador, além das atribuições corriqueiras (reparo dos espaços urbanos e bens da Câmara), intermediar a relação entre a população e os vereadores, a qual nem sempre se dava de forma consensual em relação aos atos dos vereadores, como se observa a seguir:

Eentrando de [correição] nes[ta]cid(ad)e o [c(apit)am P(rocurad)or g(ener)al] Provedor da Com(ar)ca Jo[e]ph Monteiro deixou hum Provim(en)to, q(ue) fenaõ fizessem mais obras, f[em]q(ue) [pr]im(ei)ro f[e] pagassem as que f[e]achavaõ feitas; cujo provim(en)to h[ã] afavor dos credores, econtra a [co]nervação daRepublica, pois faltando Esta ea r[e]edificação deq(ue) [s]uc[e]ssivam(en)te m(ui)to se carece, passados quaesquer tempos f[e] [r]eduzirà tudo atermos q(ue) nem com excessiva somma [s]epodem tornar ap[ô]r emSeu antigo Estado, por ser facil aruina, [e]difficil areedificação, como f[et]em visto, evai exp[e]rimentando (CÂMARA, 1753).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, ratifica-se a relevância do labor filológico, através da edição de documentos manuscritos, na preservação de importantes acervos documentais que possibilitam o acesso a fatos imprescindíveis à compreensão da formação e do desenvolvimento físico da cidade do Salvador, bem como de questões que afetavam a vida de seus moradores.

Considerando que não há memória sem documento, a partir da edição de manuscritos da Câmara Municipal de Salvador, comprova-se a atuação dos camaristas na manutenção da ordem social, na

comercialização de produtos alimentícios, na relação com a Igreja, enfim nos mais diversos setores do cotidiano do povo soteropolitano, de forma positiva ou não. O que não se pode negar é a participação efetiva das Câmaras Municipais, em especial a de Salvador, no processo de consolidação do poder político-social da metrópole.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. Cartas do Senado a Sua Magestade. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos. Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira et al. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

RUY, Affonso. **História da Câmara Municipal do Salvador**. Salvador: Câmara Municipal, 1996.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. **A relação colônia-metrópole no século XVIII**: edição semidiplomática das cartas do senado e estudo da argumentação. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

IMPrensa Escrita na Bahia, produção de textos literários, resgate, edição de textos e preservação da memória

Maria da Conceição Reis Teixeira¹

1 INTRODUÇÃO

O exercício da interlocução entre o passado e o presente não compete apenas ao historiador. Essa relação dialógica entre o passado e o presente, ou o presente e o passado, também é possível ser estabelecida, por exemplo, pelo filólogo, quando este adentra os sótãos e porões úmidos e escuros dos acervos documentais, fazendo emergir o texto amórfico que adormecia nas estantes empoeiradas há séculos. Debruçar sobre o texto, limpá-lo, editá-lo e disponibilizá-lo para leitor contemporâneo é uma das atividades mais “nobres” do labor filológico que, por meio do oferecimento de um “texto limpo”, se encarrega de atualizar a memória.

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: conceicaoreis@terra.com.br.

Ao resgatar o texto, o filólogo mexe com a memória de diferentes épocas, seja individual ou coletiva. O documento editado é produto da lavra de um indivíduo que, em seu tempo, materializa, em forma de texto escrito, as experiências acumuladas ao longo de sua trajetória de vida e que, gradativamente, foram armazenadas em sua mente, no seu urdir de sujeito cogniscente e afetivo, por exemplo. Ao mesmo tempo em que evidencia fragmentos da memória individual, desnuda aspectos da história de outros homens e dos homens em sociedade. São muitas memórias no constante jogo dialético do passado e do presente que são colocadas novamente em cena para evocar tantas outras memórias, dentre elas, a cultural.

As preocupações do momento, os anseios, as dúvidas e as incertezas, as convicções e as crenças são elementos de estruturação da memória. Em função disso, é um fenômeno submetido a flutuações, transformações e constantes mudanças, e construído coletiva e socialmente. Em síntese, os elementos constitutivos da memória – individual ou coletiva – são os acontecimentos vividos pelo indivíduo, pelo grupo ou pela coletividade à qual este se sente pertencente. Nesta direção, Bosi (1994) afirma que

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p.47).

Ainda sobre o entrecruzar do passado e do presente facultado pela memória, Herrera (2008) afirma que a categoria da memória é inerente a qualquer ato de escrita. Segundo esta autora, a memória “[...] ganha um

tratamento peculiar na narrativa literária, porque está presente o estabelecimento de uma nova relação viva com o passado, no sentido do resgate libertador e do aproveitamento da riqueza das experiências humanas do passado” (HERRERA, 2008, p. 285).

Platão e Aristóteles concebiam a memória como sendo constituída de dois aspectos: “memória retentiva” – que consistia na “conservação de sensações” – e “memória como recordação” ou “reminiscência”, que consistia na possibilidade de evocar esse conhecimento passado e atualizá-lo, tornando-o presente.

Assim entendendo o construto da memória, o resgate do texto operado pelo filólogo traz ainda à tona o poder da sociedade do passado sobre a memória e sobre o futuro, especialmente porque, através de seus embates temporais e conceituais da realidade, possibilita a criação de uma nova consciência sobre o momento vivido. O produto advindo do labor filológico funciona como “antídoto do esquecimento”, como fonte de “imortalidade do homem”, aqui tomando os termos de empréstimo de Le Goff (1996). Nesta perspectiva, o trabalho de resgate dos textos veiculados em *O Conservador*, retirando-os da obscuridade, é essencial por favorecer a “[...] recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura” (CAMBRAIA, 2005, p. 19).

No presente texto, almejamos discutir o papel do filólogo no resgate de textos veiculados em periódicos, especialmente para a recuperação de um legado cultural que se encontrava condenado ao esquecimento como acontece com parte da produção literária baiana veiculada nas gazetas de vida efêmera fundadas, no interior do estado, por intelectuais de poucos recursos financeiros.

Para o momento, faremos um recorte do projeto *Edição e estudos de textos literários e não literários veiculados em periódicos baianos*, abordando apenas

os resultados parciais obtidos como o trabalho sistemático com as coleções de *O conservador* (1912 a 1945).

2 UMA INCURSÃO NOS ACERVOS BAIANOS: O RESGATE DA PRODUÇÃO LITERÁRIA MARGINAL

Cabe observar que empregamos aqui o termo marginal para designar as produções literárias que não se enquadraram no cânone de seu tempo, seja pela ordem estética do texto, seja pela posição geográfica, social e cultural de seus autores se encontrarem fora da órbita gravitacional do circuito das grandes editoras.

Conforme já afirmamos (TEIXEIRA, 2009), no Brasil, durante o século XX, o mercado editorial era carente. Poucas eram as editoras interessadas em publicar a produção local e as que existiam elegiam os autores “dignos” de serem editados. Os considerados “dignos” pelas casas publicadoras eram tão raros quantos as editoras de livros. Existiam homens criativos, produtivos, conseqüentemente, existia uma produção intelectual reprimida, que não dispunha de espaço para ser veiculada e lida. Contudo, apesar desse empecilho, muitos escritores conseguiram ver suas obras circular, conquistando um público leitor, mesmo que modesto. Um dos expedientes utilizados para a divulgação de suas obras foi a fundação de agremiações e a criação de periódicos (revistas e jornais/gazetas). Os periódicos deste período desempenharam o papel dos livros, verdadeiros e, em muitas localidades, únicos difusores do saber produzido pelos intelectuais.

Desse modo, acreditamos que em várias regiões do país, independentemente da sua localização, extensão e prestígio, os intelectuais estabeleceram alianças e fundaram periódicos, por conseguinte, há uma

produção literária dispersa que necessita ser resgatada e disponibilizada. Cabe, portanto, ao filólogo executar aquilo que se encontra contido na “função substantiva” do fazer filológico, assim como propõe Spina (1994, p. 83), “se centra[r] no texto para explicá-lo, restituí-lo a forma genuína e prepará-lo tecnicamente para a publicação”. Ainda nesta direção, recuando um pouco mais no tempo e visitando outros lugares de fala, evocamos aqui Lausberg (1981, p. 22) para sublinhar a relevância do labor filológico para a preservação da memória – especialmente em um país onde faltam políticas públicas de preservação e conservação do patrimônio escritural –, quando este assevera que a filologia textual tem tripla missão “[...] a [...] de crítica textual, interpretação de textos e a integração superior dos textos tanto na história literária como na fenomenologia literária”. Dizendo de outra forma, o filólogo editor de textos, entre outras coisas, se empenha no trabalho de resgate, recuperação, restauração para tornar transparente a produção intelectual elaborada por um indivíduo ou um grupo de uma sociedade em uma determinada época, desempenhando, portanto, a função adjetiva e a função transcendente da atividade filológica, conforme afirma Spina (1994, p. 83):

[...] b) **função adjetiva**, em que ela deduz do texto aquilo que não está nele: a autoria, a biografia do autor, a datação do texto, [...]; c) **função transcendente**, em que um texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo restituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época (SPINA, 1994, p. 83, grifo nosso).

Por isso, temos afirmado que uma incursão nos acervos documentais baianos retirando a produção literária do olvido estar-se-á preenchendo uma lacuna na historiografia literária, recuperando, portanto, a memória cultural e literária da sociedade baiana.

Cabe aqui destacar que, nos últimos decênios do século XIX, a Bahia, do ponto de vista econômico, ainda estava centrada na atividade primário-exportadora, e, do ponto de vista cultural, à margem, não desfrutava das mesmas benesses que outras regiões do país as gozavam. Talvez seja por estes motivos que os seus intelectuais, mesmo aqueles que viviam nas pequenas e longínquas cidades do interior do estado, se engajaram em movimentos literários, fundando agremiações e periódicos, na tentativa de ver circular seus textos.

Em um país carente de editoras interessadas em publicar a produção de autores nacionais, os periódicos do século XIX, além de importantes meio de comunicação e de difusor de informações, são fontes documentais de valor inestimável que registraram aspectos variados da sociedade da época. São documentos que, em seu tempo, reproduziram, diariamente, o espírito do povo, espelhando todos os fatos, todos os acontecimentos e talentos populares.

2.1 O RESGATE DOS TEXTOS: CAMINHOS TRILHADOS

No momento, falaremos dos resultados parciais do fruto de nossa incursão no periódico baiano *O Conservador*, que circulou entre 1912 e 1945, na cidade de Nazaré-Ba. Periódico semanal, trazia o subtítulo “*Semanario, Noticioso, Litterario e Popular*” denunciando sua vocação de difusor de textos literários – poemas, crônicas, contos e romances folhetins – produzidos em solo baiano. Era de pequeno porte, apresentava apenas quatro páginas, nas quais figuravam, inicialmente, cinco colunas, depois, passou a seis.

Após buscas sem sucesso em diversos acervos públicos que detém farta documentação ainda a ser explorada, localizados na capital de nosso estado, concentramos nosso trabalho de levantamento e resgate de textos

nas coleções do referido periódico sob a guarda e os cuidados do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central do Estado da Bahia, situada no bairro dos Barris, em Salvador-Ba, que, apesar de incompleta e de algumas coleções em condições precárias de conservação, detém um dos maiores acervos de jornais da Bahia.

Alguns bolsistas de iniciação científica se dedicaram ao trabalho de levantamento e transcrição dos textos veiculados no referido periódico. Na seção 3, a título de ilustração, apresentaremos alguns resultados do trabalho já realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa Edição e Estudo de Textos.

Em termos metodológicos, para o trabalho de resgate dos textos, foram adotados os seguintes procedimentos: a) localização do periódico nos acervos públicos da capital; b) em função da não acessibilidade aos documentos ou da não existência nos demais acervos, concentramos o levantamento e o resgate das coleções passíveis de manuseio acondicionadas no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central do Estado da Bahia, utilizando-se para tanto do recurso da captura de imagem por meio da fotografia digital obtida através de uma câmera fotográfica digital Sony cyber-shot, Dsc-w510, 12.1 megapixels; c) elaboração de índice dos textos resgatados; d) transcrição conservadora dos textos, mantendo todas as características linguísticas, o seccionamento do texto conforme gênero textual no qual foi vazado e opções estilísticas do autor.

De início, foram propostas duas leituras: a fac-similar e a transcrição conservadora, objetivando, com isso, a criação de um banco de textos que pudesse ser acessado por pesquisadores de diferentes áreas do saber. Em um segundo momento, iniciamos o trabalho de preparação de edições dos textos visando disponibilizá-los para o leitor contemporâneo.

Para a edição dos textos literários transcritos, propomos realizar edição interpretativa, assim como define Duarte (1997). Recomenda-se este modelo editorial quando o filólogo dispuser de documentos de tradição monotestemunhal, isto é, “de um testemunho único” ou “de um testemunho isolado de uma tradição, destinado a um público não diferenciado”, conforme propõe Duarte ([1997]) no verbete transcrito a seguir:

Edição interpretativa: [1] edição crítica de um texto de testemunho único; nesta situação, o editor transcreve o texto, corrige os erros por conjectura (*emendatio ope ingenii*) e regista em aparato todas as suas intervenções. [2] Edição de um texto de testemunho único ou de um determinado testemunho isolado de uma tradição, destinada a um público de não-especialistas: para além da transcrição e da correcção de erros, o editor actualiza a ortografia e elabora notas explicativas de carácter geral (DUARTE, [1997]).

Os documentos com os quais trabalhamos são testemunhos únicos, éditos, já que foram publicados em periódicos. Além disso, o propósito final de nosso labor filológico é disponibilizar o texto não apenas para crítico (seja filólogo, seja o especialista em análise literária) e para o linguista (que se debruça sobre o texto como objeto de estudos linguísticos), mas, principalmente, para o leitor contemporâneo, aquele leitor não especializado, aquele que “consume” o texto pelo simples prazer de ler, do fruir estético.

Na apresentação dos textos, após sua organização por autor, dispomos cronologicamente, conforme data de sua veiculação no referido periódico.

A seguir, temos as principais normas editoriais adotadas na fixação dos textos para a leitura interpretativa:

- 1) o título de cada texto é apresentado centralizado e em negrito, uniformizando a sua distribuição espacial no *layout* da folha;

- 2) as linhas são numeradas, de cinco em cinco, reiniciando-se a contagem a cada texto;
- 3) o seccionamento dos textos e a estruturação em parágrafos são mantidos conforme o original;
- 4) as opções tipográficas e o uso de caracteres especiais – como *itálicos*, reclames – são conservados conforme o original, respeitando-se as peculiaridades do estilo de cada autor e do gênero textual, se carta, se poema, se soneto, se conto, se fábula, por exemplo;
- 5) a grafia das palavras é atualizada em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. As atualizações consistiram em:
 - a) emendar a acentuação de acordo com a norma ortográfica vigente. Nos casos em que palavras hoje não mais acentuadas são apresentadas com acento, retiramos os mesmos – amôr, dôr, primavéra, corôa foram grafadas amor, dor, primavera, coroa, respectivamente;
 - b) simplificar todos os casos de consoantes duplas em nomes comuns – *aquelle, ella, aproximava, officio, chammas*, grafadas – *aquele, ela, aproximava, ofício, chammas*, respectivamente. Entretanto, conserva-se a grafia conforme original nas seguintes situações:
 - as letras maiúsculas em início de palavras, a fim de destacá-las ou personificá-las – como, por exemplo: Destino; Amor; Natureza; Ódio, respeitando as intenções do autor;
 - os antropônimos;
 - o uso do apóstrofo nas palavras: *minh'alma, d'água, d'Ele*, quando diz respeito à métrica silábica;

- 6) grafar os estrangeirismos em itálico mesmo que assim não se apresentem no original;
- 7) desdobrar as abreviaturas, colocando-as em negrito e itálico;
- 8) manter a pontuação conforme o original, exceto em casos que prejudiquem a leitura.

Nesses casos, os acréscimos são indicados por colchetes [];

- 9) as lacunas resultantes de falhas tipográficas, corrosão, rasgões são indicadas através dos seguintes operadores:

[] para sinalizar acréscimos, intervenção do editor;

[...] para sinalizar omissão por rasura, falhas ou qualquer outro dano no suporte não passível de conjecturas;

- 10) emendar por conjecturas quando o contexto permitir presumir o trecho, palavra ou letra faltante, colocando-o entre colchetes [].

3 O RESGATE DE ALGUNS ESCRITORES BAIANOS: PRIMEIROS RESULTADOS

A seguir, em função do tempo, apresentamos alguns resultados alcançados com o trabalho realizado por três bolsistas de iniciação científica.

Nair Caroline Santos Ramos, trabalhando com as coleções referentes aos anos de 1912 a 1925, resgatou 130 textos literários, recuperando a produção de 49 autores diferentes. Em seu trabalho de conclusão de Curso de Letras, intitulado *Sonetos de Joaquim Embiruçu em O Conservador, sob a ótica da filologia*, propõe uma edição interpretativa para os textos de Joaquim Embiruçu veiculados em *O Conservador* entre 1921 e

1922, acompanhada dos fac-símiles. Editou ainda textos de Eugênio Gomes² e Honorina Galvão³.

Ediane Brito Andrade Schettini⁴ desenvolveu dois subprojetos de pesquisa. No primeiro, empreendeu buscas às coleções de 1912, 1917 a 1921 e localizou textos de vários escritores (Cf. Quadro 1). Em seu trabalho de conclusão de Curso de Letras, intitulado *Vida, de Antônio Ferreira Santos: uma proposta de edição*, editou os textos de Antônio Ferreira veiculados entre 1912 e 1916.

Quadro 1 – Autores que publicaram entre 1912 e 1920⁵ em *O Conservador*

AUTOR	GÊNERO	QUANTIDADE
Anísio Melhor	Versos	5
	Prosa	7
Antônio Dantas Trindade	Versos	1
	Prosa	2
Antônio Ferreira	Versos	4
	Prosa	28
Euricles de Matos	Versos	1
EM	Prosa	1
Flávio Andrade	Versos	3
Fulano de tal	Versos	1
Judith Costa	Versos	3
TOTAL		56

Fonte: Schettini (2013; 2015) e Schettini e Teixeira (2018).

Depois, a referida bolsista estendeu as buscas a outras coleções de *O conservador*, localizando um quantitativo significativo de textos de autores diferentes. Em função da expressiva produção de Anísio Melhor, dedicou-

² Cf. Ramos (2013). “O Flamboyant, mulungu e o supremo desejo, de Eugênio Gomes: resgate de escritores baianos em *O Conservador*”.

³ Cf. Ramos (2015). “O traidor e a morte de um justo, de Honorina Galvão Rocha, em *O Conservador*: edição interpretativa”.

⁴ Cf. Schettini (2016 e 2018).

⁵ Resultados do primeiro subprojeto de pesquisa desenvolvido por Ediane Brito Andrade, cujo título era “Edição e estudos de textos literários e não literários publicado no *O Conservador* entre 1912 e 1920”.

se ao resgate de sua obra veiculada no referido jornal, recolhendo 111 textos, dos quais selecionou as crônicas e cartas para ser seu objeto de estudo de sua dissertação de Mestrado intitulada *Crônicas e cartas de Anísio Melhor em O Conservador: edição e estudo do vocabulário*, defendida em 2016. Além de oferecer a edição interpretativa dos textos, empreendeu o estudo do vocabulário, organizando as lexias em campos lexicais.

Lívia Dias⁶ empreendeu buscas nas coleções de *O Conservador* de 1928 a 1930. Do seu trabalho sistemático com a referida coleção, localizou 29 textos produzidos por diferentes autores. Selecionou algumas fábulas de José Bonfim para editá-las interpretativamente em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Letras.

Como se afirmou anteriormente, alguns escritores só veicularam sua produção intelectual em periódicos, outros, entretanto, lograram espaço em editoras, mesmo que com seus próprios recursos, para veicular seus textos em forma de livros. Dentre os segundos, destacamos aqui os nomes de Anísio Melhor e José Bomfim.

Anísio Melhor utilizou muito do expediente de publicar em periódicos. Das buscas empreendidas em *O Conservador* pelas bolsistas, foram localizados 129 de sua autoria, (assinados por Anísio Melhor ou por Amelho), vazados em diferentes gêneros textuais, a saber: crônicas, cartas, contos, poemas (em verso e em prosa), sonetos, críticas literárias, novelas, baladas, lenda e capítulo de uma monografia intitulada *Aldeia de Santo Antônio dos caboclos, a 6 km de Nazareth*. Mas também conseguiu concretizar o sonho de publicar sua produção em livro, a saber, *Violas e Maria Cabocla*.

José Bomfim (1905-1979), natural de Nazaré-Ba, além de participar ativamente no meio literário, foi bibliotecário na Biblioteca Municipal de Nazaré. Conforme registro em uma das colunas do referido periódico,

⁶ Cf. Dias (2015). “Notícia do dia: poetas de Nazaré publicam em *O Conservador*”.

publicou três livros, a saber: *Barca dos Piratas*, *Luç e Trevas* e *Condenados*. Entretanto, até o momento, não foram localizados. Certamente, fora publicado em editora de pequeno porte e em tiragem muito modesta, circulando apenas entre amigos e familiares. De *O Conservador* foram resgatados alguns textos em prosa e em verso de sua autoria (Cf. Quadro 2).

Quadro 2 – Textos de José Bomfim entre 1928 e 1930 em *O Conservador*

GÊNERO	AUTOR	TÍTULO	DADOS DA PRENSA
Fábula	José Bomfim	O REI SABIO	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 05 set. de 1928, p. 2, Col. 6.
Soneto	José Bomfim	O MAIS FELIZ	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 05 maio 1928, p. 04. Col. 4 e 5. Aniversário do jornal
Fábula	José Bomfim	AS DUAS BORBOLETAS	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 12 maio 1929, p.1, Col. 6.
Fábula	José Bomfim	O BOI E O CÃO	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 28 jul. 1929, p. 3. Col. 2.
Fábula	José Bomfim	O GATO PHILOSOPHO	<i>O Conservador</i> , Nazaré, p. 03, 11 agost. 1929.
Fábula	José Bomfim	O HOMEM DE CAPOTE PRETO	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 06 out. 1929, p. 3. Col. 5 e 6.
Fábula	José Bomfim	A ONÇA E A FORMIGA	<i>O Conservador</i> , p. 02, 15 de nov. de 1929.
Poesia	Jose Bomfim	PALAVRAS LOUCAS	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 26 nov. 1929, p. 2. Col. 6 .
Conto/fábula	José Bomfim	NATAL	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 22 dez. 1929, p. 2. Col. 6.
Conto	José Bomfim	MULHERES	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 19 jan. de 1930, p. 3. Col. 2.
Fábula	José Bomfim	O PECCADO DE EVA	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 16 fev. 1930, p. 3,. Col. 1.
Fábula	José Bomfim	A ESPERANÇA	<i>O Conservador</i> , Nazaré, 30 mar. 1930, p. 2. Col. 6.

Poema	José Bomfim	A VIDA E A MORTE	<i>O Conservador</i> , 05 maio 1930, p. 3. Col. 3, 4
Conto	José Bomfim	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIDA	<i>O Conservador</i> , Nazaré, [s.d]
Fábula	José Bomfim	A MOSCA E A FORMIGA	<i>O Conservador</i> , Nazaré, p. 02, 25 de ago. de 1929.
Fábula	José Bomfim	A ONÇA E A RAPOSA	<i>O Conservador</i> , Nazaré, A onça e a formiga, [s.d].

Fonte: Dias e Teixeira (2015) e Schettini e Teixeira (2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, a partir de nossa prática de filólogo editor de textos, resgatando a produção literária baiana veiculada em periódicos de fins do século XIX e primeiros decênios do século XX, procuramos demonstrar como o filólogo trabalha e quão é relevante o seu labor para a preservação da memória cultural.

Conforme afirmamos (TEIXEIRA, 2010, p. 817), os documentos dos arquivos permitem avivar os fatos e acontecimentos, todavia, para que isto aconteça, necessário se faz adentrar nos “sótãos dos fatos”, revirar papéis velhos amórficos, remover a espessa camada de poeira, colar fragmentos de papéis desidratados e amarelados, organizando-os e, por vezes, colocando-os em desordem para depois (re)ordená-los, de forma a fazer emergir o texto.

Tal atividade que desenvolvemos com os periódicos baianos acondicionados nos acervos documentais, em certa medida, pode ser comparada a do artífice, especialmente aquele que manuseia retalhos de tecidos, por exemplo. Este, quando diante de um conjunto de pequenos retalhos dispostos desorganizadamente sobre sua mesa de trabalho, a

partir de uma primeira análise, identifica aqueles retalhos que podem ser agrupados, emendados compondo uma forma orgânica, funcional e agradável à visão. No nosso ofício, empreendemos buscas a textos dispersos, reunimos retalhos-textos e, muitas vezes, pequenos retalhos de texto, procurando tecer uma unidade significativa – que nem sempre se alcança – para colocar à disposição do leitor. O filólogo artífice de retalhos-textos desenvolve atividade muito meticulosa e de grande responsabilidade quando, no seu labor, cola os pequenos retalhos-textos que foram extraídos de “peças” maiores e de “fábricas” deslocadas espacial, temporal, ideológica, política e culturalmente. Todo esse labor filológico evoca lembranças outras, diferentes daquelas quando foram gestadas em seu tempo, oferecendo uma nova “peça” que traz marcas da “peça original”.

Neste trabalho de artífice, localizando pequenos retalhos-textos, identificamos (resgatamos) dezenas de autores baianos que poderão ser lidos pelo leitor contemporâneo. Dentre eles, destacamos Anísio Melhor, Eugenio Gomes, Monteiro Lobato, Castellar Sampaio, Luiz de Salles, A. Ferreira Gomes, Joaquim Embiruçu, Honorina Galvão Rocha, Chocano, Francisco Mangabeira, Octavio Ferreira Santos, Mello Barreto Filho, Narciso Pitanga, Max-Linder, M. Theotonio Soares, Francelino Marques, Placido & Manso, Haydée Meirelles, Zé Pangolim, João de Brito, Kilkerry, Marcilio Lima, Sabino Campos, Francisco de Mattos, Camilo de Souza, Antônio Nobre, André Monteiro, Chrispiniano Sande, Ulysses Plácido, Lydio Santos, Mario M. Sant’ Anna, Alvaro Duarte, Ferreira da Cunha, Coelho Neto, Leandro Zam, Edgar Rodrigues, Pedro Tavares, Adalberto Nazareth, Egberto de Campos Ribeiro, Evandro C. Silva, Mario R. Costa, Pedro Ramos, Maria dos Santos Matta, Israel Embiruçu, D’Annuzio, Assuero de Theres, Lyrio Agreste e Jocinio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ediane Brito. **Da Vida, de Antônio Ferreira Santos**: uma proposta de edição. 2012. 63 f. Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Departamento de Ciências Humanas. Salvador-BA.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Livia Santos; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Notícia do dia: poetas de Nazaré publicam em O Conservador. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 19, 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. v. 19, p.146-153. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_5/146-153.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

DUARTE, Luiz Fagundes. **Glossário de crítica textual**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, [1997]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/cursos/etexto/glossario/intro.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

HERRERA, Antonia Torreão. Considerações sobre a narrativa e narrador em colóquio com Walter Benjamin. *In*: COUTO, Edivaldo Souza; MILANI DAMIÃO, Carla (org.). **Walter Benjamin**: formas de percepção estética na modernidade. Salvador: Quarteto Editora, 2008. p. 273-288.

LAUSBERG, Heinrich. **Lingüística Românica**. 2. ed. Lisboa: Calouste GulbenKian, 1981.

RAMOS, Nair Caroline Santos; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. “O traidor e a morte de um justo”, de Honorina Galvão Rocha, em O conservador: edição interpretativa. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 19, 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. v. 19. p.173-183. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_5/173-183.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

RAMOS, Nair Caroline Santos; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. O Flamboyant, Mulungu e o Supremo Desejo, de Eugênio Gomes: resgate de escritores baianos em *O Conservador*. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 17., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013. v. 17. p.160-169.

SCHETTINI, Ediane Brito Andrade. **Crônicas e cartas de Anísio Melhor em O Conservador**: edição e estudo do vocabulário. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

SCHETTINI, Ediane Brito Andrade; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Edição das cartas de Anísio Melhor em *O Conservador*. In: XIMENES, Expedito Eloísio; NUNES, Ticiane Rodrigues (org.). **Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe**. Fortaleza: EDUECE, 2018. p. 223-238.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. O trabalho filológico: os acervos documentais. **Scripta Philologica**, v. 5, p. 161-173, 2009.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Conservação e preservação dos acervos documentais baianos e o trabalho filológico. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010. vol. 14. p. 815-826. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/815-826.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

EDIÇÃO DE TEXTOS E MEMÓRIA:

notícias da cidade do salvador

Maria das Graças T. Sobral¹

1 INTRODUÇÃO

A Filologia é definida por Auerbach (1972, p. 11) como “[...] o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem”, abrangendo, dessa forma, diversas áreas do conhecimento.

A sua atividade mais antiga, a edição crítica de textos, surgiu na antiguidade grega, no século III a. C., em Alexandria, quando foram reconstituídos os textos da poesia homérica pela necessidade de preservação do patrimônio cultural. Como assevera Auerbach (1972, p. 11):

[...] a necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC. E-mail: sobralmg@ig.com.br.

lhes constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou desleixo dos copistas elas introduzem necessariamente.

Infere-se, assim, que o surgimento da atividade filológica está relacionado ao desejo de preservação da cultura, da história de um povo. De acordo com Spina (1997, p. 75), os objetivos da Filologia têm variado conforme as épocas, os autores e os lugares em que essa atividade foi desenvolvida. Dentre esses objetivos está o estudo das informações contidas no texto, denominado de função transcendente,

[...] em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. A individualidade ou presença do texto praticamente desaparece, pois o leitor, abstraindo do texto, apenas se compraz no estudo que dele resultou (SPINA, 1997, p. 77).

Ao aproximar a Filologia da História, a função transcendente possibilita o conhecimento de elementos da cultura de um povo, como corroboram Spina (1997, p. 74), “a História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contato apresenta com a Filologia [...]” e Telles (2008, p, 116), “a Filologia Textual na sua retomada de posição volta-se para aquilo que sempre foi o seu primeiro e último fim: o estudo da cultura de um povo, a partir do texto”. Tomando como base essas declarações e lembrando as palavras de Mandel (2006, p. 17), para quem a escrita é o espelho dos homens e das sociedades, ao realizar a edição de textos, revelam-se o modo de ser, de agir e de pensar de uma sociedade.

É com essa visão que permite ao filólogo, a partir da edição de documentos, trazer à baila elementos da memória que nos aproximam da história de um determinado período que, neste estudo, propõe-se destacar alguns aspectos da memória da sociedade quinhentista expressos em

documentos editados do *Livro Velho do Tombo*, pertencente ao acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia, o qual resguarda o registro do patrimônio da ordem religiosa beneditina na Bahia desse período, mas também salvaguarda parte da memória dessa sociedade. O estudo será realizado dialogando com textos que tratam da História da Bahia, de Luis Henrique Dias Tavares (2008), Thales de Azevedo (2009) e Antonio Risério (2004), e de uma das concepções de Memória descrita em *História e Memória*, de Jacques Le Goff (2012).

2 A EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos editados referem-se ao período colonial, compreendem o período entre 1568 e 1596, são 11 documentos, perfazendo um total de 37 fólios, trasladados no início do século XVIII, mas preservadas todas as características do original quinhentista no que tange à autenticação do traslado.

O conjunto dos documentos editados compreende 16 tipos de atos jurídicos, já que em alguns documentos há mais de um ato jurídico, como se observa no Quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de Registros

Tipo de registro	Fólios	Data
Carta de Sesmaria	38v° a 40r°	12/01/1568
	10v° 11v°	04/11/1586
Instrumento de Dote	68r° a 69r°	21/08/1577
Instrumento de Venda	48v° a 49r°	08/11/1578
	45v° a 46v°	04/06/1593
Instrumento de Posse	49r° a 49v°	18/12/1578

	168r° a 168v°	10/02/1587
	11r° a 11v°	13/11/1586
	46v° a 47r°	05/07/1593
Instrumento de Trespasse e Doação	136r° a 137r°	16/04/1596
Doação de Terras	167r° e 167v°	16/06/1580
	10r°	1/11/1586
	167v° a 168r°	06/02/1587
Licença de Instalação	168v° a 169r°	15/04/1581
	189r° a 189v°	15/04/1581
Testamento	163v° a 166r°	10/08/1584

Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento.

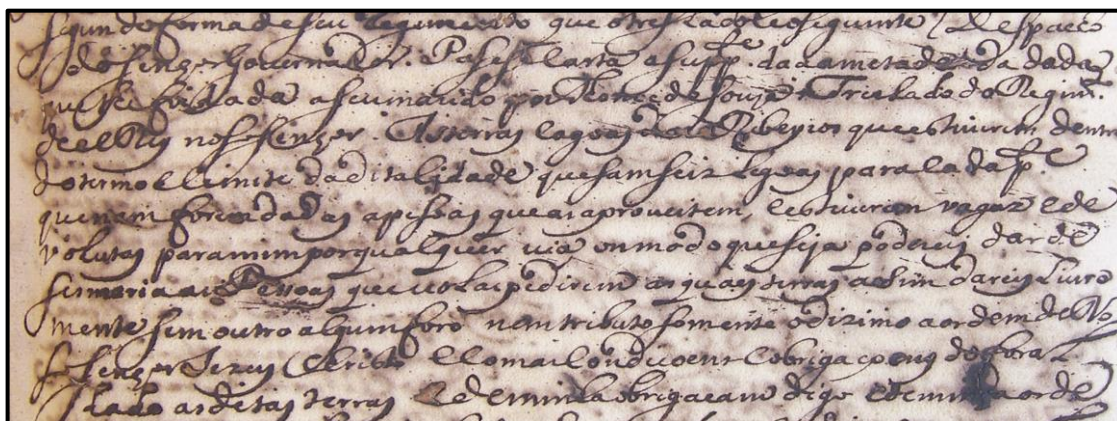
Selecionaram-se para esse estudo os seguintes documentos, cuja identificação corresponde à do Livro Velho do Tombo: *Sesmaria dada no anno de 1568 a Catherina Al(uare)z daterra de Villa velha atheo Ribeiro*, o qual deixou ad(it)a terra aeste Conuento, e *Tresladoauthentico dadoaçam dos Recifes Esalgado defrontedes(enho)radaConceiçam nesta{C}id(ad)eaqual doação Nostrespasou ManuelNunes deseitas, Eaodespois{n}ola Retificou seuGenroEfilha como daescritura adiante a f(o)l(ba)1v{.}* Constaesta doaçãofoidadapor(Chrisptov)amAff(ons)o Genro deM(anu)elNunes Enaõ porelle, datados de 1568 e 1586, e trasladados em 24/02/1706 e 07/10/1705, respectivamente. Abaixo a descrição dos documentos:

- *Sesmaria dada no anno de 1568 a Catherina Al(uare)z daterra de/Villa velha atheo Ribeiro, o qual deixou ad(it)a terra aeste Conuento*

Traslado da Carta de Sesmaria de terras dada a Catherina Alvarez, em Vilha Velha em 12 de janeiro de 1568, fólhos 38v° a 40r°, por Francisco Pereira Coutinho, Capitão e Governador da Capitania, feita pelo escrivão

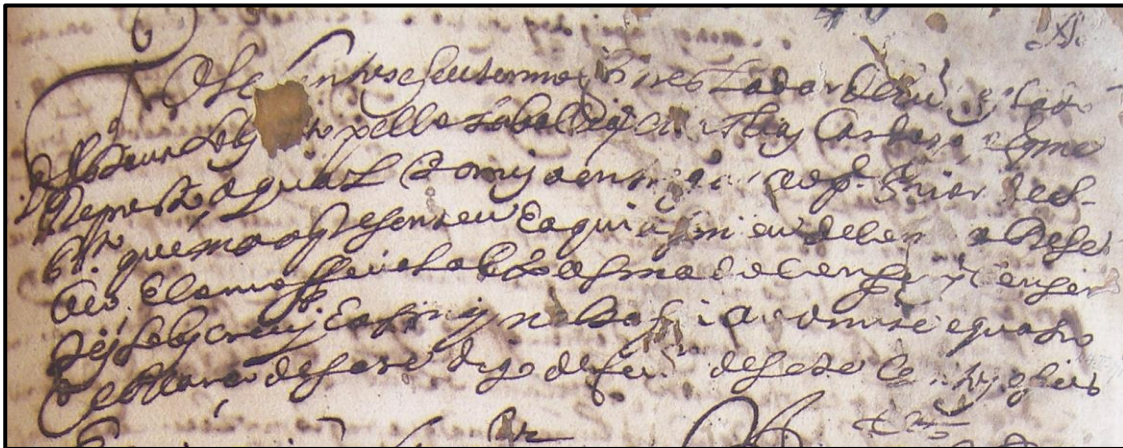
de Sesmarias Nofre Pinheiro Carvalho e registrada no Livro de Registro por Francisco de Moraes, escrivão da Provedoria, no povoado Pereira, já trasladado em 14 de junho de 1633. Autenticado pelo tabelião João Baptista Carneiro em 24 de fevereiro de 1706. O documento apresenta duas *scriptae*, a primeira, do escrivão que fez o traslado e, a segunda, do tabelião. A letra do escrivão é bem traçada (Cf. Figura 1). Destacam-se as grafias do <s> final anguloso, do <s> inicial longo, com laçadas superior e inferior, e o do <d> medial, com haste voltada para a esquerda, as quais conferem um aspecto visual especial ao texto. A escrita tem várias ligaduras, separação irregular das palavras e união de diversos termos.

Figura 1 – Fólio 39rº do *Livro Velho do Tombo* - *scriptor* 1 - Escrivão



Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento.

A escrita do tabelião é de difícil leitura (Cf. Figura 2), já que se caracteriza pela *scriptio* contínua, na qual as palavras são quase todas ligadas.

Figura 2 – Fólio 40rº do *Livro Velho do Tombo* - *scriptor 2* – Tabela

Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento

O documento é bastante escurecido e manchado pela tinta. A mancha escrita tem 38 linhas, encontraram-se 20 abreviaturas. Apresenta anotações marginais, à esquerda, linhas 2 a 8, referindo-se a um documento que está à folha 36. Nas duas primeiras linhas está a identificação do documento, nas linhas 4 a 6 está a anotação sobre o despacho para o traslado. O traslado do documento ocupa as linhas 7 a 41. As palavras *Despacho* e *Pereyra* estão escritas entre barras. Fólio 39rº: a mancha escrita tem 39 linhas, encontraram-se 7 abreviaturas, colagem de papel de seda na borda superior sobre o trecho *faziamerse, porque ficaua*. Fólio 39vº: fólio escurecido e manchado pela tinta. A mancha escrita tem 42 linhas, encontraram-se 11 abreviaturas. Apresenta reclamo. Fólio 40rº: corroído na borda superior e na linha 2 com prejuízo em algumas letras da palavra *sobrescrito*. A mancha escrita tem 29 linhas, das quais apenas 12 linhas são da carta de sesmaria (1.1-12), encontraram-se 20 abreviaturas.

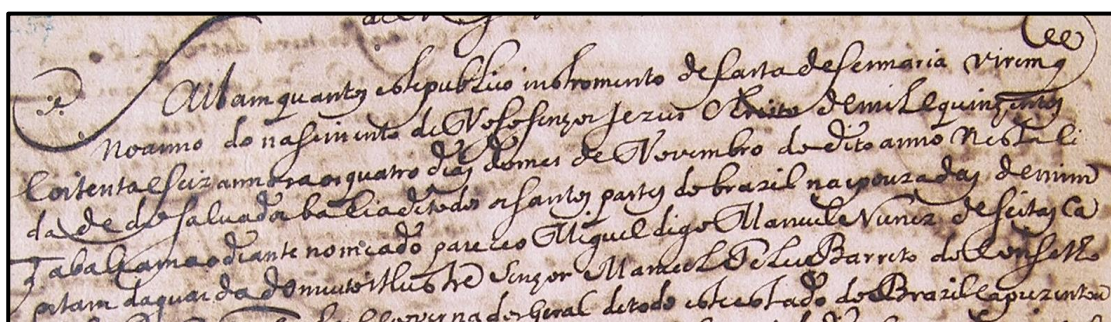
Tresladoauthenticodadoaçam dos Recifes Esalgado/
defrontedes(enho)radaConceiçam nesta {C}id(ad)eaqual
doaçã/Nostrespasou
ManuelNunes deseitas, Eaodespois{n}ola/ Retificou
seuGenroEfilha como
daescritura adiante a f(o)l(ha)1v{.} Consta/ esta

doação foida por (Chrisptov) am Aff(ons) o
de M(anu)el Nunes Enaõ porelle

Genro

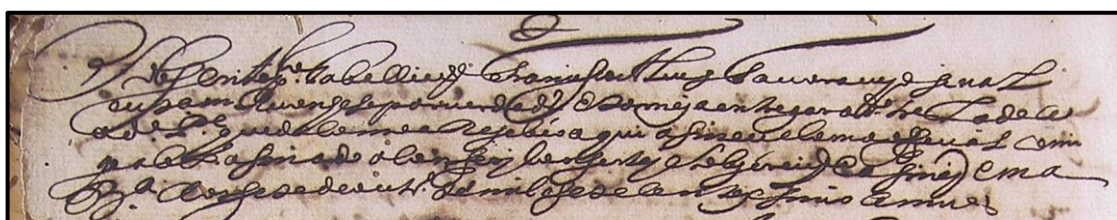
Traslado da carta de Sesmaria feita a Manuel Nunes de Seixas em 4 de novembro de 1586, fólhos 10rº a 11vº. A mancha escrita tem 36, das quais apenas 6 são da carta de sesmaria., possui 6 abreviaturas. O documento apresenta as *scriptae* do *scriptor* 1 e do *scriptor* 2, como se observa nas figuras 3 e 4. O documento é autenticado pelo tabelião João Baptista Carneiro em 7 de outubro de 1705.

Figura 3 – Fólio 10vº do *Livro Velho do Tombo* – *scriptor* 1 – Escrivão



Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento.

Figura 4 – Fólio 10vº do *Livro Velho do Tombo* *scriptor* 2 – Tabelião



Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento.

Fólio 10rº: corroído nas bordas direita e inferior. Manchado pela tinta da escrita do verso do documento. A mancha escrita tem 31 linhas, das quais apenas 6 são da doação, encontraram-se 9 abreviaturas. Fólio 10vº: corrosão nas bordas esquerda e inferior e em alguns trechos do texto os quais foram restaurados por conjectura. A mancha escrita tem 44 linhas,

encontraram-se 3 abreviaturas. Fólio 11r^o: suporte escurecido, manchado pela tinta, corroído nas bordas direita e inferior. A mancha escrita tem 46 linhas, encontraram-se 12 abreviaturas. Fólio 11v^o: a mancha escrita tem 34 linhas, das quais apenas 9 são da doação, encontraram-se 23 abreviaturas.

3 DOCUMENTOS E MEMÓRIA

O conceito de memória é bastante amplo e pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas. A concepção de memória adotada nesse estudo refere-se à conservação de informações sobre o passado de uma sociedade retidas em documentos, ancorada pela seguinte definição de Le Goff (2012, p. 455), “[a] memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”, assim, “[a] memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Percebe-se pela citação acima a importância dos documentos como memória e também os cuidados que devem ser observados na sua utilização, como ressalta Le Goff (2012, p. 456), “[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, é produto da sociedade de acordo com as relações de poder, “[...] faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em desenvolvimento, das classes dominantes e das classes

dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2012, p. 455).

Assim, os documentos são fontes de informações que permitem diferentes leituras a partir de diferentes perspectivas de diversos aspectos da sociedade. Nos documentos editados, estão registrados fatos, acontecimentos, informações, personalidades, costumes, crenças, relações de família, traçados da cidade, que delineiam e evocam a história de uma sociedade, possibilitando a comunicação através do tempo e do espaço.

Dentre os documentos quinhentistas, selecionaram-se as duas Cartas de Sesmaria, visto que os registros contidos nesses documentos ajudam a compreender o processo que envolvia a instituição da sesmaria no Brasil, fornecem informações sobre o regimento que regulava a doação, a descrição, os limites da terra doada e o favorecido com a doação. Além das informações pertinentes ao objetivo do documento, podem ser evidenciados também nesses documentos aspectos religiosos, sociais, culturais e registros de personalidades do período.

A Carta de Sesmaria é um documento jurídico, caracteriza-se, conforme Bellotto (2002, p. 13), como “[...] documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito”. Possuem, portanto, características da comunicação jurídica, sua linguagem é prescritiva e descritiva, visto que tem como objetivo assegurar direitos. Observa-se, nesses documentos, a repetição de informações em várias partes, recurso estilístico que, conforme Damiano e Henriques (2009, p. 233), “[...] indica a importância de uma ideia, prestando-lhe ênfase [...]”, garantindo, dessa forma, a eficiência dos direitos neles expressos.

O sistema de sesmaria era o instrumento jurídico que legalizava a doação de terras instituído por D. João III, rei de Portugal, a partir do século XVI, através da implantação das Capitânicas Hereditárias. De acordo com Tavares (2008, p. 85), considera-se como Capitânicas Hereditárias “[...] lote de terra doado a particular da escolha do rei para que ocupasse e o explorasse com seus próprios recursos, obrigado a conceder sesmaria ao cristão que a solicitasse e a pagar taxas e tributos ao rei e à Ordem de Cristo”.

Com a instituição desse instrumento jurídico, Portugal promovia o povoamento das terras e permitia o aproveitamento por particulares das terras da colônia brasileira. Nele estavam estabelecidos condições e prazos para a concessão das terras, como se pode verificar no fragmento seguinte:

“[...] comtal condiçam eentendimento que ella rompa eaproueite asditas terras eas fortifique edadata desta Carta emtres annos seguintes porque nam nofazendo ella asim pasados os ditos tres annos se daram as ditas terras que aproueitadas nam tiuer da Sesmaria aquem as pedir para asaproueitar [...] (Livro Velho do Tombo, fólio 398vo, l. 4-8).

O primeiro documento é bastante complexo, concentra várias informações desde a concessão de terras a Diogo Alvares, por Francisco Pereira Coutinho e confirmadas por Thomé de Souza², e posterior recebimento por herança de metade dessas terras por Catherina Alvares, mulher de Diogo Alvares, o pedido de registro da sesmaria dada a Diogo Alvares, fato esse que gerou a petição de Catherina Alvares, em 12 de janeiro de 1568, ao Governador Mem de Sá³ para a emissão da carta de sesmaria, objetivando a regularização das terras, como se pode constatar no fragmento seguinte:

² 1º Governador Geral no período de 1549 a 1553.

³ 3º Governador Geral no período de 1558 a 1572.

[...] Saibam quantos este instrumento de Cartadesesmaria viremq(ue) /no anno donasimento de Nososenhor JezusChristo de mil quinhentos e sesenta e oito annos aos doze dias de Jan(ei)ro na pouoaçam do Perei/ra termo da Cidade do Salvador da Bahia de todos os santos perante/Mim escriuam abaixo nomeado pareceo Joam de figueiredo morador na/dita pouoaçam e me apresentou huma petiçam por parte de Catherina/Al(uare)z sua sogra com hum despacho nella do Senhor Mendesá do Conselho del Rey Nosso Senhor Capitam da dita Cidade e Governador/geral nestas partes do Brazil et c(oetera) em aqual petiçam se continha/entre outras cousas nella contheudas, que por falecimento de Diogo Aluares/seu marido lhe ficou a metade de huma da {ta} de terra desesmaria,/a qual está junto de sta pouoaçam e correndo do mar para o Certam/a qual lhe foi dada por Francisco Pereira Coutinho Capitame Governador/que foi desta Cidade digo desta Capitania, a qual lhe fora confirmada por Thomé de Souza Governador que foi e assim mais de muito tempo/a esta p(ar)te possuía o dito Diogo Aluares hum pedasso de terra que vai/pella cabeseira de sua data ao longo de hum ribeiro, a qual terra o dito seu marido pediu a Thomé de Souza e elle lhe deu e fez mercedella por/despacho de hum petiçam e pelo d(it)o seu marido nam tirar Carta como/tinha de despacho de Thomé de Souza de qual he fez mercedella de aditar terra [...] (Livro Velho do Tombo, fólio 38vo, l. 10-30).

Como se pode verificar no trecho acima, além das informações sobre o sistema de sesmarias, esse documento traz um registro sobre Diogo Alvares e Catherina Alvares considerados, na história do Brasil, como a primeira família brasileira documentada, constituída por um português e uma índia. Consta também nesse documento o pedido de Catherina Alvares para a incorporação de terras pedidas anteriormente por Diogo Alvares a Thomé de Souza, “[...] aquelas quarenta varas entre ella e o dito Ribeyro [...]” (fólio 39r l. 4-5), segundo Tavares (2008, p. 70), essas terras “[...] corresponderia ao trecho do bairro da Graça”, na qual foi construída a igreja e o convento de Nossa Senhora da Graça e onde estão os restos mortais de Catherina Alvarez, que morreu em 1589.

O segundo documento refere-se à Carta de Sesmaria das terras dadas a Manuel Nunes de Seixas solicitadas para fazer camboas⁴, como se verifica no trecho destacado:

[...] Miguel digo Manuel Nunez deseitas Ca/pitam da guardado muito illustre senhor Manuel Teles Barreto do Conselho/de El Rey Nossos senhor E Governador Geral de todo este estado/do Brazil E apresentou/ Amim Tabaleam huma petiçam com hum despachoaopeé do ditos senhor de que otros/lado de verbo ad verbum he o seguinte Diz Manuel Nunes deseita queda/ frente do forte que está a Nossa senhora da Conceyçam estam huns Recifes de pedras/Correntes, digo correndo para a parte do sul E que se podem fazer camboas para tomar/peixe Pedaços de sesmaria he facamersedelhos dar desesmaria E o que banha sea/goa algada para Remedio seu E de sua familia. E Receberá merse = Desp(ach) o/Douhos senams dados Manuel Telles Barreto E Comadita Condiçam/E Comas mais Contheudas no Regimento do ditos senhor lhadeo E oue pordada desses/maria E os ditos Recifes que estão de frente do dito baluarte E isto pello poder que/tém de sua Magestad para que elle dito Manuel Nunes nelles faça camboas para/tomar peixe como dis em sua petiçam para elle dito Manuel Nunes E para todos/seus herdeiros para sempre para que dos ditos Recifes assim como banha agoa algada/posafazer como de Couzasua que hé porestá Cartadesesmaria E manda elle dito/senhor queda ella haja posees senhorio para sempre empagar tributo algum E será/obrigado a fazer Registrar esta Carta nos Liuros da fazenda del Rey Nossos senhor/dentro de hum anno conforme o seu Regimento com as penas nelle contheudas E porque/odito Manuel Nunes tudo prometeo cumprir pelladitamaneyra E odito senhor/Governador lhe mandou fazer esta Carta [...] (Livro Velho do Tombo, fólho 10vo, 13- 33).

É interessante, também nesse documento, o registro da prática da posse de terras:

[...] Saibam quantos este publico/digo este instrumento de posse virem queno anno do nasimento de Nosos e/nhor Jezus Christo de mil quinhentos oitenta e seis annos a otreze diaz/domes de Novembro Nesta Cidade do saluador na praia esitu {con} theudo/na Carta desesmaria atras onde Manuel Nunes deseita Requero amim/ Tabaleaõ lhese posse dos Recifes E praia Contheuda na dita Carta de frente /do baluarte que está a Nossa senhora da Conceiçam para a parte dosul

⁴ Armadilha natural para pegar peixes durante a preamar.

evisto/aditaartaEuTabaleaõ peranteas testemunhas abaixo
 asignadas **tomey/Aodito Manuel Nunes pellamaõ, entramos
 pellapraia dos Recifes por/estar amaré baixamar, elhemeti
 namaõ area,pedrase<†>os, lagoa eoHa
 tomou/Edestamaneiralhedei, Eouuepor dada a ditapose
 corporalautual [...]** (LIVRO VELHO DO TOMBO, fólho 11rº, l. 1-
 11, grifo nosso).

Essa prática social, denominada de rito, isto é, uma cerimônia constituída por atos e expressões, representa uma forma de comunicação simbólica, cujas características dependem do contexto social no qual são praticados e os objetivos aos quais se destinam. Estas encenações, conforme Schmitt (2002, p. 415-416), possuem extrema diversidade e variam de acordo com os meios sociais, as circunstâncias, o grau de solenidade, a despesa efetuada, com o que se pode perder ou ganhar. No documento em análise, a prática legitima a posse de terras por uma encenação simbólica na qual são utilizados elementos pertencentes ao espaço a ser ocupado.

Outro aspecto marcante nos dois documentos é a memória coletiva caracterizada pelo cristianismo. Nesse período, os ideais pregados pela Igreja Católica eram os valores que predominavam na sociedade da época, corresponde ao início da colonização do Brasil, e, para Portugal, o interesse pela descoberta de novas terras ia além do interesse comercial, significava a expansão do cristianismo. Como assevera Azevedo (2009, p. 12), “[...] todo o seu esforço convergia para a cristianização dos mesmos povos, atitude que caracterizou as nações latinas e católicas e as distinguiu das que, na época das grandes descobertas, construíram outros impérios.”

Verifica-se, no trecho do documento de 1568, que a doação das terras tinha como condição o pagamento do dízimo à Ordem de Nosso Senhor Jesus. Salienta Tavares (2009, p. 38), está “[...] fora de dúvida que D. João agia por uma percepção das possibilidades da nossa terra e pelo

desejo de a incorporar, com a catequese da sua gente, ao mundo cristão que Portugal tanto alargara”.

[...] Thomedesouza./ Treslado do Regim(en)to/deelReynososenhor. Asterras eagoas d{os} Ribeyros queestiuerm dentro/do termo elimite daditaCidade quesamseizLegoas paracada p(ar)te/quenam forem dadas apesoas queas aproueitem, eestiuerm vagaz ede/volutas paramimporqualquer uia, oumodo que seja podereis dar de/SesmariasPessoas queuolas pedirem as quaes terras asim **dareis liure/mente sem outro algumforo nemtributo somente odizimo aordem de No/sosenhor Jezus Christo** ecomascondiçoens eobrigaçõens doforal/dado as ditas terras <†> deminhaobrigaçã digo edemi{nh}aorde/naçam do quarto Liurotitulo dassesmarias comcondiçam queatal/pesoa, oupessoas Rezidam napouoaçã daditaBahia, oudas terras/quelheasimforemdadas aomenos tres annos, equedentro nodito tempo/que asnamposam vender nem alhear, e tereis lembrança quenaõ/deis acadapesoa mais terra queaquella quesegundosuapossibilidade/virdes, ouuospareser quepode aproueitar. E sealgumas pessoas aquefo=/rem dadas terras noditotermo eastiuermperdidã por as nam apro=/ueitarem, evolas tornaremapedir uos lhas dareis denouo para as aprouei/tarem ecomascondiçoens eobrigaçõens contheudas neste Cap(itulo) oqualse/tresladará nas Cartas desesmarias (Livro Velho do Tombo, fólio 39rº, l. 21-39, grifo nosso).

Destarte, constata-se que D. João III, ao implantar as Capitánias Hereditárias que permitia a doação das terras pelo sistema de sesmarias, tinha como preocupação não somente a ocupação e defesa das terras conquistadas, mas também com a propagação da fé cristã e, assim, salienta Le Goff (2012, p.425), “[...] o cristão é chamado a viver na memória das palavras de Jesus [...]”.

Ressalta-se, ainda, que os documentos em estudo juntamente com os demais do período quinhentista apontam dados, ainda que não explicitados pelos nomes, sobre a formação das ruas, povoados do período inicial da cidade de Salvador, já que muito pouco ficou registrado sobre o processo de ocupação do solo desse período iniciado com a chegada de Francisco Pereira Coutinho, que, segundo Tavares (2008, p. 92-93), “estabeleceu-se próximo da enseada da Barra, construindo *casas para cem*

moradores”, as quais formaram a Vila do Pereira, Vila Velha ou Povoação do Pereira. Por meio do estudo de dados coletados em vários documentos do mesmo período é possível delinear, ainda que seja com lacunas, o processo de urbanização da época.

Sobre a população da época, afirma Tavares, (2008, p. 93),

Do pouco que se sabe dos primeiros dias da capitania, conhecem-se os nomes de Pero de Góis, provedor da fazenda, do escrivão Diogo Luís e dos colonos Antão Gil, Custódio Rodrigues Correa, Vicente Dias, Fernão Dolores, Sebatião Aranha, Pedro Afonso de Thormes, João Veloso e o de Diogo Álvares, Caramuru, velho morador da região, onde vivia com sua mulher tupinanbá, filhos e filhas.

Nesses documentos estão, também, registrados dados sobre a população da época, nomes, relações de parentesco, profissões, dentre outras informações, pois, conforme Bacellar (2010, p. 39-40), “[...] a Igreja, por intermédio do Padroado Régio – acordo entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa, no qual ficam estabelecidos direitos e deveres entre ambos – atuava como um autêntico serviço público”, e, ratificado por Le Goff (2012, p. 515), “o registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das ‘massas dormentes’ e inaugura a era da documentação de massa”. Nos quadros 2 e 3 sintetizam-se as informações das Cartas de Sesmarias:

Quadro 2 – *Sesmaria dada no anno de 1568 a Catherina Al(uare)z daterra de lla velha atheo Ribeiro, o qual deixou ad(it)a terra aeste Conuento*

TÍTULO	Sesmaria dada no anno de 1568 a Catherina Al(uare)z daterra de/Villa velha atheo Ribeiro, o qual deixou ad(it)a terra aeste Conuento	
CARACTERÍSTICAS PALEOGRÁFICAS	Fólio(s)	38vº-40rº
	Scriptores	1 e 2
CARACTERÍSTICAS DE CONTEÚDO	Data do original	12/01/1568
	Tipo do documento	Carta de Sesmaria
	Nome das pessoas envolvidas ou mencionadas	Joam de Figueredo – genro de Catherina Alvarez Diogo Alvarez Catherina Alvarez – mulher de Diogo Alvarez Francisco Pereira Coutinho – Capitam e Governador da Capitania Thomé de Souza- Governador 1549/1553 Men de Sá – Conselheiro do Rei e Governador Geral 1558-1572 Frei Diogo da Franca – Padre de São Bento Francisco de Souza Menezes- Governador 1592/1602 Frei Antonio Trindade – Prior do Mosteiro de São Bento Antonio Borges Pascoal Teixeira – Tabelião Nofre Pinheiro Carvalho - Escrivão das Sesmarias Francisco de Moraes – Escrivão da Provedoria Mathias Cardozo – Tabelião do documento original
CARACTERÍSTICAS DE AUTENTICAÇÃO	Tabelião	João Baptista Carneiro
	Data de autenticação	24/02/1706
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	Lançamento marginal informa que: a Sesmaria dada a Diogo Alvarez está à folha 36 e a Aução/Demarcação desta Sesmaria está na sentença contra Antonio Borges à folha 26.	
Data do Traslado	24/02/1706	

Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento.

Quadro 3 – *Trexlado authenticico da doaçam dos Recifes Esalgado/ defrontedes(enbo)radaConceiçam nesta {C}id(ad)eaqual doaçã / Nostrespasou ManuelNunes deseitas, Eaodespois {n}ola Retificou seuGenroEfilha como daescritura adiante a f(o)l(ha)1v{.} Consta / esta doaçãõfoidadapor(Chrisptov)amAff(ons)o Genro deM(anu)elNunes Enaõ porelle*

TÍTULO	Trexlado authenticico da doaçam dos Recifes esalgado defronte de Sr. ^a da Conceiçam nesta Cid. ^e aqual doaçã nos trepasou Manuel Nunesde seixas, eao despois {n}ola Retificou seuGenroefilha como d aescritura adiante a f. 11 v. consta esta doaçã foi dada por Xp ^{am} Aff. ^o Genro do M ^{el} Nunes e não por elle	
CARACTERÍSTICAS PALEOGRÁFICAS	Fólio(s)	10r ^o -11v ^o
	Scriptores	1 e 2
CARACTERÍSTICAS DE CONTEÚDO	Data do original	04/11/1586
	Tipo do documento	Doaçã de terras
	Nome das pessoas envolvidas ou mencionadas	Manuel Nunes de Seixas – Capitã da Guarda do Governador Manuel Telles Barreto Christovam Affonso – Genro de Manuel Nunes Seixas Manuel Telles Barreto – Conselho do Rei/ Governador Geral 1583/1587 Leonardo Pires – morador dafreguesia de Tasuapina Martín Ramalho Salvador Ferreira – morador na fazenda de Martín Ramalho Antonio Fernandez Rocho – Procurador Geral do São Bento Padre Frei Hyacinto do Disterro – Procurador de São Bento Henrique Valensuella – proprietãrio do ofício Frei Joseph de Santa Catherina – Religioso de São Bento e Procurador Geral de São Bento Francisco de Souza Menezes – Governador 1592/1602 Domingos de Morim Soares Domingos de Oliveira – Tabeliã do documento original Manuel Luis da Costa – tabeliã Francisco da Rocha Barbosa – Tabeliã do traslado da Sesmaria em 13/10/1654 Francisco Alvares Tavora – Tabeliã do traslado da sesmaria em 11/03/1689
CARACTERÍSTICAS DE AUTENTICAÇÃO	Tabeliã	Joã Baptista Carneiro
	Data de autenticaçaõ	07/10/1705

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	Lançamento marginal informa que a Sesmaria está a folha 10
Data do Traslado	07/10/1705

Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento.

Essas afirmativas reiteram a importância das informações contidas no *Livro Velho do Tombo* como fonte de pesquisa que possibilitam trazer à tona diversos elementos da memória coletiva do período colonial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, é inegável reconhecer a importância do labor filológico. Pela exposição de trechos das Cartas de Sesmarias, constatam-se diversas informações sobre a memória do período colonial, as quais trazem à baila referências sociais, culturais, políticas e históricas.

Dessa forma, ao editar um texto, fixa-se em novo suporte registros de um dado momento da história, relatos que gradativamente se perdem, possibilitando aos diversos campos do saber o acesso a importantes informações que possibilitam compreender a formação de uma sociedade nos aspectos sócio-histórico-culturais.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos Arquivos. *In*: PINK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 2. ed. Santa Maria: EDUFSM, 1994.
- CUNHA, Celso. O Ofício de filólogo. *In*: id. **Sob a pele das palavras: dispersos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004.
- DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. 10 ed. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 6. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2012.
- LIVRO VELHO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA CIDADE DO SALVADOR. 1945. Bahia: Tipografia Beneditina, 513p.
- MANDEL, Ladislav. **Escritas, espelho dos homens e das sociedades**. São Paulo: Rosari, 2006.
- PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Catharina Paraguassú: matriarca do Brasil**. Salvador: Acirv, 2012.
- RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. Tradução Eliana Magnani. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Tradução coordenada por Hilário Franco Júnior. São Paulo; Bauru (SP): Imprensa Oficial do Estado; EDUSC, 2002. v. 2, p. 415-428.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: Crítica textual**. São Paulo: Cultrix, 1997.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo; Salvador: Ed. UNESP; Edufba, 2008.

TELLES, Célia Marques. Fontes primárias para a sócio-história da Bahia: o Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. **Scripta Philologica**, 2008, v. 4.

PENITÊNCIA E OSTENTAÇÃO:

aspectos das práticas culturais em fontes primárias da Bahia colonial

Norma Suely da Silva Pereira¹

1 INTRODUÇÃO

A edição e estudo de fontes primárias tem possibilitado um maior desenvolvimento da compreensão acerca das práticas culturais e dos papéis sociais na Bahia colonial. Novos olhares e diferentes interpretações acerca dos fatos e registros da História têm sido possibilitados por meio da ampliação das oportunidades de acessibilidade aos diferentes acervos de fontes manuscritas, impressas e visuais, seja pelo crescimento das atividades de restauro, digitalização e disponibilização de manuscritos e obras raras, seja pelo desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas que auxiliam o desenvolvimento de pesquisas em perspectivas diversas.

No contexto das fontes eclesiásticas, observa-se como o ensino da doutrina cristã imposto ao homem colonial com o recurso dos catecismos,

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br.

cartilhas e imagens visuais de orientação medieval entra em choque com as práticas e necessidades concretas vivenciadas na América portuguesa. Desse modo, estabelecendo-se uma interface entre a Filologia e a História cultural, e direcionando o olhar para elementos discursivo-pragmáticos busca-se evidenciar aspectos da construção do *ethos* discursivo que objetiva afirmar uma postura de contrição e piedade cristã, o que é recorrente nos documentos notariais selecionados.

O estudo de práticas culturais em documentos eclesiásticos desenvolve-se com a utilização de um arcabouço teórico e metodológico de constituição multidisciplinar integrando a Filologia Textual, que envolve os métodos da Paleografia e da Diplomática para leitura das fontes manuscritas, a Lexicografia e a História Cultural, para respaldar o estudo das atitudes, crenças e comportamentos dos indivíduos, permitindo uma adequada compreensão do uso da língua em seu contexto. Acrescentam-se ainda os conceitos aplicados por Dominique Maingueneau (2008, 2010), na perspectiva dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa, para o estudo do *ethos* discursivo e das cenas enunciativas presentes nas fontes examinadas, as quais mostram a ocorrência tanto de uma postura de contrição e penitência cristã, como de ostentação e poder que demarcam posições sociais hierárquicas. Com a leitura, edição e estudo dos documentos selecionados, busca-se contribuir com o esclarecimento, ampliação ou ressignificação dos aspectos que envolvem as práticas socioculturais e o conhecimento da língua portuguesa no Brasil colônia.

O *corpus* selecionado para o estudo compõe-se de uma seleção de fontes primárias referentes ao contexto eclesiástico na Bahia colonial, datados entre os séculos XVI e XVIII, a partir das quais examinam-se os perfis e papéis sociais encontrados, bem como os aspectos do *ethos* e das

cenografias construídas nos contextos selecionados. Compõe-se tal seleção de documentos oriundos dos *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia, já previamente editados, documentos pertencentes à Sé colonial e documentos referentes à Bahia, pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino, catalogados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, da Biblioteca Nacional.

2 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NA CAPITANIA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS

Até a primeira metade do século XVIII, a Capitania da Bahia cumpria o papel de Cabeça do Estado, capital da América portuguesa. Sede do governo administrativo e religioso, a Bahia de Todos os Santos tinha sua economia, sustentada principalmente pela produção açucareira, produzindo e exportando também tabaco, algodão e madeiras. O couro e o tráfico de escravos eram outras importantes fontes de proventos para a Coroa, tudo movimentado pelo grande e favorável porto da cidade do Salvador, centro incontestável do comércio do Atlântico Sul. Até 1763, outras Capitanias foram anexadas à Província da Bahia, a exemplo das de Sergipe d'El Rey, Ilheos e Porto Seguro (CALDAS, 1759; MARQUES, 2016; TAVARES, 2001).

O grande desenvolvimento econômico da Capitania da Bahia produziu explícitos delineamentos na hierarquia social, estabelecendo perfis e papéis sociais que se diferenciavam conforme o contexto urbano ou rural. Na cidade, o comércio era o principal móvel da economia. O açúcar, o tabaco e o couro eram mandados para Portugal e trocados por bens manufaturados e gêneros alimentícios. Já o tabaco era um dos itens

preferidos nas negociações em África, para o tráfico de escravos. A sociedade rural, representada principalmente pela opulência do Recôncavo, se compunha de categorias variadas: senhores de engenho, pequenos lavradores, que possuem até 25 escravos, meeiros e trabalhadores assalariados que desempenhavam um papel importante na economia (MATTOSO, 1983; MARQUES, 2016).

Os homens de negócios ou negociantes a grosso, aqueles que detinham os grandes capitais, eram os exportadores, importadores e investidores, faziam contrato de monopólio e emprestavam a juros. No contexto da estratificação social, sua posição era bem demarcada. Nas confrarias, como na Irmandade da Misericórdia, por exemplo, eram os que ocupavam a posição de irmãos maiores, e possuíam assento na mesa. Já os comerciantes do varejo, se dividiam em vendeiros, taberneiros e donos dos secos e molhados, além dos caixeiros e mascates, que não tinham a mesma posição na hierarquia colonial. Na Misericórdia, por exemplo, os varejistas só eram aceitos como irmãos menores, e não podiam pretender uma ascensão social pelo casamento, por exemplo, com uma filha de senhor de engenho. O pequeno comércio, assim como os ofícios artesanais ofereciam trabalho e boas oportunidades para os homens livres, libertos e escravos, mas não ao ponto de mudança de classe (MATTOSO, 1983).

Pela prosperidade comercial, entretanto, a mobilidade social podia, em alguns casos, se tornar realidade. Comerciantes bem-sucedidos mandavam seus filhos estudar na Europa, ou dotavam suas filhas para oferecê-las em casamento a um filho de senhor de engenho. Também os bons serviços prestados à Coroa podiam conferir títulos e nomeações para cargos administrativos que possibilitariam a mobilidade social. Para tal ascensão, contudo, era preciso comprovar a “limpeza de sangue”, ou seja,

não possuir nenhuma relação ancestral de consanguinidade negra, moura ou judia, ou com pessoas empregadas em atividades consideradas inferiores.

3 A ARTE DE BEM VIVER E DE BEM MORRER: PRÁTICAS DE PENITÊNCIA

Dentre as práticas culturais transplantadas para a América portuguesa com o colonizador desde o século XVI, a partir das quais se podem observar os perfis sociais presentes na sociedade colonial, estão aquelas que expressam a religiosidade, notadamente as que refletem o imaginário acerca da morte. O vocábulo penitência (do Lat. *poenitentia.ae*), empregado no sentido da virtude que demonstra arrependimento, com vistas à remissão dos próprios pecados, está no centro da ideia de salvação espiritual e da necessidade de uma organização prévia para a morte, que passam a integrar o imaginário ocidental com o advento do Cristianismo e é ressignificada algumas vezes desde o período medieval. Para difundir tal ideia entre os cristãos e colher os benefícios advindos de tal mentalidade, a Igreja trata de esclarecer aos vivos quanto aos significados e necessidade da “boa morte”, que deve ser iniciada, de fato, ainda em vida, pois, após o falecimento, diante do juízo divino, a sentença seria já irrevogável (PEREIRA, 2016a; 2016b; 2018).

3.1 COMPROMISSO, DEVOÇÃO E DELIMITAÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS

Com base em valores teocêntricos medievais transplantados da metrópole, a sociedade colonial é orientada a prezar pelas atitudes de contrição e devoção tais como a observância dos sacramentos, a associação a confrarias, as doações referentes ao legado piedoso e a solicitação dos sufrágios remunerados, estes últimos após a morte, constituindo assim as condições essenciais para garantir uma “boa morte”. Afiançava-se que tais comportamentos, sistematicamente ensinados pela Igreja, deviam prevenir também contra os castigos terrestres tais como pestes, fome, pragas, tempestades, entre outras catástrofes. As expressões de fé que eram esperadas dos cristãos comportavam práticas contemplativas obrigatórias, como as orações diárias, que observavam a disciplina definida pelos Ofícios divinos², além de práticas litúrgicas, que correspondiam às expressões públicas da fé, com ritual pré-definido, tais como as missas e outras celebrações litúrgicas, os sacramentos, as festividades religiosas, as procissões e os funerais (PEREIRA, 2018).

Diante da dispersão territorial da América, nem sempre os representantes do clero secular se faziam efetivamente presentes para assegurar a divulgação e o cumprimento da doutrina católica. Foi assim que associações denominadas confrarias, compostas por leigos devotos e pelo clero regular, foram ocupando espaços e definindo seus próprios papéis religiosos, de onde surgiram, mais tarde, “os rezadores especializados, os festeiros, os benzedores e curadores, o monge (no sul) ou o beato (no nordeste) itinerante” (NEGRÃO, 2008, p. 264).

² Também denominados *horas canônicas*, horas do *Serviço Divino*, ou *Liturgia das horas* correspondem aos oito momentos especiais estabelecidos durante o dia, quando os sinos das igrejas dobravam, lembrando aos fiéis dos momentos para as orações (PEREIRA, 2018).

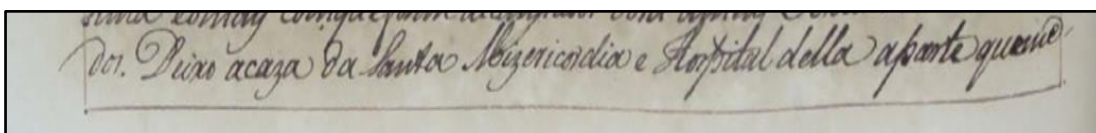
As confrarias, que compreendem irmandades e ordens terceiras, existiram em Portugal desde o século XIII, pelo menos. As irmandades originaram-se das antigas corporações profissionais ou de vizinhos da Idade Média. No período colonial, mantiveram, por vezes, o caráter profissional, funcionando mesmo como órgão de classe. Outras vezes tinham caráter social, congregando pessoas de acordo com características pré-definidas: irmandades de brancos e de negros, independente da profissão, por exemplo. Invocando a proteção de um determinado santo católico, as irmandades reuniam leigos de diferentes extratos sociais, entre os quais os “homens-honrados”, outras vezes agrupavam-se negros libertos e cativos, todos buscando promover as práticas religiosas católicas (organização de procissões, festas, entre outras formas de culto) que incluía a prática da caridade voltada para os sócios e para as pessoas menos favorecidas. As organizações eram regidas por um estatuto, que definia quem podia participar, além de estabelecer os direitos e deveres dos associados. Esse estatuto, ou compromisso devia ser submetido às autoridades eclesiásticas, para confirmação (REIS, 1991; QUINTÃO, 2002; PEREIRA, 2016a).

O acesso às irmandades se fazia por critérios econômicos, ocupacionais e étnico-sociais e um mesmo cristão poderia pertencer a várias confrarias (REIS 1991). O sucesso de tais agremiações e a ascensão social de determinados grupos resultou num ambiente de discriminação e maior rigidez nos compromissos que regiam as irmandades, passando a ser exigência a “limpeza de sangue” para determinadas posições. Já as ordens terceiras derivaram das tradicionais ordens religiosas medievais, a exemplo dos franciscanos, carmelitas e beneditinos. Conforme assinalado por Pereira (2016a, p. 8), “seus propósitos eram também de caráter religioso, na prática contemplativa e na devoção a um patrono, e social,

na assistência aos confrades, atendendo às suas necessidades na vida e na morte, além do trabalho de caridade dirigido aos pobres, doentes, presos e órfãos.”

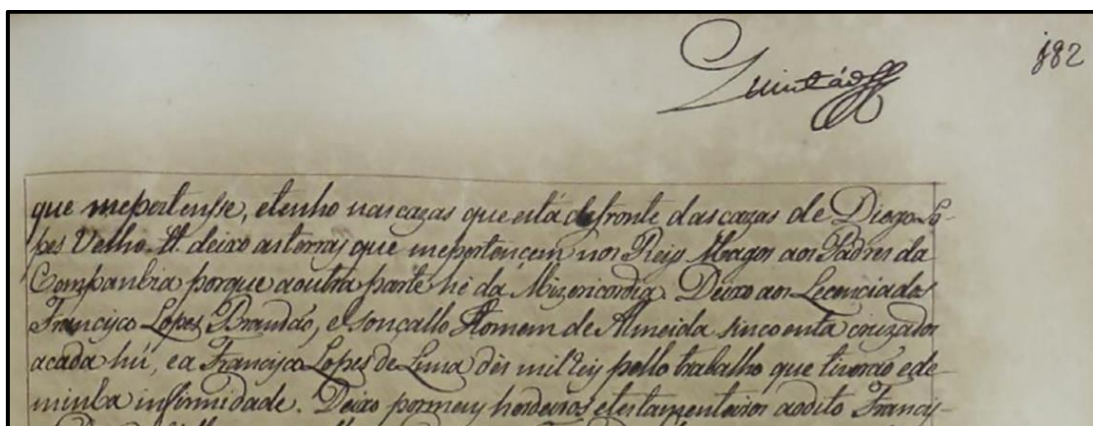
Dentre as devoções mais frequentes, estavam aquelas dedicadas à Virgem Maria. A Irmandade dedicada à Virgem da Misericórdia mantinha as Santas Casas que realizavam as obras humanitárias para os pobres, doentes, presos e órfãos. Era considerada, por isso, entre as mais importantes garantias de créditos de caridade a contar como atenuante dos pecados cometidos, fato que é levado em conta pela grande maioria dos legados piedosos, registrados em testamentos, nos quais sempre vai figurar uma doação para a Santa Caza da Misericórdia como nos exemplos a seguir:

Figura 1 – Test. GD, 1609, f.181v



Fonte: (LIVRO I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, f.181v, L. 35)

Figura 2 – Test. GD, 1609, f.182r



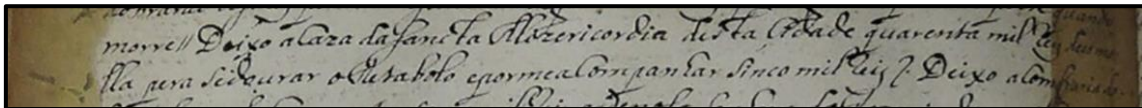
Fonte: (LIT, f. 182r. L. 1-6)

Transcrição:

[...]

dos. **Deixo acaza da Santa Mizericordia e Hospital della aparte queme**

que mepertensse, etenho nas cazas que está defronte das cazas de Diogo Lo/pés Velho /testamento/ deixo as terras que mepertencem nos Reys Magos aos Padres da/ Companhia **porque aoutra parte hé da Mizericordia** Deixo aos Lecenciados/ Francisco Lopes Brandaõ, eGonçallo Homem deAlmeida sincoenta cruzados/ a cada hũ e a Francisco Lopes de Lima dès mil reis pelo trabalho que tiveraõ ede/minha infirmitade [...] (LIVRO I, 1609, f.181v, L. 35 e 182r. L. 1-6) [grifos nossos].

Figura 3 – Test. de G S S, 1584, f. 126v

Fonte: (LIVRO VELHO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, 1584, f. 126v, L. 8-9)

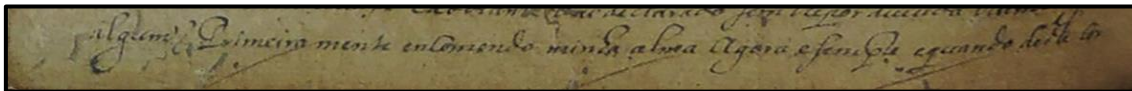
Transcrição:

deixo a Caza da Santa Mizericordia desta Cidade Corenta mil Reis de Esmolla pera/ Se dourar o Retabollo³ e por me acompanhar sinco mil Reis / Jtem deixo a confraria [...] (LIVRO VELHO, 1584, f. 126v, L. 8-9) [grifo nosso].

Já a confraria de Nossa Senhora do Rosário era mais dedicada ao apelo espiritual de aplacar a ira de Deus, em função dos pecados dos homens. Como assinala Reginaldo (2012, p. 304), “O estímulo à repetição rítmica do terço, em honra aos quinze mistérios gozosos, dolorosos e gloriosos da vida de Jesus, impulsionou a devoção popular a Nossa Senhora do Rosário e a organização de irmandades sob sua proteção”. A recitação do rosário, de origem medieval, e a fé na interseção da Virgem para a salvação da alma difundiram-se em Portugal, assim como por todas as colônias, como se pode comprovar nos testamentos coloniais, conforme demonstra o exemplo a seguir:

³ Retábulo – [do fr. *Retable*] estrutura ornamental em pedra ou em madeira que serve como moldura a um painel e se eleva na parte posterior de um altar, no interior de uma capela, especialmente no altar mor (BLUTEAU, 1728, v.7, p. 300).

Figura 4 – Test. de G S S, 1584, f. 125v

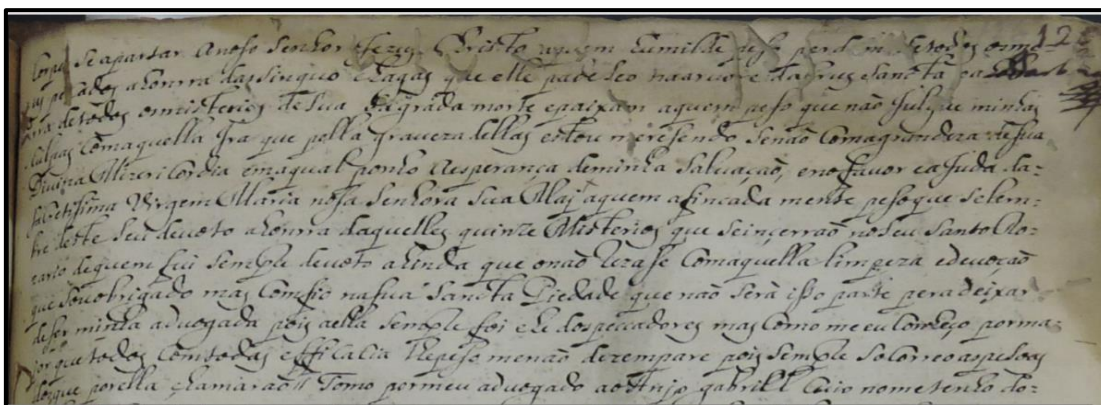


Fonte: (LIVRO VELHO, 1584, f. 125v, L. 48)

Transcrição:

[...]
 algum / Primeira mente enComendo minha alma Agora esempRe
 equando deste Cor-
 / / /
 (LIVRO VELHO, 1584, f. 125v, L.48).

Figura 5 – Test. de G S S, 1584, f. 126r



Fonte: (LIVRO VELHO, 1584, f. 126r, L. 1-12)

Transcrição:

Corpo se apartar Anoso senhor Jezus Christo aquém humilde **peso**
perdoeme de todos os me=us pecados a honrra das sinquo
chagas que elle padeseo naaruore daCrus Sancta e a hon/rra
detodos os misterios de sua sagrada morte epaixam a quem
peso que não Julgue minhas/ Culpas comaquella Jra que pella
graueza dellas estou merecendo senaõ Comagrandeza desua/
DiuinaMizeriCordia em a qual ponho aesperança deminha
saluaçaõ, enofauor eaJuda da=/SaCratisima VirgemMaria
nossa senhora suaMaj aquem afincada mente pesoque
selem=/bre deste seu deuoto ahonrra daquelles quinze
Misterios que seinçerraõ noseu santo Ro=/zario dequem fui
sempRe deuoto ahinda que onaõ Rezase Com aquella limpeza
edeuocaõ/ que souobrigado mas Comfio nasua sancta Piedade que
naõ serà isso parte pera deixar/ deser minha aduogadapois aella
sempre foi ehe dos pecadores mas Como me eu Conheço por
ma=/jor que todos Com todas efficacia lhpeso menaõ

**dezempare pois sempRe socorroo aspesoas/ dos que porella
çhamaraõ // [...] (LIVRO VELHO, 1584, f. 126r, L. 1-12) [grifos
nossos].**

4 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* PIEDOSO

“Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (AMOSSY, 2008, p. 9). Não é preciso que o enunciador fale explicitamente de si, como num autorretrato. É através do estilo, das escolhas linguísticas, das crenças e traços do caráter que deixa entrever no discurso, que a representação se constrói. Por meio da enunciação, o destinatário é levado a aderir a determinada imagem do locutor, a qual este elabora de modo mais ou menos consciente (MAINGUENEAU, 2010). Conforme elucidada o mesmo autor,

A instância subjetiva que emerge da enunciação implica uma “voz”, associada a um “corpo enunciante” especificado sócio-historicamente: uma maneira de circular, uma disciplina tácita do corpo que o destinatário constrói apoiando-se em um conjunto difuso de estereótipos, avaliados positiva ou negativamente (MAINGUENEAU, 2010, p. 80) [grifos do autor].

Muitos estudiosos têm se ocupado em refletir sobre a noção de ethos. Em Maingueneau (2008) a noção de ethos, retomada da tradição aristotélica, é aplicada ao contexto da Análise do discurso, reafirmando que o ethos “é uma noção sociodiscursiva, construída num processo interativo de influência sobre o outro, e que não pode ser apreendida fora de uma situação de comunicação” (2008, p. 63).

No ritual da “boa morte”, que é um tipo de rito de passagem de caráter solene descrito em testamentos, o locutor constrói intencionalmente um ethos piedoso que visa ao convencimento das cortes da Terra e do Céu, acerca do seu arrependimento e da atitude penitente

que o credenciará a pleitear a salvação da alma após a morte. Conforme esclarece Maingueneau (2008) a noção sócio discursiva construída, que configura o ethos, é estabelecida num processo interativo de influência do locutor sobre seu destinatário, a qual será apreendida em uma situação de comunicação (MAINGUENEAU, 2008; PEREIRA, 2016b).

Através da enunciação é possível identificar as características que o cristão sistematicamente enumera a fim de construir uma imagem de penitente e devoto, atendendo ao formulário previamente definido pelas autoridades eclesiásticas. Para candidatar-se à salvação, de acordo com os padrões estabelecidos pela doutrina religiosa hegemônica, o fiel deve demonstrar os traços de caráter que compõem o ethos piedoso, carregado de demonstrações de fé e caridade: encomendar sua alma a Deus, afirmando o arrependimento pelos pecados já cometidos, além de descrever metodicamente como deve ser distribuído o seu legado, contemplando entidades pias, como se pode observar nos fragmentos de texto apresentados nas figuras n. 1 a 3, acima. Também devem ser registradas as ações de caridade direcionadas a órfãos e pobres, e ainda relacionar e prever a quitação das dívidas existentes, ou as que pudessem ser apresentadas por pessoa digna de confiança, aí incluídas tanto as dívidas financeiras como as de natureza moral, a exemplo do reconhecimento de filhos bastardos, visto que, de acordo com a tradição, ninguém poderia entrar no “Reino dos Céus” estando em dívida com outrem (PEREIRA, 2016b).

4.1 A OSTENTAÇÃO

A construção do ethos piedoso anteriormente descrito denuncia, por outro lado, a demarcação do papel social no qual se insere cada

testador na sociedade colonial. A natureza, a quantidade e os valores correspondentes aos bens que compõem o legado piedoso descrito na declaração de última vontade do testador delineiam um dado perfil socioeconômico, o qual define também o tipo de cerimônia fúnebre que se fará, bem como as contrapartidas em sufrágios remunerados que o testador exigirá de seus beneficiários. Quanto mais aquinhoado o testador, mais paradoxal soará a sua declaração de humildade, perante o contexto que se estabelece.

No século XVI, o testador Gabriel Soares de Souza, rico fidalgo português que vivera na Bahia, deixou em seu testamento a doação de grandes somas para o Mosteiro de São Bento, para a Santa Casa de Misericórdia, e para as confrarias de Nossa Senhora do Rosário e do Santíssimo Sacramento, além de registrar esmolas para órfãs e pobres, entre outros beneficiários. Em contrapartida, para seu cortejo fúnebre ele define que deve ser acompanhado pelos padres de São Bento, e por nada menos que o Cabido⁴, ou seja, devem estar presentes em suas exéquias os principais responsáveis pela sistematização e supervisão das atividades eclesiais na colônia: “//Acompanharà meu Corpo se falecer nesta Cidade o Cabido a que se darà aesmolla Custumada e aos Padres de Sam Bento leuaraõ de oferta hum porco e seis almudes deuinho esinco Cruzados//” (LIVRO VELHO, 1584, f. 126v, L. 2-4). Além disso, o testador exige ainda, como é de costume aos detentores de grandes fortunas, que sejam realizadas por sua alma muitas missas rezadas e cantadas, as quais devem ter continuidade enquanto o mundo durar! Paradoxalmente, o testador declara, no mesmo documento, que deseja ser enterrado como um pobre: “naõ dobraraõ ossinos por mim esomente

⁴ Cabido ou Reverendo Cabido. *s.m.* [do lat. *capitulum, i*] é o corpo de todos os cônegos de uma Igreja catedral (BLUTEAU, 1728, v. 2, p. 17).

sefaram sinais que se fazem por hum pobre quando morre//” (LIVRO VELHO, 1584, f. 126v, L. 6-8).

Outros aspectos da demonstração de poder do fidalgo são observados nas cenas enunciativas em que, no testamento, relaciona a sua defesa perante o tribunal do juízo. Convencido de sua condição de grande pecador, e para que “o inimigo tentador não viesse perturbá-lo na hora da morte”, o testador, depois de convocar o seu anjo da guarda, além do anjo Gabriel que tem o seu nome, a Virgem Maria, os padres São Bento e São Francisco, o Senhor São Domingos e o Bem aventurado Santo Alberto, acrescenta ainda:

[...] //EmComendo mais minha alma ao Bem aVenturado/ **Sam JoamBauptista, eatodos ossantos Apostollos** Aos gloriosos **Martires Saõ louren= / ço eSam seBastiam eatodos os santos esantas da Corte doseo** Aos quais **peso quetodas/ Juntas e Cada huma persi Roguem por mim** Anoso senhor elhes pesaõ Perdam demeus/ Peccados por mim emeleue asua sancta gloria pera que fui Criado [...] (LIVRO VELHO, f. 126r. L. 35-39).

Posteriormente, quando descreve as características do ritual fúnebre desejado, de acordo com os ditames do ritual da “boa morte”, novamente fica claro o papel de destaque do testador naquela sociedade, a exemplo da escolha do traje mortuário, em geral o hábito de alguma ordem, indicativo de pertencimento a uma confraria, o local de sepultura, que privilegia os espaços mais nobres dentro da Igreja, como era o costume da época, para que o corpo ficasse “mais próximo de Deus”:

[...] donde quer que/ Eufaleçer meenterraraõ nohabito desamBento ea[sic] hauendo ahi mosteiros desua hordem/ Donde me enterraraõ naõ hauendo maneira deste habito; e hauendo Mosteiro desam Francisco Me emterraraõ noseuhabito eos Relligiozos destas duas hordeñs me acompanharaõ Ea Cada huñs daram de esmolla sinquo mil Reis, epello habito des Cruzados /. se deus for seruido que Eufaleça nesta Çidade e Capitania meu Corpo será enterrado em Sam Bento da dita cidade na Capella mor [...] (LIVRO VELHO, f. 126r. L. 40-45).

O cortejo pomposo, devia contar com a presença de pobres, os quais eram remunerados com esmolas, oportunizando ações de caridade, além dos muitos padres, que deveriam se revezar nas muitas missas geralmente indicadas para o dia do sepultamento e seguintes. Ficavam ainda comprometidos os religiosos, em função das doações direcionadas às ordens, a rezar, posteriormente, uma infinidade de missas por honra da alma do testador e de seus familiares, para que assim o cristão pudesse ter a garantia de que sua alma sairia do Purgatório. Cada aspecto do ritual fúnebre descrito denuncia a suntuosidade do evento e a posição social privilegiada do testador, como se vê no fragmento a seguir:

Deixo aComfraria do=/ santíssimo Sacramento sinco milReis eadenosa Senhora doRozario dous mil Reis far=/mehaõ nomosteiro deSamBento quer faleça nesta Cappitania quer em outra qual/quer parte tres offiços denoue licoins⁵ emtres dias aRejo⁶ tanto que eu falecer ouseouber/ a serteza de minha morte, em cada offiço se darà Porco de oferta esinco Alqueires defa=/ rinha **enaõ me faraõ pompa nem huã** semente meporaõ hum panno preto no chaõ com do=/ us Brancos[sic] cubertos depreto, eemCada hum sinco vellas asezas **Em cada offiços [sic] destes/ mediraõ sinco misas Rezadas** ahonrra dassinco çhagas denoso senhor Jezus christo com/ seus Resposos sobre asepultura // **Nos outros dias seguintes mediraõ em tres dias a Reio/ sinco misas cada dia Rezadas** as primeiras sinco a honrra dos gozos denosa senhora Eoutro/ dia as outras sinco a honrra dos sinco pasos dolorozos, da Madre de Deus, E ao terço dia ou= /tras sinco a honrra dos Sinco Misterios gloriozos da Madre deDeus conforme aContempla/çaõ doRozario /. **Me diraõ na mesma Caza acabados ooffiços mais sento e sincoenta/ Misas Rezadas, equinze Cantadas**, eas Cantadas daraõ deoferta a Cada huma sua galinha/ e Canada⁷ deuinho e huas Eoutras sahiraõ com seu Responso sobre aminha sepultura, Easmi/sas se repartiraõ pella maneira seguinte //nos primeiros sinco dias se diraõ em Cada dia des/ misas Rezadas ehuma Cantada Como asima fica dita a honra

⁵ Ofício de nove lições – correspondia ao ofício de *Matinas* (ou ofício de leituras), assim denominado porque era composto por nove leituras. Era rezado pelos monges desde a madrugada até o romper da alva. Nas cerimônias fúnebres o costume era velar o defunto por toda a noite e começava-se por esse ofício de nove lições no dia do enterramento (à meia noite, horário das *Matinas*) (PEREIRA, 2018).

⁶ Dias a rheo ~ rejo – [do gr. *Rhéō*] corrente; fluxo; dias em fluxo contínuo (FERREIRA, 1987).

⁷ Canada - antiga medida de líquidos (vinho, azeite etc.) que equivalia a quatro quartilhos (BLUTEAU, 1712, v. 2, p. 89).

dos prazeres que se com/templam noRozario denosa senhora; Em os outros sinco dias logo seguintes sediraõ em/ cada dia outras Des misas Rezadas e huma Cantada a honrra dos sinco Misterios glori=/ozos daVirgem NosaSenhora da Madre de Deus e **senaõ houuer Padres nodito Mostei=/ ro que Bastem pera dizer estas misas Juntas humilmente pesso ao Padre Dom Abba=/de que hordene com os Padres do Colegio ou da Seè com que se posaçõ dizer estas Misas/ Juntas como tenho declarado porque tenho Comfiança na Madre de Deus que no cabo/ destas misas saja minha Alma do Purgatorio/. [...] (LIVRO VELHO, f.126v, L. 9-32) [grifos nossos].**

A ostentação se revela também no perfil dos colonos registrados em outras fontes notariais, dirigidas à coroa portuguesa, para pedidos de ordem diversa. No Requerimento citado a seguir, observa-se a imagem de si, que o suplicante traça, exibindo de partida seu título nobiliárquico, condição necessária para obter a provisão requerida, a qual tinha como objetivo a construção de um recolhimento feminino na colônia. No documento, o emissor faz referência ao seu título da Ordem de Cristo, uma das honrarias mais procuradas na monarquia lusitana, além de fazer referência à sua propriedade do “officio de sallador da Alfandega da/cidade:”

Figura 6 – Requerimento de Raimundo Maciel Soares ao rei [D. José], [1752]



Fonte: REQUERIMENTO, Bahia, [1752], Arquivo Histórico UltramarinoAHU_ACL_CU_005, Cx. 117\Doc. 9141 (1).

Transcrição:

Diz Raimundo Maciel Soares cavalheiro professo/na ordem de christo⁸, eproprietario do officio de sallador da Alfandega⁹ da/cidade da Bahia, que levado do amor de Deus, deseja dar precipio na mesma Ci-/dade afundação de huã Irmida com seu recolhimento debaxo da proteção, eInvo/cação de Saõ Raymundo Nonato, eSanta Maria Madalena para mossas brancas ch[ris]/tans velhas, que havendo errado o caminho da verdade, contritas e arrependidas/ de todo ocooração seconvertão aDeus Nosso Senhor, e quiserem viver em Santos, epios e-/cercios [sic] devertude, no dito Recolhimento, eporque para este intento fez o supp(licante) compra/ [...] (REQUERIMENTO, Bahia, [1752]).

O título de nobreza conferia um status diferenciado e muitas vantagens. Era condição necessária para conseguir a aceitação em muitas funções públicas. Entretanto, para ocupar tais cargos, era necessário comprovar “limpeza de sangue”, ou seja, não descender de judeus, mouros ou negros, como também não ser descendente de alguém que tivesse exercido trabalhos manuais ou braçais, considerados como ofícios rudes ou rústicos. As honrarias podiam também isentar da cobrança de impostos como o dízimo, o que interessava a muitos senhores de engenho.

No mesmo fragmento, é possível observar a definição do status de prestígio que é estabelecido para as mulheres naquele período, demarcado pelo perfil de quem poderá ter acesso ao recolhimento: “mossas brancas ch[ris]/tans velhas, que havendo errado o caminho da verdade, contritas e arrependidas/ de todo ocooração seconvertão aDeus Nosso Senhor [...]”

⁸ A *Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* era uma ordem religiosa e militar, criada em 1319 pela bula pontifícia do Papa João XXII, atendendo ao pedido do rei Dom Dinis. Foi herdeira das propriedades e privilégios da Ordem dos Templários que combatia os Mulçumanos. A honraria é concedida por destacados serviços prestados no exercício das funções em cargos de soberania ou Adm. Pública, e na magistratura e diplomacia, que mereçam ser especialmente distinguidos.

⁹ Conforme apurou Roberta Stumpf (2014), durante os séculos XVII e XVIII, a distribuição e organização das atividades na administração pública na América portuguesa seguiram o modelo feudal aplicado em Portugal, em que alguns cargos públicos, definidos como cargos em propriedade eram de concessão vitalícia e tendencialmente hereditária, por despacho régio. Alguns desse cargos eram conferidos aos súditos que se destacassem no serviço à Coroa, e alguns poderiam mesmo ser comprados à Coroa portuguesa. Conforme assinala Stumpf, as propriedades por si só conferiam prestígio e costumavam ser ostentadas, mesmo quando o ofício correspondente não fosse de maior relevância. Para os cargos mais importantes, a escolha era em geral feita em Lisboa, entre fidalgos.

(REQUERIMENTO, [1752]), ou seja, além de revelar o perfil feminino conveniente para o período, aquela que é devota e virtuosa, o documento esclarece que, para receber o apoio e a proteção do Recolhimento, no caso de haverem “errado”, não bastam a contrição, o arrependimento e a intenção de recomeçar. Tais aspectos só serão considerados quando se tratar de mulheres brancas e cristãs velhas, ou seja, aquelas que descendem de pais e avós descendentes de europeus e cristãos, que é o mesmo princípio da “limpeza de sangue”: não ter ascendentes judeus ou mouros, mesmo que convertidos posteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas culturais descritas nos documentos analisados mostram atitudes e crenças perante a vida e a morte em conformidade com as orientações espirituais vigentes no período colonial, herança da cultura medieval, o que nem sempre representa uma penitência pelo desejo de salvação da alma, mas também a intenção do testador de convencer sobre a sua religiosidade, ao construir um ethos piedoso.

Os merecimentos em função da associação a confrarias e pela caridade praticada em favor dos mais pobres e das entidades pias, por exemplo, fazem parte da lista de argumentos que os testadores enumeram em sua defesa, os quais deixam transparecer o conhecimento das práticas valorizadas e ainda o desejo de uma efetiva demarcação de papéis sociais.

No período colonial, como ainda hoje se observa, a riqueza, a nobreza e o poder andavam juntos: um rico comerciante de Salvador podia se tornar um grande senhor de Engenho ou um alto funcionário da

administração pública por compra de um título, ou pelo casamento com a filha de um senhor de Engenho.

A leitura da argumentação explicitada nas fontes consultadas, que utilizam os indicadores de fé, devoção e piedade cristã como forma de obter o reconhecimento entre as classes dominantes e no mundo do além, deixa claro que a construção do ethos de penitente e contrito está diretamente conjugado com o lugar social dos sujeitos, demarcando além da religiosidade, o prestígio, a ostentação e o papel social de cada um.

A pesquisa ratifica que o estudo dos documentos notariais sob a perspectiva filológica auxilia no conhecimento das práticas culturais e da língua de épocas pretéritas, confirmando a importância da preparação de edições confiáveis, que podem servir a outros pesquisadores de áreas diversas.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-28 e 119-144.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... v. 8. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>.

CALDAS, Jozé Antonio. **Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento, até o presente anno de 1759**. Ed. fac-similar. Salvador: Tip. Beneditina, 1951.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão editorial, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LIVRO I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Marla O. Andrade. *In*: LOSE, A.D.; PAIXÃO, D. G., OSB. (org.) **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**: editando 430 anos de história. Salvador: Memória & arte, 2016. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-i/>. Acesso em: 25/07/2018.

LIVRO VELHO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Célia M. Telles. *In*: LOSE, A.D.; PAIXÃO, D. G., OSB. (org.) **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**: editando 430 anos de história. Salvador: Memória & arte, 2016. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/...> Acesso em: 25/07/2018.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos e apresentação de si nos sites de relacionamento. Trad. Luciana Salazar Salgado. *In*: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (org.). **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 79-98.

MAINGUENEAU, D. Problemas de *ethos*. *In*: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (org.). **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 55-73.

MARQUES, G. “Por ser cabeça de Estado do Brasil”: as representações da cidade da Bahia no século XVII. *In*: SOUZA, E. S.; MARQUES, G.; SILVA, H. R. (org.). **Salvador da Bahia**: retratos de uma cidade atlântica. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016. p. 17-46.

MATTOSO, Katia M. de Q. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 — 1763). **Revista de História**, São Paulo, USP, n. 114, p. 5-20. 1983. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62048 Acesso em: 30/03/2018.

NEGRÃO, Lísias N. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.

PEREIRA, Norma S. da S. O Ofício divino e outros aspectos da tradição medieval em testamentos. *In*: LOSE, Alícia *et al.* (org.).

Filologia, cultura escrita e estudos culturais. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018. p. 331-356.

PEREIRA, Norma S. da S. As confrarias e a construção do *ethos* de bom cristão em testamentos da Bahia colonial. XII ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - XII ENECULT. **Anais.** Salvador: UFBA, 2016a. p. 1-10. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>. Acesso: 26/08/2018.

PEREIRA, Norma S. da S. Os rituais da “boa morte”: as práticas culturais e a construção do *ethos* em documentos coloniais trasladados no *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: ABBADE, C. M de S; SOBRAL, G. N. T.; TEIXEIRA, M da C. R. (org.). **Entre a palavra, o discurso e o texto: caminhos filológicos** Curitiba: Appris, 2016b. p. 103-124.

QUINTÃO, Antonia A. **Lá vem o meu parente:** as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (séc. XVIII). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas, irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. **Afro-Ásia**, n. 46, p. 303-310, 2012.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa:** Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia as Letras, 1991.

REQUERIMENTO do cavaleiro professo na Ordem de Christo, Raimundo Maciel Soares ao rei [D. José] para provisão de licença autorizando a criação de um recolhimento na cidade da Bahia, [1752]).

STUMPF, Roberta G. Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v15n29/1518-3319-topoi-15-29-00612.pdf>

TAVARES, L. H. Dias. **História da Bahia.** São Paulo: EDUNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: a história da tipografia baiana no século XIX

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni¹

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 1808, um alvará assinado pelo Príncipe Regente, D. João VI, deu origem à imprensa no país – a Typographia Régia, no Rio de Janeiro. O alto custo de impressão, o imenso volume de trabalho e os constantes problemas na qualidade da impressão fizeram com que tivesse início a autorização de novas tipografias no Brasil. Vários interessados na área quiseram inaugurar uma oficina tipográfica, entretanto, quem conseguiu a primeira autorização foi o português Manuel Antônio da Silva Serva, residente na Bahia.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-doutorado em Letras e Memória pela UFMG e em Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita pela UFBA. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA. E-mail: vanildasalignac@gmail.com.

Embora tenha sido o introdutor da primeira tipografia particular autorizada pelo então Imperador, Silva Serva não foi o primeiro empresário a solicitar licença para instalar uma tipografia na Bahia, e sim Alexandre José Vieira de Lemos, que requereu em 4 de outubro de 1810 e recebeu autorização em 10 de novembro do mesmo ano. Lemos afirmou em requerimento que mandou vir de Londres uma imprensa. Segundo Ipanema e Ipanema (2010), a partir desta autorização não se teve mais nenhuma notícia de Lemos, não podendo afirmar o que houve – se ele desistiu da empreitada devido aos altos custos ou teve medo da chegada de novos concorrentes.

Manuel Antônio da Silva Serva nasceu em 1761, em Vila Real de Trás-os-Montes, Portugal, e faleceu em 3 de agosto de 1819, no Rio de Janeiro, Brasil. Segundo Silva (2005), em abril de 1795 Silva Serva requereu licença para viajar ao Brasil porque tinha negócios na Bahia, veio e ficou. O luso era descrito como um homem alto, moreno, gordo e barbudo; era casado com Dona Maria Rosa da Conceição Serva e tiveram sete filhos: Ana (1798-1800), Delfina (batizada em 19 de abril de 1801), Manoel Antonio da Silva Serva (1803-1846), Ana (batizada em 13 de julho de 1806), José Antonio da Silva Serva (1808-1878), Ana (batizada em 4 de junho de 1810-1813).

O português Silva Serva vislumbrou mais um nicho de negócio rentável: com o sucesso de venda de livros de impressões alheias (que foram muito importantes para os alunos da Faculdade de Medicina), imaginou que uma tipografia, além de imprimir as teses daqueles estudantes, poderia publicar suas próprias produções. A ideia de ser proprietário de uma tipografia foi um desejo desde 1809, quando esteve em Portugal e na Inglaterra sondando preços de material e contratação de futuros tipógrafos.

Silva Serva solicitou autorização para abertura do empreendimento tipográfico em 18 de dezembro de 1810, e somente recebeu licença em 5 de fevereiro de 1811, tornando-se, assim, o fundador da primeira tipografia particular do país no período imperial – *Typographia Silva Serva*, com o apoio do Conde dos Arcos (que já havia ajudado a fundar a primeira biblioteca pública do Brasil, também na Bahia).

Salvador foi a cidade escolhida para a sede de sua tipografia por ele já estar estabelecido desde 1797, quando era proprietário de um bazar, Loja da Gazeta, que vendia artigos diversos, entre lustres, móveis, peças sacras, vidros da Bohemia, pois nenhum comerciante poderia viver na Cidade apenas com a venda de livros uma vez que havia poucos compradores ou pelos menos não o suficiente para sustentar uma empresa.

Os prelos e caracteres foram comprados em Lisboa, e para que seu pedido fosse aceito, Silva Serva se propôs a imprimir “quaisquer livros ou papeis de nova composição, e a respeito dos quais se não tenha concedido algum privilégio exclusivo para a sua impressão e venda” (IPANEMA; IPANEMA, 2010, p. 46) e anuncia o nome – *Typographia Silva Serva*.

Com a sua visão empresarial e por ser o tesoureiro da Irmandade da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, criou as “medidas do Senhor do Bonfim” (esse nome relaciona-se ao tamanho do braço da imagem), mais conhecidas como as “fitinhas do Senhor do Bonfim”, cujo uso tornou-se popular em 1809, e que ajudaria a instituição religiosa leiga a aumentar seus lucros. Todavia, Serva (2014) afirma que as fitinhas do Bonfim já existiam e o que Silva Serva fez foi promover e estimular a venda das fitas, que eram feitas de seda, pintadas e bordadas com o símbolo do santo.

Mesmo sendo um negociante de respeito, o português radicado na Bahia teve alguns problemas iniciais enquanto empresário do ramo da publicação. Era uma regra geral da imprensa não poder publicar livros quando os mesmos já tivessem obtido concessão de Privilégio ao primeiro editor, a medida visava a proteger os próprios editores de cópias de suas produções, e foi utilizada em toda a Europa.

No Brasil não foi diferente, e Silva Serva também teve que obedecer a esses princípios éticos, entretanto, sua tipografia reimprimiu dois livros: *Tratado de comercio e navegação* e *Tratado de amizade e aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha*, ambos publicados em 1810 pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, que já possuía o Privilégio. E como era de se esperar, houve protestos da empresa carioca.

Em 1811, tornou a publicar sem autorização os seguintes livros: *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brazil* e *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes princípios da nova legislação do Brazil*, os dois de autoria de José da Silva Lisboa, porém Silva Serva alegou que esses livros não possuíam Privilégio, o que ficou comprovado (MORAES, 1979).

A primeira publicação da tipografia baiana foi o jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, que ficou mais conhecido como *Gazeta da Bahia* (por causa da loja), em 13 de maio de 1811. Entretanto, os planos econômicos de faturamento astronômico não vingaram. No ano de 1811 foram 17 publicações; em 1812, a Typographia Silva Serva publicou 24 títulos, mas de 1813 a 1816 a produção ficou entre seis e oito livros anuais, causando prejuízo, sendo suportado apenas porque Silva Serva continuou com sua loja de vendas de produtos variados e impressão de folhetos (MORAES, 1979). Entretanto, Silva (2005) tem melhores perspectivas: Silva Serva publicou entre 1811 e 1819, 127 obras.

Silva Serva chegou a solicitar ao governo um subsídio para inaugurar uma fábrica de papel objetivando diminuir os custos de impressão, e por consequência aumentar seus lucros, pois poderia servir a todo o Brasil, mas foi negado em 1813.

Devido à dificuldade em encontrar mão de obra especializada para a sua tipografia, Silva Serva colocou anúncios no jornal convidando jovens aprendizes entre 12 e 15 anos, que soubessem ler com perfeição, escrever e contar, que fossem espertos e desembaraçados, e que desejassem aprender o ofício tipográfico. Provavelmente, o tipógrafo já vislumbrava ampliação de seus negócios uma vez que já chegou a ter 10 meninos em sua oficina (SILVA, 2005). Vale lembrar que Silva Serva sabia que não possuía concorrente (à sua época era preciso autorização para abrir uma tipografia), assim, o sucesso de sua nova empreitada de imprimir livros e não só vendê-los era esperado pelo luso.

Ao final de 1816, a tipografia publicou 20 obras graças a um auxílio financeiro recebido em 1815, solicitado ao governo, no valor de quatro contos de réis.

Em 4 de junho de 1819, Silva Serva anunciou em seu jornal a sociedade com José Teixeira de Carvalho, e a empresa passou a se chamar “Serva, e Carvalho”. Meses depois, Silva Serva faleceu subitamente em uma viagem ao Rio de Janeiro, e a esposa, Dona Maria Rosa da Conceição Serva, herdou a parte da empresa, e novamente mudou de nome, agora “Typographia da Viuva Serva, e Carvalho”, cuja existência foi de 1819 a 1827. Em 1822, segundo Berbert de Castro (1984), a tipografia da viúva Serva era, praticamente, a única oficina tipográfica em Salvador em atividade, e que provavelmente foi quando ela iniciou os filhos Manuel Antonio e José Antonio (ambos baianos, batizados na Igreja do Senhor do Bonfim). Após anos tentando manter a empresa, passando por vários

nomes, em 7 de janeiro de 1858, aos 80 anos, faleceu Dona Maria Rosa Conceição Serva, e com ela chegou ao fim a era áurea das tipografias da família Serva.

A Cidade, ao final do século XIX, já contava com 14 novos impressores, que surgiram em concorrência ao mercado promissor inaugurado por Silva Serva, um dos mais importantes personagens da história da imprensa brasileira.

Segundo Magalhães (2016, p. 248), encontrar, hoje, as publicações da “Tipografia Manoel Antonio da Silva Serva e dos seus herdeiros é um desafio para os estudiosos de impressos baianos do século XIX”. Afirma ainda que nem bibliotecas públicas, privadas ou colecionadores particulares possuem todos os exemplares e que se desconhece no Brasil o paradeiro de 25% das publicações da primeira fase da Tipografia de Serva (1811-1819); e menos ainda das servinas publicadas entre 1820 e 1846, e que *talvez* possam ser localizados em Portugal e em outros países europeus. O que as incluem nas coleções classificadas pela raridade devido à unicidade dos exemplares, difíceis de serem encontrados.

2 O CENÁRIO TIPOGRÁFICO BAIANO

É indiscutível o papel das antigas tipografias / editoras / livrarias / gráficas ou qualquer nome que se queira dar ao lugar onde se vendia ou produzia livros, principalmente em uma cidade como Salvador, que, embora tivesse sido palco de vários acontecimentos importantes e decisivos para a história social, política e econômica do país, no século XIX sofreu vários revezes com a transferência da capital para a Corte do Rio de Janeiro, e a consequência é que, com isso, toda a prosperidade

financeira e influência política foram juntas. Com a chegada da tipografia, a vida cultural tem um avanço pouco visto antes, retomando a efervescência do século anterior.

O aparecimento das tipografias a partir da ousada incursão de Manoel Antônio da Silva Serva movimentou a cena cultural de Salvador, pois já estávamos fervilhando com a inauguração da Escola de Medicina desde 1808, com estudantes de todo o Brasil ávidos por lerem e se formarem em uma instituição de formação médica muito respeitada. Mas não havia disponibilidade de livros! Havia bibliotecas com acervos relevantes, todavia não o suficiente para acesso estudantil e era um público que necessitava possuir os exemplares para sua formação. Percebemos a partir daqui a importância da história do aparecimento de várias tipografias, que, apesar de efêmeras, exerceram o papel esperado pelos leitores – proporcionaram-lhes o prazer inenarrável da leitura, de ter em mão com maior rapidez o objeto mais almejado dos últimos séculos no Brasil – o livro.

Como se sabe, o livro é o mote de toda biblioteca, sem ele não existe um acervo. É sobre o acervo da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa e sua fabulosa coleção de impressores soteropolitanos no século XIX que esta pesquisa se debruça.

3 O ACERVO DA BIBLIOTECA MONSENHOR MANOEL DE AQUINO BARBOSA

A Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa (BMMAB) localiza-se no interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador, de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento e

Nossa Senhora da Conceição da Praia, e seu nome refere-se ao antigo proprietário, que foi pároco da Basílica por mais de 50 anos.

Monsenhor Aquino Barbosa nasceu em 29 de outubro de 1902, no Arraial de Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro, Bahia, e faleceu em 1º de abril de 1980, em Salvador. Era filho de Manoel Luiz Barbosa e Carlinda dos Reis Barbosa. Celebrou sua primeira missa em 23 de novembro de 1925, na Igreja de São Raimundo, em Salvador. Foi pároco na Freguesia de Brotas entre maio de 1927 e abril de 1929, quando, então, tomou posse na Paróquia da Conceição da Praia, no dia 30 de maio de 1929, ficando até seu falecimento. Desde 1623, ano da fundação da Igreja, Monsenhor Aquino Barbosa fez o mais longo paroquiato – 51 anos à frente do templo religioso mais antigo da Bahia.

O religioso foi um defensor ferrenho do patrimônio artístico e cultural da Bahia. Restaurou procissões findas há mais de 50 anos em sua época, como os Atos da Semana Santa, Procissão do Senhor da Redenção, Procissão de São Frei Pedro Gonçalves; foi incansável pesquisador de documentos sobre a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em uma tentativa de reuni-los a partir de arquivos nacionais e portugueses; fundou a festa de São Cristóvão; incrementou as festas da Conceição da Praia. Em 22 de abril de 1926, ingressou na Irmandade de São Pedro dos Clérigos, que coexistia no interior da Igreja da Conceição da Praia, junto a outras Irmandades, e em 1936 tornou-se presidente da Mesa Administrativa.

Em sua direção, em 17 de junho de 1938, a Matriz da Conceição da Praia foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como monumento nacional; naquele mesmo ano foi realizado na Matriz o primeiro concerto de sinos do Brasil. Instituiu o

serviço de empréstimo de véus e grinaldas às noivas pobres para as solenidades do casamento em 29 de novembro de 1939; em 1944, organizou uma comissão para angariar donativos para as vítimas da Guerra, solicitados pelo Papa Pio XII (BARBOSA, 1972).

Participou ativamente em ações externas à Igreja a qual dirigiu: em 1929, assumiu a direção do jornal católico e tipografia *Era Nova*; no ano de 1930 passou a fazer parte da Associação Bahiana de Imprensa, onde ocupou vários cargos na diretoria; em 1933, foi convidado pelo jornal *A Tarde* para ser redator especial; em 29 de dezembro de 1935 tornou-se redator-chefe do jornal *Diário da Bahia*; entre 19 de abril de 1941 a 10 de fevereiro de 1942, fez parte da redação de *O Imparcial*; em 1942 voltou ao *Diário da Bahia* (BARBOSA, 1972).

Também foi convidado para exercer vários cargos devido ao seu reconhecimento enquanto intelectual: foi sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 27 de dezembro de 1935; no Arquivo Público, foi arquivista-chefe, na seção de Inspetoria de Monumentos, em 1935, onde ficou até 1937, quando foi demitido pelo governo militar; foi eleito Inspetor Federal de Ensino, atuando no Ginásio da Bahia e no Instituto Normal; entrou para a Academia de Letras da Bahia em 18 de março de 1940, ocupando a cadeira 36, cabendo a ele a organização da biblioteca, a qual em 21 de maio de 1944 foi instalada em um dos salões da Matriz da Conceição da Praia, permanecendo até fevereiro de 1946; posteriormente, foi presidente entre 1973 e 1974. Foi entusiasta da fundação da Sociedade Numismática da Bahia, cuja coleção de medalhas do Vaticano é a única na Bahia (BARBOSA, 1972).

O resultado de sua formação e atuação enquanto um dos mais importantes intelectuais baianos do século XX foi um relevante acervo particular. A sua biblioteca possui uma considerável coleção de obras

sobre a história eclesiástica no Brasil, e, senão a melhor biblioteca privada, é uma das melhores sobre História da Bahia, tornando-se autoridade na área. Toda a sua biblioteca foi doada pela família do pároco à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, em 1981.

O espólio da atual Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa (BMMAB) é relativamente pequeno, formado por 2069 livros, todavia, não é o número que indica a importância do espaço e sim a relevância das publicações, que vão do século XVIII a meados do século XX.

Sob o viés da memória social e memória coletiva podemos afirmar que as coleções que compõem a biblioteca a faz um lugar de memória, uma vez que representa configurações históricas e sociais de uma época; e podem ser pensadas também como “cápsulas do tempo”, onde ficam as memórias de determinados recortes temporais. Nessa biblioteca evidenciam-se alguns desses traços – a BMMAB contém informação que vão além do conteúdo.

A partir da grandeza perceptível dos volumes que compõem a biblioteca é que foi notado o elevado número de tipografias baianas que apareceram no inventário. O que, por si só, já despertou o valor histórico do acervo, pois quase a totalidade das empresas já é inexistente, não deixando na memória nenhum ou quase nenhum rastro de sua participação da vida editorial e cultural da cidade do Salvador.

Foram encontradas 32 tipografias entre 1823 e 1950: Imprensa Oficial do Estado, Imprensa Vitória, O Imparcial, Catilina, Tipografia Dois Mundos, Oficinas Graphics D’A Luva, Editora Cruzeiro, Duas Américas, Mensageiro da Fé, Nova Era, Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra,

Typographia Imperial e Nacional, Typ. de J. A. Portella e C.^a, Cia Editora e Graphica da Bahia, Gráfica Manú, Escola Typographica Salesiana, Typographia Bahiana, Tipografia Beneditina, Riex, Typographia Social, Litho-Typ. e Enc. Wilche Picard &, Typ. do Pharol, Typographia Americana, Imprensa Economica, Typographia do Diario da Bahia, Imprensa Popular, Litho-Typ. e Encardenação de Reis & C., Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, Typographia Santa Rosa, Typographia do Commercio e Progresso, em um total de 183 volumes pertencentes à BMMAB.

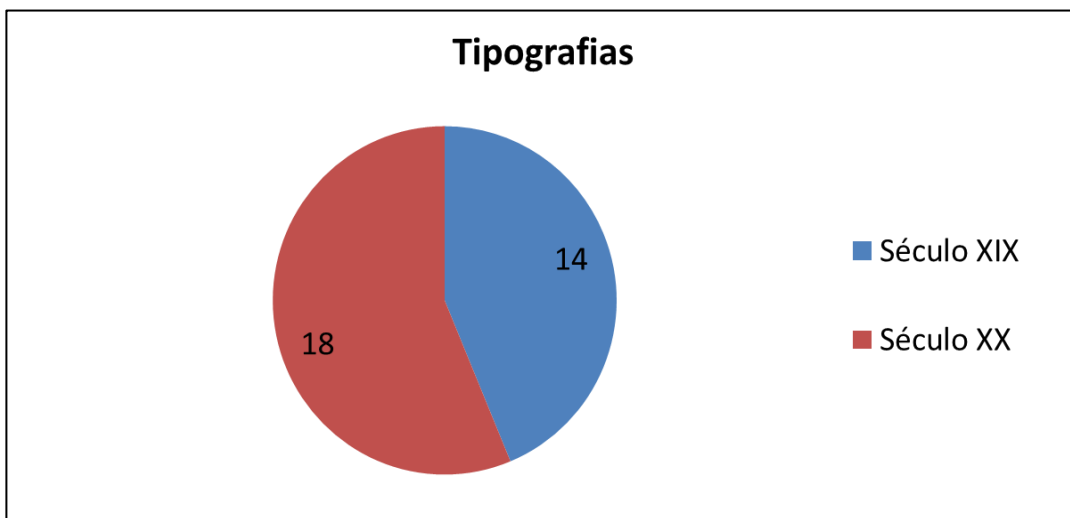
3.1 PERCURSO DAS TIPOGRAFIAS EM SALVADOR NO SÉCULO XIX

Para melhor compreensão dessas 32 tipografias encontradas, foram feitas quatro classificações: 1^a – aquelas em que não foram encontradas nenhum tipo de informações, a não ser o título, e dessas foram 9 que fecharam, concluindo suas atividades e suas histórias, não deixando vestígio, não existe sequer o “fio de Ariadne” para reconstruir a trajetória, informações sobre o endereço de funcionamento, data da fundação, data do encerramento das atividades, o fundador, proprietário, herdeiros, motivo que levou a fechar a empresa, absolutamente nada, apenas temos o registro delas no acervo da BMMAB; 2^a – aquelas em que temos apenas o endereço porque constava na folha de rosto do livro, de resto absolutamente nada, temos apenas os títulos dos livros encontrados e publicados por elas, em um total de 5 tipografias; 3^a – aquelas que apenas temos o endereço, proprietário ou quem imprimia por eles, foram 11 outros empreendimentos; 4^a – aquelas que conseguimos levantar toda a trajetória do início ao fim de suas atividades em Salvador, quando

encontramos 7 histórias completas a partir dos acervos particulares ou de livros já publicados sobre o tema.

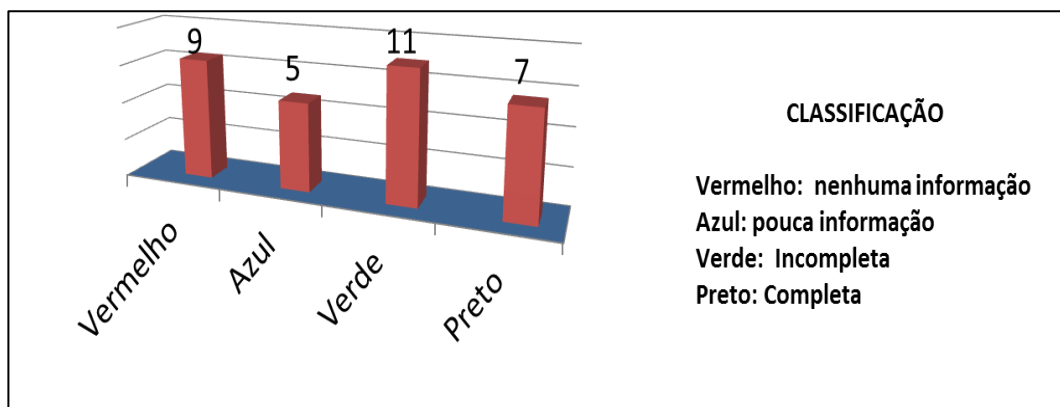
Os gráficos, a seguir, dão uma visão geral do levantamento:

Quadro 1 – Tipografias



Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2 – Classificação



Fonte: elaborado pela autora.

Fazem parte destes grupos:

- do vermelho, Cia Editora e Graphica da Bahia (1937), Imprensa Vitória: 1928, Imparcial (1923), Officinas Graphicas D'A Luva (1923), Typographia Americana (1873), Typographia do Commercio (1925), Typographia Social (1925), Graphica da Escola de Aprendizes Artífices (1930), Gráfica Manú (1945);
- do azul, Typ. de J. A. Portella e C.^a (1848), Typ. de Antonio Olavo da França Guerra (1859), Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho (1866), Imprensa Popular (1888), Typographia Santa Rosa (1892);
- do verde, Typographia do Diário da Bahia (1838), Typ. do Pharol (1865), Imprensa Econômica, (1876), Tipografia Dois Mundos (1882), Litho-Typ. e Enc. Wilcke. Picard & Co. (1896), Litho-Typ. e Encardenação de Reis & C. (1899), Nova Era (1928), Duas Américas (1934), Typograhia Naval (1941), Typograhia Naval (1941), Mensageiro da Fé (1943), S/A Artes Gráficas (1950);
- do preto, Typographia Imperial e Nacional (1823), Catilina (1835), Typographia Bahiana (1896), Escola Typograhica Salesiana (1900), Typografia Beditina (1900), Imprensa Oficial do Estado (1912), Editora Cruzeiro (1940), Progresso (1945).

Essas novas tipografias abriram fontes de trabalho (com o recrutamento de mão de obra específica) e criaram-se muitas escolas de artífices, dando oportunidade de emprego e aprendizagem à população.

Isto significa que a instalação de tipografias em uma cidade não se relacionava unicamente à produção editorial, influencia toda a sociedade

– são necessários profissionais para operar prensas, chapas tipográficas, fabricantes de papel, de tinta, artífices de encadernação, artífices para costurar, fazer capas, além de revisores de texto – uma gama de funções específicas. Também é criado um público leitor, uma vez que os livros estão mais acessíveis tanto em preço quanto em variedade de assuntos. Com essa nova possibilidade, as tipografias cresceram bastante e todo o trabalho – da produção à venda – era feito através dela.

Pesquisar sobre tipógrafos e tipografias é estudar o *livro* em sua materialidade, pois um não existe sem o outro, e envolve uma complexidade de discussões, como a sua produção; autoria; divulgação; autorizações; diagramação; o ilustrador; aparecimento das brochuras substituindo as encadernações tradicionais das antigas tipografias, quase levando ao conseqüente fim dos belíssimos livros em capa dura; o fim do ensino técnico com o término das oficinas tipográficas; o fim da linotipia; as transformações do papel; as variadas fontes; as marcas d'água; a marca do tipógrafo; o tamanho do livro para facilitar o acesso e a leitura fora do âmbito convencional, como as bibliotecas e salas de leitura; as feiras de venda de livros antigos e usados; a mudança do perfil do leitor; os revisores; as práticas de leituras que se fazem através do livro; o destino de acervos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória tipográfica baiana ainda carece de muitas pesquisas, estudos e investigações, pois são muitas lacunas, muitas histórias perdidas e pouca coisa foi recuperada, embora tenhamos encontrado pelo menos

14 tipografias em pleno funcionamento no século XIX. Foram muitas curiosidades descobertas, a saber:

- a *Typographia Nacional e Imperial* foi criada em 1823, para funcionar em Cachoeira, com o objetivo de cobrir os conflitos entre portugueses e brasileiros causados pela independência do Brasil, e com o término dos conflitos, deveria encerrar suas atividades, até porque o Governo Provisório contava com a *Typographia da Viuva Serva*, e Carvalho para imprimir documentos, folhetos, impressos de todo tipo. Mas não foi isso que aconteceu, e após os conflitos foi transferida para Salvador e tentou se manter publicando livros, mas devido ao alto custo de produção encerrou suas atividades, a pedido do governo, em 1831;
- apenas em 1835 um outro investidor particular, Carlos Poggetti, abriu uma livraria (a mais antiga registrada no Brasil), a *Poggetti*; e em 1849 percebeu a necessidade de investir em uma tipografia e solicitou a abertura da “*Typographia de Carlos Poggetti*”, e mesmo sem intenção preencheu a lacuna deixada por *Silva Serva* (1827). Foi vendida em 1877 para *Xavier Catilina*;
- a *Livraria e Editora Catilina* teve 3 donos: *Carlos Poggetti*, *Xavier Catilina* e *Romualdo dos Santos*. Seu nome ficou conhecido através do segundo proprietário e mesmo vendida o último dono permaneceu com o nome devido à fama. Fecha em 1960, como a livraria mais antiga em funcionamento no país, com mais de 120 anos;

- a Typographia Salesiana não guardou um único livro em seu acervo, embora tivesse ganhado vários prêmios nacionais por sua impressão e encadernação;
- a Typographia Beneditina, ao longo de sua história, trocou de selo 27 vezes.

Em 2018 comemoramos 210 anos de tipografia no Brasil, inaugurada com a chegada da Família Real portuguesa, e nada melhor do que celebrarmos contando uma parte desta história – a nossa, a dos soteropolitanos.

Este estudo sobre as tipografias soteropolitanas intenciona que esses antigos tipógrafos não sejam esquecidos, pois não se trata “apenas” de um levantamento de tipografias, é uma questão ambígua de memória e esquecimento. Ao serem silenciadas foram apagadas de nossa história e história local é identidade, precisamos nos reconhecer na materialidade senão não faz sentido.

A responsabilidade desse apagamento está na pouca responsabilidade e na prática do esquecimento sobre nossa memória cultural e patrimonial, o que gerou o resultado de que em algumas das tipografias só tenhamos o nome e o antigo endereço. O nosso árduo trabalho foi fazer uma “arqueologia” desta biblioteca.

É um emaranhado tão grande e um terreno tão pouco explorado que está longe de se encerrarem as discussões. Este texto é apenas mais um caminho entre outras tantas lindas histórias já contadas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Manoel de Aquino Barbosa (Monsenhor). **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1972.

CASTRO, Renato Berbert de Castro. **A Tipografia Imperial e Nacional da Bahia**. São Paulo: Ática, 1984.

IPANEMA, Marcello; IPANEMA, Cybelle Moreira de. **A tipografia na Bahia**: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. As servinas em Portugal: a rede comercial intercontinental de livros impressos na Bahia Colonial. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 223-256, jan.-jun. 2016.

SERVA, Leão. **Um tipógrafo na Colônia**: vida e obra de Silva Serva, precursor da imprensa no Brasil e das fitas do Bonfim. São Paulo: Publifolha, 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade d'Ouro do Brazil. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2005.

SEXTA PARTE

Filologia e
humanidades digitais

O USO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS

na pesquisa filológica e na elaboração de trabalhos lexicográficos

Liliane Lemos Santana Barreiros¹

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas voltadas para o estudo do léxico são importantes fontes de conhecimento sobre a formação de uma língua, pois dialogam com a realidade social, histórica e cultural de seus falantes. Além disso, permitem identificar aspectos da renovação lexical e da diversidade linguística, que são inerentes ao processo de atualização da língua. Isto ocorre porque o léxico armazena e acumula as mudanças sociais e culturais representativas de uma sociedade.

¹ Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: lilianebarreiros@uefs.br.

De acordo com Biderman (1978), “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 1978, p. 139). São os falantes que criam e conservam o vocabulário de sua língua, funcionando como sujeitos-agentes no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico. Nesse processo, o léxico se expande, principalmente quando uma comunidade de falantes entra em contato com outras, se modifica e, às vezes, pode ficar em desuso e desaparece. Também é possível que ressurja com novas conotações.

Essa conjuntura complexa e heterogênea permite analisar o léxico em diferentes perspectivas teóricas, tendo como fonte de dados, geralmente, os textos escritos, sejam eles históricos, literários ou apenas registros de relatos orais. Contudo, para o bom êxito da pesquisa, no âmbito da lexicografia, é necessário que se esteja atento à procedência da fonte de consulta, porque um *corpus* produzido no século XVIII não tem a mesma facilidade de acesso e de entendimento que um *corpus* do século XXI. Nesse sentido, o trabalho filológico de edição de textos é uma excelente contribuição aos estudos lexicológicos, pois prepara com critérios científicos fontes fidedignas de pesquisas.

Para Saussure (2006 [1916], p. 7), “a língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.”. Isso implica dizer que, na tarefa de investigar o significado do texto, o filólogo deve levar em consideração a língua utilizada e o contexto sócio-histórico-cultural que nele se configura. Auerbach (1972 [1948], p. 11), por sua vez, afirma que “a Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem”. Para o autor, a

edição crítica de textos é uma das formas mais antigas e mais nobres da Filologia, que surgiu da necessidade de se constituírem textos autênticos e do desejo de se preservar o patrimônio escritural dos estragos do tempo e da ação do homem. Desse modo, a edição cumpre a função primordial de preservar o documento, ao mesmo tempo que o torna acessível a um grande número de leitores, favorecendo a realização de estudos diversos.

A atividade filológica de edição exige conhecimentos de outras áreas para viabilizar a leitura dos textos e favorecer a sua transcrição. A lexicologia, a lexicografia e a terminologia, por exemplo, aliam-se à Filologia para o estudo da língua, da cultura e da história de um povo. Segundo Telles (2009), o método filológico apoia a análise linguística, ao fornecer com critérios um texto fidedigno. Por outro lado, elementos linguísticos do texto estabelecido permitem – e têm sempre permitido – estudar a língua aí documentada (TELLES, 2009, p. 258), pois o léxico é “o primeiro elemento linguístico com que se depara o filólogo ao tentar ler e transcrever um texto manuscrito” (TELLES, 2012, p. 137). Esta relação intrínseca entre os estudos do léxico e a Filologia é bem antiga, pois as listas de palavras, glossários e vocabulários foram instrumentos utilizados pelos filólogos para interpretar textos antigos.

A tradição de colecionar e organizar palavras em forma de listas reporta ao tempo dos Acádios, habitantes da região central da Mesopotâmia, no século VII a.C. Segundo Welker (2004), “[...] eles classificavam as palavras de sua língua em grupos de vocábulos e de expressões ligados uns aos outros pelo sentido [...] as listas de palavras ficaram cada vez mais complexas e tomaram uma forma definitiva por volta do final do século XII” (WELKER, 2004, p. 62). A título de exemplo, pode-se citar as tábuas sumérias, que apresentavam traduções da língua acadiana para a língua suméria, assim como os dicionários bilíngues

atuais. Conforme Rey (1970, p. 19): “L’Inde, la civilisation arabe, les Grecs, les Romains, le moyen âge occidental connaissent plusieurs formes de listes lexicales”². Entretanto, alguns autores não consideram esses trabalhos iniciais como sendo de cunho lexicográfico. Biderman (1984), por exemplo, afirma que:

A antiguidade não produziu obras lexicográficas no sentido que hoje damos a esse termo. Os únicos trabalhos de cunho vagamente lexicográfico daquelas eras são os glossários, sobretudo os produzidos pela escola grega de Alexandria e, entre os latinos, o *Appendix Probi*. Esses precursores do moderno lexicógrafo eram, na verdade, filólogos ou gramáticos, preocupados com a compreensão de textos literários anteriores, ou com a correção de “erros” linguísticos. Os filólogos alexandrinos, p.ex., buscaram elaborar léxicos e glossários sobre os textos homéricos para a sua melhor compreensão (BIDERMAN, 1984, p. 1).

Haensch (1982) também ressalta que os termos ‘dicionário’, ‘glossário’, ‘vocabulário’ etc., de uso corrente na atualidade, tinham um significado diferente na Antiguidade, porém afirma que, antes dos gregos e romanos, os sábios da Índia se ocuparam da lexicografia em sentido amplo. Segundo o autor, “la lexicografía lingüística nace, pues, debido a la necesidad de explicar el significado de las palabras”³ (HAENSCH, 1982, p. 105).

Esta relação de proximidade entre os estudos do léxico e a Filologia é um terreno fértil para as pesquisas em ambas as áreas. Por um lado, os estudos do léxico favorecem a Filologia, ao possibilitar com rigor científico uma “primeira via de acesso a um texto” (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 7), visto que o léxico é “a codificação da realidade extralinguística interiorizada no saber de uma dada comunidade linguística” (VILELA, 1995, p. 13). Por outro, os textos oriundos de

² Traduzindo: “A Índia, a civilização árabe, os gregos, os romanos e a Idade Média ocidental conhecem várias formas de listas lexicais”.

³ Traduzindo: “a lexicografia linguística nasce, pois, devido à necessidade de explicar o significado das palavras”.

edições são fontes seguras para as investigações sobre o léxico, por constituírem-se como textos cientificamente tratados, que além de fornecerem os dados linguísticos, são enriquecidos, muitas vezes, com informações contextuais e paratextuais, necessárias à investigação lexical no seu mais amplo sentido.

2 A OTIMIZAÇÃO DA PESQUISA COM O USO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS

Até meados do século XX, as pesquisas em torno da língua, geralmente, eram voltadas para o ensino, e o *corpus* era coletado, registrado em fichas e analisado manualmente. Uma tarefa muito difícil, lenta e de alto custo. Com o crescente desenvolvimento das tecnologias, várias ferramentas computacionais foram surgindo com o intuito de facilitar a construção de trabalhos lexicográficos (dicionários, vocabulários e glossários, especializados ou gerais).

Neste contexto, destaca-se um trabalho pioneiro para a lexicografia brasileira, a tese de doutoramento de Maria Tereza Camargo Biderman, intitulada *Análise Computacional de Fernando Pessoa (Ensaio de Estatística Léxica)*, defendida em 1969, na Universidade de São Paulo – USP. Nos primórdios das discussões, Biderman utilizou o computador na tabulação de dados léxicos, com vistas a uma análise estilística da obra poética de Fernando Pessoa. Dentro do mesmo domínio de conhecimento, em 1974, na USP, ela defendeu a tese de livre-docência *A Categoria do Gênero*, na qual manipulou dados léxicos dos dicionários de frequência das línguas românicas, confrontando os tipos de gênero que existem nas cinco línguas (português, espanhol, francês, italiano e romeno).

Com a popularização dos computadores pessoais, no início da década de 1980, aliado ao desenvolvimento da Linguística de Corpus, as pesquisas passaram a priorizar a descrição da língua e a análise de grande quantidade de dados tornou-se mais confiável. Além disso, possibilitou testar as hipóteses, confrontando a teoria com os dados empíricos da língua. De acordo com Berber Sardinha (2004):

A Linguística de Corpus ocupa-se da coleta e da exploração de corpora, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador (BERBER SARDINHA, 2004, p. 3).

A Linguística de Corpus está atrelada à Linguística Computacional que, por sua vez, é uma área da ciência Linguística voltada para o tratamento computacional da linguagem e das línguas naturais (OTHERO; MENUZZI, 2005, p. 25). Este campo do saber estabelece uma interseção entre os conhecimentos desenvolvidos pela engenharia da computação e as diferentes pesquisas tradicionalmente conhecidas em Linguística teórica e aplicada. Como resultado dessa parceria entre os linguistas e os engenheiros da computação, destaca-se a criação de *softwares* para o estudo de determinados fenômenos linguísticos e a sua ocorrência, a partir da constituição de grandes bancos de dados eletrônicos.

Para Biderman (1984), “o advento do computador constituiu uma verdadeira revolução dentro da ciência da informática e da lexicografia em particular” (BIDERMAN, 1984, p. 17). Na segunda edição do livro *Teoria linguística*, ela destaca que no domínio filológico e literário as técnicas computacionais também foram benéficas (BIDERMAN, 2001, p. 87). Contudo, “a Lexicografia e a Terminologia são indubitavelmente as áreas do conhecimento linguístico que mais se beneficiaram com as informações

propiciadas pelos *corpora* de língua escrita e falada e pelas ferramentas computacionais” (BIDERMAN, 2001, p. 92).

Os benefícios alcançados certamente são inúmeros. Além da velocidade na execução das atividades e da ampla capacidade de armazenamento de dados, as novas tecnologias permitem ao lexicógrafo coletar, selecionar, registrar, analisar, aperfeiçoar, recuperar os dados e gerar documentos publicáveis com baixo custo. Ressalta-se que essas vantagens não se limitam apenas na execução das etapas de elaboração de grandes dicionários, mas favorecem ao progresso das pesquisas linguísticas de diversas áreas, atrelando produtividade, com qualidade e acessibilidade.

Para a elaboração de um trabalho lexicográfico, o primeiro passo é delimitar o *corpus*. A respeito do conceito de *corpus*, Berber Sardinha (2004) analisa algumas definições e destaca a elaborada por Sanchez-Cantos, em 1996, segundo a qual *corpus* é:

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise (BERBER SARDINHA, 2004, p. 18).

O formato eletrônico do *corpus* permite que ele seja manipulado de forma mais rápida e enriquecido com informações extras. Além disso, pode ser reutilizado para outras pesquisas.

Berber Sardinha (2004, p. 19-20) assinala ainda quatro pré-requisitos para a formação de um *corpus* eletrônico: 1) a origem – o *corpus* deve ser composto de textos autênticos, em linguagem natural; 2) a autenticidade – escritos por falantes nativos; 3) o conteúdo – deve obedecer a critérios

estabelecidos pelo criador de modo que o *corpus* coletado corresponda às características desejadas; e 4) a representatividade – deve ter uma extensão representativa.

A partir desses critérios, delimitou-se como *corpus* para a construção do *Vocabulário de Eulálio Motta* (BARREIROS, L., 2017a) as publicações de textos em prosa, escritos em vida pelo autor ou publicados postumamente, sendo: 36 textos publicados na coluna *Rabiscos* do jornal *Mundo Novo* (1931 a 1932, Mundo Novo-BA); 17 textos publicados no jornal *O Lidador* (1933 a 1935, Jacobina-BA); 45 textos publicados no jornal *O Serrinhense* (1950 a 1951, Serrinha-BA); 24 textos publicados no jornal *Gazeta do Povo* (1960-1961, Feira de Santana-BA); 43 panfletos escritos de 1949 a 1983 (BARREIROS, P., 2015) e 50 causos que compõem *Bahia Humorística*, escritos de 1933 a 1934 (BARREIROS, L., 2016). Entende-se que essa seleção de 215 textos atende aos diversos suportes utilizados por Eulálio Motta para veiculação e divulgação de seus escritos, possibilitando inventariar o vocabulário usado pelo escritor baiano durante um período de mais de 50 anos (de 1931 a 1983). Trata-se de textos autênticos, selecionados criteriosamente, que perfazem um total de 85.857 *tokens* (número total de palavras do *corpus*) e 12.861 *types* (número de palavras do *corpus* contadas apenas uma vez), cumprindo assim o requisito de representatividade (Cf. Figura 1).

Após a etapa de seleção dos textos, passou-se à etapa de edição filológica, conferência e, em seguida, à compilação propriamente dita. Os textos foram salvos em arquivos separados em formato Word, PDF e TXT e nomeados (BARREIROS, L., 2017a). Esta nomeação seguiu um padrão para facilitar a recuperação posterior de cada texto. Para os jornais, usou-se a letra maiúscula J, seguida das iniciais referentes ao respectivo jornal, do número da edição consultada e do ano de publicação entre colchetes:

JMN180[1931] a JMN223[1932] para o jornal *Mundo Novo*; JL3[1933] a JL96[1935] para o jornal *O Lيدador*; JS1[1950] a JS49[1951] para o jornal *O Serrinhense*; e JGP64[1960] a JGP105[1961] para o jornal *Gazeta do Povo*. Para os panfletos, usou-se a abreviação P, seguida da numeração correspondente à ordem apresentada no livro (BARREIROS, P., 2015) e do ano de publicação: P1[1949] a P48[1983]. Já os causos, C1[1933] a C50[1933], foram identificados com a abreviação C, seguida da numeração de 1 a 50, conforme a sequência apresentada no livro (BARREIROS, L., 2016). Tomou-se como referência 1933, pois é o ano indicado na capa do caderno manuscrito.

Após análise e testes com alguns *softwares* que poderiam auxiliar na construção do *Vocabulário de Eulálio Motta*, foram escolhidos dois programas: o *AntConc*, para a análise do *corpus*, e o *Fieldworks Language Explorer (FLEX)*, para a edição e a organização dos verbetes, pois demonstraram eficiência, principalmente, em virtude da flexibilidade, visto que se adaptam às necessidades específicas de cada produção.

2.1 ANTCONC: SOFTWARE PARA ANÁLISE DE CORPUS

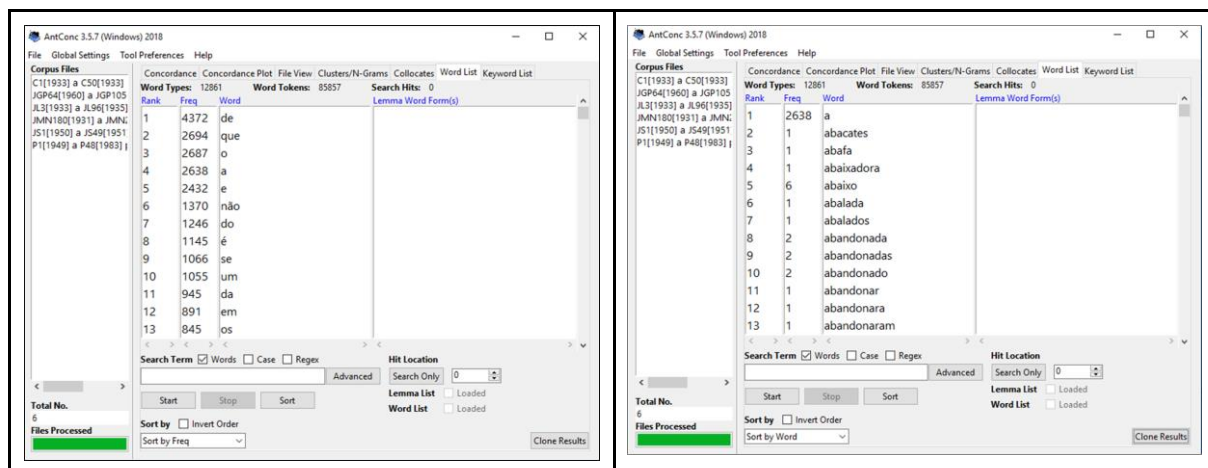
A interface do *AntConc*⁴ possibilita navegar por diferentes opções de análise, que permitem descobrir como uma palavra ocorre, o quanto ocorre, em que contextos e quais a acompanha, encontrar padrões e variáveis de uso na escrita e fazer levantamento terminológico (BARREIROS, L., 2017b). Sua praticidade de uso permite a extração de listas de palavras (*Word List*), listas de concordâncias (*Concordance*) e de

⁴ Cf. Anthony (2014). Download disponível em: <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Utilizou-se a versão 3.5.7 (Windows) de 2018 para a realização deste trabalho. Atualmente, já está disponível a versão 3.5.8 (Windows) de 2019.

palavras-chaves (*KeyWord*), além de gerar gráficos com os dados analisados (*Concordance Plot*). Estas ferramentas são de grande relevância para o linguista, em especial, para o lexicógrafo, pois fornece o conjunto das combinações e das colocações que a palavra pode ter em um determinado *corpus*. Biderman (1984) destaca que “[...] as concordâncias de texto são um manancial riquíssimo para documentar e ilustrar usos semânticos e gramaticais e atestar o que está ocorrendo de fato na língua, quando se trata de um trabalho sobre Lexicografia contemporânea (BIDERMAN, 1984, p. 22).”

Nesta perspectiva, o uso das ferramentas computacionais permite fazer uma avaliação prévia do *corpus* em análise, de forma rápida e econômica, obtendo grande quantidade de resultados em pouco tempo. O que possibilita ao pesquisador ter evidências para provar uma hipótese sobre determinado aspecto linguístico.

Para a elaboração do *Vocabulário de Eulálio Motta*, utilizou-se o *AntConc*, inicialmente, para extrair a *word list* em ordem alfabética e por frequência (Cf. Figura 1), sendo possível identificar quais palavras eram as mais frequentes e quais eram as com menor ocorrência no *corpus*. A lista gerada contém 12.861 tipos de palavras, que abarcam as classes abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e as classes fechadas (artigos, pronomes, numerais, conjunções etc.), registradas no *corpus* analisado.

Figura 1 – *Word List* em ordem de frequência e em ordem alfabética

The figure displays two side-by-side screenshots of the AntConc 3.5.7 software interface, showing the 'Word List' feature. Both screenshots show the same corpus files and search parameters, but with different sorting options selected.

Left Screenshot (Sorted by Frequency):

Rank	Freq	Word
1	4372	de
2	2694	que
3	2687	o
4	2638	a
5	2432	e
6	1370	não
7	1246	do
8	1145	é
9	1066	se
10	1055	um
11	945	da
12	891	em
13	845	os

Right Screenshot (Sorted by Word):

Rank	Freq	Word
1	2638	a
2	1	abacates
3	1	abafa
4	1	abaixadora
5	6	abaixo
6	1	abalada
7	1	abalados
8	2	abandonada
9	2	abandonadas
10	2	abandonado
11	1	abandonar
12	1	abandonara
13	1	abandonaram

Fonte: elaborado pela autora.

Para eleger as entradas dos verbetes, priorizou-se as lexias de uso comum com alto índice de frequência ou quando o uso ultrapassava o puramente referencial, enriquecido de uma conotação especial. Para além da *word list*, utilizou-se também a ferramenta principal *Concordance* do programa, pois ela mostra os resultados da pesquisa em um formato ‘KWIC’ (*KeyWord In Context*), o que permite ver como palavras e frases são comumente usadas em um *corpus*. Buscou-se no *corpus* de Eulálio Motta quantas vezes o escritor usou a forma <Liota> para assinar os seus textos como se demonstra na Figura 2.

Figura 2 – Resultado da busca por <Liota> na ferramenta *Concordance* do *AntConc*

Com a ferramenta *Concordance Plot*, identificaram-se 218 ocorrências, sendo 6 no

Fonte: elaborado pela autora.

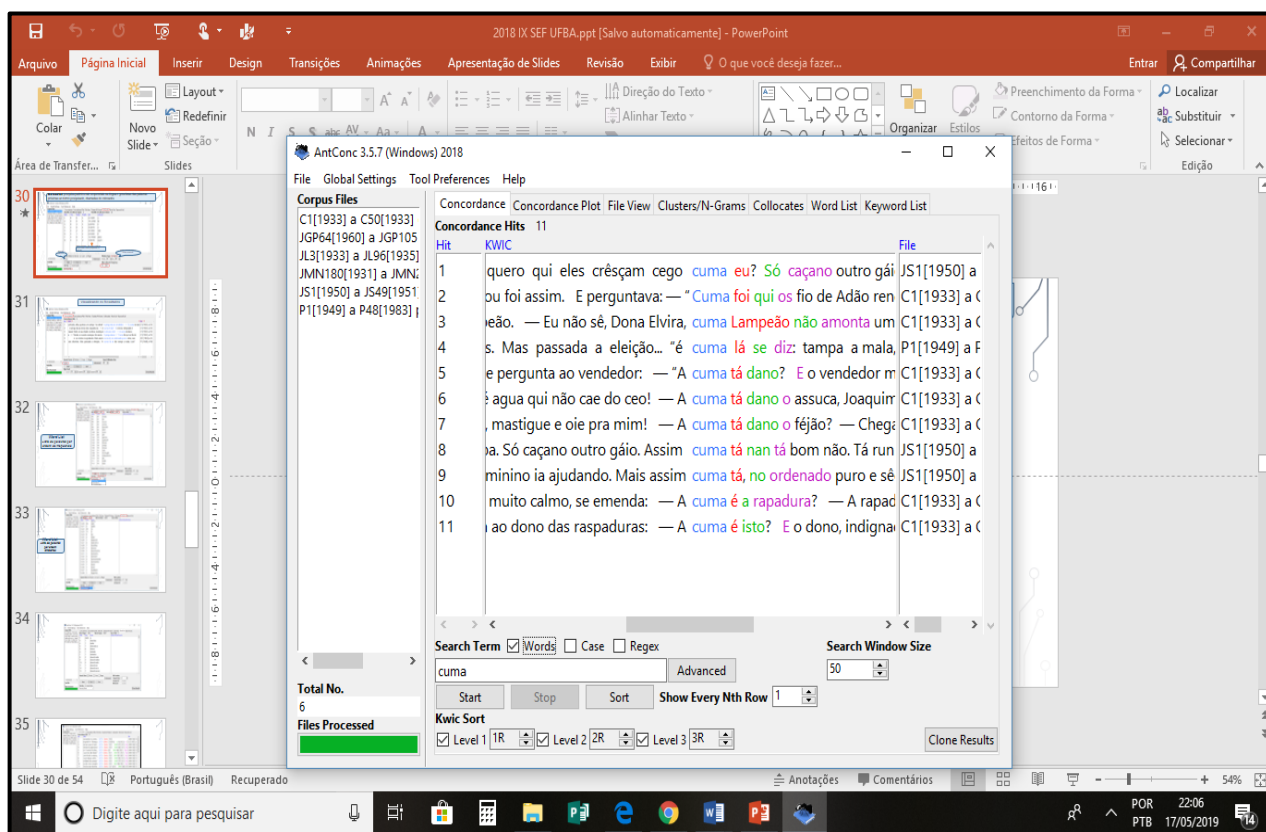
Com a ferramenta *Concordance* foi possível localizar entre os 215 textos, 39 ocorrências de <Liota>, nos respectivos contextos, com a indicação da data e do código de identificação do arquivo. Com os resultados, foi possível inferir que Eulálio Motta assinou como Liota no período de 1931, 1932 e 1933, apenas nos jornais *Mundo Novo* e *O Lيدador*. A ampliação total do contexto e o acesso ao texto completo podem ser feitos clicando sobre a palavra-chave desejada ou acionando o recurso *File View*. A função *File View* mostra o texto bruto de arquivos individuais. Isto permite investigar com mais detalhes os resultados gerados pelas

ferramentas *Concordance* e *Concordance Plot*, pois as diferentes ocorrências ficam sinalizadas. Neste caso, se uma palavra tiver sido especificada, os resultados serão destacados em todo o texto. Também é permitido alterar a busca e saltar pelas ocorrências sem precisar percorrer todo o arquivo.

Outra ferramenta utilizada foi a *Clusters/N-Grams* que permite fazer o levantamento de lexias compostas e complexas. Ela agrupa os resultados gerados na *Concordance* ou *Concordance Plot* com as palavras mais próximas à esquerda (*On Left* – busca padrão do programa) ou à direita do termo de pesquisa (*On Right*), de acordo com a opção assinalada. Pode-se selecionar o comprimento mínimo e máximo (número de palavras) em cada *cluster* e a frequência mínima de *clusters* exibidos, o que possibilita localizar expressões comuns em todo o *corpus*.

Nessa mesma perspectiva, a função *Collocates* também foi relevante. Ela permite investigar padrões não sequenciais na língua, gerando listas ordenadas das palavras próximas ao termo pesquisado, chamadas de colocados. Estes são ordenados pela frequência total, pela frequência à esquerda e à direita do termo de pesquisa e pelo início e final da palavra. Também apresentam uma média estatística, gerada automaticamente pelo programa, que mede o nível de relação entre o termo pesquisado e o colocado. Além disso, pode-se selecionar a extensão de palavras à esquerda e à direita do termo de pesquisa para localizar os colocados e a sua frequência mínima exibida. Nesta ferramenta, pesquisou-se pela variação <cuma> para ver as possíveis colocações que integra como base. Ao ativar a função *Concordance* visualizou-se o termo buscado nos respectivos contextos como base das colocações: “a cuma tá dano”, “a cuma é isto”, “cuma foi”, “cuma tá” e “cuma lá se diz” como se vê na Figura 3.

Figura 3 – Resultado da busca por <cuma> na ferramenta *Concordance* do *AntConc*



Fonte: elaborado pela autora.

Na coluna *File* (Cf. Figura 3), tem-se a identificação da localização no *corpus* das 11 ocorrências. Neste caso, as ocorrências foram encontradas nos casos, nos panfletos e no jornal *O Serrinhense*. Esse tipo de busca foi relevante para identificar as unidades fraseológicas dentro do *corpus*.

O uso do *AntConc* mostrou-se eficiente porque dimensionou o volume de dados do *corpus* em análise, observando-se as ocorrências e as variações de uso da língua. Ele permitiu explorar o *corpus* em sua totalidade de maneira rápida e eficiente, o que seria muito difícil manualmente. Os resultados obtidos com as listas de palavras foram de extrema importância para o passo seguinte, gerar o *Vocabulário de Eulálio Motta*, pois subsidiaram a escolha das entradas que compuseram a microestrutura do vocabulário.

Para a estruturação do vocabulário, utilizou-se a ferramenta *Fieldworks Language Explorer (FLEX)*.

2.2 FIELDWORKS LANGUAGE EXPLORER (FLEX) E A ORGANIZAÇÃO DO CORPUS

Entre os *softwares* disponibilizados pela SIL, o *FLEX*⁵ destaca-se por ser um banco de dados que foi projetado para auxiliar os linguistas de campo a executar muitas tarefas relacionadas à documentação e à análise da língua em um único programa, como: coletar e registrar informações lexicais, fonológicas, morfossintáticas e antropocultural, interlinearizar textos, criar e publicar dicionários.

Diante das suas possibilidades, o *FLEX* tornou-se útil para a lexicografia, pois ele se adequa às especificidades de cada trabalho, permitindo ao lexicógrafo realizar um banco de dados mais completo com as opções de inserir textos, sons e imagens, exportar os dados em PDF e disponibilizá-los *online*. A título de exemplo, destacam-se alguns trabalhos realizados no Brasil, que utilizaram esse programa: *Estudo lexicográfico da língua terena: proposta de um dicionário bilíngue terena-português* (SILVA, 2013), *Dicionário bilíngue kaivá-português* (BARROS, E., 2014), *Vocabulário da construção civil: focalizando o universo terminológico da madeira* (OCAMPOS, 2016); *Vocabulário de Eulálio Motta* (BARREIROS, L., 2017a); e *Vocabulário Dialeto do Centro-Oeste: interfaces entre a Lexicografia e a Dialectologia* (COSTA, 2018).

O *FLEX* é livre para usar, modificar e redistribuir, de acordo com os termos da licença pública geral – *GNU Lesser General Public License*⁶. Ele

⁵ Download disponível em: <http://software.sil.org/fieldworks/download/>. Atualmente, já está acessível a versão FieldWorks 8.3.12, atualizada em 13 de março de 2018.

⁶ Disponível em: <http://www.gnu.org/licenses/lgpl-2.1.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

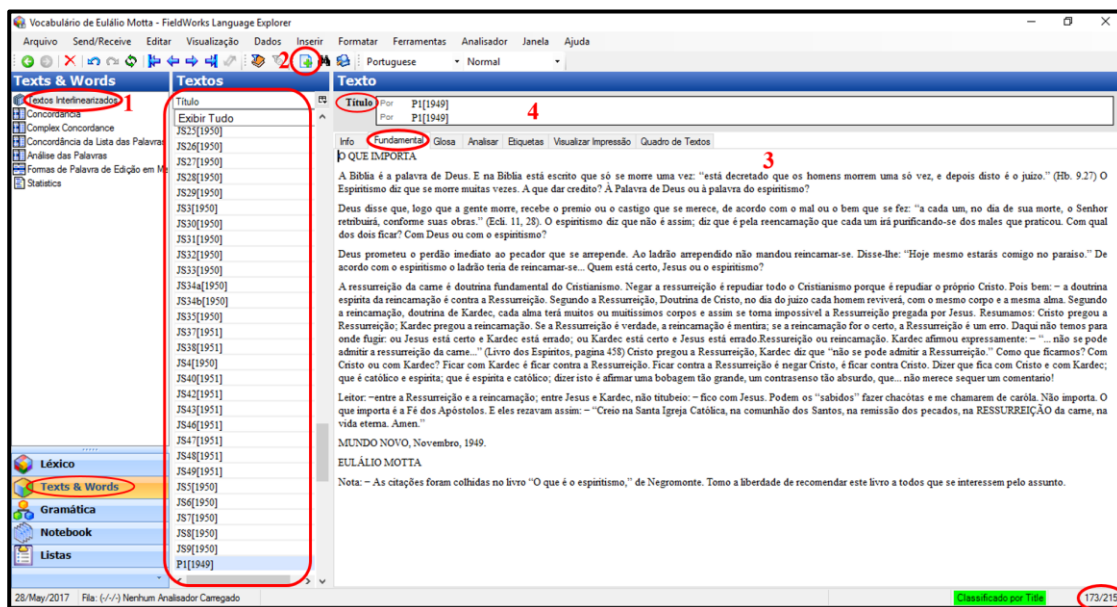
está sendo constantemente aprimorado. O *FLEX* permite que os usuários, com acesso ao mesmo projeto, colaborem com pesquisadores localizados em qualquer lugar, por meio de um processo de sincronização dos dados. Logo, várias pessoas podem participar do mesmo projeto, otimizando o tempo e aumentando a produtividade.

Para a realização do *Vocabulário de Eulálio Motta* adotou-se a versão *FieldWorks 8.3.7 RC2*, atualizada em 6 de abril de 2017. Após o *download* do *FLEX*, o primeiro passo é a criação de um novo projeto na plataforma. Depois da criação do projeto e a definição do sistema de escrita em português, o *FLEX* remete o usuário para a tela inicial. Além da barra do menu principal, que navega pelas funções mais gerais do *FLEX*, como abrir ou restaurar um projeto, a janela do programa é dividida em três painéis principais. À esquerda, o painel de navegação, apresenta uma lista, no canto inferior, com as cinco áreas de trabalho – *Léxico*, *Texts & Words*, *Gramática*, *Notebook* e *Listas*⁷. Cada uma tem as suas opções específicas, elencadas no canto superior. No centro, o painel central, e à direita, o painel de detalhes, ambos exibem o campo de edição da ferramenta selecionada à esquerda.

Para iniciar a construção do *Vocabulário de Eulálio de Motta* na plataforma do *FLEX* (Cf. Figura 4) foi necessário inserir o *corpus* da pesquisa na área *Texts & Words*, na subseção *Textos Interlinearizados* (1), pelo atalho ou em *Inserir* no menu principal (2). Uma vez fixados na aba *Fundamental* (3), do terceiro painel, o *corpus* já está salvo. O título pode ser inserido na aba específica (4) ou em *Info*, onde se tem os campos para registrar todos os metadados do texto (fonte, gênero, comentários, participantes, localização e dados da coleta).

⁷ O *FLEX* é originalmente em língua inglesa, por isso, quando se define o sistema de escrita em português, nem todos os campos são traduzidos.

Figura 4 – Inserção do corpus da pesquisa na área *Texts & Words* do FLEx

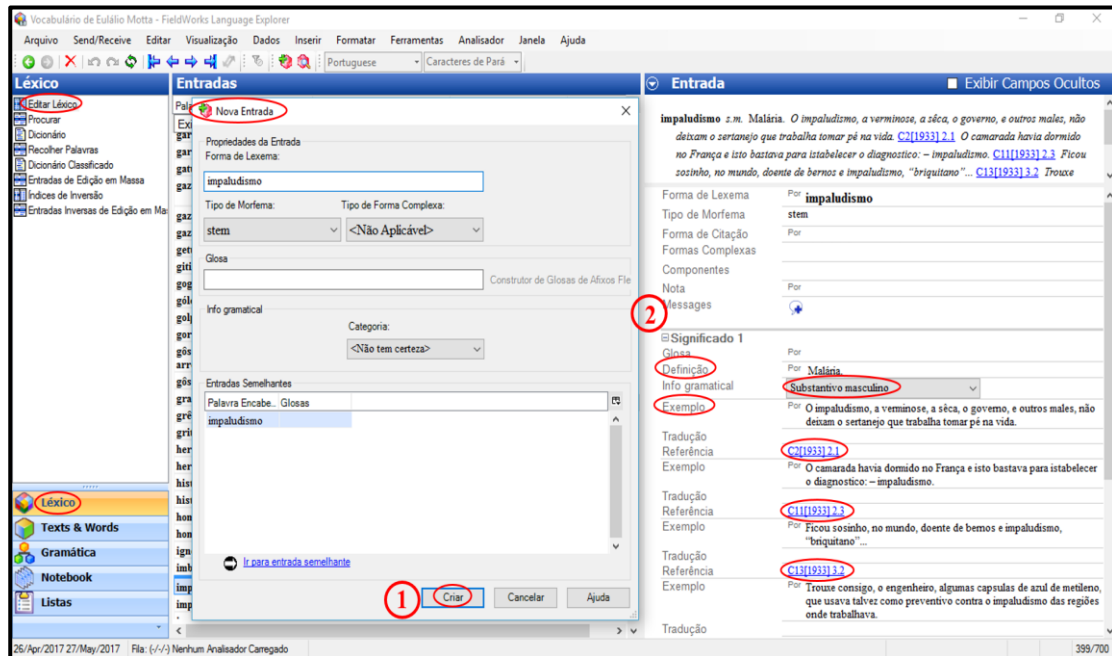


Fonte: elaborado pela autora.

A data de criação e de modificação dos dados são atualizadas automaticamente. Os metadados dos 215 textos selecionados foram editados individualmente. Ainda na área *Texts & Words*, é possível editar, extrair a concordância da lista de palavras dos textos conforme sua ocorrência, fazer diversos tipos de buscas e ter acesso à estatística geral.

Após a inserção do *corpus*, iniciou-se a criação das entradas lexicais, as quais foram escolhidas a partir de uma pré-seleção da *Word List* gerada pelo *AntConc*. O FLEx possibilita adicionar entradas de quatro maneiras diferentes. Para a organização do *Vocabulário de Eulálio Motta*, elegeram-se duas opções que mais se adequaram à proposta deste trabalho em compor um vocabulário de lexias simples, compostas e complexas (POTTIER, 1977). A primeira forma de registro das entradas adotada foi pela área de trabalho *Léxico* (Cf. Figura 5). *Editar léxico* é a principal ferramenta de edição do FLEx, pois permite registrar várias informações para cada entrada lexical.

Figura 5 – Adição de nova entrada na área *Léxico* do FLEx

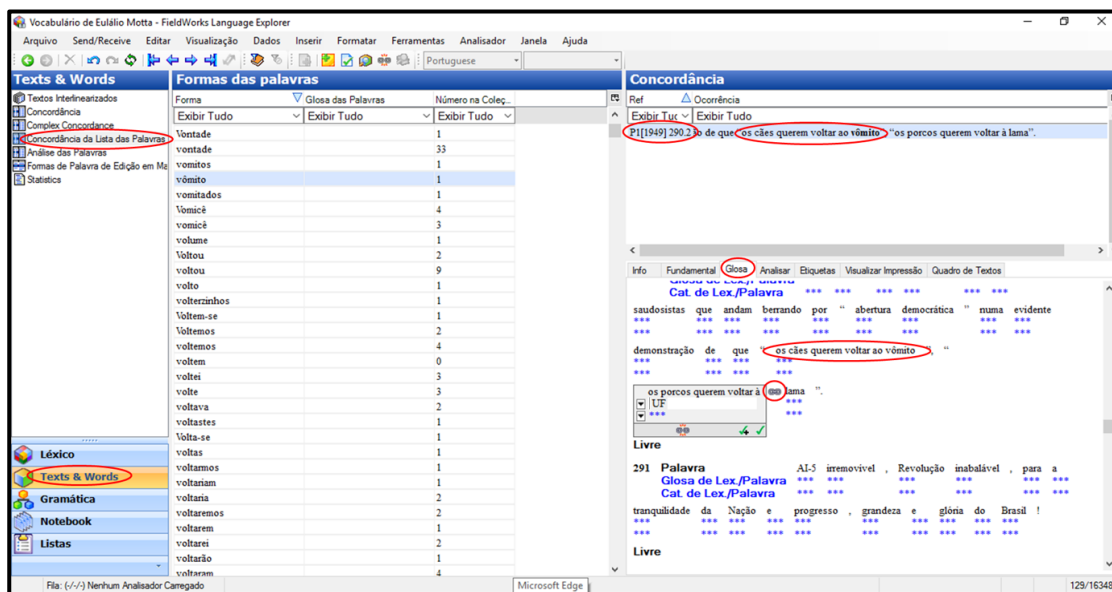


Fonte: elaborado pela autora.

Após adicionar a nova entrada no painel central, o programa abre uma tela no painel de detalhes, onde é possível inserir a definição, a classificação gramatical, as variantes (quando houver), as abonações, além de som e imagem para ilustrar a entrada lexical. A busca pelos exemplos no *corpus* pode ser feita automaticamente, sendo a referência gerada a partir do código do arquivo pré-estabelecido na edição dos metadados. Tudo é feito com a aprovação do usuário, sendo possível fazer alterações.

A segunda forma adotada para acrescentar as entradas ao *Vocabulário de Eulálio Motta* foi pela aba *Glosa* em *Texts & Words* como se demonstra na Figura 6.

Figura 6 – Seleção e adição de nova entrada na área *Texts & Words* do FLEx



Fonte: elaborado pela autora.

Na aba *Texts & Words*, o *corpus* é fragmentado e numerado por sentença, abrindo uma caixa de diálogo que permite definir todos os itens lexicais, juntamente com a classificação gramatical, e adicioná-las como entrada. Além disso, é possível incluir mais de uma acepção para a mesma entrada ou criar entradas diferentes para as palavras homógrafas. No painel central, visualizam-se todas as formas de palavras encontradas no *corpus* com o respectivo número de ocorrências. Além da praticidade em poder escolher o lema diretamente do texto, essa aba dispõe de um link que permite unir as palavras. Esta função é imprescindível para elencar as entradas de lexias compostas e complexas.

Na área *Gramática*, ajustou-se, de acordo com as demandas do *corpus*, o modelo de classificação proposto pelo programa. Nesse sentido, diferenciaram-se substantivos masculinos (s.m.) de femininos (s.f.) e os verbos transitivos (v.t.) dos intransitivos (v.i.). Acrescentaram-se também advérbios (adv.), adjetivos (adj.) e unidades fraseológicas (UF). Em *Listas*,

traduziu-se a classificação dos tipos de variantes para que pudessem ser registradas no vocabulário.

Finalizada a edição das entradas do vocabulário, a visualização do trabalho fica disponível na área *Léxico*, na aba *Dicionário*. Em *Ferramentas*, no menu principal, o usuário pode configurar o que e como será exibido. O *FLEX* organiza o trabalho lexicográfico em formato PDF e possibilita a impressão. Basta acessar a opção *Imprimir* na aba *Arquivo*.

É possível, também, exportar o trabalho final para outros programas que fazem a edição em formato de dicionário e possibilitam disponibilizar *online*. Para o *Vocabulário de Eulálio Motta*, optou-se por exportá-lo para o programa *Pathway*⁸, que é integrado a interface da *SIL FieldWorks*. O *Patway* gera o arquivo editável e transfere para o *LibreOffice Writer*, onde é possível alterar a formatação do estilo de dicionário padrão.

O *Vocabulário de Eulálio Motta* é composto por 700 entradas, que foram classificadas em: substantivo feminino, substantivo masculino, verbo transitivo, verbo intransitivo, adjetivo, advérbio e unidade fraseológica (BARREIROS; TELLES, 2017), sendo 505 lexias simples, 61 lexias compostas e 134 lexias complexas (BARREIROS, L., 2017a). Com os resultados obtidos, comprovou-se que os substantivos (masculinos e femininos) foram os mais produtivos, por conta da sua função de nomear seres, objetos e sentimentos. O índice de frequência permitiu observar que as lexias relacionadas à política, principalmente aos princípios do integralismo – Deus, pátria e família – foram as que mais se destacaram no *corpus*, sendo utilizadas em quase todos os textos escritos a partir de 1933, principalmente nos panfletos e nos jornais *O Lidador* e *O Serrinhense*. No jornal *Gazeta do Povo*, as lexias mais frequentes foram ‘lei’ e ‘inconstitucionalidade’, também relacionadas à política, pois se tratava de

⁸ *Pathway* disponível em: <http://pathway.sil.org/>. Acesso em: 29 maio 2017.

um período de campanha eleitoral para presidente da República. Nos *causos* e no jornal *Mundo Novo*, o cotidiano se evidencia com destaque para as lexias ‘casa’, ‘dia’, ‘coronel’ e ‘livro’.

O *Vocabulário de Eulálio Motta* busca ser representativo de um universo de discurso (BARBOSA, 2001) de Eulálio Motta e visa como produto final “uma lista exaustiva das ocorrências que figuram num *corpus*” (DUBOIS et al., 1993 [1978], p. 613). Classifica-se, de acordo com os critérios de Haensch (1982), como um estudo de caráter linguístico, pois define palavras designativas (voltadas a referentes extralinguísticos), além de registrar a classe gramatical e o gênero das unidades lexicais lematizadas. Baseia-se no sistema linguístico individual de um autor, sendo todos os exemplos extraídos dos textos-fonte de estudo, que se configuram como abonações. É uma obra de constituição monolíngue por contemplar apenas unidades léxicas da língua portuguesa. Apresenta uma seleção lexical parcial e seletiva, pois registra uma parcela do léxico da língua, sincrônica e de caráter descritivo, que permite identificar as marcas de uso diafásica (pela riqueza da linguagem formal e informal utilizada), diastrática (por permitir o acesso a um vocabulário específico de uma comunidade linguística pouco documentada) e diatópica (por traduzir os valores e as crenças do povo sertanejo de uma determinada região). As entradas foram ordenadas semasiologicamente, em ordem alfabética, partindo dos significantes para os significados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho lexicográfico empreendido evidenciou as marcas linguísticas do escritor Eulálio Motta e de seu entorno sociocultural. A

seleção lexical empreendida por ele, na elaboração de seus textos, retrata a sua visão de mundo, a sua formação intelectual, ao mesmo tempo em que documenta a cultura e a história de um grupo social em uma determinada época. As unidades lexicais que compõem a macroestrutura do *Vocabulário de Eulálio Motta* remetem às histórias locais, expressões populares, crenças, festas populares, a questões políticas, sociais e religiosas, ao cotidiano do homem sertanejo do município de Mundo Novo e regiões circunvizinhas.

Portanto, este trabalho contribui para a preservação de costumes e valores culturais do homem sertanejo, expresso no seu uso da língua, e corrobora a importância de se preservar, através de textos literários, a cultura, a língua e a história local do povo sertanejo do Semiárido Baiano. A partir dos dados obtidos, vários aspectos podem ser explorados em futuras pesquisas, relacionadas à formação histórica da Língua Portuguesa e à variação linguística.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Laurence. AntConc (Versão 3.5.8) [Software de Computador]. Tóquio, Japão: Universidade de Waseda, 2019. Disponível em: <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972 [1943].

BARBOSA, Maria Aparecida. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria. (Org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001, p. 23-45.

- BARREIROS, Liliane L. S. **O vocabulário de Eulálio Motta**. 359f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017a.
- BARREIROS, Liliane L. S. O uso de ferramentas computacionais na elaboração do Vocabulário de Eulálio Motta: AntConc e FLEx. **A Cordas Letras**. Feira de Santana: UEFS, v. 18, n. 2, p. 216-241, maio-ago. 2017b.
- BARREIROS, Liliane L. S. **Bahia Humorística**: causos sertanejos de Eulálio Motta. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2016.
- BARREIROS, Liliane L. S.; TELLES, Célia M. As unidades fraseológicas no Vocabulário de Eulálio Motta. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 15, p. 17-36, 2017.
- BARREIROS, Patrício N. **O pasquineiro da roça**: a hiperedição dos panfletos de Eulálio Motta. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2015.
- BARROS, Eliane Berendina L. **Dicionário bilíngue kaiwá-português**. 242f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras, campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.
- BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. **Teoria lingüística**: teoria lexical e lingüística computacional. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. A ciência da Lexicografia. **Alfa Revista de Linguística**. São Paulo, n. 28 (supl.), p. 1-26, 1984.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. **Teoria lingüística**: lingüística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BIDERMAN, M. T. C. **A Categoria do Gênero** (nas línguas românicas). Tese (Livre-Docência). São Paulo: USP, 1974.
- BIDERMAN, M. T. C. **Análise Computacional de Fernando Pessoa** (Ensaio de Estatística Léxica). Tese (Doutorado em Filologia e Língua

Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1969.

COSTA, Daniela de Souza Silva. **Vocabulário Dialeto do Centro-Oeste: interfaces entre a Lexicografia e a Dialectologia**. 2018. 353 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2018.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. 9. ed. Tradução de Frederico Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1993 [1978].

HAENSCH, Günther. Tipología de las obras lexicográficas. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. p. 95-187.

OCAMPOS, Danieli Daiani F. **Vocabulário da construção civil: focalizando o universo terminológico da madeira**. 131f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2016.

OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de; ISQUERDO, Aparecida N. Apresentação. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de; ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: UFMS, 1998, v. 1, p. 7-9.

OTHERO, Gabriel de A.; MENUZZI, Sérgio de M. **Linguística computacional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2005.

POTTIER, Bernard. **Lingüística general: teoría y descripción**. Trad. Maria Victoria Catalina. Madrid: Gredos, 1977.

REY, Alain. **La lexicologie: lectures**. Paris: Klincksieck, 1970.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SIL. **Fieldworks Language Explorer**. (Versão 8.3.7 RC2) [Software de Computador]. Estados Unidos: Sociedade Internacional de Linguística. 2017. Disponível em: <http://software.sil.org/fieldworks/download/>. Acesso em: 6 abr. 2017.

SILVA, Denise. **Estudo lexicográfico da língua terena**: proposta de um dicionário bilíngue terena-português. 292f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013.

TELLES, Célia Marques. Léxico e edição semidiplomática. In: SELLA, Aparecida Feola; CORBARI, Clarice Cristina; BIDARRA, Jorge (org.). **Pesquisas sobre léxico**: reflexões teóricas e aplicação. Campinas (SP); Cascavel (PR): Pontes; EDUNIOESTE, 2012. p. 137-158.

TELLES, Célia Marques. A chamada lição conservadora na edição de textos. **Scripta philologica**. Feira de Santana-BA, n. 5, p. 253-266, 2009.

VILELA, Mário. **Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática**. Coimbra: Almedina, 1995.

WELKER, Herbert A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

PAPÉIS QUE NARRAM:

o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia conta a história da instituição

Lívia Borges Souza Magalhães¹

1 INTRODUÇÃO

Em geral, qualquer pessoa com uma boa dose de energia e dinheiro para viajar conseguirá ver muitos dos grandes quadros e monumentos arquitetônicos, e pode estar, hoje, diante da Grande Muralha da China ou do Nascimento de Vênus, de Botticelli. Mas tente — apenas tente — fazer com que retirem o Livro de Kells de seu estojo de vidro em Dublin para que você possa folheá-lo. Isso não vai acontecer. Atualmente, a maioria dos grandes manuscritos medievais quase nunca está em nenhum tipo de exibição pública, nem mesmo em vitrines protegidas da luz, e se estão, você verá uma única abertura de página dupla. São frágeis demais e preciosos demais. É mais fácil encontrar-se com o papa ou com o presidente dos Estados Unidos do que tocar no *Très Riches Heures*, do duque de Berry. A cada ano o acesso fica mais difícil (HAMEL, 2017, p. 7-8).

O difícil acesso que Hamel (2017) menciona não é só para manuscritos medievais, mas estende-se aos documentos de arquivo e

¹ Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: maglivia@gmail.com.

obras raras, visto que, eles são frágeis e precisam de condições ideais para manejo/acondicionamento para assegurar a preservação do material.

Essa dinâmica da preservação esbarra, diretamente, em uma lógica social implementada no mundo após a segunda guerra mundial: o desejo pela informação. Como fazer circular informações de instituições arquivísticas sem prejudicar os materiais que dela fazem parte? A solução para essa demanda pode ser por meio da tecnologia computacional e, neste artigo, cita-se um trabalho feito com o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia para suprir tal demanda: a criação de uma edição digital.

2 A INSTITUIÇÃO DE PRESERVAÇÃO: O MOSTEIRO DA BAHIA

Era 29 de março de 1549, quando aportou na Baía de Todos os Santos uma armada formada por três navios, duas caravelas e um bergantim. Nela estavam mil homens e, dentre eles, o comandante de tal armada, Thomé de Souza. Ele cumpria a ordem do regimento de Dom João III para “[...] enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exaltamento de nossa Santa Fé” (REGIMENTO..., 1548). Esse mesmo regimento o transformava em Governador-geral do Brasil e indicava a necessidade da construção de uma cidade-fortaleza, fazendo nascer a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos.

A cidade de Salvador de 1549 restringia-se a região onde, atualmente, está localizada a rua Chile. Ela era cercada por todos os lados e apresentava dois portões: o de Santa Luzia, ao norte, onde hoje é a Praça

Castro Alves; e, ao sul, o de Santa Catarina, no começo da atual rua da Misericórdia.

Devoto de Nossa Senhora da Conceição, o Governador logo mandou edificar, na praia, uma capela para veneração à santa e, posteriormente, os jesuítas que estavam presentes na armada ergueram mais uma capela dentro das cercanias da cidade, dessa vez, em honra de Nossa Senhora da Ajuda, firmando a força da fé Católica em solo brasileiro.

Pouco a pouco o sucesso do povoamento foi aparecendo e, no final do século XVI, a população de Salvador chegava a quase 10 mil pessoas, destacando a cidade como mais um possível polo de catequese cristã no Novo Mundo.

A ordem de São Bento foi a primeira a ser instituída na Igreja Católica, responsável pela defesa da fé cristã em relação aos povos da religião muçulmana, recém-criada por Maomé no século VI [...] Os beneditinos chegaram a administrar mais de 130 mosteiros em Portugal, cada um governado por um abade vitalício, porém, a partir do início do século XV, começou a decadência da disciplina monástica, com o aparecimento e ascensão dos abades comendatários perpétuos.[...] em 22 de julho de 1569, o Santo Padre Papa Pio V concedeu bulas, outorgando o título e a dignidade da Abadia de Tibães, como casa cabeça de uma nova congregação, reunindo todos os mosteiros beneditinos de Portugal e designando o Padre Frei Pedro de Chaves como abade geral por dez anos, o que determinou a abertura do primeiro Capítulo Geral em Portugal (SENNA, 2011, p. 107-108).

A segunda reunião do capítulo ocorreu cinco anos depois da primeira e teve como objetivo a estabelecer as reformas da ordem. Dentre os pontos expostos estava o desejo de retomar as ações missionárias dos beneditinos e, por isso, os monges colocaram-se à disposição do então rei, Dom Sebastião, para criar mosteiros em qualquer lugar que ele desejasse, o chamado *Exequatur*. E foi assim, cumprindo uma ordem, que eles enviaram o Frei Pedro de São Bento Ferraz para buscar as terras

necessárias para o novo mosteiro, sendo elas conseguidas em 10 de junho de 1581, possibilitando que em 7 de outubro do mesmo ano, na quarta reunião do capítulo, houvesse a deliberação de fundação do Mosteiro de São Bento da Bahia, “[...] originando assim a Congregação Luso-Brasileira” (SENNA, 2011, p. 108).

Nove monges foram escolhidos para construir o mosteiro do Novo Mundo. Ao chegar a Salvador, em 1582, eles fixaram-se na cercania da ermida de São Sebastião enquanto aguardavam o erguimento da abadia e, em 1584, passaram a habitar no primeiro monastério das Américas.

A vinda dos monges para o solo soteropolitano significou a transposição de tradições medievais para a Bahia, isso porque a vida monástica é regida pela Regra de São Bento, um documento cunhado no século VI que pode ser entendido como um manual da vida nos mosteiros, pois cuida de detalhes específicos como, por exemplo, o horário que os monges devem acordar, quando devem ser feitas as orações e, até mesmo, como se devem recepcionar os hóspedes nas abadias.

Dentre as práticas estabelecidas por São Bento, ele indica a obrigação dos monges de dedicarem algumas horas de sua vida para a leitura, pois “[a] ociosidade é inimiga da alma; por isso, em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual, e em outras horas com a leitura espiritual” (SÃO BENTO, 1980). Ora, se existe a obrigação de leitura é necessário material para leitura e um espaço específico para armazenar esse material. Assim nasce a ligação direta entre os mosteiros beneditinos e os *scriptoria* e as bibliotecas.

O Mosteiro de São Bento da Bahia, desde a sua fundação, foi agraciada com uma biblioteca que foi crescendo ao longo dos séculos. Seu acervo é formado por

[...] documentos manuscritos que datam desde o séc. XVI, entre eles se encontram: bulas papais, cartas de profissão dos monges, sermões, dietários com a história de todos os monges desde a fundação do Mosteiro, documentos relativos à vida privada do Mosteiro, documentos de Catarina Paraguaçu, cartas de alforria de escravos, documentos de compra e venda de escravos, documentação relativa às propriedades de toda a região metropolitana de Salvador, livros de pedidos de oração, entre diversos outros documentos, com os mais variados temas e estilos (ANDRADE; LOSE, 2007, p. 19).

Esses documentos são acondicionados em 3 setores (Cf. Figuras 1-3):

[...] Setor de Referência, onde ficam obras impressas do séc. XIX ao XXI, com boa parte dos títulos já catalogadas na base de dados informatizada e disponíveis para empréstimo e consulta [...] (ANDRADE, 2010, p. 57).

Figura 1 – Acervo geral da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia



Fonte: MAGALHÃES, 2016 (Fotografia pertencente ao Mosteiro de São Bento da Bahia).

[...] Setor de Obras Raras (no Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht), com obras impressas do séc. XVI ao XIX, às quais apenas pesquisadores previamente autorizados têm acesso [...] (ANDRADE, 2010, p. 57).

Figura 2 – Setor de obras raras da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia



Fonte: MAGALHÃES, 2016 (Fotografia pertencente ao Mosteiro de São Bento da Bahia).



[...] o Arquivo do Mosteiro, onde ficam todas as obras mais preciosas, por sua raridade e antiguidade, todos os textos manuscritos, e os documentos relativos à ordem monástica e a sua sede, também de acesso restrito a pesquisadores autorizados. Tal Arquivo, que até pouco tempo se encontrava em um espaço interno, em ambiente de clausura, agora está sendo deslocado para uma sala especial no interior da Biblioteca, onde foram instalados arquivos deslizantes confeccionados sob medida para este fim (ANDRADE, 2010, p. 57).

Figura 3 – Biblioteca do Arquivo histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fonte: MAGALHÃES, 2016 (Fotografia pertencente ao Mosteiro de São Bento da Bahia).

A história de existência do monastério de Salvador cruza-se com a história da própria cidade, uma vez que ela não tinha nem 100 anos quando ele foi erguido, tornando-se personagem ativo dos fatos ocorridos na “Cidade da Baía”, como, por exemplo, a invasão holandesa, ocorrida em 1624, quando o mosteiro foi transformado em um quartel pelos invasores; as determinações de Marquês de Pombal de extinguir a existência de ordens religiosas do Brasil, quando o monastério figurou como polo de resistência; ou ainda a resistência pela manutenção da basílica de São Sebastião quando o governador José Joaquim Seabra determinou a sua demolição para dar lugar à modernidade, construindo a Avenida Sete de Setembro.

Essa importância cultural, social e histórica é o que motiva qualquer trabalho de cunho memorialístico em relação ao Mosteiro de São Bento da Bahia, memória essa preservada também no acervo da instituição, e pode ser associada ao desejo de preservar e dar a conhecer. São esses, exatamente, os aspectos motivadores deste trabalho, cuja proposta principal foi construir uma edição capaz de colocar em diálogo os documentos do arquivo histórico da instituição que foram editados pelo grupo de pesquisa *Studia Philologica*, formado por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia. São eles:

- A edição da *Coleção de Livros do Tombo*, série de documentos considerados patrimônio da *Memória do Mundo*, pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), onde estão registradas

[...] informações que alcançam um período que vai dos séculos XVI ao XVIII. Os textos constituem-se de traslados do original, autenticados, de acordo com os termos de abertura e de encerramento, por tabelião, afirmando-se que, depois de copiados,

foram lidos e achados conforme os originais (ANDRADE, 2010, p. 18).

- A edição do *Livro de Aforamentos*

[...] um códice cujas páginas, escritas do ano de 1743 até 1874, guardam uma série de contratos de aforamentos de terras que haviam sido doadas ao Mosteiro de São Bento da Bahia, ou seja, trata-se de um documento notarial que remonta a configuração social, geográfica, histórica e linguística da Cidade de Salvador entre os séculos XVIII e XIX (MAGALHÃES, 2010, p. 9).

- A *Edição das Cartas de Profissão dos Monges*, um conjunto de documentos “[...] tidos como símbolo de total entrega à vida religiosa do iniciante à vida monástica e testemunhos do compromisso e da obediência que este prometeu a sua ordem e a sociedade em geral” (JESUS, 2014, p. 23), posto que registram o momento em que se inicia a vida monástica, funcionando, então, como certidão de nascimento dos monges para a vida religiosa.

- A edição do *Livro de Crônicas*, “[...] um manuscrito cunhado de 1914 até 1934 onde estão registradas, como o nome sinaliza, as crônicas do mosteiro baiano” (MAGALHÃES, 2013, p. 21).

Faz-se necessário sinalizar a escolha pela inclusão de um documento ainda não trabalhado pelo referido grupo, o *Diretório da Congregação*. Tal documento apresenta, de maneira objetiva, a biografia dos monges citados no *Livro de Crônicas*, trazendo, assim, dados consideravelmente relevantes para enriquecimento do trabalho proposto.

Reunidas as edições, outra questão apareceu: qual seria o ponto de união entre os documentos, visto que a ideia não era só colocá-los em um *site*, mas sim, fazer com que eles dialogassem entre si e, juntos, funcionassem como um registro memorialístico? A resposta veio de uma observação sobre o acervo em questão: todos os textos foram construídos

por meio do resgate da história de pessoas e lugares que, direta ou indiretamente, estão ligados à abadia baiana.

Barthes (1966, p. 8) afirma que: “[...] un abîme entre l’aléatoire le plus complexe et la combinatoire la plus simple, et nul ne peut combiner (produire) un récit, sans se référer à un système implicite d’unités et de règles”². Personagens e espaços são, evidentemente, partes desse “sistema implícito de unidades e regras” e, por isso, recorreu-se ao estudo sobre narrativas, encontrando um embasamento significativo na semiótica greimasiana, dedicada ao tema.

Greimas apresenta, nas suas análises, um conceito que se ajusta perfeitamente aos registros encontrados nos documentos beneditinos baianos, fala-se de actantes – “[...] os seres ou as coisas que, a título qualquer e de um modo qualquer, ainda a título de meros figurantes e de maneira mais passível possível, participam do processo” (TESNIÈRE, [19-] apud GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 12). Destaca-se o fato do termo *actante* abarcar animais, objetos e conceitos, permitindo que o próprio Mosteiro seja visto como um actante, uma vez que ele foi atuante no processo de construção social, cultural e histórica de Salvador e, por consequência, baiana, brasileira e mundial.

O conceito de actante substitui com vantagem, mormente na semiótica literária, o termo personagem, e também “dramatis persona” (V. Propp), visto que cobre não só seres humanos, mas também animais, objetos e conceitos. Além disso, o termo personagem é ambíguo pelo fato de corresponder, também em parte, ao conceito de ator (em que se pode realizar um sincretismo de actantes) definido como a figura e/ou lugar vazio onde se investem tanto as formas sintáticas como as formas semânticas (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 13).

² Tradução nossa: “[...] um abismo entre o aleatório mais complexo e a combinatória mais simples, ninguém pode combinar (produzir) uma narrativa sem se referir a um sistema implícito de unidades e de regras” (BARTHES, 1966, p. 8).

O processo é a narrativa, que Greimas e Courtés (1983) entendem como uma sucessão de ações, fazendo com que narratividade seja

[...] o princípio mesmo da organização de qualquer discurso narrativo (identificado, num primeiro momento, com o figurativo) e não-narrativo. Pois, das duas uma: ou o discurso é uma simples concatenação de frases e, assim, o sentido que veicula é devido somente a encadeamentos mais ou menos ocasionais, que ultrapassam a competência linguística (e, de modo mais geral, da semiótica); ou então constitui um todo de significação, um ato de linguagem com sentido que comporta sua própria organização, estando seu caráter mais ou menos abstrato ou figurativo ligado a investimentos semânticos cada vez mais fortes e articulações sintáticas cada vez mais finas (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 295).

Os autores indicam, no verbete *Figurativização*, que “[q]uando se tenta classificar o conjunto dos discursos em duas grandes classes, discursos figurativos e não-figurativos (ou abstratos), percebe-se que a quase totalidade dos textos ditos literários e históricos pertence à classe dos discursos figurativos [...]” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 185), sendo o termo figurativo usado para caracterizar dados que se relacionam entre si como, por exemplo, o tema *escola*, que pode ser demarcado por palavras como *aluno* ou *professor*. A denominação desses elementos que compõem os temas é um dos subcomponentes da figurativização, a chamada onomástica. Ela, por meio dos antropônimos, topônimos e cronônimos, é “capaz de conferir ao texto o grau desejável de reprodução do real, o componente onomástico permite uma ancoragem histórica que visa a construir um simulacro de um referente externo e a produzir o efeito de sentido realidade” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 316).

Dados que se relacionam em prol da construção de um simulacro do real, tal qual qualquer discurso histórico, são o produto que se almeja com esse trabalho, inserindo os dados históricos – e, com eles, os dados linguísticos – presentes nos textos da abadia baiana na era digital,

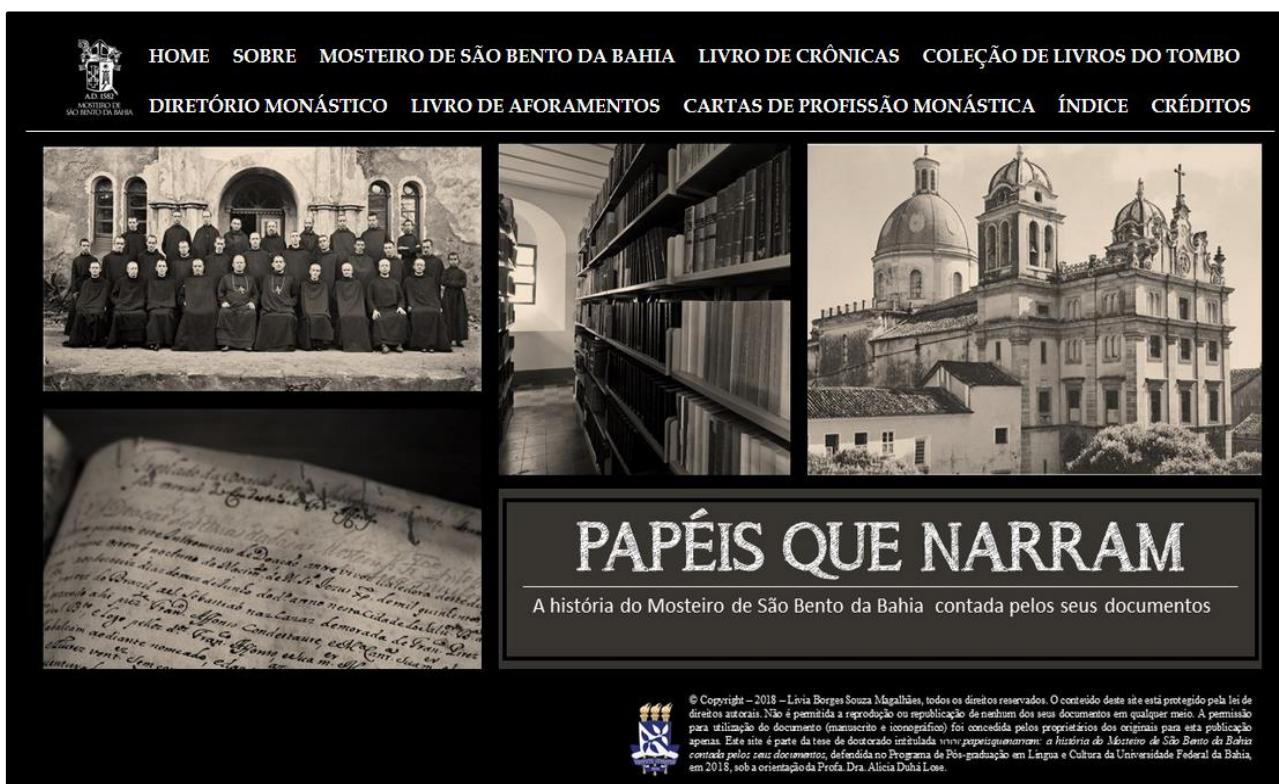
estabelecendo “uma relação nova, mais comprometida com os vestígios do passado e, possivelmente, mais crítica com respeito à interpretação do historiador” (CHARTIER, 2016, p. 61), bem como do linguista, do antropólogo, do sociólogo e de qualquer outra ciência que tenha interesse nesses registros.

3 O SITE: WWW.PAPEISQUENARRAM.COM.BR

A proposta de edição digital aqui apresentada foi hospedada em um servidor gratuito disponibilizado pelo site *WebHost*. O domínio escolhido foi *papeisquenarram* para destacar as histórias lavradas nos papéis dos documentos do acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia, uma vez que tudo aqui construído tem o objetivo de divulgar amplamente essas histórias.

Para a *home* selecionaram-se imagens que remetem aos aspectos elencados como nós entre as edições: os documentos, os monges e o próprio mosteiro (Cf. Figura 4). No topo da imagem aparece um *menu* com dez opções: Home, Sobre, Mosteiro de São Bento da Bahia, Livro de Crônicas, Coleção de Livros do Tombo, Diretório Monástico, Livro de Aforamentos, Cartas de Profissão Monástica, Índice e Créditos. Já na parte inferior inseriu-se o *Copyright*, uma tentativa de assegurar o respeito às leis de uso da propriedade autoral.

Figura 4 – *Home* do site papeisquenarram.com.br



Fonte: PAPÉIS..., 2018.

A página *Sobre* apresenta uma breve descrição do que é o *site*. Em o *Mosteiro de São Bento da Bahia* há dois vídeos de um documentário dirigido por Lauro Passos, em 1998, sobre a história abadia baiana. *Índice* é uma página composta por um índice para facilitar os leitores a identificarem os topônimos e antropônimos elencados para este trabalho, pontuando em que fólio eles estão em cada um dos documentos estudados. Na página *Créditos* existe a listagem dos responsáveis pelas transcrições dos documentos, além da indicação de autoria e orientadora da presente edição. Todas essas páginas apresentam, na parte superior, o mesmo *layout* da página *Home*, diferindo apenas nas imagens selecionadas para ilustrar as páginas, uma característica que permite aos usuários perceberem que todas essas páginas pertencem ao mesmo *site*.

As páginas *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia* (Cf. Figura 5), *Coleção de Livros do Tombo*, *o Diretório Monástico*, *o Livro de Aforamentos do Mosteiro de São Bento da Bahia* e *as Cartas de Profissão Monásticas* são as páginas introdutórias para a edição digital, posto que se optou pela inclusão de uma breve explicação sobre cada documento e de dois links: o primeiro direcionando para a descrição extrínseca e intrínseca do manuscrito selecionado e o outro para a edição digital.

Figura 5 – Página *Livro de Crônicas* do site papeisquenarram.com.br

HOME SOBRE MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA LIVRO DE CRÔNICAS COLEÇÃO DE LIVROS DO TOMBO
DIRETÓRIO MONÁSTICO LIVRO DE AFORAMENTOS CARTAS DE PROFISSÃO MONÁSTICA ÍNDICE CRÉDITOS

LIVRO DE CRÔNICAS

O Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia é um documento de cunho narrativo, escrito de 1914 até 1934 por Dom Bernardo Posch. O manuscrito é dividido em dia, mês e ano e termina sendo um excelente relato sobre o cotidiano da instituições monásticas baiana e de todo o entorno dela.

[Descrição do Livro de Crônicas](#) [Edição digital do Livro de Crônicas](#)

© Copyright - 2018 - Lívia Borges Souza Magalhães, todos os direitos reservados. O conteúdo deste site está protegido pela lei de direitos autorais. Não é permitida a reprodução ou republicação de nenhum dos seus documentos em qualquer meio. A permissão para utilização do documento (manuscrito e iconográfico) foi concedida pelos proprietários dos originais para esta publicação apenas. Este site é parte da tese de doutorado intitulada *Papeis que Narram: a história do Mosteiro de São Bento da Bahia contada pelos seus documentos*, defendida no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, em 2018, sob a orientação da Profa. Dra. Alicia Duhá Lose.

Fonte: PAPÉIS..., 2018.

Para a construção dessas páginas utilizou-se a estrutura de *Frames*, conhecida por permitir que arquivos *html* distintos dividam o espaço da janela do navegador, ocupando, por consequência, a mesma página. Os *Frames* podem ser em linhas ou colunas, sendo que, na edição ora apresentada, optou-se pelo uso de apenas duas linhas com o atributo

noresize, responsável por retirar do leitor a possibilidade de alterar os tamanhos dos espaços entre as linhas, tornando fixa a divisão da tela. Essa escolha foi feita para incluir uma parte permanente de identificação dos documentos, para que o leitor fique sempre ciente de qual foi a porta usada para adentrar na edição. Em outras palavras, por exemplo, se o leitor acessar a edição pelo *Livro de Crônicas* (Cf. Figura 6) e dali decidir clicar em um *link* para a edição do *Livro de Aforamentos*, ele manterá destacado qual o primeiro documento escolhido para iniciar a navegação.

Figura 6 – Página da edição digital do *Livro de Crônicas* do site papeisquenarram.com.br



Fonte: PAPÉIS..., 2018.

As características das páginas principais – o *menu*, o *background* preto e o brasão do mosteiro – foram repetidas em todas as páginas da edição, assegurando as características do site. Sobre os cinco documentos escolhidos para compor a edição, vale informar que eles foram editados

no programa *Microsoft Word*, pertencente ao pacote *Office* do *Windows*, em tabelas, com linhas numeradas de cinco em cinco. Salienta-se que não existe um padrão na organização das colunas da tabela, pois essa organização dependia das características da marginalia de cada manuscrito.

As tabelas em *Word* foram copiadas e coladas em um editor *html* para que fossem convertidas em tal formato. Selecionou-se, para a realização de tal atividade, o *NVU*, um *software* livre desenvolvido pela *Linspire*, em 2005. Tem-se plena consciência de que ele não é mais um editor recomendável para a construção de *sites* na atualidade pela falta de recursos refinados, contudo, para a necessidade do momento, que era somente a conversão, ele funcionou perfeitamente. Assim, finalizou-se essa etapa com nove arquivos *html*: *cronicas.html*, *aforamentos.html*, *diretorio.html*, *cartas.html*, *tombov.html*, *tombo1.html*, *tombo2.html*, *tombo3.html*, *tombo4.html*.

Fez-se, por meio do site <https://jquery.com/>, download da biblioteca de *JavaScript*, denominada *jQuery*. Ela foi criada por John Resig, em 2006 e é “[...] a fast, small, and feature-rich JavaScript library. It makes things like HTML document traversal and manipulation, event handling, animation, and Ajax much simpler with an easy-to-use API that works across a multitude of browsers” (JQUERY, 2018)³. Em outras palavras, é esse recurso que permite os movimentos presentes no *site*.

Criaram-se, então, mais dois arquivos que foram *linkados* à tabela em *html*: o arquivo *menu* e o *css*. O primeiro apresenta uma espécie de automação para formação dos *links* do texto, pois basta a inclusão das variantes a serem localizadas – neste caso, os topônimos e os antropônimos – a indicação dos documentos a serem *linkados* em cada

³ Tradução nossa: O *jQuery* é “uma biblioteca *JavaScript* rápida, pequena e rica em recursos. Ele torna as coisas como passagem e manipulação de documentos *HTML*, manipulação de eventos, animação e *Ajax* muito mais simples, com uma *API* fácil de usar que funciona em vários navegadores” (JQUERY, 2018).

variante e a sinalização do fólho que funcionará como *hiperlink*. Tal automação faz com que o *html* varra o documento com o manuscrito editado inteiro e, cada vez que encontre a variante, haja a inclusão de uma marca no texto que funciona como informativo ao leitor de que ali existe um *link* (Cf. Figura 7).

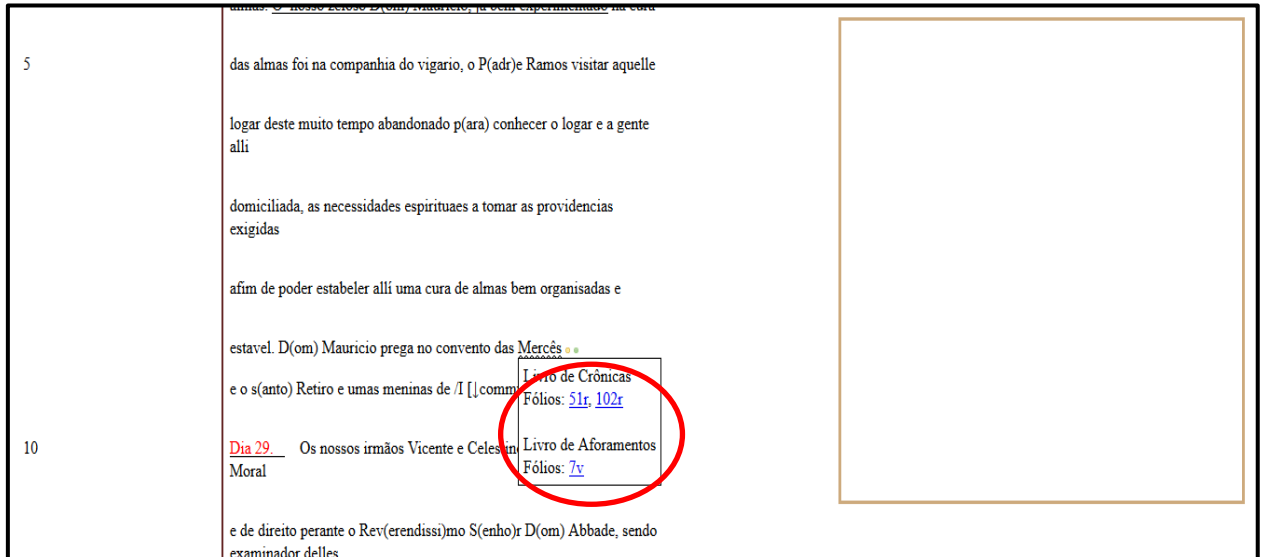
Figura 7 – Exemplo do *link* construído pela automação

5	<p>das almas foi na companhia do vigario, o P(adr)e Ramos visitar aquella</p> <p>logar deste muito tempo abandonado p(ara) conhecer o logar e a gente alli</p> <p>domiciliada, as necessidades espirituas a tomar as providencias exigidas</p> <p>afim de poder estabeler alli uma cura de almas bem organisadas e</p> <p>estavel. D(om) Mauricio prega no convento das <u>Mercês</u> e o s(anto) Retiro e umas meninas de I [[communhão] /</p>	
10	<p><u>Dia 29.</u> Os nossos irmãos Vicente e Celestino prestaram exame de Moral</p> <p>e de direito perante o Rev(erendissimo) S(enho)r D(om) Abbade, sendo examinador delles</p>	

Fonte: PAPÉIS..., 2018.

Ao passar o cursor do *mouse* sobre tal marca, o leitor tem acesso a um menu (Cf. Figura 8) em que ele pode visualizar os fólhos dos demais documentos em que existe a mesma informação.

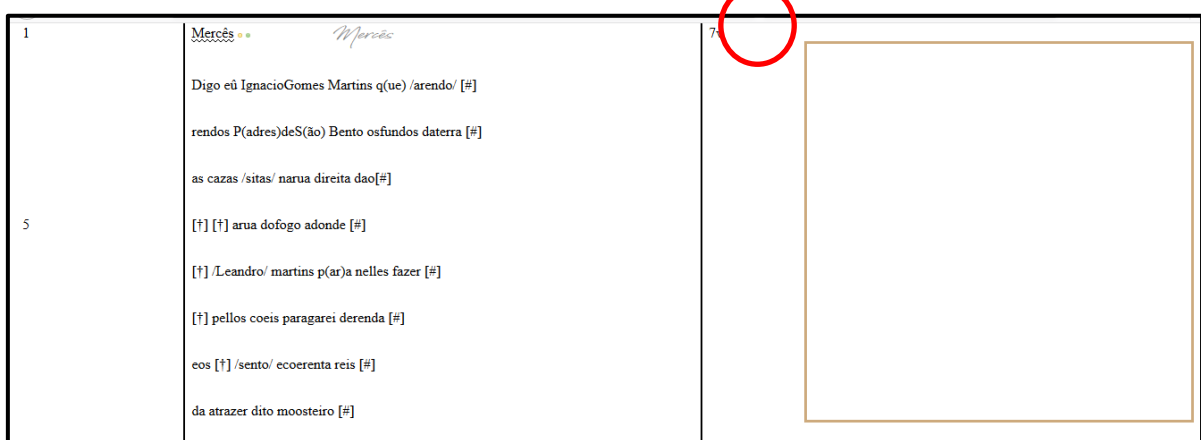
Figura 8 – Exemplo do *menu* construído pela automação



Fonte: PAPÉIS..., 2018.

O clique no *link* direciona o leitor exatamente para o fólío selecionado (Cf. Figura 9), graças ao atributo $\langle a = name \rangle$, que funciona como uma âncora que puxa o *link* para um ponto específico do texto, uma espécie de marcador dentro do texto *html*.

Figura 9 - Exemplo do *menu* construído pela automação



Fonte: PAPÉIS..., 2018.

Os topônimos e antropônimos selecionados são seguidos de duas pequenas bolinhas, uma verde e uma bege, conforme figura 9. A bolinha bege aciona um link oculto da mesma página, em que aparece uma imagem do convento das Mercês no quadro bege localizado na margem direita da página. Já a verde apresenta um *link* direcionando o leitor para uma página externa à edição que apresenta alguma informação extra sobre o termo. O termo exemplificado, Mercês, apresenta um encaminhamento para página <http://www.igrejas-bahia.com/salvador/merces.htm>, onde o leitor poderá encontrar a história do Convento das Mercês, fotos antigas do mesmo e outros *links* sobre referentes à instituição.

Vale citar que no caso específico da *Coleção de Livros do Tombo* foi necessário inserir um critério para preservar a real proposta deste trabalho, uma vez que, em tal documento, por vezes aparece indicação de palavras que poderiam ser topônimos, mas que, na realidade, estão na condição de antropônimo, como é o caso de Piedade, presente em nomes como Frey Angello da Piedade, (fólio 34v do *Livro I do Tombo*). Na incerteza da condição desses nomes, optou-se pela inclusão de colchetes duplos em todos os termos que deveriam ser *linkados* no texto, fazendo com que houvesse uma diferenciação para que a automação conseguisse identificar, com mais precisão, os elementos a serem linkados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CONVITE

Se a sociedade muda, conseqüentemente, as práticas sociais comuns a essa também vivenciam as alterações, como se pode observar, por exemplo, desde os hábitos mais primitivos como alimentar-se, afinal, tornou-se comum a troca de receitas culinárias nos espaços virtuais, possibilitando mescla de culturas alimentares e mudando a dinâmica da

produção dos antigos cadernos de receitas, mas não conduzindo a plena extinção de tal gênero textual. Pode-se citar, também, a cultura de valorização da imagem implementada, principalmente, pelas redes sociais: as pessoas postam e compartilham, constantemente, imagens de suas rotinas diárias, de seus hábitos alimentares, viagens, enfim... a vida **precisa** estar on-line e, sendo assim, convida-se o leitor a entrar nesse mundo virtual por meio do site www.papeisquenarram.com.br. Lá encontra-se, de fato, a edição aqui analisada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marla Oliveira. **Uma porta para o passado**: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia – 2009. 342 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2010.

_____; LOSE, Alícia Duhá. Pesquisas filológicas nos acervos da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia. **Scripta Philologica**. Salvador, n. 3, 2007. CD-ROM.

BARTHES Roland. **Introduction à l'analyse structurale des récits**. Communications, Paris, v. 8, n. 2, 1966. p. 1-27.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 2009.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTES, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.

GUIA geográfico cidade de Salvador. **Reconstituição de Salvador em 1600**. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo16/salvador-1600.htm>. Acesso em: 8 fev. 2016. 1 fotografia.

HAMEL, Christopher De. **Manuscritos notáveis**. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JESUS, Tamires Alice Nascimento de. **Cartas de profissão dos monges do Mosteiro de São Bento da Bahia**: “certidão de nascimento” de um ser renovado. 2014. 215f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.

JQUERY: write less, do more. Disponível em: <https://jquery.com/>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MAGALHÃES, Livia Borges Souza. **Fazendo filologia entre tags e dígitos binários**: uma proposta de edição do Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2013. 406f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, 2013. DVD.

_____. **Pequenas análises do Livro de Aforamentos do Mosteiro de São Bento da Bahia**. 2010. 85f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2010.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom__de_Souza_0.pdf. Acesso em: 15 ago. 2016.

SÃO BENTO. **A Regra de São Bento**. Tradução e notas de Dom João Evangelista Enout (OSB). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Christ, 1980. Edição Bilingue Latim-Português. Disponível em: <http://www.osb.org.br/regra.html>. Acesso em: 07 jul. 2012.

SENNÁ, Francisco. Os beneditinos na Bahia. *In*: PAIXÃO, Dom Gregório (org.). **O Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador: Versal Editores, 2011.

SÉTIMA PARTE

Filologia e ensino

“ENSINANDO A TRANSGREDIR”: a crítica filológica na sala de aula da educação básica

Rosinês de Jesus Duarte¹

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Ensinar é um ato teatral. E é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar os aspectos únicos de cada turma. Para abraçar o aspecto teatral do ensino, temos de interagir com a “platéia”, de pensar na questão da reciprocidade (HOOKS, 2013, p. 21-22).

A partir desse lugar de destaque, mas também de incertezas, desse palco-sala de aula inicio as reflexões que nortearão esse artigo. Como lembra hooks (2013), “ensinar é um ato teatral”, à medida que nos arriscamos junto com nossa “platéia” (alunos em sala), rumo à invenção, à mudança, promovendo aprendizados recíprocos, tanto para o ator-professor (proponente das ações inventivas) quanto para o aluno-plateia (também potenciais proponentes de ações inventivas, inovadoras). Ou seja, ensinar é um ato teatral sempre interativo e aberto ao improvisado, à

¹ Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidad Complutense de Madrid. Professora Adjunta do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: rosiart20@yahoo.com.br.

invenção. No entanto, a autora lembra que os professores não são atores no sentido tradicional, visto que nosso trabalho não é um espetáculo, mas deve ser um trabalho “que conclame a todos os presentes a se engajar cada vez mais” (HOOKS, 2013, p. 22). Nisso consiste *ensinar a transgredir*.

O presente artigo objetiva discutir sobre a pertinência dos estudos filológicos na sala de aula da educação básica, como instrumento teórico instigador de leitura de textos que, cotidianamente, não chegam ao contexto da sala de aula através dos livros didáticos. A partir da análise de livros didáticos, bem como das estratégias didáticas de professores da rede pública do 1º ano do ensino médio, pretendo propor percursos metodológicos, agenciados pela Filologia, tais como: estudo do processo de produção, transmissão e circulação de textos que não integram um cânone literário, tendo como foco principal a presença/ ausência de textos de escritoras negras na sala de aula da educação básica e o livro didático usado nesse contexto escolar.

Nessa perspectiva, o que se problematiza aqui é como a crítica filológica pode chegar até a sala de aula, porém, mais pertinente ainda que o percurso para adentrar a sala de aula é saber que crítica filológica é essa? Para responder a essa pergunta, não me furtarei de, antes, lançar um olhar, ainda que enviesado, sobre a tradição na prática filológica em relação ao tratamento do texto literário. Para orientar nossa reflexão, cito Cambraia (2005):

[c]onsiderando, porém, particularmente a literatura escrita, a contribuição da crítica textual está em assegurar que o crítico literário possa exercer sua função com base em um testemunho que efetivamente reproduz a forma do texto que o autor lhe deu, ou seja, sua forma genuína (CAMBRAIA, 2005, p. 21).

A partir dessa perspectiva, a Filologia estaria a serviço da Crítica literária por oferecer um texto “genuíno” para estudos futuros. No

entanto, trago aqui a crítica de João Dionísio (2007) a essa afirmação de Cambraia (2005):

[c]ompreendo que para estudantes que se iniciam na disciplina este relato possa ser mobilizador, mas creio que pode ser útil estimular a consciência de que qualquer restauro consiste numa operação interpretativa e de que as relações entre crítica literária e crítica textual cabem numa espécie de círculo hermenêutico, necessariamente interminável: o crítico literário não deve dispensar o contributo do crítico textual que não deve dispensar o contributo do crítico literário [...] (DIONÍSIO, 2007, p. 117).

Ou seja, nossa relação com as outras críticas deve ser baseada na ideia de complementariedade, nunca subserviência. A noção de crítica filológica esteve ligada por muitos anos à atividade da Crítica Textual: edição de textos. Sendo assim, fazer crítica filológica significava editar texto e, para tanto, utilizava-se a ideia de ‘higienizar’ o texto de desvios, de marcas de outros agentes sociais que não o autor, de modo a oferecer um texto que fosse próximo da última vontade do autor, tal tarefa orientou durante muito tempo a prática filológica. De acordo com o verbete de Carlos Ceia (2007), crítica filológica é um “tipo de crítica literária ligado aos estudos linguísticos, analisando em particular os aspectos formais dos registros escritos”. Dessa forma, ele aproxima a crítica filológica à epigrafia e à paleografia, por se ocupar da análise formal de fontes escritas e da crítica textual à medida que se ocupa “da fixação correta de um texto literário”. É válido salientar que nem todo texto era “digno” do trabalho do filólogo, sendo assim, a prática filológica ao escolher as “grandes obras” como *corpus* de seu trabalho, validou por muito tempo a noção de um cânone e, principalmente, de um registro escrito.

Essa concepção mais tradicional da crítica filológica é revisitada por um grupo de jovens filólogos, formados na Universidade Federal da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia. Eles resolveram “quebrar” o brinquedo para a brincadeira ficar mais divertida, fazendo alusão ao

poema Ludismo de Orides Fontela que eles usam como epígrafe do livro *Edição de texto e crítica filológica*, publicado em 2012. Sendo assim, nessa brincadeira de quebrar brinquedos, de brincar com outros cacos, que adoto a concepção de crítica filológica que “precisa ser compreendida como uma atitude crítica, de leitura concebida aqui como um espaço de produção histórica, lingüística, sócio-cultural e política” (BORGES, 2012, p.47). Dessa forma, nos distanciamos desse fundacionalismo crítico problematizado por Culler (1990), que estava baseado na noção de filologia como um tipo de conhecimento prévio fundamental, que é a precondição para qualquer outra crítica literária ou trabalho histórico e interpretativo (CULLER, 1990).

Elaborar uma crítica filológica, então, é ativar uma leitura ampla de todos os processos (históricos, sociais, criativos) de um dado texto, no intuito de trazer à baila outras possibilidades de leitura que, ao longo da história do texto, possam ter sido silenciadas por uma agenda de leitura hegemonicamente constituída. Possibilitando, assim, a emergência de outros enunciados, rasurando cânones literários, a partir da veiculação de vozes que foram silenciadas pelos mecanismos político-sociais que agenciam a transmissão e a circulação de alguns textos em detrimento de outros. Nesse contexto, alio-me a perspectiva de Said (2007), no sentido de promover uma crítica democrática, através de leituras não silenciadoras. Promovendo, assim, o que Said (2007) chama de movimento de resistência no humanismo: a recepção, a leitura e a crítica; uma vez que “a crítica é sempre inquietantemente reveladora, em busca de liberdade, esclarecimento, mais ação, e com certeza não seus opostos” (SAID, 2007, p. 97).

Essa Filologia como prática humanista, comprometida com destituição de discursos hegemônicos, é problematizada por Warren

(2003) quando ela estabelece semelhanças entre a “Pós-filologia”, a pós-modernidade e o pós-colonialismo e afirma que esses três lugares teóricos compartilham engajamentos com a história, e com métodos para confrontar a relação entre universais e particulares e, ainda, articulam discursos que podem proporcionar desafios à hegemonia. Para isso, no entanto, Warren (2003) diz que cabe à Filologia engajar-se nos “pós” que moldam os debates contemporâneos, de forma a agenciar novos percursos interpretativos de textos canônicos (através de uma leitura revisitada) e não canônicos (a partir do compromisso democrático e contra-hegemônico do não silenciamento), interseccionando perspectivas históricas, culturais, materiais e linguísticas.

Desse modo, a pós-filologia pode identificar com precisão histórica as dinâmicas de opressão e resistência que atravessam a linguagem e o sistema de textos. Então, é desse lugar da Filologia, comungando o convite de bell hooks (2013) a ensinar de forma a libertar e transformar indivíduos a partir da práxis em sala de aula, que pretendo ler o que trazem os livros didáticos, para daí então, propor, testar caminhos para levar a Filologia à aula de português da educação básica. Uma vez posto em tela o que se entende por crítica filológica, utilizo como conclamação a proposta de hooks (2013) de “ensinar a transgredir”, de modo a agenciar leituras na sala de aula da educação básica que promovam uma crítica democrática de enunciados de sujeitos que foram historicamente silenciados pelo mercado editorial e pelos mecanismos de seleção de textos em livros didáticos: as escritoras negras.

2 SOBRE O LIVRO DIDÁTICO E A VEICULAÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS: UMA IMPRESSÃO

Então é desse lugar da filologia, comungando o convite de bell hooks (2013) a ensinar de forma a libertar e transformar indivíduos a partir da práxis em sala de aula que pretendo ler o que trazem os livros didáticos, para daí então, propor, testar caminhos para levar a Filologia à aula de português da educação básica.

Meu primeiro passo para a realização desse trabalho foi conversar com professores de português da rede pública de educação. Então, no dia 22 de agosto de 2018, participei de um encontro com professores de português da Escola Estadual de Monte Gordo. Inicialmente, o encontro seria apenas para professores de português, mas professoras de biologia, matemática e geografia ficaram curiosas para ver qual a abordagem do encontro e, para nossa alegria, resolveram ficar. A ideia era ter uma “conversa sobre leitura no contexto da sala de aula”. Para quebrar um pouco aquele momento inicial de estranhamento e desconfiança, originado pelo fato de ser uma professora da Universidade que vai participar de um AC da escola, comecei levando um baú cheio de livros e pedi que escolhessem e falassem de suas memórias de leitura. Todos falaram de suas memórias de infância.

Nesse momento, em que os professores se colocaram na condição de alunos, naquele encontro, lembro da reflexão de bell hooks (2013): “a pedagogia engajada necessariamente valoriza a expressão do aluno”. Valorizando essa expressão, eu, como aprendiz, também acessei as minhas memórias de leitura, pois, como lembra hooks (2013, p. 35) “não quero que os alunos corram nenhum risco que eu mesma não vou correr, não quero que partilhem nada que eu mesma não partilharia”. Neste ato de

acessar as memórias de leitura da infância, uma das professoras relata que, morava na roça e, apesar de gostar de ler desde menina, não tinha muito acesso a livros de literatura na infância e que o livro didático era o meio pelo qual ela acessava a literatura. O livro didático aparece na fala de outro professor que disse ter tido acesso a vários livros, pois sua mãe era professora de português e que conheceu vários clássicos da literatura tanto brasileira quanto estrangeira a partir do livro didático que a mãe guardava em casa. É possível observar, portanto, que o livro didático é um importante suporte de transmissão do texto literário, que pode contribuir também para a formação de público leitor. No entanto, a questão que coloco aqui é sob o fechamento (ou restrição de espaço) desse meio de transmissão de textos literários para enunciados dissidentes, que estão fora do que é considerado cânone.

No caso do livro didático analisado no encontro com os professores, o *Se liga na língua*, de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi (2016), o texto literário clássico é trazido sempre ao lado de um texto mais atual, com uma mescla de gêneros, por exemplo: um trecho do romance dialoga com uma canção, com um poema etc.. Os autores explicam que o objetivo foi relacionar “textos da tradição com produções atuais para que o aluno entenda os diversos contextos dos movimentos literários” (ORMUNDO, 2018, informação verbal).

Esse livro é dividido em 3 partes: literatura, produção de texto e linguagem. Por questões metodológicas, analiso somente a parte que diz respeito à literatura para ter uma noção de como é introduzido o texto literário em sala de aula, sem desconsiderar, no entanto, que a utilização do texto literário no livro didático se dá nas outras partes também, como mote para discussão a respeito da língua e como texto motivador para

discussão e produção de texto. A estrutura adotada pelos autores do livro é a seguinte:

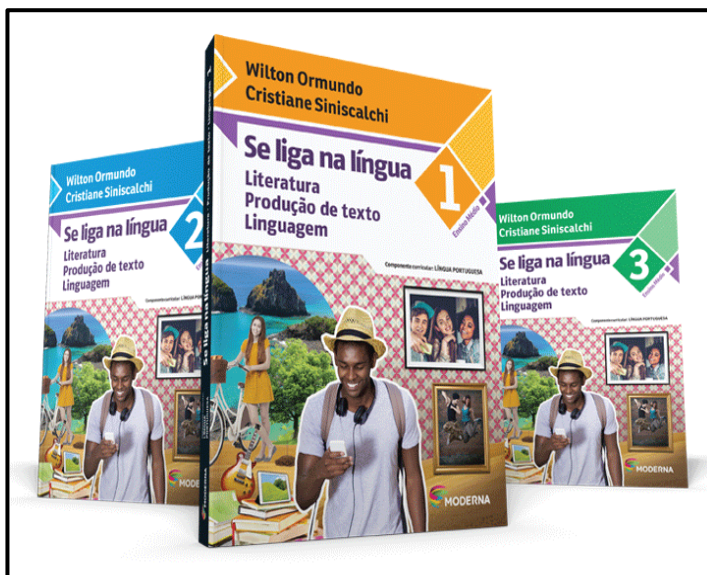
1. uma discussão inicial, de forma superficial sobre a utilidade da literatura, com um texto que fala sobre a presença da arte no nosso cotidiano a partir de diversas expressões artísticas, trazendo uma noção de Antonio Candido de que a função da literatura é “organizar em palavras nosso caótico mundo interior”;

2. logo depois disso traz o texto literário em forma de um poema de José Paulo Paes, para falar da memória, num tópico intitulado: “conversa com a tradição”. Antes, porém, traz uma obra do artista plástico Apolo Torres, como mote para falar do poder que arte tem de recriar a realidade;

3. a partir daí, introduz a noção de movimentos literários (é como estão divididos os demais textos que integrarão o livro, a partir dos movimentos literários, começando do classicismo). Para ilustrar a ideia de movimentos literários e de contexto histórico como sendo um testemunho do texto, e, ainda, de historiografia literária, apresenta um fragmento de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, em que descreve um sarau com todas as suas nuances (música, dança, jogos, poemas) e logo depois um fragmento de um poema de Waly Salomão, *Pista de dança*. O livro traz uma série de oito perguntas sobre os textos, inclusive relacionando-os para falar da noção de contexto literário e logo após um texto explicativo que irá introduzir a noção de historiografia literária, pois é a partir desse lugar que irão trazer os movimentos literários de forma linear do Classicismo (os primórdios da literatura em nossa língua até o arcadismo), escolas literárias que integram o currículo do primeiro ano do ensino médio, no programa de Língua Portuguesa.

Constato, com essa primeira avaliação do referido livro didático que não há nenhum escritor negro entre os textos selecionados. Essa ausência se dá tanto entre os textos da tradição canônica (como já era esperado, considerando as constantes pilhagens epistêmicas² as quais foram submetidos os escritores negros na história da literatura brasileira), quanto nos textos mais contemporâneos aos alunos. Essa ausência de escritores negros dentro do livro, no entanto, ao ser lida a partir dos estudos filológicos, leva-me a ampliar o olhar para linguagem não verbal do livro didático em questão e avançar para uma leitura semiótica da perigrafia do livro, especificamente, da capa. Tencionando, assim, uma leitura compartilhada com meus leitores, apresento, abaixo, a capa do referido livro:

Figura 1 – Capas dos três volumes do livro didático *Se liga na Língua*



Fonte: <https://pnld2018.moderna.com.br>

² Pilhagens epistemológicas “consiste na subtração ou apropriação de elementos constitutivos dos saberes subalternos (...) sem qualquer agenciamento e muitas vezes mesmo referência dos sujeitos dessas gnoses” [indígenas, africanas, negro-brasileira] (FREITAS, 2016, p.39). Ou seja, ele considera pilhagem porque se tira do outro aquilo que se reconhece como valioso para incorporar em sua produção, uma projeção individual a partir ou de um grupo diferente daquele que gestou o saber (FREITAS, 2016).

Na capa, em destaque, está um rapaz negro, sorridente, munido de fone de ouvido e de um celular, no jargão tecnológico um gadget, hoje, certamente, o principal meio de acesso ao suporte digital que viabiliza a leitura entre os jovens. O jovem negro em sala de aula, portanto, vê-se representado na capa, mas ao ler os textos literários veiculados no seu livro, depara-se com enunciados de homens brancos, em sua maioria.

A constatação da ausência de escritores negros no livro didático é pautada por Conceição Evaristo que afirma:

[a] literatura brasileira é repleta de escritores afro-brasileiros que, no entanto, por vários motivos, permanecem desconhecidos, inclusive nos compêndios escolares. Muitos pesquisadores e críticos literários negam ou ignoram a existência de uma literatura afro-brasileira (EVARISTO, 2009, p. 27).

Dito isto, é na tentativa de diminuir esses constantes silenciamentos perversos que proponho, junto com xs professorxs da educação básica, buscar na Filologia caminhos metodológicos para viabilizar outros enunciados na sala de aula. A estratégia é uma aliança entre os estudos filológicos e a práxis no contexto da sala de aula, reduzindo, assim, o abismo entre esses lugares de enunciação. Desse modo, caminharemos na contramão do que denuncia hooks (2013) quando fala do uso que se faz da teoria na academia: “[u]sam-na para criar hierarquias de pensamento desnecessários e concorrentes que endossam as políticas de dominação na medida em que designam certas obras como inferiores ou superiores, mais dignas de atenção ou menos (HOOKS, 2013, p. 89)”. E veementemente, continua:

[é] evidente que um dos muitos usos da teoria no ambiente acadêmico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais onde as únicas obras consideradas realmente teóricas são as altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras (HOOKS, 2013, p. 89).

Sendo assim, a proposta é, na linha do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010), sensocomunizar o conhecimento filológico, de modo a viabilizar uma ética de leitura para o exercício da crítica democrática, tal como nos convida Edward Said (2007). Esse exercício começa na leitura, posto que esta é um “ato indispensável, gesto inicial sem o qual qualquer filologia é simplesmente impossível” (SAID, 2007, p. 83). Essa leitura, no entanto, deve ser ativa, minuciosa e, acima de tudo, não excludente, não silenciadora. Pautada nessa premissa de uma leitura não silenciadora, apresento, na próxima seção, algumas propostas de leitura de texto para sala de aula da educação básica.

Talvez assim, na linha do que nos incita bell hooks (2013), possamos dirigir a teorização para um fim “curativo”, de modo a oferecer métodos de edição e estudo de produção, transmissão e circulação de outros enunciados, potencializando discursos que por muito tempo ficaram de fora do ambiente escolar, que por muito foram taxados de não literatura. Nesse contexto, seguiremos a proposta de bell hooks (2007), de ensinar a transgredir, ressaltando que não se faz isso, aceitando o silenciamento de vozes subalternizadas: negrxs e mulheres, por exemplo.

3 A FILOLOGIA VAI À ESCOLA: PROPOSTAS DE TEXTOS PARA TRANSGRESSÃO LITERÁRIA NA SALA DE AULA

Ensinar é o quinto e último poder da Filologia, de acordo com Gumbrecht (2007). Esse último poder/tarefa dessa disciplina tão antiga, presente na conservação, resgate e edição de textos desde o século III a. c, é uma tarefa que sedimenta o trabalho do filólogo, visto que, para cumprir as três tarefas básicas da filologia: identificar fragmentos, editar

textos e escrever comentários históricos, é exigido do filólogo a capacidade de pensar historicamente³, sendo que a articulação dessa habilidade histórica supõe a intenção de fazer uso dos textos culturais do passado dentro do contexto institucional do ensino. Nessa perspectiva, o ato de ensinar é parte do desejo de presença do filólogo, que pode trazer à cena enunciados do pretérito longínquo ou próximo, para pôr em prática os ofícios dos estudos filológicos.

Impulsionada pelo desejo de presença do filólogo na educação básica, tomo os enunciados de mulheres negras baianas que produziram literatura em Salvador a partir da década de oitenta, no intuito de ensaiar maneiras de ler para introduzir esses textos nas aulas de português. Considerando a brevidade deste artigo, selecionei um poema de Aline França, escritora negra com produção literária intensa e significativa na capital baiana durante a década de 80. Ela juntamente com outras mulheres como Makota Valdina, Nivalda Costa e Mãe Estela de Oxossi abriram os caminhos de uma literatura contemporânea negrofeminina em Salvador. Desse modo, ultrapassar a limitação de trabalhar apenas com os textos literários já elencados nos livros didáticos já se configura como um ato transgressor do professor, ou seja, começa a partir da coleta e recorte do material a ser trabalhado em sala.

Na Filologia do século XIX, com o método de Karl Lachmann, esse ato de recolher material que transmitiu um texto para iniciar o estabelecimento do mesmo, é chamado de *recensio*. O trabalho com textos contemporâneos, no entanto, nos direciona para uma *recensio* um pouco diferenciada: seria um ato de recolher todo o material disponível sobre o

³ De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, os cinco poderes da Filologia são: i. identificar fragmentos; ii editar textos; iii escrever comentários; iv historiar e v ensinar. Nesse artigo, ressalto algumas dessas tarefas, no sentido de aproximar a Filologia da Educação Básica, de modo a pensar maneiras de ler textos que foram historicamente silenciados nesse contexto, a partir de um agenciamento com as ferramentas potentes da filologia.

texto, do texto e trans-texto, reunindo, assim, as possíveis edições em que foi publicada a obra, matérias jornalísticas, cartazes de publicação, etc., ou seja, é reunir elementos da história social do texto a ser estudado, pensando em todos os seus agentes: escritora, editores, ilustradores, dentre outros. O texto selecionado para essa proposta de leitura é o poema *Mensagem dos nossos ancestrais*, de Aline França. O referido poema integra o volume 2 da série Arte e Literatura, intitulada *Poetas Baianos da Negritude*, organizado por Hamilton Vieira (1982).

Peço permissão e a benção dos ancestrais, das yabás, para apresentar o poema:

Figura 2 – Poema Mensagem dos nossos ancestrais (FRANÇA, 1982)

MENSAGEM DOS NOSSOS ANCESTRAIS

Vagava na noite negra...
Meus passos firmes acordaram o irmão,
Que pulando rápido saltou ao chão.
Os tambores soavam na escuridão
Nos convidando para mais uma noite de ensaio.
Onde iremos?
Ilê-Ayiê? Badauê? Olodum? Rumpilô? Harmatan?
Caminhamos de mãos unidas.
Um grito de fé despertou nossa consciência e
Descobrimos que estávamos sendo conduzidos por
nossos ancestrais,
Que gritavam agoniados:
"Despertai negros de todo o mundo! Continuai
lutando por melhores dias!
Uni-vos Brasil e África!
Continuaremos inspirando vossos corações,
transmitindo a força que sustenta
uma batalha gloriosa!
Zumbi dos Palmares estará dentro de
cada um de vós!"
O sol apareceu, os tambores dos blocos dos
Afoxés já descansavam.
Vimos nossos ancestrais indo embora.
Não ficamos tristes. Permaneceu a mensagem.
Eles voltam quando quiserem...
quando quiserem...
quando quiserem...

Em meio a uma noite festiva, em que os tambores dos afoxés convidam e anunciam a presença dos ancestrais, eles gritam agoniados:

Despertaí negros de todo o mundo: Continuai/ lutando por melhores dias:/Uni-vos Brasil e África:/Continuaremos inspirando vossos corações,/transmitindo a força que sustenta/ uma batalha gloriosa:/ Zumbi dos Palmares estará dentro de/ cada um de vós! (FRANÇA, 1982, p. 9)

Ancestralidade é um conceito muito caro à Literatura Negra. Essa noção permeia a escrita, viabilizando um elo de identidade na produção literária de mulheres e homens negrxs. Kabengele Munanga, em entrevista concedida a Julvan Moreira Oliveira, lembra:

A ancestralidade é praticamente o ponto de partida de todo processo de identidade do ser, para você criar sua identidade coletiva você tem que estabelecer um vínculo com a ancestralidade; lá é sua existência como ser individual e coletivo. Então a ancestralidade para nós é muito importante (OLIVEIRA, 2009, p. 218)

Nessa perspectiva, propor gestos de leitura para esse poema, viabilizando o que Said (2007) denomina de crítica democrática, uma leitura ética, e, por isso, cuidadosa, minuciosa; é trazer à cena o conceito de ancestralidade para apresentar a escritora em questão. Aline França é baiana de Teodoro Sampaio, no entanto foi em Salvador que inscreveu as letras negras no romance contemporâneo na Bahia. Autora de romances como *Negão Dony* (1978) e *Mulher de Aleduma* (1981), a escritora, militante ativa do movimento negro na capital baiana, escreve o poema para a série *Arte e Literatura 2* (VIEIRA, 1982), que tem como título para esta segunda edição: *Poetas baianos da negritude*.

O tema ancestralidade permeia a obra de Aline França que, através do romance *Mulher de Aleduma* (1981), classificado por alguns críticos de realismo fantástico, surrealismo dentre outras denominações dessa

natureza, (re)inventa a história do negro na Bahia, atribuindo-lhe passado glorioso, ancestrais carregados de divindade e poder. No poema selecionado, o eu lírico ouve tambores que parecem convidá-lo para mais uma noite de ensaio: “Onde iremos? Ilê Ayiê? Badauê? Olodum? Rumpilé? Haematan”. É importante ressaltar que na década de 80, os blocos afros e afoxés em Salvador eram um reduto, um refúgio, o lugar de possibilidade de um ser negro, um local onde se cantavam as glórias do povo negro, era, portanto, um lugar de restabelecimento de forças para a comunidade negra em Salvador. É nesse ambiente que surge a voz dos ancestrais, conclamando o povo a se unir, rumo à “batalha gloriosa”. A proposta de leitura desse poema numa sala de aula da educação básica – a partir do olhar da crítica filológica – não pode deixar de trazer esses elementos que traduzem a cultura e a vivência do povo negro na década de 80.

Como forma de “ensinar a transgredir” a partir desse poema, recorro à proposta de Jaime Sodré (2010) que sugere algumas ações práticas para inserir a noção de ancestralidade na sala de aula, para isso, ele faz um “Repertório temático” da ancestralidade, subdividindo o estudo dessa noção a partir de 14 eixos temáticos, a saber: ancestralidade cultural africana, ancestralidade e arte africana, ancestralidade e resistência, ancestralidade e assistência, ancestralidade estética, ancestralidade religiosa, ancestralidade musical, ancestralidade católica, ancestralidade científica, ancestralidade heróica, ancestralidade política, ancestralidade guerreira, ancestralidade negróide e australianos, ancestralidade feminina guerreira.

Considerando, no entanto, os temas suscitados pelo poema, bem como o recorte de gênero que se faz nessa proposta, selecionei três eixos temáticos a partir da noção de ancestralidade, são eles: ancestralidade

cultural africana⁴; ancestralidade e resistência⁵ e ancestralidade feminina guerreira⁶. Sendo assim, com base nesses três eixos, proponho empreender uma leitura crítico-filológica do poema, fazendo com que os alunos experienciem o texto literário em sala atravessado por uma ampla rede de conexões com outros saberes. Como atividade transgressora agenciada pelos estudos filológicos, teríamos a seguinte sequência didática (Cf. Quadro):

Quadro 1 - Sequência didática

Sequência Didática			
Tema: Poema <i>Mensagem dos nossos ancestrais</i> de Aline França			
Objetivos	Conteúdo	Procedimentos Metodológicos	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> ● Experienciar maneiras de ler poesia, agenciadas pelos procedimentos dos estudos filológicos ● Possibilitar a leitura de texto literário para além das propostas dos livros didáticos. ● Dar a conhecer a produção de escritoras negras baianas ● Discutir o contexto de 	<ul style="list-style-type: none"> ● Literatura negro feminina na década de 80 em Salvador. ● Crítica Filológica ● Ancestralidade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Aulas expositivas com utilização de recurso visual e/ou audiovisual. ● Pesquisa de fonte documental ● Pesquisa de Campo: arquivo público, museus e terreiros. ● Organização de mostra de poesia negra feminina na escola 	<ul style="list-style-type: none"> ● Data show ● TV ● Quadro branco ● Instrumentos musicais usados nos blocos afros e afoxés. ● Série Arte e Literatura ● Materiais de escritório: papel, canetas coloridas, tintas, poemas impressos, etc.

⁴ Ancestralidade Cultural Africana - objetiva informar sobre a diversidade étnica e linguística africana e destacar os grupos que interagiram com a realidade brasileira, a exemplo dos yorubá, banto e ewe (SODRÉ, 2010).

⁵ Ancestralidade e Resistência - enfatizar os aspectos dos processos de resistência dos povos africanos aos processos de colonização desde a África, em especial as lutas contra a escravatura e os quilombos (SODRÉ, 2010).

⁶ Ancestralidade Feminina Guerreira - *Nzinga* Mbandi Ngola, Rainha Ginga, foi batizada no catolicismo com o nome de Ana de Souza. Seu nome Ngola fora usado pelos portugueses para nomear uma região na África com o nome de Angola. Era contra a escravatura, ao contrário do rei do Congo. Após a sua morte os seus soldados foram vendidos como escravos (SODRÉ, 2010).

produção do poema para a produção literária negra feminina.			
Descrição das atividades a serem desenvolvidas	Produtos a partir das atividades propostas		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do poema aos alunos 2. Apresentação da materialidade textual da Série onde o poema foi publicado 3. Situar a Série Arte e Literatura no contexto de produção literária da Bahia dos anos 80 4. Discussão a respeito do temas suscitados a partir da leitura do poema 5. Leitura filológica a partir dos eixos: i. ancestralidade africana (quem são os ancestrais do povo negro em Salvador); ii ancestralidade e resistência; iii. ancestralidade feminina guerreira 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento acerca das produções que circularam na Série Arte e Literatura, na década de 80. 2. Para o eixo ancestralidade africana: pesquisa em fonte documental (arquivo público do Estado); terreiros e museus sobre os povos africanos que foram escravizados e trazidos para Salvador; bem como as línguas que estes povos falavam. 3. Ancestralidade e resistência: pesquisa bibliográfica acerca da resistência do povo negro em Salvador, elencando os sujeitos envolvidos, principalmente os que estão fora dos livros didáticos. 4. Ancestralidade feminina guerreira: pensar o lugar da escritora Aline França como uma ancestral da escrita negro-feminina em Salvador: quem veio antes e depois dela. A partir daí, organizar uma mostra de poesia negra feminina na escola. 		

Fonte: elaborado pela autora.

Para além dos elementos listados na sequência didática acima, seria possível desenvolver uma atividade filológica de pesquisa de fontes primárias em arquivos públicos e privados da cidade para estudo de documentos dos homens e mulheres escravizadxs e trazidxs para Salvador, empreender uma investigação etimológica e evidenciar a história de algumas palavras do poema, elaborar um vocabulário ilustrado de objetos musicais de origem africana, pensar os instrumentos musicais usados nos blocos de afoxés como testemunho e monumento na perspectiva de Le Goff (1990). Essas seriam propostas para empreender gestos de leitura na perspectiva de um ensino-aprendizagem transgressor, viabilizando a

educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013), através da inserção de outros enunciados literários no contexto de sala de aula.

Segundo Gilles Deleuze (1997), a literatura é um “empreendimento de saúde”, visto que o escritor experimenta e viabiliza coisas demasiado grandes, “fortes demais” que lhe possibilita devires improváveis em qualquer outro lugar. Sendo assim,

[a] saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta. Compete à função fabuladora inventar um povo. Não se escreve com as próprias lembranças, a menos que delas se faça a origem ou a destinação coletivas de um povo por vir ainda enterrado em suas traições e reneгаções (DELEUZE, 1997, p. 14).

Nesse contexto, assim como Aline França inventa um povo negro que falta, a partir do chamado e da mensagem dos ancestrais no poema *Mensagem dos nossos ancestrais*, a transgressão aqui se dá a partir do momento em que também inventamos uma metodologia que falta, a fim de experimentarmos novos lugares de ensino-aprendizagem. O objetivo dessa pequena proposta de intervenção é, portanto, inventar novas formas de ler, começando, principalmente, a partir da escolha de enunciados que se ausenta(ra)m, da sala de aula, das grandes editoras ou mesmo da academia; fazendo emergir, assim, uma função democrática e ética da filologia na contemporaneidade.

4 PALAVRAS FINAIS

Foram apresentadas aqui algumas maneiras de ler um texto literário a partir do repertório que a crítica filológica pode nos oferecer, aproximando, desse modo, a Filologia – considerada tão hermética e erudita – da realidade da sala de aula. O ato transgressor, portanto, está

em “traduzir” essa disciplina para esse contexto; na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2010), o intuito é sensocomunizar esse campo de saber, possibilitando leituras democráticas de novos enunciados no ambiente escolar. Pautada na ideia de que “a voz engajada não pode ser fixa e absoluta” (HOOKS, 2013, p. 22), os gestos de leitura empreendidos neste artigo são um convite para “ensinar a transgredir”.

REFERÊNCIAS

BORGES, Rosa *et al.* **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.

CEIA, Carlos. Crítica filológica (verbetes). *In*: CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos Literários**, 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/critica-filologica/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 11-16.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade . *In*: **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FREITAS, Henrique. A Arkhé e o Xirê: das pilhagens epistêmicas à literatura-terreiro. *In*: FREITAS, Henrique. **O arco e a arkhé**. Ensaios sobre literatura e cultura. Salvador: Ogum’s Toques negros, 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de la filología**. Dinámicas de una práctica académica del texto. Trad. Aldo Mazzucchelli. México, D.F: Universidad Iberoamericana, 2007.

HOOKS, Bell, **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al). Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Vídeo PNLD 2018 – Se liga na língua. Informação Verbal**. 2018. Disponível em: <https://pnld2018.moderna.com.br/-/se-liga-na-lingua-literatura-producao-de-texto-linguagem>. Acesso em: out. 2018.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SODRÉ, Jaime. **Educaxé: Ancestralidade na perspectiva da educação**. [27/08/2010] Disponível em: <http://mundoafro.atarde.uol.com.br/educaxe-ancestralidade-na-perspectiva-da-educacao/>. Acesso em: 26 maio 2019.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

WARREN, Michelle R. “Post-philology”. *In*: INGHAM, Patricia Clare and WARREN, Michelle R. (eds.). **Post-colonial Move: Medieval through Modern**. New York: Palgrave, 2003, p. 19-42.

